



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2650

Terça-feira - 09 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Forquilha	175	Morro da Fumaça	476
Agronômica	5	Fraiburgo	209	Morro Grande	478
Água Doce	7	Garopaba	214	Navegantes	479
Águas de Chapecó	11	Garuva	215	Nova Erechim	489
Alto Bela Vista	13	Gaspar	216	Nova Trento	491
Anchieta	18	Governador Celso Ramos	218	Nova Veneza	493
Angelina	20	Gravatal	223	Novo Horizonte	499
Anita Garibaldi	21	Guaraciaba	224	Orleans	500
Anitápolis	22	Guaramirim	225	Ouro	507
Antônio Carlos	23	Guarujá do Sul	226	Paial	508
Apiuna	25	Herval d'Oeste	227	Paraíso	509
Arabutã	28	Ibiam	232	Passo de Torres	517
Balneário Piçarras	29	Ibicare	233	Passos Maia	518
Bandeirante	30	Ibirama	235	Paulo Lopes	519
Barra Bonita	31	Imarui	236	Penha	520
Barra Velha	38	Imbituba	237	Pescaria Brava	530
Belmonte	40	Indaial	243	Petrolândia	532
Benedito Novo	41	Iomerê	245	Pinhalzinho	535
Biguaçu	43	Iporã do Oeste	252	Pinheiro Preto	536
Blumenau	48	Ipuacú	254	Piratuba	547
Bom Jardim da Serra	56	Ipumirim	262	Pomerode	551
Bom Jesus do Oeste	57	Iraceminha	263	Ponte Serrada	562
Botuvera	58	Irani	264	Porto Belo	563
Braço do Trombudo	60	Iratí	265	Porto União	566
Brusque	67	Irineópolis	266	Pouso Redondo	571
Caçador	77	Itá	267	Praia Grande	572
Caibi	85	Itapema	268	Presidente Nereu	574
Camboriú	90	Itapiranga	269	Princesa	576
Campo Alegre	91	Itapoá	273	Quilombo	578
Campo Erê	95	Jaborá	301	Rio das Antas	579
Campos Novos	98	Jacinto Machado	302	Rio do Oeste	586
Canoinhas	118	Jaraguá do Sul	314	Rio do Sul	587
Capinzal	131	Joaçaba	405	Rio Fortuna	592
Catanduvas	134	José Boiteux	411	Romelândia	593
Caxambu do Sul	141	Lacerdópolis	412	Salto Veloso	595
Chapadão do Lageado	144	Lages	414	Santa Cecília	600
Cocal do Sul	148	Laguna	415	Santa Terezinha do Progresso	601
Concórdia	152	Lauro Muller	424	Santiago do Sul	607
Cordilheira Alta	155	Lebon Regis	428	São Bento do Sul	608
Correia Pinto	156	Leoberto Leal	430	São Bernardino	609
Corupá	158	Lontras	432	São Bonifácio	614
Cunha Porã	159	Macieira	434	São Francisco do Sul	615
Curitibanos	160	Mafrá	435	São João Batista	616
Descanso	161	Massaranduba	457	São João do Oeste	621
Doutor Pedrinho	162	Matos Costa	461	São José	623
Ermo	165	Meleiro	463	São José do Cedro	652
Faxinal dos Guedes	166	Modelo	464	São Lourenço do Oeste	653
Flor do Sertão	167	Mondaí	466	São Miguel da Boa Vista	655
Formosa do Sul	170	Monte Carlo	474	São Miguel do Oeste	656

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2650

Terça-feira - 09 de Outubro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São Pedro de Alcântara.....	658	Timbó	679	Vargeão.....	777
Schroeder	660	Três Barras	757	Videira.....	779
Seara	670	Treze Tílias	760	Vitor Meireles.....	812
Serra Alta	671	Tunápolis.....	761	Xanxerê.....	813
Sombrio.....	676	União do Oeste	763	Xavantina	815
Tangará.....	677	Urubici	773	Xaxim.....	820
Tijucas	678	Urussanga	775		

Associações

AMFRI	822	AMMVI	822
-------------	-----	-------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	825
CIMVI.....	825
CIS Nordeste	836
CIS/AMARP	836
CIS/AMAUC.....	837
CIS/AMMVI	870
CIS/AMURC	870
CIS/AMUREL	871
CIAPS	871



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 268 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768549

Portaria nº 268/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIZANE MECABO, ocupante do cargo em provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03.10.2016 a 02.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 269 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768553

Portaria nº 269/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LORENIR FAGUNDES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 a 30.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 270 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768555

Portaria nº 270/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: GISLAINE NISSEL, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 14.09.2017 a 13.09.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 a 30 de outubro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de outubro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

CONTRATO 27/2018

Publicação Nº 1768637

Inexigibilidade 002/2018
CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

TERMO DE CONTRATO Nº 27/2018

O Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 215 – Centro CNPJ N.º 83.102.590/0001-90, nos termos do Edital de Credenciamento n.º 001/2018, CREDENCIA, através do presente, o Sr BEL-MIRIO PEREIRA, portador do CPF nº 021.390.689-98, residente à Estrada Geral Ribeirão Café, Município de Rio do Oeste, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de TRATOR DE PNEUS, de acordo com as seguintes condições:

I – OBJETO

O credenciado prestará ao Município de Agronômica, serviços terceirizados de TRATOR DE PNEUS, conforme relação constante no pedido de credenciamento, que passa a fazer parte integrante e inseparável do presente contrato, mediante autorização prévia.

II – DO PREÇO

O preço ajustado entre as partes será de acordo com os preços constantes da tabela de preços públicos, do Decreto Municipal n.º 034/2018 e suas alterações, aceito pelo credenciado no momento da apresentação da documentação e pedido, estando inclusas taxas de administração gastas com materiais, manutenção, impostos e taxas e outros dispêndios necessários para a realização do objeto contratado.

III – DO REAJUSTAMENTO

Os preços somente sofrerão reajustes através de DECRETO MUNICIPAL.

IV – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos executados nos valores constantes do Decreto Municipal n.º 034/2018 e suas alterações, até o dia 10 do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação do documento hábil e requisições;
- Efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e relações apresentadas;
- Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- Fornecer requisições e/ou ordens de serviço.

V – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, com os equipamentos credenciados, em horário de expediente normal pré-definido;
- Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou Ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;
- Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;
- Apresentar o documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado;
- Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definido período de não atendimento.

VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da rubrica própria do orçamento para o exercício de 2018, conforme consta da seguinte dotação orçamentária:

73- 1 . 7001 . 20 . 606 . 46 . 2.29 . 0 . 339000 – Aplicações Diretas

VII - DO PRAZO

O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses a partir da assinatura do presente contrato, podendo ser aditado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e suas alterações.

VIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Em caso de atraso na entrega dos documentos pelo credenciado, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente;
- O Município reserva-se o direito de após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissional habilitado nos documentos apresentados, solicitar perícia e informações adicionais, em justificando, glosar despesas e procedimentos;
- A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido e, portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciária para o Município;
- O presente credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento a bem do interesse público por parte do Município, sem que haja direito a indenização por parte do credenciado;
- O credenciado poderá descredenciar-se, devendo comunicar 30 (trinta) dias de antecedência o Município;
- O credenciado não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes deste termo;
- Fica o credenciado responsável civil e criminalmente, por todo e qualquer dano decorrente da execução do objeto contratado e, especialmente por eventuais acidentes pessoais, devendo, para tanto, estar assegurado por apólice.
- Ficam estabelecidos os fiscais do contrato, de acordo com Decreto nº 51/2017, o Diretor do Departamento de Agricultura, Sr. Cristiano Rosa, e o Sr. Dionei Tomelin.

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas

abaixo.
Agrônômica (SC), 08 de Outubro de 2018.

.....
PREFEITURA MUNICIPAL BELMIRIO PEREIRA
DE AGRONÔMICA CREDENCIADO
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Testemunhas

.....
Cristiano Rosa Jaqueline Terezinha Jethe
Cpf nº 027.310.829-84 Cpf nº 075.489.709-51

Visto: _____
Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2018

Publicação Nº 1768779

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA – SC

CHAMADA PÚBLICA 003/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

RETIFICA o Edital da Chamada Pública nº 003/2018, tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período do mês de novembro do ano de 2018 à abril do ano de 2019. No parágrafo de introdução e no item 6 – Das Amostras dos Produtos e Aberturas da Chamada Pública respectivamente:

ONDE SE LÊ:

“Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 27 de setembro à 17 de outubro de 2018, horário de atendimento da 08h00min horas até 12h00min e 13h30min até 17h00min, na sede do Departamento de Educação, localizada à Rua 07 de setembro, nº 215, Centro, Agrônômica.”

LEIA-SE:

“Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de 27 de setembro à 18 de outubro de 2018, horário de atendimento da 08h00min horas até 12h00min e 13h30min até 17h00min, na sede do Departamento de Educação, localizada à Rua 07 de setembro, nº 215, Centro, Agrônômica.”

ONDE SE LÊ:

“O(s) fornecedor (es) participantes da Chamada Pública deverão entregar as amostras indicadas no quadro abaixo no dia da Abertura da Chamada Pública que será realizado no dia 17 de outubro de 2018 às 08:30 horas, local Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Agrônômica, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas a testes necessários.”

LEIA-SE:

“O(s) fornecedor (es) participantes da Chamada Pública deverão entregar as amostras indicadas no quadro abaixo no dia da Abertura da Chamada Pública que será realizado no dia 18 de outubro de 2018 às 08:30 horas, local Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Agrônômica, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas a testes necessários.”

Agrônômica – SC, 09/10/2018.
CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

345/2018

Publicação Nº 1768517

PORTARIA Nº 345/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 63, inciso II, alínea a da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder a servidora NOELI FÁTIMA DEMARTINI DA SILVA, inscrita sob o CPF nº 078.366.559-89, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, de 06/10/2018 a 13/10/2018, 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

346/2018

Publicação Nº 1768518

PORTARIA Nº 346/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 63, inciso II, alínea a da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder a servidora RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA TOIGO, inscrita sob o CPF nº 085.272.229-06, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, de 06/10/2018 a 13/10/2018, 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

347/2018

Publicação Nº 1768519

PORTARIA Nº 347/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 63, inciso II, alínea a da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder a servidora NILZA MÁRCIA DOS SANTOS TONET, inscrita sob o CPF nº 038.882.629-09, ocupante do cargo efetivo de Segundo Professor, de 06/10/2018 a 13/10/2018, 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/10/2018, revogando-se as disposições em

contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

348/2018

Publicação Nº 1768745

PORTARIA Nº 348/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 63, inciso II, alínea a da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder a servidora THIARA GABRIELA CYRINO RAMOS SOSTER, inscrita sob o CPF nº 053.486.729-47, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física, de 06/10/2018 a 13/10/2018, 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

349/2018

Publicação Nº 1768748

PORTARIA Nº 349/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 63, inciso II, alínea a da Lei Complementar nº 015/99

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder a servidora ALAN DIONE SOSTER, inscrito sob o CPF nº 035.656.179-85, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Defesa Civil, de 06/10/2018 a 13/10/2018, 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme certidão anexa.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/10/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

350/2018

Publicação Nº 1768863

PORTARIA Nº 350/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no

Art. 27 da Lei nº 081/2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR:

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI – Servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativo, matrícula 365;

JOSELI APARECIDA MOURA ROSA TRENTA – Servidora efetiva no cargo de Contadora, matrícula 105;

RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – Servidora efetiva no cargo de Fonoaudióloga, matrícula 1330;

Art. 2º. Fica designada como Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, a Sra. RUBIA NEIVA ZATTA BEAL, conforme Art. 27 da Lei 081/2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 095/2018.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Dir. Dpto de Recursos Humanos

351/2018

Publicação Nº 1769439

PORTARIA Nº 351/2018 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 112 da Lei, inciso IV da Lei Complementar nº 058/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder a servidora MARÍLIA LINS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrita sob CPF nº 046.084.809-79, o adicional por grau de instrução no percentual de 12%, vez está acessando o adicional referente ao Curso em nível de Pós-Graduação na área de atuação, conforme o artigo 112, IV da Lei 058/2009, conforme certificado em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

352/2018

Publicação Nº 1769441

PORTARIA Nº 352/2018 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 36 da lei Complementar nº 081/2013;

Resolve:

Artigo 1º. Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - nomeada pela Portaria n. 350/2018, de 08 de outubro de 2018, integrada pelos (as) servidores (as): RUBIA NEIVA ZATTA BEAL – Servidora efetiva no cargo de Fonoaudióloga, matrícula 1330; EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI – Servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativo, matrícula n. 365 e JOSELI APARECIDA MOURA ROSA TRENTA – Servidora efetiva no cargo de Contadora, matrícula n. 105 -, para que, sob a Presidência da primeira, apurem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos imputados ao servidor LORI JOSÉ MACCAGNAN, matrícula n. 358, em razão dos noticiados fatos, quais sejam: no dia 02 de março e entre o dia 06 a 14 de setembro de 2018, o servidor público apresentou atestados médicos a esta Administração. Ocorre que nessas mesmas datas, o servidor estava trabalhando como árbitro de bocha no Campeonato de bocha, realizados na cidade de Videira e Caçador, respectivamente, o que supostamente viola o Art. 86, incisos II, III e IX c/c o Art. 87, inciso XIII, ambos da Lei Complementar n. 15/1999, estando sujeito às penalidades previstas no artigo 95 da mesma Lei Complementar.

Art. 2º Os procedimentos processuais disciplinados deverão obedecer ao disposto no Art. 38 da Lei Complementar n. 081/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de outubro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 103/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2018

Publicação Nº 1769452

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 103/2018

PREGÃO PRESENCIAL 78/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 103/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 78/2018", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL (Menor Taxa de Administração)", destinado a contratação de empresa especializada no ramo de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação, aos servidores do Município de Água Doce, por meio de cartão magnético, o qual será processado e julgado no dia 23 de outubro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 09 de outubro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 018/2018 08/10/2018

Publicação Nº 1769018

PORTARIA Nº 018/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA EM RAZÃO DE CASAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jorge Rone Haslinger, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

Resolve:

Art. 1.º Conceder 8 (oito) dias consecutivos a servidora pública municipal, Senhora Fernanda Bissani Signorin, a partir do dia 06 de outubro de 2018, em razão de casamento, consoante determina o Artigo 63, Inciso II, alínea "a" da Lei Complementar n.º 015/99, conforme Certidão de Casamento, matrícula 106831 01 55 2018 200006 270 0001376 58, em anexo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 08 de outubro de 2018.

Jorge Rone Haslinger

Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce, SC

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº58/2018-SERVIÇOS DE OFICINAS E CAPACITAÇÃO P/ MULHERES E ADOLESCENTES -CRÁS

Publicação Nº 1769161

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 58/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 43/2018 – ADM
Tipo: Menor Preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINAS E CAPACITAÇÃO P/ MULHERES E ADOLESCENTES DE BAIXA RENDA OU SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08h00min – dia 24 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08h15min – dia 24 de outubro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, Centro, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3339.0855 e no site www.aguasdechapeco.sc.gov.br

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 08 de outubro de 2018.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº59-2018- REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ALIMENTOS PARA CONSUMO DE ALUNOS DO PROGRAMA SCFV

Publicação Nº 1769340

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 59/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 44/2018 – ADM
Tipo: Menor Preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE ALIMENTOS P/ CONSUMO DE ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV);

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08h00min – dia 25 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08h15min – dia 25 de outubro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, Centro, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3339.0855 e no site www.aguasdechapeco.sc.gov.br

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 08 de outubro de 2018.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 311/2018

Publicação Nº 1769436

PORTARIA Nº 311/2018 De 08 de Outubro de 2018	DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 003/2001 e nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado em 08 de Outubro de 2018, a pedido do Servidor ELISEU CLEDIR PEREIRA, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária dedicação integral, percebendo o vencimento constante no nível CC-03 do Anexo IV da Tabela de Vencimentos Cargos Comissionados, da Lei que dispõe sobre Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 08 de Outubro de 2018.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 149, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768760

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, ROSELI HOFFMANN, matrícula 340, ocupante do cargo de Merendeira, no período de 01 e 02 de outubro de 2018, no total de 02 (dois) dias, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Sidnei Cancelli CRO/SC 9224.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 150, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768758

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, DANIELA OHLWEILER TESSMANN, matrícula 279, ocupante do cargo de Enfermeiro, no dia de 02 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Cesar Merlo CRM/SC 6290.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 151, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768757

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, LAURINDO LAVRENZ, matrícula 46, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 03 e 04 de outubro de 2018, no total de 02 (dois) dias, conforme atestado médico expedido pelo Dra. Ana Luiza Lunardelli CRM/SC 25307.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 152, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768756

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, GREI SIMARA BERNO SCHWINGEL, matrícula 780, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no dia 02 de outubro de 2018, no total de 01 (um) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Cesar Rodrigues CRM/SC 11352.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 153, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768755

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, NADIA ELIANI FISCHER RECH, matrícula 494, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Copa, no dia 03 de outubro de 2018, no total de 01 (um) dia, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Cristiano Koefender CRM/SC 14208.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 154, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768754

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, IVANEDIO SCHÖNELL, matrícula 76, ocupante do cargo de Operador de Motoniveladora, no período de 02 e 03 de outubro de 2018, no total de 02 (dois) dias, conforme atestado médico expedido pelo Dra. Ana Luiza Lunardelli CRM/SC 25307.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 155, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768753

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, ELICE MÜLLER, matrícula 474, ocupante do cargo de Merendeira, no dia 05 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dra. Ana Luiza Lunardelli CRM/SC 25307.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 156, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768752

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais"

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido adicional ao Servidor JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT, matrícula 135, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" e "b" do Inciso I do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, duas (2) referências pela qualificação de cursos protocolados através do requerimento nº 280/2018 de 19 de setembro de 2018 com carga horária de 1.891 horas.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), 05 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações.

PORTARIA Nº 157, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768749

ESTABELECE ESCALA DE SOBREAVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período, conforme segue:

§ 1º Servidores na função de motorista

- a) Das 17:00 horas do dia 05/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 12/10 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- b) Das 17:00 horas do dia 12/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 19/10 – Servidor Adilson Schwingel;
- c) Das 17:00 horas do dia 19/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 26/10 – Servidor Marcos Finger;
- d) Das 17:00 horas do dia 26/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 02/11 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- e) Das 17:00 horas do dia 02/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 09/11 – Servidor Adilson Schwingel;
- f) Das 17:00 horas do dia 09/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 16/11 – Servidor Marcos Finger;
- g) Das 17:00 horas do dia 16/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 23/11 – Servidor Marinho Sergio Castro;
- h) Das 17:00 horas do dia 23/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 30/11 – Servidor Adilson Schwingel;
- i) Das 17:00 horas do dia 30/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 07/12 – Servidor Marcos Finger;

§ 2º - Servidora na função de Técnica de Enfermagem;

- a) Das 17:00 horas do dia 05/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 12/10 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- b) Das 17:00 horas do dia 12/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 19/10 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- c) Das 17:00 horas do dia 19/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 26/10 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- d) Das 17:00 horas do dia 26/10 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 02/11 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- e) Das 17:00 horas do dia 02/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 09/11 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- f) Das 17:00 horas do dia 09/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 16/11 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- g) Das 17:00 horas do dia 16/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 23/11 – Servidora Marcia Schneider Nordt;
- h) Das 17:00 horas do dia 23/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 30/11 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;
- i) Das 17:00 horas do dia 30/11 as 16:59 horas e cinquenta e nove minutos do dia 07/12 – Servidora Marcia Schneider Nordt;

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 944,95 (Novecentos e quarenta e quatro reais com noventa e cinco centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – As servidoras relacionadas na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, 05 de setembro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 158, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768747

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidor Público Municipal, MARCIA SCHNEIDER NORDT, matrícula 471, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, no dia 05 de outubro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. César A. Rodrigues CRM/SC 7797.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 08 de outubro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 171/2018

Publicação Nº 1769297

DECRETO Nº. 171/2018, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a escolha de novos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, com base na Lei Municipal nº 2.349 de 11 de dezembro de 2017;

Considerando o Ofício nº 06/2018 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando a nomeação dos novos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Anchieta;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Anchieta, a saber:

I - Dois representantes dos usuários ou organizações de usuários da assistência social:

a) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: Vera Lúcia Schmitz Junges (Titular) e Eliane Baú (Suplente);

b) Usuários dos programas assistenciais do Município: Jandira de Almeida (Titular) e Tifani de Lima (Suplente);

II – Um representante de entidades e organizações de assistência social:

a) Pastoral da Criança: Amarilso Gonçalves Rachi (Titular) e Claci Mapelli (Suplente);

III - Um representante de entidade de trabalhadores do setor de Assistência Social:

a) Adriana Rodrigues Somavilla e Rudimar Lasaroto (Suplente).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros e conselheiras nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato sem interrupção.

Art. 3º Por tratar-se de serviços de relevância comunitária os membros do Conselho Municipal de Assistência Social não receberão qualquer remuneração.

Art. 4º Fica alterado o inciso II, do artigo 1º do Decreto Municipal nº 022 de 22 de fevereiro de 2017 que passa a ter nova redação de acordo com o artigo 1º, incisos I, II e III deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 08 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1769301

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: Nº 001/ 2018

Município de Anchieta vem através de este edital notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de LOTEAMENTO CHÁCARA Nº 391 / MATRICULA Nº 1810 EM FORMATO PREDOMINANTEMENTE DE REURB-S, ATRAVÉS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIARIA conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este Loteamento denominado de Chácara Nº391 está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizada da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como aos detentores realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da (s) Matrícula (s) 1.810 registradas na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta/SC.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento Chácara Nº 391 com a 3.943,27m² Conforme Matrícula nº 1.810 registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta-SC. de Propriedade do Oldemar Wildner com as seguintes configurações:

Área da Matrícula	10.084,28m²
Área Medida/ Existente	3.943,27m²

Diferença entre área Medida – Área Matriculada (Excesso)	6.141,01m²
Área dos Lotes	3.943,27m²
Rua de Servidão	681,55m²
ÁREA TOTAL	4.624,82m²

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar 3.943,27m², sendo essa uma área, com uma concentração de 05 Lotes Urbanos de mais de 05 famílias ali residindo e com uma população de 20 pessoas situado no Loteamento Chácara Nº 391/ Matrícula 1.810, no Município de Anchieta - SC, que são atendidos pela Rua Olinda, Rua de Servidão, que passaram ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens acima citadas.

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídos no Município tais quais:

- Atendimento da comunidade pela Escola de Educação Básica;
- Arruamentos com partes das vias de chão batido e parte com calçamento;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável fornecida pela CASAN;
- Coleta de resíduos sólidos sendo realizado semanalmente pelo Município;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI TIM e VIVO;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimento de transporte público coletivo entre outros;
- Área a ser regularizada totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Áreas de Lazer e institucionais presentes na localidade.

Artigo 03: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

Artigo 04: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no Mural Público Municipal, sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Artigo 05: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar -se á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigo 20 § 1o, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Anchieta/SC, 08 de outubro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

ANEXO I – PLANTA BAIXA E MAPA DO LOTEAMENTO

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 100/2018

Publicação Nº 1768788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 100/18
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001243 de 13 de Dezembro de 2017

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0.1.00 - Aplicação Direta		10.000,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS		
06.03 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM		
(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0.1.39 - Aplicação Direta		10.306,76
	Total Suplementação	20.306,76
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 02 de outubro de 2018.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 101/2018

Publicação Nº 1768789

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 101/18
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

SUPERÁVIT FINANCEIRO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001243 de 13 de Dezembro de 2017

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
06 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS		
06.03 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM		
(167) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0.3.39 - Aplicação Direta		224,04
	Total Suplementação	224,04
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 02 de outubro de 2018.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2018

Publicação Nº 1769084

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEICULO HYUNDAI AZERA 3.3 V6 ANO 2009 PLACA MHS - 3634, conforme relação de itens constantes no Anexo "C" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 13h40 do dia 24/10/2018.

Abertura: às 14h00 do dia 24/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 08 de Outubro de 2018.

Aires Tadeu Ramos Furtado

Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA N° 028/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 036/2018

Publicação N° 1769217

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS. PROCESSO DE DISPENSA N° 028/2018. EXTRATO DO CONTRATO N° 036/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Ederson Luiz Fortkamp 05624862911. OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais, peças, acessórios e serviços de mão de obra de funilaria, chapeação e pintura para a reforma e conservação do Micro-ônibus Volkswagen 15-190, placa: MDS-6618, da Secretaria Municipal de Educação. Valor: R\$ 7.840,00. Data da Assinatura: 08/10/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 08/10/2018. LAUDIR PEDRO COELHO – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 10/2018 47/2017 48/2018 49/2018 66/2018 E 70/2018**

Publicação Nº 1768540

Extrato de aditivo ao contrato de trabalho

Segundo aditivo ao contrato nº 010/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANA PAULA LAUREANO RICARDO. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 14 de dezembro o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Primeiro aditivo ao contrato nº 047/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANA PAULA FRAGA WILVERT. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 18 de setembro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Segundo aditivo ao contrato nº 047/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANA PAULA FRAGA WILVERT. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 03 de outubro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Terceiro aditivo ao contrato nº 047/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ANA PAULA FRAGA WILVERT. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 14 de dezembro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Quinto aditivo ao contrato nº 048/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: SCHEILA SUELY ITSO. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 13 de outubro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Quinto aditivo ao contrato nº 049/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: IRENE COELHO DOS SANTOS. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H. Vigência: Fica para 13 de outubro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Quarto aditivo ao contrato nº 066/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ROSIMERI POYER HARTMANN. Objeto: FARMACEUTICO. Vigência: Fica para até o retorno da servidora efetiva Cynthia Simões da Silva o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Quinto aditivo ao contrato nº 066/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ROSIMERI POYER HARTMANN. Objeto: FARMACEUTICO. Vigência: Fica para 27 de junho de 2019, e/ou até a realização do Concurso Público o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

Primeiro aditivo ao contrato nº 070/2018; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: LUCILENE SOARES ESPEZIM. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 30H. Vigência: Fica para 08 de outubro de 2018 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO.

EXTRATO DE CONTRATOS DE TRABALHO Nº 69/2018 A 70/2018

Publicação Nº 1768548

EXTRATO DE CONTRATOS DE TRABALHO

Contrato nº 069/2018; Origem: Processo Seletivo Nº 002/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Simone Conradi Besen. Objeto: ENFERMEIRO 20H. Valor mensal: R\$ 2.686,27 (dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos). Vigência: 03 de setembro de 2018 a 14 de dezembro de 2018.

Contrato nº 070/2018; Origem: Processo Seletivo Nº 002/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: LUCILENE SOARES ESPEZIM. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 30H. Valor mensal: R\$ 2.209,81 (dois mil, duzentos e nove reais e oitenta e um centavos). Vigência: 10 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 127/2018

Publicação Nº 1768819

TERMO ADITIVO**PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 127/2018**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, n. 10, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – RG – n. 983.256, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas n. 433.221.079-49, residente e domiciliado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa TRANSPORTES ÁVILA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - sob o n. 83.946.806/0001-02, com sede na Avenida São Cristovão, n. 2496, Aririu, Palhoça/SC, doravante denominada CONTRATADO, ajustado

mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando a imprevisibilidade e a ruptura do equilíbrio contratual, tem o presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço n. 127/2018, oriunda do Processo Licitatório n. 94/2018, cujo objeto é a aquisição parcelada de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel BS10) para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Antônio Carlos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 02 (óleo diesel BS10) para o valor de R\$ 3,41 o litro.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos/SC, 21 de setembro de 2018.

GERALDO PAULI	TRANSPORTES ÁVILA LTDA
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

Nome da testemunha
CPF:

Nome da testemunha
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 132/2018

Publicação Nº 1768818

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 132/2018

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, n. 10, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – RG – n. 983.256, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas n. 433.221.079-49, residente e domiciliado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa POSTO ANTÔNIO CARLOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ - sob o n. 10.370.109/0001-74, com sede na Estrada São Francisco, n. 50, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominada CONTRATADO, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando a imprevisibilidade e a ruptura do equilíbrio contratual, tem o presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço n. 132/2018, oriunda do Processo Licitatório n. 106/2018, cujo objeto é a aquisição de gasolina comum para abastecimento da frota de veículos do Município de Antônio Carlos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 01 (gasolina comum) para o valor de R\$ 4,49 o litro.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos/SC, 20 de setembro de 2018.

GERALDO PAULI	POSTO ANTÔNIO CARLOS EIRELI – EPP
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

Nome da testemunha
CPF:

Nome da testemunha
CPF:

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3037

Publicação Nº 1768808

DECRETO Nº3037/2018
De 02/10/2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 51.417,65(Cinquenta e um mil quatrocentos e dezessete Reais e sessenta e cinco centavos), da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.Fundeb/Fundef(Remuneração Magistério)	48.420,15
	Subtotal	48.420,15
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2053	Manutenção das Ações Progr. Agentes Comunitários de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	997,50
	Subtotal	997,50
	TOTAL	51.417,65

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 51.417,65(Cinquenta e um mil quatrocentos e dezessete Reais e sessenta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.Fundeb/Fundef(Remuneração Magistério)	48.420,15
	Subtotal	48.420,15
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2053	Manutenção das Ações Progr. Agentes Comunitários de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	

33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
08	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0801.2085	Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	997,50
	Subtotal	997,50
	TOTAL	51.417,65

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 02 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3040

Publicação Nº 1768809

DECRETO Nº 3040/2018

De 02/10/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna/SC, no valor R\$ 2.000,00(Dois mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégia da Saúde da Família	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
33.806	Progr. Melhor Acesso Qualid Atenção Básica - Pmaq	2.000,00
	TOTAL	2.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 02 de Outubro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2018

Publicação Nº 1768761

PREFEITURA DE APIÚNA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2018

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 97/2018

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de APIÚNA e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, CNPJ: 06.145.928/0001-40. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL VARGEM GRANDE E DA ESTRADA GERAL SUBIDA DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Valor Total: de R\$2.043.295,55 (dois milhões, quarenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Jose Gerson Gonçalves/ Prefeito de Apiúna.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 97/2018

Publicação N° 1768759

Prefeitura Municipal de Apiúna
Extrato de resultado de licitação

Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 97/2018

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento da Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia nº55/2016, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL VARGEM GRANDE E DA ESTRADA GERAL SUBIDA DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, na qual declara vencedora a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, CNPJ: 06.145.928/0001-40, com valor total de R\$2.043.295,55 (dois milhões, quarenta e três mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

Jose Gerson Gonçalves/ Prefeito de Apiúna.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA 243/2018

Publicação Nº 1768589

PORTARIA Nº 243/2018

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora ADRIELI CISOTTO LODI, inscrita no CPF sob nº. 080.169.169-96, ocupante do cargo de Provimento Temporário de Professora, licença maternidade conforme art.104 da Lei Complementar nº159/2014 a partir de 08 de outubro de 2018.

Art.2ºRevogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC,08 de outubro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 244/2018

Publicação Nº 1768889

PORTARIA Nº 244/2018

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir do dia 09 de outubro de 2018, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 235/2018, de 28 de setembro de 2018 do servidor HARRY VANDERLEI PETRY, inscrito no CPF sob nº. 597.544.439-04, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente, sendo que os 08 (oito) dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de outubro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

SANÇÃO PP 30/2018 PMBP

Publicação Nº 1769143

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2018-PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018-PMBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 045/2018-001, em desfavor da Empresa SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 001/2018-PAD de 24/09/2018, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu último parágrafo:

"Diante disso, pelo motivo da empresa ter cumprido parcialmente com o contrato, bem como pelo fato de ter efetivado a entrega dos materiais em período muito inferior ao imposto pelo Município, esta Comissão, OPINA pela aplicação da sanção, qual seja, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Balneário Piçarras, bem como seu descredenciamento do Sicaf ao que se refere o art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo período de 06 (seis) meses."

Balneário Piçarras (SC), 27 de setembro de 2018.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária de Fazenda

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 22/2018 FMS

Publicação Nº 1768750

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES, PARA AQUISIÇÃO CONFORME A NECESSIDADE DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS PARA USO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 24/10/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 08 de outubro de 2018.
Neuri Biazzi- Gestor do FMS

DECRETO Nº 050/2018

Publicação Nº 1769180

DECRETO Nº 050, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Convoca a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina em conjunto com o Membro Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bandeirante SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 19 de outubro de 2018, tendo como local o Salão Paroquial da Comunidade Católica, sito a Avenida Santo Antônio, sn, Centro, neste Município e Estado, a partir das 08:00 horas às 12:00 horas, com o Tema central: "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 10 de outubro de 2018.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

APOSTILA CONTRATO Nº08/2018

Publicação Nº 1768864

APOSTILA DE ALTERAÇÃO
AO CONTRATO DE Nº08/2018

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista o aumento oficial do Governo na data de 18 de maio de 2018 e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante lega doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitação altera-se, o valor dos produtos Óleo Diesel Comum R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e Óleo Diesel S10 para R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 08/2018.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 08 de outubro de 2018.
MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Andre Igor Lazarotto
CPF – 067.096.829-35

Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 025.481.169-80

Visto: _____
RAFAEL FAVRETTO
OAB/SC: 24.966

APOSTILA CONTRATO Nº09/2018

Publicação Nº 1768865

APOSTILA DE ALTERAÇÃO
AO CONTRATO DE Nº09/2018

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista o aumento oficial do Governo na data de 18 de maio de 2018 e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante lega doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitação altera-se, o valor dos produtos Óleo Diesel Comum R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e Óleo Diesel S10 para R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 09/2018.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 08 de outubro de 2018.

NILVA BAU BOSS
GESTORA FMS
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Andre Igor Lazarotto
CPF – 067.096.829-35

Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 025.481.169-80

Visto: _____
RAFAEL FAVRETTO
OAB/SC: 24.966

APOSTILA CONTRATO Nº10/2018

Publicação Nº 1768867

APOSTILA DE ALTERAÇÃO
AO CONTRATO DE Nº10/2018

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista o aumento oficial do Governo na data de 18 de maio de 2018 e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitação altera-se, o valor dos produtos Óleo Diesel Comum R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e Óleo Diesel S10 para R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 10/2018.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 08 de outubro de 2018.

JOSIANE DE FÁTIMA KORNOWSKI
GESTORA FMAS
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Andre Igor Lazarotto
CPF – 067.096.829-35

Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 025.481.169-80

Visto: _____
RAFAEL FAVRETTO
OAB/SC: 24.966

APOSTILA CONTRATO Nº11/2018

Publicação Nº 1768868

APOSTILA DE ALTERAÇÃO
AO CONTRATO DE Nº11/2018

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista o aumento oficial do Governo na data de 18 de maio de 2018 e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitação altera-se, o valor dos produtos Óleo Diesel Comum R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) e Óleo Diesel S10 para R\$ 3,85 (três reais e oitenta e cinco centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 11/2018.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do

contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 08 de outubro de 2018.

SADI PANDOLFO
GESTOR FMDR
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Andre Igor Lazarotto
CPF – 067.096.829-35

Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 025.481.169-80

Visto: _____
RAFAEL FAVRETTO
OAB/SC: 24.966

DECRETO Nº1060 REGULAMENTAÇÃO LEI ANTICORRUPÇÃO

Publicação Nº 1768587

DECRETO N. 1060/2018

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL NO 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VI do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal de 1 de Dezembro de 1997, e tendo em vista o disposto na Lei Federal no 12.846, de 1º de agosto de 2013, e,

CONSIDERANDO a necessidade de simplificação, suficiência e especificidades municipais na disciplina da Lei Anticorrupção,
DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal no 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública municipal.

CAPÍTULO II

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Secretário Municipal do órgão em face do qual foi praticada a irregularidade.

Parágrafo único. Em se tratando de entidades da administração indireta, a competência é do Secretário Municipal do órgão ao qual a entidade encontra-se vinculada.

Seção II

Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal no 12.846, de 2013.

Subseção I

Da instauração, tramitação e julgamento

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do

caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 11. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal no 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 12. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 13. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 14. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

Art. 15. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

Seção I

Disposições gerais

Art. 16. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal no 12.846, de 2013:

I - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo

administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e

II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Seção II

Da Multa

Art. 17. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 18. Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal no 12.846, de 2013.

§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 19. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 20. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

Seção III

Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art. 21. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos

de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 23. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal no 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal no 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal no 12.846, de 2013.

Art. 24. Compete ao Setor de Controle Interno em conjunto com o Setor Jurídico celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, independentemente de tratar-se de fatos ocorridos no âmbito de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta.

§ 1º. O acordo observará os termos estabelecidos no Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 2º. Fica assegurada a participação do Ministério Público no acordo de leniência, que poderá se dar em decorrência de sua própria iniciativa, de solicitação da pessoa jurídica proponente ou de convite do Setor de Controle Interno do Município.

Art. 25. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§ 3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§ 4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 26. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art. 27. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art. 28. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 29. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação

para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 31. A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 32. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 33. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

CAPÍTULO VI

DOS CADASTROS

Art. 34. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 2011.

Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC

Em, 08 de outubro de 2018.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Rafael Favretto

Advogado Assessor Geral

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA N.º291, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768705

PORTARIA N.º291, de 03 de outubro de 2018.

“Concede licença a servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Nilva Bau Boss, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03.10.2018 a 17.10.2018.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 03 de outubro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 003-2018-CMDCA

Publicação Nº 1768465

RESOLUÇÃO Nº 0003/2018, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE O HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE PARA AS CONSELHEIRAS TUTELARES.”

ANDRE IGOR LAZAROTTO, Presidente do CMDCA do município de Barra Bonita(SC), no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 46, da Lei Municipal 732/2015, e que lhe são conferidas,

Resolve:

Art.1º Fica autorizado conforme deliberação em Ata nº 100/2018 da reunião realizada no dia 28 de setembro e ata 101/2018 da reunião realizada no dia 01 de outubro de 2018, a realização de horário especial para as quatro Conselheiras Tutelares vigentes até a incorporação da quinta Conselheira Tutelar.

Art. 2º Resolve que atuem em três Conselheiras Tutelares ficando uma de sobreaviso, como forma de compensar o horário extra em plantões; visto que estão em número reduzido.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a contar do dia 08/10/2018.

Barra Bonita(SC), 01 de outubro de 2018

Andre Igor Lazarotto

Presidente do CMDCA

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 01/008/2018 - ALTERAÇÃO DE VALOR

Publicação N° 1769011

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratada: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA EPP
Licitação: Proc. Administrativo 094/2017 - TP 011/2017
Objeto: Construção de garagem de ônibus para Secretaria de Educação do Município, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, de acordo com as especificações contidas no Anexo I.
Alteração de Valor
Valor do Contrato: R\$ 12.097,01 (doze mil, noventa e sete reais e um centavos)
Data da vigência: 03/10/2018
Data do vencimento: 19/12/2019
Barra Velha, 03 de outubro de 2018
CLEBER DE SOUZA –
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN -
Prefeito

ADITIVO CONTRATO 01/23/2018 - ALTERAÇÃO DE VALOR

Publicação N° 1768892

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratada: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
Licitação: Proc. Administrativo 012/2018 - TP 009/2018
Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao contrato para construção de Pátio, Muro e Módulo de Sala de Aula destinado ao CEI Célia Muller Cubas, no Bairro Vila Nova, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global Por Item. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.
Alteração de Valor
Valor do Contrato: R\$ 37.364,78 (trinta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)
Data da assinatura: 03/10/2018
Data do vencimento: 18/12/2018
Barra Velha, 03 de outubro de 2018
CLEBER DE SOUZA –
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN -
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 081/2018 PMBV

Publicação N° 1768656

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 067/2018 - PMBV
PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2018 - PMBV
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2018-PMBV
Contratada: VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA
Objeto: Aquisição de 02 Software Autocad Civil e 01 Software Autocad com a finalidade de regulamentar os de utilidade da Secretaria de Planejamento, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.
Valor da Ata: R\$ 19.910,00

Data de Assinatura: 01/10/2018
Data de Vencimento: 01/10/2019
Barra Velha, 01 de outubro de 2018
SAUL STELMAR NETTO
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018

Publicação Nº 1769157

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018

Objeto: O objeto de que trata o presente é a aquisição peças e materiais e mão de obra qualificada, destinado na manutenção da motoniveladora Caterpillar 12g, a serviço da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Estradas Vicinais, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 01 de outubro de 2018.
Cleomar Pisoni
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA Nº 06/2018 - FMS

Publicação Nº 1769154

MUNICIPIO DE BELMONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº 06/2018

Objeto: O objeto de que trata aquisição aberturas (janelas e porta) destinadas na instalação na academia da unidade básica de saúde, sendo assim a otimização e melhor utilização deste espaço, conforme memorial descritivo de engenharia. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 05 de outubro de 2018.

Volmir José Frozza
Gestor do FMS

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2018 - DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE MENCIONA

Publicação Nº 1769015

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 108/2018, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE MENCIONA.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e de conformidade com a Lei nº 515, de 25-11-1985, alterada pela Lei nº 841, de 20-10-1993;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis os bens móveis constantes na relação anexa ao presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 108/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 04 de outubro de 2018.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

RELAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS

LOTE 01: SUCATAS DE INFORMÁTICA, TELEFONIA, ELETRÔNICOS, CADEIRAS, CARTEIRAS, ARMÁRIOS E OUTROS.

LOTE 02: UMA CAÇAMBA PEQUENA DE CAMINHÃO, COR AMARELO, COM O PISTÃO.

LOTE 03: 01 VEÍCULO JEEP WILLYS, ANO/MODELO 1967, PLACAS MDU-6770, RENAVAL 547259450, COR AZUL, GASOLINA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, SEM MOTOR, NÚMERO DA FROTA 13.

LOTE 04: UM VEÍCULO GM/CORSA SEDAN GL 1.6, ANO/MODELO 1997, PLACAS LYL-4562, RENAVAL 671467328, COR BRANCA, GASOLINA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 44.

LOTE 05: 01 (UMA) MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 120B, ANO 1978, COR AMARELA, DIESEL, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 16.

LOTE 06: 01 (UMA) MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 120B, ANO 1974, COR AMARELA, DIESEL, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NÚMERO DA FROTA 21.

LOTE 07: UM VEÍCULO PICUP WILLYS, ANO/MODELO 1976, PLACAS MDS-5400, RENAVAL 547251726, COR BRANCA, CARROCEIRA DE MADEIRA, GASOLINA. OBS: O VEÍCULO POSSUI MOTOR, PORÉM NÃO É O MOTOR REGULARIZADO AO VEÍCULO E NEM SERÁ POSSÍVEL REGULARIZAR COM ESSE MOTOR CONSTANTE NO VEÍCULO, NÚMERO DA FROTA 35.

LOTE 08: UMA RETROESCAVADEIRA CASE, MODELO 580L, ANO 1999, COR AMARELA, DIESEL, NÚMERO DA FROTA 48, USADA E NO

ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 09: UM CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENS, MODELO LB2318, ANO/MODELO 1990, PLACAS LZX 5515, RENAVAL 547260946, SEM CAÇAMBA, COM MOTOR DANIFICADO, NÚMERO DA FROTA 26.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

LOTE 10: 01 PULVERIZADOR AGRÍCOLA MARCA MONTANA C/400 LITROS, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 11: UM DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, MARCA FERTILANSE, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 12: UM VEÍCULO FIAT/UNO S IE, ANO/MODELO 1994, PLACAS LWR 8383, RENAVAL 545746590, ALCOOL, USADO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA. NÚMERO DE FROTA 58.

LOTE 13: SUCATA FERROZA COM APROXIMADAMENTE 1.500KG, ONDE SERÁ VENDIDO POR ESTIMATIVA DE PESO, NÃO SERÁ PESADO.

LOTE 14: JANELAS DE FERRO ENVRIDRAÇADAS E UMA PORTA DE FERRO, USADA NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

LOTE 15: UMA CAÇAMBA COR BRANCA, MARCA FREEWIL, SEM PISTÃO E SEM CHASSI, USADA NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA.

Observação: Bens usados no estado em que se encontram.

Município de Benedito Novo, aos 05 de outubro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS TP187/2018-PMB

Publicação Nº 1769306

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS TP187/2018-PMB

ÀS 16:00 HORAS DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2018, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 259/2018, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO CERTAME: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME, ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME, PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP E CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

ESTAVA PRESENTE NA SESSÃO O REPRESENTANTE DA EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

DANDO INÍCIO À SESSÃO FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DAS REFERIDAS EMPRESAS. OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELO REPRESENTANTE PRESENTE E PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

OS VALORES APRESENTADOS FORAM OS SEGUINTE:

AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME

LOTE 01: R\$315.620,67;
LOTE 02: R\$318.918,30;
LOTE 03: R\$171.286,53;
LOTE 04: R\$188.490,65.

ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME

LOTE 01: R\$287.092,77;
LOTE 02: R\$289.186,01;
LOTE 03: R\$159.910,33;
LOTE 04: R\$175.583,27.

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

LOTE 01: R\$289.526,15;
LOTE 02: R\$273.877,24;
LOTE 03: R\$144.430,27
LOTE 04: R\$158.609,34.

CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

LOTE 01: R\$333.709,25;
LOTE 02: R\$317.485,96;
LOTE 03: R\$167.060,94;
LOTE 04: R\$184.973,43.

DIANTE DO EXPOSTO A EMPRESA ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME APRESENTOU MENOR VALOR NO LOTE 01. A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP APRESENTOU MENOR VALOR NOS LOTES:02,03 E 04.

A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, SOLICITA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME, TENDO EM VISTA QUE OS VALORES DA PROPOSTA ELETRONICA DE CADA LOTE NÃO CONDIZEM COM OS VALORES DA PROPOSTA IMPRESSA, NÃO ATENDENDO O DESCRITO NO ITEM 11.1, 11.2 E 11.3 DO EDITA.

SENDO ASSIM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DECIDE ACATAR O PEDIDO DA EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, INABILITANDO A EMPRESA ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME DO CERTAME. DIANTE DO EXPOSTO FICA ABERTO O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA ATA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, CASO HAJA INTERESSE DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROCESSO.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELO REPRESENTANTE PRESENTE.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

NABEL ANA M. DE CAMPOS ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA
PRESIDENTE MEMBRO

ZILSA ROSENY CORRÊA

MEMBRO

PARTICIPANTES: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DECRETO Nº 205/2018

Publicação Nº 1769343

DECRETO Nº 205/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2018.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3797/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 415.800,00 (Quatrocentos e quinze mil e oitocentos reais) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.44.000000 - Royalties do Petróleo e 0.2.29.000125 - Manutenção das Ações Média e Alta Complexidade, nas dotações abaixo relacionadas:

10. SECRETARIA DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	350.000,00
3.1.90.00/0.2.29.000125	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	350.000,00

13. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1301.15.452.0009.2076	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos	65.800,00
3.3.90.00/0.1.44.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	65.800,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Biguaçu, 08 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 206/2018

Publicação Nº 1769344

DECRETO Nº 206/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2018.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.797/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.02.000000 alocado nas ações de governo de nº 2032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e 2034 - Manutenção da UPA estão acima das necessidades para o exercício de 2018;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2033 - Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu e 1010 - Aquisição de Veículos, para atender despesas de custeio até o final do exercício;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da saúde em 2018 e envolvendo ações relacionadas à saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3.828/2017:

REDUÇÃO

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.10.301.0004.2032	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	2.828,00
3.3.90.00	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta	2.828,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	2.828,00

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	350.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	350.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	350.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.10.301.0004.2033	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	350.000,00
3.3.90.00	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta	350.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	350.000,00

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001.10.301.0004.1010	Aquisição de Veículos	2.828,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.828,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	2.828,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de outubro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 207/2018

Publicação Nº 1769345

DECRETO Nº 207/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3797/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3828/2017 - Lei Orçamentária para 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3828/2017:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

0301.04.122.0001.2006	Manutenção da Secretaria de Governo	3.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.000,00

	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	3.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de outubro de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

REPUBLICAÇÃO CC184/2018-PMB

Publicação N° 1768838

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
AVISO REPUBLICAÇÃO CC184/2018-PMB

Tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar da CC184/2018-PMB, que tem como objeto a concessão de espaço público para fins de exploração comercial de bar e lanchonete, no Ginásio de Esportes Nagib Salum, conforme autorização da Lei Municipal 2866 de 22 de dezembro de 2009, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos das supras referidas Leis, fica a mesma republicada para a seguinte data:

Data de Recebimento dos envelopes documentação e proposta: até às 13h45min horas do dia 12/11/2018, na Diretoria de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope documentação e proposta: às 14h00min horas do dia 12/11/2018, na Sala da Diretoria de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, SC, 08 de outubro de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO IL177/2018-PMB

Publicação N° 1768813

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório INEXIGIBILIDADE 177/2018-PMB, objetivando "contratação de palestrantes para a XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a ser realizada no dia 16 de agosto de 2018", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 08 de outubro de 2018.

Daniel Cesar da Luz
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2018

Publicação N° 1769339

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2018

A Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia 25 de Outubro de 2018, com a entrega dos envelopes até às 13h30min, e abertura às 14h00min horas, também no dia 25 de Outubro de 2018, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação n° 013/2018 na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE.

Local para obtenção do edital: site da Câmara Municipal de Biguaçu, www.cmb.sc.gov.br (Transparência – Licitações – Pregões) ou através do e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 09 de Outubro de 2018.

Marconi Kirch

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA EXONERAÇÃO Nº 135/2018

Publicação Nº 1769346

PORTARIA Nº 135/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, A PEDIDO, do servidor Gabriel Bouson, do cargo EFETIVO de serviços gerais, nomeado pela portaria nº 060/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08 de outubro de 2018.

Biguaçu/SC, 08 de outubro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.939/2018

Publicação Nº 1769172

DECRETO Nº 11.939, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei nº 8.629, de 21 de setembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08 – SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2270 – Man. Ativ. de Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (144) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0052.1015 – Construção de Gabião

Modalidade 4.4.90 (364) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECR. MUNIC. DE DESENV. ECON. INOVAÇÃO E EMPREEND.

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Projeto 15.03.20.606.0095.1037 – Proj. Esp. p/ Ações Des. Rural

Modalidade 4.4.90 (600) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITOUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.15.451.0094.2410 – Man. Ativ. Man. Bairro Vila Itoupava

Modalidade 4.4.90 (816) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SEC. MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man. Ativ. Div. Ações Governo

Modalidade 3.3.90 (142) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev. e Errad. Riscos Ambientais e Sociais

Modalidade 4.4.90 (345) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1016 – Construção de Muros

Modalidade 4.4.90 (367) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta, até o valor de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.122.0038.2133 – Manut. Ativ. FMD

Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 24.01.27.811.0058.2135 – Part/Real. Eventos Esportivos
Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0060.2177 – Qualificação/Educação na Saúde
Modalidade 3.3.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2401 - Fundação Municipal de Desportos
Atividade 24.01.27.811.0058.2348 – Apoio Fin. Atleta/Bolsa- Desportista
Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0041.2247 – Exec. Ações Decor. Emerg. Cal. Publica
Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de setembro de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD - PAD Nº 001/2018

Publicação Nº 1769178

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD
PAD Nº. 001/2018
INDICIADO: M.I.G.
ADV: André Luiz de Almeida - OAB/SC 36.982
DESPACHO: Intime-se o Advogado do servidor indiciado para comparecer à audiência de interrogatório designada para o dia 23 de outubro de 2018, às 14 horas.

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD - PAD Nº 003/2018

Publicação Nº 1769186

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD
PAD Nº. 003/2018
INDICIADO: J.L.S
INDICIADO: J.S
ADV. Dr. Ivan Naatz – OAB/SC 9145 / Dra. Marianka Starke Doring – OAB/SC 33.369; Dr. Jairo Vieira dos Santos – OAB/SC 37.728
DESPACHO: Intimem-se os Advogados dos servidores indiciados para acompanharem à audiência designada para o dia 16 de outubro de 2018, às 14 horas.

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 1ª CPASD
PAD Nº. 003/2018

INDICIADO: J.L.S

INDICIADO: J.S

ADV. ADV. Dr. Ivan Naatz – OAB/SC 9145 / Dra. Marianka Starke Doring – OAB/SC 33.369; Dr. Jairo Vieira dos Santos – OAB/SC 37.728

DESPACHO: Intimem-se os Advogados dos servidores indiciados para acompanharem à audiência de interrogatório designada para o dia 17 de outubro de 2018, às 14 horas.

INTIMAÇÃO - 3ª CSPAD - PAD Nº 022/2017 - PAD Nº 008/2018 - PAD Nº 012/2018 E PAD Nº 015/2018

Publicação Nº 1769192

INTIMAÇÃO 3º CSPAD

PAD nº. 022/2017

INDICIADO: F.G.S.

ADV.: BRUNO HENRIQUE MATTE - OAB/SC 42.854

DESPACHO: Intimo a defesa para audiência de instrução - testemunha arrolada pela defesa às fls. 65 e para o interrogatório do indiciado.

Data: 23/10/18 às 09:00h

Local: Rua XV de Novembro, 1505 - 3º Andar.

PAD nº. 008/2018

INDICIADO: M.B.

ADV.: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA - OAB/SC 36.982

DESPACHO: Intima-se a defesa para audiência de instrução - testemunhas arroladas pela defesa às fls. 65.

Data: 25/10/18 às 09:00h

Local: Rua XV de Novembro, 1505 - 3º Andar.

PAD nº. 012/2018

INDICIADO: A.M.C.

ADV.: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA - OAB/SC 36.982

DESPACHO: Intima-se a defesa para audiência de instrução - - testemunhas arroladas às fls. 38v.

Data: 30/10/18 às 09:00h

Local: Rua XV de Novembro, 1505 - 3º Andar.

PAD nº. 015/2018

INDICIADA: N.R..

ADV.: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA - OAB/SC 36.982

DESPACHO: Intima-se a defesa para audiência de instrução - - testemunhas arroladas às fls. 45v.

Data: 01/11/18 às 09:00h

Local: Rua XV de Novembro, 1505 - 3º Andar.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018

Publicação Nº 1769202

MUNICIPIO DE BLUMENAU – PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2018

Objeto: Aquisição de equipamentos para salas e auditório da ETSUS, sendo projetores multimídia e caixa de som, conforme especificações constantes neste Edital - SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 18 de outubro de 2018, às 09h:00min. Início da sessão: dia 18 de outubro de 2018, às 09h:30min. Edital completo: via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 05/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2018

Publicação Nº 1769203

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2018

Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente (papel, envelope, cartolina, etc.), pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - PROEB, FMAS, FMDCA, FAEMA, FMD, FCB, SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 23 de outubro de 2018, às 09h00min. Início da sessão: dia 23 de outubro de 2018, às 09h30min. Participação exclusiva de ME e EPP nos itens/lotos contemplados no art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 09/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2018

Publicação Nº 1769205

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2018

Utilizamos-nos do presente para informar a SUSPENSÃO da abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial supracitado com data de abertura publicado para a Entrega e protocolo dos envelopes: dia 09 de outubro de 2018, até às 09:00 horas. Aquisição de 04 (quatro) ar condicionado tipo split, capacidade 58.000 a 60.000 BTU's, conforme especificações constantes neste Edital - SEDEAD. Motivo: Impugnação. Oportunamente será publicada nova data de abertura. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 08/10/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 781/2018 - FAEMA

Publicação Nº 1769206

PORTARIA Nº 781

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

EDER ANTÔNIO BORON, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005 e, com base nos artigos 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais, integrantes do Quadro Permanente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA:

MATRÍCULA Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO VENCTO	GGRUPO OCUPAC	A PARTIR DE
1128	GILMARA GONÇALVES REBELO	Químico	C	GE	01/10/2018
1157	TIAGO LAIBIDA TOLENTINO	Geólogo	B	GE	01/10/2018

Blumenau(SC), 04 de outubro de 2018.

EDER ANTÔNIO BORON

Presidente da FAEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2230/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1769208

PREGÃO PRESENCIAL 06-2230/2018

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de levantamentos topográficos, sondagem SPT, rotativa e a trado , para reconhecimento de solo e sondagem Geotécnica em água, conforme especificações deste edital, pelo período de 01 ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Empresas:

CCL SERVIÇOS EM RODOVIAS EIRELI ME

CNPJ: 29.105.107/0001-86

Valor total R\$ 175.000,00

AZIMUTE ENGENHARIA LTDA - ME

CNPJ: 80.095.425/0001-60

Valor total R\$ 112.000,00

SERGIO LUIZ HAYASHI EIRELI

CNPJ: 86.984.754/0001-49

Valor total R\$ 48.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 05/10/2018.

Blumenau (SC), 09/10/2018.

Cleverton João Batista

Diretor Presidente

PORTARIA N° 6810/2018 - ISSBLU

Publicação N° 1769213

PORTARIA N.º 6810/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ALBERTO DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUIZ ALBERTO DE SOUZA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20024030.1.00236/15-0, em 31/03/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Escola Técnica Tupy	01/03/1974 a 26/07/1974
	01/08/1974 a 13/12/1974
	03/03/1975 a 25/07/1975
	01/08/1975 a 12/12/1975
	01/03/1976 a 23/07/1976
	01/08/1976 a 10/12/1976
Corroderias Nielson S.A.	24/01/1977 a 29/11/1977
Sperry Rand do Brasil S.A.	12/12/1977 a 26/07/1979
Prefeitura Municipal de Joinville	06/06/1986 a 27/09/1989
Contribuinte Individual	01/07/1990 a 31/01/1992
	01/03/1992 a 31/03/1992

Totaliza o tempo de 3555 (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco) dias, correspondente a 9 (nove) anos, e 9 (nove) meses, conforme Processo n.º 02291/06/2017.

Blumenau, 27 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA N° 6811/2018 - ISSBLU

Publicação N° 1769220

PORTARIA N.º 6811/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LILIAN BEWIAHN SCHWABE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LILIAN BEWIAHN SCHWABE, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00097/18-0, em 13/08/2018, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 03/09/1984 a 21/02/1994, totalizando 3454 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 5 (cinco) meses, e 19 (dezenove) dias, conforme Processo n.º 04812/09/2018.

Blumenau, 27 de setembro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6812/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1769223

PORTARIA N.º 6812/2018

ALTERA A PORTARIA N.º 4450/2014 QUE CONCEDEU PENSÃO TEMPORÁRIA À ADRIANA DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o falecimento corrido em 12 de setembro de 2018, de Cirlene Leffer de Souza, genitora de Adriana de Oliveira, beneficiária de pensão temporária neste Instituto, resolve

ALTERAR,

a Portaria n.º 4450/2014, de 29 de outubro de 2014, que concedeu pensão temporária à ADRIANA DE OLIVEIRA, filha de WILSON DE OLIVEIRA, servidor público municipal aposentado, excluindo do ato a representante da beneficiária, CIRLENE LEFFER DE SOUZA, em virtude do seu falecimento, ocorrido em 12 de setembro de 2018.

Blumenau, 1 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6813/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1769226

PORTARIA N.º 6813/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCINEIA SANCHES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUCINEIA SANCHES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 711/2018, de 20/06/2018, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no período de 02/05/1990 e 31/12/1990, totalizando 244 (duzentos e quarenta e quatro) dias, correspondente a 8 (oito) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 04826/10/2018.

Blumenau, 1 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6814/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1769230

PORTARIA N.º 6814/2018

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MAILI LERCHE JUNCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MAILI LERCHE JUNCK, cônjuge de OSVALDO JUNCK, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 26 de setembro de 2018, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 2.079,97 (Dois mil, setenta e nove reais e noventa e sete centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 9399/10/2018.

Blumenau, 2 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6815/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1769237

PORTARIA Nº 6815/2018

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE NOELCI APARECIDA RIBEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

TORNAR SEM EFEITO,

a nomeação de NOELCI APARECIDA RIBEIRO, em conformidade com o disposto no artigo 16, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, para o cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal, Categoria 5, do Grupo Ocupacional Funcional, Carga horária de 40 (quarenta) horas, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, nomeada pela Portaria Nº 6737/2018, de 28 de agosto de 2018.

Blumenau, 3 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6816/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1769239

PORTARIA N.º 6816/2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 2018 ÀS 14 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KAREN CRISTINA BOZKO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 5 de outubro de 2018, às 14 horas.

Blumenau, 3 de outubro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 596/2018 - FURB

Publicação Nº 1769243

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 596/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

WORLDPOINT BRASIL LLC

OBJETO: Aquisição de equipamentos para o laboratório de habilidades do Centro de Ciências da Saúde da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 387/2018 e Contrato nº 270/2018 firmado em 10 de outubro de 2018.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante nas seguintes tabelas, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 06				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)

1	4 Con-juntos	Desfibrilador de treinamento (simulador de desfibrilador semi-automático) com controle remoto. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	1.375,00	5.500,00
---	--------------	---	----------	----------

Marca e Modelo	PRESTAN, MODELO PP-AEDT-KIT-109
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)	12 (doze) meses
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)	Cinco mil e quinhentos reais.

Lote 08				
Item	Qtde.	Descrição do Item	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	1 Conjunto	Simulador de parto – Pelve feminina adulto. Com as características constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Presencial nº 387/2018.	22.800,00	22.800,00
Marca e Modelo		NASCO, MODELO LF00042		
Prazo de garantia (mínimo 12 meses)		12 (doze) meses		
Preço Total do Lote (em reais e por extenso)		Vinte e dois mil e oitocentos reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o efetivo fornecimento (com descarga) dos equipamentos e nos itens do Lote 1 a instalação e treinamento, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e)

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, limitada ao término do exercício financeiro, na forma disposta no caput do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 10/10/2018.

EXTRATO Nº 597/2018 - FURB

Publicação Nº 1769246

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 597/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 462//2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Inexigibilidade de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 832/2016/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO EXCLUSIVA DOS REAGENTES THS, T4L, PSA E FERRITINA DA FABRICANTE "HACH" PARA O ESPECTROFOTÔMETRO DR-2800 E DIGESTOR ANAERÓBIO DRB-200 (MARCA HACH/HEXIS - PATRIMÔNIO Nº 27317 E 32311) EM USO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL DA UNIVERSIDADE. Contratada: HEXIS CIENTÍFICA S/A (CNPJ Nº 53.276.010/0001-10). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/1993 e Parecer Jurídico nº 532/2018/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento dos materiais e NF. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 9.862,45 (nove mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90. (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.40 (Material Biológico).

Blumenau, 08 de outubro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 30/2018 SUSPENSÃO

Publicação N° 1768797

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC
PROCESSO 58/2018
PR 30/2018

NO HORÁRIO PREVISTO PARA ABERTURA DO CERTAME ESTANDO PRESENTES A EMPRESA NOSSA SENHORA DE FATIMA CNPJ 28.282.273/0001-95 POR MEIO DO SR. GEDSON JACOMO COLOMBRO DE BONA E BAGIO SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM CNPJ 02.336.601/0001-03 POR MEIO DILVENIR BAGIO, A PREGOEIRA SE SERVINDO DE SEUS PODERES RESOLVE SUSPENDER A PRESENTE ABERTURA DAS PROPOSTAS POR CONTA DO RECEBIMENTO NESTA DATA HÁ TRINTA MINUTOS DA HORA PREVISTA O C.I 07/2018 E OF. 294/2018 DO CONTROLE INTERNO E DA CAMARA DE VEREADORES RESPECTIVAMENTE, APONTANDO SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO EDITAL CAPAZ DE PROVOCAR PREJUÍZOS À MUNICIPALIDADE. PELO EXPOSTO RESOLVE SUSPENDER, REQUERER INFORMAÇÕES E AVERIGUAÇÕES AOS RESPONSÁVEIS (SECRETARIOS, DIRETOR DE COMPRAS, ADMINISTRAÇÃO E SETOR DE LICITAÇÕES) A PARTIR DO ACIMA EXPOSTO. SEM MAIS, INTIMEM-SE E PUBLIQUE-SE.

BOM JARDIM DA SERRA, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

SABRINA DE ASSUNÇÃO PADILHA
PREGOEIRO(A)

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 219/2018, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768486

PORTARIA Nº 219/2018, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Valdenor Nascimento, inscrito no CPF sob nº 664.756.439-04, com matrícula sob nº 746-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, para acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 077/2018 e 078/2018 referente ao Processo Licitatório nº. 1902/2018, sendo objeto a contratação de empresas para Fornecimento Óleos Lubrificantes com o devido serviço de troca.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de outubro de 2018

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.226-2018 CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO**

Publicação Nº 1769037

=====

DECRETO Nº 2.226/2018

=====

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere Lei nº 1.438/2018, de 08 de outubro de 2018.

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) conforme abaixo especificado:

11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-302-007-2.86	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.3.9.3.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
0.1.02 (219)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (257)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 50.000,00
10-301-007-2.67	Manutenção E Funcionamento Da Assistência Farmacêutica - AF
3.3.9.3.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
0.1.02 (223)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 75.000,00
10-304-007-2.22	Manutenção Da Fiscalização e Vigilância Sanitária
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (228)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 25.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 08 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de outubro de 2018.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

LEI 1.438-2018 CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

Publicação Nº 1769036

=====

LEI Nº 1.438/2018

=====

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) conforme abaixo especificado:

11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-302-007-2.86	Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.9.3.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
0.1.02 (219)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11000	Fundo Municipal de Saúde
11001	Fundo Municipal de Saúde
10-301-007-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (257)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 50.000,00
10-301-007-2.67	Manutenção E Funcionamento Da Assistência Farmacêutica - AF
3.3.9.3.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos
0.1.02 (223)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 75.000,00
10-304-007-2.22	Manutenção Da Fiscalização e Vigilância Sanitária
3.1.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.02 (228)	Receitas Impostos Transf De Impostos – Saúde R\$ 25.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 08 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de outubro de 2018.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 5 2017 FMS

Publicação Nº 1750250

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multiviscoso para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API - CI - 4 SAE 15W40, (4932)	LTS	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	MOURA	0	14,0841	1
2	Óleo lubrificante multiviscoso sintéticos de alta performance para motores movidos a gasolina, álcool e diesel, classificação API - SI SAE 5W30 (19513)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	PETROBRAS	0	14,4070	2
3	Filtro lubrificante PEL-119 (4935)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	29,1036	1
4	Filtro lubrificante PSL - 55 (4937)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	29,7990	2
5	Filtro lubrificante PSL - 619 (4936)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	18,9309	1
6	Filtro lubrificante HU923 X (17643)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	19,3291	2
7	Filtro lubrificante PSL - 311 (4939)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	18,1188	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	18,5237	2
			XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	52,4353	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	53,6919	2
			XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	21,9347	1

Página: 2/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	22,4611	2
8	Filtro Combustível GL04/7 (4940)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	18,5117	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	18,9264	2
9	Filtro Combustível PC947 (4941)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	39,7740	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	40,7164	2
10	Filtro combustível PSC-881 882 (19514)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	90,8122	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	92,1711	2
11	Filtro combustível R2610MBAQII (17644)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	73,8985	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	RACOR	0	75,7056	2
12	Filtro de ar ARL - 4154 (4943)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	38,2459	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	39,1504	2
13	Filtro de ar ARL - 8834 (4944)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	23,1659	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	23,7139	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Filtro de ar ARL - 5137 (4945)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	60,7132	1
15	Filtro de ar ARL-4152 (4946)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	62,2200	2
16	Filtro de ar ARL-5310 (4947)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	42,4547	1
17	Filtro de ar condicionado ACP 131 (4949)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	43,4905	2
18	Filtro de ar condicionado ACP 906 (4950)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	48,8552	1
19	Filtro de ar condicionado ACP 003 (4951)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	50,0677	2
20	Filtro de ar condicionado ACP 600 (4952)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	37,6522	1
						38,5687	2
						26,2657	1
						26,8460	2
						23,6810	1
						24,2509	2
						37,8879	1

Página: 4/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Número do Registro de Preços: 5/2017 **Data do Registro: 09/10/2017** **Válido até: 09/10/2018**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	38,7477	2
21	Filtro de ar condicionado ACP 103 (4953)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	28,8591	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	29,5306	2
22	Filtro de ar ARS-1013 (19515)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	37,8705	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	38,8103	2
23	Filtro diesel PEC - 3023 (19516)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	65,2451	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	66,8464	2
24	Filtro Lubrificante PSL 657 (19517)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	36,4559	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	37,3159	2
25	Arruela alumínio vedação óleo (4506)	PC	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	2,1219	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	2,1745	2
26	Filtro motor PEL 678 (WOE-506) (19518)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	59,3772	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	59,9560	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2017

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Filtro diesel PEC 947 (FCD 0816/2) (19519)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	37,8355	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	38,7477	2
28	Filtro de ar ARL 5140 (E-1053L) (19520)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (6569)	WEGA	0	55,6662	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	57.0029	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2017

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 5/2017		Data do Registro: 09/10/2017		Válido até: 09/10/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2017
PROCESSO Nº 17/2017

(6569) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME
(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 9 de Outubro de 2017.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041-2018

Publicação Nº 1769372

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 041/2018 entre o Município de Brusque e FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE-FEBE. Objeto: quantitativo. Origem Dispensa de Licitação nº 013/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: William Fernandes Molina e Gunther Lothar Pertchy

EXTRATO 4º DE REALINHAMENTO À ATA 049-2017

Publicação Nº 1769368

EXTRATO 4º DE REALINHAMENTO À ATA 049-2017

Espécie: 4º termo de realinhamento à Ata nº 049/2017, entre o Município de Brusque e a empresa Compasa Do Brasil - Dist.De Deriv.De Petroleo LTDA. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de produtos derivado de petróleo. Valor: item 1 R\$2.244,42 Valor: item 2 R\$ 4.655,56 Valor: item 3 R\$3.008,87 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 084/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ricardo José de Souza e Odair Antonio Criminacio

EXTRATO 8º DE REALINHAMENTO À ATA 054-2017

Publicação Nº 1769369

EXTRATO 8º DE REALINHAMENTO À ATA 054-2017

Espécie: 8º termo de realinhamento à Ata nº 054/2017, entre o Município de Brusque e a empresa AUTO POSTO DANIELA LTDA. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de produtos derivado de petróleo. Valor: item 2 R\$4,102 item 3 R\$3,208 item 4 R\$3,292 Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 101/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Rodrigo Costa Alvarez

EXTRATO CONTRATO Nº 080-2018

Publicação Nº 1769373

EXTRATO CONTRATO Nº 080-2018

ESPÉCIE: Contrato nº 080/2018, entre o Município de Brusque e CONTESTY TESTE E ANALISES TÉCNICAS EIRELI. Objeto: contratação de empresa de laboratórios de tecnologia de materiais para a prestação de serviços técnicos de análise de material asfáltico e agregados em obras e serviços do Município de Brusque/Sc VALOR R\$220.129,00. ORIGEM: Inexigibilidade nº 005/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses Signatários: Andréa Patricia Volkmann e Daniel Ferreira

EXTRATO CONTRATO Nº 083-2018

Publicação Nº 1769374

EXTRATO CONTRATO Nº 083-2018

ESPÉCIE: Contrato nº 083/2018, entre o Município de Brusque e FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE-FEBE objeto: prestação de serviços de elaboração do Plano de Mobilidade de Brusque, nos termos da Lei Municipal 135/2008 – Plano Diretor Municipal e Lei Federal n. 12.587/2012 – Política Nacional de Mobilidade Urbana no Município de Brusque. Origem: Dispensa de Licitação 010/2018. dotação orçamentária: conforme processo administrativo. vigência: 12 meses signatários: Valério De Moraes Kosel e Günther Lothar Pertschy

EXTRATO CONTRATO Nº 100-2018

Publicação Nº 1769375

EXTRATO CONTRATO Nº 100-2018

ESPÉCIE: Contrato nº 100/2018, entre o Município de Brusque e ITAQUÁ CONSTRUÇÕES EIRELI EPP objeto: contratação de empresa para execução de muro de contenção, localizado na Rua José Winter, Município De Brusque, meta 10 e meta 11. Origem: Tomada de Preço

010/2018. dotação orçamentária: conforme processo administrativo. vigência: 12 meses signatários: Andréa Patrícia Volkmann e Marcondes Schmitz

EXTRATO CONTRATO N° 147-2018

Publicação N° 1769378

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 147/2018

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ZELIR FATIMA CORDEIRO DOS SANTOS	13/08/2018 – 14/12/2018

ORIGEM: Processo Seletivo nº 11/2017

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 08/10/2018

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 056-2018

Publicação N° 1769370

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 056-2018

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 056-2018 em 18/07/2018 - OBJETO aquisição de cimento CP IV 32- VALOR: R\$ 330.200,00 - ORIGEM: Pregão nº 063/2018 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza e Edena Beatris Censi

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 079-2018

Publicação N° 1769371

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 079-2018

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 079-2018 em 26/09/2018 - OBJETO aquisição de baterias automotivas VALOR: R\$ 105.653,40 - ORIGEM: Pregão nº 103/2018 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza e Edena Beatris Censi

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 044-2018 - SAMAE

Publicação N° 1769376

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 044/2018

ESPÉCIE: Reequilíbrio de preços para serviço de reposição asfáltica. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 003/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.2292.333903921000000.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2018. FISCAL CONTRATO: Django Deucher. DATA DA ASSINATURA: 08/10/2018; VALOR: R\$ 2.600.043,00. CONTRATADA: Radial Engenharia e Construções EIRELI. Diretor do SAMAE.

Brusque, 08 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO Nº 004-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1769377

EXTRATO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 004/2018

ESPÉCIE: Reequilíbrio de preços para fornecimento de óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 048/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.2292.333903001000000.2000000; VIGÊNCIA: 31/12/2018. FISCAL CONTRATO: Mirrai Muller. DATA DA ASSINATURA: 08/10/2018; VALOR: R\$ 344.175,00. CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 08 de outubro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030-2018

Publicação Nº 1769379

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 030/2018

Pregão nº 010/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E INSUMOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

Impugnante: INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, não conhecer a impugnação apresentada pela empresa INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, diante da ausência de requisito de admissibilidade.

09/10/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações e Contrato

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031-2018

Publicação Nº 1769380

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 031/2018

Pregão nº 011/2018

OBJETO: Contratação de empresa com capacidade para elaboração de concurso públicos para médico auditor da Secretária de Saúde.

Impugnante: ACESSE CONCURSOS LTDA

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, recebo a impugnação apresentada por ACESSE CONCURSOS LTDA, embora ausente os requisitos de legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade ensejando o não conhecimento, no mérito considero PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos das razões acima exposta.

05/10/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações e Contrato

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157-2018

Publicação Nº 1769381

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 157/2018

Pregão nº 119/2018

OBJETO: Contratação de empresa com capacidade para elaboração das provas e realização do processo seletivo para contratação de profissionais ACT, mediante o regime jurídico da consolidação das leis do trabalho – CLT para a Secretaria de Educação, para o ano de 2019.

Impugnante: ACESSE CONCURSOS LTDA

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, recebo a impugnação apresentada por ACESSE CONCURSOS LTDA, embora ausente os requisitos de legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade ensejando o não conhecimento, no mérito considero PARCIALMENTE PROCEDENTE, nos termos das razões acima exposta.

05/10/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações e Contrato

PORTARIA Nº 2288-2018

Publicação Nº 1769397

PORTARIA Nº 2288/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora NATALIA BOHN DE SOUZA SOEIRA, matrícula Nº 10000119695-01, exercendo as funções de MONITOR ESCOLAR, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 09/09/2018 e 06/01/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/09/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2232-2018

Publicação Nº 1769385

PORTARIA Nº 2232/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor JOSE DA VEIGA, matrícula nº 726478-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque a contar de 06/09/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/09/2018 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de setembro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

João Roberto Beuting
Designado Responsável

PORTARIA Nº 2261-2018

Publicação Nº 1769386

PORTARIA Nº 2261/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARAIZA SARDO, matrícula nº 4138554-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 22/09/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/09/18, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de setembro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2262-2018

Publicação Nº 1769387

PORTARIA Nº 2262/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ELIAS DA ROSA BARBOSA, matrícula nº 4124413-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 23/09/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/09/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de setembro de 2018.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2270-2018

Publicação Nº 1769388

PORTARIA Nº 2270/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora ROSENILDA APARECIDA DOMINGUES, matrícula nº 945889-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 25/09/2018 à 23/03/2019.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 25/09/18 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de setembro de 2018

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2275-2018

Publicação Nº 1769389

PORTARIA Nº 2275/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender o Estágio Probatório da servidora CARLA REGINA DA LUZ, matrícula nº 672351-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE , lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 13/09/2018, ficando suspenso a contar de 28/09/2018.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/09/18, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2277-2018

Publicação Nº 1769390

PORTARIA Nº 2277/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ADIR JOSE DE OLIVEIRA, matrícula nº 851981-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos , a contar de 01/10/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 2291-2018

Publicação Nº 1769391

PORTARIA Nº 2291/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora CHRISTIANI KEMPT, matrícula nº 3727-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/10/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/18, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2295-2018

Publicação Nº 1769392

PORTARIA Nº 2295/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora DANIELI CAMARGO, matrícula nº 780014-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/10/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/18, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2296-2018

Publicação Nº 1769393

PORTARIA Nº 2296/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora LUCIANE MARQUES NUNES, matrícula nº 682276-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/10/2018.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/18, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2297-2018

Publicação Nº 1769394

PORTARIA Nº 2297/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora CARLA REGINA DA LUZ, matrícula nº 672351-03, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 03/10/2018.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de outubro de 2018

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2307-2018

Publicação Nº 1769395

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.307/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.064/2017.

RESOLVEM:

Art. 1º - Retificar em parte a Portaria nº 1.968/2015, publicada no DOM/SC edição nº 1793 de 28/07/2018, pág. 56, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "... NOELI MATIOLLI FISCHER... .. "

LEIA-SÊ: " NOELI MATTIOLI FISCHER "

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas publicações anteriores desta e revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

PORTARIA Nº 2308-2018

Publicação Nº 1769396

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2.308/2018

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.064/2017, e om fundamento nos artigos 1º, §1º, 33, I, a, 34 §1º e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 40, §1º, I da CF/1998 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003).

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 08-F/2016, benefício de Aposentadoria por Invalidez Proporcional a WILSON FASSINI, CPF 174.244.100-91.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/08/2000, revogadas as disposições em contrário, publicações anteriores desta e em especial a Portaria nº 3091/2000.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

PORTARIA Nº 2316-2018

Publicação Nº 1769384

Portaria nº 2316/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) SILVANA ROCHA MESCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotado(a) na Secretaria da Fazenda, pelo prazo de 60 dias, no período compreendido entre 09/10/2018 a 07/12/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 29/11/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Outubro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO 031-2018-SAMAE

Publicação Nº 1769383

Brusque, 08 de outubro de 2018.

Despacho do Diretor Presidente

Em resposta a:

Solicitação de Cancelamento a pedidos do Setor de Engenharia

Processo Licitatório 031/2018 – Modalidade Tomada de Preços

Considerando a solicitação do setor de Engenharia, com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93 e demais pareceres e documentos constantes dos autos, determino o cancelamento do presente certame.

Atenciosamente,

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE - PROCESSO LICITATÓRIO N° 179/2018 - LEILÃO N° 001/2018

Publicação N° 1769175

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO N° 179/2018 – LEILÃO N° 001/2018 – PRESENCIAL E ON-LINE

EDITAL: LEILÃO N° 001/2018

TIPO: MAIOR LANCE

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO

DATA, LOCAL E HORÁRIO: 25/10/2018 às 14h, no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador/SC, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, na cidade de Caçador/SC. Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito na Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor. O edital completo encontra-se disponível no site cacador.sc.gov.br, no ícone transparência – licitações.

Caçador, 08 de outubro de 2018.
SAULO SPEROTTO
PREFEITO

DECRETO N° 7.816

Publicação N° 1769111

DECRETO N° 7.816, de 8 de outubro de 2018.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 17, da Lei nº 3.400, de 18 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 95.527,50 (noventa e cinco mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO	
2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
4.123.2.2.5 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (20)	R\$ 55.000,00
4.123.2.2.15 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (84)	R\$ 40.527,50
SOMA	R\$ 95.527,50

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO	
2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
4.123.2.2.5 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
3.3.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (19)	R\$ 55.000,00
4.123.2.2.15 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	
4.4.90.00.00 – 0.1.00 – Aplicações Diretas (57)	R\$ 40.527,50
SOMA	R\$ 95.527,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 8 de outubro de 2018.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EXTRATO CONT. 146-2018 - INEXIGIBILIDADE 15/2018 - PROC. 174/2018 – AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

Publicação Nº 1769114

EXTRATO CONT. 146-2018 - INEXIGIBILIDADE 15/2018 - PROC. 174/2018 – AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA

Inexigibilidade de Licitação nº 15 – 2018 – Processo Licitatório 174 – 2018 – Contrato administrativo nº 146 – 2018 – Objeto: Aquisição créditos para transporte escolar destinado aos alunos das entidades sociais: APAE/APAS, para fins de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, Justifica-se a aquisição de vale transporte para os alunos da APAE/APAS, pelo motivo dos mesmos precisarem fazer o deslocamento no ônibus da sua residência até a entidade social que frequentam e por se tratar de um termo de ajuste e conduta da Prefeitura Municipal as entidades que prestam serviços aos alunos com deficiência física. Contratada: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, Bairro Centro, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. Gilberto de Paula Cruz, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 713.012.919-00, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC.

Para a totalidade da contratação será destinado a importância de R\$ 11.880,00. O presente Contrato terá prazo de vigência para o exercício financeiro de 2018, iniciando na data de 10/10/2018 e findando dia 31/12/2018, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25%, conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. O preço a ser ajustado para a contratação foram estabelecidos conforme valores ofertados pelo evento, comprovados conforme anexos ao processo licitatório.

Caçador, 08 de outubro de 2018.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 29.582

Publicação Nº 1769349

PORTARIA Nº 29.582, de 21 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a ser pago a contar do mês de SETEMBRO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
3411	Gustavo Alves Weber	Mecânico	Nível 8
609	Valsir Gribinski	Operador de Máquinas	Nível 9
786	Vilmar Moreira dos Santos	Agente de Serviços e Obras Públicas	Nível 13

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2018.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.584

Publicação Nº 1769351

PORTARIA Nº 29.584, de 21 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira às Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, a ser pago a contar do mês de SETEMBRO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
4082	Adriana Antunes de Oliveira	Servente	Nível 7
1514	Ruth Macedo Maciel	Servente	Nível 10

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.597

Publicação Nº 1769352

PORTARIA Nº 29.597, de 24 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
716	Fernando Antonio Dal Puppo	Pedreiro	03/10/2004 a 03/10/2009	01/09/2018 a 29/11/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 24 de setembro de 2018.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.607

Publicação Nº 1769353

PORTARIA Nº 29.607, de 25 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
17793	Hemerson Bach Castilho	02/08/2017 a 01/08/2018	17/09/2018 a 16/10/2018
247	Orlando Nivaldo da Silva	26/08/2017 a 25/08/2018	11/09/2018 a 10/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2018.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.609

Publicação Nº 1769355

PORTARIA Nº 29.609, de 25 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
522	Michelle de Souza Santos	01/01/2017 a 31/12/2017	10/09/2018 a 19/09/2018
1063	Gloria Ribeiro dos Santos	01/01/2013 a 31/12/2013	20/09/2018 a 19/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.614

Publicação Nº 1769356

PORTARIA Nº 29.614, de 25 de setembro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", e inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
15618	Luci Tibes dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	08 dias	19/09/2018 a 26/09/2018
15678	Rodrigo Correa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	05 dias	23/09/2018 a 27/09/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 25 de setembro de 2018.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.630

Publicação Nº 1769357

PORTARIA Nº 29.630, de 28 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. REDUZIR a carga horária da Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada pela Portaria nº 28.886, de 27 de fevereiro de 2018, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data de início da redução, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	A contar de
15516	Geane Fernandes Souza	Professora de Ensino Fundamental II	40h	30h	03/09/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.635

Publicação Nº 1769359

PORTARIA Nº 29.635, de 28 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 18 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária anterior e atual, escola de atuação, motivo da alteração e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Escola de atuação	Motivo da alteração	Período da alteração
15491	Bruna Schwartz	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada Andreia Anciutti, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 02/10/2018
15578	Dirlene Ribeiro	Professor de Educação Infantil	20	40	CMEI Santa Clara	Vaga Vinculada Jucelaine Terezinha Pereira da Silva, em licença para tratamento de saúde	24/09/2018 a 17/10/2018
15388	Edevandro Perego	Professor de Ensino Fundamental II	10	30	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada Luciane Maria Vieira de Medeiros, em licença para tratamento de saúde de familiar	21/09/2018 a 04/10/2018
15342	Joice da Silva Cordova	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada Izabel Salamoni Araújo, em licença prêmio	17/09/2018 a 17/12/2018
15398	José Marcos Godoy	Professor de Ensino Fundamental II	30	40	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Vinculada Guilherme Maldonado, em licença para tratamento de saúde	17/09/2018 a 31/10/2018
15327	Jussara Fonseca	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Esperança	Vaga Vinculada Elisete Lobas, em licença prêmio	17/09/2018 a 17/12/2018
15471	Leila Lucimar Gonçalves	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Castelhana	Vaga Vinculada Cláudia Capeletti, em licença para tratamento de saúde	20/09/2018 a 02/10/2018
15330	Leonardo Alonso Basqueira	Professor de Ensino Fundamental II	30	40	EMEB Alto Bonito EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada Mario Cesar dos Santos, em licença para tratamento de saúde	15/09/2018 a 17/12/2018
15353	Mariana Susin Frigotto	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada Jane Fogazza, em licença prêmio	17/09/2018 a 17/12/2018
15478	Miriane Salamoni Tesser	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada Andreia Anciutti, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 02/10/2018

15479	Nívea Aparecida da Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada Eliane Cavalheiro, em licença prêmio	31/08/2018 a 01/12/2018
15623	Regiane Terezinha Ribeiro Lipka	Professor de Ensino Fundamental II	10	30	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Walsin Nunes Garcia EMEB Alcides Tombini	Vaga Vinculada Mario Cesar dos Santos, em licença para tratamento de saúde	15/09/2018 a 17/12/2018
15489	Solange Cristina Godoy Pontes	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Profª Maria Luisa Martins Barbosa	Vaga Vinculada Gislaine Batista Vendramini, em licença para tratamento de saúde	12/09/2018 a 26/09/2018
15367	Thabita Fernandes Linhares	Professor de Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada Adriana Campos, designada para exercer cargo de direção	19/09/2018 a 17/12/20218

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.636

Publicação Nº 1769360

PORTARIA Nº 29.636, de 28 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

CONSIDERANDO a necessidade de adequações nos contratos dos servidores a fim de atender ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo e período da prorrogação:

Código	Nome	Cargo	CH	Escola	Motivo	Período
15321	Eliane Scotti de Alvarenga	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Vinculada Rosimar Borges, em licença para tratamento de saúde	15/09/2018 a 17/12/2018
15551	Elizia Raposo da Silva	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada Eliane Cavalheiro, em licença prêmio	31/08/2018 a 02/12/2018
15691	Flávia Luiza Franco Rotta	Professor de Ensino Fundamental II	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada Marieli Zago, em licença para tratamento de saúde	18/09/2018 a 20/10/2018
15669	Joice Porth	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Vinculada Maria Luciana Moraes dos Santos Barbosa, em licença para tratamento de saúde	29/08/2018 a 26/10/2018
15470	Jurandir Padilha	Professor de Ensino Fundamental II	40	EMEB Alcides Tombini EMEB Pierina S. Perret EMEB Walsin N Garcia EMEB Tabajara	Vaga Vinculada Marta Aparecida Goes, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 15/10/2018
15537	Luci Lucio	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada Adelina Salete Kowalczyk, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 17/12/2018
15552	Luciane Maria Fernandes	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada Jucelaine Tosatti, em licença prêmio	08/09/2018 a 06/12/2018
15476	Marizete Zago	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada Eliziane Batochio Pegoraro, em licença para tratamento de saúde	19/09/2018 a 17/11/2018
15478	Miriane Salamoni Tesser	Professor de Ensino Fundamental I	20	EMEB Nossa Senhora Salete	Vaga Vinculada Orli Ribeiro Tibes, em licença prêmio	12/09/2018 a 17/12/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.684

Publicação Nº 1769361

PORTARIA Nº 29.684, de 1º de outubro de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 28.480, de 28 de agosto de 2018, no que se refere ao período de licença maternidade concedido às servidoras abaixo relacionadas, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	Período
15595	Adriana Raquel Dias	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	21/08/2018 a 16/02/2018
15322	Evelyn Aparecida da Cruz Bueno	Professora de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	22/08/2018 a 17/02/2018

Leia-se:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	Período
15595	Adriana Raquel Dias	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	21/08/2018 a 16/02/2019
15322	Evelyn Aparecida da Cruz Bueno	Professora de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Sousa	22/08/2018 a 17/02/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Caçador, em 1º de outubro de 2018.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 29.686

Publicação Nº 1769363

PORTARIA Nº 29.686, de 1º de outubro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 40, § 19 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONSIDERANDO o Protocolo nº 16.225/2018 e o Parecer Jurídico nº 348/2018 emitido pela Procuradoria-Geral do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor VILMAR MOREIRA DOS SANTOS, matrícula 786, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços e Obras Públicas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o abono de permanência por ter implementado os requisitos para aposentar-se e permanecer no desempenho de suas funções.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de setembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 1º de outubro de 2018.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 1.275, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicação Nº 1768880

PORTARIA nº 1.275, de 02 de outubro de 2018.

Nomeia comissão especial para análise e julgamento de Processo Licitatório.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29 de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Servidores Públicos Municipais KAREN FERNANDA RIBEIRO, LEONARDO FELIPE DUARTE e JEAN GUSTAVO BRUSCO para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento do Processo Licitatório nº 10/2018, Dispensa nº 03/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração de Estudo de Gestão de Ativos e Passivos - ALM, para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 02 de outubro de 2018.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

Publicação Nº 1769165

Estado de Santa Catarina
Administração Municipal de Caibi
Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos
Processo Licitatório Nº 085/2018
Modalidade Pregão Presencial Nº 058/2018
Emissão: 08/10/2018

A Administração Municipal de Caibi –SC, através da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo Menor preço- Por Item que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO TRAÇADO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC de acordo com as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas no Edital e Anexos. O credenciamento, os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação deverão ser entregues até às 08:30 horas do dia 22/10/2018 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi a abertura dos mesmos e a sessão de pregão será no mesmo horário e local. Maiores informações poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações da Administração Municipal de Caibi, sita a Rua dos Imigrantes, 499, ou pelo fone/fax nº 0**49-3648-0211, em horário de expediente das 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 de segunda a sexta e o edital estará disponível na íntegra no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br.

Caibi (SC), 08/10/2018
ELOI JOSÉ LIBANO
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

Publicação Nº 1769162

MUNICÍPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 085/2018 na modalidade Pregão Presencial Nº 058/2018 que tem por objeto Contratação de Serviços de Caminhão Traçado para Manutenção das Atividades da da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos do Município de Caibi-SC do tipo menor preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 22 de Outubro de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a íntegra do edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 08 de Outubro de 2018. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

DECRETO 187/2018

Publicação Nº 1768546

DECRETO Nº. 187/2018 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017, de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

123650011.2.026 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(213) Fonte: 1001 Receitas e Transferências de Impostos - Educação R\$ 10.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1001 Receitas e Transferências de Impostos - Educação no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 03 de outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2.539/2018

Publicação Nº 1768875

LEI Nº 2.539/2018, de 08 de Outubro de 2018

Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a repassar Recursos Financeiros a entidade do Município de Caibi - SC, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos Financeiros no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, inscrita no CNPJ sob o nº 75.433.847/0001-69, com sede, sito a Rua Independência, 554 na cidade de Caibi.

Parágrafo Único - A contribuição financeira de que trata a presente Lei terá como finalidade específica o de auxiliar na Premiação da Promoção "Compra Premiada 2018".

Art. 2º - A Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, deverá apresentar prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, da data da liberação dos recursos, contendo os seguintes documentos:

- 1- Balancete;
- 2 - Conta Bancária Específica;
- 3 - Originais dos documentos comprobatórios das despesas efetuadas; 4 - Declaração firmada pelo presidente e tesoureiro, afirmando que os recursos foram aplicados para os fins previstos nesta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, ficarão a cargo das dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 08 de Outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2.540/2018

Publicação Nº 1768891

LEI Nº 2.540/2018, de 08 de Outubro de 2018

Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar despesas com a realização do II Rodeio Crioulo Interestadual de Caibi/SC, dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação vigente, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereador aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar despesas no valor de até R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) com a realização do II Rodeio Crioulo Interestadual de Caibi/SC, a ser realizado nos dias 12, 13 e 14 de Outubro de 2018, em Caibi SC.

Parágrafo Único – As despesas a serem pagas com os recursos autorizados neste artigo, destinam-se ao pagamento de troféus, sonorização, aluguel de Gerador e divulgação do evento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 08 de Outubro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 329/18

Publicação Nº 1768642

PORTARIA nº 329/18, de 05 de Outubro de 2018.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, designa Comissão Processante, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município e em especial o que dispõe o artigo 129 da Lei Complementar nº 027/2013, de 26 de Julho de 2013, e demais legislação pertinente,

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar como garantia da ordem administrativa.

CONSIDERANDO que a Administração Pública possui no Processo Disciplinar o instrumento legítimo para apuração de irregularidades no serviço público.

CONSIDERANDO, que na data de 17 de Setembro de 2018, na condução de ônibus escolar de propriedade do Município o servidor municipal se envolveu em acidente de trânsito, em que resultou na morte de uma adolescente.

CONSIDERANDO o conteúdo na decisão de pp 142/145 do Processo Judicial nº 0001007-16.2018.8.24.0046, em trâmite na Comarca de Palmitos/SC, encaminhada ao Prefeito Municipal de Caibi/SC, através do Ofício nº 0001007-16.2018.8.24.0046-0001, de 02 de outubro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de possíveis irregularidades praticadas pelo servidor M.V., matrícula funcional nº 9029-2, tipificadas nos incisos I e III do artigo 97 e inciso XIII do artigo 98, da Lei Complementar nº 027/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos municipais, estando sujeito às penalidades prevista no artigo 107, do mesmo diploma legal.

Art. 2º - Ficam designados para compor a Comissão de Processo Administrativo disciplinar os seguintes Servidores Públicos, efetivos, sob a presidência do Primeiro: Jonatan Borges, matrícula funcional nº 8793-9, lotado junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Idevaldo Antonio Dal Cero, matrícula funcional nº 8038-1, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças e Edimara Terezina Conte Portes, matrícula Funcional nº 8004-7, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único – A comissão de que trata o caput deste artigo, contará com apoio da Assessoria Jurídica do poder público Municipal.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, admitida a prorrogação por igual prazo, em face de circunstâncias excepcionais (art. 132 da Lei Complementar nº 027/2013).

Art. 5º - Após o término da instrução do processo, a comissão deverá elaborar o relatório final conclusivo, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi/SC

Em 05 de Outubro de 2018.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

PORTARIA 330/18

Publicação Nº 1768706

PORTARIA Nº 330/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal ODINEZ JOSÉ RAMÃO, matrícula 8434-4, Operador de Máquinas, com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal Agricultura, referente ao período aquisitivo de 04/07/2017 à 03/07/2018, pelo período de 20

dias consecutivos, tendo como início dia 08/10/2018 à 27/10/2018 .

Conceder abono pecuniário e 1/3 constitucional ao servidor.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2018
Eloi Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 331/18

Publicação Nº 1769058

PORTARIA Nº 331/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

EXONERAR Á PEDIDO o servidor MARIO FRUET, matrícula 7940-5, no cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA , com lotação junto ao Departamento Municipal de Administração ,com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2018.
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

PORTARIA 332/18

Publicação Nº 1769060

PORTARIA Nº 332/18

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal ANDRIELI DALVIT , matricula 9135-9 , PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA , com carga horária de 10 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 à 28/02/2018, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 08/10/2018 à 06/11/2018 .

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2018
Eloi Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 333/18

Publicação Nº 1769061

PORTARIA N.º 333/18

ELOI LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, a Servidora JANAINA NAZARIO DA ROSA VOLPIN, matrícula 8224-4, ocupante do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação , com carga horária de 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2009 à 2014 , pelo período de 30 (trinta) dias consecutivos, com início dia 08/10/2018 à 06/11/2018, como lhe assegura o artigo 80 do estatuto Dos Servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do prefeito, 08 de outubro de 2018.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 069/2018 - PMC

Publicação N° 1768810

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 069/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 095/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GRAMA NECESSÁRIA PARA MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS E ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 08/10/2018
1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.521 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768734

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.521 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOVA REDAÇÃO DO ANEXO VII DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5.931 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º O anexo VII do Decreto Municipal nº 5.931 de 23 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a redação constante do anexo que compõe este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEPES – SERVIÇO DE PESSOAL

ANEXO VII
PEDIDO DE LICENÇA PRÊMIO EM FACE DE DIREITO ADQUIRIDO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

NOME DO SERVIDOR (A): _____ MATRÍCULA FUNCIONAL Nº _____

REGISTRO NO SISTEMA Nº _____ CARGO PÚBLICO: _____

FUNÇÃO _____ DATA DE ADMISSÃO: ____/____/____ LOTAÇÃO _____

SERVIDOR(A) DESTA MUNICIPALIDADE, VEM PELO PRESENTE, REQUERER, COM BASE NO ART. 191, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2002, A CONCESSÃO DA LICENÇA PRÊMIO, RELATIVA AO PERÍODO AQUISITIVO DE ____/____/____ A ____/____/20____, PARA:

GOZÁ-LA NO PERÍODO DE ____/____/20____ A ____/____/20____.

CONVERTÊ-LA NA PROPORÇÃO DE 100% (CEM PORCENTO) EM MOEDA CORRENTE OFICIAL.

Nestes Termos, Pede Deferimento,

Campo Alegre/SC. ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Servidor(a)

(USO EXCLUSIVO DO SERVIÇO DE PESSOAL)

CERTIDÃO

CERTIFICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

- QUE O SERVIDOR(A) REQUERENTE, FOI ADMITIDO EM DATA DE ____/____/____;
- QUE O SERVIDOR(A) É EFETIVO E ESTÁVEL, COFORME ATO (de homologação do estágio probatório) Nº _____;
- QUE O SERVIDOR(A) NÃO RECEBEU OU GOZOU A LICENÇA PRÊMIO DO PERÍODO REQUERIDO, ATÉ A PRESENTE DATA;
- QUE O PERÍODO AQUISITIVO INFORMADO ESTÁ CORRETO;

- QUE O SERVIDOR(A), NO PERÍODO AQUISITIVO:

() SOFREU PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO () NÃO SOFREU PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO

() GOZOU QUALQUER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO () NÃO GOZOU QUALQUER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

() FALTOU NO SERVIÇO INJUSTIFICADAMENTE () NÃO FALTOU NO SERVIÇO INJUSTIFICADAMENTE

() SOFREU CONDENAÇÃO POR SENTENÇA PENAL TRANSITADA EM JULGADO, CONSIDERADA ATÉ O FINAL DO CUMPRIMENTO DA PENA E RETORNO AO EFETIVO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES

() NÃO SOFREU CONDENAÇÃO POR SENTENÇA PENAL TRANSITADA EM JULGADO, CONSIDERADA ATÉ O FINAL DO CUMPRIMENTO DA PENA E RETORNO AO EFETIVO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES.

Campo Alegre/SC., ____ de _____ de 20__.

Assinatura Chefe do Serviço de Pessoal

(USO EXCLUSIVO DA SECRETARIA MUNIC IPAL DE ADMINISTRAÇÃO)

Com base nas informações da Chefe do Serviço de Pessoal deste Município, _____ o pedido.

Obs: _____

Campo Alegre/SC., ____ de _____ de 20__.

Assinatura Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 11.522 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769035

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.522 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 03 do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 08 de outubro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 02, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018, QUE “DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA”.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições; Resolve:

Art. 1º O art. 5º, da Resolução nº 02 de 02 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Município, durante a Conferência, elegerá até 10 (dez) Delegados, entre Titulares e seus respectivos Suplentes, para a participação da Conferência Estadual, nos termos da Resolução nº 193/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA”.

Art. 2º O art. 6º, da Resolução nº 02 de 02 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º As despesas decorrentes da organização do evento correrão por conta de Dotação própria do Orçamento do órgão Gestor Municipal de Assistência Social, deste Município”.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de outubro de 2018.
ELAINE MARTINS
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal “Casa da Cidadania” na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA
Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

PORTARIA Nº 15.946 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768699

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.946 DE 09 DE OUTUBRO DE 2018
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º do art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, matrícula funcional nº 000860, registro no sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de outubro de 2018 a 08 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 11 de julho de 2018, sob nº 004625.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 09 de outubro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/10/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2018

Publicação Nº 1768633

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 78/2018)

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros responsáveis pelo Processo Licitatório nº 78/2018, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de peças e mão de obra para recondicionamento do motor CUMMINS 8.3 SERIE C do caminhão Ford Cargo MBS 9096. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: J.M. MACHADO RETÍFICA EIRELI - CNPJ: 12.947.184/0001-80. A licitante credenciou como representante na sessão Sr. Edson de Oliveira Machado, representante da empresa JM MACHADO RETÍFICA EIRELI. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL (soma de todos os itens).

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
---------	---------------------------------	----------------------------------	---------------	----------------------

JM MACHADO RETÍFICA EIRELI	17.899,40	17.500,00	1ª	HABILITADA
----------------------------	-----------	-----------	----	------------

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante JM MACHADO RETÍFICA EIRELI, foi declarada vencedora com o valor de R\$ 17.500,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769028

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 02, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018, QUE "DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA".

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições; Resolve:

Art. 1º O art. 5º, da Resolução nº 02 de 02 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Município, durante a Conferência, elegerá até 10 (dez) Delegados, entre Titulares e seus respectivos Suplentes, para a participação da Conferência Estadual, nos termos da Resolução nº 193/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA".

Art. 2º O art. 6º, da Resolução nº 02 de 02 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º As despesas decorrentes da organização do evento correrão por conta de Dotação própria do Orçamento do órgão Gestor Municipal de Assistência Social, deste Município".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de outubro de 2018.

ELAINE MARTINS

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA

Secretária do CMDCA – Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Campo Erê**PREFEITURA****EXTRATO ATA RP 83/20**

Publicação Nº 1768946

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 83/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1201/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa ERMES PESSEBON ME, inscrita no CNPJ Nº 74.104.340/0001-07, conforme relação abaixo:

Seq.	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
2	HRS	40,00	Diagnóstico de injeção eletrônica para veículos leves à gasolina (automóveis e vans)	150,0000	6.000,0000

VALOR TOTAL R\$ 6.000,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de outubro de 2018.

MARCOS ROBERTO MARIANI MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITO EM EXERCÍCIO	ERMES PESSEBON ME CNPJ Nº 74.104.340/0001-07 PROPONENTE
---	---

MAURIVAN FRIZZO Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento	CRISTINA ALMEIDA DA SILVA PAGLIOCHI Gestora Fundo Mun. Saúde
ÁVARO ULISSES VIGANÓ Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural	LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI Secretaria Mun. Assistência Social
PAULA TONIAL Sec. Mun. Educação e Cultura	GUSTAVO ERVINO BAUERMANN Dir. de Planej. e Gestão

EXTRATO ATA RP 84/2018

Publicação Nº 1768948

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 84/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1201/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa CLEITON LUIZ FERLIN, inscrita no CNPJ Nº 11.822.638/0001-24, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
1	HRS	300,00	Serviços Mecânicos para Veículos Leves à Gasolina (automóveis e vans)	78,0000	23.400,0000
7	HRS	300,00	Serviço de chapeação e pintura	93,0000	27.900,0000

VALOR TOTAL R\$ 51.300,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de outubro de 2018.

MARCOS ROBERTO MARIANI MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITO EM EXERCÍCIO	CLEITON LUIZ FERLIN CNPJ Nº 11.822.638/0001-24 PROPONENTE
---	---

MAURIVAN FRIZZO Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento	CRISTINA ALMEIDA DA SILVA PAGLIOCHI Gestora Fundo Mun. Saúde
--	---

ÁVARO ULISSES VIGANÓ Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural	LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI Secretaria Mun. Assistência Social
PAULA TONIAL Sec. Mun. Educação e Cultura	GUSTAVO ERVINO BAUERMANN Dir. de Planej. e Gestão

EXTRATO ATA RP 85/2018

Publicação Nº 1768950

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 85/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1201/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2018

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa IDICIANO LAGO 06186888975, inscrita no CNPJ Nº 30.733.650/0001-07, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item
5	LB	150,00	Solda tipo MIG	42,0000	6.300,0000
6	LB	150,00	Solda tipo eletrodo revestido	42,0000	6.300,0000

VALOR TOTAL R\$ 12.600,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 03 de outubro de 2018.

MARCOS ROBERTO MARIANI MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITO EM EXERCÍCIO	IDICIANO LAGO 06186888975 CNPJ Nº 30.733.650/0001-07 PROPONENTE
---	---

MAURIVAN FRIZZO Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento	CRISTINA ALMEIDA DA SILVA PAGLIOCHI Gestora Fundo Mun. Saúde
ÁVARO ULISSES VIGANÓ Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural	LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI Secretaria Mun. Assistência Social
PAULA TONIAL Sec. Mun. Educação e Cultura	GUSTAVO ERVINO BAUERMANN Dir. de Planej. e Gestão

HOMOLOGAÇÃO PL 1201/2018

Publicação Nº 1768934

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1201/2018, na modalidade Pregão de nº 70/2018 tendo como objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS, CHAPEAÇÃO E PINTURA, DIAGNÓSTICOS DE INJEÇÃO ELETRÔNICA E SERVIÇOS DE SOLDA DIVERSOS, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
ERMES POSSEBOM - ME	1	2	40,00	150,0000	6.000,00
CLEITON LUIZ FERLIN	1	1	300,00	78,0000	23.400,00
CLEITON LUIZ FERLIN	1	7	300,00	93,0000	27.900,00
IDICIANO LAGO 06186888975	1	5	150,00	42,0000	6.300,00
IDICIANO LAGO 06186888975	1	6	150,00	42,0000	6.300,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
CLEITON LUIZ FERLIN	51.300,00
ERMES POSSEBOM - ME	6.000,00
IDICIANO LAGO 06186888975	12.600,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 03 de outubro de 2018
MARCOS ROBERTO MARIANI
Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL 72/2018

Publicação Nº 1768911

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1268/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1268/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 72/2018, tipo menor Menor preço - Global para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza urbana, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 01 de outubro de 2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.121/18 DE 08/10/2018. SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1769158

DECRETO Nº 8.121/18 de 08/10/2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346 de 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do Gabinete do Prefeito o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000- Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 4- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do município:

ÓRGÃO: 01- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01- GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000- Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal

Elementos de despesa: 3- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Transferências as Instituições sem fins lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 08 de Outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.122/18 DE 08/10/2018. REGULAMENTA LEI Nº 4.488/2018

Publicação Nº 1769007

DECRETO Nº 8.122/18 DE 08/10/2018.

REGULAMENTA LEI Nº 4.488/2018

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) na dotação orçamentária constantes do Art. 1º da Lei nº 4.488/18.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 08 de outubro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.489/18 DE 05/10/2018. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1768878

LEI Nº 4.489/18 de 05/10/2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O USO DE BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a ceder gratuitamente ao Rotary Club de Campos Novos Centro, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 13.435.053/0001-87, com endereço na Rua Marechal Deodoro, 323, Centro deste município, pelo prazo de 01 (um) ano, o DIREITO REAL DE USO do imóvel abaixo transcrito:

I – Imóvel público com área total de 74.90m² (setenta e quatro e noventa metros quadrados) de área construída, correspondente à uma sala localizada nas antigas instalações da UNOESC, na Rua Benjamin Cola, no município de Campos Novos, conforme as características e confrontações descritas no mapa constante anexo desta Lei.

II - O direito real de uso estabelecido neste artigo, mediante interesse público e acordo entre as partes, poderá ser renovado por quantos períodos forem necessários.

Art. 2º A presente cessão de uso do imóvel a que trata o inciso I do art. 1º desta Lei, tem como objetivo destinar área pública para que o clube tenha uma sede fixa para as realizações de reuniões semanais, planejamento, trabalho, arquivo de documentos, recebimento de visitantes e Rotary Clubes do Distrito, este local também será disponibilizado para reuniões do Interact Club Campos Novos Centro.

Art. 3º Fica o Rotary Club de Campos Novos Centro responsável pela administração, utilização e conservação do patrimônio público objeto desta Lei, podendo nele executar obras de

melhoria, obedecendo a legislação pertinente e mediante autorização do cedente, que servirá para utilização exclusiva na implementação e realização das atividades mencionadas no art. 2º desta Lei.

Art. 4º Com o advento do prazo final a que trata esta Lei sem renovação, encerramento das atividades ou outro fator que ocasione a extinção da cessão, o imóvel objeto desta Lei e todas as benfeitorias nele realizadas serão incorporadas ao patrimônio público municipal, não havendo o que se falar em retenção, ressarcimento ou indenização.

Art. 5º Acompanham esta Lei, o Termo de Cessão de Uso a ser firmado entre as partes, bem como mapa e memorial descritivo da área pública a ser cedida, os quais passam a fazer parte integrante e inseparável do presente regramento.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2018

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/18 DE 05/10/2018 INSTITUI LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS DORES, DECLARA ESTA LOCALIDADE COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS, PARA FINS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO E ESTABELECE OS RESPECTIVOS PADRÕES ESPECIAIS DE URBANIZAÇÃO E DÁ

Publicação Nº 1768881

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/18 de 05/10/2018

INSTITUI LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS DORES, DECLARA ESTA LOCALIDADE COMO ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS, PARA FINS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO E ESTABELECE OS RESPECTIVOS PADRÕES ESPECIAIS DE URBANIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º Fica instituído Loteamento de Interesse Social na Comunidade Nossa Senhora das Dores no Município de Campos Novos no local anteriormente denominado Pedreira.

Art. 2º Fica declarada a localidade de Nossa Senhora das Dores como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para fins de inclusão em programa de urbanização e regularização fundiária, conforme mapa em anexo que é parte integrante da presente lei, nos termos da Lei Federal

10.257 de 10 de julho de 2001 e Legislação Municipal, em especial artigos 27 e 33, III, da Lei Complementar n. 06 de 22 de dezembro de 2017 - Plano Diretor e artigo 7º, §3º, item I da Lei Complementar n. 03 de 07 de junho de 2018.

Art. 3º A Zona de Especial de Interesse social – ZEIS – reconhecida pelo Poder Público, deve respeitar os seguintes padrões:

- a) ser passível de urbanização de acordo com o estudo de viabilidade técnica elaborado pelo Executivo, considerando padrões mínimos de segurança e salubridade;
- b) apresentar tipologia habitacional predominantemente de baixa renda;
- c) área ocupada originariamente por famílias de baixa renda com renda inferior 2 (dois) salários mínimos;
- d) uso predominantemente habitacional;
- e) sistema viário e de circulação com acesso satisfatório às moradias;
- f) condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública;
- g) dimensões do lote mínimo definido em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene;

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a implementar loteamento de interesse social e realizar investimentos na localidade descrita no art. 2º, podendo fazer as obras necessárias para sua concretização.

§ 1º. Fica o SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto autorizado a realizar investimentos relacionados com sistema de água e esgoto para a implementação das obras no loteamento.

§ 2º. Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação autorizada a realizar a construção de novas moradias, reforma e adaptação de casas já existentes, regularização fundiária dos terrenos, e outras intervenções necessárias.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover programa habitacional de interesse social na localidade descrita no art. 2º, incluindo a doação ou cessão de uso de imóveis as famílias beneficiadas pelo programa.

§ 1º. A seleção dos beneficiados será feita mediante análise dos requisitos constantes nos incisos abaixo, devendo ser acompanhado obrigatoriamente de um parecer social emitido por Assistente Social vinculada ao quadro de servidores municipais e aprovação pelo Conselho Municipal da Habitação de Campos Novos.

§ 2º. Para participar do programa habitacional descrito nesta lei, o candidato a beneficiário deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – Família com renda mensal familiar de até 2 (dois) salários mínimos;

II – Ser cadastrado no Cadastro Único;

III – Residir no município de Campos Novos há mais de 3 (três) anos;

IV – Encontrarem-se os filhos matriculados e frequentando regularmente a rede de ensino;

V – Preferencialmente, residir na Comunidade Nossa Senhora das Dores na data de Lançamento do Projeto, Maio/2018.

§ 3º. Terá prioridade na concessão da moradia no Conjunto Habitacional da Comunidade Nossa Senhora das Dores os grupos familiares:

I- que não tenham sido beneficiados por programas habitacionais;

II – que residam em áreas de preservação ambiental;

III – que residam em situação de risco social, com a incidência na habitação de problemas ambientais graves;

IV - que habitem áreas de risco;

V - que estejam em situações de coabitação, irregulares ou de invasão;

VI - de que façam parte pessoas idosas que habitem de forma permanente na Comunidade;

VII - com maior número de dependentes;

VIII - com renda inferior a 01 (um salário mínimo);

IX - de que façam parte pessoas com deficiência que habitem de forma permanente na Comunidade.

§ 4º. Os critérios de desempate seguirão a seguinte ordem:

a) Famílias com portadores de deficiência devidamente comprovada;

b) Famílias com maior número de dependentes;

c) Famílias com menor renda;

d) Famílias com idosos;

e) Famílias que moram em área de risco ou insalubre;

f) Maior tempo de residência no Município.

§ 5º. Serão reservadas 10% (dez por cento) do número das unidades residenciais para atendimento aos idosos (pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos) e 10% para pessoas com necessidades especiais e famílias que possuam pessoas com deficiência. Caso não exista demanda suficiente, as unidades serão redistribuídas conforme os critérios acima estabelecidos.

§ 6º. As famílias que receberem uma nova moradia deverão desocupar a residência antiga, a qual será demolida e o terreno restituído ao Poder Público Municipal.

Art. 6º A Prefeitura Municipal de Campos Novos abrirá chamamento público para cadastramento de interessados em participar do Conjunto Habitacional Nossa Senhora das Dores e poderão se inscrever as famílias que preencham os requisitos estabelecidos na presente lei;

§ 1º. As inscrições ocorrerão mediante Edital de Chamamento Público elaborado com base nos critérios descritos nesta lei e os interessados deverão comparecer na hora e local indicado no Edital, portando toda a documentação exigida;

§ 2º. A partir da lista de inscritos, a Assistente Social vinculada ao quadro de servidores municipais irá analisar os requisitos, prioridades e critérios de desempate, elaborando a lista de candidatos selecionados para participarem do Conjunto Habitacional Nossa Senhora das Dores;

§ 3º. A listagem, com o resultado da seleção de interessados, será publicada no site do Município de Campos Novos, estabelecendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para impugnações e recursos;

§ 4º. Eventuais recursos ou impugnações serão decididos pelo Conselho Municipal de Habitação;

§ 5º. Decorrido o prazo sem impugnação, será iniciado o Trabalho Social com as Famílias que serão beneficiadas e o processo de destinação das moradias para as famílias selecionadas.

Art. 7º O beneficiado pela unidade habitacional terá que utilizar o imóvel exclusivamente para a moradia, estando impedido de realizar a venda ou comodato do referido imóvel pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 8º - Fica autorizado o Município a celebrar convênios, acordos de cooperação ou qualquer outro instrumento com o órgãos, entidades ou departamentos em nível estadual e federal, para a implementação de serviços e obras no loteamento.

Art. 9º Fica estabelecido o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para demarcação das quadras, lotes, abertura de ruas, instalação da rede de distribuição de energia elétrica, rede de abastecimento de água potável, rede de escoamento de águas pluviais.

Art. 10 Quando da aprovação das glebas do parcelamento do solo para loteamento na ZEIS, deverão ser implantados os seguintes requisitos:

I - numeração e demarcação dos lotes e quadras com marco de concreto;

II - rede de drenagem pluvial, de acordo com projeto aprovado pelo município;

III - rede de distribuição de água potável e galerias de esgoto sanitário instaladas nas vias;

IV - rede de energia elétrica domiciliar, de acordo com projeto aprovado pela concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina;

V - rede de iluminação pública em todas as vias e logradouros, de acordo com o projeto aprovado pela concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina;

Art. 11 Fica o Município autorizado, no caso específico do Loteamento de Interesse Social descrito no Art. 1º, a implementar o loteamento em dimensões e padrões diversos ao estabelecido na Lei de Parcelamento do Solo, no Plano Diretor e demais legislações municipais, devendo respeitar, no que couber, o disposto em Lei Federal.

Art. 12 As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamento comunitário e urbano, bem como os espaços livres de uso público e as áreas de interesse público serão consideradas áreas públicas, devendo observar, sempre que possível, os seguintes requisitos dispostos na Lei Complementar n. 03/2018:

I – 7,0% (sete por cento) destinada à implantação de equipamentos comunitários e urbanos;

II – 8,0% (oito por cento) para áreas de interesse público e para os espaços livres de uso público;

III – 20% (vinte por cento) destinado ao sistema de circulação.

IV - As dimensões das vias de circulação que tratam o "caput" deste artigo obedecerão à dimensão mínima de 16,00m (dezesesseis metros) de largura com 6,00 (seis metros) de pista de rolamento, 2,00 (dois) de estacionamento em ambos os lados e passeios em ambas as laterais com 3,00 (três) metros de largura cada.

V - Na aprovação de loteamento será sempre considerada a urbanização da área contígua ou limítrofe, devendo as vias de circulação articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local.

VI - As terras destinadas à implantação de equipamento urbano e espaços livres de uso público deverão estar situadas em locais cujas características técnicas permitam a sua plena utilização, preferencialmente num ponto mais central da gleba a parcelar.

Parágrafo único: Nas áreas consolidadas e nas áreas onde não for possível a adoção das medidas descritas no presente artigo, os percentuais e dimensões poderão ser reduzidos de acordo com as peculiaridades das ocupações.

Art.13 Ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos – ITBI, as famílias contempladas com os imóveis inseridos na matrícula/ZEIS.

Art.14 As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.488/18 DE 05/10/2018. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1768877

LEI Nº 4.488/18 de 05/10/2018.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente da Secretaria do Desenvolvimento Social, Família e Trabalho:

Órgão: 05/ SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

Unidade: 16/ DEPARTAMENTO HABITACIONAL

Proj. /Ativ. 1.007– Implantações de Projetos Habitacionais
71 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
TOTAL R\$ 400.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 35 / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 01 / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Proj./Ativ. 2.048 – Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Assistência Social
6 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2018
SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.490/18 DE 05/10/2018 AUTORIZA O MUNICÍPIO A COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRUTURAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO ROMARIA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA.

Publicação Nº 1768879

LEI Nº 4.490/18 de 05/10/2018

AUTORIZA O MUNICÍPIO A COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRUTURAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO ROMARIA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com as estruturas necessária para a realização, garantida da ordem pública e segurança do evento Romaria de Nossa Senhora Aparecida no ano de 2018.

Art. 2º As estruturas colocadas à disposição da população são aquelas descritas no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 05 de outubro de 2018
SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Detalhamento das estruturas da Romaria de Nossa Senhora Aparecida

ITEM	TIPO	QUANTIDADE	VALOR
01	TENDAS 10X10	40 diárias	R\$ 29.280,00
02	BANHEIROS	30 diárias	R\$ 6.570,00
03	SEGURANÇA	450 horas	15.400,00
04	AMBULÂNCIA	1 diária	R\$1.500,00
05	DIVISÓRIA EM TS	460 metros	R\$ 20.300,00
06	BRIGADISTA	16	R\$ 3.150,00
07	SONORIZAÇÃO PALCO	1	R\$ 7.300,00
08	TRIO ELETRICO	1	R\$ 7.000,00

09	PALCO PRINCIPAL	1	R\$ 10.200,00
10	LANCHES	110	R\$ 650,00
11	GRADES	150 metros	R\$ 2.250,00
12	GERADOR	1	R\$ 4.500,00
TOTAL	-	-	R\$ 108.230,00

ATA RP 52/2018

Publicação Nº 1768886

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2018

No dia 3 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 100/2018, Processo Licitatório nº. 144/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9093	BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	2, 4, 5
9110	CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	1
12072	CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA.	
12074	DARIO FRANCISCO BRESOLA	6
11785	DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	3
11172	DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	
12073	EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	
11026	WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	07.156.840/0001-97	ANTONIO BOLIVAR DORO JUNIOR	995.131.290-04
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	07.955.338/0001-46	CLAITON DENIS FERREIRA DA SILVA	679.129.909-68
CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA.	14.576.652/0001-83	PEDRO JANDIR CORREA DE OLIVEIR	730.189.379-53
DARIO FRANCISCO BRESOLA	30.051.394/0001-78	DARIO FRANCISCO BRESOLA	056.576.629-54
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	86.838.547/0001-86	JOB ELIAS VIERA	046.313.299-80
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	20.594.448/0001-98	AUGUSTO BASSO	446.822.390-15
EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	25.526.024/0001-00	LUIZ CARLOS FERREIRA	007.047.999-28
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	00.553.801/0001-84	IVOMAR NHOATO	423.156.469-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MELHORIAS NAS VIAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TRANSPORTE DE MÁQUINAS ATÉ 25 TONELADAS	KM		18.000,000	4,0000	72.000,00
4	HORAS COM MOTONIVELADORA ARTICULADA PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 16,5 TONELADAS	HRS		1.400,000	136,0000	190.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 144/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

Fornecedor: 9093 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	HORAS COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS	HRS		900,000	139,5000	125,550,00

Fornecedor: 9110 - CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	HORAS MÁQUINA DE CAMINHÃO GUINCHO (MUNCK)	HRS		300,000	129,0000	38,700,00

Fornecedor: 11785 - DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇO DE HIDRO JATEAMENTO (DESENTUPIMENTO) DE TUBULAÇÃO DE REDES PLUVIAIS.	HRS		220,000	265,0000	58,300,00

Fornecedor: 12074 - DARIO FRANCISCO BRESOLA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	HORAS DE ROLO VIBRATORIO PÉ DE CARNEIRO PESO OPERACIONAL NÃO INFERIOR A 13 TONELADAS	HRS		500,000	130,0000	65,000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo N°: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 100/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 144/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 3 de Outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA - ME	CNPJ: 07.156.840/0001-97	_____
CLAITON ELETRICIDADE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRIC	CNPJ: 07.955.338/0001-46	_____
CORREA - SERVICOS DE GUINDASTE LTDA.	CNPJ: 14.576.652/0001-83	_____
DARIO FRANCISCO BRESOLA	CNPJ: 30.051.394/0001-78	_____
DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP	CNPJ: 86.838.547/0001-86	_____
DIRLEI TEREZINHA VARGAS BASSO 75602601015	CNPJ: 20.594.448/0001-98	_____
EFETIVA CONSTRUÇOES EIRELI	CNPJ: 25.526.024/0001-00	_____
WLPN TRANSPORTE DE RESIDUOS LTDA	CNPJ: 00.553.801/0001-84	_____

RG 53/2018

Publicação Nº 1768897

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 137/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2018

No dia 3 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 96/2018, Processo Licitatório nº. 137/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS EM LOCAIS DE PARADA DE ÔNIBUS, CONFORME MEMORIAL E PROJETO EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12078	AFONSO TOMCZAK	
10385	DISBRAPLAC LTDA EPP	
12076	ELIZANDRA MACIOROSKI	
12077	FLORIPAINAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AFONSO TOMCZAK	18.778.775/0001-58	NAIANA RIBEIRO REGINSKI	035.073.660-02
DISBRAPLAC LTDA EPP	05.168.674/0001-13	ADILSON LUIS POSSA	666.477.970-68
ELIZANDRA MACIOROSKI	09.007.233/0001-90	NEUMAR RUFATO	398.032.600-49
FLORIPAINAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA	04.540.600/0001-01	ADRIANO MARCELO MOLIN	551.626.659-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS EM LOCAIS DE PARADA DE ÔNIBUS, CONFORME MEMORIAL E PROJETO EM ANEXO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12077 - FLORIPAINAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRIGO DE PASSAGEIROS 4 M DE COMPRIMENTO FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO CONFORME SOLICITADO NO PROJETO EM ANEXO	UN		15,000	5.179,8561	77.697,84
2	ABRIGO DE PASSAGEIROS 6 M DE COMPRIMENTO FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO CONFORME SOLICITADO NO PROJETO EM ANEXO	UN		15,000	6.820,1439	102.302,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo N°: 137/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 96/2018

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 3 de Outubro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AFONSO TOMCZAK	CNPJ: 18.778.775/0001-58	_____
DISBRAPLAC LTDA EPP	CNPJ: 05.168.674/0001-13	_____
ELIZANDRA MACIOROSKI	CNPJ: 09.007.233/0001-90	_____
FLORIPAINAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA	CNPJ: 04.540.600/0001-01	_____

Canoinhas

PREFEITURA

1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 122/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768852

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 166/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 122/2018 (PRESENCIAL)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/10/2018, às 13h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVISÓRIAS, TIPO EUCATÉX, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 23/10/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 35/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768857

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 44/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 35/2018 (PRESENCIAL)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/10/2018, às 08h25min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTOCICLETA, NOVA, 0 KM, COM POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 150,0 CC, DESTINADA AO PROGRAMA DE CONTROLE E COMBATE AO AEDES AEGYPTI. Recebimento de propostas até às 08h20min do dia 23/10/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito / Presidente do fundo

DECRETO Nº 255/2018

Publicação Nº 1768557

DECRETO Nº. 255/2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.275 de 02/10/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 930.746,07 (novecentos e trinta mil, setecentos e quarenta e seis reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.008: Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias 81.000,00

Recursos 11800 – Transf. Do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.008: Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas215.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. E de Transf. Imp. - Educação

III)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj./Ativ. 2.008: Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas100.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. E de Transf. Imp. - Educação

IV)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj./Ativ. 2.007: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas58.746,07
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

V)
Órgão 11: Secretaria Municipal de Planejamento
Unidade 11.01: Secretaria Municipal de Planejamento
Função 4: Administração
Subfunção 121: Planejamento e Orçamento
Programa 7: Planejamento Eficaz
Proj./Ativ. 2.021: Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas70.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

VI)
Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Função 18: Gestão Ambiental
Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental
Programa 14: Meio Ambiente Sustentável
Proj./Ativ. 2.020: Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas200.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

VII)
Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Função 18: Gestão Ambiental
Subfunção 541: Preservação e Conservação Ambiental
Programa 14: Meio Ambiente Sustentável
Proj./Ativ. 2.020: Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias 20.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

VIII)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Proj./Ativ. 2.023: Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas150.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IX)
Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
Função 27: Desporto e Lazer
Subfunção 812: Desporto Comunitário

Programa 16: Esporte como qualidade de vida

Proj./Ativ. 2.032: Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas36.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 930.746,07 (novecentos e trinta mil, setecentos e quarenta e seis reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.067: Manut. e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas70.000,00

Recursos 11800 – Transf. Do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.067: Manut. e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias 11.000,00

Recursos 11800 – Transf. Do FUNDEB – Aplic. Profis. (Min. 60%)

III)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.067: Manut. e Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas55.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

IV)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.004: Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas80.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

V)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 2.004: Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias 80.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

VI)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.002: Construções, ampliações e reformas de CEI's

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas100.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

VII)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.001: Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas58.746,07

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

VIII)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Proj./Ativ. 2.013: Manutenção da Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas60.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IX)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Proj./Ativ. 2.013: Manutenção da Sec. Municipal de Desenvolvimento Econômico

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias10.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

X)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.004: Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas150.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

XI)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.022: Manutenção da Sec. Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

3.1.91.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias 70.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

XII)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.022: Manutenção da Sec. Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas150.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

XIII)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.030: Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas36.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 04 de outubro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/10/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2018

Publicação Nº 1768858

TOMADA DE PREÇO Nº 13/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/18

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/18

CONTRATADO: BRAND ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO BÁSICO E FLUXO DE CAIXA RELATIVOS A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais)

DATA: 08/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 105/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768545

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/18

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/18

CONTRATADO: KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BALDES DE ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 (DIESEL), 15W40 (GASOLINA), 5W40 (GASOLINA) E 05W30 (DIESEL), DESTINADOS A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais)

DATA: 04/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 116/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768556

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/18

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/18

CONTRATADO: CLERCIO FRANCISCO GEMRA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADO PARA REPAROS E MANUTENÇÃO NA REDE ELÉTRICA INTERNA, LUMINÁRIAS E REATORES, LÂMPADAS, TOMADAS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO GERAL E SETORIAL, TROCA DE LUMINÁRIAS E LÂMPADAS, INSTALAÇÃO DE NOVAS LÂMPADAS E TOMADAS, DESTINADAS A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS E ICPREV.

VALOR DA DESPESA: R\$ 192.500,00 (cento e noventa e dois mil e quinhentos reais)

DATA: 04/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 121/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768536

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/18

HOMOLOGAÇÃO: 01/10/18

CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S A
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS GÁS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil quinhentos reais)

DATA: 04/10/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 1-43/2018

Publicação Nº 1768489

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 43/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 38/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMS 30/2018

Data de assinatura termo aditivo: 20/09/2018.

Contratada: AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, CNPJ n. 25137947/0001-70.

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) APARELHO PARA CARDIOTOCOGRAFIA, DESTINADO A POLICLINICA MUNICIPAL.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10.

Do prazo: A vigência que era até 20/09/2018, passará a ser até 20/10/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FUNR 2-05/2018

Publicação Nº 1768495

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FUNREBOM 05/2018

TERMO DE ACRESCIMO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Data do Aditivo: 25/09/2018.

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ n. 79.283.065/0001-41.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA DE PRÉDIO PÚBLICO CUJA ÁREA CORRESPONDE A 646 M², DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CANOINHAS.

Do Valor: R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais).

Do prazo: A vigência do presente contrato que era até 30/09/2018, passará a ser 31/12/2018

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-99/2018

Publicação Nº 1768499

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 99/2018

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 126/2018

Pregão Presencial nº PMC 95/2018

Data de assinatura do Termo: 28/09/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE 30M² TELHADO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LANDI AMA NEPPEL E 10M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDRO BANDEIRA E SUBSTITUIÇÃO DE TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL GERTRUDES MULLER.

Contratada: VILSON JOSÉ PEREIRA - ME, CNPJ sob n.º 15.053.191/0001-27.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do Prazo: A vigência que era até 30/09/2018 passará a ser até 30/10/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-59/2018

Publicação N° 1768502

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 59/2018

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 109/2017

Pregão Presencial nº PMC 79/2017

Data de assinatura do Termo: 28/09/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO PARCELADA DE 200 HORAS DE SERVIÇO DE RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Contratada: TANIA MARIA NOVAK MARON EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 23161589000105.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do Prazo: A vigência que era até 30/09/2018 passará a ser até 30/10/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 5-161/2015

Publicação N° 1768496

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º PMC 161/2015

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Administrativo nº PMC 146/2015

Tomada de Preços nº PMC 30/2015

Data de assinatura do Termo: 28/09/2018.

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV - NO AMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PROPOSTAS EM PROJETO DE REASSENTAMENTO, RECONSTRUÇÃO, MELHORIAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NO LOTEAMENTO VILA VERDE, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL.

Contratada: G.LAB EIRELI - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09647056000107.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80.

Do Prazo: A vigência do presente contrato que era até 30/09/2018 passará a ser até 30/12/2018.

Gilberto dos Passos

Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 06 - CMDCA

Publicação N° 1769289

RESOLUÇÃO 06/2018

Reabrir o período de Registro de Programas e Serviços de Proteção Social e Socioeducativos de Atendimento à Crianças e Adolescentes, inscritos por Organizações Governamentais e por Organizações da Sociedade Civil.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Maria Luiza Milani, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/2005 reabre o período de registro de programas e Serviços de Proteção Social e Socioeducativos à Crianças e Adolescentes, inscritos por Organizações Governamentais e por Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO as deliberações da Comissão de Cadastramento e Recadastramento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 13 de Setembro de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla divulgação da Resolução nº04 de 2018, que dispõe sobre o Registro de programas e serviços de Proteção Social e Socioeducativos à Crianças e Adolescentes, inscritos por Organizações Governamentais e por Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a importância de garantir que todas as Organizações que trabalham com Crianças e Adolescentes no Município de Canoinhas possuam o Registro no CMDCA;

RESOLVE

Art.1º - Reabrir o período de Registro de Programas e Serviços de Proteção Social e Socioeducativos de Atendimento à Crianças e Adolescentes, inscritos por Organizações Governamentais e por Organizações da Sociedade Civil.

Art.2º A documentação necessária para Registro no CMDCA está elencada na resolução Nº 04/2018, sendo que o prazo para entrega é de 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução .

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 27 de Setembro de 2018.

Maria Luiza Milani

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2018

Publicação Nº 1768848

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		138/2018		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		37.800,00									
Licitação.....:		13/2018 - TP															
Modalidade.....:		Tomada de Preço p/ Compras e Serviços															
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO BÁSICO E FLUXO DE CAIXA RELATIVOS A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.															
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		- 411051143		- ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO E FLUXO DE CAIXA ROTATIVO - Unidade: UN													
18061		BRAND ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA				1,000		0,0000		37.800,0000		37.800,00		Venceu		1 *****	
16448		DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA - ME				1,000		0,0000		45.940,0000		45.940,00		Perdeu		2	
17380		INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - ME				1,000		0,0000		0,0000		0,00		Inabilitado		0	

Item.....: 1 - 411051143 - ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO E FLUXO DE CAIXA ROTATIVO - Unidade: UN

Canoinhas,	Em/...../.....
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	Presidente da Comissão	
MAURICIO ALFONSO SOBCZAK -	SECRETÁRIO	
ROBERTO IVAN LUDKA -	MEMBRO TITULAR	
JOSE CARLOS HERBST -	MEMBRO TITULAR	
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK -	MEMBRO SUPLENTE	
CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO -	MEMBRO SUPLENTE	
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	MEMBRO SUPLENTE	
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	64350/PR	
MARILENE WITTLICH -	MEMBRO SUPLENTE	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº 121/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768532

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 165/2018

Licitação.....: 121/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS GÁS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 211.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 22181	- CARGA DE GÁS P 13 - Unidade: UN						
13070	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		1.200,000	0,0000	70.0000	84.000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 21141	- CARGA DE GÁS P 45 - Unidade: UN						
13070	COMPANHIA ULTRAGAZ S A		500,000	0,0000	255.0000	127.500,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
MAURICIO ALFONSO SOBCZAK -	EQUIPE DE APOIO
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	64350/PR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 105/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1768543

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 142/2018		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 35.800,00				
Licitação.....: 105/2018 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BALDES DE ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 (DIESEL), 15W40 (GASOLINA), 5W40 (GASOLINA) E 05W30 (DIESEL), DESTINADOS A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411051158 - OLEO SAE 15W40 (DIESEL) - ELETRONICO - Unidade: BALD								
18129	KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		10,000	0,0000	342,0000	3.420,00	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		10,000	0,0000	343,0000	3.430,00	Perdeu	2
Item.....: 2 - 411051159 - OLEO SAE 15W40 (GASOLINA) - Unidade: CXA								
18129	KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		10,000	0,0000	480,0000	4.800,00	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		10,000	0,0000	485,0000	4.850,00	Perdeu	2
Item.....: 3 - 411051160 - OLEO 05W40 (GASOLINA) - Unidade: CXA								
18129	KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		10,000	0,0000	815,0000	8.150,00	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		10,000	0,0000	820,0000	8.200,00	Perdeu	2
Item.....: 4 - 411051161 - OLEO 05W30 (DIESEL) - Unidade: BALD								
18129	KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		20,000	0,0000	825,0000	16.500,00	Venceu	1 *****
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		20,000	0,0000	830,0000	16.600,00	Perdeu	2
Item.....: 5 - 411051384 - OLEO SAE 15W40 (DIESEL) - MECANICO - Unidade: BALD								
18129	KP IMPORTS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI		10,000	0,0000	293,0000	2.930,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 142/2018

Licitação.....: 105/2018 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE BALDES DE ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 (DIESEL), 15W40 (GASOLINA), 5W40 (GASOLINA) E 05W30 (DIESEL), DESTINADOS A FROTA DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo: 35.800,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5	- 411051384 - OLEO SAE 15W40 (DIESEL) - MECANICO - Unidade: BALD							
6028	AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA		10.000	0,0000	295,0000	2.950,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
MAURICIO ALFONSO SOBCZAK -	EQUIPE DE APOIO
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI -	64350/PR

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	158/2018	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	116/2018 - PR	Total dos Itens Vencedores:	192.500,00
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇO DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADO PARA REPAROS E MANUTENÇÃO NA REDE ELÉTRICA INTERNA, LUMINÁRIAS E REATORES, LÂMPADAS, TOMADAS, QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO GERAL E SETORIAL, TROCA DE LUMINÁRIAS E LÂMPADAS, INSTALAÇÃO DE NOVAS LÂMPADAS E TOMADAS, DESTINADAS A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIAS MILITAR E CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS E ICPREV.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16553	- PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - Unidade: hrs					
17596	CLERCIO FRANCISCO GEMRA - ME		5.000,000	0,0000	38.5000	192.500,00	Venceu	1 *****
18104	CONSTRUTORA IC LTDA		5.000,000	0,0000	38.9500	194.750,00	Perdeu	2
15904	PRESTADORA DE SERVIÇOS NEUBURGER LTDA-ME		5.000,000	0,0000	38.9500	194.950,00	Perdeu	3
16586	GM INSTALADORA LTDA		5.000,000	0,0000	49.9000	249.500,00	Perdeu	4
16439	PRESTES E SOUZA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME		5.000,000	0,0000	38.4000	192.000,00	Desclassif.	0
17597	ENGETEC - INSTALACOES ELETRICAS LTDA. - ME		5.000,000	0,0000	50.0000	250.000,00	Desclassif.	0

Canoinhas,	Em/...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)		
MAURICIO ALFONSO SOBCZAK - - EQUIPE DE APOIO		
WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI - - 64350/PR		

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0292/2018

Publicação Nº 1768978

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0292/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: BANDA ATIVA UNIFORMES EIRELI

Valor : 16.833,00 (dezesesseis mil oitocentos e trinta e três reais)

Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0044/2018 Processo_Licitatório.....: 0168 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de Uniformes para a Banda Municipal do Município de Capinzal/SC, através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios

Capinzal, 5 de Outubro de 2018

portaria 1318/2018

Publicação Nº 1768812

PORTARIA Nº 1318, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1167136 a contar de 08 de outubro de 2018, Maria Mariline de Mattos, matrícula nº 331600/09, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de outubro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 22

Publicação Nº 1768513

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 22, de 2018, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre autorização ao Município para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos

do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 22, de 2018.

PROJETO DE LEI No 22, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais).

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0501.10.306.0090.2059	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-076	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	65.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-098	Aplicações Diretas	1022	55	R\$	180.000,00
0502.13.392.0095.2065	MANUTENÇÃO CENTRO EDUCACIONAL	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-149	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.000,00
	Total			R\$	305.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Lei é indicada, como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir:

0501.12.361.0065.1011	CONST.AMPL.GINASIOS ESP J. ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-078	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	305.000,00
	Total			R\$	305.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 02 de outubro de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB
Membro Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA 2 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768515

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
2 DE OUTUBRO DE 2018

- Aprovada a Ata nº 2.976, de 2018, referente à Sessão Plenária do dia 25/9/2018.
- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 2, de 2018, de autoria da Mesa Diretora, que acrescenta parágrafo único ao art. 154 da Lei Complementar Municipal nº 213 de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre normas relativas às edificações do Município de Capinzal – Código de Edificações e dá outras providências.

à O Projeto foi encaminhado as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- Aprovado:

Ø Projeto de Lei nº 22, de 2018, autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para suprir despesas com a manutenção da Merenda Escolar, a Manutenção do Transporte Escolar e aquisição de equipamentos para o Centro Educacional Municipal

Prefeito Censo Farina.

• Expediente dos Vereadores: Indicações: o Vereador Kelvis Borges solicitou as seguintes providências: pavimentação asfáltica nas ruas vicinais no Loteamento Universitário, próximo à empresa Inovart Comunicação Visual e a Churrascaria do Nithão, sentido UNOESC e na Rua João Tonini, Loteamento Colina; e melhorias na Iluminação do ginásio de esportes da localidade de Barro Preto. O Vereador Valmor de Vargas solicitou instalação de proteção (guard rail) no Acesso Cidade Alta, próximo a UBS o Bairro São Cristóvão, defronte a Funerária São Cristóvão. O Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou a instalação de lixeiras próximas as Guaritas utilizadas pelo transporte público e escolar pela população em geral e os alunos. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou auxílio para realização de exames de mormo e anemia para os equinos que competem em rodeios estaduais e interestaduais. Os Vereadores Renato Marcelo Markus, Alcidir Afonso Coronetti, Carlos Adriano Zocoli e Valmor de Vargas solicitaram a recuperação das ruas do Loteamento Novo Horizonte e Poente do Sol.

• Fizeram uso da Tribuna o Comandante da 2ª Companhia da Polícia Militar, Capitão Cleverson Garcez, e a Presidente do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, Sra. Roselei Vilarino Lira Bonadimann, que explanaram sobre o programa “Rede de Vizinhos”.

• Palavra Livre.

• Convocação dos Vereadores para Sessão Itinerante na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, no Loteamento Vila Sete de Julho, no dia 9 de outubro de 2018, às 20 horas.

• O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link “Sessões Gravadas” e pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts>.

Câmara de Vereadores, 3 de outubro de 2018.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/58/2018

Publicação Nº 1768625

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/58/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SAV SISTEMA DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTDA EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 05.801.978/0002-57

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LASER.

VALOR: R\$ 468,00 (QUATROCENTOS E SESENTA E OITO REAIS) MENSAIS COM FRANQUIA PARA 9.000 CÓPIAS/MÊS.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2018

VIGÊNCIA: 01/10/2017 A 30/09/2019

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: DANIEL GIOVANI LUZA – REPRESENTANTE LEGAL

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO 2.442/2018

Publicação Nº 1769335

DECRETO nº 2.442/2018, de 02 de Outubro de 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.607/2017, de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais), por conta do de anulação parcial/total da despesa e Superavit Financeiro Do exercício Anterior 2017, na fonte que especifica.

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto Atividade: 03.01.04.122.0003.1.005 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (109)4.4.90.00.00.00 0.0.00000300 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULT. E DESPORTO

Unidade Orçamentária: 04.01 GERENCIA DE ENSINO, PROJETOS E TRANSP. ESCOLAR

Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.2.010 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (035)3.3.90.00.00.00 0.0.00000101 Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.012 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (044)3.3.90.00.00.00 0.0.00000101 Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.1.006 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (022)4.4.90.00.00.00 0.0.00000101 Aplicações Diretas

R\$ 98.000,00

Unidade Orçamentária: 04.02 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Projeto Atividade: 04.02.13.392.0005.2.018 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (127)3.3.90.00.00.00 0.0.00000300 Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 05.02 DIRETORIA DE URBANISMO

Projeto Atividade: 05.02.06.181.0009.2.022 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (069)3.3.90.00.00.00 0.0.00000111 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes por conta de anulação parcial/total da despesa e Superavit Financeiro Do exercício Anterior 2017, na fonte que especifica. das seguintes dotações:

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULT. E DESPORTO

Unidade Orçamentária: 04.01 GERENCIA DE ENSINO, PROJETOS E TRANSP. ESCOLAR

Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.2.010 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (119)3.3.90.00.00.00 0.0.00000301 Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

Projeto Atividade: 04.01.12.365.0004.2.012 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (120)3.3.90.00.00.00 0.0.00000301 Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Projeto Atividade: 04.01.12.361.0004.1.006 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (116)4.4.90.00.00.00 0.0.00000301 Aplicações Diretas

R\$ 98.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 05.02 DIRETORIA DE URBANISMO

Projeto Atividade: 05.02.06.181.0009.2.022 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (072)4.4.90.00.00.00 0.0.00000111 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos: 300 – Superavit Financeiro

Fonte Financiadora: Superavit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Próprios

Valor do Superavit: R\$ 160.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 02 de Outubro de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO FMS 0007-2018

Publicação Nº 1769322

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0007/2018

PREGÃO Nº 0083/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2017)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ180/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 27/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e o fornecimento dos elementos descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Reajustar o valor unitário do item n. 107 do processo licitatório n. 104/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
107	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT) longa vida. Embalagem tetra park de 1 lt, hermeticamente fechada, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria nº 368 de 04/09/97 - MAA; Portaria nº 370 de 04/09/97 - MAA; Resolução RDC nº 12 de 02/01/98 - ANVISA/MS; Resolução RDC360 de 21/03/01 ANVISA/MS; Instrução Normativa22 de 24/11/05 - MAPA.	Tirol	R\$ 3,40	R\$ 3,13

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993. E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 03 de outubro de 2018.

Fundo Municipal De Saúde Capinzal Center Ltda
Ely Terezinha Magnabosco Moterle Contratada
Contratante

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO FUNREBOM 0008-2018

Publicação Nº 1769324

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0008/2018

PREGÃO Nº 0083/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2017).

CONTRATANTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIROS
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ180/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 27/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;
CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;
CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e o fornecimento dos elementos descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Reajustar o valor unitário do item n. 107 do processo licitatório n. 104/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
107	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT) longa vida. Embalagem tetra park de 1 lt, hermeticamente fechada, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria nº 368 de 04/09/97 - MAA; Portaria nº 370 de 04/09/97 - MAA; Resolução RDC nº 12 de 02/01/98 - ANVISA/MS; Resolução RDC360 de 21/03/01 ANVISA/MS; Instrução Normativa22 de 24/11/05 - MAPA.	Tirol	R\$ 3,40	R\$ 3,13

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993. E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 03 de outubro de 2018.

FUNREBOM Capinzal Center Ltda
Lucimari Spader Contratada
Contratante

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO PMC 0008-2018

Publicação Nº 1769326

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0008/2018

Nº 0083/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2017)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ180/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 27/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e o fornecimento dos elementos descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Reajustar o valor unitário do item n. 107 do processo licitatório n. 104/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
107	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT) longa vida. Embalagem tetra park de 1 lt, hermeticamente fechada, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria nº 368 de 04/09/97 - MAA; Portaria nº 370 de 04/09/97 - MAA; Resolução RDC nº 12 de 02/01/98 - ANVISA/MS; Resolução RDC360 de 21/03/01 ANVISA/MS; Instrução Normativa22 de 24/11/05 - MAPA.	Tirol	R\$ 3,40	R\$ 3,13

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993. E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 03 de outubro de 2018.

Município de Catanduvas Capinzal Center Ltda
Dorival Ribeiro dos Santos Contratada
Contratante

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO FMAS 0008-2018

Publicação Nº 1769327

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0010/2018

PREGÃO Nº 0083/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2017).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2018, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico AJ180/2018, da Assessoria Jurídica do Município e a decisão proferida em 27/09/2018 no processo administrativo de revisão de contrato;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e o fornecimento dos elementos descritos no Contrato firmado entre as partes.

RESOLVEM:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Reajustar o valor unitário do item n. 107 do processo licitatório n. 104/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
107	L	Leite líquido integral, homogeneizado, submetido ao processo de ultra pasteurização, esterilizado (UHT) longa vida. Embalagem tetra park de 1 lt, hermeticamente fechada, contendo marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Ter registro no MA e/ou MS. A rotulagem deve atender a legislação vigente. Legislação: Portaria nº 368 de 04/09/97 - MAA; Portaria nº 370 de 04/09/97 - MAA; Resolução RDC nº 12 de 02/01/98 - ANVISA/MS; Resolução RDC360 de 21/03/01 ANVISA/MS; Instrução Normativa22 de 24/11/05 - MAPA.	Tirol	R\$ 3,40	R\$ 3,13

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993. E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 03 de outubro de 2018.

Fundo Municipal de Assistência Social
Everaldo Gabriel da Cotas
Contratante

Capinzal Center Ltd
Contratada

TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

Publicação Nº 1769334

TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e posteriores alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012, TORNA PÚBLICA a alteração da data da sessão de CHAMADA PÚBLICA, para provimento de vaga temporária de preenchimento imediato e à formação de cadastro reserva/lista de espera para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC, que passará a ser realizada no dia 17 de outubro de 2018, às 13:30, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro de Catanduvas-SC.

Assim, o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018 passa a vigor com a seguinte redação:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e posteriores alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de satisfação do interesse público, razão pela qual a Administração Pública busca a consecução do bem comum da coletividade e dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

TORNA PÚBLICOS os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinados ao provimento de vaga temporária de preenchimento imediato e à formação de cadastro reserva/lista de espera para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

1. DA DATA DA CHAMADA PÚBLICA E DAS VAGAS

0.1. A sessão de CHAMADA PÚBLICA realizar-se-á no dia 17 de outubro de 2018, às 13:30, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro de Catanduvas-SC.

0.2. Para terem o direito à escolha da vaga disponibilizada, os candidatos interessados deverão comparecer no local, data e horário estipulados com a documentação exigida.

0.3. A vaga temporária a ser preenchida de imediato é para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA, sendo 01 (uma) vaga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e posteriores alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de satisfação do interesse público, razão pela qual a Administração Pública busca a consecução do bem comum da coletividade e dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

TORNA PÚBLICOS os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinados ao provimento de vaga temporária de preenchimento imediato e à formação de cadastro reserva/lista de espera para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA para atuação na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

2. DA DATA DA CHAMADA PÚBLICA E DAS VAGAS

0.4. A sessão de CHAMADA PÚBLICA realizar-se-á no dia 08 de outubro de 2018, às 13:30, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro de Catanduvas-SC.

0.5. Para terem o direito à escolha da vaga disponibilizada, os candidatos interessados deverão comparecer no local, data e horário estipulados com a documentação exigida.

0.6. A vaga temporária a ser preenchida de imediato é para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA, sendo 01 (uma) vaga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Catanduvas-SC.

0.7. As vagas que surgirem no decorrer deste exercício para o cargo relacionado no item 1.3. serão preenchidas através de cadastro reserva/lista de espera, que será formada pelos candidatos excedentes ao número de vagas ora oferecidas e que cumprirem os requisitos previstos neste edital.

0.8. Para formação do cadastro reserva/lista de espera, os candidatos serão classificados em ordem crescente, em lista única, obedecendo aos critérios de desempate adiante estabelecidos.

3. DA HABILITAÇÃO

1.1. Para concorrer à vaga disponibilizada o candidato deverá comprovar ter concluído curso superior de Medicina e apresentar registro no Conselho Regional de Medicina, mediante apresentação de certificado de conclusão e respectivo registro.

1.2. Havendo dois ou mais candidatos classificados para a vaga em comento, serão considerados os seguintes critérios de desempate: 1) Maior tempo de atuação em ESF, na área de Ginecologia e Obstetrícia; 2) Maior tempo de atuação na área de Ginecologia e Obstetrícia, quer seja na esfera pública, quer seja na esfera privada; 3) Apresentação de Registro de Qualificação de Especialista em áreas afins à Ginecologia e Obstetrícia.

1.3. Além do atendimento clínico, a fim de dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, o profissional deverá realizar a inserção de DIU nas unidades básicas de saúde, realização de COLPOSCOPIA e disposição para atividades de prevenção, como palestras, oficinas e campanhas de conscientização.

1.4. O tempo de serviço como Médico Ginecologista deverá ser comprovado mediante apresentação de Certidão de Tempo de Serviço ou qualquer outro documento público que comprove o tempo de serviço e as atividades exercidas, como, por exemplo, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

1.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Saúde, mediante consulta à Assessoria Jurídica do Município.

2. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. Previamente à contratação serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
- Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado médico;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Inacumulatividade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas;
- Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão Previdenciário;
- Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário – Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais;
- Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
- 01 (uma) foto 3x4;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

2.2. Previamente à contratação também serão exigidos, em cópia, os seguintes documentos:

- CPF;
- Identidade;
- Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos Dependentes;
- Carteira de Trabalho;
- Carteira de Habilitação;

- i) Pis/Pasep;
- j) Comprovante de endereço;
- k) Número de conta corrente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal;

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Cumpridas as exigências de documentação para a contratação, o candidato selecionado iniciará suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde após a assinatura do contrato no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Catanduvas/SC.

3.2. O prazo de validade da presente Chamada Pública obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com as alterações da Lei Municipal nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012.

3.3. O contrato será temporário, conforme estabelece a Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com as alterações da Lei Municipal nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012.

3.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos que participarem da presente Chamada Pública.

Catanduvas/SC, 08 de outubro de 2018.

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE
Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

COMUNICADO DE ABERTURA DE PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO N. 6/2018 - TOMADA DE PREÇOS N. 3/2018

Publicação Nº 1768576

COMUNICADO

Comunicamos aos interessados que a ABERTURA DE PROPOSTAS referente ao Processo Licitatório 6/2018 - Tomada de Preço 3/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada que atue no ramo da construção civil para execução da conclusão da Reforma e Ampliação da Sede Própria da Câmara de Vereadores de Catanduvas, conforme especificações constantes nos Projetos e Memorial Descritivo.

Será realizada nas dependências da Câmara Municipal – Rua Severiano Guerreiro, s/n – Centro - Catanduvas/SC.

DATA: 10 DE OUTUBRO DE 2018.

HORÁRIO: 09:30 horas.

TELEFONE Nº (49) 3525-1174.

Disponível no site da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC: www.camaracatanduvas.sc.gov.br

Catanduvas (SC), 08 de outubro de 2018.

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Caxambu do Sul

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 030-2018 PCS - 001 ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA

Publicação Nº 1768569

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.407.904/0001-00, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Valdir Restelatto, portador do CPF nº 669.830.709-25, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de lubrificantes, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 050/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 030/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
4	20,00	Balde	GRAXA PARA ROLAMENTO À BASE DE LÍTIO, 160 2, EMBALAGEM COM 20 KG.	365,00
6	50,00	Unidade	LÍQUIDO DE FREIO DOT 4, EMBALAGEM 500 ML.	19,00
11	10,00	Balde	ÓLEO PARA SISTEMA DE FREIO, ÚMIDO, WBF 100, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	330,00
17	10,00	Balde	ÓLEO VG 46, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	260,00
18	20,00	Unidade	PÓ VEDANTE PARA RADIADOR, EMBALAGEM COM 40 GRAMAS.	14,90

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 08 de outubro de 2018.

ABASTECEDORA CAXAMBU LTDA
Valdir Restelatto

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 030-2018 PCS - 002 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA

Publicação Nº 1768571

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2018 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.282.799/0001-19, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Diego Carraro, portador do CPF nº 036.697.959-01, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de lubrificantes, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 050/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 030/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do Item	Valor Unitário em R\$
1	80,00	Litro	ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIADOR, COM 01 LITRO, MOTOR À DIESEL.	19,00
2	30,00	Litro	ADITIVO CONCENTRADO PARA RADIADOR, COM 01 LITRO, MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR.	17,00
3	50,00	Balde	FLUÍDO PARA TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA FTA, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	350,00
5	10,00	Balde	GRAXA PARA ROLAMENTO V220, ALTA CARGA E TEMPERATURA, EMBALAGEM COM 20 KG.	380,00
7	20,00	Balde	ÓLEO 10W API CF-2, COM 20 LITROS.	260,00
8	10,00	Balde	ÓLEO 140 API, GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	230,00
9	50,00	Balde	ÓLEO 15W40 API CI4, EMBALAGEM COM 20 LITROS PARA MOTOR A DIESEL.	240,00
10	20,00	Balde	ÓLEO FLUIDO 10W30, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	275,00
12	50,00	Balde	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO 68, COM 20 LITROS.	165,00
13	20,00	Balde	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO 90, COM 20 LITROS.	220,00
14	20,00	Balde	ÓLEO PARA TRANSMISSÃO SAE 30 TO4, COM 20 LITROS.	340,00
15	50,00	Litro	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 15W40 SL, PARA MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	15,00
16	50,00	Litro	ÓLEO SINTÉTICO 5W30 SN, PARA MOTOR À GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS NATURAL VEICULAR, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	18,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 08 de outubro de 2018.

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BERTO LTDA Diego Carraro	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
--	--

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

297.2018

Publicação N° 1768478

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 297/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a servidora ROSEMARI RAYMUNDO, matriculada sob o nº 2248/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 08.10.2018 à 06.11.2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

298.2018

Publicação N° 1768630

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 298/2018

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública MARINELMA RAYMUNDO, matriculada sob o nº 1439/31, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme atestado médico, datado em 28.09.2018, sendo os primeiros 15 (quinze) dias de 28.09.2018 a 12.10.2018, remunerados pelo município e os remanescentes de 13.10.2018 a 26.11.2018, pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Para fins de agendamento do pedido de Auxílio Doença junto à Previdência Social, cabe ao servidor o referido procedimento, conforme dispõe o artigo 76-A, do Decreto 3048/99.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 28.09.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

299.2018

Publicação N° 1768802

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 299/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica

do Município, e em conformidade com o inciso II do Art. 27 da Lei Municipal nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 118 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 11/01/2017 a 10/01/2018, a servidora LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA, matriculada sob o nº 2668/02, ocupante da Função Pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Autorizar a conselheira a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 02/10/2018 à 31/07/2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.10.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

300.2018

Publicação Nº 1768803

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 300/2018

CONSIDERANDO a Portaria nº 299/2018, que concede férias a membro do Conselho Tutelar.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 118 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSMERI PAUL DE OLIVEIRA, para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, pelo período de 02/10/2018 a 31/10/2018, em substituição a Conselheira Tutelar Lucimara da Silva de Oliveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.10.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

LEI N.º 0700 de 08.10.2018

Publicação Nº 1768491

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0700 de 08.10.2018

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 343.550,00, (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e cinquenta reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

07 – Educação para o Futuro

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1019 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos R\$ 80.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 – Ensino Infantil	
07 – Educação para o Futuro	
110 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1020 - Construção de prédio para creche e para educação infantil	R\$ 100.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
2016 - Distribuição de Material Didático, Pedagógico e de Consumo para Estabelecimentos de Ensino	
.....	R\$ 20.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos	
.....	R\$ 5.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
2025 - Concessão de bolsa de estudos	R\$ 120.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
118 – Salário Educação	
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
1019 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos	R\$ 3.800,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
118 – Salário Educação	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
2015 - Formação Continuada de Professores, Suportes Pedagógicos e Profissionais de Apoio da Educação	
.....	R\$ 8.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	
118 – Salário Educação	
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas	
2016 - Distribuição de Material Didático, Pedagógico e de Consumo para Estabelecimentos de Ensino	
.....	R\$ 4.000,00
05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	
01 – Divisão de Ensino	
12 – Educação	
361 – Ensino Fundamental	
07 – Educação para o Futuro	

118 – Salário Educação
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2017 - Reestruturação do Plano de Carreira do Magistério com implementação do processo de avaliação
..... R\$ 500,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
07 – Educação para o Futuro
118 – Salário Educação
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos
..... R\$ 2.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
07 – Educação para o Futuro
118 – Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2018 - Implementação da Biblioteca Pública Municipal Informatizada e Bibliotecas para os Estabelecimentos
..... R\$ 250,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 343.550,00 (trezentos e quarenta e três mil quinhentos e cinquenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários
..... R\$ 100.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários
..... R\$ 100.250,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 60.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 83.300,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de outubro de 2018.
Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 454/18

Publicação Nº 1769085

DECRETO SAF/Nº. 454/18, de 28 de setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, § 4º da Lei nº. 1.324, de 09 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Cocal do Sul, tem a seguinte composição:

I - Seis representantes de Secretarias Municipais e respectivos suplentes:

a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Ângela Maria Mendes Anjo – titular

Rita Lorena de Bona Sartor – suplente.

b) um da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:

Luciane Idêne dos Santos Rosso Leal – titular

Jéssica Ramos – suplente.

c) um da Secretaria de Saúde Pública:

Giane Carvalho Carniato – titular.

Andréa Ghisi Ortigossa – suplente.

d) um da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas:

Darlete Borb – titular

Deivid de Souza Fernandes – suplente

e) um da Procuradoria do Município:

Douglas Gava – titular

Leonardo de Fáveri Souza – suplente

f) um da Fundação Municipal do Meio Ambiente:

Sandra Maria de Souza – titular

Nilton Gonçalves - suplente

II - Seis representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes:

a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social:

Inês Mendes Pacheco - titular

Lenita Cecília B. May Miranda - suplente

b) dois representantes de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social(CMAS):

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE

Samir Roberto Issa – titular

Marcelita Cataneo – suplente

Conselho Comunitário Fernando de Fáveri

Márcia Loch Teixeira Medeiros – titular

Paulina F. de Moraes - suplente

c) dois representantes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social-SUAS:

Beatriz Galatto Nesi - titular

Luciana Gerônimo - titular

Patrícia de Lucca Baschiroto – 1ª suplente

Paula Aparecida Thomaz Zavarise – 2ª suplente

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 297/17, de 05 de junho de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 28 de setembro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 462/18

Publicação Nº 1769092

DECRETO SAF/Nº. 462/18, de 02 de outubro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

LUCIANA COPETTI, portadora do CPF nº. 054.185.399-65, Professor ACT, 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Maria de Lourdes Carara, em substituição a titular em auxílio doença, a partir de 01 de outubro de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 468/18

Publicação Nº 1769089

DECRETO Nº 468/18, de 08 de outubro de 2018.

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL/SC.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando a Resolução nº 003/2018 de 13 de setembro de 2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, e considerando a necessidade de garantir a implementação das políticas de atendimento a crianças e adolescentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, a ser realizada em 22 de novembro de 2018, das 13h00min às 17h30min, no Auditório da Paróquia Nossa Senhora da Natividade, sito a Rua Alfredo de Priori, Nº 120, Bairro Centro, Cocal do Sul/SC.

Art. 2º O tema central da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será: "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social e o CMDCA, juntamente com a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, serão responsáveis pela organização e coordenação da Conferência.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação do orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA de Cocal do Sul.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de outubro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

RESOLUÇÃO N. 003/18 CMDCA

Publicação Nº 1768652

Resolução nº 003/2018, de 13 de setembro de 2018.

CONVOCA A VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COCAL DO SUL/SC E DEFINE A COMISSÃO ORGANIZADORA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, de acordo com o disposto no artigo 8º, inciso XX, da Lei Municipal nº 1.032 de 15 de dezembro de 2010;

Considerando a Resolução nº 202, de 21 de Novembro de 2017 do CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, que dispõe sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução Conanda nº 207, de Março de 2018 que Altera a Resolução nº 202, de 21 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que convoca a XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando o Ofício Circular/CEDCA nº 051/2018 de 04 de junho de 2018 que contém Orientações para a realização da XIª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santa Catarina;

Considerando a Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cocal do Sul, a se realizar na data de 22 de novembro de 2018, das 13h00min às 17h30min, no Auditório da Paróquia Nossa Senhora da Natividade, sito a Rua Alfredo de Priori, Nº 120, Bairro Centro, Cocal do Sul/SC.

Art. 2º A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema central "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Art. 3º Fica instituída a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, tendo em seguintes representantes:

Representantes não governamentais do CMDCA:

- Jordana de Souza Bortolotto de Faveri – representante do Instituto Maximiliano Gaidzinski;
- Rosiclei Prior Viola - representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE ;
- Nelson Rosso – representante da Associação Atlética Cocal do Sul e do Grupo de Escoteiros;
- Danielle Regina Szyndrowski - representante da Associação Atlética Cocal do Sul e do Grupo de Escoteiros;
- Tamara Joaquim da Rosa - representante da Associação de Pais e Professores – APP;
- Fabrício Vieira Querino – representante da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Católica);
- Laércio de Costa – representante da Igreja Assembléia de Deus e Igreja Católica;

Representantes Governamentais do CMDCA:

- Douglas Gava – representante da Procuradoria do Município/Assessoria Jurídica;
- Luciana Gerônimo – representantes da Secretaria de Ação Social e da Família;
- Juraci Teresinha de Bona Sartor – representante da Secretaria de Saúde Pública;
- Magda Freitas - representante da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas;
- Janaína da Soler Magnus - representante Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Representantes dos Adolescentes:

Stefany França	Escola Cristo Rei
Rafael Pereira	
Ana Carolina Zonta	Colégio Maximiliano Gaidzinski
Juliana de Oliveira Menegon	
Ana Paula Martins Cardoso	Professor Padre Schuller
Luiz Fernando Acácio	
Rafaela Cardoso Fernandes	Colégio Cocal
Rayan de Bona	
Maria Luiza Martinhago	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae
Isadora Gava Cechinel	
Ezequiel Velho Inacio	Escola Demétrio Betiol
Tariq Ramos Issa	
Esthefani Possamai	Escola Francisca
Maria Eduarda Monteiro Marcos	
Juciomar Henrique Goulart	
Janaina Mauricio Mendes	

Art. 4º Compete a Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Propor e submeter ao Plenário da Conferência, regimento, instrumentos normativos e legais para a realização da Conferência;
- II - Decidir em primeira instância sobre as ocorrências das Conferências Livres de Criança e Adolescentes e Conferência Municipal;
- III - Orientar sobre o funcionamento e procedimento para a realização das Conferências Livres e Conferência Municipal;
- IV - Promover diligências necessárias à participação dos Delegados para participarem das Conferências Regionais;
- V - Registrar e sistematizar as propostas de trabalho da Comissão submetendo ao Plenário da Conferência;
- VI - Exercer outras atividades correlatas.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a adoção das providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução e divulgar as normas e diretrizes da participação de delegados em todas as etapas da Conferência.

Art. 6º Compete ao Poder Executivo Municipal dispor recursos financeiros para a realização da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Cocal do Sul/SC.

Art. 7º Serão participantes da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme documento Orientador do CONANDA 2018:

- I - Crianças e adolescentes, considerando-se a diversidade: etária, étnico-racial, religiosa territorial (urbano e rural), orientação sexual, com deficiência, indígenas, povos da floresta e das águas, quilombolas, ciganos, em situação de rua, em cumprimento de medida socioeducativa, em acolhimento institucional, e com referentes adultos encarcerados;
- II- Conselheiros (as) dos direitos da criança e do adolescente, garantindo a paridade;
Conselheiros/as tutelares;
- III - Representantes de Conselhos Setoriais, a partir de sua atuação na área da criança e do adolescente;
- IV - Representantes de órgãos públicos com políticas de atendimento de crianças e adolescentes;
- V - Representantes de instituições privadas de promoção, proteção, defesa e controle social de direitos de crianças e adolescentes;
- VI - Representantes dos Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Representantes de Universidades, desde que vinculados aos núcleos de extensão, estudos e pesquisas sobre os direitos de crianças e adolescentes;
- VIII - Representantes do Sistema de Justiça (Juízes (as) da Infância e Juventude, Promotores(as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores(as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP);
- IX - Representantes da segurança pública (Delegacia Especializada de Atendimento Crianças e Adolescentes, de Proteção ou Apuração de Ato Infracional; Polícia Militar e Polícia Civil); representantes do Poder Legislativo municipal, estadual/Distrito Federal e Federal;
- X - Profissionais das políticas setoriais básicas (educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, trabalho e emprego).

Art. 8º A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Cocal do Sul/SC, elegerá quatro delegados titulares e respectivos suplentes, que participarão da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando os seguintes segmentos:

- 1 conselheiro (a) de direito governamental;
- 1 conselheiro (a) de direito não governamental;
- 1 adolescente e
- 1 representante de Conselheiros (as) Tutelares, Movimentos Sociais, Sistema de Justiça ou Rede de Atendimento.

§ 1º -Dos Delegados Natos

Os Conselheiros do CMDCA de Cocal do Sul, titulares e suplentes são delegados natos com direito à voz e voto.

§ 2º - Da inscrição dos demais delegados

Serão delegados da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, exceto os delegados natos, os representantes dos segmentos previstos neste artigo, desde que inscritos no dia da Conferência.

Art. 9º Do Regimento Interno

A VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, contará com um Regimento Interno, cuja proposta preliminar deverá ser elaborada pela Comissão Organizadora e aprovado no início da Conferência pelo plenário, contendo objetivo, tema, local, data, horário, metodologia, responsáveis pela realização, participantes.

Art. 10. O relatório final da VI Conferência Municipal deverá ser elaborado e encaminhado para a Comissão Organizadora Estadual da XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente até 30 dias após a sua realização.

Art. 11. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cocal do Sul, 13 de setembro de 2018.

Jordana de Souza Bortolotto de Faveri

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2018 – PMC

Publicação Nº 1768664

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, no perímetro urbano e rural deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/10/2018.

Abertura: dia 24/10/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 8 de outubro de 2018.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PORTARIA Nº 90/2018.

Publicação Nº 1768821

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
Portaria nº 90/2018.

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 4407/2018, em 5 de março de 2018, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 915/2018, da Assessoria Jurídica do Município;
- o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
- a Revisão da Secretária Municipal de Administração,

verifica-se que o presente processo dá ensejo à condenação do servidor ARI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pela infringência ao disposto nos arts. 151, IX e 152, XVIII, da Lei Complementar nº 90/1994, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Diante disso, deverá ser aplicada a penalidade de SUSPENSÃO, por 30 (trinta) dias, nos termos do art. 166, caput, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

Encaminhe-se cópia da presente Decisão à Comissão Processante e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, para conhecimento; notifique-se o Procurador do servidor e, após, remeta-se à Diretoria de Recursos Humanos, para as providências necessárias.

Concórdia, SC, 4 de outubro de 2018.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028/2018

Publicação Nº 1768859

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028/2018

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionados:

Nº CPF	Nome	Cargo
557.903.729-53	WALDIR JOSE SOARES	AGENTE SOCIAL

Nº CPF	Nome	Cargo
039.103.309-32	DENIS JARDES ZAMPIERON	MOTORISTA
945.201.949-20	RODRIGO REINISCH	MOTORISTA

Nº CPF	Nome	Cargo
007.886.079-28	JEAN CARLOS MATTANA	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
006.625.889-83	RODRIGO JOSE POSSA	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Nº CPF	Nome	Cargo
074.404.859-12	ANDRE STRAPASSON CHAVES	SERVENTE BRAÇAL

Os candidatos acima relacionados deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste apresentar-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munidos de documentos pessoais para manifestar o aceite da vaga, conforme o item número 15.7 do Edital 1/2018.

O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará no reposicionamento para o final da lista de classificados, sendo chamado o candidato imediatamente seguinte, conforme item supracitado. O reposicionamento não garante o chamamento da vaga.

Concórdia, 08 de outubro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 38/2018

Publicação Nº 1768814

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 38/2018

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Ministério do Turismo Convênio Casa da Memória de Lajeado dos Pintos, no valor de R\$ 206.500,00 (duzentos e seis mil e quinhentos reais).

Concórdia SC, 08 de outubro de 2018.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 8/2018

Publicação Nº 1768816

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 8/2018

O Prefeito Municipal de Concórdia, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, c/c a Lei nº 5.025, de 13 de dezembro de 2017, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia torna pública a execução da obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da RUA CAMARÕES, Bairro das Nações, apresentando-se a estimativa de custo e avaliação dos imóveis antes da execução da obra, para fins de cobrança de Contribuição de Melhoria.

Os custos totais para a execução da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas na rua e projetos respectivos, estão expressos na tabela abaixo:

RUA CAMARÕES	CUSTO TOTAL (R\$)
Valor pós licitação	75.987,75
TOTAL DA OBRA	75.987,75
Subsídio Município	37.993,875
Valor limite total para cobrança da Contribuição de Melhoria	37.993,875

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 8 dias do mês de outubro de 2018.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

Cordilheira Alta

PREFEITURA

RESOLUCAO CMAS 005/2018

Publicação Nº 1769428

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
RESOLUÇÃO Nº 005/2018

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência (FMAS) de Cordilheira Alta - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de outubro de 2018, no uso de competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 198, de 30 de setembro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta - CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para ao cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.777,78, referente ao ano de 2018, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, 05 de outubro de 2018.

ERALDO MARCONI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta

Correia Pinto**PREFEITURA****DECRETO Nº 1370/2018**

Publicação Nº 1768657

DECRETO Nº 1370/2018
DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, pela Lei 1010/2001, Lei Complementar 019/2007 e Lei Complementar nº 179/2017. DECRETA:
"HOMOLOGA O RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica homologado o resultado dos inscritos e aprovados para o cargo de Professor de Apoio a Inclusão na Chamada Pública nº 008/2018 da Secretaria Municipal de Educação nos termos do anexo único.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

ANEXO UNICO

CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2018
CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROFESSOR DE APOIO A INCLUSÃO

1º	ELOISA PIRES
2º	SIMONE CRISTINA DE PAULA MADRUGA

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE ITENS - PROCESSO 04/2018 PMCP

Publicação Nº 1768763

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2018 FMS/FHMCP/
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE ITENS

OBJETO: O presente aditamento aos Contratos Administrativos, do Pregão Presencial nº 04/2018, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, se faz com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando que se tem possível a inclusão de itens ao contrato, em virtude de rescisão com a empresa primeira-colocada, passa a ser responsabilidade de entrega da empresa, os itens abaixo relacionados, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, Da Alteração dos Contratos:

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70.
Instrumento:
Contrato nº 0976/2018 de aditivo ao Contrato 0544/2018 FMS;
Contrato nº 0977/2018 de aditivo ao Contrato 0545/2018 FHMCP;
· Item 108 – DIGOXINA 0,25mg comp Valor unitário: R\$ 0,0440.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 28.093.678/0001-85
Instrumento:
Contrato nº 0974/2018 de aditivo ao Contrato 0558/2018 FMS;
Contrato nº 0975/2018 FHMCP;
· Item 254 – AMIODARONA 150mg INJ valor unitário: R\$ 1,8200.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI ME, CNPJ: 27.860.256/0001-25
Instrumento:
Contrato nº 0972/2018 de aditivo ao Contrato 0578/2018 FMS;
Contrato nº 0973/2018 de aditivo ao Contrato 0579/2018 FHMCP;

- Item 18 – ALENDRONATO DE SÓDIO 70mg comp valor unitário: R\$ 0,2132; e
- Item 189 – NISTATINA creme vaginal valor unitário: R\$ 3,1490.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 05.531.725/0001-20
Instrumento:
Contrato nº 0970/2018 de aditivo ao Contrato 0576/2018 FMS;
Contrato nº 0971/2018 de aditivo ao Contrato 0577/2018 FHMCP;

- Item 10 – ACICLOVIR 200mg cp valor unitário: R\$ 0,1900;
- Item 41 – BESILATO DE ANLODIPINO 5mg comp valor unitário: R\$ 0,0190; e
- Item 193 – NORFLOXACINO 400mg – comp valor unitário: R\$ 0,1800.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 11/2018 FHMCP

Publicação Nº 1769285

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 11/2018 FHMCP
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Pregão Presencial - Processo nº 11/2018 FHMCP, alterando-se e inclui-se os descritivos:

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, muda-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 22/10/2018 às 09h00min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 08 de outubro de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

TOMADA DE PREÇO Nº 52/2018 PMCP

Publicação Nº 1769273

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2018 – PREFEITURA
TOMADA DE PREÇOS

Objeto:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA NO MOVIMENTO ECONÔMICO DE RETORNO DO ICMS, EXERCÍCIO DE 2018/2019 ANÁLISE, REVISÃO E ACOMPANHAMENTO DE DIMES – DECLARAÇÃO DE ICMS E MOVIMENTO ECONÔMICO, DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018/2019 QUE FIXARÁ ÍNDICE DE RETORNO DO ICMS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 24.10.2018 às 09:00 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 08 de outubro de 2018.
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1535/18

Publicação Nº 1769304

DECRETO Nº 1535/18

NOMEIA A SRA. JUSSARA DE CARVALHO PARA RESPONDER DE MANEIRA ACUMULUTATIVA O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. JUSSARA DE CARVALHO, para responder de maneira acumulativa ao cargo de Secretária Municipal de Saúde, acumulando o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, recebendo exclusivamente a remuneração do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, nos termos do Decreto nº 1424/18.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
09 de outubro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 123/2018

Publicação N° 1769440

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 72/2018.

Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E A EMPRESA ROBSON CASSIANO NEUFELT E CIA LTDA – ME.

Processo Licitatório: nº 547/2018

Modalidade: Pregão Presencial: nº 27/2018

Objeto: O presente Termo Aditivo consiste no reajuste do valor do contrato original nº 72/2018, visando atender ao pedido de reequilíbrio econômico e financeiro feito pela contratada, devido ao aumento verificado no preço do combustível (óleo diesel), conforme prevê a cláusula segunda do contrato administrativo.

Valor Aditado: R\$ 0,20 KM Rodado.

Data:01/10/2018

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2018

Publicação Nº 1768799

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, PLANEJAMENTO, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO, HABITAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE. CONFORME ANEXO I E TERMOS DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/10/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o apurado para protocolo, será realizada a análise e classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 22/10/2018, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito a rua Maximino de Moraes, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Setembro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 938/2018 - SF ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 16.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1769261

DECRETO Nº 938/2018-SF, de 08 de outubro de 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 16.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1649/2018, de 01 de outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	03.03	DPTO.ADM.REC.HUMANOS E SERV.GERAIS
Proj./Ativ.	04.122.0029.2.005	Manut.Dpto.Administração e Recursos Humanos
3.1.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (6) 7.500,00
Órgão:	04.00	SEC.MUNIC.DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
Unidade:	04.05	DPTO.FAZENDA E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ.	04.123.0029.2.008	Manut.e Moderniz.Serv.Fazendários e Planejamento
3.1.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (18) 8.500,00
		T O T A L - 16.000,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior a anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.019	Manut.Func.e Ampl.Serviço Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0501		Aplicações Diretas (42) 16.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 - Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 16.000,00(dezesesseis mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 08 de outubro de 2018

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 44/2018

Publicação Nº 1769105

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 44/2018

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR ITEM, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTONOMO PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEON E TECLADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, MODELO BASE DA PROPOSTA, e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 23/10/2018, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 23/10/2018, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 08 de outubro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 45/2018

Publicação Nº 1769110

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 45/2018

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto o PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" POR LOTE, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, À FIM DE ELABORAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA), AVALIAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS DE RUÍDO E CALOR, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), EMISSÃO DE ATESTADOS DE SAÚDE OCUPACIONAIS ADMISSIONAIS, DEMISSIONAIS, PERIÓDICOS, TROCA DE FUNÇÃO E RETORNO AO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE E-SOCIAL JUNTO AO SETOR DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO NO QUE SE REFERE À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS NO ANEXO I, MODELO BASE DA PROPOSTA, e demais condições do Edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº 56/2015, Decreto Municipal nº 10/2018, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 24/10/2018, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 24/10/2018, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade, durante o expediente normal, ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 08 de outubro de 2018.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

LEI Nº 899/2018

Publicação Nº 1769266

LEI nº 899, de 06 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a instituição no município de Doutor Pedrinho do programa auxílio atleta municipal e dá outras providências.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Doutor Pedrinho o Programa Auxílio Atleta Municipal com o objetivo de:

- I - valorizar e apoiar atletas e paratletas participantes do desporto educacional, amador e, em casos específicos, do desporto de alto rendimento;
- II - incentivar jovens valores;
- III - auxiliar na constante renovação das gerações de atletas com potencial nas mais diversas competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais;

§ 1º O desporto não profissional é prioritário, podendo, através de autorização legislativa, o Município, cooperar para o desporto profissional.

§ 2º O Programa Auxílio Atleta Municipal atenderá às modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas constantes dos calendários oficiais de Federações Internacionais, Confederações Nacionais ou Federações Estaduais, e ainda programas para pessoas com deficiência e da melhor idade.

Art. 2º. O Programa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro a atletas e paratletas não-profissionais, por meio da Secretaria de Desporto e Cultura.

Art. 3º. Para pleitear a concessão do Auxílio Atleta Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I – ser residente e domiciliado em Doutor Pedrinho;

II – estar cadastrado na Secretaria de Desporto e Cultura como atleta amador como apto a receber o auxílio, nos termos desta lei;

III - ter participado de, no mínimo, 05 (cinco) competições esportivas e paradesportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão do benefício;

IV - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas físicas e jurídicas sem prévia anuência da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura;

V – não cumular o auxílio previsto nesta Lei com qualquer outro concedido pelo Município para a mesma competição, ainda que sem natureza pecuniária;

VI - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade, com frequência de no mínimo 70% (setenta por cento) e notas não inferiores ao exigido pela instituição de ensino para aprovação.

§ 1º Com o deferimento da concessão do Auxílio Atleta Municipal, o requerente compromete-se a representar o Município ou entidades municipais, em competições promovidas ou consideradas de interesse da Secretaria de Desporto e Cultura ou de interesse desportivo estadual, nacional ou internacional.

§ 2º O atleta beneficiado com o auxílio oferecerá como contrapartida, autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Doutor Pedrinho em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

Art. 4º. O Auxílio Atleta Municipal será concedido para atletas e paratletas:

I - Auxílio de 42 UFM para provas dentro do estado de Santa Catarina;

II - Auxílio de 90 UFM para provas realizadas em outros estados;

II - Auxílio de 150 UFM para provas realizadas em outros países;

§ 1º Poderá ser concedido, a critério da administração, em regime de excepcionalidade, bônus adicional de 10% (dez por cento) do auxílio, para o atleta e paratleta que tiver destaque em competições e eventos a nível estadual, nacional e internacional.

§ 2º O atleta ou paratleta beneficiado com o auxílio de que trata esta lei deverá comprovar a efetiva participação na competição no prazo de três dias, sob pena de não receber novo auxílio pelo prazo de seis meses, sem prejuízo da devolução integral do benefício concedido.

Art. 5º. A Secretaria de Desporto e Cultura poderá contratar, dentro de sua previsão orçamentária, seguro de vida e acidentes pessoais aos atletas e paratletas para cobrir os riscos das atividades esportivas e treinamentos.

Art. 6º. A concessão de Auxílio Atleta Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

Art. 7º. É vedada a concessão do auxílio de que trata esta lei ao atleta ou paratleta que tenha sido punido por doping.

Art. 8º. A concessão do Auxílio Atleta Municipal fica limitada a um auxílio por prova, não podendo exceder ao limite de um auxílio diário e três auxílios mensais por atleta ou paratleta.

Art. 9º. A verificação do atendimento dos requisitos previstos nesta Lei ficará a cargo da Secretaria de Desporto e Cultura, a qual compete receber as inscrições dos atletas e paratletas bem como decidir quanto à admissibilidade das mesmas, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 10. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11. As despesas decorrentes da concessão do Auxílio Atleta Municipal correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Desporto e Cultura.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de setembro de 2018; 30º ano de Fundação; 29º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de setembro de 2018.

TARCÍSIO LENZI

Chefe de Gabinete.

CÂMARA MUNICIPAL**PAUTA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 1768590

PAUTA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 09 DE OUTUBRO DE 2018 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Palavra aos inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 011/2018 – “Dispõe sobre a inclusão de novas ações no anexo PPA Analítico, da Lei Municipal nº 883, de 23 de outubro de 2017, Plano Plurianual 2018/2021”

- Apresentação de Parecer da Comissão permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação de Parecer da Comissão permanente de Economia e finanças;

- Discussão única;

- Primeira votação simbólica;

- Projeto de Lei Ordinária nº 012/2018 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, e dá outras providências”

- Apresentação de Parecer da Comissão permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Apresentação de Parecer da Comissão permanente de Economia e finanças;

- Discussão única;

- Primeira votação simbólica;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 2018.

TONY TADEU NONES GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 17/2018

Publicação N° 1769135

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo/ FMS, torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação n° 17/2018 – Modalidade Tomada de Preço, objetivando a contratação de empresa para executar projeto de acessibilidade e reforma, localizada na Rod SC 448, s/nº, Centro, Ermo/SC, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h30min do dia 26 de Outubro e abertura dos envelopes de habilitação às 08h45min horas do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0048/2018

Publicação Nº 1768784

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0048/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0048/2018 – Melhor Preço – Preço por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM DE FORMA PARCELA-DA de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 07h30m às 08h00m horas do dia 22 de Outubro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 08 de Outubro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2018

Publicação Nº 1769056

DECRETO Nº. 108/2018

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº (74) DA QUADRA Nº (12) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de conformidade com a Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente DECRETO, aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº (74), da Quadra nº (12), situado nesta Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, e localizado no lado ímpar da Avenida Flor do Sertão esquina com a Rua Alfonso Senedese, com a área de "Um mil, cento e trinta e quatro metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados" (1.134,54m²); objeto da Matrícula nº 23.681, da SRI de Maravilha, SC, de propriedade de Marisa Baldo conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRAMENTO

LOTE URBANO N.º 74-A DA QUADRA N.º 12, com área de 320,00m² (Trezentos e Vinte Metros Quadrados), localizado no lado ímpar na Avenida Flor do Sertão, esquina formada pela Rua Alfonso Senedese, no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORTE: Com o lote urbano nº 74-B, de propriedade de Marisa Baldo, na extensão de 20,00metros;

AO SUL: Com a Avenida Flor do Sertão, na extensão de 20,00metros;

AO LESTE: Com a Rua Alfonso Senedese, na extensão de 16,00metros;

AO OESTE: Com parte do lote urbano nº 75 na extensão de 16,00metros, de propriedade de Teresinha Maria Andrin, matrícula nº 507;

LOTE URBANO N.º 74-B DA QUADRA N.º 12, com área de 814,54m² (Oitocentos e Quatorze Metros e Cinquenta e Quatro Centímetros Quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Alfonso Senedese distando 16,00 metros da esquina formada pela Avenida Flor do Sertão, no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORDESTE: Com o Lajeado Sarandi, por linha curva;

AO SUL: Com o lote urbano nº 74-A, de propriedade de Marisa Baldo, na extensão de 20,00metros;

AO LESTE: Com a Rua Alfonso Senedese, na extensão de 37,00metros;

AO OESTE: Com parte do lote urbano nº 75 na extensão de 45,50metros, de propriedade de Teresinha Maria Andrin, matrícula nº 507;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 095/2018.

Flor do Sertão (SC), 08 de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DECRETO Nº 109/2018

Publicação Nº 1769059

DECRETO Nº. 109/2018

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº (5) DA QUADRA Nº (1) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de conformidade com a Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente DECRETO, aprovado o DESDOBRAMENTO do Lote Urbano nº: (5), da Quadra nº (1), situado no Loteamento Morada do Verde nesta Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, localizado no lado par da Rua Victorio Piaia esquina com a Rua São José, com a área de "Um mil metros quadrados" (1.000,00m²); sem edificações, objeto da Matrícula nº 16.643, da SRI de Maravilha, SC, de propriedade de Diumira Rodrigues de Moura conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRAMENTO

LOTE URBANO N.º 5-A DA QUADRA N.º 1, DO LOTEAMENTO MORADA DO VERDE, com área de 300,00m² (Trezentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 35,00m da esquina formada pela Rua Victorio Piaia, no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORTE: Com o lote urbano n.º 5-B, na extensão de 20,00 metros, de propriedade de Diumira Rodrigues de Moura;

AO SUL: Com parte da chácara urbana n.º 1, de propriedade de Eleandro Marcinski, na extensão de 20,00 metros, matrícula n.º 21.785;

AO LESTE: Com a Rua São José, na extensão de 15,00 metros;

AO OESTE: Com parte do lote urbano n.º 4, de propriedade de Anacir Perin, na extensão de 15,00 metros, matrícula n.º 14.975;

LOTE URBANO N.º 5-B DA QUADRA N.º 1, DO LOTEAMENTO MORADA DO VERDE, com área de 700,00m² (Setecentos metros quadrados), está localizado no lado par da Rua Victorio Piaia esquina com a Rua São José, no Município de Flor do Sertão – SC, com as medidas e confrontações a seguir:

AO NORTE: Com a Rua Victório Piaia, na extensão de 20,00 metros;

AO SUL: Com o lote urbano n.º 5-A, de propriedade de Diumira Rodrigues de Moura, na extensão de 20,00 metros;

AO LESTE: Com a Rua São José, na extensão de 35,00 metros;

AO OESTE: Com parte do lote urbano n.º 4, de propriedade de Anacir Perin, na extensão de 35,00 metros, matrícula n.º 14.975;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 100/2018.

Flor do Sertão (SC), 08 de Outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº. 001 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2018

Publicação Nº 1769038

TERMO ADITIVO Nº. 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2513/2017

FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.772.057/0001-50 estabelecida na Rua do Bosque, nº. 191, na cidade de Cunha Porá - SC, neste ato representada pelo Sr. Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF/MF sob nº. 041.562.419-39 e Identidade nº. 4.016.444, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar a Ata de Registro de Preços supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

De acordo com a cláusula sexta da Ata de Registro de Preços nº. 23/2018 e fundamento legal na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Registro de Preços, fica ajustado o valor do item 173 (PAPEL OFICIO PROFISSIONAL A4...) de R\$ 150,15 para R\$ 169,58 a caixa, conforme pesquisa de mercado e notas de compra apresentadas pela empresa em Anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas da presente Ata de Registro de Preços permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 08/10/2018

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 08 dias do mês de outubro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI
CPF: 503.319.819-04	CPF: 041.562.419-39
CONTRATANTE	REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº60/2018

Publicação Nº 1769365

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 60/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 33/2018

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA REDE DE ÁGUA DA LINHA BARÃO DO TRIUNFO E EXTENSÃO DE REDE DE AGUA NAS COMUNIDADES DO CANELA E SÃO MIGUEL

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 22/10/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 22/10/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 8 de Outubro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4572/2018

Publicação Nº 1769283

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4572, 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 1º, DO DECRETO MUNICIPAL N.º 3198, DE 30 DE JULHO DE 2012, QUE TRATA DA NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E REAVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do Artigo 1º, do Decreto Municipal N.º 3198, de 30 de julho de 2012, que passará a ter a seguinte redação:

III –ALINE VIAN: Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, do Decreto Municipal N.º 3198, de 30 de julho de 2012.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA N.º 276, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018. SELETIVO N.º 003/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

“CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO

Publicação Nº 1769046

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

PORTARIA N.º 276, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

“CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 71. da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Especial do Processo Seletivo, para acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo Simplificado N.º 003/2018, nas pessoas abaixo relacionadas:

- Taíse Gris – Presidente;
- Odete Chicowicz - Secretária;
- Aline Vian – Membro.
-

Art. 2º A comissão prestará serviços de relevância, sem qualquer ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018 EDITAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1769053

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tona público a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2018, visando a contratação de pessoal por prazo determinado, nos termos da Lei Municipal n.º 255/2001 e nas condições do presente edital.

1. DAS FUNÇÕES E VAGAS

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação por prazo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

1.2. A seleção dos candidatos à função constante ao ANEXO I dar-se-á através de análise de títulos.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para este Processo Seletivo Simplificado serão realizadas no período de 15 de outubro de 2018 a 30 de outubro de 2018, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, na sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 580, Centro, CEP 89859-000, Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina.

2.2. Os interessados em inscrever-se no presente Processo Seletivo deverão proceder da seguinte forma:

I - retirar Ficha de Inscrição (Anexo II) no local de inscrição e preencher corretamente;

II - efetuar a inscrição, mediante a entrega da Ficha de Inscrição preenchida, apresentando, no ato, os seguintes documentos:

- a) cópia da carteira de identidade;
- b) cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física);
- c) cópia do título de eleitor e do respectivo comprovante de votação ou Certidão de Regularidade emitida pela Justiça Eleitoral;
- d) cópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;
- e) comprovante de escolaridade exigida para a função pretendida;
- f) comprovante de tempo de serviço na área específica.

2.3. Os candidatos poderão fazer sua inscrição pessoalmente ou por procuração, sendo que neste último caso, deverão ser apresentados o termo de procuração e a carteira de identidade do procurador, ficando a procuração anexada à ficha de inscrição.

2.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.5. A homologação das inscrições será feita no dia 01 de novembro de 2018 e publicada no órgão oficial do Município de Formosa do Sul, bem como no site do Município de Formosa do Sul: www.formosa.sc.gov.br.

2.5.1. O candidato que tiver sua inscrição indeferida não constará da lista publicada, podendo entrar com recurso até o dia 06 de novembro de 2018, endereçado ao Coordenador da Comissão de acompanhamento deste Processo Seletivo.

2.5.2. No dia 08 de novembro de 2018 será publicada a lista definitiva dos candidatos habilitados para este processo Seletivo.

3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

3.1. A Comissão de Avaliação será composta de no mínimo três pessoas com conhecimento comprovado na área.

3.2. Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão de Avaliação não serão remunerados.

4. DA CLASSIFICAÇÃO:

4.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os critérios descritos a seguir, com a atribuição de pontos para os TÍTULOS

apresentados, nos termos seguintes:

- a) Comprovante de escolaridade: Portador de Diploma de Ensino superior completo na Área de Enfermagem= 12 (doze) pontos; Portador de certificado de Ensino Médio e habilitação legal para o exercício da Profissão Técnico em Enfermagem = 06 (seis) pontos;
- b) Comprovante de tempo de serviço na área específica: 01(um) ponto para cada mês de serviço prestado, até o limite de 06 (seis) pontos.

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1. Ocorrendo empate na classificação entre dois ou mais candidatos, observar-se-á os seguintes critérios:

- a) maior escolaridade;
- b) o mais idoso;
- c) sorteio.

5.2. A classificação do candidato não gera direito à contratação, sendo o mesmo chamado conforme a necessidade do Município.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

6.1. A listagem dos classificados será afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul a partir do dia 12 de novembro de 2018 e site do Município de Formosa do Sul: www.formosa.sc.gov.br.

6.2. Os candidatos serão chamados pela ordem de classificação, de acordo com as necessidades do Município.

7. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

7.1. O candidato deverá apresentar no ato da contratação os seguintes documentos:

- a) cópia da Carteira de Identidade comprovando idade igual ou superior a 18 anos;
- b) cópia do CPF;
- c) cópia Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- d) cópia do Certificado Militar (homens);
- e) cópia Carteira de Habilitação(se tiver);
- f) cópia Certidão de Nascimento ou Casamento;
- g) comprovante de Escolaridade conforme previsto no ANEXO I;
- h) cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) cópia da caderneta de vacinação dos filhos menores;
- j) cópia do cartão de PIS/PASEP;
- k) número da agência e conta bancária;
- l) foto 3X4 (01);
- m) declaração de bens;
- n) declaração de Inexistência de Incompatibilidade com outro cargo ou função pública;
- o) atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
- p) comprovante de residência com endereço completo (água/energia);
- q) telefone para Contato.

8. DOS RECURSOS

8.1 É admitido recurso nos seguintes casos:

- a) no caso de indeferimento da inscrição;
- b) quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

8.2. Os recursos deverão ser endereçados ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo em até dois dias após a homologação das inscrições e o resultado final.

8.3. Somente serão apreciados os recursos fundamentados, bem como que tiverem indicado o nome do candidato, número de sua inscrição e o endereço para correspondência.

8.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo para tanto observada a data e hora do protocolo.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento de todas as condições do presente edital, bem como na sua plena aceitação.

9.2. O candidato que não comparecer na data, horário e local estabelecidos para a escolha da vaga passará o direito à contratação temporária ao candidato com colocação imediatamente posterior e, assim, sucessivamente, até o preenchimento das vagas necessárias.

9.3. O candidato que não comparecer na data fixada ou não aceitar a vaga que lhe é oferecida, passará para o final da lista dos classificados no Processo Seletivo.

9.4. O candidato que desistir da contratação no período que mediar a escolha de vagas e a contratação, bem como aquele que der causa à rescisão do contrato após a referida contratação, perderá o direito à contratação.

9.5. Ocorrendo necessidade de contratação, no decurso do ano de 2018, serão convocados para admissão temporária, os candidatos remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

9.6. Compete a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, respeitada a legislação vigente, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar o recebimento das inscrições e decidir sobre o deferimento ou indeferimento das mesmas;
- b) receber, processar e decidir sobre os recursos interpostos pelos candidatos;
- c) elaborar ata das ocorrências, listagem dos inscritos e da classificação final, encaminhando tudo ao Prefeito Municipal para os fins de publicação e contratação dos candidatos classificados.

9.7. O Prefeito Municipal, antes de qualquer contratação, a bem do interesse público, reserva-se o direito de anular o presente edital, em caso de ilegalidade ou revogá-lo, por conveniência administrativa, bem como suspender as contratações temporárias a qualquer tempo.

9.8. O presente Processo Seletivo Simplificado, com a respectiva classificação, será válido para o período de 12 (doze) meses a partir da data da homologação, podendo ser prorrogado nos termos da legislação municipal.

Formosa do Sul (SC), 09 de outubro de 2018.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES

Função Pública	Escolaridade	Carga Horária	Vencimento R\$	Vagas
Técnico em Enfermagem	Portador de certificado de Ensino Médio e habilitação legal para o exercício da Profissão Técnico em Enfermagem.	40h	1.859,76	01

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº	
Nome do Candidato:	
Função:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, nº e bairro	
CEP, cidade e Estado	
Telefone(s):	
Escolaridade:	

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras e aceito as condições do presente Edital de Processo Seletivo.

Formosa do Sul (SC) ____ de ____ de 2018.

Assinatura

----- destacar aqui -----

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO ____/2018

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Função:	
Carteira de Identidade:	

ANEXO III
COMPROVANTE DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE TÍTULOS

Candidato: _____
Inscrição nº: _____
Função: _____

LISTA DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Formosa do Sul, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato Assinatura do servidor

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/PMF/2018

Publicação Nº 1768669

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 65/PMF/2018
(Referente Pregão Presencial nº. 128/PMF/2018)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, nº 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA -SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1.328.011 e inscrito no CPF sob o nº 500.962.909-78, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. LUMAR COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E POSTES LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº. 07.811.405.0001-59 estabelecida na Rua Sandro Luiz Pignatelli, nº 97, Bairro Cidade Mineira, em Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Luiz Pignatelli, brasileiro, CI 850.971, CPF 415.573.609-87

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 128/PMF/2018, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de mão de obra hora/homem, para ampliação de rede de iluminação pública em diversos espaços públicos do município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- Os serviços deverão ser executados, conforme solicitação do município, por conta e risco da licitante de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições (Ordem de Serviço) previamente emitidas.
- O prazo constará expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital de licitação.
- O prazo de execução a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias, conforme a complexidade dos serviços solicitados.
- Para cada serviço, objeto deste processo licitatório, a empresa prestadora do serviço deverá emitir e apresentar à Prefeitura Municipal de Forquilha a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços solicitados.

3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha,

com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.

1.2. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;

B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;

C) Relação de Empregados - RE.

1.4.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços, incluindo os custos com emissão de ART.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Efetuar e apresentar o projeto de execução dos serviços solicitados pelo município para avaliação e aprovação da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não mantiver a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.
3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
 - 3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Peterson Bressan, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.
2. O Sr. José Ricardo Junkes, Secretário de Gabinete do Prefeito será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 128/PMF/2018, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
LUMAR COMÉRCIO DE MAT ELETRICOS E POSTES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Luiz Pignatel
Peterson Bressan
Fiscal da Ata

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/FMS/2018

Publicação Nº 1768793

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHA
--

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO – EXCLUSIVO MICROEMPRESA

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 14/FMS/2018.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de cardioversor com tecnologia bifásica exponencial truncada em atendimento as necessidades Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de outubro de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal “26 de Abril” Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 08 de outubro de 2018.

TAIARA SILVEIRA REDIVO
Pregoeira Substituta

DECRETO 209/2018

Publicação Nº 1768781

DECRETO Nº 209, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

REGULAMENTA AS PARCERIAS PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS E ATIVIDADES PREVIAMENTE ESTABELICIDOS EM PLANOS DE TRABALHO PARA O FOMENTO A CULTURA NO MUNICÍPIO DE FORQUILHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica do Município de Forquilha, de acordo com o que estabelece Lei nº 13.019/2014, Lei Municipal nº 1.631/2011, e as determinações contidas na Instrução Normativa

nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Forquilha financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, mediante a execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, em conformidade com as modalidades contempladas no Plano Municipal de Cultura de Forquilha, dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no Orçamento Municipal em observância aos dispositivos da Lei Municipal nº 1.631, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o sistema municipal de cultura de Forquilha, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos e financiamento e outras normas ou regulamentos posteriores que deliberarem sobre a matéria.

Art. 2º São consideradas como modalidades:

I - PESQUISA: Ações específicas de pesquisa desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos que investiguem e apresentem características dos SETORES propostos;

II - PRODUÇÃO: Ações específicas de produção voltadas aos processos de criação nos SETORES propostos, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos e/ou indivíduos;

III - FORMAÇÃO: Ações específicas de formação, capacitação, aperfeiçoamento ou atualização de artistas, pesquisadores, produtores culturais, agentes culturais e público em geral, desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos, por meio de cursos, oficinas, palestras e/ou encontros;

IV - DIFUSÃO: Ações específicas desenvolvidas por instituições, entidades, grupos ou indivíduos na organização de atividades cuja finalidade seja a promoção, a circulação, a distribuição e o acesso aos produtos culturais dos determinados setores.

Art. 3º São considerados SETORES:

I - Patrimônio cultural - (material e imaterial, museus e acervos);

II - Letras e Literatura;

III - Artes Cênicas (teatro);

IV - Música;

V - Dança;

VI - Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura);

VII - Artes Populares (artesanato e folclore).

Art. 4º Para fins deste Decreto considera-se:

I - PROPONENTE: pessoas físicas e jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos;

II - UNIDADE GESTORA: órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

III - PARCERIA: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e proponente, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expresso em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - ADMINISTRADOR PÚBLICO: agente público revestido de competência para assinar termos de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue competência a terceiros;

V - GESTOR: agente público responsável pela gestão da parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento ou acordo de cooperação, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

VI - PROJETO CULTURAL: planos, iniciativas, atividades, ações, ou conjunto de ações culturais inter-relacionadas, para alcançar metas, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados;

VII - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL: órgão de nível de assessoramento, controle social e deliberação coletiva, junto ao poder público municipal, em matéria normativa, consultiva e de planejamento setorial e orçamentário, propondo a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate entre o governo municipal e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais, observada a competência que lhe confere a legislação municipal, estadual e federal específica.

VIII - PLANO MUNICIPAL DE CULTURA-PMC: é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

VIV - SISTEMA MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA-SMFC: é o conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Forquilha, que devem ser diversificados e articulados;

IX - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: nomeada por decreto, sendo composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos um será indicado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, para monitorar e avaliar as parcerias celebradas.

Capítulo II

DAS MODALIDADES DE PARCERIA

Art. 5º Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 6º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com os proponentes para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelos proponentes, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 7º Acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pelo Município com proponentes

para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. O acordo de cooperação poderá ser proposto pela Administração Pública municipal ou diretamente pelos proponentes;

Art. 8º As parcerias respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

Capítulo III

DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 9º A celebração de parceria entre o Município e os proponentes será realizada por chamamento público, tendo como objetivo selecionar propostas/projetos que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

Parágrafo único. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta/projeto, se houver previsão no edital.

Art. 10. O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

Art. 11. O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua abertura, contendo as seguintes exigências:

I - a dotação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o tipo de parceria a ser celebrada;

III - o objeto da parceria;

IV - termo de referência;

V - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

VI - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

VII - o valor previsto para a realização do objeto;

VIII - para a interposição de recursos administrativos admite-se a impugnação do edital, por qualquer parte interessada, desde que apresentada em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor deve ser analisado pelo responsável da Unidade Gestora em até 5 (cinco) dias, a contar da data do respectivo protocolo;

IX - havendo fundamento na impugnação, deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município o motivo da revogação ou anulação do edital;

X - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

XI - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e idosos.

Art. 12. É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no Município de Forquilha, onde será executado o objeto da parceria;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

Art. 13. A Administração Municipal poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, realizadas no âmbito de parceria já celebrada;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

Art. 14. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

II - nos casos de autorização em lei que identifique expressamente, decorrente de emenda parlamentar, a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Art. 15. Nas hipóteses dos arts. 13 e 14 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora.

§ 1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deste artigo deverá ser publicado na mesma data em que for efetivado, no Diário Oficial Eletrônico do Município, a fim de garantir ampla e efetiva transparência.

§ 2º Admite-se a impugnação à justificativa, por qualquer cidadão ou entidade interessada, desde que apresentada por protocolo na unidade gestora responsável pelo edital, em até 5 (cinco) dias a contar da publicação, cujo teor será analisado pela Unidade Gestora responsável pela parceria, em até 5 (cinco) dias, da data do respectivo protocolo.

§ 3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado ou anulado, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a exigência dos requisitos previstos nos incisos do art. 27, e demais dispositivos deste Decreto.

Capítulo IV

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 16. Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual poderão apresentar propostas ao responsável pela Unidade Gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Parágrafo único. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social deve conter:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Art. 17. O Procedimento de Manifestação de Interesse Social tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco, que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou de parceria, em curso no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende da realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 2º A Manifestação de Interesse Social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 3º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede os proponentes de participar no eventual chamamento público subsequente.

Art. 18. Para apresentação da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o interessado deverá apresentar a documentação elencada nos incisos I e II do art. 27 deste Decreto.

Art. 19. A avaliação da proposta de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta;

II - decisão sobre a instauração ou não do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, após verificada a conveniência e a oportunidade pela unidade gestora responsável;

III - se instaurado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, haverá oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público, proposto no Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

§ 1º A partir do recebimento da proposta de abertura do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, apresentada de acordo com o art. 20, deste Decreto, a administração pública municipal terá o prazo de até seis meses para cumprir as etapas previstas neste artigo.

§ 2º As propostas de instauração do Procedimento de Manifestação de Interesse Social serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município.

**Capítulo V
DAS VEDAÇÕES**

Art. 20. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto os proponentes que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal na qual será celebrado o termo de colaboração ou o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - que possuir, em seus quadros de direção, sócios ou membros, pessoas vinculadas aos órgãos, departamentos e conselhos que aprovem, recomendem ou determinem o repasse das verbas públicas ou que possuam atribuição na análise, deliberação ou decisão quanto às prestações de contas;

V - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

VI - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a proponente ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c" do inciso VI, deste artigo;

VII - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e

VIII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº

8.429, de 1992;

d) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e de crimes contra os direitos e liberdades individuais.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do responsável pela Administração, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável o proponente ou seu dirigente.

§ 3º Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se o proponente estiver em situação regular no parcelamento.

§ 4º A vedação prevista no art. 21 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

Art. 21. É vedada a celebração de parcerias previstas neste Decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

Art. 22. Não será firmado parcerias com proponentes inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenham dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenham praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos.

Capítulo VI

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 23. O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com o Anexo VI, deste Decreto e constar as seguintes obrigações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

a) Deverão compor o objetivo do proposto os seguintes itens:

1. Promover a circulação de bens culturais no Município de Forquilha;hina;
2. Oportunizar maiores acesso da população aos bens culturais;
3. Fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio artístico-cultural;
4. Contribuir para a profissionalização dos grupos culturais;
5. Alavancar o mercado cultural por meio da geração de trabalho e renda;
6. Valorizar e incentivar a criação artístico-cultural pelos cidadãos forquilha;henses.

II - Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade (se pessoa jurídica), com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;

III - descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

IV - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

V - Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;

VI - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

VII - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VIII - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

Parágrafo único. O Plano de Trabalho também deverá respeitar as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O órgão ou a entidade da administração pública poderá autorizar ou propor a alteração do termo de fomento ou de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada do proponente ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

I - por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação de até vinte e cinco por cento do valor global;
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência; ou
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

II - por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho; ou
- c) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

§ 1º Sem prejuízo das alterações previstas no caput, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência proponente, para:

a) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; ou

§ 2º O órgão ou a entidade pública deverá se manifestar sobre a solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data de sua apresentação, ficando o prazo suspenso quando forem solicitados esclarecimentos ao proponente.

§ 3º No caso de término da execução da parceria antes da manifestação sobre a solicitação de alteração da destinação dos bens remanescentes, a custódia dos bens permanecerá sob a responsabilidade do proponente até a decisão do pedido.

Art. 25. De acordo com o previsto neste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada pelo proponente, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade Gestora durante as ações de

monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

I - quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e a melhor consecução do objeto pactuado por termo aditivo; ou

II - na ocorrência de ampliação dos recursos por suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor inicial acordado, mediante celebração de termo aditivo.

Capítulo VII

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 26. Serão consideradas aptas, os proponentes que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Forquilha:

I - PESSOA JURÍDICA:

- a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);
- b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo II);
- c) cópia da Lei Municipal que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal nº 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;
- d) cópia da inscrição do CNPJ atualizado, possuindo a organização, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;
- e) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; certidão negativa de convênio com a Fazenda Estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e certidão de débito trabalhista;
- f) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.
- g) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil e cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- h) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, quando for o caso;
- i) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;
- j) comprovação de que a organização funciona no endereço por ela declarado;
- k) alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Forquilha;
- l) cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:
 1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e
 2. a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
- m) apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;
- n) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- o) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
- p) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de política Cultural;
- q) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;
- r) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo III);
- s) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo IV);
- t) declaração do representante legal da organização informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo V);
- u) plano de trabalho (Anexo VI).
- v) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

II - PESSOA FÍSICA:

- a) ofício dirigido ao responsável pela Unidade Gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido (Anexo I);
- b) preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" (Anexo II);
- c) cópia da inscrição do CPF, RG;
- d) certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa da união conjunta; prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e certidão de débito trabalhista;
- e) caso se verifique irregularidade formal nas certidões negativas apresentadas ou quando estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.
- f) comprovação de endereço por ela declarado, no mínimo um ano no Município de Forquilha;
- g) comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- h) apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
- i) apresentar registro junto ao Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- j) apresentar documento de comprovação de cadastro na Plataforma SNIC do Ministério da Cultura;
- k) declaração de que não deve prestações de contas a quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual, Federal (Anexo III);
- l) declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988. (Anexo IV);
- m) declaração de que não incorre em quaisquer das vedações previstas neste Decreto (Anexo V);
- n) plano de trabalho (Anexo VI);
- o) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

Parágrafo único. As cópias deverão ser confrontadas com a documentação original e sua autenticação poderá ser feita pela própria unidade gestora a quem os documentos forem apresentados.

Art. 27. A experiência prévia solicitada no art. 27, deste Decreto, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

- I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- II - relatório de atividades desenvolvidas;
- III - notícias veiculadas na mídia em diferentes meios de comunicação sobre atividades desenvolvidas;
- IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento; solicito a confecção de duas cópias das chaves da sala do Procurador-Geral.
- V - currículo de profissional ou equipe responsável;
- VI - prêmios locais ou internacionais recebidos; e
- VII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Capítulo VIII DA SELEÇÃO

Art. 28. A seleção de projetos apresentados fica sob responsabilidade do Conselho Municipal de Política Cultural, que deverá emitir parecer técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pelos proponentes.

Art. 29. A seleção dos projetos deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura - PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Capítulo IX DA SELEÇÃO E JULGAMENTO

Art. 30. A seleção consistirá nas seguintes etapas:

- I - julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- II - abertura do envelope com os documentos do proponente selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no art. 24 e no art. 27 deste Decreto, além de não incorrer nas vedações previstas no artigo 21, deste Decreto.
 - a) quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais do proponente devem ser validadas pelo Conselho através de visita in loco, podendo solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais.
- III - encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;
- IV - o responsável pela Unidade Gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;
- V - os proponentes terão prazo de cinco dias para interpor recurso administrativo sobre o resultado do edital, a contar da publicação.
- VI - após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o responsável pela Unidade Gestora deverá homologar e divulgar, no Diário Oficial Eletrônico do Município as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção;
- VII - na hipótese do proponente selecionado não atender aos requisitos exigidos, aquele imediatamente mais bem classificado será convidado a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para ao concorrente desclassificado;
- VIII - caso o proponente convidado nos termos do inciso VII deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos;
- IX - caso o Conselho entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada. Isto ocorrendo, será lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso III deste artigo.

Art. 31. O julgamento deverá avaliar:

- I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional do proponente foram avaliados e são compatíveis com o objeto;
- II - o plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e
- III - emissão de parecer técnico do Conselho Municipal, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:
 - a) Avaliação das três dimensões culturais do projeto: simbólica, econômica e social;
 - a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
 - b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;
 - c) da viabilidade de sua execução;
 - d) da verificação do cronograma de desembolso; e
 - e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Art. 32. Obrigatoriamente deverá constar o parecer jurídico acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento e acordo de cooperação.

Art. 33. Caso o parecer técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela Unidade Gestora sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

Capítulo X DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

Art. 34. Para formalização das parcerias, os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- I - comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome próprio; e
- II - declaração assinada pelo proponente responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida, quando houver. (Anexo VII).

Art. 35. A formalização do termo de colaboração, termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, terá como cláusulas essenciais:

- I - a descrição do objeto pactuado;
- II - as obrigações das partes;
- III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;
- IV - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento;
- V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;
- VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;
- VII - a forma de monitoramento e avaliação;
- VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;
- IX - a designação de um gestor representante da Unidade Gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;
- X - poderá determinar, se for o caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;
- XI - caso definida a titularidade dos bens, deverá ser observado o art. 23 do Decreto Federal n 8.726 de 2016.
- XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XIII - a obrigação do proponente em manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;
- XIV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- XV - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- XVI - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;
- XVII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- XVIII - a responsabilidade exclusiva do proponente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do proponente em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução; e
- XIX - constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

Capítulo XI DAS PRORROGAÇÕES

Art. 36. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pelo proponente, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O termo aditivo de que trata o caput poderá ser prorrogado de ofício em caso de atraso na liberação dos recursos por parte da administração pública municipal, hipótese em que a prorrogação corresponderá ao período equivalente ao atraso e será regida pela legislação em vigor ao tempo da celebração da parceria.

Capítulo XII DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 37. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas dentro dos limites das possibilidades financeiras consignadas no orçamento municipal, em conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I - quando identificadas irregularidades na aplicação dos recursos e após a análise do contraditório e da ampla defesa;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento do proponente em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou termo de fomento; e
- III - quando o proponente deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, no prazo definido em notificação.

Capítulo XIII DO GESTOR DO TERMO

Art. 38. O responsável pela Unidade Gestora designará um único Gestor, que será agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

I - acompanhar e fiscalizar sua execução;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais, provisórias e final, de acordo com o relatório técnico emitido pelo Conselho Municipal de Política Cultural, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

IV - na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o responsável pela Unidade Gestora deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do anterior, com as respectivas responsabilidades;

V - será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (um) dos partícipes;

VI - a designação do Gestor será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Capítulo XIV DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 39. O responsável pela Unidade Gestora deverá indicar uma única Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por portaria, sendo composta por 3 (cinco) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com os proponentes.

§ 1º Será composta por 1 (um) de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município e deverá conter 2 (dois) membros, da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º No ato formal de nomeação estará previsto quais membros serão o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 3º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 4º Configurado o impedimento previsto no § 3º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 40. Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelos proponentes na prestação de contas;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas por esta Comissão;

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

III - a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais;

§ 1º A comissão de monitoramento e avaliação se reunirá a fim de avaliar a execução das parcerias.

§ 2º A comissão de monitoramento e avaliação poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

§ 3º A comissão de monitoramento e avaliação notificará previamente o proponente, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica in loco.

§ 4º O resultado da visita in loco será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado e enviado ao proponente para conhecimento, esclarecimentos e providências, e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Art. 41. Os procedimentos de monitoramento e avaliação das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco.

Parágrafo único. Nas parcerias com vigência superior de 1 (um) ano, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários garantindo o sigilo da identidade dos que assim desejarem e utilizará os resultados como subsídio na avaliação e no cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 42. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública municipal e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes. A fiscalização será efetuada preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, com emissão de relatório técnico.

Art. 43. As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previsto em lei.

Capítulo XV DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 44. A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Municipal, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, o proponente deverá, para o recebimento de cada parcela:

I - disponibilizar as certidões negativas, quando as inicialmente apresentadas estiverem vencidas, de acordo com o art. 27 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

II - estar adimplente em relação à prestação de contas e eventuais devoluções de valores; e

III - estar em situação regular com a execução do plano de trabalho de acordo com a análise da prestação de contas.

Capítulo XVI DA VEDAÇÃO DA DESPESA

Art. 45. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Capítulo XVII DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 46. A Unidade Gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial do Município de Forquilha, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade Gestora responsável;

II - nome do proponente e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF, ou CPF;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VI - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

Art. 47. A administração pública municipal deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

Art. 48. O proponente deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública municipal.

Capítulo XVIII DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 49. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho e vinculadas com a demanda da política pública de cada Unidade Gestora, as despesas com:

I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio do proponente, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

b) sejam compatíveis com o valor de mercado de Forquilha e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do chefe do Poder Executivo Municipal;

c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - os custos indiretos necessários à execução do objeto, poderão incluir, entre outras despesas, aquelas com material de expediente, tarifas bancárias, alimentação, internet, transporte, aluguel, telefone, combustível, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica;

§ 1º O plano de trabalho poderá incluir o pagamento de custos indiretos necessários à execução do objeto, desde que tais custos sejam decorrentes exclusivamente de sua realização;

IV - aquisição e manutenção de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

a) caso o proponente adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública municipal, na hipótese de sua extinção.

§ 1º o pagamento de remuneração da equipe contratada pelo proponente com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público municipal.

§ 2º considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro do proponente ou que vierem a ser contratadas, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho

aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 3º não poderão fazer jus à remuneração de que trata este artigo pessoas naturais que tenham sido condenadas por crimes:

- a) contra a administração pública ou o patrimônio público;
- b) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- c) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; e
- d) contra direitos sociais e individuais.

§ 4º A inadimplência do proponente em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

§ 5º A inadimplência do proponente em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

Art. 50. O responsável pela Unidade Gestora somente poderá autorizar o proponente a realizar pagamento em data posterior ao término da vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante o prazo legal.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

Capítulo XIX

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública federal determinada pela administração pública municipal.

§ 1º Somente após prévia autorização do responsável pela Unidade Gestora poderão ser utilizados os rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria.

§ 2º Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 52. O proponente terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela Unidade Gestora.

Art. 53. Por ocasião da conclusão, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública municipal no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente da administração pública municipal.

Art. 54. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2 A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput.

Capítulo XX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 55. A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias, para demonstração de resultados das metas, que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

Art. 56. O proponente deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Para fins de prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o beneficiado contará com mais 10 (dez) dias para apresentação de comprovação e utilização final dos recursos.

§ 2º O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 3º Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no § 2º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

Art. 57. O processo de prestação de contas de responsabilidade do proponente deverá ser individualizado por parcela e conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

I - capa (Anexo VIII) parte integrante deste Decreto;

II - ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, devidamente assinado. (Anexo IX) parte integrante deste Decreto;

III - plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo VI) parte integrante deste Decreto;

IV - declaração firmada por dirigente e conselho fiscal da entidade beneficiada ou pelo proponente no caso de pessoa física, acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo X) parte integrante deste Decreto;

V - relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o responsável financeiro, ou pelo proponente no caso de pessoa física, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

- a) original do extrato bancário da conta específica mantida pelo proponente beneficiado, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
- b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias ou cópia dos cheques utilizados vinculadas às despesas comprovadas;

- c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
 - d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome do proponente (nota fiscal, cupom fiscal, guias de pagamento, folha de pagamento) com os devidos termos de aceite. (Anexo XII) parte integrante deste Decreto; e
 - e) comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.
- VI - relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como:
- a) lista de presença; e
 - b) fotografias, vídeos ou outros suportes.

Art. 58. A prestação de contas apresentada pelo proponente deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

Art. 59. O processo de prestação de contas de responsabilidade da Unidade Gestora deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo:

- I - relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação;
- II - parecer técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento;
- III - parecer do Controle Interno;
- IV - parecer da Unidade Gestora.

Art. 60. A prestação de contas será analisada, quanto a sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

I - Após o recebimento da prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

II - o gestor, após apreciação dos relatórios citados nos art. 59 e no inciso I do art. 60, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Controle Interno, podendo o gestor solicitar novas diligências, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a emissão do parecer técnico;

III - Compete ao Controle Interno, analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora, que terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação;

IV - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Controle Interno devolverá o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências;

V - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser devolvido ao Controle Interno do Município;

VI - O proponente terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação expedida pelo Controle Interno, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise, sujeitas à aplicação das sanções previstas no art. 72, deste Decreto;

VII - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte do proponente, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e encaminhará ao responsável pela Unidade Gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

Art. 61. As prestações de contas serão avaliadas:

- I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;
- II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e
- III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
 - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Art. 62. Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, o responsável pela Unidade Gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará o proponente em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente. Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Controlador Geral do Município para as devidas providências.

Art. 63. O responsável pelo Controle Interno Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º A instauração da Tomada de Contas Especial, será realizada pela Unidade Gestora responsável pelo Controle Interno Geral do Município e seguirá os termos da Instrução Normativa nº 13 de 2012 do TCE-SC.

§ 3º Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o responsável pelo Controle Interno do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º Enquanto não for encerrada a Tomada de Contas Especial, o proponente envolvido ficará impedido de receber recursos públicos do Município.

Art. 64. Será permitido o livre acesso dos servidores da Unidade Gestora correspondente ao processo, assim como os servidores do Controle Interno Municipal e do Tribunal de Contas de Santa Catarina, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

Art. 65. O proponente deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a Prestação de Contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir do dia útil subsequente ao da sua última apresentação.

Art. 66. O responsável pela Unidade Gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas conforme o art. 63 deste Decreto, ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

Capítulo XXI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67. A concessão de recursos públicos por meio de termo de colaboração ou de termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita o responsável pela Unidade Gestora e o proponente às penalidades previstas na legislação em vigor e a devolução dos valores irregularmente liberados.

Art. 68. O responsável pelo Controle Interno Municipal está autorizado a expedir Instruções Normativas complementares, necessárias à aplicação das disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 69. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, o responsável pela Unidade Gestora, garantida a prévia defesa, aplicará ao proponente as seguintes sanções:

§ 1º advertência: a sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelos proponentes no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

§ 2º suspensão temporária: a sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

a) a sanção de suspensão temporária impede os proponentes de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 3º declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção.

I - As sanções previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo poderão ser aplicadas pelo Controle Interno do Município, cabendo recurso administrativo de reconsideração, no prazo de 15 dias.

II - Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

III - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Art. 70. Os proponentes suspensos ou declarados inidôneos em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade Geral do Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida reabilitação ou ocorra o ressarcimento à Administração Pública pelos prejuízos resultantes.

Art. 71. Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o Decreto Federal nº 8.726, de 2016, o art. 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os Acórdãos do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, subsidiariamente, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos processos administrativos relativos às parcerias de que trata este Decreto.

Art. 72. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data da entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria.

Art. 73. Os recursos transferidos através do termo de colaboração e do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 74. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 75. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de outubro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de outubro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças
ANEXO I

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)
Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) solicitar a participação no Chamamento Público conforme Edital n. XX.

Assinatura

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO II

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)
Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente/ Presidente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, eu, (nome completo, número do RG e CPF, endereço atual completo), valho-me do presente para solicitar a participação no Chamamento Público Edital nº XX.

Assinatura

ANEXO III

DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DA ORGANIZAÇÃO:

Nome da Organização: CNPJ:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Site:

Lei que declara de utilidade pública nº

2. DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

2.1. DEMAIS MEMBROS DA DIRETORIA:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

2.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

2.3 CONSELHO FISCAL:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Eleito em: Vencimento do mandato:

Cargo:

2.4 DADOS DO CORPO TÉCNICO:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Cargo:

3. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO:

Data da Fundação: ____/____/____

Sede: () Própria () Alugada () Cessão de uso

3.1. INFRA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO:

Possui veículo: () Sim () Não Quantidade:

Próprio () Alugado () Cedido ()

Possui bens imóveis: () Sim () Não

Descrição:

Forma de aquisição: Recursos próprios () Convênio() Doação ()

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: Agência: Número da Conta:

5. DADOS DO CORPO TÉCNICO ENVOLVIDO NA EXECUÇÃO DO OBJETO:

Nome: CPF:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

Cargo: Nº do registro no Conselho Profissional:

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Documento em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IV**DADOS CADASTRAIS PARA PESSOA FÍSICA****1. DADOS DO PROPONENTE:**

Nome: CPF:

RG:

Rua: Bairro: Cidade:

Complemento: Estado: CEP:

Telefone: Celular: E-mail:

2. CURRÍCULUM DO PROPONENTE:**3. DADOS BANCÁRIOS:**

Banco: Agência: Número da Conta:

Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

DECLARAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA

Declaro, que a Entidade não se encontra com pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

DECLARAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

Eu, (nome, CPF, RG, Endereço atual completo) declaro, que não possuo pendências em prestações de contas perante a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

A, inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade n e do CPF n , DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Eu,, portador do CPF n., DECLARO, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA JURÍDICA

Declaro, para os devidos fins, que a Entidade e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto nº 199/2017.

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DA NÃO INCORRÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA PESSOA FÍSICA

Eu, (nome, RG, CPF e endereço atual completo) declaro, para os devidos fins, que não incorro em qualquer das vedações previstas no presente Decreto.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO X

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

1 A- Dados Cadastrais para pessoa Jurídica:

Nome da Organização Social:

CNPJ:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:

Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Lei que declara de utilidade pública nº:

Número de inscrição no respectivo conselho:

1.A.1. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente:

Número do RG: Número do CPF:

1.A.2. Vigência de mandato da diretoria atual: de / / até / /

1B - Dados Cadastrais para Pessoa Física:

Nome:

CPF: RG:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

Endereço: (Rua, Av., Serv. etc.) Número:

Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax:

Endereço Eletrônico:

Número de inscrição no respectivo conselho:

2. Modalidades previstas:

- ☐ PESQUISA
- ☐ PRODUÇÃO
- ☐ FORMAÇÃO
- ☐ DIFUSÃO

3. SETORES PREVISTOS:

- ☐ Patrimônio cultural (material e imaterial, museus e acervos)
- ☐ Letras e Literatura

- () Artes Cênicas (teatro)
 () Música
 () Dança
 () Artes visuais (cinema, cultura digital, fotografia, grafite, escultura, pintura)
 () Artes Populares (artesanato e folclore)

4. Apresentação: (breve histórico do proponente, área de atuação, quanto tempo reside no Município, quando iniciou as atividades na área cultural, se já desenvolveu projetos e quais, se atua em alguma organização).

5. Projeto

Título do projeto:

5.1 Período de Execução:

Início: Término:

5.2 Descrição do Projeto:

Diagnóstico: (identificação e qualificação da demanda)

Diagnóstico da realidade que será o objeto das atividades. A justificativa deve fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a uma demanda da sociedade. Deve-se responder a questão: por que executar o projeto, ressaltar os seguintes aspectos:

- a) Problema social, Manifestação Cultural, Modalidade Esportiva, que pretende desenvolver, manter ou solucionar;
 b) Impacto social do projeto e as transformações positivas e duradouras esperadas;
 c) Área geográfica em que o projeto será desenvolvido (localização, bairro, distrito, rua etc...).

5.2.1 Público Alvo: (Indicar o público alvo/ beneficiários de fato, com o projeto, em conformidade com o estabelecido em edital, se houver, especificando o público a ser atendido, conforme a natureza dos serviços, programas e projetos).

Deverá ser especificado o número de pessoas atendidas (quantificar) e deverá descrever as pessoas a serem beneficiadas (qualificar).

5.2.2 Objetivo Geral: O que se pretende alcançar ao final do projeto. Deve ser escrito de forma clara, objetiva e sucinta. Este objetivo deve estar relacionado diretamente ao que se pretende executar.

5.2.3 Capacidade técnica e gerencial / Qualificação da equipe técnica: discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto. Especificar o campo de atuação de cada profissional, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento do objetivo proposto.

6 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM

7. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS	
	ÓRGÃO CONCEDENTE	
DESPESAS CORRENTES		
DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL GERAL		

7.1 Plano MENSAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						

TOTAL GERAL						

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES						
DESPESAS DE CAPITAL						
TOTAL GERAL						

7.2 - Outras fontes de recursos (Discriminar as demais fontes de recursos do proponente).

FUNTE / ORGÃO CONCEDENTE	VALOR

8 - Cronograma de desembolso:

Cada parcela de desembolso será associada a, no mínimo, uma meta. Informar os valores e as datas em que as parcelas serão destinadas de acordo com a execução das metas do projeto.

META	FONTE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

9 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto ao Município de Forquilha, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Forquilha, de de

Assinatura

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal do(a)com sede na, no Município de Forquilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n., declaro para os devidos fins que receberemos a importância de R\$, dividida em (parcelas) conforme edital n. cujo objeto é

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Decreto n. 199, de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
 - Carimbo com CNPJ
 - Em caso de Procurador, anexar a procuração.
- ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO RECURSO E APLICAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Eu, (nome, CPF, RG, endereço atual completo), declaro para os devidos fins que receberei a importância de R\$
 , dividida em (parcelas) conforme edital n cujo objeto é
 Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 60 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos em legislação vigente, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Forquilha , de de

Assinatura

ANEXO XIII

CAPA

UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Nome do proponente:
Título do Projeto:
Número do Termo de Colaboração ou Termo de Fomento:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:
Nome do Responsável:
Contato: Fone/e-mail.

O formulário abaixo deve ser preenchido pela concedente no momento do recebimento da prestação de contas.

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
Ofício de encaminhamento ANEXO VIII		
Devidamente assinado pelo responsável		
Prestação de contas organizada em folha A4		
As Folhas estão numeradas sequencialmente		
Plano de Trabalho ANEXO IX		
Declaração firmada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados ANEXO X		
Relatório de execução financeira: ANEXO XI		
Devidamente assinado		
Original do extrato bancário da conta específica		
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome do proponente beneficiado com os devidos termos de aceite ANEXO XII		
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.		
Relatório de cumprimento dos objetivos (final)		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.		

Data:	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor
-------	--

Assinatura

ANEXO XV

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA JURÍDICA

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da (nome da instituição, número do CNPJ e endereço atual completo) encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$, referente ao Projeto

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura do Presidente ou Procurador

- Ofício em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar a procuração.

ANEXO XVI

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PESSOA FÍSICA

Forquilha, de de

(Nome do Administrador Público responsável pela Unidade Gestora e Realizadora do Chamamento Público)

Exmo. Sr (a) Prefeito (a)

Ilmo. Sr (a) Secretário (a) \ Superintendente

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, eu (nome, RG, CPF e endereço atual completo) valho-me do presente para encaminhar a prestação de contas da parcela (colocar n. da parcela) do Termo de Colaboração ou do Termo de Fomento (colocar n.) no valor de R\$, referente ao Projeto

Desde já, declaro que investi os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público recebido.

Assinatura

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA PESSOA JURÍDICA

Órgão/Entidade Beneficiada: CNPJ:

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no Decreto n. 199, de 2017, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, ____/____/____

Presidente da Entidade ou Procurador	Responsável Financeiro
Membro do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal

Membro do Conselho Fiscal

- Declaração em papel timbrado da instituição solicitante
- Carimbo com CNPJ

- Em caso de Procurador, anexar a procuração

ANEXO XVIII

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS PARA PESSOA FISICA

Proponente: CPF:

Título do Projeto:

Início: Término:

Objetivo do Projeto:

Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no presente Decreto, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Forquilha, ____/____/____

Assinatura

ANEXO XIX

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS							
(TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO)							
CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.							
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO		
ENTIDADE:							
ENDEREÇO:							
CEP:			FONE:				
RESPONSÁVEL:							
CPF:			VALOR:				
DOCUMENTOS							
Nº TRANSFERÊNCIA*	Nº NOTA FISCAL	DATA DE EMISSÃO DA NF	RECEBIMENTOS R\$	PAGAMENTOS R\$			
SALDO							
SALDO A DEVOLVER							
Forquilha, de de 20 ____							
Presidente da Entidade ou Procurador			Responsável Financeiro				
Lei Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015							
Artigo 45, I e II							
Instrução Normativa N. TC-14/2012							

- Balancete em papel timbrado da instituição solicitante

- Carimbo com CNPJ
- Em caso de Procurador, anexar à procuração.

ANEXO XXI

TERMO DE ACEITE

Todos documentos fiscais devem constar do carimbo conforme abaixo:

Atesto que os serviços foram prestados e/ou os materiais foram entregues.

Em ____ / ____ / ____

Assinatura do proponente ou Diretor da Entidade
ANEXO XXII

RELATÓRIO TÉCNICO
COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Organização da Sociedade Civil Beneficiada:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
() Subvenção () Contribuição () Auxílio
Tipo de Parceria:
() Termo de Colaboração () Termo de Fomento () Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
() Chamamento Público () Dispensa () Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. Processo Administrativo Inicial			
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 9º.		
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14.		
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 1º		
1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 2º		
2. Termo de Parceria			
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC		
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 199/17?	Decreto n. 199, de 2017, art. 36;		
3. Plano de Trabalho			
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26;		
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 IV.		
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 V.		
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25º VI.		
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26.		
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 199, de 2017, art.37.		
4. Atuação em Rede			
4.1 A atuação em rede está prevista no edital de chamamento público?	Decreto n. 199, de 2017, art. 16.		
4.2 A organização da sociedade civil que atuará em rede possui no mínimo 5 (cinco) anos de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ.	Decreto n. 199, de 2017, art. 16.		
4.3 A cópia da celebração do termo de atuação em rede pactuado entre a organização da sociedade civil e a partícipe foi entregue na unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 17.		
5. Prestação de Contas			

5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da Organização da Sociedade Civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.		
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 199, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21- TCE/SC.		
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC		
6.2 Consta o relatório de execução financeira - Balancete?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.3 O relatório está assinado pelo presidente e/ou procurador da organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.4 O relatório está assinado pelo responsável financeira da organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 45 IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.'		
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 199, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 199, de 2017, art. 54.		
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 199, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 199, de 2017, art.56. Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.		
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome da Organização da sociedade civil ou parceira da rede?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 199, de 2017, art. 52.		
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.		
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 199, de 2017, art.59.		
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	
Aplicação Financeira:	
Total:	
Despesa	
1) Despesas Correntes	
1.1) Pessoal e encargos:	
1.2) Material de Consumo:	
1.3) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1.4) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Total (1):	
2) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	

3) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	
4) Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolver:	
6) Saldo a transportar	

7. Custos	Norma Legal	Sim	Não
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.2 Os custos indiretos estão dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 199, de 2017, art.25 e art.26. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº. 199, de 2017, relata que:

1. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas da seguinte forma...
2. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que...,
3. A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...
4. As visitas in loco foram realizadas, em ... de ... de 20____, com os seguintes membros da comissão:
e acompanhada por membros do Conselho Municipal
5. O relatório da visita in loco foi encaminhado à organização da sociedade civil, em XX/XX/XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...

Observou-se que

CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, esta comissão nomeada através da portaria nº publicada no Diário Oficial do Município nº exara o parecer pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

()	Regular.
()	Regular com ressalva.
()	Irregular, para abertura de diligência.

Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação
Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	

ANEXO XXII

RELATÓRIO TÉCNICO
COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
PESSOA FÍSICA

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
() Subvenção () Contribuição () Auxílio
Tipo de Parceria:
() Termo de Colaboração () Termo de Fomento () Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
() Chamamento Público () Dispensa () Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. Processo Administrativo Inicial			
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 9º.		
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14.		
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 1º		
1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 14, § 2º		
2. Termo de Parceria			
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC		
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 199/17?	Decreto n. 199, de 2017, art. 36;		
3. Plano de Trabalho			
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26;		
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 IV.		
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25 V.		
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25º VI.		
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 26.		
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 199, de 2017, art.37.		
5. Prestação de Contas			
5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo proponente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59.		
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 199, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		

5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.		
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 199, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21- TCE/SC.		
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 199, de 2017, art. 25.		
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC		
6.2 Consta o relatório de execução financeira - Balancete?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.3 O relatório está assinado pelo responsável?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 199, de 2017, art. 45. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.'		
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 199, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 199, de 2017, art. 54.		
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 199, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 199, de 2017, art.56. Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.		
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome do proponente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 199, de 2017, art. 52.		
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.		
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 199, de 2017, art.59.		
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	
Aplicação Financeira:	
Total:	
Despesa	
4) Despesas Correntes	
1.5) Pessoal e Encargos:	
1.6) Material de Consumo:	
1.7) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1.8) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
Total (1):	
5) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
6) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás	

Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	
4)Despesas Glosadas:	
5) Saldo a devolver:	
6) Saldo a transportar	

7. Custos	Norma Legal	Sim	Não
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.2 Os custos indiretos estão dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 199, de 2017, art.51.		
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 199, de 2017, art.25 e art.26. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	Decreto n. 199, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.		
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº. 199, de 2017, relata que:

6. As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas da seguinte forma:

7. Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que...,

8. A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...

9. As visitas in loco foram realizadas, em ... de ... de 20____, com os seguintes membros da comissão e acompanhada por membros do Conselho Municipal.

10. O relatório da visita in loco foi encaminhado ao proponente, em XX/XX/XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal nº 199/2017, através do ofício nº...

Observou-se que

CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, esta comissão nomeada através da portaria nº publicada no Diário Oficial do Município nº exara o parecer pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

()	Regular.
()	Regular com ressalva.
()	Irregular, para abertura de diligência.

Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação	Nome e matrícula Comissão de Monitoramento e Avaliação
---	---

Nome e matrícula
Comissão de Monitoramento e Avaliação

ANEXO XXIII

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO GESTOR DO TERMO

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente Beneficiado:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
() Subvenção () Contribuição () Auxílio
Tipo de Parceria:
() Termo de Colaboração () Termo de Fomento () Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
() Chamamento Público () Dispensa () Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:
Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.: Publicada no Diário Oficial nº.:

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC	Norma Legal	Sim	Não
1. O relatório da comissão de monitoramento e avaliação está de acordo com o que determina do Decreto?	Decreto n. 199, de 2017, art. 40 e 41.		
2. Consta no relatório da comissão de monitoramento e avaliação a cópia da portaria de designação dos seus membros?	Decreto n. 199, de 2017, art. 40.		
3. A comissão de monitoramento solicitou abertura de diligência?	Decreto n. 199, de 2017, art. 62.		
4. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela aprovação da prestação de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
5. O relatório de monitoramento e avaliação conclui pela reprovação da prestação de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
6. A execução da parceria foi acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes a atuação existente?	Decreto n. 199, de 2017, art. 43.		
7. Pode-se considerar com base no relatório de monitoramento que as metas foram alcançadas, conforme proposto no plano de trabalho?	Decreto n. 199, de 2017, art. 39.		
8. Verifica-se algum indício de irregularidade no processo?	Decreto n. 199, de 2017, art. 39,V.		
9. A prefeitura realizou fiscalizações preventivas na organização da sociedade civil?	Decreto n. 199, de 2017, art. 41.		
10. O proponente possui outros convênios com os demais órgãos da prefeitura?			
11. Se a resposta acima for positiva, o proponente está em dia com as prestações de contas?	Decreto n. 199, de 2017, art. 28, XV.		
12. A execução da despesa está vinculada ao objeto proposto?	Decreto n. 199, de 2017, art.25. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.		
13. O proponente foi alvo de alguma denúncia?			
14. Os salários pagos então dentro do preço de mercado?			
15. Houve remuneração de dirigentes?			
16. O processo de prestação de contas deve ser melhorado?			
17. O proponente necessita de curso de formação para melhor executar o processo de prestação de contas?			
18. Necessita de fiscalização aprimorada?			

O Gestor do Termo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 39, do Decreto Municipal nº. 199, de 2017, após análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, descreve que:

1. O proponente, já alcançou os resultados e benefícios de acordo com as metas propostas no plano de trabalho. (descrever os resultados e benefícios)

Não atingindo as metas propostas conforme indicado na proposta. Solicita-se abertura de diligência para no prazo máximo de 15 (quinze) dias justificar sobre o fato, desde já ficando impedida de receber de qualquer órgão da Administração Direita e Indireta do Município, novos recursos. (Somente quando não atingiu as metas)

2. A visita de fiscalização do gestor (a) foi realizada no dia ..././.... (não) acompanhada por outros representantes de órgãos ou conselhos municipais.

Contatou-se na visita in loco que o proponente (descrever o que foi observado na visita).

3. Quanto ao impacto social e econômico do projeto, verifica-se que o mesmo beneficia diretamente (colocar o número de famílias, número

de crianças, de idosos etc).

4. Analisar qual possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão da parceria. (descrever ..)

CONCLUSÃO

Desta forma, após acompanhamento do projeto, análise dos documentos apresentados pelo proponente e do relatório de técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

<input type="checkbox"/>	Regular.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome e matrícula do Gestor do Termo

ANEXO XXV

(DECRETO Nº 199, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017)

PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL CONTROLE INTERNO E SECRETÁRIO DA UNIDADE GESTORA

Protocolo de Entrada nº.: Data: xx/xx/xxxx
Proponente Beneficiado:
Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
<input type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Contribuição <input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração <input type="checkbox"/> Termo de Fomento <input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
<input type="checkbox"/> Chamamento Público <input type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.:

A Gerência de Controle Interno confirma que a prestação de contas acima descrita, apresenta os documentos mínimos exigidos pelo decreto municipal nº xxx de 2017:

<input type="checkbox"/>	Documentação Entregue pela Entidade
<input type="checkbox"/>	Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação
<input type="checkbox"/>	Parecer do Gestor do Termo

RESTRIÇÕES (descrever as restrições identificadas):

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas):

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

<input type="checkbox"/>	Regular, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
<input type="checkbox"/>	Irregular, para abertura de diligência.

Forquilha, xx de xxxxx de 20XX.

Nome, Matrícula e Cargo
Gerência de Controle Interno

PARECER FINAL

Protocolo de Entrada nº. xx Data: xx/xx/xxxx
Proponente:

Unidade Gestora de Origem:
Nota de Empenho (NE)nº:
Valor da Liberação: Data: xx/xx/xxxx
Categoria
() Subvenção () Contribuição () Auxílio
Tipo de Parceria:
() Termo de Colaboração () Termo de Fomento () Acordo de Cooperação
Número:
Modalidade:
() Chamamento Público () Dispensa () Inexigibilidade
Número:
Esta Prestação é referente a parcela nº.

O setor responsável, após a análise dos documentos apresentados, conclui pela:

()	Regular, recomendamos a baixa contábil.
()	Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
()	Irregular, para abertura de diligência.

Obs.: Após a baixa contábil o processo de Prestação de Contas deverá retornar ao Setor responsável, para o devido arquivamento.

Forquilha, xx de xx de 20xx.

Nome, Matrícula e Cargo
Responsável

EXTRATO DE CONTRATO PMF 104/2018

Publicação Nº 1768790

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 104/2018
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JOÃO EMMANUEL COELHO DA SILVA

OBJETO – contratação de empresa especializada para aquisição de câmeras de monitoramento, em parceria com a ACIF (Associação Comercial e Industrial de Forquilha) a fim de atender as necessidades do sistema de videomonitoramento do Município de Forquilha/SC.

VALOR – O valor unitário é de R\$ 1.710,00 (hum mil setecentos e dez reais), perfazendo o valor global de R\$ 22.230,00 (vinte e dois mil duzentos e trinta reais).

VIGÊNCIA – 02/10/2019

DOTAÇÃO – 0401.2010.4490 (37); 0401.2010.4490 (249).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 121/PMF/2018

DATA DA ASSINATURA – 02 de outubro de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029-2018-PMF

Publicação Nº 1768940

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0242/2018 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2018– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0029/2018, nos seguintes termos: Objeto: Contratação de Serviços para Elaboração do Projeto Básico e Executivo e a Estrutura em Concreto Pré Moldado para o Ginásio Poliesportivo do C.E.M Juviliano Manoel Pedroso, no Bairro São Miguel, No Município De Fraiburgo – SC. Contratada: D.F.J ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.500.071/0001-00. Prazo de Vigência: outubro a novembro de 2018. Valor Total do Contrato: R\$ 11.050,00 (onze mil e cinquenta reais). Fundamento Legal: Art. 24,I, da Lei nº 8.666/93. Fraiburgo(SC), 08 de outubro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 226 - 2018

Publicação Nº 1769263

DECRETO Nº 226, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, DE REMOÇÃO, REMANESCENTE E PERMUTA DE PROFESSORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a seguinte servidora a Fiscalizar e analisar o processo de ampliação de carga horária, remoção, remanescentes e permuta de professores da rede municipal de Fraiburgo, nos termos da Lei Complementar nº 109/2017 e 111/2010.

Art. 2º. A Comissão será composta pelo seguinte servidor estável:

- Membro: Valéria Mathias
[...]

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 227 - 2018

Publicação Nº 1769264

DECRETO Nº 227, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (146)	R\$	170.000,00
TOTAL		
	R\$	170.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

413600111 – Cessão de Direito de Operacionalização de Pagamento da Folha	R\$	170.000,00
TOTAL		
	R\$	170.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento e Inovação

EDITAL DE AMPLIAÇÃO 0001 2018

Publicação Nº 1768942

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 001/2018

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais, e amparada pela Lei Complementar nº 109 de 03 de março de 2010, torna público, pelo presente Edital Interno as normas AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA, respeitando o interesse público, para os membros do magistério público municipal com atuação na rede municipal de ensino para o ano letivo de 2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo Seletivo de Ampliação de Carga Horária será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores efetivos, designados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo/SC.

1.2. O edital para ampliação de carga horária, as decisões e demais atos inerentes ao processo de Ampliação de Carga Horária serão publicados integralmente no diário oficial dos municípios do Município de Fraiburgo/SC, veiculado eletronicamente no endereço da internet www.diariomunicipal.sc.gov.br.

1.2.1. Caberá ao diretor a divulgação deste Edital na respectiva unidade escolar, devendo, para tanto, afixá-lo em local que assegure acesso a todos os professores e secretários de escola.

1.3. A simples participação neste processo não garante ao professor o direito a ampliação de carga horária.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Educação, situada à Avenida Arnoldo Frey, nº 179, Centro de Fraiburgo/SC, no período de 09 de outubro de 2018 a 31 de outubro de 2018 das 14:00h às 18h30min.

2.2. Para inscrever-se no Processo de Ampliação de Carga Horária, o candidato deverá comparecer ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 2.1 e ser efetivo na Rede Municipal de Ensino do Município de Fraiburgo/SC.

2.3. A solicitação de ampliação de carga horária deverá ser feita pelo próprio candidato à Comissão designada pela Secretaria de Educação, por meio de requerimento próprio, conforme Anexo I, respectivamente, acompanhadas dos documentos descritos no item 5.

2.4. Os professores que desejarem não participar deste processo de Ampliação de Carga horária poderão inscrever-se no processo seletivo anual.

3. DOS IMPEDIMENTOS

3.1. Ficam impedidos os professores efetivos a participar do Processo de Ampliação de carga horária que:

1. Tenha sofrido penalidade disciplinar nos últimos 2 (dois) anos;
2. Tiver apresentado faltas injustificadas no ano letivo de 2018;
3. Apresentado mais de 25 dias de atestado durante o ano letivo de 2018 contados do início do ano letivo até a data de 16 de outubro de 2018.

4. DOS CRITÉRIOS

4.1 O docente efetivo poderá ampliar sua carga horária até o limite de 40 horas semanais, de acordo com as vagas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes em Edital de Notificação.

4.1.1 Caso não tenha vaga para ampliação de carga horária na Unidade Escolar de lotação do professor, o mesmo poderá optar pela Unidade Escolar mais próxima desde que haja vaga e seja de seu interesse.

4.2 Respeitado o interesse público, a carga horária do servidor efetivo poderá ser ampliada ou reduzida, com a consequente alteração da remuneração na mesma proporção.

4.3 Os professores efetivos que não realizarem o requerimento de ampliação de carga horária, permanecem com a carga horária fixada em lei, no edital de concurso público e ato de nomeação.

5. DOS DOCUMENTOS

5.1. Para ampliação de carga horária o servidor deverá apresentar os seguintes documentos no ato de inscrição:

1. Declaração de tempo de serviço efetivo no Município de Fraiburgo/SC;
2. Requerimento devidamente preenchido e assinado;
3. Xerox do Diploma de maior grau de formação na área de atuação;
4. Certificados de Curso de Atualização Oferecidos pela Secretaria de Educação nos últimos 2 anos;
5. Outros certificados de atualização na área de atuação, computando-se no máximo 200 (duzentas) horas.

6. DO QUADRO DE PONTUAÇÃO

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Maior grau de formação	• Mestrado na área da Educação 20 PONTOS
*Computar-se-á somente o certificado de maior grau	• Especialização na área da Educação 10 PONTOS
	• Diploma de formação em Ensino Superior 5 PONTOS *
	• Curso, Seminário, Jornada, Simpósio e Congresso na área da Educação (Oferecidos pela Secretaria de Educação). No período de 01/02/2016 a 30/09/2018 - 20 PONTOS A CADA 20 HORAS
	• Curso, Seminário, Jornada, Simpósio e Congresso na área da Educação (Outros). No período de 01/02/2016 a 30/09/2018. * 2 PONTOS A CADA 20 HORAS

*Sendo que o PNAIC é oferecido somente para um grupo de professores, e a metodologia segue Parâmetros do Governo Federal, o mesmo será computado como Outros.

7. DOS RECURSOS

7.1. Da classificação preliminar dos candidatos, é cabível recurso (ANEXO II) endereçado à comissão, uma única vez, no prazo comum de 02 (dois) dias.

7.1.2. Os recursos deverão ser impressos em 2 vias, sendo que 1 deverá estar em envelope lacrado entregue na Secretaria de Educação A/C da comissão de análise Edital 001/2018 e a segunda será protocolada e devolvida ao candidato.

7.2. O recurso deverá conter a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

7.3. Nenhum documento poderá ser anexado ao Requerimento de Recurso. Serão analisados somente os documentos entregues pelo candidato no ato da inscrição.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Verificando-se a ocorrência de empate por dois ou mais candidatos, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- a) Maior tempo efetivo no magistério público municipal;
- b) Maior número de horas comprovadas no ato da inscrição de curso de aperfeiçoamento ofertado pela Secretaria Municipal de Educação;
- c) Idade;
- d) Maior números de filhos menores.

9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1. A divulgação será exposta no Blog da Secretaria Municipal de Educação no dia 10 de novembro de 2018 e publicada no Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no endereço da internet www.diariomunicipal.sc.gov.br.

9.2. A listagem final será divulgada e homologada no dia 15 de novembro de 2018 após análise dos recursos.

10. DA CONFIRMAÇÃO DAS VAGAS

10.1. A data e horário para ampliação de carga horária será definida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a qual se responsabilizará divulgar o Edital de Notificação.

10.2. Após assinatura do termo de aceite, será expedida uma Portaria por ato do Poder Executivo oficializando a ampliação de carga horária para o ano letivo seguinte.

10.2.1. Após o termo de aceite de ampliação de carga horária ser assinado o professor não poderá solicitar a desistência do ato.

11. DO CANCELAMENTO

11.1 Será cancelada a ampliação de carga horária a qualquer tempo do professor que:

I. Comprovadamente obtiver rendimento insatisfatório durante o ano letivo, causando prejuízo à rede escolar e ao desenvolvimento dos alunos;

II. Apresentar 3 (três) faltas injustificadas.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A ampliação de carga horária dar-se-á a partir de 01 de fevereiro de 2019 estendendo-se até o fim do ano letivo, determinado pelo Calendário Escolar e não gera direito adquirido na sua manutenção.

12.2. Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e a Comissão composta por servidores efetivos, de acordo com a constituição federal, com base nos princípios administrativos e demais normas de direito visando sempre atingir o interesse público.

Fraiburgo, 05 de outubro de 2018.

Tania da Silva Ferreira

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ANEXO I - DO REQUERIMENTO DE AMPLIAÇÃO- EDITAL Nº 001/2018

NOME DO (A) SERVIDOR (A) : _____

TELEFONE FIXO : _____ CELULAR: _____

MATRICULA Nº : _____ DATA NOMEAÇÃO

CARGO EFETIVO: _____

CARGO/DISCIPLINA: _____

LOTAÇÃO ATUAL: _____

CARGA HORÁRIA EFETIVA: 20 HORAS

DOCUMENTOS ENTREGUES:

() CÓPIA RG – OBRIGATÓRIO

() CÓPIA CPF – OBRIGATÓRIO

() CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR E COMPROVANTE DA ÚLTIMA VOTAÇÃO – OBRIGATÓRIO

() DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO EM CARGO EFETIVO – OBRIGATÓRIO

() DIPLOMA DE MAIOR GRAU DE FORMAÇÃO NA ÁREA - OBRIGATÓRIO

() CURSO, SEMINÁRIO, JORNADA, SIMPÓSIO E CONGRESSO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO). NO PERÍODO DE 01/02/2016 A 30/09/2018 - Prova de Títulos

() CURSO, SEMINÁRIO, JORNADA, SIMPÓSIO E CONGRESSO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (OUTROS). NO PERÍODO DE 01/02/2016 A 30/09/2018. MÁXIMO 200 HORAS –

TOTAL DE

FOLHAS ENTREGUES

Fraiburgo, de de 2018.

Assinatura do Servidor

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA RECURSO

EDITAL Nº 001/2018

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO EDITAL DE AMPLIAÇÃO Nº.001/2018 , realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo/SC.

Eu, _____

..., portador do documento de identidade nº _____, professor efetivo da rede municipal de Fraiburgo, participei do Edital

Simplificado para pleitear ampliação de carga horária.

Após análise da divulgação dos resultados classificatórios, venho por meio deste contestar: _____

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são: _____

Fraiburgo, de de 2018.

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em /...../2018

por (Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO -PAL 176-2018 - POGGERE INDUSTRIA

Publicação Nº 1768943

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 01762018 – PMF TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2018

OBJETO –Contratação de empresa do ramo para a execução de reforma da acessibilidade do Paço Municipal, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL). CONTRATO Nº 0103/2018 (CT18PMF103)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa, POGGERE INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Linha Santa Bárbara, interior do município de Ouro/SC (89.663-000), inscrita no CNPJ sob o nº 11.767.402/0001-32, neste ato representada pelo sócio administrador Sr Leandro Poggere a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo em epígrafe. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail cadastrado nos autos. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br, desde que recebido no prazo estipulado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 04 de Outubro de 2018.

Dagmar Weber

Fiscal de Contratos

Portaria nº 21832018

Publicação Nº 1769269

PORTARIA Nº 2183, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 01730/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo a professora Cristiane Marti-notto que pediu exoneração;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor – Ciências e Programas de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 30 (trinta) para 34 (trinta e quatro) horas semanais, da servidora, DAYANA PULCENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 032.424.219-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, de 08 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21842018

Publicação Nº 1769270

PORTARIA Nº 2184, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 27 de setembro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01725/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 31 horas semanais a professora Thaiza dos Santos, a qual encontra-se afastada por Auxílio-doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor - Matemática, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA SOUZA COUTO, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 016.946.449-01, na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, com carga horária de 31 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21852018

Publicação Nº 1769271

PORTARIA Nº 2185, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01726/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados no concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ÉRICA DOS SANTOS MACEDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.619.759-32, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21862018

Publicação Nº 1769274

PORTARIA Nº 2186, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01729/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados no concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONILDE FATIMA

PAGANINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 987.267.499-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21872018

Publicação Nº 1769275

PORTARIA Nº 2187, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 05 de março de 2018 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01728/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados no concurso público e que não houve preenchimento das vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BRUNA CORDEIRO MOREIRA PIMENTEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.773.089-06, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2018 até 14 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21882018

Publicação Nº 1769278

PORTARIA Nº 2188, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna n.º 65/2018, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LEONICE FRARÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 015.181.049-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 2, por exercer a função de responsável pelo setor de compras da Secretaria de Ação Social, a partir de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 21892018

Publicação Nº 1769282

PORTARIA Nº 2189, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo em Regime Especial de Contratação

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ANA PAULA MEIRELES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 089.946.459-93, contratada em caráter de Regime Especial na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de outubro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

AVISO EDITAL RETIFICADO PR004/2018

Publicação N° 1769062

AVISO DE EDITAL RETIFICADO
PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018
PROCESSO N° 091/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 03/09/2018 e suspenso em 14/09/2018, cujo objeto é o registro de preço pretendendo a aquisição de luminárias LED para otimização e modernização do parque de iluminação pública do município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes n° 1 – “PROPOSTA” e n° 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, n° 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h00min do dia 22/10/2018. A sessão pública se dará a partir das 14h10min do dia 22/10/2018, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 08 de outubro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N° 195/2018

Publicação N° 1769063

DECRETO N°. 195, de 08 de Outubro de 2018

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da LC 106/2018 que define a constituição da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e gratificação para seus integrantes,

DECRETA:

Art. 1o. – Designar Comissão Permanente de Inquérito Administrativo constituída pelos seguintes servidores para apurar infração administrativa que envolva responsabilidade administrativa dos servidores públicos municipais:

Titulares:

LAURO FELIPE RAIZER – Presidente;

JUCILENE FURLAN – Secretária;

JOSIANE HOFF – Membro.

Suplentes:

ANA CAROLINE MARTINS RODRIGUES;

CESAR CASSIUS MOCKER;

CRISTIANO CHAVES;

Art. 2o. – Em caso de férias, licença e demais motivos que justifiquem a ausência de membros titulares, um suplente será designado através de sorteio, observada a rotatividade na escolha, e considerando ainda o cronograma de atuação da comissão.

Art. 3o. – Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o decreto n° 182/2018.

Art. 4o. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 191/2018

Publicação N° 1768474

PORTARIA N°. 191 de 05 de outubro de 2018.

“DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal n° 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual n° 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar EUCLIDES FELIPPI – RG n° 544.431, CPF n° 063. 292.252.569-49, Assessor Administrativo, servidor desta municipalidade, para atuar como fiscal do contrato PMG n° 031/2018, firmado com a empresa Truck Center Avenida Ltda.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2018

Publicação Nº 1769048

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2018

OBJETO: Registro de Preços para prestação de Serviços de Xerografia, Plotagem, Fotocópia, Impressão, Digitalização e Encadernação, com fornecimento de material. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 25/10/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 08/10/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768467

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do parágrafo 1º do artigo 6º da Lei Complementar nº 72, de 21 de outubro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º [...]

§ 1º [...]

I - 02 (dois) Bacharéis ou Licenciados em História."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 04 de outubro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

SAMAE - GASPAR

PORTARIA Nº 93 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769118

PORTARIA N. 93 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOSIAS JERÔNIMO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio ao servidor JOSIAS JERÔNIMO, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA, referente ao período aquisitivo de 06.05.2006 à 05.05.2011, que será gozada a partir de 08.10.2018 à 05.01.2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 08 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 94 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769122

PORTARIA N. 94 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSA ELSA NUNES MASSON

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio a servidora ROSA ELSA NUNES MASSON, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados B, referente ao período aquisitivo de 05/10/2008 à 04/10/2013, que será gozada a partir de 15/10/2018 à 12/01/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2018.

Gaspar (SC), 08 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 95 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769248

PORTARIA N. 95 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018
EXONERA SERVIDORES DO CARGO EM COMISSÃO DO SERVIÇO
AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Ficam exonerados, a partir do dia 09 de outubro de 2018, os seguintes servidores:

I - GILBERTO DELLANDRÉA, portador do CPF nº 452.157.319-34 e da CI nº. 911.130 do cargo em comissão de Diretor Operacional, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref.55, com 40 horas semanais; e

II – DENILSON CECHETTO, portador do CPF nº 039.057.209-81 e da CI nº. 438.213-3 do cargo em comissão de Coordenador Geral de Ligações de Água e Esgoto, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 08 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 96 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769251

PORTARIA N. 96 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
NOMEIA DIRETOR OPERACIONAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR DENILSON CECHETTO

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 10 de outubro de 2018, o servidor DENILSON CECHETTO, portador do CPF nº 039.057.209-81 e da CI nº. 438.213-3, para o cargo em comissão de Diretor Operacional, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref.55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 10 de outubro de 2018.

Gaspar (SC) em, 08 de outubro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 098 - 2018 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018.

Publicação Nº 1769113

DECRETO Nº 98 / 2018

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32º, inciso I, da Lei Municipal nº 1228/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 154.327,02 (Cento e Cinquenta e Quatro mil, Trezentos e Vinte e Sete e Dois centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, 0.1.13.000000 Remuneração Profissionais do Magistério 40% e 0.2.28.000145 Transferência do SUS União, conforme as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1701	Encargos Gerais do Município	55.000,00
28.845.0000.0.003	Contribuição ao PASEP-Prefeitura	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(207) 3.3.20.00	Transferências a União	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
28.843.0000.1.001	Amortização de Dividas	5.000,00
4.6.00.00	Amortização de Dividas	5.000,00
(203) 4.6.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
0401	Secretaria Municipal de Administração	20.000,00
04.122.0002.2005	Manutenção da Secretaria da Administração	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(13) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.000,00
1001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviço Pub.	3.000,00
15.451.0008.1.024	Pavimentação de Ruas	3.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
(217)4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.3.70.000044	Recursos de Convênio União	3.000,00
0601	Secretaria Municipal de Educação	10.000,00
12.361.0003.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental	10.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Social	10.000,00
(213) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Magistério 40%	10.000,00
1601	Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura	7.000,00
20.602.0007.2.051	Manutenção da Secretaria de Pesca e Maricultura	7.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
(200) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	7.000,00
0701	Secretaria Municipal de Saúde	59.327,02
10.301.0004.2.027	Núcleo de Apoio a Saúde da Família	59.327,02
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Social	59.327,02
(27) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	59.327,02
0.2.28.000145	Transferência do SUS União	59.327,02
Total		154.327,02

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 27 de setembro de 2018.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013-2018 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 05-2017

Publicação Nº 1769323

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2018

Concurso Público Edital nº 05/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 05/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação	Inscrição	Nome	Cargo
4º	048621	Maria Eduarda Richter Correa	Farmacêutica

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça;[https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 08 de outubro de 2018

ALCIDES PEREIRA

Secretario Administração

EXTRATO DO CONTRATO 037/2018 - LOCAÇÃO DO RESTAURANTE NAS DEPENDÊNCIAS DA ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO

Publicação Nº 1769354

CONTRATO DE LOCAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 037/2018

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO, sob o CNPJ 04.512.110/0001-93 – sediada a Av. Papemborg, s/nº -Areias de Baixo, no Município de Governador Celso Ramos, neste ato denominado LOCADOR, e o MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Praça VI de Novembro, 01, Centro, Governador Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, daqui por diante chamado simplesmente de LOCATÁRIO, representado por seu representante legal, Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, celebram o presente contrato de locação temporária, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O LOCADOR cede para locação temporária de uma diária, a LOCATÁRIA, o espaço RESTAURANTE com materiais/utensílios, nas dependências da ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO, localizado na Av. Papemborg, Sn - Areias de Baixo – Governador Celso Ramos/SC.

1.2 - A locação do mesmo se dará para CONFRATERNIZAÇÃO/JANTAR DOS PROFESSORES da rede municipal de ensino de Governador Celso Ramos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTO AO PERÍODO DE VALIDADE E VALORES

2.1 - O prazo de locação inicia-se em 11/10/2018 (quinta -feira) às 13:00h, terminando no mesmo dia até as 23:59h, limite de tempo em que o local deverá ser totalmente desocupado. Os materiais de decoração poderão ser retirados no dia posterior, ou em data acordada entre as partes.

2.2 - O valor da locação será R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devendo ser saúdo até o dia 20/11/2018, via depósito bancário na seguinte conta:

2.3 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AG 1877 CONTA CORRENTE- 54-6, OPERAÇÃO 003

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTO AO QUE ESTÁ INCLUSO NA LOCAÇÃO.

3.1 – Espaço RESTAURANTE com materiais/utensílios completo para JANTAR.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTO A DANOS MATERIAIS E EXTRAVIOS

4.1 - O Locatária afirma-se ciente dos seguintes valores a serem cobrados referentes a quaisquer danos ou perdas de materiais.

CLÁUSULA QUINTA – QUANTO A CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

5.1 - O LOCADOR compromete-se a entregar ao LOCATÁRIO para o evento em condições totais de limpeza e conservação.

As taxas de limpeza e material de higiene estão inclusas no valor deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – QUANTO A ADIAMENTO OU CANCELAMENTO.

6.1 - Caso por algum motivo seja necessário o adiamento do evento, o LOCATÁRIO deve comunicar o LOCADOR com no mínimo 30 dias de antecedência, e este apresentará a disponibilidade de agenda do LOCATÁRIO para uma remarcação do evento. Não havendo consenso nas datas, será descontado 20% do valor total deste como despesas administrativas.

6.2 - Em caso de desistência por parte do LOCATÁRIO no prazo inferior a 30 (trinta) dias, se aplicará multa de 50% do valor do contrato.

6.3 - O LOCATÁRIO declara neste ato tomar conhecimento da existência de regras estabelecidas verbalmente e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las, bem como informá-las a todos os demais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Quaisquer outras decisões tomadas acerca deste contrato, e deverão ser escritas no verso deste e assinadas por ambos.

7.2 - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de Biguaçu/SC como o competente para dirimir dúvida ou litígio oriundo deste contrato, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e avençadas as partes, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor, para um só efeito perante duas testemunhas que igualmente assinam e se identificam.

E, por estarem de acordo, assinam.

Governador Celso Ramos, 04 de outubro de 2018.

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO CNPJ 04.512.110/0001-93 LOCADOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS LOCATÁRIO
--	---

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2018 - LOCAÇÃO DO RESTAURANTE NAS DEPENDÊNCIAS DA ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO

Publicação Nº 1769347

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 079/2018

1 - DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1.1 - O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura torna público pelo presente instrumento a Dispensa de Licitação 09/2018. O presente termo enquadra-se como Dispensa de Licitação com base no inciso X do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como na Lei nº 8.245/91 e suas alterações posteriores.

2 - DO OBJETO

2.1 - O PRESENTE TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA À LOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE UMA DIÁRIA, A LOCATÁRIA, AS DEPENDÊNCIAS DO RESTAURANTE DA ASSOCIAÇÃO FRATERNA DIVINO OLEIRO, LOCALIZADO NA AV. PAPENBORG, SN - AREIAS DE BAIXO – GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

3 - DA SUBORDINAÇÃO

3.1 - O presente Termo de Dispensa subordina-se a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na Lei nº 8.245/91 e suas alterações posteriores.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1. A locação do mesmo destina-se a CONFRATERNIZAÇÃO/JANTAR DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, conforme valor previsto no Anexo I como rege o inciso X do art. 24 da Lei 8.666/1993.

4.2. – Deverá o locador apresentar a seguinte documentação:

4.2.1 – Pessoa Jurídica:

- Contrato social
- Procuração do Representante legal
- Identidade do Representante legal
- Negativa Municipal
- Negativa Estadual
- Negativa Federal
- FGTS
- INSS
- Declaração de idoneidade
- Declaração de Menor

4.2.2 – Pessoa Física:

- Cópia da Identidade e CPF
- Negativa Municipal em nome do proprietário
- Comprovante de Residência do local a ser locado
- Certidão de Casamento
- CND Municipal da inscrição imobiliária
- Escritura Pública/ Contrato de Compra e Venda/Comprovação de posse;

4.3 - O recebimento dos documentos solicitados dar-se-á no Setor de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura de Governador Celso Ramos, localizado na Praça 06 de Novembro, nº 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC.

4.4. O prazo de locação inicia-se em 11/10/2018 (quinta-feira) às 13:00h, terminando no mesmo dia até as 23:59h, o valor da locação será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais),

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente Dispensa de Licitação correrá à conta do Orçamento Geral do município de Governador Celso Ramos, para o ano de 2018, com as seguintes Dotações Orçamentárias:

Elemento de Despesa	Código Reduzido
3.3.90.39.10.00.00.00	42

6 - DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

6.1 - O não atendimento aos requisitos para participação ensejará na decadência do direito à Contratação.

7 – DO CONTRATO

7.1- O Município de Governador Celso Ramos celebrará com o LOCADOR contrato para A LOCAÇÃO do IMÓVEL, objeto previsto neste Termo.

7.2 - O prazo de vigência contratual será de 1 (uma) diária 11/10/2018 (quinta-feira) às 13:00h, terminando no mesmo dia até as 23:59h.

7.3 - Qualquer eventual prorrogação de prazo contratual poderá ocorrer nos termos da Lei nº 8.245/91 bem como na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8 - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento da locação deverá ocorrer até o dia 20/11/2018, via depósito bancário na seguinte conta, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AG 1877 CONTA CORRENTE- 54-6 OPERAÇÃO 003, em nome do LOCADOR.

9 – DO FORO

9.1. Será competente o Foro do Município de Biguaçu/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste termo.

10 - FAZ PARTE DESTE TERMO:

10.1. Integram o presente Termo:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato.

Governador Celso Ramos, 04 de outubro de 2018.

Valmor Kair Antônio Filho

Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO	Valor diária (R\$)	Valor total
---------------	--------------------	-------------

- Locação de espaço RESTURANTE com materiais/utensílios completo para JANTAR DO PROFESSORES da rede municipal de ensino de Governador Celso Ramos/SC

R\$: 1.500,00

R\$: 1.500,00

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO TEMPORARIO

A _____, sob o CNPJ _____ – sediada a _____, neste ato denominado LOCADOR; e o Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, situada a Praça VI de Novembro, 01, Centro, Governador Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.373/0001-89, daqui por diante chamado simplesmente de LOCATÁRIO, representado por seu representante legal, Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, celebram o presente contrato de locação temporária, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O LOCADOR cede para locação temporária de uma diária, a LOCATÁRIA, as dependências do _____, localizado na _____.

1.2 - A locação do mesmo destina-se a CONFRATERNIZAÇÃO/JANTAR DOS PROFESSORES da rede municipal de ensino de Governador Celso Ramos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTO AO PERÍODO DE VALIDADE E VALORES

2.1 - O prazo de locação inicia-se em 11/10/2018 (quinta -feira) às 13:00h, terminando no mesmo dia até as 23:59h, limite de tempo em que o local deverá ser totalmente desocupado. Os materiais de decoração poderão ser retirados no dia posterior, ou em data acordada entre as partes.

2.2 - O valor da locação será _____, devendo ser sauído até o dia 20/11/2018, via depósito bancário na seguinte conta:

2.3 – BANCO A SER INFORMADO

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTO AO QUE ESTÁ INCLUSO NA LOCAÇÃO.

3.1 – Espaço RESTAURANTE com materiais/utensílios completo para JANTAR.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTO A DANOS MATERIAIS E EXTRAVIOS

4.1 - O Locatária afirma-se ciente dos seguintes valores a serem cobrados referentes a quaisquer danos ou perdas de materiais.

CLÁUSULA QUINTA – QUANTO A CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

5.1 - O LOCADOR compromete-se a entregar ao LOCATARIO para o evento em condições totais de limpeza e conservação. As taxas de limpeza e material de higiene estão inclusas no valor deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – QUANTO A ADIAMENTO OU CANCELAMENTO.

6.1 - Caso por algum motivo seja necessário o adiamento do evento, o LOCATÁRIO deve comunicar o LOCADOR com no mínimo 30 dias de antecedência, e este apresentará a disponibilidade de agenda do LOCATARIO para uma remarcação do evento. Não havendo consenso nas datas, será descontado 20% do valor total deste como despesas administrativas.

6.2 - Em caso de desistência por parte do LOCATÁRIO no prazo inferior a 30 (trinta) dias, se aplicará multa de 50% do valor do contrato.

6.3 - O LOCATÁRIO declara neste ato tomar conhecimento da existência de regras estabelecidas verbalmente e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las, bem como informá-las a todos os demais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Quaisquer outras decisões tomadas acerca deste contrato, e deverão ser escritas no verso deste e assinadas por ambos.

7.2 - Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de Biguaçu/SC como o competente para dirimir dúvida ou litígio oriundo deste contrato, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e avençadas as partes, assinam o presente Instrumento em duas vias de igual teor, para um só efeito perante duas testemunhas que igualmente assinam e se identificam.

E, por estarem de acordo, assinam.

Governador Celso Ramos, 04 de outubro de 2018.

LOCADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
LOCATÁRIO

Gravatal

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PROC N° 52/2018

Publicação N° 1768773

Estado de Santa Catarina. Município de Gravatal. Aviso de Licitação. Processo Licitatório N° 52/2018. Tomada de Preço N° 07/2018. O Prefeito Municipal de Gravatal, o Sr. Edvaldo Bez de Oliveira, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal N° 8666/93 e atualizações e Lei Complementar 123/2006 e alterações, com abertura para dia 26 de outubro de 2018, às 09h:00min, objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM INTERTRAVADOS TIPO "I", SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE VISANDO ATENDER AO CONVÊNIO DE REPASSE N° 806456/2014 JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO, CONFORME PROJETO BÁSICO." Mais informações no Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Centro. (048) 3648-8022 E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br. Gravatal, 08 de outubro de 2018. Edvaldo Bez de Oliveira Prefeito Municipal.

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS ADITIVOS AD01.18- CONTRATO Nº 06.2018.DOCX

Publicação Nº 1769106

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/18Cont06/18 - Contrato Nº: 06/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS GUARACIABA LTDA

Valor : 37.700,00 (trinta e sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 08/10/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S-10) DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 32/2013 – PMG

Publicação N° 1768853

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 32/2013 – PMG

Processo de Licitação: 74/2013 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ DEQUECH, N° 50, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), PARA INSTALAÇÃO DO SENAI.

Locatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Locador: CONSTRUTORA FELIPE LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.249.330/0001-92, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 1120, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- b) reajustar o valor do contrato.

Data da Assinatura: 01/10/2018 Vigência 01/01/2019

Guaramirim (SC), 08 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 25/2018

Publicação Nº 1769429

PORTARIA LEGISLATIVA n. 25/2018

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDORA KELI FÁTIMA GRIEBLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, GILMAR KLAUS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso II do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede a Servidora KELI FÁTIMA GRIEBLER a percepção de ½ (meia) diária com destino a São Miguel do Oeste, SC, no dia 11 de Outubro para participar de Participar do 2º Encontro do eSocial, o qual será promovido pela empresa especialista em software em gestão pública Betha Sistemas.

Art. 2º A saída será dia 11/10 às 08h00 e o retorno dia 11/10 às 18h00 conforme roteiro de viagem em anexo.

Art. 3º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária a o art. 11 da Lei Complementar n. 28/2016, tendo como valor das diárias 28 UFRM, perfazendo o total de R\$ 52,87 (cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 08 dias do mês de Outubro de 2018.
Em sua 14ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, 2º período, 55º ano de sua Instalação Legislativa.

Gilmar Klaus
Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada na data supra.

Franciane Baseggio
Auxiliar Legislativa

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 028/2018 SMECE

Publicação Nº 1768736

EDITAL Nº 028/2018/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 004/2017/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 3.805/2018, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 004/2017/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Setor Administrativo, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 09 de outubro de 2018, às 08 horas.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após as 08 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II – DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	CMEI Valdete Souza Nodari	Professor de Educação Infantil	Vespertino	40h	Vaga vinculada a servidora Rosangela Maria Lamperti Kieling pelo período que perdurar o seu afastamento, limitada ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Educação Infantil	a) curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente; c) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, somente para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.

3.2. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local. A Secretaria de Educação não fará cópia de documentos (Habilitação, RG e Tempo de Serviço).

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério,

persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

4.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.

4.6. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato

V – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério e Não-Habilitado
40h	R\$ 2.217,93 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.197,89 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 05 de outubro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

EDITAL Nº 029/2018/SMECE

Publicação Nº 1769317

EDITAL Nº 029/2018/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 004/2017/SMECE, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal n. 3.805/2018, deverá realizar a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo referente ao Edital nº 004/2017/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Setor Administrativo, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 10 de outubro de 2018, às 08 horas.

1.2.1. O horário será seguido rigorosamente, não sendo permitida a participação de candidatos que chegarem após as 08 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II – DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Vínculo/ Período
01	EBM Estação Luzerna/CME Pequeno Príncipe	Música	Matutino/Vespertino	30h	Pelo período que perdurar o afastamento do Professor Tiago Costa as Silva, limitado ao término do ano letivo.

III – DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Música	a) Diploma de Pós-Graduação em Música, com registro no órgão competente; b) Diploma de Licenciatura Plena em Música, com registro no órgão competente; c) Diploma de Licenciatura em Artes, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente; d) Diploma de Licenciatura na área da Educação, com Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente.	a) ser estudante da área de Música, Artes ou nas demais Licenciaturas na área de Educação, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em Música totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, mediante apresentação de Diploma e/ou Certificados com registro no órgão competente.

3.2. Os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local. A Secretaria de Educação não fará cópia de documentos (Habilitação, RG e Tempo de Serviço).

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

- 4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados
- 4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.
- 4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.
- 4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.
- 4.5. Ficará impedido de participar de Chamada Pública no decorrer do ano o candidato que, tendo sido contratado por meio de Processo Seletivo ou de Chamada Pública anterior, venha a desistir da vaga, solicitando distrato no decorrer do prazo de vigência do contrato.
- 4.6. O professor ACT não poderá reduzir a carga horária da respectiva vaga enquanto perdurar o contrato

V – DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado com Graduação	Habilitado com Magistério e Não-Habilitado
40h	R\$ 2.217,93 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	R\$ 2.197,89 + benefícios Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.
- 6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 08 de outubro de 2018.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

EDITAL Nº 039/2018

Publicação Nº 1768737

EDITAL 039/2018
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº006/2018

Diante da impossibilidade de Notificação pessoal, da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS Nº006/2018, fica através do presente edital, o contribuinte abaixo relacionado NOTIFICADO/INTIMADO

NG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
CNPJ-04.135.392/0001-57
CMC-477388
RUA NILO PEÇANHA,71
CENTRO-HERVAL D OESTE-SC
Art.132,§ 2º da Lei 680/77
Impugnação 20 dias

Herval d' Oeste, 05 de outubro de 2018
LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1150/2018

Publicação Nº 1768898

PORTARIA Nº 1150/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora ROSANGELA MARIA LAMPERTI KIELING (MATRÍCULA 3734), a contar de 04 de outubro de 2018, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - B, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do início da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1151/2018

Publicação Nº 1768899

PORTARIA Nº 1151/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora LUCIANA MENDES RAPOZO (MATRÍCULA 4011), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível - 12/1, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de outubro de 2017 e 06 de outubro de 2018, para serem usufruídas a partir de 08 de outubro de 2018 a 07 de novembro de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1152/2018

Publicação Nº 1768900

PORTARIA Nº 1152/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora LENI APARECIDA SABEI (MATRÍCULA 2700), ocupante do cargo em provimento efetivo de CONTROLADOR DE POLÍTICAS DE SAÚDE, Nível - 12/1, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2016 e 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 08 de outubro de 2018 a 19 de outubro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 0206/2018**

Publicação Nº 1769366

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0206/2018

"Concede Adicional por Tempo de Serviço à Servidor da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

VALDENIR ANTONIO RODRIGUES, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º CONCEDE o Adicional por Tempo de Serviço, ao servidor PAULO FERRANDIN, CPF nº. 596.399.469-15, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Analista Legislativo, Nível – 8, Referência "H", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre outubro de 2013 a outubro de 2018, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº CM 0205/2018 .

Câmara Municipal de Vereadores, em 05 de outubro de 2018.

VALDENIR ANTONIO RODRIGUES

Presidente

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 34/2018 - CMAS

Publicação Nº 1769280

RESOLUÇÃO 34/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 05 de setembro de 2018, conforme Ata nº125/2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, pela Lei Municipal nº 615 de 10 de julho de 2014, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social de Ibiam – CMAS,

RESOLVE

Art.1º Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social de 2018.

Art. 2º Aprovar a nova diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social que ficou assim definida:

Presidente: Monica Tragancin Holleweger;

Vice-Presidente: Célio Lucas Ramos;

Secretário (a): Lucila Dalmolin Ciarnoschi.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Monica Tragancin Holleweger

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em:08 / 10 / 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal de Ibiam

Ibicaré

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO EDITAL TOMADA DE PREÇO 4 - 2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE MURO DE GABIÃO E PASSEIO PÚBLICO

Publicação Nº 1769039

Aviso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2018

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 4/2018

Errata de Alteração

Onde-se lê

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), por intermédio do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 18 de outubro de 2018, às 09:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de muro de gabião e passeio público, no estádio Municipal, localizado na Rua Euclides Pivetta no Município de Ibicaré. (Conforme projeto anexo).

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01), e a Proposta de Preços (02), deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até as 09:30 horas do dia 18 de outubro de 2018.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

6 - DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA
6.1 A Comissão de Licitações procederá ao recebimento dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, até as 09:00 horas do dia 18 de outubro de 2018, no Setor de Licitação do Município, e às 09h30min efetuará a abertura dos mesmos, de acordo com a legislação aplicável à matéria e às condições deste Edital, em especial ao que determina o art. 43 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Como se lê

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), por intermédio do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 24 de outubro de 2018, às 09:00 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de muro de gabião e passeio público, no estádio Municipal,

localizado na Rua Euclides Pivetta no Município de Ibicaré. (Conforme projeto anexo).

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01), e a Proposta de Preços (02), deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até as 09:30 horas do dia 24 de outubro de 2018.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

6 - DA ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA
6.1 A Comissão de Licitações procederá ao recebimento dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA, até as 09:00 horas do dia 24 de outubro de 2018, no Setor de Licitação do Município, e às 09h30min efetuará a abertura dos mesmos, de acordo com a legislação aplicável à matéria e às condições deste Edital, em especial ao que determina o art. 43 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Ibicaré – SC, 08 de outubro de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 41 - 2018 AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS (CONTENTORES)

Publicação Nº 1768708

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 008/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas do dia 23 de outubro de 2018, e será conduzido pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lixeiras (contentores plásticos) destinadas à manutenção da limpeza e conservação das vias e logradouros públicos do perímetro urbano do Município de Ibicaré (SC).

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 08 de outubro de 2018
Gianfranco Volpato
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 085/2018

Publicação Nº 1768744

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 085/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 11/2018/FMS, Termo de Inexigibilidade nº 01/2018/FMS, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.
OBJETO: Termo de cooperação técnico-financeira, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do município, no pronto socorro de HUST.
VALOR TOTAL: R\$ 89.292,00 (Oitenta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais)
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
CONTRATADA: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST
VIGÊNCIA: 27 de setembro de 2019.

Ibicaré, SC, aos 28 de setembro de 2018.
Evandro Volpato
Gestor

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 08/2018 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAMA.

Publicação Nº 1768909

MUNICIPIO DE IBIRAMA.
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Contrato nº: 08/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Ibirama.

Contratada: PRO FISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA – ME.

Valor estimado nos valores unitários conforme edital de Chamada Publica / Credenciamento nº 12/2017: R\$ 162.360,00 (cento e sessenta e dois mil trezentos e sessenta reais).

Vigência: Inicio 08/10/2018 Termina: 08/10/2019

Licitação: Inexigibilidade / Credenciamento nº 12/2018.

Recursos: Dotação: 09.001.2057.3339000000000000(258). 01020000 – Manutenção das Ações do Fundo de Saúde.

Objeto: Realização de serviços de saúde, procedimentos fisioterápicos, obedecendo a critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama.

INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 12/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Publicação Nº 1768905

MUNICIPIO DE IBIRAMA.
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO Nº 12/2018.

Objeto: Realização de serviços de saúde, procedimentos fisioterápicos, obedecendo a critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama. Credenciada: PRO FISIO CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA - ME, número inscrição CNPJ 20.887.482/0001-50, estimado nos valores unitários conforme edital de Chamada Publica / Credenciamento nº 12/2017 - Ibirama, 08 de outubro de 2018. Izabel Petersen – FM Saúde, Município de Ibirama.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE 3ª RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA FMS Nº 001/2018

Publicação Nº 1768623

AVISO DE 3ª RETIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA FMS Nº 001/2018

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que houve correção no Edital de Chamada Pública FMS Nº 001/2018 para o Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviço de consultas especializadas, para pacientes do Município de Imaruí – SC, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município. O edital retificado ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação através de mídia digital, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 08 de outubro de 2018.

Mayara Faust

Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 002/2018

Publicação Nº 1768771

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 002/2018

O Município de Imaruí/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de veículo, para o Fundo Municipal de Assistência Social. Licitação exclusiva ME/EPP. Entrega dos envelopes: até às 07h45min do dia 23/10/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 08h do dia 23/10/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação através de mídia digital, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 08 de outubro de 2018.

Ana Cláudia Soares da Silva

Secretária

EXTRATO RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 002/2018

Publicação Nº 1768679

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 002/2018

Processo Licitatório FMS Nº 008/2018. Processo Administrativo FMS Nº 007/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada na confecção de edital e realização de Processo Seletivo e concurso para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Imaruí (CNPJ 10.631.880/0001-58).

Contratada: IOBV - Instituto O Barriga Verde (CNPJ 08.072.361/0001-55).

Preço Global: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Fundamentação legal: inciso XIII do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Dotação orçamentária: Proj. Ativ.: 2.100 / Cód. Resumido: 05

Ratificação: em 08/10/2018 por Mayara Faust, Secretária de Saúde.

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2016/81 -A/05 PROC 76/2016 PMI SEAPI

Publicação N° 1769238

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/81 - A/05

Contratada: CASTELO ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 07.185.611/0001-09

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAPI 2016/81 – A/00, cujo objeto é a “IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO – PCC, DRENAGEM PLUVIAL, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE TRECHO DA RUA VICENTE MANOEL MACHADO, SITUADA NO BAIRRO DE ROÇA GRANDE - IMBITUBA”.

Prazo: 60 dias

Fundamento: Processo nº 76/2016 Tomada de Preço nº 04/2016

Imbituba, 28 de setembro de 2018
Alex Sandro Carpes
Secretário de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

Castelo Engenharia LTDA
Representante legal
Contratada

DECRETO PMI Nº 125, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação N° 1769382

DECRETO PMI Nº 125, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.953, de 05 de outubro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para reforço das dotações orçamentárias, conforme Quadro de Suplementações Orçamentárias constante do Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, conforme Quadro de Anulações Orçamentárias constante do Anexo II, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Assessor de Gabinete

Anexo I – Lei nº
Quadro de Suplementações Orçamentárias

Entidade	Órgão/Unidade	Descrição do Órgão	Dotação	Modalidade	Funcional	Fontes Recursos	Valor
Prefeitura Municipal de Imbituba	29.01	Procuradoria Geral	122	3.1.90	02.062.0005-2.038	0.1.0000	850.000,00

Prefeitura Municipal de Imbituba	47.01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA	179	3.1.90	18.122.0015-2.044	0.1.0000	150.000,00
TOTAL							1.000.000,00

Anexo II – Lei nº

Quadro de Anulações Orçamentárias

Entidade	Órgão/Unidade	Descrição do Órgão	Dotação	Modalidade	Funcional	Fontes Recursos	Valor	Bloqueio Orçamentário
Prefeitura Municipal de Imbituba	45.01	Secretaria de Agricultura e Pesca - SEDAP	130	3.3.90	20.608.0006-1.014	0.1.0000	20.000,00	3213
Prefeitura Municipal de Imbituba	45.01	Secretaria de Agricultura e Pesca - SEDAP	132	4.4.90	20.608.0006-1.015	0.1.0000	150.000,00	3214
Prefeitura Municipal de Imbituba	45.01	Secretaria de Agricultura e Pesca - SEDAP	136	4.4.90	20.608.0006-1.017	0.1.0000	75.000,00	3215
Prefeitura Municipal de Imbituba	45.01	Secretaria de Agricultura e Pesca - SEDAP	138	3.3.90	20.244.0006-1.018	0.1.0000	40.000,00	3216
Prefeitura Municipal de Imbituba	45.01	Secretaria de Agricultura e Pesca - SEDAP	145	3.3.90	20.608.0006-2.035	0.1.0000	65.000,00	3217
Prefeitura Municipal de Imbituba	46.01	Secretaria de Desenvolv. Econ. e Turístico - SEDETUR	146	4.4.90	23.695.0012-1.019	0.1.0000	50.000,00	3218
Prefeitura Municipal de Imbituba	46.01	Secretaria de Desenvolv. Econ. e Turístico - SEDETUR	152	4.4.90	23.695.0012-1.021	0.1.0000	400.000,00	3219
Prefeitura Municipal de Imbituba	46.01	Secretaria de Desenvolv. Econ. e Turístico - SEDETUR	160	4.4.90	22.661.0013-1.023	0.1.0000	100.000,00	3220
Prefeitura Municipal de Imbituba	47.01	Secretaria de Meio Ambiente - SEMA	178	3.3.90	18.541.0015-1.024	0.1.0000	100.000,00	3221
TOTAL							1.000.000,00	

EXTRATO - EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA MÉDICO UROLOGISTA - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 12/2018

Publicação Nº 1769284

EXTRATO

EDITAL DE REABERTURA DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA MÉDICO UROLOGISTA - EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 12/2018

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, em virtude da ausência de candidatos inscritos, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Médico Urologista.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Médico Urologista	Diploma de Conclusão de Curso Superior em Medicina com Especialização em Urologia, e registro no respectivo órgão de classe	RT	40hs	R\$ 2.083,33 + R\$ 1.000,00 (abono)

*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 Período 10 de Outubro a 22 de Outubro de 2018.

2.2 Local: Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração. Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina e/ou via SEDEX postado no período das inscrições.

2.3 Horário: das 13h30 às 19h00.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / TRANSPARÊNCIA / CONCURSOS / PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REABERTURA DO EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 12/2018

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 05/2018
CREDENCIAMENTO 01/2018 SEASTH - (FAMÍLIA
ACOLHEDORA)**

Publicação Nº 1769149

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASTH

PROCESSO Nº 05/2018

OUTRAS MODALIDADES Nº 01/2018

CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

Objeto: Credenciamento de Família Acolhedora para Município de Imbituba/SC conforme Lei nº 8.069/90.

Famílias Cadastradas:

1 – Janaina Francisco dos Santos.

CPF: 576.315.490-87

2 - Carla Siqueira Porto da Vila

CPF: 651.448.999-00

3 – Nathalia Eduarda Ferreira de Jesus da Silva

CPF: 063.437.259-97

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

Fernando Melo da Silva

Presidente da CPL

público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA

Gerente de Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 134/2018

Publicação Nº 1768938

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 134, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 24.402/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Nova Horizonte, s/nº, Mirim, Imbituba-SC, em frente ao Cemitério Municipal, à Sra. CLEIDE DOS SANTOS DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 839.000.128-49, domiciliada na Rua Manoel Miguel Inácio, nº 217, Vila Nova, Imbituba-SC, para a atividade/comércio de flores e velas, nos dias 26/10/2018 a 02/11/2018, durante os períodos matutino e vespertino.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 135/2018

Publicação Nº 1768998

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 135, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 24.400/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Sant'Ana, s/nº, Vila Nova, Imbituba-SC, em frente a Praça Municipal Sant'Ana, à Sra. CLEIDE DOS SANTOS DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 839.000.128-49, domiciliada na Rua Manoel Miguel Inácio, nº 217, Vila Nova, Imbituba-SC, para a atividade/comércio de flores e velas, nos dias 26/10/2018 a 02/11/2018, durante os períodos matutino e vespertino.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento

das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA

Gerente de Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 136/2018

Publicação Nº 1769000

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 136, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº 20.563/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada no Canto da Praia da Vila, s/nº, Centro, Imbituba-SC, a Sra. MARIEL FRANCINE LINDNER, inscrita no CPF sob o nº 818.419.140-53, domiciliada na Rua Aldo Pittigliani, nº 263, Village, Imbituba-SC, para a realização de Cerimônia de Casamento, com a instalação de estrutura simples (altar, bancos e decoração), no dia 16/03/2019, das 18:00h às 20:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado, de acordo com o art. 1º, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação

judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA

Gerente de Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 137/2018

Publicação Nº 1769050

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 137, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº 24.354/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Jorge Lacerda, s/nº, Centro, Praça Henrique Lage, Imbituba-SC, a Sra. MAURICE MACNAMARA MOSCIBROCKI, inscrita no CPF sob o nº 690.021.859-87, domiciliada na Rua 12 de Outubro, s/nº, São Tomaz, Imbituba-SC, para a atividade de locação de equipamentos recreativos infantis, durante os finais de semana e feriados, nos períodos matutino e vespertino.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo

autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ERALDO BITTENCOURT MOTA

Gerente de Patrimônio

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 098/2018

Publicação Nº 1768831

PORTARIA CMI Nº 098/2018

"Dispõe sobre a admissão de Técnica Legislativo aprovada em concurso público, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37, II da Constituição Federal de 1988 e a Lei Municipal n.º 1.145/91, de 15 de maio de 1991,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público realizado consoante as disposições do Edital nº 001/2014 e sua posterior prorrogação,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a partir do dia 08 de Outubro de 2018, a Sra. Maria de Lourdes Lagranha Gonçalves, brasileira, casada, portadora do RG n.º6041268101 SSP/RS e do CPF n.º551699370-91, aprovada e classificada como 5ª colocada em concurso público nos termos do Edital n.º 001/2014 e convocada pelo Edital nº1/2018, para provimento do emprego público de TÉCNICA LEGISLATIVO, com a remuneração e vantagens estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2º A candidata nomeada fica lotada no Departamento Legislativo, no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com atribuições previstas no ANEXO VII da mesma Lei.

Art. 3º. No prazo do estágio probatório de 03 (três) anos, o empregado será submetido a avaliações periódicas de desempenho por Comissão designada por ato do Chefe do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Satisfeitos os critérios de avaliação de desempenho, será expedido ato de efetivação do empregado no serviço público municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de Outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/10/2018.

PORTARIA CMI Nº 099/2018

Publicação Nº 1768833

PORTARIA CMI Nº 099/2018

"Dispõe sobre a admissão de Técnica Legislativo aprovada em concurso público, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37, II da Constituição Federal de 1988 e a Lei Municipal n.º 1.145/91, de 15 de maio de 1991,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público realizado consoante as disposições do Edital nº 001/2014 e sua posterior prorrogação,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a partir do dia 08 de Outubro de 2018, a Sra. Fernanda Bernardo, brasileira, solteira, portadora do RG n.º4.882.339 SSP/SC e do CPF n.º071.564.019-47, aprovada e classificada como 6ª colocada em concurso público nos termos do Edital n.º 001/2014 e convocada pelo Edital nº1/2018, para provimento do emprego público de TÉCNICA LEGISLATIVO, com a remuneração e vantagens estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2º A candidata nomeada fica lotada no Departamento Financeiro, no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 19 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com atribuições previstas no ANEXO VII da mesma Lei.

Art. 3º. No prazo do estágio probatório de 03 (três) anos, o empregado será submetido a avaliações periódicas de desempenho por Comissão designada por ato do Chefe do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Satisfeitos os critérios de avaliação de desempenho, será expedido ato de efetivação do empregado no serviço público municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de Outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/10/2018.

PORTARIA CMI Nº 100/2018

Publicação Nº 1768834

PORTARIA CMI Nº 100/2018

“Nomeia o servidor Pedro Ferreira Baltezan para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Pedro Ferreira Baltezan, brasileiro, portador do RG nº 6.284.546 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 104.011.669-88 para o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de Outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/10/2018.

PORTARIA CMI Nº 101/2018

Publicação Nº 1769296

PORTARIA CMI Nº 101/2018

“Concede Férias ao servidor Josué Charles Klein”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Josué Charles Klein, servidor ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo com Função de Representação de Controlador Interno, Férias Regulamentares de 20 (vinte) dias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 22/01/2017 a 21/01/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10(dez) dias no período entre 15/10/2018 a 25/10/2018.

II- 10(dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/10/2018.

PORTARIA CMI Nº 102/2018

Publicação Nº 1769305

PORTARIA CMI Nº 102/2018

“Concede Férias a servidora Claudileia Leal”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder a Sra. Claudileia Leal, servidora ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica da Presidência, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias a que tem direito referentes ao período aquisitivo de 25/01/2017 a 24/01/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10(dez) dias no período entre 16/10/2018 a 26/10/2018.

II- 10(dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

III- O saldo de 10(dez) dias será usufruído em período posterior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de outubro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/10/2018.

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 310/18

Publicação Nº 1769234

ATO DE POSSE Nº 310/18

De 03 de outubro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Cristiana Ferretti, nomeada através da Portaria nº 1451/18 para o cargo de Técnica em Enfermagem II, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 03 de outubro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Cristiana Ferretti

Empossada

Município de Indaial, em 05 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 587/18

Publicação Nº 1768521

. DECRETO Nº 587/18

. De 08 de outubro de 2018

Descanso Remunerado / Patrícia Fey

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 4.174/10, em seu artigo 26, Inciso III e 26 Parágrafo 2º a 5º, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido descanso remunerado de 10 (dez) dias, a partir de 05 de novembro de 2018 até 14 de novembro de 2018, Conselheira Tutelar Patrícia Fey, relativo ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 586/18

Publicação Nº 1768490

. DECRETO Nº 586/18

. De 05 de outubro de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2018 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de Superávit Financeiro.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.511/17,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.500,00 (SESSENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
10.005.0006.0181.0010.2440.3339000000000	03120000	68.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 588/18

Publicação Nº 1768639

. DECRETO Nº 588/18

. De 08 de outubro de 2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2018 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.511/17,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.253,62 (VINTE E QUATRO MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.008.0006.0181.0002.2094.3333000000000	01100000	24.253,62

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 76/18

Publicação Nº 1768572

. PORTARIA Nº 76/18

. De 08 de outubro de 2018

Designa Antonio Gonçalves Dias / Fiscal das Obras de Água e Esgoto / CASAN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e considerando a solicitação da Secretaria de Planejamento conforme CI nº 315/2018,

RESOLVE:

Designar o servidor, Antonio Gonçalves Dias, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria de Planejamento, como Fiscal das Obras de água e Esgoto, executadas pela CASAN no Município de Indaial, conforme Convênio de Cooperação nº 005/2016 e Contrato nº 154/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de outubro de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se

Iomerê

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 03/2018

Publicação Nº 1769088

Município de Iomerê

Edital de Concorrência nº 03/2018

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Concorrência Pública visando a Contratação de empresa para execução de pavimentação. A abertura das propostas se dará no dia 14/11/2018 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 08 de outubro de 2018.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

2025 Manutenção das Atividades da Saúde

33900000 Aplicações Diretas

1102.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 106.810,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DECRETO 1807/2018

Publicação Nº 1768484

DECRETO Nº. 1807 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 869/2017 de 17 de novembro de 2017, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 887/2018 de 30 de agosto de 2018, alterada pela lei 890/2018 de 05 de outubro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê no valor de R\$ 106.810,50 (cento e seis mil oitocentos e dez reais cinquenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

2029 Manutenção do Bloco de Vigilância Sanitária

31900000 Aplicações Diretas

1102.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 35.026,20

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

2029 Manutenção do Bloco de Vigilância Sanitária

33900000 Aplicações Diretas

1102.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 23.012,78

11.00 Fundo Municipal de Saúde

11.01 Fundo Municipal de Saúde

2029 Manutenção do Bloco de Vigilância Sanitária

44900000 Aplicações Diretas

1102.00 Receitas de Impostos e Transf. de Impostos Saúde

R\$ 48.771,52

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação a seguinte dotação orçamentária:

LEI 889/2018

Publicação Nº 1768480

LEI Nº 889 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 858/2017 do Município de IOMERÊ e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2019, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2019, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

LEI 890/2018

Publicação Nº 1768481

LEI Nº 890 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre alteração da lei municipal nº 887/2018 de 30 de agosto de 2018, para mera correção de erro material.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei n. 887 de 30 de agosto de 2018, passa a vigorar com as alterações da presente lei em virtude do erro material constatado:

“Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação a seguinte dotação orçamentária:”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

LEI 891/2018

Publicação Nº 1768482

LEI N. 891 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do município, para o exercício 2019, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio

das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);
- Fundo de Defesa Civil (centralizado).

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2015 a 2017, fixada para 2018 e projetada para 2019 a 2021;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2017 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2019 a 2021;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2015 a 2017;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2019;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2015 a 2017, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2019 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2019, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2019, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2019 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2019.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio

das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2019, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2019, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2017/2018 e funcionamento regular exercício de 2019, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento,

sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2019, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2019, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido

no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do

Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2018, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2019.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO VEICULO PREFEITURA

Publicação Nº 1769095

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2018 - PR Processo Administrativo: 53/2018 Processo de Licitação: 52/2018 Data do Processo: 18/09/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2018
- b) Licitação Nr.: 33/2018-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 05/10/2018
- e) Data da Adjudicação: 05/10/2018 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto. (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

LOTE: 1**CARBONI VEÍCULOS LTDA (114)**

1	VEÍCULO 0 KM TIPO PICAPE - CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.	UN	1,00	0,0000	72.000,00	72.000,00
Total do Fornecedor:						72.000,00
Total Geral:						72.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.062.4.4.90.00.00.00.00 (144)

Iomerê, 5 de Outubro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

HOMOLOGAÇÃO VEICULO SAÚDE

Publicação Nº 1769091

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2018 - PR
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 5/2018 Processo de Licitação: 5/2018 Data do Processo: 18/09/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2018
b) Licitação Nr.: 5/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/10/2018
e) Data da Adjudicação: 05/10/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto. (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

LOTE: 1**DE MARCO LTDA - (3391)**

1	VEÍCULO 0 KM MOTOR 1.0 - Marca: Renault	UN	1,00	0,0000	41.500,00	41.500,00
					Total do Fornecedor:	41.500,00
					Total Geral:	41.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.065.4.4.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 1.000,00

Iomerê, 5 de Outubro de 2018.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA PROPOSTAS - TOMADA 014/2018

Publicação Nº 1768969

Tomada de Preços

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS
14/2018

Processo Administrativo: 129/2018

Finalidade:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO E PEDRA JUNTO A UNIDADE ESCOLAR EMEI CRIANÇA FELIZ, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO E ORÇAMENTO, contidas e descritas no Termo de Referência no ANEXO I do presente Edital.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezoito as 14:00:00 horas na Sala de Reuniões de Departamento de Licitações do Município de Iporã do Oeste - SC, reuniram-se os membros da comissão da licitações, especialmente designadas pelo Decreto nº. 001/2018, para a abertura dos envelopes com a proposta referente ao processo administrativo nº. 129/2018, conforme descrito no edital, após decorrido todos os prazos recursais da fase de habilitação, sendo os classificados habilitados:

JOSEMA CONSTRUÇÕES EIRELI
IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME
CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA
CONSTRUTORA E INCORPORADORA PALMITINHO LTDA - EPP,

Iniciando-se com a solicitação a todos os presentes a rubricarem os envelopes, para posterior abertura, dando continuidade procedeu-se a abertura dos envelopes e análise das propostas se estavam de acordo com o previsto no edital, onde decidiram:

CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA – R\$ 183.532,79
CONSTRUTORA E INCORPORADORA PALMITINHO LTDA – EPP – R\$ 208.883,78

IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME – R\$ 219.368,19

Desclassificado:

JOSEMA CONSTRUÇÕES EIRELI

Do motivo: Carta proposta não assinada pelo técnico responsável pela empresa (item 7.1.) e não apresentação de documento previsto no item 7.2., onde traz o seguinte:

7.1. Deverá conter a Proposta: a razão social da empresa proponente, a modalidade e o número da licitação, o valor unitário e total da obra, o prazo de validade da proposta, o nome do responsável da empresa proponente que elaborou e firmou a proposta, e deverá ser assinada também por engenheiro civil conforme Lei Federal nº 5.194/66, artigos 13 e 14.

7.2. Declaração do prazo de garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos para os serviços contratados, contados a partir da data do recebimento definitivo da obra pelo Setor de Engenharia do Município de Iporã do Oeste.

Atendendo as exigências previstas no edital e da legislação vigente, fica suspensa o presente certame no prazo de 05 dias para se de interesse apresentar recursos das empresas.

Publique-se e notifique-se as apresents empresas.

Nada mais tendo a constar lavrou-se a presente ata que será assinada pelos presentes.

Presentes

Sedenir Correa Sandra Marx Marli S. Delavy

JOSEMA CONSTRUÇÕES EIRELI

IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA ME

CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA

CONSTRUTORA E INCORPORADORA PALMITINHO LTDA - EPP

Decreto nº 185/2018

Publicação Nº 1768963

DECRETO MUNICIPAL Nº 185 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 109, incisos XXXI e XXXV, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, a programação definida no Calendário Escolar do Ano Letivo de 2018, onde o dia 15 de outubro é considerado recesso escolar;

CONSIDERANDO, que a Rede Estadual de Ensino não terá aula nesta data;

DECRETA:

Art.1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, no dia 15 de outubro de 2018 (segunda-feira), para os servidores públicos lotados na Secretaria de Educação do Município de Iporã do Oeste.

Parágrafo Único: As demais Secretarias Municipais terão expediente normal neste dia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 08 de outubro de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 154/2018

Publicação Nº 1769200

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 154/2018

INEXIGIBILIDADE N. 017/2018

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Inexigibilidade de licitação, visando aquisição de peça para que se proceda na substituição do comando hidráulico da escavadeira PC130-8, pertencente a frota motorizada do município de Iporã do Oeste – SC.

II – Contratado: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, estabelecida a Rua Cristóvão Colombo, 221-E, Bairro Bela Vista, CEP 89804-250.

III - Caracterização da situação que justifica a inexigibilidade de Licitação: a inexigibilidade de licitação para a contratação do objeto acima citado, tem amparo no art. 25 da Lei 8.666/93, e decorre do fato de não existir fornecedor diverso no Estado de Santa Catarina, nos termos da Declaração de Exclusividade firmado pela Komatsu do Brasil, onde o fabricante, atesta ser a Contratada o único fornecedor credenciado no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ante a inviabilidade de competição, em razão da existência de somente um único fornecedor, a licitação torna-se inexigível. Corroborando com a Declaração do Fabricante – KOMATSU – verifica-se a existência de dois e-mails respondidos por fornecedores, ante e-mail enviado pela municipalidade, que, diligenciando na busca de fornecedores e orçamentos, foi informada que o objeto somente pode ser adquirido em concessionária autorizada, que no estado de Santa Catarina, como dito, é a MANTOMAC. No mesmo sentido, são as informações constantes no site oficial da Fabricante do equipamento – www.komatsu.com.br – que no link "localize seu distribuidor" indica como sendo a Contratada o único agente autorizado no Estado de Santa Catarina. Dessa forma, para que se providencie o conserto do equipamento de propriedade do município, o mais breve possível, visto que a demanda é constante, com utilização em inúmeras atividades desenvolvidas pelo setor (cascalhamento, terraplanagens, manutenção e melhoramento de estradas e acessos a propriedades) justifica-se o procedimento.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: a razão principal pela escolha do fornecedor, se dá, principalmente, em razão deste ser o único agente credenciado pelo fabricante a fornecer referida peça bem como ser o único habilitado para realizar serviços desta natureza. Não no estado de Santa Catarina, outra empresa com as mesmas credenciais, visto que, com dito, é o representante exclusivo do fabricante no Estado. Além da exclusividade, a contratada cumpre todos os requisitos para a contratação e possuiu plenas condições de atender a municipalidade no objeto a ser adquirido, pois é reconhecido a nível regional no seu ramo de atuação, aliado ao fato de que o preço ofertado é o mais conveniente/vantajoso. Salienta-se, que esta Secretaria, diligenciou no sentido de obter orçamentos em inúmeros fornecedores, sendo informada, que a única empresa autorizada pelo fabricante do equipamento na Região é a Mantomac.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado são os praticados no mercado, para o referido tipo de objeto. Visando economia ao Erário, optou-se pela troca das peças, de modo que, a peça danificada, será considerada como parte do pagamento, gerando economia de mais de R\$ 40.000,00.

Iporã do Oeste – SC, 05 de outubro de 2018.

MILTON INÁCIO WEBER

Secretário de Transportes e Obras

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando a vista dos elementos contidos no presente termo de processo devidamente justificadas pela Secretaria de Transportes e Obras e documentos comprobatórios de exclusividade;

Visando como objeto a aquisição de peça para que se proceda na substituição do comando hidráulico da escavadeira PC130-8, pertencente a frota motorizada do município de Iporã do Oeste – SC.

RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 017/2018 e Autorizo em consequência, a proceder-se ao fornecimento ora nos termos justificados, com Fundamento Legal, no Artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Do Fornecedor: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, estabelecida a Rua Cristóvão Colombo,

221-E, Bairro Bela Vista, CEP 89804-250.

Registre e Publique-se na forma da lei.

Iporã do Oeste – SC, 08 de outubro de 2018.

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

Contrato Público nº 089/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Mantomac Com. de Peças e Serviços Ltda

Objeto: aquisição de peça para que se proceda na substituição do comando hidráulico da escavadeira PC130-8, pertencente a frota motorizada do município de Iporã do Oeste – SC.

Processo Administrativo: 154/2018

Inexigibilidade: 017/2018

Fundamentação Legal: Art. 25, I, da Lei 8.666/93

Valor: 64.513,01

Data: 08 de outubro de 2018

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 160 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO.

Publicação Nº 1768766

DECRETO Nº 160

DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constante no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica; e

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de teste seletivo 001/2017;

Considerando exoneração de Servidora ocupante do cargo em provimento efetivo de Enfermeira;

Considerando trigésimo sétimo edital de chamamento de candidatos classificados no processo seletivo nº 01/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, através do edital de teste seletivo 001/2017, a servidora abaixo relacionada, iniciando em 08/10/2018 e estendendo-se até a posse de servidores para os mesmos cargos nomeados por concurso público, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

NOME	CARGO	C/H	ÍNICIO
MARIANA ORZEKOSKI	Enfermeira	40	08/10/2018

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 08 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

Lei Municipal 882/2018.

Publicação Nº 1768497

LEI Nº 882

DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e na forma do artigo 91, inciso III da Lei Orgânica fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2019, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2019, 2020 e 2021;
- IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VII - Montante da Dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;
- XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2019

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º. Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e suas Autarquias, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);
- V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e das Autarquias Municipais.

Art. 9º. A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Autarquias Municipais.

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pela prefeita Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário;

Art. 13. Os estudos para a definição dos orçamentos da receita, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14. Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da proposta orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, bem como as autarquias, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista observada o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18. O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da lei orçamentária anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20. O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão considerados como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e consequentemente já impactada na despesa também.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% da receita estimada para o exercício de 2019 do orçamento consolidado, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial,

poderá ser feita por Decreto da Prefeita Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 15 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000. Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 35. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O ato que conceder, ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30/12/2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não

comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu, em 08 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 169 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 1768768

PORTARIA Nº 169

DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde para o Servidor EDERSON LUIZ QUADRA, ocupante do cargo em provimento temporário de Operador de Máquinas Rodoviárias – 40hs., por período confirmado em perícia a ser realizada pelo INSS, de acordo com atestado médico apresentado nesta data junto ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retrativos ao dia 25 de setembro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 05 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 170 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 1768769

PORTARIA Nº 170

DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, artigo 76 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
MAICON ANTÔNIO BEVILAQUA	Motorista – 40hs	14/06/2017 à 13/06/2018	01/10/2018 à 30/10/2018

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 01, de outubro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 05 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 171 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

Publicação Nº 1768778

PORTARIA Nº 171

DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, artigo 76 e seguintes;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
ADENILTO MARCO LAZZAROTTO	Agente de Manutenção e Construção	16/09/2016 à 15/09/2017	08/10/2018 à 06/11/2018
SEBASTIÃO GUISSO	Motorista	01/08/2016 à 31/07/2017	08/10/2018 à 06/11/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

TRIGESIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO(A) CLASSIFICADO(A) NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

Publicação Nº 1768975

TRIGESIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO(A) CLASSIFICADO(A) NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica e de conformidade com os artigos 14 a 21 da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005, faz saber a todos, que fica convocado(a) a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 16 de outubro de 2018, para a posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, o(a) seguinte candidato(a) classificado(a) no supramencionado processo seletivo:

SERVIDOR	C.H	FUNÇÃO	DISPONIBILIDADE
KLEIDE MARIS ZARDO	40h	Enfermeira	Matutino/vespertino

O(a) candidato(a) supra relacionado(a) deverá se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com cópia dos seguintes documentos:

I – Carteira de Identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Título de Eleitor e comprovante da última votação;

IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;

V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);

VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);

VII – 01 (uma) foto 3 x 4 recente;

VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Carteira de Trabalho – CTPS;

X - Comprovante de escolaridade;
XI – Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
XII - Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
XIII - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedida por médico do trabalho;
XIV – Certidão Cível e Criminal disponível no site do TJSC e Justiça Federal da 4ª Região;
XV - Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
XVI – Conta Bancária (Bancos: Brasil ou Cresol);
XVII - Declaração de bens e fontes de rendas;
XVIII – Comprovante de residência.
XIX – Declaração de disponibilidade de horários para atuar conforme carga horária aprovada;
XX – Para os cargos de agente comunitário de saúde deve ser comprovado residência na área para qual se candidatou no processo seletivo conforme item 2.5.20 do edital e art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do(a) candidato(a) aprovado(a) e convocado(a).

Caso o(a) candidato(a), por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito manter a mesma posição da lista para novo chamamento ou a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 08 de Outubro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Ipumirim

PREFEITURA

NOTA DE CANCELAMENTO DO PL N° 14, DL N° 7-2018-FMS

Publicação N° 1769191

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 7/2018 - DL

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 14/2018
Data do Processo: 13/09/2018

Objeto: Locação de um espaço físico para os atendimentos psicossociais e acolhimentos terapêuticos.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2018

Motivo: Tendo em vista que não houve mais a necessidade de ser alugada por hora a Sala de Locação de um espaço físico para atendimento psicossociais e acolhimento terapêutico, referente a Processo de Licitação nº 14, Dispensa de Licitação nº 7, destinado a Secretaria de Saúde, fica cancelado o processo acima mencionado e Comunica-se o Prefeito Municipal.

Ipumirim, 8 de Outubro de 2018

VALDIR ZANELLA
ESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO F. M. DE SAÚDE

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 48/2018

Publicação Nº 1768804

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 69/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2018
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Constitui o objeto do presente Processo Licitatório, na forma de Pregão Presencial, a aquisição de MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PERMANENTES para uso no Núcleo de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até as 14:30 do dia 22/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 09 de Outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 08/2018

Publicação Nº 1768801

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Iraceminha
Processo Licitatório 068/2018
Edital de Tomada de Preços 08/2018

Objeto: Contratação de empresa EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA sobre calçamento existente e sinalização, com área total de 1.361,80 m², a ser executado na RUA IRACEMA, centro do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços

Julgamento do tipo Menor Preço Global, cujo processo licitatório será regido pela Lei Federal 8666/93 e suas alterações posteriores, e em especial o contido neste edital.

Recebimento das Propostas: até as 14:30 do dia 24/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 08 de outubro de 2018.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO ADENDO 01 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 063/2018

Publicação Nº 1769279

AVISO DE ALTERAÇÃO ADENDO 01 EDITAL DE Pregão Presencial 063/2018

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2018

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um Adendo ao Edital referente ao Processo Licitatório nº 092/2018 - Pregão Presencial nº 063/2018, que tem por objeto para a Contratação, por EMPREITADA GLOBAL, de pessoa jurídica, para execução de projeto de revitalização do prédio do antigo CNEC, aonde será instalado o Centro Cultural de Irani, conforme projeto de engenharia e com as especificações descritas no memorial descritivo constante do Anexo I do Edital. Desta forma os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma: O recebimento dos Envelopes 01 – PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado até às 08h30min do dia 24/10/2018, sendo a Abertura às 09h00min do dia 24/10/2018. Informações complementares: Edital e a alteração em questão, em inteiro teor estão à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 08 de outubro de 2018.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

AVISO DE ALTERAÇÃO ADENDO 01 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2018

Publicação Nº 1769300

AVISO DE ALTERAÇÃO ADENDO 01 EDITAL DE Pregão Presencial 064/2018

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um Adendo ao Edital referente ao Processo Licitatório nº 093/2018 - Pregão Presencial nº 064/2018 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de material de expediente e materiais escolares destinados à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, bem como para compor os kits escolares destinados aos alunos da rede municipal de ensino. Desta forma os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma: O recebimento dos Envelopes 01 – PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado até às 13h30min do dia 24/10/2018, sendo a Abertura às 14h00min do dia 24/10/2018. Informações complementares: Edital e a alteração em questão, em inteiro teor estão à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". e demais informações poderão ser obtidos

de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 08 de outubro de 2018.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

DECRETO N. 138, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769099

DECRETO Nº 138, DE 03 DE OUTUBRO 2018.

ALTERA CONCESSÃO DE SERVIÇO DE TÁXI, REFERENTE AO PONTO 17

Sivio Antonio Lemos das Neves, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e as conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido ao Sr. Mero Bueno dos Santos, inscrito no CPF nº 494.752.589-49, a explorar o serviço de transporte individual de passageiro, como táxi, no Ponto Nº 17, localizado na Av. Vicente Lemos das Neves, Bairro Santo Antonio, Irani, SC, para o seguinte veículo mencionado:

VEÍCULO: VW/VOYAGE 1.0;
PLACA: IPN 8498;
ANO DE FABRICAÇÃO: 2009
COR: PRETA;
CHASSI: 9BWDAA05U99T207529;
RENAVAM: 125080484;
COMBUSTÍVEL: ALCO/GASOL;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 03 de outubro de 2018.
Sivio Antonio Lemos das Neves
Prefeito

Publicado e Registrado nesta Secretaria em 03/10/2018.

Marcelo Pegoraro
Secretário de Administração e Gestão.

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 007/2018-FMS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2018 E MODELO 2019, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Publicação Nº 1769152

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 018/2018

Processo Licitatório Nº 018/2018

Edital: Pregão Presencial Nº 007/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: VEÍCULO NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, SEDAN, BI COMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DO TANQUE MÍNIMO 50 LITROS, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 78 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 6 (SEIS) VELOCIDADES Á FRENTE E 1 (UMA) A RÉ, 4 PORTAS, COM MOTOR 1.0, COR BRANCA, AIR BAGS DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, COM EQUALIZADOR DE FREIOS, PARACHOQUES PINTADOS NA COR DO VEÍCULO, RODAS DE AÇO ARO 14" COM CALOTAS INTEGRAIS, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SISTEMA DE SOM INSTALADO, COM RÁDIO USB, PELÍCULAS NOS VIDROS, 4 TAPETES, PORTA MALAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 500 LITROS, PROTETOR DE CÁRTER, ALARME ANTI-FURTO, CINTOS TRASEIROS COM TRÊS PONTOS PARA OS TRÊS PASSAGEIROS, COM ENCOSTO, PARA O FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24.10.2018

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24.10.2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0000, 03349-0143, 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 08 de outubro de 2018.

MARCOS HENRIQUE KEHL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 326/2018

Publicação Nº 1768683

PORTARIA Nº. 326/2018.

DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar a pedido a servidora MICHELI APARECIDA FERNANDES, das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 231/2017 de 26/06/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de outubro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 327/2018

Publicação Nº 1768685

PORTARIA Nº. 327/2018.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora CLARICE DE FÁTIMA OLIVEIRA SAVICKI, do cargo de Atendente de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 09/09/2004, através da Portaria nº 230/2004.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de outubro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 328/2018

Publicação Nº 1768686

PORTARIA Nº. 328/2018.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ELLEN ANNY KONOPKA COLOMBO, do cargo de Assessora de Imprensa (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 19/07/2013, através da Portaria nº 252/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de outubro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DESISTÊNCIA PL 051/2018

Publicação Nº 1768472

ATA DE RECEBIMENTO DE REQUERIMENTO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 051/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2018 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezoito às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 10 de janeiro de 2018, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias Andre Kurmann, Equipe de Apoio, para recebimento de requerimento da empresa CONTATO SOLUÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LTDA, lido o requerimento verifica-se que a empresa pede sua desclassificação do lote 01, tendo em vista a verificação de certidão vencida junto a sua documentação, e o prazo concedido para regularização da mesma, (em obediência ao item 6.9.1 do edital), e ainda o prazo exíguo para que a administração possa cumprir com os prazos para atingir as metas a que se destina o processo licitatório. Diante do fato o Pregoeiro deliberou em encaminhar todo o processo para a autoridade superior para parecer e decisão, com a sugestão de encaminhamento de todo o processo ao Ministério Público para conhecimento dos fatos e valores apresentados neste e no processo licitatório 048/2018. Intimam-se os Participantes da decisão. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

EXTRATO DE CONTRATOS 58 A 59

Publicação Nº 1768915

Contrato Nº.: 58/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada.: LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA.
Valor : 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 01/10/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2018
Recursos : Dotação: 1.002.4.4.90.00.00.00.00 (66) Saldo: 62.800,16
Objeto : Contratação de empresa para tamponamento do poço tubular profundo da Linha Pindorama, Itá - SC.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 59/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA
Contratada.: SANDERS SERRARIA E TRANSPORTES LTDA - ME
Valor : 1,00 (um real)
Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 04/10/2023
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
Objeto : Concessão não remunerada de incentivos econômicos, através da Cessão do Direito Real de Uso de Bens Públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação e/ou ampliação no Município de unidades produtivas.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Itapema

CÂMARA MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PREGÃO 006/2018

Publicação Nº 1769290

REVOGAÇÃO PREGÃO 006/2018

Devido à verificação de equívoco na modalidade do Edital Pregão Presencial nº 006/2018 e atendendo o interesse público, evitando causar prejuízo aos participantes, fica revogada a presente Licitação.

Itapema/SC, 08 de outubro de 2018.

Xavier de Legarrea Cañas

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2018-FMS

Publicação Nº 1768470

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
TOMADA DE PREÇOS Nº. 25/2018 - FMS

Objeto: EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA FRONTEIRA DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, CONFORME PROPOSTA Nº 11356676000116001 E Nº 11356676000116002 DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento de Propostas: até às 8h30min do dia 24/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 08 de outubro de 2018.

Davino Rauber

Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2018 - FMS

Publicação Nº 1768676

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
TOMADA DE PREÇOS Nº. 25/2018 - FMS

Objeto: EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA FRONTEIRA DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS, CONFORME PROPOSTA Nº 11356676000116001 E Nº 11356676000116002 DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento de Propostas: até às 8h30min do dia 24/10/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 08 de outubro de 2018.

Davino Rauber

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ARP Nº 009/2018 - FMS

Publicação Nº 1768475

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º T.A 009/2018 - Contrato Nº: ARP 009/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA

Valor : 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 03/10/2018 Término: 06/03/2019

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 3/2018

Objeto : ACRESCIMO DO ITEM 257 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2018 MEDICAMENTO DESTINADO PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 4 de Outubro de 2018

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ARP Nº 010/2018 - FMS

Publicação Nº 1768476

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º T.A 010/2018 - Contrato Nº: ARP 010/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: MAURO MARCIANO

Valor : 20.320,00 (vinte mil trezentos e vinte reais)

Vigência : Início: 03/10/2018 Término: 06/03/2019

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 3/2018

Objeto : ACRÉSCIMO DO ITEM 268 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018 MEDICAMENTO DESTINADO PARA AS FARMACIAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 4 de Outubro de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 105/2018

Publicação Nº 1768477

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descrta(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 105/2018 Licitação: 105/2018 - PR Data da Homologação: 24/09/2018 Fornecedor: 144467 - ADEMIR DA SILVA 06253635905									
4	01-14-02353	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA (COMPREENDENDO A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E VARREDURA ÚMIDA) DE PISOS, MÓVEIS, VIDROS E BANHEIROS DO TERMINAL RODOVIÁRIO / CENTRO EMPRESARIAL, COM FORNECIMENTO DOS PRODUTOS DE HIGIENE PARA OS BANHEIROS (PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA E SABONETE LÍQUIDO) E DEMAIS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA.		MES	12,000	0,0000	1,500,0000	18,000,00	Venceu
5	01-14-02354	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS CALÇADAS JUNTO A PRAÇA DO IMIGRANTE (DIARIAMENTE) E LAVAGEM DOS DOIS QUIOSQUES EM QUE ESTÃO OS OBJETOS HISTÓRICOS (UMA VEZ POR SEMANA), CORTE DE GRAMA NO ENTORNO DO TERMINAL RODOVIÁRIO (DUAS VEZES POR MÊS), PLANTIO DE FLORES (DUAS VEZES POR ANO) E MANUTENÇÃO DAS ERVAS DANINHAS DOS CANTEIROS NO ENTORNO DA RODOVIÁRIA, NA PRAÇA DO IMIGRANTE E NO ENTORNO DA ACADEMIA DE GINÁSTICA (SEMPRE QUE NECESSÁRIO). OS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E PRODUTOS DE LIMPEZA DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA EMPRESA.		MES	12,000	0,0000	1,200,0000	14,400,00	Venceu
6	01-14-02355	LIMPEZA DA AVENIDA URUGUAI, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O TREVO DO RESTAURANTE PERTUTTI (ENTRONCAMENTO DAS RUAS 1º DE MAIO, RUA DO COMÉRCIO E AVENIDA BEIRA RIO) ATÉ A RUA CASTELO BRANCO.		MES	12,000	0,0000	5,075,0000	60,900,00	Venceu
7	01-14-02356	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E PAISAGISMO DAS PRAÇAS DA CIDADE DE ITAPIRANGA/SC (PRAÇA DOS PIONEIROS, PRAÇA DAS BANDEIRAS E PRAÇA NEREU RAMOS); COMPREENDENDO SERVIÇOS DE CORTE DE GRAMA, AJARDINAMENTO E LIMPEZA EM GERAL, LIMPEZA DE BANHEIROS, PLANTIO DE FLORES E PINTURA DE MEIO-FIO; COM FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (EXCETO AS MUDAS DE FLORES E INSUMOS PARA O PLANTIO, FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO).		MES	12,000	0,0000	2,658,3300	31,899,96	Venceu

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 105/2018 Fornecedor: 144467 - ADEMIR DA SILVA 06253635905 Licitação: 105/2018 - PR Data da Homologação: 24/09/2018									
8	01-14-02357	LIMPEZA E MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS NOS BAIROS, COMPREENDENDO O CORTE DE GRAMA, AJARDINAMENTO E LIMPEZA EM GERAL, DUAS VEZES POR SEMANA. NAS SEQUINTES PRAÇAS: BAIRRO RAINHA DA PAZ, BAIRRO MORADA FELIZ, SÃO PEDRO E SÃO PAULO, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, BAIRRO DAS FLORES, BAIRRO SOL POENTE, BAIRRO DO PARQUE, BAIRRO PORTAL DO SOL.		MES	12,000	0,0000	2.575,0000	30.900,00	Venceu
					Total do Fornecedor →	60,000		156.099,96	
Nr. do Processo: 105/2018 Fornecedor: 147720 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA Licitação: 105/2018 - PR Data da Homologação: 24/09/2018									
1	01-14-02331	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA (COMPREENDENDO A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E VARREDURA ÚMIDA) DE PISOS, MÓVEIS, VIDROS E BANHEIROS, NAS SEQUINTES CRECHES/ESCOLAS: CRECHE ESPERANÇA, CRECHE ELISABETHA ROST, EMEI SÃO VICENTE E E.M. FUNEI. DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS PELO MENOS QUATRO FUNCIONÁRIOS COM 40 HORAS SEMANAIS.		MES	12,000	0,0000	10.619,0500	127.428,60	Venceu
2	01-14-02332	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA (COMPREENDENDO A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E VARREDURA ÚMIDA) DE PISOS, MÓVEIS, VIDROS E BANHEIROS, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BEIRA RIO E NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA TEREZA BAIXO. DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS PELO MENOS DOIS FUNCIONÁRIOS COM 40 HORAS SEMANAIS CADA UM.		MES	12,000	0,0000	5.309,5200	63.714,24	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/3

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desclo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 105/2018 Licitação: 105/2018 - PR			Data da Homologação: 24/09/2018						
Fornecedor: 147720 - AZUL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA									
3	01-14-02427	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA (COMPREENDENDO A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E VARREDURA ÚMIDA) DE PISOS, MÓVEIS, VIDROS E BANHEIROS, NO CENTRO ADMINISTRATIVO E/OU OUTROS PRÉDIOS PÚBLICOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO. DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO PELO MENOS UM FUNCIONÁRIO COM 40 HORAS SEMANAIS.		MES	12,000	0,0000	2.654,7600	31.857,12	Venceu
Total do Fornecedor →					36,000			222.999,96	

Itapiranga, 8 de Outubro de 2018.

Itapoá

PREFEITURA

ATA Nº 183/2018 - CDUI.

Publicação Nº 1768832

ATA Nº 183/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA

DIA: 05 DE OUTUBRO DE 2018

HORÁRIO: 14H00min

LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

No dia e local supracitados, reuniram-se os conselheiros do CDUI abaixo assinados para a leitura a Ata nº 182/2018 da reunião anterior, e após aprovação da mesma passaram a deliberar sobre os seguintes processos:

1 – Protocolo nº 7411/2018 – G. LAFFITTE INC.EMP.IMOB.LTDA. – Requer viabilidade para Implantação e Operação de Terminal Rodoviário de Cargas. O Conselho defere o pedido favorável, entretanto faz as ressalvas de que deverá ser obedecido o Dec.2606/2015 que regulamenta o tráfego de veículos do município, bem como a legislação vigente. Parecer favorável a implantação, não cabendo a este Conselho analisar solicitação de operação.

2 - Protocolo nº 7438/2018 – IVAN ANTUNES – Requer liberação de uma unidade de fatiamento de frios de origem animal. O Conselho defere favorável, desde que atenda as demais legislação, em especial sanitária.

3 – Protocolo nº 7488/2018 – SONIA APARECIDA GUSSO – Requer estudo de viabilidade de construção de um estacionamento de caminhões graneleiros e com containers (com e sem carga), desde caminhões trucks até caminhões bi-trem, na Quadra 83 do Balneário Itapoá. O Conselho indefere o pedido, pois o zoneamento é inadequado a atividade.

Sem mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e a presente ata que será assinada por mim Neuci M. Freire, secretária do CDUI, que a redigi e por todos os conselheiros presentes.

Ana Paula Scherer Caceres

Carlos Roberto Fogagnolo

Elaine Cristina Alves

Henrique Aguiar

João Tadeu de Almeida Gotardelo

Márcio Roberto Gonzatto

Pablo Ângelo Antunes

Arthur Merry Paese

Paulo Rodolfo Mertens

Neuci M.Freire

DECRETO MUNICIPAL Nº 3800, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769350

DECRETO MUNICIPAL Nº 3800, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Chefe da Seção de Compras, da Divisão de Compras, do Departamento de Administração, da Secretaria Municipal de Administração.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora Cristina Bastos Pequeno do cargo de Chefe da Seção de Compras, da Divisão de Compras, do Departamento de Administração, da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2018

Publicação Nº 1768873

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ESTRELA PRATEADA VIAGENS LTDA EPP, com sede à Avenida Celso Ramos, nº 1.276, Bairro: Centro, na cidade de Garuva/SC, CEP: 89.248-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.683.805/0001-09 e Inscrição Estadual nº 255.243.669, representada neste ato pelo procurador, Sr. ALVARO JOSÉ BOGO, portador do CNPF/MF nº 380.869.649-49 e do CI.RG nº 7.043.147-SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 67/2018 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2018 – PROCESSO Nº 98/2018.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino em viagens intermunicipais e interestaduais, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 123.957,00 (cento e vinte e três mil novecentos e cinquenta e sete reais)

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 08 de outubro de 2018.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 3.554/2018

Publicação Nº 1769183

PORTARIA MUNICIPAL Nº 3.554/2018

Data: 22 de agosto de 2018

Dispõe sobre quadro de vagas dos servidores públicos Municipais e alterações,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo.1º - Tornar público o quadro de vagas de servidores das Unidades Administrativas do Município e alterações, de acordo com o artigo nº. 23 paragrafo 1º. da Lei nº.044/2014, exceto os Profissionais do Magistério que possuem legislação própria.

§ 1º - Constan nos quadros abaixo os cargos dos Servidores, as Unidades administrativas onde estão lotados, número de vagas, lotação atual e vagas disponíveis, bem como suas alterações.

RESUMO DAS ALTERAÇÕES		
CRIAÇÃO: XVI – Comando da Guarda Municipal		Lei Complementar nº 71/2018
EXTINÇÃO: Cargo de Motorista		Lei Complementar nº 72/2018
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	MOTIVO
Gabinete do Prefeito	Agente da Defesa Civil I Assistente em Legislação I	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Administração	Administrador I, II e III Gestor Público I Gestor Público II	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Agente de Trânsito I Técnico em Edificações I	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Turismo e Cultura	Professor de Música I Professor de Música II Turismólogo I Turismólogo II	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Operador de Máquinas e Veículos Pesados Engenheiro Eletricista I Engenheiro Eletricista II	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Agricultura e Pesca	Operador de Máquinas e Veículos Pesados	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Agente de Desenvolvimento I	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria da Fazenda	Agente Tributário I Auditor Fiscal I Auditor Fiscal II	Lei Complementar nº 72/2018
Secretaria de Meio Ambiente	Geógrafo I Geógrafo II Oceanógrafo I Oceanógrafo II	Lei Complementar nº 72/2018
Comando da Guarda Municipal	Guarda Municipal I	Lei Complementar nº 72/2018

I - Unidade Administrativa: GABINETE DO PREFEITO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	4	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	3	2	1
SECRETÁRIA EXECUTIVA I	1	1	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA II	1	0	1
AGENTE DA DEFESA CIVIL I	1	0	1
ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I	2	0	2

II - Unidade Administrativa: PROCURADORIA JURÍDICA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADVOGADO I	4	0	4
ADVOGADO II	2	0	2
ADVOGADO III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	3	3	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	4	4	0
ANALISTA JURÍDICO I	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO II	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO III	3	0	3

III - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	2	1	1
ADMINISTRADOR II	2	0	2

ADMINISTRADOR III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	10	7	3
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	5	1
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
COZINHEIRA (Readaptada)	1	1	0
MÉDICO DO TRABALHO	1	0	1
MOTORISTA (Extinção)	4	3	0
RECEPCIONISTA	1	0	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH I	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH III	1	0	1
TELEFONISTA	3	1	2
GESTOR PÚBLICO I	1	0	1
GESTOR PÚBLICO II	1	0	1

IV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
ARQUITETO I	2	1	1
ARQUITETO II	1	0	1
ARQUITETO III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL III	1	1	0
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I	3	1	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II	2	2	0
TOPÓGRAFO I	1	0	1
TOPÓGRAFO II	1	0	1
AGENTE DE TRÂNSITO I	3	0	3
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I	2	0	2

V - Unidade de Administrativa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE GERAL	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	6	6	0
BIBLIOTECÁRIO I	7	0	7
COZINHEIRA (Extinção)	5	5	0
MONITOR DE LAB. INFORMÁTICA	8	7	1
MOTORISTA (Extinção)	4	4	0
NUTRICIONISTA I	2	2	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
SERVENTE ESCOLAR (Extinção)	17	17	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	1	0

VI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	7	5	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	6	0
AGENTE DE ENDEMIAS	3	3	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2	0	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	28	22	6
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	7	7	0
ENFERMEIRO I	12	12	0

ENFERMEIRO II	2	1	1
ENFERMEIRO III	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II	1	0	1
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO III	1	0	1
FISCAL SANITÁRIO I	3	2	1
FISCAL SANITÁRIO II	2	1	1
FISIOTERAPEUTA I	4	4	0
FISIOTERAPEUTA II	2	2	0
FISIOTERAPEUTA III	2	0	2
FONOAUDIÓLOGO I	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO II	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO III	1	0	1
MÉDICO 20HS	10	3	7
MÉDICO PSF	6	4	2
MOTORISTA (Extinção)	14	14	0
NUTRICIONISTA II	1	1	0
NUTRICIONISTA III	1	0	1
ODONTÓLOGO 40HS	1	1	0
ODONTÓLOGO I	4	0	4
ODONTÓLOGO II	1	1	0
ODONTÓLOGO III	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA I	1	1	0
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA II	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	1	1
PSICOLOGO II	1	1	0
PSICOLOGO III	1	1	0
RECEPCIONISTA	7	7	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA I	2	1	1
SECRETARIA DE SAÚDE CONTINUAÇÃO			
TÉCNICO DE RADIOLOGIA II	1	1	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	0	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	20	19	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II	3	3	0
TELEFONISTA	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL I	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL II	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL III	1	0	1
VETERINÁRIO I	1	1	0
VETERINÁRIO II	1	0	1
VETERINÁRIO III	1	0	1

VII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	1	1	0
ADMINISTRADOR II	1	0	1
ADMINISTRADOR III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL I	3	3	0
ASSISTENTE SOCIAL II	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL III	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
FACILITADOR DE OFICINA	8	4	4
MOTORISTA (Extinção)	4	2	0
ORIENTADOR SOCIAL I	1	1	0
ORIENTADOR SOCIAL II	1	0	1
PEDAGOGO I	1	0	1
PEDAGOGO II	1	0	1
PEDAGOGO III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	2	0

VIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
COZINHEIRA (Extinção)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Readaptado)	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	5	1	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA CONTINUAÇÃO			
TÉCNICO EM TURISMO I	1	0	1
TÉCNICO EM TURISMO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO I	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO III	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFESSOR DE MÚSICA I	2	0	2
PROFESSOR DE MÚSICA II	2	0	2
TURISMÓLOGO I	1	0	1
TURISMÓLOGO II	1	0	1

IX - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	3	1	2
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	5	5	0
MECÂNICO VEÍCULO PESADO	2	2	0
MOTORISTA (Extinção)	2	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	23	13	10
ENGENHEIRO ELETRICISTA I	1	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA II	1	0	1

X - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	3	1	2
TÉCNICO AGRÍCOLA I	2	0	2
TÉCNICO AGRÍCOLA II	1	0	1

XI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	1	0	1

XII - Unidade Administrativa: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AUDITOR I	1	0	1
AUDITOR II	1	0	1
AUDITOR III	1	0	1

XIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO I	1	0	1

XIV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	8	6	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	8	8	0

CONTADOR I	2	0	2
CONTADOR II	1	1	0
CONTADOR III	1	0	1
FISCAL DE TRIBUTOS I	4	1	3
FISCAL DE TRIBUTOS II	5	3	2
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	1	0
TÉCNICO DE ARQUIVO II	1	0	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE I	4	2	2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE II	3	3	0
AGENTE TRIBUTÁRIO I	3	0	3
AUDITOR FISCAL I	2	0	2
AUDITOR FISCAL II	2	0	2

XV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
BIÓLOGO I	1	1	0
BIÓLOGO II	1	0	1
BIÓLOGO III	1	0	1
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE CONTINUAÇÃO			
ENGENHEIRO AMBIENTAL I	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL I	1	1	0
ENGENHEIRO FLORESTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL III	1	0	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE I	3	1	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE II	1	1	0
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE I	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE II	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE III	1	0	1
GEÓGRAFO I	1	0	1
GEÓGRAFO II	1	0	1
OCEANÓGRAFO I	1	0	1
OCEANÓGRAFO II	1	0	1

XVI - Unidade Administrativa: COMANDO DA GUARDA MUNICIPAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
GUARDA MUNICIPAL I	6	0	6

§ 2º - A carga horária de trabalho é aquela constante no edital do concurso;

Artigo. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 3.492 de 02 de agosto de 2018.

Itapoá (SC), 22 de agosto de 2018

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo

PORTARIA Nº 3618/2018

Publicação Nº 1768955

PORTARIA Nº 3.618/2018.
De: 10 de setembro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) VOLNEY SEBOLD, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 62/2017.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3619/2018

Publicação Nº 1768958

PORTARIA Nº 3.619/2018
De: 10 de setembro de 2018.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 021/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ARACELIS ROZA, na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3620/2018

Publicação Nº 1768960

PORTARIA Nº 3.620/2018
De: 10 de setembro de 2018.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 022/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) SAMANTHA CRISTINA SOUZA SILVA, na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3621/2018

Publicação Nº 1768964

PORTARIA Nº 3.621/2018
De: 10 de setembro de 2018.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 027/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) IVANI FALIGURSKI SILVA, na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 10 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3622/2018

Publicação Nº 1768971

PORTARIA Nº 3.622/2018

De: 10 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 023/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) GISELE DOS SANTOS RIEPER, na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 10 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3623/2018

Publicação Nº 1768973

PORTARIA Nº 3.623/2018

De: 11 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 031/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ARMANDO JOSE DUARTE MONTEIRO, na função temporária de MÉDICO PSF 40HS, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 11 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3624/2018

Publicação Nº 1768974

PORTARIA Nº 3.624/2018

De: 11 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de setembro de 2018 a 30 de setembro de 2018, ao (a) servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3624/2018

Publicação Nº 1768976

PORTARIA Nº 3.624/2018

De: 11 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 11 de setembro de 2018 a 30 de setembro de 2018, ao (a) servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 11 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3625/2018

Publicação Nº 1768979

PORTARIA Nº 3.625/2018

De: 12 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 12 de setembro de 2018 a 11 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) ANDREA CRISTINE HANSCH DE OLIVEIRA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3626/2018**

Publicação Nº 1768981

PORTARIA Nº 3.626/2018

De: 12 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 12 de setembro de 2018 a 01 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) ROSIMARA PIVA, investido (a) no cargo eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3627/2018**

Publicação Nº 1768982

PORTARIA Nº 3.627/2018

De: 12 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 018/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) DEBORA SOARES GOMES, na função temporária de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40HS, vinculada às Técnicas Maria Angela Ferreira (Férias), Karyn Piazzetta dos Santos Chaves (Férias) e Tanicia Moraes do Nascimento Ferreira (Férias e Licença Maternidade).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3628/2018**

Publicação Nº 1768984

PORTARIA Nº 3.628/2018.

De: 12 de setembro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) SHAYANNE CAROLINE ROSA, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 10HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 62/2017.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 12 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3629/2018

Publicação Nº 1768986

PORTARIA Nº 3.629/2018
De: 12 de setembro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 11/2018 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). VANIA MARIA DE SOUZA LOPES, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 10HS, prorrogando o mesmo até 19.12.18, vinculada à Professora Sandra Devegili (Nomeação para atuar como Orientador de Estudo, conforme Lei nº 699/2017 e 704/2017).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 12 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3630/2018

Publicação Nº 1768996

PORTARIA Nº 3.630/2018
De: 13 de setembro de 2018.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 30/2017 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). MARIA ESTER VENEGAS, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, prorrogando o mesmo até o final da Licença Médica da Professora Elaine de Oliveira Huth.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 13 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3631/2018

Publicação Nº 1769054

PORTARIA Nº 3.631/2018
De: 14 de setembro de 2018.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 14 de setembro de 2018 a 03 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) THALES AIMONE, investido (a) no cargo efetivo de FISCAL SANITÁRIO I, no nível salarial V – E.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 14 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3632/2018

Publicação Nº 1769055

PORTARIA Nº 3.632/2018
De: 14 de setembro de 2018.
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 031/2018 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO CAVALCANTE DA FONTOURA, na função temporária de MÉDICO PSF 40HS, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 14 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3634/2018

Publicação Nº 1769064

PORTARIA Nº 3.634/2018

De: 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 17 de setembro de 2018 à 16 de outubro de 2018 (30 dias), ao (a) servidor (a) ANA CRISTINA DE ABREU, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I - A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3635/2018**

Publicação Nº 1769067

PORTARIA Nº 3.635/2018

De: 17 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 17 de setembro de 2018 a 06 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) KARINA JUSSARA DOS SANTOS, investido (a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3636/2018**

Publicação Nº 1769069

PORTARIA Nº 3.636/2018.

De: 17 de setembro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a pedido do(a) servidor(a) CLAUDINETE RAFALSKI, contratado(a) na função temporária de TÉCNICO DE ENFERMAGEM 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3637/2018**

Publicação Nº 1769070

PORTARIA Nº 3.637/2018

De: 17 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) MARIO WILL, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passando do nível III – J para o nível III – L.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3638/2018

Publicação Nº 1769071

PORTARIA Nº 3.638/2018
De: 17 de setembro de 2018.

**ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 29/2018 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). THAINÁ ZANETI DA SILVA, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, prorrogando o mesmo até 19.12.18, vinculada à Professora Elenice Cordeiro de Oliveira (Gestão Escolar).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3639/2018

Publicação Nº 1769072

PORTARIA Nº 3.639/2018
De: 17 de setembro de 2018.

**ALTERA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR EM CARÁTER
TEMPORÁRIO**

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando o Edital nº 30/2017 e a C.I. nº 723/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração do Contrato Temporário do(a) Sr.(a). ADRIANA TERESINHA STANCHAK MICHHEREFF, na função de PROF. N. SUP. ACT, reduzindo a carga horária do(a) contratado(a) de 30 horas para 20 horas semanais e vinculando -a à Professora Marcela Cristina Soares (Convite da SME – Lei nº 699/2017), até 19/12/18.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 17 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3640/2018

Publicação Nº 1769075

PORTARIA Nº 3.640/2018.

De: 18 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) ROCHELE ANTONI PAESE, investido(a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA II, no nível salarial VIII - G.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 18 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3642/2018

Publicação Nº 1769116

PORTARIA Nº 3.642/2018.

De: 19 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 19 de setembro de 2018 à 17 de dezembro de 2018, ao(a) servidor(a) ANA MARIA DE JESUS RIBEIRO, investido(a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 19 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3643/2018

Publicação Nº 1769119

PORTARIA Nº 3.643/2018.

De: 20 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 20 de setembro de 2018 à 18 de dezembro de 2018, ao(a) servidor(a) LOURDES TREVIZAN, investido(a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, no nível salarial I – J.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3644/2018**

Publicação Nº 1769120

PORTARIA Nº 3.644/2018

De: 20 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) SOELI GERKER FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, passando do nível I – M para o nível I – N.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3645/2018**

Publicação Nº 1769121

PORTARIA Nº 3.645/2018

De: 20 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 033/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) LUCIANA DA CRUZ MALAQUIAS, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, vinculada à Professora Janaína Sartor Jacques (Gestão Escolar).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 20 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3646/2018**

Publicação Nº 1769123

PORTARIA Nº 3.646/2018

De: 21 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 030/2017 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) SANDRA LEOMAR KLACZEK, na função temporária de ORIENTADOR ESCOLAR ACT 40HS, vinculada à Orientadora Simone Silvana Machado (Licença Saúde).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 21 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3647/2018

Publicação Nº 1769124

PORTARIA Nº 3.647/2018

De: 22 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 22 de setembro de 2018 a 11 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, investido (a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V – A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 22 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3648/2018**

Publicação Nº 1769126

PORTARIA Nº 3.648/2018

De: 22 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) IVONE JOSEFINA BOGO, ocupante do cargo efetivo de COZINHEIRA, passando do nível II – E para o nível II – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 22 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3649/2018**

Publicação Nº 1769127

PORTARIA Nº 3.649/2018

De: 23 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) BERENICE DE FATIMA HAU MAOSKI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II – E para o nível II – F.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 23 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3650/2018**

Publicação Nº 1769129

PORTARIA Nº 3.650/2018

De: 24 de setembro de 2018.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 034/2018 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ELIANE FERREIRA, na função temporária de SUPERVISOR ESCOLAR ACT 40HS, vinculada à Supervisora Eliane Maria Valore de Si-queira (Licença Saúde).

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3651/2018

Publicação Nº 1769133

PORTARIA Nº 3.651/2018.

De: 24 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DAIANNE FERREIRA DE SOUSA, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

1º membro: Angela Maria Nunes de Oliveira

2º membro: Fabiana Bestel Pawlina

3º membro: Eliane Nascimento de Souza

4º membro: Luciane Nascimento do Rosário

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.679/2017 de 19 de setembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3652/2018

Publicação Nº 1769148

PORTARIA Nº 3.652/2018.

De: 24 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JOSÉ ELITON DUTRA, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

1º membro: Angela Maria Nunes de Oliveira

2º membro: Fabiana Bestel Pawlina

3º membro: Eliane Nascimento de Souza

4º membro: Sarita Silva de Souza Nascimento

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.680/2017 de 19 de setembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3653/2018

Publicação Nº 1769153

PORTARIA Nº 3.653/2018.

De: 24 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MIRIAN ROSE TEIXEIRA, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

1º membro: Angela Maria Nunes de Oliveira

2º membro: Fabiana Bestel Pawlina

3º membro: Eliane Nascimento de Souza

4º membro: Regiane Kovalczyk

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 2.104/2017 de 11 de dezembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3654/2018

Publicação Nº 1769159

PORTARIA Nº 3.654/2018.

De: 24 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARIA ZENAIDE PRUSSAKI, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

1º membro: Angela Maria Nunes de Oliveira

2º membro: Fabiana Bestel Pawlina

3º membro: Eliane Nascimento de Souza

4º membro: Regiane Kovalczyk

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.676/2017 de 19 de setembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3655/2018

Publicação Nº 1769163

PORTARIA Nº 3.655/2018.

De: 24 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARCIA MACHADO, no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I – A, os seguintes Membros:

1º membro: Angela Maria Nunes de Oliveira

2º membro: Fabiana Bestel Pawlina

3º membro: Eliane Nascimento de Souza

4º membro: Jesana Carvalho da Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.678/2017 de 19 de setembro de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 24 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3656/2018

Publicação Nº 1769164

PORTARIA Nº 3.656/2018

De: 25 de setembro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 25 de setembro de 2018 a 24 de outubro de 2018, ao (a) servidor (a) ELIANA DO ROCIO GUSSO, investido (a) na função temporária de EDUCADORA SOCIAL.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 25 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3657/2018

Publicação Nº 1769171

PORTARIA Nº 3.657/2018

De: 25 de setembro de 2018.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) PATRÍCIA MEDEIROS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, passando do nível I – F para o nível I – G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 25 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3658/2018

Publicação Nº 1769176

PORTARIA Nº 3.658/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 26 de setembro de 2018 à 24 de novembro de 2018, ao(a) servidor(a) CLEUSA GALVÃO NUNES, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial I – F.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3659/2018

Publicação Nº 1769179

PORTARIA Nº 3.659/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARCIO LOHMANN, no cargo efetivo de MÉDICO 20HS, no nível salarial X – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Marciane Rech Zagonel
- 2º membro: Simoni Dias Fernandes de Souza
- 3º membro: Douglas Antonio Urso
- 4º membro: Janice Maria Guimarães Morara

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 3.294/2018 de 15 de junho de 2018, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3660/2018

Publicação Nº 1769182

PORTARIA Nº 3.660/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JUSIMAR AMILTON SEBOLD, no cargo efetivo de MOTORISTA, no nível salarial III – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Célia Maria Konell
- 2º membro: Ana Luiza Valente de Oliveira
- 3º membro: Roland Itner
- 4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 966/2017 de 14 de março de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3661/2018

Publicação Nº 1769184

PORTARIA Nº 3.661/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CRISTINE MEIRELLES, no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Célia Maria Konell
- 2º membro: Maristela de Souza Speck
- 3º membro: Flávia Jordana Sanches
- 4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 964/2017 de 14 de março de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3662/2018

Publicação Nº 1769189

PORTARIA Nº 3.662/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a)

servidor(a) CRISTINE MEIRELLES, no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Célia Maria Konell
- 2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
- 3º membro: Flávia Jordana Sanches
- 4º membro: Silmara Regina Ramos

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 962/2017 de 14 de março de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3663/2018

Publicação Nº 1769190

PORTARIA Nº 3.663/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANAINA MAYARA BITTENCOURT CARVALHO, no cargo efetivo de FACILITADOR DE OFICINA, no nível salarial IV – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Célia Maria Konell
- 2º membro: Alexandre Ribeiro da Silva
- 3º membro: Flávia Jordana Sanches
- 4º membro: Maristela de Souza Speck

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 963/2017 de 14 de março de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3664/2018

Publicação Nº 1769193

PORTARIA Nº 3.664/2018.

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para avaliação de servidor em Estágio Probatório, de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, Art. 19, § 1º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARCOS RAKSA, no cargo efetivo de ADMINISTRADOR I, no nível salarial VII – A, os seguintes Membros:

- 1º membro: Célia Maria Konell
- 2º membro: Marcela Deunísio Olkoski
- 3º membro: Maristela de Souza Speck
- 4º membro: Roland Itner

ARTIGO 2º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 965/2017 de 14 de março de 2017, pelo motivo de troca de membro.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3665/2018

Publicação Nº 1769194

PORTARIA Nº 3.665/2018

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 17 de setembro de 2018 à 01 de outubro de 2018 (15 dias), ao (a) servidor (a) ELIS REGIANE BUENO DA SILVA COSTA, investido (a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.09.18.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3666/2018

Publicação Nº 1769195

PORTARIA Nº 3.666/2018

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 17 de setembro de 2018 à 21 de setembro de 2018 (05 dias), ao (a) servidor (a) DAIANE SOBCZAK DA SILVA, investido (a) no cargo efetivo de ENFERMEIRO I, no nível salarial VII - A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.09.18.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3667/2018

Publicação Nº 1769198

PORTARIA Nº 3.667/2018

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 18 de setembro de 2018 à 02 de outubro de 2018 (15 dias), ao (a) servidor (a) ANGELICA REGINA HUCHAK SOUZA, investido (a) no cargo efetivo de RECEPCIONISTA, no nível salarial II - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 18.09.18.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3668/2018

Publicação Nº 1769201

PORTARIA Nº 3.668/2018

De: 26 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 19 de setembro de 2018 à 21 de setembro de 2018 (03 dias), ao (a) servidor (a) SIRLENE CALDEIRA SANTIN, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR I, no nível salarial I - A.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 19.09.18.

Itapoá - SC, 26 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3670/2018

Publicação Nº 1769207

PORTARIA Nº 3.670/2018.

De: 28 de setembro de 2018.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato por término do mesmo, do(a) servidor(a) GUIOMAR LEITE, contratado(a) na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 62/2017.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 30.09.2018.

Itapoá - SC, 28 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3671/2018

Publicação Nº 1769224

PORTARIA Nº 3.671/2018.

De: 28 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) MARIA FERNANDA BRISOLLA DA MOTA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - B.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 30.09.18.

Itapoá - SC, 28 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3672/2018**

Publicação Nº 1769229

PORTARIA Nº 3.672/2018.

De: 28 de setembro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - E.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos em 30.09.18.

Itapoá - SC, 28 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3674/2018**

Publicação Nº 1769231

PORTARIA Nº 3.674/2018.

De: 28 de setembro de 2018.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a alteração de carga horária de 30 hs para 10 hs semanais da jornada de trabalho, do (a) servidor(a) FRANCIS MARA VIEIRA SCHUSTER PINTO LING, investido (a) no cargo efetivo de PROFESSOR I 10HS, no nível salarial I – A 10HS.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.09.18.

Itapoá – SC, 28 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 3675/2018**

Publicação Nº 1769236

PORTARIA Nº 3.675/2018

De: 28 de setembro de 2018.

**ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 30/2017 e a solicitação da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ANGELA REGINA MISSIO, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, em substituição à Professora Marta Rejane Oliveira Rocha até o final de sua Licença Médica.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 25.09.18.

Itapoá – SC, 28 de setembro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3711/2018

Publicação Nº 1769168

PORTARIA Nº 3.711/2018.

De: 08 de outubro de 2018.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, considerando:

- O resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;
- A Portaria nº 12305/2018 do IPESI;
- A C. I. nº 342/2018 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a readaptação do(a) Servidor(a) CRISTINA BASTOS PEQUENO, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I 40HS, no nível salarial IV - C, para atuar em serviços administrativos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, sem alteração da carga horária inicial de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 08 de outubro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 3712/2018

Publicação Nº 1769187

PORTARIA MUNICIPAL Nº 3.712/2018

Data: 08 de outubro de 2018

Dispõe sobre quadro de vagas dos servidores públicos Municipais e alterações,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo.1º - Tornar público o quadro de vagas de servidores das Unidades Administrativas do Município e alterações, de acordo com o artigo nº. 23 paragrafo 1º. da Lei nº.044/2014, exceto os Profissionais do Magistério que possuem legislação própria.

§ 1º - Constam nos quadros abaixo os cargos dos Servidores, as Unidades administrativas onde estão lotados, número de vagas, lotação atual e vagas disponíveis, bem como suas alterações.

RESUMO DA ALTERAÇÃO		
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	MOTIVO
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Agente Administrativo I	Readaptação

I - Unidade Administrativa: GABINETE DO PREFEITO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	4	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	3	2	1
SECRETÁRIA EXECUTIVA I	1	1	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA II	1	0	1
AGENTE DA DEFESA CIVIL I	1	0	1
ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I	2	0	2

II - Unidade Administrativa: PROCURADORIA JURÍDICA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADVOGADO I	4	0	4
ADVOGADO II	2	0	2
ADVOGADO III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	3	3	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	4	4	0
ANALISTA JURÍDICO I	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO II	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO III	3	0	3

III - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	2	1	1
ADMINISTRADOR II	2	0	2
ADMINISTRADOR III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	10	6	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	5	1
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
COZINHEIRA (Readaptada)	1	1	0
MÉDICO DO TRABALHO	1	0	1
MOTORISTA (Extinção)	4	3	0
RECEPCIONISTA	1	0	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH I	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH III	1	0	1
TELEFONISTA	3	1	2
GESTOR PÚBLICO I	1	0	1
GESTOR PÚBLICO II	1	0	1

IV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
ARQUITETO I	2	1	1
ARQUITETO II	1	0	1
ARQUITETO III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL III	1	1	0
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I	3	1	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II	2	2	0
TOPÓGRAFO I	1	0	1
TOPÓGRAFO II	1	0	1
AGENTE DE TRÂNSITO I	3	0	3
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I	2	0	2

V - Unidade de Administrativa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE GERAL	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	6	6	0
BIBLIOTECÁRIO I	7	0	7
COZINHEIRA (Extinção)	5	5	0
MONITOR DE LAB. INFORMÁTICA	8	7	1
MOTORISTA (Extinção)	4	4	0
NUTRICIONISTA I	2	2	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
SERVENTE ESCOLAR (Extinção)	17	17	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	1	0

VI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	7	5	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	6	0
AGENTE DE ENDEMIAS	3	3	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2	0	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	28	22	6

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	7	7	0
ENFERMEIRO I	12	12	0
ENFERMEIRO II	2	1	1
ENFERMEIRO III	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II	1	0	1
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO III	1	0	1
FISCAL SANITÁRIO I	3	2	1
FISCAL SANITÁRIO II	2	1	1
FISIOTERAPEUTA I	4	4	0
FISIOTERAPEUTA II	2	2	0
FISIOTERAPEUTA III	2	0	2
FONOAUDIÓLOGO I	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO II	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO III	1	0	1
MÉDICO 20HS	10	3	7
SECRETARIA DE SAÚDE CONTINUAÇÃO			
MÉDICO PSF	6	4	2
MOTORISTA (Extinção)	14	14	0
NUTRICIONISTA II	1	1	0
NUTRICIONISTA III	1	0	1
ODONTÓLOGO 40HS	1	1	0
ODONTÓLOGO I	4	0	4
ODONTÓLOGO II	1	1	0
ODONTÓLOGO III	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA I	1	1	0
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA II	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	1	1
PSICOLOGO II	1	1	0
PSICOLOGO III	1	1	0
RECEPCIONISTA	7	7	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA I	2	1	1
TÉCNICO DE RADIOLOGIA II	1	1	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	0	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	20	19	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II	3	3	0
TELEFONISTA	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL I	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL II	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL III	1	0	1
VETERINÁRIO I	1	1	0
VETERINÁRIO II	1	0	1
VETERINÁRIO III	1	0	1

VII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	1	1	0
ADMINISTRADOR II	1	0	1
ADMINISTRADOR III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL I	3	3	0
ASSISTENTE SOCIAL II	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL III	1	1	0
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTINUAÇÃO			
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
FACILITADOR DE OFICINA	8	4	4
MOTORISTA (Extinção)	4	2	0
ORIENTADOR SOCIAL I	1	1	0
ORIENTADOR SOCIAL II	1	0	1

PEDAGOGO I	1	0	1
PEDAGOGO II	1	0	1
PEDAGOGO III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	2	0

VIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
COZINHEIRA (Extinção)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Readaptado)	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	5	1	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
TÉCNICO EM TURISMO I	1	0	1
TÉCNICO EM TURISMO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO I	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO III	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFESSOR DE MÚSICA I	2	0	2
PROFESSOR DE MÚSICA II	2	0	2
TURISMÓLOGO I	1	0	1
TURISMÓLOGO II	1	0	1

IX - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	1	1
AG. ADMINISTRATIVO I (Readaptado)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	5	5	0
MECÂNICO VEÍCULO PESADO	2	2	0
MOTORISTA (Extinção)	2	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	23	13	10
ENGENHEIRO ELETRICISTA I	1	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA II	1	0	1

X - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	3	1	2
TÉCNICO AGRÍCOLA I	2	0	2
TÉCNICO AGRÍCOLA II	1	0	1

XI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	1	0	1

XII - Unidade Administrativa: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AUDITOR I	1	0	1
AUDITOR II	1	0	1
AUDITOR III	1	0	1

XIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO I	1	0	1

XIV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	8	6	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	8	8	0
CONTADOR I	2	0	2
CONTADOR II	1	1	0
CONTADOR III	1	0	1
FISCAL DE TRIBUTOS I	4	1	3
FISCAL DE TRIBUTOS II	5	3	2
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	1	0
TÉCNICO DE ARQUIVO II	1	0	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE I	4	2	2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE II	3	3	0
SECRETARIA DA FAZENDA CONTINUAÇÃO			
AGENTE TRIBUTÁRIO I	3	0	3
AUDITOR FISCAL I	2	0	2
AUDITOR FISCAL II	2	0	2

XV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
BIÓLOGO I	1	1	0
BIÓLOGO II	1	0	1
BIÓLOGO III	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL I	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL I	1	1	0
ENGENHEIRO FLORESTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL III	1	0	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE I	3	1	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE II	1	1	0
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE I	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE II	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE III	1	0	1
GEÓGRAFO I	1	0	1
GEÓGRAFO II	1	0	1
OCEANOÓGRAFO I	1	0	1
OCEANOÓGRAFO II	1	0	1

XVI - Unidade Administrativa: COMANDO DA GUARDA MUNICIPAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
GUARDA MUNICIPAL I	6	0	6

§ 2º - A carga horária de trabalho é aquela constante no edital do concurso;

Artigo. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 3.554 de 22 de agosto de 2018.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2018

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 015/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1768904

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 015/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretaria de Educação no dia 09/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
30	40h	Professor Aux. De Turma	Fabiana Helena Prado B. C. Leal	16/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 08 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 016/2018 EDITAL 31/2017

Publicação Nº 1768977

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 016/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 31/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretaria de Educação no dia 09/10/2018, para distribuição de aula, que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
31	40h	Professor Aux. De Turma	Nerci Sunta Pagnoncelli	16/10/2018	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 08 de outubro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 178/2018 EDITAL 30/2017

Publicação Nº 1768742

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 178/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 030/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 09/10/2018, para distribuição para professor que atuará nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
09	40	Orientação	Marcia Denise Kampmann Lech de Souza	22/10/2018	20/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 030/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;

- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 08 de outubro de 2018.

Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº30/2018

Publicação Nº 1768774

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº01/2018
EDITAL Nº30 / 2018

Célia Maria Konell, Secretária de Assistência Social, com base no item 8 do Edital nº 30/2018, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato David Lass, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3/4;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.
- Atestado de Vacinação das Crianças menores de 05 anos.

Itapoá 08 de outubro de 2018.

Célia Maria Konell
Secretária Municipal da Assistência Social

TERMO DE SUSPENSÃO - PREGÃO Nº 71/2018

Publicação Nº 1768862

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 09 de outubro de 2018. HORÁRIO: 14h:00min (abertura)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2018 - REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2018 - PROCESSO Nº 103/2018 - OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras e protetores de 1ª linha, certificado pelo INMETRO, devendo conter selo de aprovação, para manutenção da Frota de Máquinas pesadas e caminhões da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima mencionados, fica no presente ato SUSPENSA, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise e deliberação das solicitações de esclarecimentos protocoladas sob o nº 7977/2018, pela empresa MODELO PNEUS LTDA, CNPJ/MF: 94.510.682/0001-26, sob o nº 8050/2018, pela empresa MODELO PNEUS LTDA, CNPJ/MF: 94.510.682/0001-26, sob o nº 8051/2018, pela empresa TEREZA PNEUS LTDA, CNPJ/MF: 01.179.914/0001-24 e sob o nº 8088/2018, pela empresa JOÃO VALMIR JAREK & CIA LTDA, CNPJ/MF: 10.930.736/0001-12.

Itapoá, 08 de outubro de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3479/18

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 73/2018 - CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO**

Publicação Nº 1769348

PORTARIA Nº73, DE 04 DE OUTUBRO DE 2018

Concede Férias À Servidora Fernanda Luzia Gutoski Duarte Figueredo.

José Antonio Stoklosa, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 11 de outubro de 2018 a 09 de novembro de 2018, à servidora FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO, matrícula 50911-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 11/11/2015 à 10/11/2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 04 de outubro de 2018.

José Antonio Stoklosa

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**ERRATA EDITAL 01/2018 LICITAÇÃO VEÍCULO IPESI**

Publicação Nº 1768861

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

ERRATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 01/2018

PROCESSO 01/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ITAPOÁ - IPESI, no uso de suas atribuições legais, vem perante os interessados em participar do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto a aquisição de 01 (veículo) zero km, cujas especificações encontram-se descritas no Termo de Referência constante do Anexo VII do Edital, COMUNICAR que fica alterado o EDITAL desta licitação, nos seguintes termos:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Considerando o ANEXO VII, TERMO DE REFERENCIA, PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018 – 1. OBJETO E ESPECIFICAÇÃO. Onde se lê: "Veículo modelo Sedan. Zero KM, Mínimo de 1.3 de potência, ano 2019, 04 (quatro) portas, 05 (cinco) passageiros, 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré, cor branca, capacidade mínima de carga 370kg, direção hidráulica ou elétrica, protetor de cárter, freios ABS com EBD, rodas de aço com calotas integrais mínimo aro 14 ou liga leve, combustível Flex, tanque de combustível de no mínimo 50 litros de capacidade, ar condicionado, rádio/MP3, Kit multimídia, Airbag duplo frontal, capacidade de 480 litros no porta-malas, vidros elétricos nas portas dianteiras, vidros com proteção solar, banco traseiro rebatível, faróis de neblina dianteiros, retrovisores externos, maçanetas das portas, retrovisores externos e para-choques na cor do veículo, cinto de segurança dianteiros e traseiros retráteis, jogo de tapetes e demais itens de série do produto, bem como atendendo todas as normas de segurança exigidas por lei e código de trânsito vigente".

Leia se: "Veículo modelo Sedan. Zero KM, Mínimo de 1.3 de potência, ano 2019, 04 (quatro) portas, 05 (cinco) passageiros, 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré, cor branca, capacidade mínima de carga 370kg, direção hidráulica ou elétrica, protetor de cárter, freios ABS com EBD, rodas de aço com calotas integrais mínimo aro 14 ou liga leve, combustível Flex, tanque de combustível de no mínimo 50 litros de capacidade, ar condicionado, rádio/MP3, Kit multimídia, Airbag duplo frontal, capacidade mínima de 460 litros no porta-malas, vidros elétricos nas portas dianteiras, vidros com proteção solar, banco traseiro rebatível ou fixo, faróis de neblina dianteiros, retrovisores externos, maçanetas das portas, retrovisores externos e para-choques na cor do veículo, no mínimo 4 (quatro) cintos de segurança retráteis incluindo dianteiros e traseiros, jogo de tapetes e demais itens de série do produto, bem como atendendo todas as normas de segurança exigidas por lei e código de trânsito vigente".

ARTIGO 2º - Ficam mantidos os demais termos do Edital.

ARTIGO 3º - Esta ERRATA integra o Edital respectivo, para todos os efeitos legais, sendo publicado no Diário Oficial.

ARTIGO 4º- Esta Errata entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 08 de outubro de 2018

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Jaborá

PREFEITURA

ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1/2018

Publicação Nº 1768655

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 10/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 11/2017

Contrato Administrativo nº: 1/2018.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Valor: Item 3- Combustível Óleo Diesel S 10 de R\$ 3,89 para R\$ 3,97 ao litro.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: AUTO POSTO POYER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.461.114/0001-02.

Jaborá, SC, 08 de Outubro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 186/2018

Publicação Nº 1769268

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 28/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 38/2018

Contrato Administrativo nº: 186/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA ESCOLA INFANTIL ALCIDES FERRARI E ESCOLA ALBERTO BORDIN, PARA O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2018.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) para o item 8 (apresentado), de 70kg para 87,5kg.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ADEMAR SAVOLDI & CIA. LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.217.917/0001-0.

Jaborá, SC, 08 de outubro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 4/2018

Publicação Nº 1768661

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 29/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 46/2017

Contrato Administrativo nº: 4/2018.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITRÓGENO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

Valor: Item 3- Combustível Óleo Diesel S10 de R\$ 3,89 para R\$ 3.97 ao litro.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: AUTO POSTO POYER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.461.114/0001-02.

Jaborá, SC, 08 de Outubro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO 20/2018

Publicação Nº 1768871

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo - Retificação
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Contratado: Dico Pneus Ltda ME.
Objeto: Aditiva a prestação de serviços de borracheiro para conserto de pneus da frota de veículos e máquinas da Administração Municipal de Jacinto Machado/SC, durante o ano de 2018.
Valor do Termo Aditivo: R\$ 5.460,00 (Cinco mil quatrocentos e sessenta reais).
Vigência: de 05/10/2018 até 31/12/2018.

1º TA AO CONTRATO 62/2018 CORREÇÃO

Publicação Nº 1768870

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo - Retificação
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 62/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Contratado: Dico Pneus Ltda ME.
Objeto: Aditiva o fornecimento de pneus, câmaras e protetores, com entrega parcelada, para manutenção e reposição nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2018.
Valor do Termo Aditivo: R\$ 2.272,50 (Dois mil duzentos setenta e dois reais e cinquenta centavos).
Vigência: de 05/10/2018 até 31/12/2018.

1º TA AO CONTRATO 64/2018 CORREÇÃO

Publicação Nº 1769245

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 64/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Contratado: Comércio de Pneus Oenning Ltda.
Objeto: Aditiva valor ao Contrato nº 64/2018, para o fornecimento de pneus, câmaras e protetores, com entrega parcelada, para manutenção e reposição nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2018.
Valor: O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 2.682,00 (Dois mil seiscentos e oitenta e dois reais).
Jacinto Machado/SC, 04/10/2018.

DECRETO Nº. 092 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768680

DECRETO Nº. 092 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2018 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 883 de 28 de Setembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades, abaixo discriminados, do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), como segue:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: (1) – 3.1.71.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios PúblicosR\$ 36.080,00
SUB-TOTAL R\$ 36.080,00

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: (2) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 138.920,00
SUB-TOTAL R\$ 138.920,00

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: (4) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
SUB-TOTAL R\$ 25.000,00

TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.066 – Construção de Moradias e Manutenção do FROHAB
Modalidade de Aplicação: (17) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
SUB-TOTAL R\$ 25.000,00

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.068 – Manutenção das Atividades da Secretaria do Desenvolvimento Social
Modalidade de Aplicação: (19) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 175.000,00
SUB-TOTAL R\$ 175.000,00
TOTAL GERAL R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 28 de Setembro de 2018.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 093 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768688

DECRETO Nº. 093 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2018 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 882 de 28 de Setembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 270.000,00 (Duzentos e Setenta Mil Reais), como segue:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade 2.016: Manutenção de Outros Níveis de Ensino
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0695(49) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 40.000,00

Órgão 07: SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG., E MEIO AMBIENTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Projeto/Atividade 2.048: Manutenção da Secretaria de Agricultura, Irrig., e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0.0080(84) – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 230.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 270.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como seguem:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0.0695(34) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 40.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0.0080(70) – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00
SUB - TOTAL: R\$ 230.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 270.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 28 de Setembro de 2018.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 094 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768710

DECRETO Nº. 094 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 866 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade, abaixo discriminado, do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), como segue:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO
Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Modalidade de Aplicação: (94) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 45.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 09 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO
Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
Projeto/Atividade: 2.052 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Modalidade de Aplicação: (95) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 28 de Setembro de 2018.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 095 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769082

DECRETO Nº. 095 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10, da Lei nº 866 de 22 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 68.000,00 (Sessenta e Oito Mil Reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 01- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0101(114) – Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 68.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 01- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0101(31) – Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
TOTAL GERAL: R\$ 68.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 28 de Setembro de 2018.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Setembro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 096 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769094

DECRETO Nº. 096 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2018, 002/2018 E 003/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2018, 002/2018 e 003/2018 do Município, que ficará assim constituída:

I – ANTONIO BORGES
II – LEONORA MACHADO DE OLIVEIRA POSSAMAI
III – SUSANA CASAGRANDE

Art. 2º - À presente Comissão compete receber as inscrições, preparar as provas e o local, supervisionar e avaliar os candidatos e estabelecer a classificação dentro dos critérios de capacidade e razoabilidade assim como preencher os critérios técnicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 05 de outubro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

NOTIFICAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS 005/2018

Publicação Nº 1768619

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSE DE RECURSOS

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresarias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

- Contrato de Repasse nº837752/2016;
- Proposta SICONV: 27775/2016.

- Programa: Planejamento Urbano.

Objeto do Convênio: "Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Jacinto Machado".

Origem do Recurso: Ministério das Cidades
Data do Repasse da 2º Parcela: 01/10/2018
Valor da Parcela: R\$ 118.480,44

Jacinto Machado/SC, 05 de outubro de 2018

PORTARIA 399 GRAZIELA

Publicação Nº 1768707

PORTARIA Nº. 399 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora GRAZIELA ROCHA CAMARGO RANAKOSKI, portadora do CPF nº.048.224.789-47, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 03/09/2018 até 30/09/2018, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA 400 EMERG. LARISSA ROSSO

Publicação Nº 1768709

PORTARIA Nº. 400 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar em substituição a Rosileia Ferreira;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a professora LARISSA ROSSO RONSANI, CPF nº.094.878.939-54, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 03/09/2018 até o término da licença saúde, em substituição da titular Rosileia Ferreira na EMEB FIGUEIRA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de setembro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 402 EMERG. CINTIA

Publicação Nº 1768713

PORTARIA Nº. 402 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar em substituição a Rosileia Ferreira;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a professora CINTIA REGINA GABRIEL, CPF nº. 045.547.349-86, no cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 03/09/2018 até o término da licença saúde, em substituição da titular Rosileia Ferreira na EMEB ARIZONA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de setembro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 414 EMERG. CRISTIANE

Publicação Nº 1768717

PORTARIA Nº. 414 DE 13 DE SETEMBRO DE 2018.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar em substituição a Maria Helena Gomes Antoneli;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a professora CRISTIANE GOULARTE MATEUS, CPF nº. 091.650.749-12, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 13/09/2018 até o término do afastamento, em substituição da titular Maria Helena Gomes Antoneli no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 13 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 421 SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1768727

PORTARIA Nº. 421 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

Aplica a penalidade disciplinar de advertência a servidor público municipal.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o boletim de ocorrência nºP14, 2018/288;
CONSIDERANDO a sindicância instaurada sob o nº003/2018 de 13 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Municipal nº245/2000.
RESOLVE:

Art. 1º-APLICAR a penalidade ADVERTÊNCIA ao servidor ADRIANO BEREZNICKI, matrícula nº3957, ocupante do cargo de MOTORISTA lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE pela violação de proibição constante no Art.119, XV, da Lei Municipal nº245/2000, na forma devidamente apurada pela comissão de sindicância nomeada pela portaria 377/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 17 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº 422 COMPRA DE TERRENO

Publicação Nº 1768730

PORTARIA Nº. 422 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

Instaura comissão especial para proceder no estudo de viabilidade na aquisição de terreno para construção de Unidade básica de saúde no Bairro Gávea.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de construção de uma nova Unidade básica de saúde no Bairro Gávea, no município de Jacinto Machado.

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR comissão especial para proceder no estudo de viabilidade na aquisição de terreno para construção de Unidade básica de saúde no Bairro Gávea.

Art. 2º - NOMEAR os servidores EVANDRO BOFF DE MELLO, ANDERSON FERNANDO ROCHA, DENISE GONÇALVES CARARO FAVARO, para integrar a comissão de que trata o Art.1º sob a presidência do primeiro.

§ 1º - Os procedimentos adotados pela Comissão serão registrados em atas circunstanciadas próprias que integrarão as demais formalidades do respectivo processo.

§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, no interesse da Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 18 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº 423 SINDICÂNCIA

Publicação Nº 1768731

PORTARIA Nº. 423 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

Instaura comissão de sindicância e dá outras providências.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o termo de informação retro apresentados por Valmor Paulino que narram fortuitos envolvendo veículos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância, para, na forma da legislação vigente, apurar os fatos narrados em desfavor do servidor EZIO COSTA.

Art. 2º - NOMEAR os servidores LEONORA MACHADO DE O. POSSAMAI, ANTONIO BORGES, GENÉSIO BURIGO BORGES e VLADMIR BADA TUON, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de sindicância.

§ 1º - Os procedimentos adotados pela Comissão serão registrados em atas circunstanciadas próprias que integrarão as demais formalidades do respectivo processo.

§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e no interesse da Administração.

Art. 3º - A comissão ora constituída, deve tomar todas as providências administrativas cabíveis. Por fim, após tomadas todas as providências, deverá efetuar o relatório final de forma conclusiva, voltando concluso para decisão.

Art. 5º - Fica o setor Jurídico autorizado a dar todo e qualquer respaldo técnico do decorrer no presente procedimento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.
Jacinto Machado – (SC), 18 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº 437 EMERG. JESSICA AMERICO

Publicação Nº 1768735

PORTARIA Nº. 437 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.
Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar em substituição a Marileni Zingler Cunn Roecker;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a professora JÉSSICA PEREIRA AMERICO, CPF nº.096.437.609-10, no cargo de Professora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 24/09/2018 até o término da licença saúde, em substituição da titular Marileni Zingler Cunn Roecker na EMEB ALBINO ZANATTA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 24 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 438 A 443

Publicação Nº 1768740

PORTARIA Nº. 438 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora GERUSA FAGUNDES MONTEIRO do cargo de SERVENTE, matrícula nº 4627, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 439 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho da Professora LUCIANA BROGNI ALBURQUERQUE, matrícula nº.4573, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar em substituição de Eloisa Cechinel da Rosa no CEI VIVER E CRESCER, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 440 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho da Professora ELAINE MARIA SEMPREBOM GIUSTI GHIZZO, matrícula nº.4587, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEF PREFEITO MARIO GOMES COLARES, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 441 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora JANDIRA MONTOVANI DOS SANTOS do cargo de PROFESSOR ACT, matrícula nº 4661, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 442 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês o Servidor ROSENI BOZELLO DE VARGAS, matrícula nº. 142, ocupante do cargo de PROFESSOR, a ser gozada no período de 28/09/2018 à 29/10/2018, período aquisitivo 14/01/2003 à 13/01/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 443 DE 28 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
VORLEI DARABAS POLICARPO	3832	10/02/16 à 09/02/17	02/10/18 á 31/10/18

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº401 EMERG. MORGANA

Publicação Nº 1768711

PORTARIA Nº. 401 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Admite em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº. 245, de 20 de março de 2000, com a Lei nº 726, de 22 de maio de 2014 e com a Lei nº 839, de 25 de maio de 2017.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de contratação em vaga vinculada a Professora abaixo, para atuar em substituição a Rosiléia Ferreira;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada a professora MORGANA PATRICIO PIETSCH, CPF nº. 048.159.099-46, no cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 03/09/2018 até o término da licença saúde, em substituição da titular Rosiléia Ferreira na EMEB ARIZONA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 03 de setembro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº419 SINDICANCIA

Publicação Nº 1768722

PORTARIA Nº. 419 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.
Instaura comissão de sindicância e dá outras providências.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o termo de informação retro apresentados por Valmor Paulino que narram fortuitos envolvendo veículos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância, para, na forma da legislação vigente, apurar os fatos narrados em desfavor do servidor EDER MOTTA FERREIRA.

Art. 2º - NOMEAR os servidores LEONORA MACHADO DE O. POSSAMAI, ANTONIO BORGES, GENÉSIO BURIGO BORGES e VLADEMIR BADA TUON, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de sindicância.

§ 1º - Os procedimentos adotados pela Comissão serão registrados em atas circunstanciadas próprias que integrarão as demais formalidades do respectivo processo.

§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e no interesse da Administração.

Art. 3º - A comissão ora constituída, deve tomar todas as providencias administrativas cabíveis. Por fim, após tomadas todas as providencias, deverá efetuar o relatório final de forma conclusiva, voltando concluso para decisão.

Art. 5º - Fica o setor Jurídico autorizado a dar todo e qualquer respaldo técnico do decorrer no presente procedimento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 17 de setembro de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº420 SINDICANCIA

Publicação Nº 1768725

PORTARIA Nº. 420 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.
Instaura comissão de sindicância e dá outras providências.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o termo de informação retro apresentados por Valmor Paulino que narram fortuitos envolvendo veículos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Comissão de Sindicância, para, na forma da legislação vigente, apurar os fatos narrados em desfavor do servidor ANTONIO CARLOS PAULINO.

Art. 2º - NOMEAR os servidores LEONORA MACHADO DE O. POSSAMAI, ANTONIO BORGES, GENÉSIO BURIGO BORGES e VLADEMIR BADA TUON, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de sindicância.

§ 1º - Os procedimentos adotados pela Comissão serão registrados em atas circunstanciadas próprias que integrarão as demais formalidades do respectivo processo.

§ 2º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos e no interesse da Administração.

Art. 3º - A comissão ora constituída, deve tomar todas as providencias administrativas cabíveis. Por fim, após tomadas todas as providencias, deverá efetuar o relatório final de forma conclusiva, voltando concluso para decisão.

Art. 5º - Fica o setor Jurídico autorizado a dar todo e qualquer respaldo técnico do decorrer no presente procedimento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 17 de setembro de 2018.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIAS Nº 403 A 413

Publicação Nº 1768714

PORTARIA Nº. 403 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor LENIO PEDRO DOS SANTOS, do cargo Diretor Geral de Maquinas Agrícolas e Implementos Agrícolas, matrícula nº. 4349, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PORTARIA Nº. 404 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LENIO PEDRO DOS SANTOS, CPF nº. 503.499.539-53, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 03/09/2018 até 16/08/2019, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2018 de 16 de agosto de 2018, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Operador de Máquinas Pesadas acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 405 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, RENAN WITTS DA SILVA, CPF nº. 068.506.159-04, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 03/09/2018 até 16/08/2019, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2018 de 16 de agosto de 2018, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Operador de Máquinas Pesadas acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 406 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ANTONIO LUIZ BENEDET DE SOUZA, CPF nº. 837.804.169-72, no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 03/09/2018 até 16/08/2019, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2018 de 16 de agosto de 2018, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Operador de Máquinas Pesadas acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 407 DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Designar a servidora ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK, matrícula nº. 4143, para responder Interinamente pelo expediente da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, pelo período de 03/09/18 a 22/09/18.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 408 DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 02 (DOIS) meses o Servidor ERONI GIUSTI FERREIRA, matrícula nº. 2559, ocupante do cargo de PROFESSORA, a ser gozada no período de 04/09/2018 à 02/11/2018, período aquisitivo 03/03/2013 à 02/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 409 DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Prorrogam os efeitos da Portaria nº. 371 de 06 de Agosto de 2018, o período de contratação da servidora ELIANE EMERIN PEREIRA BOTEON, matrícula nº4674, CPF nº. 691.317.599-04, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no EMEB SANTO SIMÃO até o término de Licença Premio, em substituição da titular Eroni Giusti Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 410 DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Prorrogam os efeitos da Portaria nº. 349 de 30 de Julho de 2018, o período de contratação da servidora MARLON SANTOS DE BITENCOURT, matrícula nº4597, CPF nº. 066.557.869-59, no cargo de Professor, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no EMEB Arizona até 15 de dezembro de 2018, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 411 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora DANIELLE JUST GOULART do cargo de ENFERMEIRA DA SAÚDE DA FAMÍLIA, matrícula nº 4352, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 412 DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora CAMILA COELHO PIVA cargo de AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO, matrícula nº 2444, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 413 DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MARIA HELENA GOMES ANTONELI	3876	05/05/2017 à 04/05/2018	13/09/2018 á 12/10/18

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIAS Nº 415 A 418

Publicação Nº 1768718

PORTARIA Nº. 415 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a Servidora LILIA CONSONI MONTEIRO do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE, matrícula nº 4672, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 416 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - NOMEAR JULIANA ROCHA LENTZ, portadora do CPF nº. 046.966.189-51, no cargo em comissão de Chefe de Divisão da Saúde, nível DAS-I, junto a Secretaria de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 417 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Fica ampliada temporariamente, a jornada de trabalho do Professor GABRIEL TISCOSKI RAMOS, matrícula nº.4574, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, em observância ao determinado no art. 39, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 418 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JANAINI CANDIDO SILVEIRA, CPF nº. 028.047.889-54, no cargo de Enfermeira da Saúde da Família, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17/09/2018 até 15/12/2018, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Enfermeira da Saúde da Família acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIAS Nº 424 A 436

Publicação Nº 1768732

PORTARIA Nº. 424 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora FABIANA MANENTI TOMMASI do cargo de AUXILIAR DE ENSINO, matrícula nº 4550, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 425 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 02 (DOIS) meses a Servidora, TEREZINHA CLAUDETE ANGELINO matrícula nº. 182, ocupante do cargo de PROFESSOR, a ser gozada no período de 20/09/2018 à 19/11/2018, período aquisitivo 26/04/2013 à 25/04/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 426 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 108 de 05 de Fevereiro de 2018, o período de contratação da servidora GABRIELA DE CARVALHO PIVA, matrícula nº4572, CPF nº. 058.724.119-52, no cargo de Professora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB ARIZONA até o término de Licença Premio, em substituição da titular Terezinha Claudete Angelino, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 427 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino TAMARA GOMES SILVEIRA, portadora do CPF nº. 101.670.449-66, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 20/09/2018 até 15/12/2018, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 428 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
4620	ARCANGELA CIQUINEL LAZZARIN PAGANINI	PROFESSORA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 429 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino EDNA CARDOSO DE AGUIAR, portadora do CPF n.º.552.020.639-20, nível MAG AT 1A, para atuar na EMEB Figueira, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 20/09/2018 até 15/12/2018, aprovada no Processo Seletivo no. 003/2017 de 02 de junho de 2017, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 430 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora MAIANE DE SANTANA ROCHA, matrícula n.º. 4512, ocupante do cargo de Diretor de Finanças, a ser gozada no período de 05/09/2018 a 02/01/2019, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos 05/09/2018

PORTARIA Nº. 431 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Redistribuir o Servidor ALEX SANDRE DE SOUZA, matrícula n.º. 2453, CPF n.º. 981.794.209-06, cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (portaria 606 de 19 setembro 2017) para a Secretaria de Assistência Social e Habitação .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 432 DE 20 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
2514	MARILENI ZINGLER CUNN ROECKER	PROFESSORA

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 433 DE 21 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora FABIANA DE BRITTOS FONTANA do cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS, matrícula n.º 4282, lotada junto a Secretaria de Assistência Social e Habitação do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 434 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (UM) mês o Servidor FERNANDO MAGGI RAUPP, matrícula n.º. 2345, ocupante do cargo de PROFESSOR, a ser gozada no período de 24/09/2018 à 23/10/2018, período aquisitivo 08/03/2007 à 07/03/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 435 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Prorrogam os efeitos da Portaria n.º. 305 de 23 de Junho de 2018, o período de contratação da servidora KARINA PEREIRA BOTEON, matrícula n.º4655, CPF n.º. 077.979.859-79, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar no EMEB Figueira até o término de Licença Premio, em substituição do titular Fernando Maggi Raupp, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº. 436 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 02 (DOIS) meses a Servidora ELOISA CECHINEL DA ROSA, matrícula n.º. 1032, ocupante do cargo de PROFESSORA, a ser gozada no período de 24/09/2018 à 22/11/2018, período aquisitivo 20/03/2005 à 19/03/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2016.

Publicação Nº 1768588

Convocação de Processo Seletivo 002/2016.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria(s) DANIELLE DA COSTA SOUTO, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2016 Cargo de Psicólogo – 40H.

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 191/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

Publicação Nº 1769401

EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 191/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do município, conforme o quantitativo estimado e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritas nos Anexos II, III e IV, que são partes integrantes deste Edital.

TIPO: Menor Preço Global.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Lei Municipal n.º 4.165/2006.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 13 de novembro de 2018, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.447.700,04 (hum milhão quatrocentos e quarenta e sete mil setecentos reais e quatro centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital na sua íntegra estará disponível na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de setembro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/SEMDEICST/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018

Publicação Nº 1767055

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NOS TERMOS DA LEI N. Nº 7.741/2018

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Gabinete do Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, na forma e condições estabelecidas no presente Edital de Chamamento Público, faz a CONVOCAÇÃO PÚBLICA para fins de que as entidades possam se qualificar, mediante REQUERIMENTO, como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, de acordo com a Lei Federal n. 9.637, de 1998, e Lei Municipal nº 7.741/2018 (que Dispõe Sobre a Qualificação de Entidades Sem Fins Lucrativos Como Organizações Sociais) e Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, nos seguintes termos:

1. DO REQUERIMENTO: O requerimento da entidade interessada deverá seguir o modelo constante no anexo único deste Edital, e dirigido ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, subscrito pelo representante legal da entidade, cuja assinatura deverá ser reconhecida em cartório e acompanhada de todos os documentos indispensáveis ao pleito, conforme

discriminados no presente edital e no Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, através de envelope lacrado, identificado externamente com o nome da entidade pretendente à qualificação, da seguinte forma:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2018 DE CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE Jaraguá do Sul/SC. Requerente: (Nome da Entidade)

2. DO OBJETO: O presente edital tem por objeto tornar PÚBLICA a seleção de organizações privadas sem fins lucrativos para se qualificarem como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos no âmbito do Município de Jaraguá do Sul/SC.

ANEXO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 - PLANTA CENTRO DE INOVAÇÃO - Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, os anexos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/Semdeicst/2018 – PLANTA CENTRO DE INOVAÇÃO encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=20761>

3. DA HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação à qualificação como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, as interessadas deverão apresentar requerimento ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, com os documentos necessários listados no item 04, do dia 15/10/2018 até o dia 19/10/2018, das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul - SC.

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Para fins de qualificação e credenciamento como Organização Social e Entidade Sem Fins Lucrativos, as entidades privadas deverão possuir os requisitos necessários à apresentação dos documentos que comprovem a capacidade de atuar conforme o disposto nos artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n.12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, mediante requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

4.1. Cópia autenticada do ato constitutivo, preferencialmente com representatividade regional, o qual deverá conter, nos termos do art. 2º do Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) como órgão de deliberação superior e de direção, a realização de Assembleia Geral, e a instalação de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, definidos nos termos dos respectivos estatutos, asseguradas a composição e as atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes da entidade e de membros de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da Diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, na imprensa municipal, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinadas, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do mesmo, na proporção dos recursos e bens por ela alocados, nos termos do contrato de gestão;

4.2. Comprovar ter desenvolvido a atividade descrita no caput, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 7.741/2018, de 11 de setembro de 2018, há mais de 01 (um) ano, salvo os casos em que a Organização Social detenha, dentre seus quadros, membros ou entidades com experiência na área, que reconhecidamente exerçam atividades dirigidas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em matéria de interesse público;

4.3. Cópia autenticada da ata de eleição ou nomeação dos integrantes da atual Diretoria Executiva ou instância equivalente, acompanhada do currículo de seus membros.

4.4. Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação deve ser demonstrado as atribuições privativas do Conselho de Administração nos termos do art. 4º da Lei n. 7.741/2018, de 11 de setembro de 2018.

4.5. Certidões Negativas de Débitos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS; e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.6. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

4.7. Plano de ação da entidade.

4.8. Qualificação dos membros da equipe técnica da entidade.

Obs.: Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração, e estar dentro de seus prazos de validade na data de entrega e abertura dos envelopes ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão ou conforme legislação específica determinando tal validade.

5. DO PROCEDIMENTO E DOS PRAZOS: Recebido e autuado o Requerimento, o Processo será encaminhado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo à Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação que o analisará, verificando o cumprimento das disposições estabelecidas neste instrumento.

5.1. A Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação decidirá sobre o requerimento, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de seu protocolo.

5.1.1. Na hipótese de ser constatada a falta de documentação inerente à qualificação, ou existir documentação com prazo de validade expirado, a Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação solicitará o envio do(s) documento(s) dentro dos padrões exigidos pela Legislação Municipal, incumbindo à entidade interessada o dever de atender ao solicitado em até 03 (três) dias úteis, sendo que expirado este prazo o requerimento poderá ser indeferido;

5.1.2. Indeferido o requerimento nos termos do parágrafo único do § 6º do art. 7º do Decreto n. 12.359/2018, de 03 de outubro de 2018, caberá recurso ao Prefeito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação da decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina / DOM SC.

5.2. Cumpridos os requisitos, ou seja, havendo o deferimento do pedido, a Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, para emissão do "Certificado de Qualificação da Entidade como Organização Social", num prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação do respectivo despacho.

5.2.1. Na dicção do artigo 9º do Decreto nº 12.359/2018, de 3 de outubro de 2018, após a emissão do "Certificado de Qualificação", o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo encaminhará exposição de motivos ao Chefe do Poder Executivo, acompanhada da minuta de decreto específico afim desta ser declarada como entidade reconhecida de interesse social e de utilidade pública, para todos os efeitos legais.

5.3. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome do requerente que será responsável pela execução do contrato, com o mesmo número do CNPJ e endereço.

5.4. O requerente que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1. Eventuais conflitos ou pontos omissos ou obscuros serão resolvidos pela Comissão Julgadora do Processo de Chamamento Público de Qualificação, que, com amparo na legislação municipal, proferirá a devida manifestação de forma motivada.

6.2. A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido, poderá reapresentá-lo a qualquer tempo, respeitados os prazos e condições estabelecidos nos contratos de gestão eventualmente celebrados.

6.3. Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da entidade que implique mudança nas condições que instruíram sua qualificação deverá ser comunicada ao Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo, acompanhada das justificativas e dos documentos pertinentes, sob pena de cancelamento da qualificação;

6.4. O prazo de validade da qualificação será de 36 (trinta e seis) meses a contar da data da publicação do Decreto que o motivou, ficando a entidade interessada em renová-lo, obrigada a apresentar novo requerimento no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento;

6.5. O resultado do requerimento será divulgado na página Oficial do Município de Jaraguá do Sul, através do endereço eletrônico <<http://portal.jaraguadosul.sc.gov.br/>> e Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, se deferido o pedido, por meio de Decreto Municipal; se indeferido o pedido, por meio de publicação do despacho com as razões do indeferimento.

7. PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: O prazo para eventual impugnação deste edital será de 03 (três) dias úteis, a contar de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
PREFEITO

DOMINGOS SAVIL ZANCANARO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

ANEXO ÚNICO
MODELO DE REQUERIMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2018.

QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Secretário (a) da (Nome da pasta competente),

A (Nome da entidade) _____, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na (endereço)
Rua _____, CNPJ n. _____, neste ato representada pelo seu representante legal Sr.(a)
_____, (descrever a qualificação do representante legal) vem requerer sua qualificação como Organização
Social e Entidade Sem Fins Lucrativos no município de Jaraguá do Sul, com fundamento na Lei Federal n. 9.637, de 1998 e na Lei Municipal
n. 7.741/2018 e do Chamamento Público n. 001/2018, juntando para tanto, em anexo, a documentação necessária.

Número de folhas enumeradas e rubricadas constante no envelope lacrado: ____/folhas.

Nestes termos, pede deferimento

(Local e data)

(Assinatura do Representante Legal)

Observação: a documentação necessária deverá, preferencialmente, ser apresentada na ordem prevista no item 4 do Edital de Chamamento Público n. 001/2018, com todas as folhas rubricadas, além de numeradas no canto inferior direito, no formato "01 de 50", sendo que os dois primeiros dígitos identificarão o número da folha e os dois últimos a quantidade total de folhas existentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 051/2018/PAS

Publicação Nº 1768498

Edital de Notificação 051/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ANDRE LUIZ PAVIN, inscrito no CNPJ 19.812.839/0001-52, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 089/2014 sendo acolhido o Auto de Infração nº 274 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 052/2018/PAS

Publicação Nº 1768500

Edital de Notificação 052/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa LD MERCADO LTDA, inscrito no CNPJ 15.700.796/0001-62, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 002/2014 sendo acolhido o Auto de Infração nº 193 e determinada a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 053/2018/PAS

Publicação Nº 1768503

Edital de Notificação 053/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa AMAZAROTTO LANCHONETE LTDA - ME, inscrita no CNPJ 19.293.785/0001-66, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 020/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 295, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 200% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 054/2018/PAS

Publicação Nº 1768504

Edital de Notificação 054/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RESTAURANTE E LANCHONETE AGAPE LTDA - ME, inscrita no CNPJ 15.032.913/0001-67, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 001/2015 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 280, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 055/2018/PAS

Publicação Nº 1768505

Edital de Notificação 055/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RESTAURANTE E LANCHONETE BARÃO LTDA – ME, inscrita no CNPJ 20.499.578/0001-41, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 105/2014 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 286, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 056/2018/PAS

Publicação Nº 1768506

Edital de Notificação 056/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais,

NOTIFICA a empresa ADNILTON JOSÉ DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ 00.802.398/0001-80, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 098/2014 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 281, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 057/2018/PAS

Publicação Nº 1768509

Edital de Notificação 057/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RICOLLI E RICOLLI PIZARIA E LANCHES LTDA ME., inscrita no CNPJ 05.704.490/0001-20, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 092/2014 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 277, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 058/2018/PAS

Publicação Nº 1768510

Edital de Notificação 058/2018/PAS

Jaraguá do Sul, 08 de outubro de 2018.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa RESTAURANTE ALECRIM MEDITERRÂNEO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ 08.471.501/0001-68, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 090/2014 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 275, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente à 350% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tácita de defesa ou recurso.

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2018 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS SEGUNDAS COLOCADAS

Publicação Nº 1769432

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2018
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TIPO: Menor Preço por Item****COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS
APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS SEGUNDAS COLOCADAS**

O Município através da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica aos participantes do Pregão Presencial nº 149/2018, que conforme **Laudos da Comissão de Avaliação (anexos)** ficam **DECLASSIFICADAS** as seguintes empresas, itens e motivos. Com as desclassificações citadas nos laudos, ficam **convocadas** as empresas **segundas colocadas** para realizarem a entrega de suas amostras **no prazo de até 08 (OITO) dias úteis, compreendendo o período de 10/10/2018 à 22/10/2018, devendo ser entregues no Centro de Distribuição de EPI – Acesso Portaria 1 – Rua Adolfo Puttjer, s/n, no Bairro Barro do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC, com a Sra. Daiane Fuerst, no horário de expediente da PMJS ou seja, das 7:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 16:30hs,** como segue:

Itens	Descrição dos objetos	Empresa 2ª colocada para apresentação de amostra
15	Capacete de segurança, classe B Capacete acoplado com protetor facial e protetor auricular NRRsf – 18 dB, capacete injetado em plástico (polietileno de alta densidade), com jugular, duas nervuras centrais, suspensão de plástico (polietileno de média densidade) e coroa composta de duas cintas cruzadas de tecido de poliéster, fixação casco através de quatro pontos de encaixe e com fendas laterais para acoplagem de acessórios, com tira absorvente de suor na carneira e regulagem simples; e com os seguintes tipos de acessórios acoplados: protetor facial de policarbonato incolor, com 180 mm de altura e 215 de largura, o visor é preso por meio de quatro pontos de encaixe nas laterais e possui um dispositivo de molas para articular o visor para cima e para baixo; protetor auditivo circum auricular, constituído de duas conchas de material plástico (abs), preenchidas com espuma de aproximadamente 130 mm de comprimento, 115 mm de largura e 15 mm de espessura e com bordas revestidas com almofadas de material plástico preenchidas com espuma; e com atenuação de 18 dB, Com C.A. do MTE conjugado. Com selo de certificação do INMETRO.	FRUSTRADO

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 1 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

16	Macacão conjugado G com bota em PVC nº 42 Macacão de segurança impermeável, confeccionado em sua parte interna 100% malha poli algodão, sendo 67% poliéster e 33% algodão e parte externa 100% policloreto de vinila (PVC), com bota de PVC acoplado. Tamanho do macacão: G; tamanho da bota: nº 42. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
17	Macacão conjugado GG com bota em PVC nº 43 Macacão de segurança impermeável, confeccionado em sua parte interna 100% malha poli algodão, sendo 67% poliéster e 33% algodão e parte externa 100% policloreto de vinila (PVC), com bota de PVC acoplado. Tamanho do macacão: GG; tamanho da bota: nº 43. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
18	Macacão conjugado EGG com bota em PVC nº 44 Macacão de segurança impermeável, confeccionado em sua parte interna 100% malha poli algodão, sendo 67% poliéster e 33% algodão e parte externa 100% policloreto de vinila (PVC), com bota de PVC acoplado. Tamanho do macacão: EGG; tamanho da bota: nº 44. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
19	Macacão conjugado EGG com bota em PVC nº 45 Macacão de segurança impermeável, confeccionado em sua parte interna 100% malha poli algodão, sendo 67% poliéster e 33% algodão e parte externa 100% policloreto de vinila (PVC), com bota de PVC acoplado. Tamanho do macacão: EGG; tamanho da bota: nº 45. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
20	Macacão conjugado EGG com bota em PVC nº 46 Macacão de segurança impermeável, confeccionado em sua parte interna 100% malha poli algodão, sendo 67% poliéster e 33% algodão e parte externa 100% policloreto de vinila (PVC), com bota de PVC acoplado. Tamanho do macacão: EGG; tamanho da bota: nº 46. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
23	Botina de segurança com elástico nº 37 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 37 . Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
24	Botina de segurança com elástico nº 38 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha	FOOT COMERCIAL LTDA ME

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 2 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 38. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	
25	Botina de segurança com elástico nº 39 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 39. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
26	Botina de segurança com elástico nº 40 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 40. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
27	Botina de segurança com elástico nº 41 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 41. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
28	Botina de segurança com elástico nº 42	FOOT COMERCIAL LTDA



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 42. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	ME
29	Botina de segurança com elástico nº 43 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 43. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
30	Botina de segurança com elástico nº 44 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 44. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
31	Botina de segurança com elástico nº 45 Botina de segurança, com elástico, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em não tecido, palmilha interna removível em látex com tecido algodão anti microbiana, solado em PU injetado e costurado direto no cabedal, com maior resistência a objetos cortantes, perfurantes, abrasão e antiderrapante, com entre sola de EVA de menor densidade, forração interna em não tecido transpirante, sem biqueira de aço, cor preta, masculina, no tamanho nº 45. Os calçados devem atender as normas técnicas em quesito de conforto: NBR 14835, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840 e possuir o selo de calçado	FOOT COMERCIAL LTDA ME



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	confortável (IBTeC). Com C.A. do MTE.	
45	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 39 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 39. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
46	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 40 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 40. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
47	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 41 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 41. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
48	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 42 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em	FOOT COMERCIAL LTDA ME

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 5 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 42. Com C.A. do MTE.	
49	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 43 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 43. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
50	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 44 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 44. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
51	Botina elástica com palmilha e biqueira de aço nº 45 Botina de Segurança cor preta, com elástico lateral, almofadada, confeccionada em vaqueta, palmilha de montagem em material não tecido, palmilha removível em látex com tecido algodão anti micróbios, sola PU bi densidade antiderrapante com palmilha e biqueira de aço. - Aplicação: Indicada para trabalhos em áreas que, em geral, apresentem riscos de queda / impacto de materiais pesados sobre os artelhos, resistindo ao impacto de 200J, equivalente à queda de um objeto de 20 kg à uma altura de 1 metro e, à compressão de 15.000N, equivalente à 1.529,7kg. Que atenda as Normas NBR 14835, NBR 14836, NBR 14837, NBR 14838, NBR 14839 e NBR 14840. No tamanho nº 45. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
62	Capacete para trabalhos em altura	ADAM DISTRIBUIDORA

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 6 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	Capacete de segurança, tipo III Classe A -Injetado em polipropileno, com uma nervura central, com seis orifícios de 12mm de diâmetro nas laterais do casco, sendo três de cada lado, dotados de suspensão composta de duas fitas de poliéster, com regulagem de tamanho feita através de ajuste simples com velcro, fixadas ao casco através de 04 (quatro) rebites, tira absorvedora de suor confeccionada em neoprene e jugular confeccionada com fitas de poliéster com três pontos de ancoragem na parte interna do casco. Peso 0,483 kg.	LTDA EPP
63	Luva de segurança em raspa punho longo tam G Confeccionada em raspa de couro, com tira de reforço externo em raspa entre os dedos e o polegar reforço interno em raspa na palma e dedos, punho de 20 cm.Tamanho G (9). Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
77	Respirador pff1 com valvula e carvão ativado Respirador Descartável com Válvula PFF1 Indicados para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas tóxicas e baixas concentrações de vapores orgânicos e odores, possuir clipe nasal e dois elásticos revestidos, proporcionam excelente vedação. Válvula de exalação que confere maior conforto térmico ao usuário. Com carvão ativado. Com C.A. do MTE.	FOOT COMERCIAL LTDA ME
79	Luva de Vaqueta tam G Luva de segurança confeccionada em couro vacum tipo vaqueta curtida ao cromo, com formato de cinco dedos, com reforço na palma, reforço de costura entre o polegar e o indicador, acabamento no punho, costura com linha de nylon, cano curto. Tamanho G. Com C.A. do MTE.	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP
80	Luva de vaqueta tam GG Luva de segurança confeccionada em couro vacum tipo vaqueta curtida ao cromo, com formato de cinco dedos, com reforço na palma, reforço de costura entre o polegar e o indicador, acabamento no punho, costura com linha de nylon, cano curto. Tamanho GG. Com C.A. do MTE.	BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP
81	Sinalizador giroflex alimentado por bateria 12 v Giroflex fixado por meio de imã e/ou parafuso, com dispositivo de alimentação acoplado ao acendedor de cigarros.	ADAM DISTRIBUIDORA LTDA EPP
84	Lanterna de led Lâmpada LED 5W, foco concentrado 50 horas de autonomia, potência 230 lúmens, 120 metros de profundidade, 3 pilhas médias C alcalinas, corpo em alumínio anodizada, emborrachada, 2500 LUX (teste LUX feito a 2 metros de distância).	FOOT COMERCIAL LTDA ME

O item 15 restou frustrado, os demais itens foram aprovados, conforme Laudo anexo.

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 7 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Jaraguá do Sul (SC), 08 de outubro de 2018.

Rosinei A.G.Dias
Pregoeira

Elían Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Equipe de Apoio
Decreto 11.334/2017

PREGÃO PRESENCIAL 149/2018 - 8 -

PORTARIA Nº 698/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769131

PORTARIA Nº 698/2018 – ISSEM
De 1º.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. KARINA PIAZERA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 25.09.2018 a 09.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 25.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 699/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769132

PORTARIA Nº 699/2018 – ISSEM
De 1º.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSELI MARIA OECHSLER ROYER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 26.09.2018 a 06.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 700/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769136

PORTARIA Nº 700/2018 – ISSEM
De 1º.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ESMERALDA DE FATIMA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 26.09.2018 a 10.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 701/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769137

PORTARIA Nº 701/2018 – ISSEM
De 1º.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. RENATA SANDRA HILLE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.09.2018 a 11.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 702/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769138

PORTARIA Nº 702/2018 – ISSEM
De 1º.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TEREZA NOSKOSKI CHERPINSKI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.09.2018 a 21.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 703/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769141

PORTARIA Nº 703/2018 – ISSEM

De 1º.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARISTELA TERESINHA KASMIRSKI MORESCO, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – do município de Jaraguá do Sul, no período de 28.09.2018 a 05.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 704/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769142

PORTARIA Nº 704/2018 – ISSEM

De 02.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARLENE ARENT BRUCH, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.09.2018 a 05.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 705/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769144

PORTARIA Nº 705/2018 – ISSEM

De 02.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIRLENE FERREIRA DE JESUS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.09.2018 a 02.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 706/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769145

PORTARIA Nº 706/2018 – ISSEM
De 02.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SHIRLEY BATISTA RAMOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.09.2018 a 12.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 707/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769146

PORTARIA Nº 707/2018 – ISSEM
De 02.10.2018.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DIRLENE MARA SOARES KERN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.09.2018 a 13.11.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2018.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

PORTARIA Nº 708/2018 - ISSEM

Publicação Nº 1769147

PORTARIA Nº 708/2018 – ISSEM
De 02.10.2018.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. REGINA DO ROCIO Q. BAPTISTA VENTURI, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.09.2018 a 14.10.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.09.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2018.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

SEMED - PORTARIA Nº 1750/2018

Publicação Nº 1769402

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1750/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1195/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, ANDREA NISHIYA AMADIO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.12.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1751/2018

Publicação Nº 1769403

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1751/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1170/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ANELISE BONALDI KLOPPPEL, para em Caráter Temporário atuar como Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Médio, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1752/2018

Publicação Nº 1769404

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1752/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1789/2018, de 30.08.2018, que prorrogou a portaria de, ARIANA CHAGAS GERZSON KNOLL, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, , 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1753/2018

Publicação Nº 1769405

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1753/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1133/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, AURILENE ADRIANA ALENCAR DIAS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1754/2018

Publicação Nº 1769406

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1754/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1282/2018, de 06.07.2018, que prorrogou a portaria de, BRUNA DE AZEVEDO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1755/2018

Publicação Nº 1769407

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1755/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1143/2018, de 13.06.2018, que admitiu, BRUNY ROMANA KRUEGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1756/2018

Publicação Nº 1769408

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1756/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1134/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, CARMEN LUCIA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1757/2018

Publicação Nº 1769409

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1757/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

8 RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1171/2018, de 11.06.201, que prorrogou a portaria de, CLAUDETE BODENBERG NEITZEL, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1758/2018

Publicação Nº 1769410

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1758/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1172/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, CLAUDIA DA SILVA DZVONEK PAIVA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1759/2018

Publicação Nº 1769411

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1759/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1246/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, DARIETE CRUZ GOMES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1760/2018

Publicação Nº 1769412

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1760/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1135/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, DIANE EVANI WENDPAP DELFINO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1761/2018

Publicação Nº 1769413

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1761/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1198/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, DOZETEIA OPUSKIEVICZ SCHPIL, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1762/2018

Publicação Nº 1769414

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1762/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1249/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, EDEMILTON DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de ENSINO RELIGIOSO, no período de 04.09.2018

até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1763/2018

Publicação Nº 1769415

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1763/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1137/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ELAINE CAEPPEL FIORI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1764/2018

Publicação Nº 1769416

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1764/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1742/2018, de 30.08.2018, que prorrogou a portaria de, ELAINE DE SOUZA TOMELIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1765/2018

Publicação Nº 1769417

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1765/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1181/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ELENICE PIAOTQUEWICZ TOMIO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de ARTE-MÚSICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1766/2018

Publicação Nº 1769418

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1766/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1138/2017, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, ELIANE MARIA DA SILVA RODRIGUES, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, nos períodos 04.09. 2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1767/2018

Publicação Nº 1769419

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1767/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº1218/2018, de 26.06.2018, que prorrogou a portaria de, EMILI CORREA, para em Caráter Temporário atuar como, Auxiliar de Sala, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1768/2018

Publicação Nº 1769420

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1768/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1173/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, FABIANA MAIA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 04.09.2018 a 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1769/2018

Publicação Nº 1769421

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1769/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1182/2018, de 11.06.2018, que prorrogou a portaria de, FABIANA NOVACK DE LIMA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO - PMJS E FUJAMA

Publicação Nº 1768586

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA</p> <p>CNPJ: 07.622.131/0001-50 Fone: 273.8008 Fax: 370-7253 Rua João Januário Ayroso, 3329 C.E.P.: 89253-101 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 117/2018</p> <p>Processo Administrativo: Processo Nr.: 1/2018 Data do Processo: 04/05/2018 Data da Homologação: 10/07/2018 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 10/07/2018</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2018 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 321)

Folha: 1/1

Fornecedor: AGRO LIDER LTDA Endereço: RUA RUI BARBOSA, 556-E Cidade: Chapecó - SC - CEP: 89801-040 CNPJ: 05.443.140/0001-58 Inscrição Estadual:	Código: 33067 Telefone: 4933214900 Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A. Agência: 3542-4 - Banco do Brasil S.A. Conta Corrente: 30.027-6
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE Unidade: 01 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE Centro de Custo: 1 - FUJAMA Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 4.158.3.3.90.00.00.00.00 (19) - Combate e controle do borrachudo Compl. Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada solicitação mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Até 10 dias consecutivos após o recebimento da AF Local de Entrega: FUJAMA - FUND. JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - RUA JOÃO JANUÁRIO AYROSO, 3329 - BAIRRO: SÃO LUIS Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de Larvicida Biológico, Bacillus Thuringiensis Variedade Israelensis, CEPAAM65-52 OU SA3A - SORÓTIPO H-14, com potência mínima de 1.200 UTI/mg (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama), concentração mínima de 1,2% de princípio ativo; destinado ao Controle de Infestações de Borrachudos (Simulium SP) no Município de Jaraguá do Sul. Observações:	Solicitações:
---	----------------------

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	370,000	L	LARVICIDA BIOLÓGICO, BACILLUS THURINGIENSIS VARIEDADE ISRAELENIS, CEPA AM 6552 OU SA3A - SORÓTIPO H-14, com potência mínima de 1.200 UTI/mg (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama), concentração mínima de 1,2% de princípio ativo. (8673)	VECTOBAC 12	105,50	39,035,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	39,035,00
	Desconto:	0,00
	Total Líquido:	39,035,00

Jaraguá do Sul, 13 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4815/2018 Processo Nr.: 28/2017 Data do Processo: 08/05/2017 Data da Homologação: 19/09/2017 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 12/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 28/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 12615 Dcto Fiscal nr.: 002.555, 002.576)	Folha: 1/1

Fornecedor: HIBISCUS ORNAMENTAÇÕES LTDA ME Endereço: EST. BR 470 KM91, 1840 Cidade: Ascurra - SC - CEP: 89138-000 CNPJ: 00.792.866/0001-82 Inscrição Estadual:	Código: 33110 Telefone: 4733831413 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1478-8 - ASCURRA (SC) Conta Corrente: 12670-5
<p>Prezados Senhores,</p> <p>Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.</p> <p>Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.</p>	

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 810 - Manutenção de áreas ajardinadas - (09.01.2.309.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.31.00.00.00 - Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: A cada pedido, entrega em 5 dias úteis, após receb. AF Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de mudas de flores de época, grama, adubos, uréia e torta de mamona, destinados para ajardinamento do calçadão, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Aquisição de 800 cxs mudas de flores de época cx c/ 15 para ajardinamento do calçadão, jardins, praças e trevos de responsabilidade do município. Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	800,00	CX	MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA - CX C/15 MUDAS COM ALTURA MÍNIMA DE 5CM (27270)		13,50	10.800,00

		Total Geral:	10.800,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	10.800,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 12 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 4861/2018

Processo Nr.: 76/2017
 Data do Processo: 17/07/2017
 Data da Homologação: 15/09/2017
 Sequência da Adjudicação: 13
 Data da Adjudicação: 13/09/2018

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 76/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12636 Dcto Fiscal nr.: 000003938)

Folha: 1/1

Fornecedor: **JÚLIO SILVESTRI FILHO ME** Código: 41446 Telefone: 4836323506
 Endereço: Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 - s Banco: 001 - BANCO DO BRASIL S
 Cidade: Tubarão - SC - CEP: Agência: 5229-9 - Banco do Brasil S.
 CNPJ: 15.608.150/0001-50 Inscrição Estadual: 256.731.080 Conta Corrente: 27307-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Centro de Custo: 27 - OBRAS
 Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
 Dotações Utilizadas: 768 - Manutenção patrimonial - Obras - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 - Material para Manutenção de Veículos
 Condições de Pagto: em até 30 dias, após a entrega de cada pedido
 Prazo Entrega/Exec.: máximo de 10(dez) dias, após recebimento da AF
 Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO
 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
 Observações: Aquisição de materiais cortantes (dente fundido E157559, dente 21-1200 e suporte 20y70-14520) para uso em carregadeira, escavadeiras e retroescavadeiras da frota desta secretaria.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	14,00	UN	SUPORTE 20Y70-14520 (PC 200) (19609)	SICOL	80,00	1.120,00
8	18,00	UN	DENTE FUNDIDO E157559 (25714)	METISA	139,00	2.502,00
13	28,00	UN	DENTE 21-1200 PARA CONCHA TRASEIRA DE RETROESCAVADEIRA CASE 580 SUPER H - DUREZA MÍNIMA 400HB COM TRATAMENTO TÉRMICO. (35415)	METISA	49,00	1.372,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	4.994,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.994,00

Jaraguá do Sul, 13 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC (*) Processo Multientidade	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4893/2018 (*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 17/08/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12765 Dcto Fiscal nr.: 001.029)

Folha: 1/1

Fornecedor: **KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME** Código: 38977 Telefone: 41-3247-2741
Endereço: RUA WILLIBALDO KAYSER, 348 Banco: 341 - Itaú
Cidade: CURITIBA - PR - CEP: 81170-590 Agência: 7473 - Itaú
CNPJ: 09.245.708/0001-87 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 00312-2

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Solicitações:
Unidade:	02 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Centro de Custo:	23 - ENSINO FUNDAMENTAL	
Fonte de Recurso:	Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	
Dotações Utilizadas:	129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00.00)	
Compl. Elemento:	3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente	
Condições de Pagto:	Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.	
Prazo Entrega/Exec.:	Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.	
Local de Entrega:	Conforme edital	
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
90	50,00	UN	PASTA POLIONDA ESTREITA (6341)	POLYCARD	1,71	85,50
91	50,00	UN	PASTA POLIONDA LARGA (8587)	POLYCARD	2,08	104,00
					Total Geral:	189,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	189,50

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4898/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 14/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 12768 Dcto Fiscal nr.: 006.700)

Folha: 1/1

<p>Fornecedor: MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 46776 Telefone: 4736446300 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 3992-6</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação Dotações Utilizadas: 129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)</p>	<p>Solicitações:</p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
81	150,00	FL	PAPEL VERGÊ 180G (8806)	OFF PAPER	0,17	25,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	25,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	25,50

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4899/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 14/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 12769 Dcto Fiscal nr.: 3022)	Folha: 1/1

Fornecedor: RSUL EIRELI EPP Endereço: Rua Norberto Seara Heusi, 1143, Sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-800 CNPJ: 14.066.477/0001-84 Inscrição Estadual:	Código: 47551 Telefone: 473209-6617 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA Conta Corrente: 138252-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação Dotações Utilizadas: 129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
57	20,00	UN	FITA ADESIVA (32620)	NEO	0,66	13,20
104	10,00	UN	TESOURA C/20CM EM AÇO INOX (8216)	LYKE	2,97	29,70
					Total Geral:	42,90
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	42,90

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4900/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 14/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
<p>(Empenho Ordinário nr.: 12770 Dcto Fiscal nr.: 1964)</p>	
<p>Folha: 1/1</p>	

<p>Fornecedor: OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP Código: 33258 Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechsler, 3623 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual:</p>	<p>Telefone: 3370-2821 Banco: 756 - BANCO COOPERATIVA Agência: 3035-0 - CREDINORTE Conta Corrente: 110158-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação Dotações Utilizadas: 129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)</p>	<p>Solicitações:</p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
28	6,00	CX	CLIPS Nº 02 - C/ 500G (8554)	BACCHI	9,45	56,70
89	5,00	PCT	PASTA EM L (28733)	ACP	3,10	15,50
					Total Geral:	72,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	72,20

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4901/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 14/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 12771)

Folha: 1/1

Fornecedor: **COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME** Código: 47561 Telefone: 413245-1304
Endereço: Rua Hebert Neal, 79 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA
CNPJ: 28.818.594/0001-61 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 78700-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL
Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL
Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação
Dotações Utilizadas: 129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
(Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)
ITEM 26 NAS CORES AZUL, VERDE CLARO, ROXO, LARANJA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
26	20,00	FL	CARTOLINA DUPLEX (11674)	PREMIATTA	0,52	10,40
34	5,00	UN	COLA BRANCA C/ 90 g (8559)	PIRATININGA	0,84	4,20
61	20,00	UN	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 48X50 (8601)	EUROCEL	7,46	149,20
74	300,00	UN	LÁPIS PRETO Nº 02 (8528)	TRIS	0,38	114,00
106	25,00	M	VINIL AUTO-ADESIVO TRANSPARENTE (6450)	PLASTICOVER	1,52	38,00
246	3,00	UN	PEN DRIVE 16 GB (28106)	MULTILASER	24,60	73,80
					Total Geral:	389,60
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	389,60

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4902/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 6 Data da Adjudicação: 14/09/2018
(*) Processo Multientidade	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12772 Dcto Fiscal nr.: 001.438)
Folha: 1/1

Fornecedor: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP Endereço: Rua 28 de Agosto, 3682, sala 03 Cidade: Guarani - SC - CEP: 89270-000 CNPJ: 19.032.430/0001-13 Inscrição Estadual:	Código: 47553 Telefone: 473373-0580 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1074-0 - GUARAMIRIM Conta Corrente: 2264-1
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade: 02 - ENSINO FUNDAMENTAL Centro de Custo: 23 - ENSINO FUNDAMENTAL Fonte de Recurso: Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação Dotações Utilizadas: 129 - Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fun - (08.02.2.109.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
---	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 (Materiais para Feira de Matemática de 17/09 a 19/09)

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	20,00	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL COM PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 (12446)	WINNER	0,42	8,40
68	2,00	CX	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 PÇS (8512)	DGW	2,12	4,24
84	20,00	UN	PASTA C/ ELÁSTICO PLÁSTICA (18239)	LYKE	1,23	24,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	37,24
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	37,24

Jaraguá do Sul, 14 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4935/2018
	Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 131 Data da Adjudicação: 17/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12813)

Folha: 1/1

Fornecedor: PROVILLE INFORMÁTICA LTDA EPP Endereço: Rua JOÃO PESSOA, 924, sala 102 - fundos Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-280 CNPJ: 74.011.974/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 2034 Telefone: 4730282900 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1897-0 - XV DE NOVENBR Conta Corrente: 1170-9
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Centro de Custo: 41 - SECRET. MUNIC DO PLANEJAMENTO URBANO Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 444 - Implantação do Projeto Legal Digital - Urbanismo - (33.01.1.202.4.4.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 4.4.90.52.35.00.00.00 - Equipamentos de Processamento de Dados Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF Local de Entrega: TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital. Observações: Projeto Legal Digital	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	14,00	UN	MONITOR PARA DESENVOLVIMENTO E PROJETOS (25075)	DELL P2717H	1.100,00	15.400,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	15.400,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	15.400,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4936/2018 Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 132 Data da Adjudicação: 17/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 12814 Dcto Fiscal nr.: 001.618)

Folha: 1/1

Fornecedor: INFOPLAN LTDA ME Endereço: Rua Alfredo Zipperer, 175 Cidade: São Bento do Sul - SC - CEP: 89280-442 CNPJ: 04.622.715/0001-37 Inscrição Estadual: 254.780.601	Código: 39095 Telefone: 473633-0043 Banco: 341 - Banco Itaú S.A. Agência: 7932 - Rio Negrinho Conta Corrente: 00009-9
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Centro de Custo: 41 - SECRET. MUNIC DO PLANEJAMENTO URBANO Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 444 - Implantação do Projeto Legal Digital - Urbanismo - (33.01.1.202.4.4.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 4.4.90.52.30.00.00.00 - Máquinas e Equipamentos Energéticos Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF Local de Entrega: TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital. Observações: Projeto Legal Digital	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	13,00	UN	ESTABILIZADOR DE TENSÃO (13074)	NHS ACTIVE	91,00	1.183,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.183,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.183,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4937/2018 Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 133 Data da Adjudicação: 17/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 12815)	Folha: 1/1

Fornecedor: PROVILLE INFORMÁTICA LTDA EPP Endereço: Rua JOÃO PESSOA, 924, sala 102 - fundos Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-280 CNPJ: 74.011.974/0001-07 Inscrição Estadual:	Código: 2034 Telefone: 4730282900 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1897-0 - XV DE NOVENBR Conta Corrente: 1170-9
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736-7 Dotações Utilizadas: 463 - Manutenção das atividades administrativas - Trânsi - (33.02.2.250.4.4.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 4.4.90.52.35.00.00.00 - Equipamentos de Processamento de Dados Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF Local de Entrega: TI -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital. Observações: PARA APOIO DA ÁREA DE ENGENHARIA DA DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	2,00	UN	MONITOR PARA APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO (25074)	DELL P2018	540,00	1.080,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.080,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.080,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4938/2018
	Processo Nr.: 93/2018 Data do Processo: 21/05/2018 Data da Homologação: 10/07/2018 Sequência da Adjudicação: 7 Data da Adjudicação: 17/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 93/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 12816)

Folha: 1/1

Fornecedor: KARITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. Endereço: Rua Joao Januario Ayroso n. 2.820 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-100 CNPJ: 05.081.537/0001-47 Inscrição Estadual:	Código: 5607 Telefone: 473370-9004 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT Agência: 0101-5 - VIACREDI Conta Corrente: 2460-0
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 686 - Suporte as modalidades de rendimento - (39.04.4.006.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.27.00.00.00 - Locação de Veículos Para Locomoção Condições de Pagto: Até 30 dias após a prestação do serv. solicitado mediante NF Prazo Entrega/Exec.: 12 meses, conforme a necessidade do Município mediante AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da Diretoria de Esportes e passageiros para eventos organizados pela Diretoria de Cultura, da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição pelo período de 12 meses.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	8.000,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS C/ CAPACIDADE 16 LUGARES (19895)		2,99	23.920,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	23.920,00
	Desconto:	0,00
	Total Líquido:	23.920,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 4939/2018**

Processo Nr.: 151/2018
Data do Processo: 08/08/2018
Data da Homologação: 31/08/2018
Sequência da Adjudicação: 1
Data da Adjudicação: 31/08/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 151/2018 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 12817 Dcto Fiscal nr.: 2490)

Folha: 1/1

Fornecedor: **EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA**
Endereço: Rod. Br. 476, nº 5804, S/N
Cidade: Araucária - PR - CEP: 83705-177
CNPJ: 04.420.916/0011-23 Inscrição Estadual:

Código: 46860

Telefone: 413607-4040
Banco: 1 - BANCO DO BRASIL S.A
Agência: 1856-2 - Banco do Brasil S.A
Conta Corrente: 5855-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, em 12 meses, conforme a necessidade do Município
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CBUQ e EMULSÃO ASFÁLTICA ao longo de 12(doze) meses, destinados para Manutenção e/ou recuperação de vias com pavimentação asfáltica e confecção de faixas elevadas, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.
Observações: Aquisição de 15.000 kg de emulsão asfáltica RM-1C para manutenção de vias com pavimentação asfáltica (operação tapa-buracos).

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	15.000,00	KG	EMULSÃO ASFÁLTICA RM-1C (12031)	EMAM	2,31	34.650,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	34.650,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	34.650,00

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4940/2018</p> <p>Processo Nr.: 151/2018 Data do Processo: 08/08/2018 Data da Homologação: 31/08/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 17/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 151/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 12818)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA Código: 3058</p> <p>Endereço: Rua Eugênio Moreira, 187, salas 06/07/09</p> <p>Cidade: Joinville - SC - CEP: 89202-100</p> <p>CNPJ: 03.094.645/0001-29 Inscrição Estadual: 253.898.439</p>	<p>Telefone: 473028-0100</p> <p>Banco: 033 - Santander</p> <p>Agência: 3176-0 - Ag Rua do Principe</p> <p>Conta Corrente: 13001647-5</p>
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>Centro de Custo: 27 - OBRAS</p> <p>Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS</p> <p>Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo</p> <p>Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF</p> <p>Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, em 12 meses, conforme a necessidade do Município</p> <p>Local de Entrega: Conforme edital</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CBUQ e EMULSÃO ASFÁLTICA ao longo de 12(doze) meses, destinados para Manutenção e/ou recuperação de vias com pavimentação asfáltica e confecção de faixas elevadas, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.</p> <p>Observações: Aquisição de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente massa fina) para manutenção de vias com pavimentação asfáltica (operação tapa-buracos).</p>	<p>Solicitações:</p>
---	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	80,00	TON.	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE MASSA FINA - CBUQ (8677)		333,00	26.640,00

				Total Geral:	26.640,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	26.640,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 17 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4994/2018</p> <p>Processo Nr.: 137/2017 Data do Processo: 25/09/2017 Data da Homologação: 11/10/2017 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 19/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 137/2017 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13042)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: GRAMEIRA FELIPPI LTDA Endereço: Rua Alfredo Emilio Ernesto Benkendorf, 6 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89266-720 CNPJ: 02.025.186/0001-69 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 298 Telefone: 473276-0705 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1782-5 - CORUPA Conta Corrente: 455-3</p>
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 810 - Manutenção de áreas ajardinadas - (09.01.2.309.3.3.90.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.31.00.00.00 - Sementes, Mudas de Plantas e Insumos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da AF. Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de grama esmeralda e grama são carlo, em leiva, destinados para ajardinamento do calçadão, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de 200 m2 de grama esmeralda em leiva p/ manutenção de áreas ajardinadas de responsabilidade do município.</p>	<p>Solicitações:</p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	200,00	M2	GRAMA EM LEIVA TIPO ESMERALDA (10411)		6,70	1.340,00
					Total Geral:	1.340,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.340,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 4995/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 **Fone:** 472106-8000 **Fax:** 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 3779/2018
Data da Compra: 19/09/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 13744)

Folha: 1/1

Fornecedor: CEK INFORMÁTICA EIRELI ME **Código:** 34907 **Telefone:** 473055-9297
Endereço: Rua Pastor Quast, 155 **Banco:** 341 - Itau - 341
Cidade: São Bento do Sul - SC - CEP: 89280-055 **Agência:** 806 - SAO BENTO DO SUL
CNPJ: 00.949.640/0001-42 **Inscrição Estadual:** 255.154.500 **Conta Corrente:** 9698-8

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN.DES.ECON.IND.COM.SERVIÇO E TURISMO **Solicitações:** (2018) = 4409
Unidade: 01 - DES.ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Centro de Custo: 37 - SECRET. MUN. DES.ECON. E TURISMO
Fonte de Recurso: Convênio ADR-Estruturação do Centro de Inovação
Dotações Utilizadas: 5.252.4.4.90.00.00.00.00.00 (612) - Implantação do Distrito de Inovação

Compl. Elemento: 4.4.90.52.35.00.00.00 - Equipamentos de Processamento de Dados
Condições Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido
Prazo de Entrega: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF
Local de Entrega: TI -TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - RUA WALTER MARQUARDT, 1111 -
Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.

Destinado ao Centro de Inovação

Observações: AF vinculada ao SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 109/2018 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2017 ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 117/2017, assinado em 01/08/2018, homologado em 29/11/2017. Representa 3,95% do valor total licitado (3 un)

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	3,00	UN	MICROCOMPUTADOR DE ESCRITÓRIO COM LICENÇA WINDOWS OEM (35134)	HP PRODESK 4	2.354,00	7.062,00
					Total Geral:	7.062,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	7.062,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

 Gerência de Compras/Licitações

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 4996/2018**

Processo Nr.: 165/2017
Data do Processo: 25/10/2017
Data da Homologação: 19/03/2018
Sequência da Adjudicação: 16
Data da Adjudicação: 19/09/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 165/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 13745 Dcto Fiscal nr.: 001.678)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MUNHOZ COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI** Código: 47497 Telefone: 473045-3660
Endereço: Rua Alfredo Eicke, 205 Banco: 085 - COOPERATIVA CENT
Cidade: Itajaí - SC - CEP: 88305-301 Agência: 0101-5 - VIACREDI
CNPJ: 21.592.908/0001-01 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 404069-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 192 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.: Prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da AF
Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ÓLEO LUBRIFICANTE, MULTIFUNCIONAL, HIDRÁULICO, DETERGENTE, GRAXA E QUEROSENE ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observações: Aquisição de 600l de óleo lubrificante para motores a diesel com viscosidade 15W40 para manutenção de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta secretaria.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	600,00	L	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API CJ (26290)	VR LUB	9,50	5.700,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	5.700,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.700,00

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4997/2018
	Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 58 Data da Adjudicação: 19/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13746 Dcto Fiscal nr.: 31, 32)

Folha: 1/1

Fornecedor:	TRANSRECH TRANSPORTES LTDA. ME	Código:	3558	Telefone:	4732756148
Endereço:	RUA ROBERTO ZIEMANN, 3026	Banco:	104 - Caixa Econ.Federal.. -	Agência:	3077-5 - ATIRADORES
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89255-300	Conta Corrente:	29-1		
CNPJ:	04.304.112/0001-97	Inscrição Estadual:	254.172.784		

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang
Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido.
Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de caminhões basculante truçado com capacidade mínima de carga de 10m³ p/ manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	120,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. (10114)		79,90	9.588,00
9	120,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. (10114)		74,80	8.976,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	18.564,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	18.564,00

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4998/2018
	Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 59 Data da Adjudicação: 19/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13747)

Folha: 1/1

Fornecedor: PARISI BRITAGEM E TERRAPLANAGEM LTDA Endereço: Rua Germano Wagner, 184 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-800 CNPJ: 80.443.427/0001-01 Inscrição Estadual: 251.609.049	Código: 541 Telefone: 473370-2641 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 0356-5 - Jaraguá do Sul (Ce Conta Corrente: 29548-5
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 13 toneladas p/ manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
39	100,00	H	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS (23480)		118,46	11.846,00

				Total Geral:	11.846,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	11.846,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 4999/2018 Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 60 Data da Adjudicação: 19/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 13748)	Folha: 1/1

Fornecedor: COMÉRCIO DE AREIAS CAMPESTRINI LTDA - ME Endereço: RUA JOSÉ MAESTRI, SN Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-680 CNPJ: 01.283.112/0001-60 Inscrição Estadual:	Código: 23027 Telefone: 473376-0383 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3012-0 - BARRA DO RIO CE Conta Corrente: 7708-9
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações, quantidades e Contratação dos serviços de caminhão basculante truçado traçado com capacidade mínima de carga de 10m³ para manutenção e conservação de vias públicas e da rede de drenagem pluvial.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	120,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE - TRUCADO TRAÇADO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 10m³ CADA. (10114)		80,00	9.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	9.600,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	9.600,00

Jaraguá do Sul, 19 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5033/2018 Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 134 Data da Adjudicação: 21/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13358)

Folha: 1/1

Fornecedor: CEK INFORMÁTICA EIRELI ME Endereço: Rua Pastor Quast, 155 Cidade: São Bento do Sul - SC - CEP: 89280-055 CNPJ: 00.949.640/0001-42 Inscrição Estadual: 255.154.500	Código: 34907 Telefone: 473055-9297 Banco: 341 - Itau - 341 Agência: 806 - SAO BENTO DO SUL Conta Corrente: 9698-8
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 221 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 59 - Manutenção dos serviços de Tecnologia da Informação - (05.01.2.061.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.17.00.00.00 - Material de Processamento de Dados Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF Local de Entrega: TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital. Observações: Melhorias em diversos computadores da Administração para proporcionar aumento da vida útil.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
33	30,00	UN	HD SSD SATA-III (35111)	KINGSTON	364,00	10.920,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	10.920,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	10.920,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5041/2018**

Processo Nr.: 163/2017
Data do Processo: 25/10/2017
Data da Homologação: 14/02/2018
Sequência da Adjudicação: 60
Data da Adjudicação: 21/09/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 163/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 13361)

Folha: 1/1

Fornecedor: **LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP** Código: 35082 Telefone: 473371-2000
Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul
CNPJ: 78.268.810/0001-10 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 1415-1

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM
Dotações Utilizadas: 53 - Manutenção patrimonial - Administração - (05.01.2.059.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
55	100,00	UN	CANAleta PLÁSTICA (14519)	VICAPE	4,50	450,00
64	20,00	UN	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A (31659)	SOPRANO	5,00	100,00
223	50,00	UN	LAMPADA LED BULBO (34785)	KIAN	11,99	599,50
224	50,00	UN	LÂMPADA LED (20633)	KIAN	15,15	757,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.907,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.907,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5042/2018
	Processo Nr.: 163/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 61 Data da Adjudicação: 21/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13362) Folha: 1/1

Fornecedor:	LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP	Código:	35082	Telefone:	473371-2000
Endereço:	Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0	Banco:	104 - Caixa Econ.Federal - 1	Agência:	417-0 - Jaragua do Sul
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490	Conta Corrente:	1415-1		
CNPJ:	78.268.810/0001-10	Inscrição Estadual:			

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	Solicitações:
Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
Centro de Custo:	222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS	
Fonte de Recurso:	Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM	
Dotações Utilizadas:	53 - Manutenção patrimonial - Administração - (05.01.2.059.3.3.90.00.00.00.00)	
Compl. Elemento:	3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico	
Condições de Pagto:	Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido	
Prazo Entrega/Exec.:	Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF	
Local de Entrega:	Conforme edital	
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
203	100,00	M	FIO FLEXÍVEL BRANCO 16MM (34781)	SIL	6,07	607,00
205	200,00	M	FIO FLEXÍVEL VERDE 16MM (34783)	SIL	6,09	1.218,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.825,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.825,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5043/2018 Processo Nr.: 163/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 62 Data da Adjudicação: 21/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 13363 Dcto Fiscal nr.: 012.593)	Folha: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 CNPJ: 78.268.810/0001-10 Inscrição Estadual:	Código: 35082 Telefone: 473371-2000 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaraguá do Sul Conta Corrente: 1415-1
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 768 - Manutenção patrimonial - Obras - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de 50 lâmpadas Led, bulbo A60, leitosa, base E27 dest. almoxarifado de obras.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
224	50,00	UN	LÂMPADA LED (20633)	KIAN	15,15	757,50
					Total Geral:	757,50
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	757,50

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5044/2018**

Processo Nr.: 163/2017
Data do Processo: 25/10/2017
Data da Homologação: 14/02/2018
Sequência da Adjudicação: 63
Data da Adjudicação: 21/09/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 163/2017 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 13364)

Folha: 1/1

Fornecedor: **LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP** Código: 35082 Telefone: 473371-2000
Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul
CNPJ: 78.268.810/0001-10 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 1415-1

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER
Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER
Fonte de Recurso: SF-Fundo Municipal de Conserv Patrim Público
Dotações Utilizadas: 694 - Gestão dos Complexos Esportivos - (39.04.4.009.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observações: AQUISIÇÃO DE 200M DE FIO VERDE FLEXIVEL, DEST. PARA ADEQUAÇÃO DOS ALOJAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO 14º PARAJASC EM JARAGUA DO SUL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
215	200,00	M	FIO FLEXÍVEL VERDE 4MM (23759)	SIL	1,52	304,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	304,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	304,00

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5045/2018
	Processo Nr.: 163/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 64 Data da Adjudicação: 21/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13365) Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME Endereço: Rua Wally Emilia Mohr, 60, sala 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-525 CNPJ: 18.138.763/0001-69 Inscrição Estadual:	Código: 42917 Telefone: 473372-2740 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 5238-8 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 7029-7
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER Unidade: 04 - ESPORTE E LAZER Centro de Custo: 210 - ESPORTE E LAZER Fonte de Recurso: SF-Fundo Municipal de Conserv Patrim Público Dotações Utilizadas: 694 - Gestão dos Complexos Esportivos - (39.04.4.009.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações: AQUISIÇÃO DE 200M DE FIO FLEXIVEL 4MM PRETO E 200M DE FIO FLEXIVEL 4MM AZUL, DEST. PARA ADEQUAÇÃO DOS ALÓJAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DO 14º PARAJASC EM JARAGUA DO SUL.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
212	200,00	M	FIO FLEXÍVEL AZUL 4MM (8394)	Sil	1,51	302,00
214	200,00	M	FIO FLEXÍVEL PRETO 4MM (22772)	Sil	1,51	302,00
					Total Geral:	604,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	604,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 21 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5063/2018
	Processo Nr.: 137/2017 Data do Processo: 25/09/2017 Data da Homologação: 11/10/2017 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 24/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 137/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13458)

Folha: 1/1

Fornecedor: GRAMEIRA FELIPPI LTDA Endereço: Rua Alfredo Emilio Ernesto Benkendorf, 6 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89266-720 CNPJ: 02.025.186/0001-69 Inscrição Estadual:	Código: 298 Telefone: 473276-0705 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1782-5 - CORUPA Conta Corrente: 455-3
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 810 - Manutenção de áreas ajardinadas - (09.01.2.309.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
--	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.30.31.00.00.00 - Sementes, Mudas de Plantas e Insumos Condições de Pagto: Em até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da AF. Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de grama esmeralda e grama são carlo, em leiva, destinados para ajardinamento do calçadão, praças, jardins e trevos e atender aos Programas habitacionais na manutenção nos taludes dos loteamentos com fins habitacionais ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: Aquisição de 1.759 m² de grama em leiva tipo esmeralda para manutenção de áreas ajardinadas (praças,jardins,trevos,calçadão e laterais da ciclovia) de responsabilidade do município
--

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1.759,00	M2	GRAMA EM LEIVA TIPO ESMERALDA (10411)		6,70	11.785,30
					Total Geral:	11.785,30
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	11.785,30

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5068/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 9 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
---	--

(Empenho Ordinário nr.: 13459)

Folha: 1/1

Fornecedor: **COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME** Código: 47561 Telefone: 413245-1304
Endereço: Rua Hebert Neal, 79 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA
CNPJ: 28.818.594/0001-61 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 78700-0

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	80,00	UN	PILHA PALITO AAA (12805)	ELGIN	1,08	86,40
2	80,00	UN	PILHAS ALCALINAS AA 1.5 V (12735)	ELGIN	1,19	95,20
					Total Geral:	181,60
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	181,60

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5070/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 10 Data da Adjudicação: 24/09/2018
(*) Processo Multientidade	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13460)
Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME Endereço: Rua Hebert Neal, 79 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330 CNPJ: 28.818.594/0001-61	Código: 47561	Telefone: 413245-1304 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 78700-0
Inscrição Estadual:		

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	Solicitações:
Unidade:	01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	
Centro de Custo:	222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS	
Dotações Utilizadas:	55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)	

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente

Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.

Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.

Local de Entrega: Conforme edital

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item 18:
 - COR AZUL 500 UN
 - COR PRETA 200 UN
 - COR VERMELHA 50 UN

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	15,00	CX	ALFINETE P/ MURAL C/ 50 PÇS (8608)	BRV	1,65	24,75
10	90,00	RL	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57 mm x 40 m (32284)	ALSOMA	3,47	312,30
18	750,00	UN	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA (8551)	BIC	0,55	412,50
24	50,00	FL	CARBONO SIMPLES (8531)	HARDCOPY	0,16	8,00
27	100,00	UN	CD-R GRAVÁVEL (9816)	ELGIN	0,80	80,00
34	60,00	UN	COLA BRANCA C/ 90 g (8559)	PIRATININGA	0,84	50,40
35	100,00	UN	CORRETIVO EM FITA (12498)	JOCAR	3,34	334,00
37	60,00	UN	DVD-R (14261)	ELGON	0,86	51,60
50	20,00	RL	ETIQUETA BROTHER (15931)	BROTHER	72,80	1.456,00
56	15,00	UN	FITA CREPE BRANCA 25x50 (29150)	EUROCEL	2,38	35,70
61	60,00	UN	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 48X50 (8601)	EUROCEL	7,46	447,60
66	40,00	UN	GRAMPEADOR MÉDIO (18573)	JOCAR	11,94	477,60
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.690,45
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.690,45

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5071/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 11 Data da Adjudicação: 24/09/2018
(*) Processo Multientidade	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13461) Folha: 1/1

Fornecedor: COMERCIAL PRINT LUX LTDA ME Endereço: Rua Hebert Neal, 79 Cidade: Curitiba - PR - CEP: 80310-330 CNPJ: 28.818.594/0001-61	Código: 47561	Telefone: 413245-1304 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 756-0 - PORTAO-CURITIBA Conta Corrente: 78700-0
---	---------------	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
--	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
69	1.500,00	UN	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO P/ 200 fls (8525)	BACCHI	0,14	210,00
71	10,00	TB	LÂMINA PARA ESTILETE ESTREITO (32605)	MASTERPRINT	0,93	9,30
74	100,00	UN	LÁPIS PRETO Nº 02 (8528)	TRIS	0,38	38,00
77	20,00	UN	LIVRO PROTOCOLO (13117)	S.DOMINGOS	7,92	158,40
79	20,00	UN	MOLHA DEDO EM CREME 12G (12483)	RADEX	1,12	22,40
85	50,00	UN	PASTA C/GRAMPO TRILHO PLASTICO (28734)	ACP	1,09	54,50
86	20,00	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 10 FLS (8567)	ACP	4,20	84,00
87	25,00	UN	PASTA CATÁLOGO C/ 50 FLS (8568)	ACP	7,60	190,00
98	5.000,00	UN	PLÁSTICO C/ 04 FUROS P/ PASTA SUSPensa (11752)	ACP	0,19	950,00
99	20,00	UN	PORTA CANETA / CARTÃO / CLIPS (14983)	WALEU	5,65	113,00
105	12,00	UN	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO (13115)	RADEX	2,80	33,60
106	50,00	M	VINIL AUTO- ADESIVO TRANSPARENTE (6450)	PLASTICOVER	1,52	76,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	1.939,20
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	1.939,20

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5072/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 12 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13462)

Folha: 1/1

Fornecedor: **ADL COMERCIAL EIRELI EPP** Código: 41271 Telefone: 47-3232-0960
Endereço: RUA FLORANIA, 467-FUNDOS Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: BLUMENAU - SC - CEP: 89040-190 Agência: 2999-8 - Banco do Brasil
CNPJ: 15.267.298/0001-78 Inscrição Estadual: 256.676.925 Conta Corrente: 22.427-8

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
29	20,00	CX	CLIPS Nº 04 - C/ 500G (8555)	RAFA	8,90	178,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	178,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	178,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5074/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 13 Data da Adjudicação: 24/09/2018
(*) Processo Multientidade	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13463)
Folha: 1/1

Fornecedor: JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP Endereço: Rua Gercy R. Alves, 16 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-400 CNPJ: 80.701.766/0001-32	Código: 34358 Inscrição Estadual: 251.733.394	Telefone: 473425-5265 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 1637-3 - CIDADE DAS ORÇ Conta Corrente: 227-6
--	--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
47	10,00	UN	ESTILETE DE LÂMINA ESTREITO 9mm (32623)	CIS	10,00	100,00
55	30,00	UN	EXTRATOR DE GRAMPO (8200)	CARBRINK	3,80	114,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	214,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	214,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5075/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 14 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13464)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: RSUL EIRELI EPP Endereço: Rua Norberto Seara Heusi, 1143, Sala 01 Cidade: Blumenau - SC - CEP: 89037-800 CNPJ: 14.066.477/0001-84 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 47551 Telefone: 473209-6617 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3420-7 - EMPRES.VALE ITA Conta Corrente: 138252-7</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.</p>	<p>Solicitações:</p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
32	60,00	UN	COLA BASTÃO (8558)	LYKE	0,62	37,20
58	10,00	UN	FITA ADESIVA PEQUENO 12MMX30M (8599)	NEO	0,44	4,40
59	60,00	UN	FITA TRANSPARENTE 45X50 POLIPROPILENO (8602)	NEO	1,85	111,00
60	30,00	UN	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 24X50 (8600)	NEO	4,11	123,30
104	30,00	UN	TESOURA C/ 20CM EM AÇO INOX (8216)	LYKE	2,97	89,10
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	365,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	365,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5076/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 15 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
<p>(Empenho Ordinário nr.: 13465)</p>	
<p>Folha: 1/1</p>	

<p>Fornecedor: MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual:</p>	<p>Código: 46776 Telefone: 4736446300 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (S Conta Corrente: 3992-6</p>
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F. Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD. Item 81 - COR BRANCA 250 UN - COR PALHA 250 UN</p>	<p>Solicitações:</p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
38	15,00	CX	ELÁSTICOS C/ 100G (12499)	MERCUR	3,50	52,50
42	500,00	UN	ENVELOPE 25X35 AMARELO (6381)	SCRITY	0,22	110,00
46	10,00	UN	ESPETO P/ PAPEL (8198)	CARBRINK REF	3,10	31,00
64	36,00	UN	GRAFITE 0.5MM, GRADUAÇÃO 2B, ESTOJO COM 12 MINAS (8575)	CIS	1,20	43,20
75	24,00	UN	LAPISEIRA 0,5mm (12482)	JOCAR	3,50	84,00
76	10,00	UN	LIVRO ATA SEM MARGEM - 100 FLS (8492)	SÃO DOMINGO	7,80	78,00
81	500,00	FL	PAPEL VERGÊ 180G (8806)	OFF PAPER	0,17	85,00
88	200,00	UN	PASTA P/ ARQUIVO (8586)	DAC	3,90	780,00
93	1.000,00	UN	PASTA SUSPENSÃO PLÁSTICA (14139)	POLIBRÁS	2,80	2.800,00

					Total Geral:	4.063,70
					Desconto:	0,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Líquido:	4.063,70

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5077/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 16 Data da Adjudicação: 24/09/2018
(*) Processo Multientidade	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13509)

Folha: 1/1

Fornecedor: **MAXIMA ATACADISTA EIRELI-ME** Código: 46776 Telefone: 4736446300
Endereço: Adolfo Konder, 279, Bloco 03 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Rio Negrinho - SC - CEP: 89295-000 Agência: 1394-3 - RIO NEGRINHO (SC)
CNPJ: 26.716.048/0001-94 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 3992-6

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)
Compl. Elemento: 3.3.90.30.19.00.00.00 - Material de Acondicionamento e Embalagem
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.
Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	1.500,00	UN	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO (8493)	MÁXIMA	2,90	4.350,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	4.350,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.350,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p align="center">AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5078/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 17 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13499)	Folha: 1/1

Fornecedor: **OTS MULTILAR DISTRIBUIDORA DE ARMARINHOS LTDA-EPP** Código: 33258 Telefone: 3370-2821
 Endereço: BR 280 Prefeito Engelbert Oechler, 3623 Banco: 756 - BANCO COOPERATIVA
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89254-700 Agência: 3035-0 - CREDINORTE
 CNPJ: 02.292.510/0001-05 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 110158-7

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	30,00	UN	CADERNO BROCHURA C/ 60 FLS (8491)	MAXXIMA	2,70	81,00
28	20,00	CX	CLIPS Nº 02 - C/ 500G (8554)	BACCHI	9,45	189,00
31	10,00	CX	CLIPS Nº 08 - C/ 500G (8557)	BACCHI	9,45	94,50
48	10,00	UN	ESTILETE DE LÂMINA LARGO 18mm (32629)	BRASFORT	4,95	49,50
89	100,00	PCT	PASTA EM L (28733)	ACP	3,10	310,00
					Total Geral:	724,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	724,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC (*) Processo Multientidade	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5081/2018 (*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 18 Data da Adjudicação: 24/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 13500) Folha: 1/1

Fornecedor: **PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP** Código: 47553 Telefone: 473373-0580
Endereço: Rua 28 de Agosto, 3682, sala 03 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1
Cidade: Guarani - SC - CEP: 89270-000 Agência: 1074-0 - GUARAMIRIM
CNPJ: 19.032.430/0001-13 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 2264-1

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente
Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.
Item 21 - COR AZUL 12 UN - COR PRETA 12 UN
Item 97 - COR AZUL 12 UN - COR PRETA 12 UN - COR VERMELHA 12 UN

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	40,00	PCT	BLOCO RECADO ADESIVO 38MM - PCTE C/ 04 UNIDADES (6443)	LYKE	1,78	71,20
11	40,00	UN	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL COM PROTETOR PLÁSTICO Nº 12 (12446)	WINNER	0,42	16,80
13	15,00	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS (26465)	PANAMERICAN	7,59	113,85
19	5,00	JG	CANETA HIDROCOR C/ 12 CORES (8494)	LYKE	2,13	10,65
20	180,00	UN	CANETA TIPO MARCA TEXTO (32622)	LYKE	0,73	131,40
21	24,00	UN	CANETA P/ QUADRO BRANCO (15037)	LYKE	1,20	28,80
36	24,00	UN	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA COM 18ML (12497)	ECOLE	0,74	17,76
40	1.000,00	UN	ENVELOPE 16X23 AMARELO (8578)	SCRITY	0,11	110,00
43	1.000,00	UN	ENVELOPE 25X35 PARDO (8579)	SCRITY	0,16	160,00
68	40,00	CX	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 PÇS (8512)	DGW	2,12	84,80
84	50,00	UN	PASTA C/ ELÁSTICO PLÁSTICA (18239)	LYKE	1,23	61,50
94	5,00	CX	PERCEVEJOS COMUNS C/ 100 PÇS (8447)	LYKE	1,20	6,00
95	10,00	UN	PERFURADOR (11608)	LYKE	18,50	185,00
97	36,00	UN	PINCEL ATÔMICO (8552)	LYKE	0,82	29,52
103	40,00	UN	RÉGUA DE PLÁSTICO 30CM (8220)	BM SUPLIUES	0,54	21,60

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	1.048,88
	Desconto:	0,00
	Total Líquido:	1.048,88

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5082/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 38/2018 Data do Processo: 09/03/2018 Data da Homologação: 17/08/2018 Sequência da Adjudicação: 19 Data da Adjudicação: 24/09/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 38/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13501)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: JVO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP Código: 34358</p> <p>Endereço: Rua Gercy R. Alves, 16 Telefone: 473425-5265</p> <p>Cidade: Joinville - SC - CEP: 89218-400 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1</p> <p>CNPJ: 80.701.766/0001-32 Inscrição Estadual: 251.733.394 Agência: 1637-3 - CIDADE DAS ORC</p> <p>Conta Corrente: 227-6</p>
--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<p>Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS</p> <p>Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS</p> <p>Dotações Utilizadas: 55 - Manutenção das atividades de Suprimentos - (05.01.2.063.3.3.90.00.00.00.00.00)</p> <p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.16.00.00.00 - Material de Expediente</p> <p>Condições de Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante N.F.</p> <p>Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias consecutivos, após recebimento da A.F.</p> <p>Local de Entrega: Conforme edital</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REPOSIÇÃO DOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO CENTRAL - SEMAD.</p>	<p>Solicitações:</p>
--	-----------------------------

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
17	10,00	UN	CALCULADORA PORTÁTIL (12691)	PROCALC	45,00	450,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	450,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	450,00

Jaraguá do Sul, 24 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5083/2018
	Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 135 Data da Adjudicação: 25/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13505) Folha: 1/1

Fornecedor: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME Endereço: RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, 476 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89217-100 CNPJ: 82.135.625/0001-25 Inscrição Estadual: 252.038.835	Código: 38992 Telefone: 4734227941 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2232-2 - João Colin - Joinville Conta Corrente: 3719-2
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 221 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 59 - Manutenção dos serviços de Tecnologia da Informação - (05.01.2.061.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.17.00.00.00 - Material de Processamento de Dados Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF Local de Entrega: TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Objeto da Compra: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital. Observações: Melhorias em diversos computadores da Administração.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
48	30,00	UN	FORTE TFX 300 (29329)	SEASONIC SS :	160,00	4.800,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	4.800,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.800,00

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5084/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 **Fone:** 472106-8000 **Fax:** 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 3839/2018
Data da Compra: 25/09/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 13506)

Folha: 1/1

Fornecedor: AGRICOPEL COM.DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA FILIAL **Código:** 37343 **Telefone:** 3372-8900
Endereço: MANOEL FRANCISCO DA COSTA 2000 FUNDOS **Banco:** 237 - Bradesco - 237
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89257-000 **Agência:** 2693-0 - Ag. Emp. Joinville
CNPJ: 81.632.093/0004-11 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 52.922-2

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS **Solicitações:** (2018) = 5238
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 2.304.3.3.90.00.00.00.00.00 (192) - Aquisição de combustíveis e lubrificantes

Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Condições Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido
Prazo de Entrega: Em 24 horas após recebimento da AF
Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO - Rua Angelo Rubini, 600 - Bairro Barra do Rio Cerro
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da Frota municipal, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

NOTAS FISCAIS DE NºS 000192172,000193271,000194843,000196016 e 000196701

Observações: AF EMITIDA REFERENTE A DIFERENÇA DE VALOR EM RELAÇÃO AS NOTAS FISCAIS CITADAS, EM VIRTUDE DO REAJUSTE NO VALOR DE 6,84%, CONCEDIDO A PARTIR DO DIA 19/04/2018, CONFORME 3º TERMO ADITIVO Nº 69/2018, ASSINADO EM 08/06/2018 AO PREGÃO DE REGISTRO Nº 62/2017

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	45.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (DIFERENÇA EM VIRTUDE DE REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO) (34217)	SHELL	0,18	8.100,00
					Total Geral:	8.100,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	8.100,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

 Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5089/2018 Processo Nr.: 76/2018 Data do Processo: 20/04/2018 Data da Homologação: 22/05/2018 Sequência da Adjudicação: 4 Data da Adjudicação: 25/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 76/2018 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 13511)	Folha: 1/1

Fornecedor: **PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP** Código: 41897 Telefone: 473376-0530
Endereço: Rua Bertha Weege, 947 - sala 04 Banco: 237 - BRADESCO
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-500 Agência: 0874-5 - BARRA DO RIO CE
CNPJ: 07.424.511/0001-80 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 60537-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade: 03 - DEFESA CIVIL Centro de Custo: 211 - DEFESA CIVIL Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 813 - Manutenção das ações da Defesa Civil - (02.03.2.600.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Até 30 dias após a conclusão dos serviços, mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 24 horas após o recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de caminhão % de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses. Observações: <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de serviço de caminhão equipado com guindaste hidráulico - Item 01: Caminhão equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) - Item 02: Caminhão equipado com guindaste hidráulico articulado (truck) 	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	100,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO C/ GUINDASTE HIDRÁULICO (10387)		139,00	13.900,00
2	100,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO C/ GUINDASTE HIDRÁULICO (10387)		159,00	15.900,00
					Total Geral:	29.800,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	29.800,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL**

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5090/2018**

Processo Nr.: 42/2018
Data do Processo: 14/03/2018
Data da Homologação: 16/04/2018
Sequência da Adjudicação: 7
Data da Adjudicação: 25/09/2018

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 42/2018 - PR**

(Empenho Ordinário nr.: 13512)

Folha: 1/1

Fornecedor: **PREMIUM PLASTICOS EIRELI EPP** Código: 47376 Telefone: 473275-6529
Endereço: Rua João Franzner, 400, sala 03 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89253-640 Agência: 3428-2 - EMPRES.NORTE -
CNPJ: 21.587.707/0001-16 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 5672-3

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER **Solicitações:**
Unidade: 01 - CULTURA
Centro de Custo: 207 - CULTURA.
Fonte de Recurso: SF-Semcoel Eventos Culturais
Dotações Utilizadas: 716 - Realização e apoio as iniciativas culturais, festi - (39.01.4.103.3.3.90.00.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.31.01.00.00.00 - Premiações Culturais
Condições de Pagto: Até 30 dias após cada quantitativo efetivamente solicitado,
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 15 dias consecutivos após receb. da AF
Local de Entrega: ARENA MULTIUSO JARAGUÁ
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para a aquisição de medalhas, troféus, pin's e comendas, destinados à premiação em eventos culturais realizados pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ao longo de 12(doze) meses
Observações: AQUISIÇÃO DE 143 TROFÉUS, DEST. PARA PREMIAÇÃO DO EVENTO 24º JARAGUÁ EM DANÇA PROMOVIDO PELA SECEL.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
24	40,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO 21 CM ALTURA (35568)		28,49	1.139,60
25	80,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO 17 CM ALTURA (35569)		25,70	2.056,00
26	3,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO 21 CM ALTURA (35568)		28,90	86,70
27	20,00	UN	TROFÉU EM ACRÍLICO 21 CM ALTURA (35568)		28,85	577,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	3.859,30
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	3.859,30

Jaraguá do Sul, 25 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5164/2018
	Processo Nr.: 151/2018 Data do Processo: 08/08/2018 Data da Homologação: 31/08/2018 Sequência da Adjudicação: 3 Data da Adjudicação: 27/09/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 151/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13630)

Folha: 1/1

Fornecedor: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA Código: 3058 Telefone: 473028-0100
Endereço: Rua Eugênio Moreira, 187, salas 06/07/09 Banco: 033 - Santander
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89202-100 Agência: 3176-0 - Ag Rua do Principe
CNPJ: 03.094.645/0001-29 Inscrição Estadual: 253.898.439 Conta Corrente: 13001647-5

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: SF - Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736 Dotações Utilizadas: 789 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, em 12 meses, conforme a necessidade do Município Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CBUQ e EMULSÃO ASFÁLTICA ao longo de 12(doze) meses, destinados para Manutenção e/ou recuperação de vias com pavimentação asfáltica e confecção de faixas elevadas, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital. Para execução de travessias elevadas de pedestre.	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	80,00	TON.	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE MASSA FINA - CBUQ (8677)		333,00	26.640,00

				Total Geral:	26.640,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	26.640,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 27 de Setembro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5217/2018</p> <p>Processo Nr.: 117/2017 Data do Processo: 01/09/2017 Data da Homologação: 29/11/2017 Sequência da Adjudicação: 136 Data da Adjudicação: 01/10/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 117/2017 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13825)	Folha: 1/1

Fornecedor: SERV INFORMÁTICA LTDA	Código: 32182	Telefone: 4734335109
Endereço: RUA PADRE KOLB, 985		Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Joinville - SC - CEP: 89202-350		Agência: 3155-0 - PRINCIPE - JOINV
CNPJ: 85.122.836/0001-11	Inscrição Estadual: 252.372.441	Conta Corrente: 780769-4

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Solicitações:
Unidade:	03 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Centro de Custo:	24 - EDUCAÇÃO INFANTIL	
Fonte de Recurso:	Salário Educação	
Dotações Utilizadas:	166 - Investimentos em equipamentos de informática, mobi - (08.03.2.120.4.4.90.00.00.00.00.00)	
Compl. Elemento:	4.4.90.52.30.00.00.00 - Máquinas e Equipamentos Energéticos	
Condições de Pagto:	Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido	
Prazo Entrega/Exec.:	Máx de 15 dias consecutivos, a partir 1º dia útil receb. AF	
Local de Entrega:	TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Objeto da Compra:	Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VIDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e Minuta da Ata de Registro de Preços ANEXO III deste edital.	
Observações:	CMEI WALDIR EDSON THEILACKER	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
18	1,00	UN	NOBREAK (11689)	NHS COMPACT	485,00	485,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	485,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	485,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5219/2018
	Processo Nr.: 99/2018 Data do Processo: 28/05/2018 Data da Homologação: 05/07/2018 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 05/07/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 99/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13827) Folha: 1/1

Fornecedor: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP Endereço: Rua Alcebíades Tonin, 100 Cidade: Erechim - RS - CEP: 99706-400 CNPJ: 24.018.340/0001-08 Inscrição Estadual:	Código: 46912 Telefone: 542107-9033 Banco: 041 - Banrisul Agência: 0210 - Banrisul Conta Corrente: 06.122.556.0-5
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 768 - Manutenção patrimonial - Obras - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos Condições de Pagto: até 30 dias após conclusão dos serviços mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Até 24 horas após o recebimento da AF Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes. Observações: SERVIÇO DE RECAPAGEM DE 08 PNEUS 275/80R22,5 BORRACHUDO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES DESTA SECRETARIA.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
5	8,00	SV	RECAPAGEM - PNEU 275/80R22,5 - BORRACHUDO - SULCO DA BORRACHA COM NO MÍNIMO 19MM DE PROFUNDIDADE (27376)	VIPAL	543,00	4.344,00
					Total Geral:	4.344,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	4.344,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5220/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	Processo Nr.: 99/2018 Data do Processo: 28/05/2018 Data da Homologação: 05/07/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 01/10/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 99/2018 - PR	

(Empenho Ordinário nr.: 13834) Folha: 1/1

Fornecedor: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS,314-FDOS.BLOCO A Cidade: Rio dos Cedros - SC - CEP: 89121-000 CNPJ: 82.989.096/0001-27 Inscrição Estadual: 252.702.760	Código: 35921 Telefone: 4733861462 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 809-5 - TIMBO Conta Corrente: 1106-4
---	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 768 - Manutenção patrimonial - Obras - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos Condições de Pagto: até 30 dias após conclusão dos serviços mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Até 24 horas após o recebimento da AF Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes. Observações: SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE 08 PNEUS 10.00R20 BORRACHUDO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES DE USO DESTA SECRETARIA.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	8,00	SV	RECAPAGEM - PNEU 10.00 R20 - BORRACHUDO - SULCO DA BORRACHA COM NO MÍNIMO 21MM DE PROFUNDIDADE (22212)	RUBBERNEW	550,00	4.400,00

(Valores expressos em Reais R\$)	Total Geral:	4.400,00
	Desconto:	0,00
	Total Líquido:	4.400,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5221/2018

Processo Nr.: 99/2018
 Data do Processo: 28/05/2018
 Data da Homologação: 05/07/2018
 Sequência da Adjudicação: 3
 Data da Adjudicação: 01/10/2018

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 99/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13835)

Folha: 1/1

Fornecedor: **GRANDO PNEUS LTDA -ME** Código: 42483 Telefone: 543232-1530
 Endereço: Av. Juscelino K. de Oliveira, 8860 Banco: 41 - BANCO DO ESTADO D
 Cidade: Vacaria - RS - CEP: 95200-000 Agência: 440-83 - PA FORO VACARI/
 CNPJ: 03.562.696/0001-38 Inscrição Estadual: isento Conta Corrente: 06.031102.0-5

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 768 - Manutenção patrimonial - Obras - (09.01.2.302.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Veículos
Condições de Pagto: até 30 dias após conclusão dos serviços mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Até 24 horas após o recebimento da AF
Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus ao longo de 12(doze) meses, destinados para manutenção da frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes.
Observações: SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGAM DE 10 PNEUS 14.00-24 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS RODANTRES (PATROLAS) DE USO DESTA SECRETARIA.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	10,00	SV	RECAUCHUTAGEM - PNEU 1400X24 - BORRACHUDO - SULCO DA BORRACHA COM NO MÍNIMO 26MM DE PROFUNDIDADE (9851)	RUZZI / VIPAL	720,00	7.200,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	7.200,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	7.200,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
 Rua: Walter Marquardt, 1111
 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5223/2018

Processo Nr.: 130/2018
 Data do Processo: 13/07/2018
 Data da Homologação: 21/08/2018
 Sequência da Adjudicação: 1
 Data da Adjudicação: 21/08/2018

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 130/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13829 Dcto Fiscal nr.: 007.755)

Folha: 1/1

Fornecedor: **SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA** Código: 1718 Telefone: 4733711342
 Endereço: Rua Serv. S 245 - Lateral Carlos Oeschle Banco: 001 - Banco do Brasil - 001
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-820 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL
 CNPJ: 01.800.536/0001-54 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 5643-X

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após o recebimento da AF.
Local de Entrega: ALMOXARIFADO DA SEC OBRAS E SERV PUBLICO
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos, paver e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto e calçadas, de responsabilidade do Município.
Observações: AQUISIÇÃO DE 400 M² DE LAJOTAS SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA 30X30X10CM PARA MANUTENÇÃO DE RUAS PAVIMENTADAS COM LAJOTAS.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	400,00	M2	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO PRENSADA 30X30X10CM, COM RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 35 MPa ATENDENDO A NBR 9781. (8088)	TSH	26,80	10.720,00

(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	10.720,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	10.720,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

 Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5227/2018</p> <p>Processo Nr.: 62/2018 Data do Processo: 04/04/2018 Data da Homologação: 17/05/2018 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 01/10/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 62/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13838 Dcto Fiscal nr.: 007.756)	Folha: 1/1

Fornecedor: SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA Endereço: Rua Serv. S 245 - Lateral Carlos Oeschle Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89258-820 CNPJ: 01.800.536/0001-54 Inscrição Estadual:	Código: 1718 Telefone: 4733711342 Banco: 001 - Banco do Brasil - 001 Agência: 3163-1 - PORTAL - JARAGL Conta Corrente: 5643-X
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 771 - Manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial - (09.01.2.308.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido + NF Prazo Entrega/Exec.: Conforme item 11.2 e 11.2.1 do Edital. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de TUBOS E GALERIAS DE CONCRETO ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção e ampliação da rede de drenagem pluvial e substituição de pontilhões de madeira Observações: Aquisição de 120 tubos de concreto pré-moldado, de seção circular, com diâmetro nominal interno de 600mm e comprimento de 1000mm - classe PA1 p/manutenção da rede drenagem pluvial do município.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	120,00	UN	TUBO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE SEÇÃO CIRCULAR, COM DIÂMETRO NOMINAL INTERNO DE 600MM E COMPRIMENTO DE 1000MM - CLASSE PA1. (97145)		79,70	9.564,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	9.564,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	9.564,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5231/2018 Processo Nr.: 163/2018 Data do Processo: 27/08/2018 Data da Homologação: 17/09/2018 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 17/09/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2018 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 13842 Dcto Fiscal nr.: 4842, 4849)

Folha: 1/1

Fornecedor: PREMIX CONCRETO LTDA Endereço: Av. Prefeito Waldemar Grubba, 1425 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-900 CNPJ: 13.124.678/0001-28 Inscrição Estadual: 256.302.600	Código: 41009 Telefone: 473054-0200 Banco: 341 - Itaú- 341 Agência: 7206-6 - Jaraguá do Sul-Cer Conta Corrente: 10450-2
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Centro de Custo: 27 - OBRAS Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
---	----------------------

Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF
Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, calçadas e áreas internas e externas (incluindo aquisição de 60 m3 de concreto usinado fck 30 mpa com brita 0 e 1 (convencional) preferirna em cabeceiras de ponte, montagem de galerias de concreto e concretagem de calçadas de responsabilidade do município.

Observações:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	60,00	M3	CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA C/BRITA 0 E 1 (CONVENCIONAL) (28522)		251,00	15.060,00

(Valores expressos em Reais R\$)		Total Geral:	15.060,00
		Desconto:	0,00
		Total Líquido:	15.060,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5232/2018</p> <p>Processo Nr.: 163/2018 Data do Processo: 27/08/2018 Data da Homologação: 17/09/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 01/10/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 13843)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: PREMIX CONCRETO LTDA Endereço: Av. Prefeito Waldemar Grubba, 1425 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-900 CNPJ: 13.124.678/0001-28 Inscrição Estadual: 256.302.600</p>	<p>Código: 41009 Telefone: 473054-0200 Banco: 341 - Itaú- 341 Agência: 7206-6 - Jaraguá do Sul-Cer Conta Corrente: 10450-2</p>
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 770 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)

Solicitações:

Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido, mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 10 dias, após recebimento da AF
Local de Entrega: SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de CONCRETO USINADO FCK 30 MPA com brita 0 e 1 (bombeado e convencional) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para concretagem em cabeceiras de pontes, subidas íngremes de ruas não pavimentadas, fabricação e colocação de galerias de concreto para manutenção ou ampliação de rede de drenagem pluvial, calçadas e áreas internas e externas (incluindo aquisição de 20 m3 de concreto usinado fck 30 mpa com brita 0 e 1 (bombeado) preferida em cabeceiras de ponte, montagem de galerias de concreto e concretagem de calçadas de responsabilidade do município.

Observações:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	20,00	M3	CONCRETO USINADO FCK 30.0 MPA COM BRITA 0 E 1 (BOMBEADO) (23511)		263,00	5.260,00

				Total Geral:	5.260,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	5.260,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5233/2018
	Processo Nr.: 114/2018 Data do Processo: 29/06/2018 Data da Homologação: 17/07/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 01/10/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 114/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 13844)

Folha: 1/1

Fornecedor: **WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LT** Código: 42841 Telefone: 473371.0196
 Endereço: Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-190 Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
 CNPJ: 17.875.364/0001-18 Inscrição Estadual: 256.995.834 Conta Corrente: 217-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS **Solicitações:**
Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Centro de Custo: 27 - OBRAS
Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 242 - Manutenção de vias/passagens - (09.01.2.305.3.3.90.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
Condições de Pagto: Até 30 dias após a entrega de cada pedido mediante NF
Prazo Entrega/Exec.: Parcelada, em 12 meses, conforme a necessidade do Município
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO BRUTO (macadame) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO I e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

Observações: Aquisição de 6.000 m³ de saibro bruto (macadame) para revestimento primário de vias não pavimentadas do município.
 * extração,carregamento e transporte por conta da empresa.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	6.000,00	M3	SAIBRO BRUTO (MACADAME). * INCLUINDO:EXTRAÇÃO,CARREGAMENTO E TRANSPORTE. (97374)		25,49	152.940,00

(Valores expressos em Reais R\$)				Total Geral:	152.940,00
				Desconto:	0,00
				Total Líquido:	152.940,00

Jaraguá do Sul, 1 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5338/2018
	Processo Nr.: 76/2018 Data do Processo: 20/04/2018 Data da Homologação: 22/05/2018 Sequência da Adjudicação: 5 Data da Adjudicação: 03/10/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 76/2018 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14005)

Folha: 1/1

Fornecedor: **PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP** Código: 41897 Telefone: 473376-0530
 Endereço: Rua Bertha Weege, 947 - sala 04 Banco: 237 - BRADESCO
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-500 Agência: 0874-5 - BARRA DO RIO CE
 CNPJ: 07.424.511/0001-80 Inscrição Estadual: Conta Corrente: 60537-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade: 03 - DEFESA CIVIL Centro de Custo: 211 - DEFESA CIVIL Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 813 - Manutenção das ações da Defesa Civil - (02.03.2.600.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Até 30 dias após a conclusão dos serviços, mediante NF Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 24 horas após o recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a contratação de serviços de caminhão % de pequeno porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (munk) e caminhão de grande porte, equipado com guindaste hidráulico articulado (truck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses. Observações: - Item 01: Caminhão equipado com guindaste hidráulico articulado (munk) - Item 02: Caminhão equipado com guindaste hidráulico articulado (truck)	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	100,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO C/ GUINDASTE HIDRÁULICO (10387)		139,00	13.900,00
2	100,00	H	SERVIÇO DE CAMINHÃO EQUIPADO C/ GUINDASTE HIDRÁULICO (10387)		159,00	15.900,00
					Total Geral:	29.800,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	29.800,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5339/2018
	Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 61 Data da Adjudicação: 03/10/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14006)

Folha: 1/1

Fornecedor: WINTER AMBIENTAL LTDA ME Endereço: Rua Walter Marquardt, 2270, fundos - por Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89259-795 CNPJ: 03.767.682/0001-50 Inscrição Estadual:	Código: 4679 Telefone: 473370-8300 Banco: 341 - Itaú- 341 Agência: 7206-6 - Jaraguá do Sul-Cer Conta Corrente: 13652-0
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade: 03 - DEFESA CIVIL Centro de Custo: 211 - DEFESA CIVIL Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 813 - Manutenção das ações da Defesa Civil - (02.03.2.600.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido. Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF. Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades e	
Observações: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
41	100,00	H	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS (23480)		148,00	14.800,00
					Total Geral:	14.800,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	14.800,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 3 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5369/2018 Processo Nr.: 189/2017 Data do Processo: 30/10/2017 Data da Homologação: 12/12/2017 Sequência da Adjudicação: 16 Data da Adjudicação: 04/10/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 189/2017 - PR
---	---

(Empenho Ordinário nr.: 14041)

Folha: 1/1

Fornecedor: MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI ME Endereço: Av. Marcos Geovane Strapasson, 482 Cidade: Campina Grande do Sul - PR - CEP: 83430-000 CNPJ: 13.851.664/0001-06 Inscrição Estadual:	Código: 46708 Telefone: 413679-6752 Banco: 341 - ITAÚ UNIBANCO S.A. Agência: 3701-0 - Itau Conta Corrente: 26794-4
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ.E URBANISMO Unidade: 02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE Centro de Custo: 31 - TRÂNSITO E TRANSPORTES Fonte de Recurso: SF - Conv.Multas Trânsito-RENAINF - Besc c/c 74736 Dotações Utilizadas: 789 - Manutenção da sinalização viária - (33.02.2.261.3.3.90.00.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.44.00.00.00 - Material de Sinalização Visual e Afins Condições de Pagto: Em até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máx. de 10 dias, contados do 1º dia útil após receb. da AF Local de Entrega: Fundos do Parque Municipal de Eventos Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços para aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (tachões, tachinhas, cola para tachão, adesivos, máscara adesiva, espelho de segurança, tubos galvanizados, chapas galvanizadas, placas de regulamentação e advertência, películas) ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as descrições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I. Especificações técnicas no ANEXO IX e Para sinalização de vias	
Observações:	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
11	1.500,00	UN	TACHÃO BIDIRECIONAL AMARELO URBANO (22646)	I.C.D.	19,40	29.100,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	29.100,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	29.100,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5370/2018
	Processo Nr.: 163/2017 Data do Processo: 25/10/2017 Data da Homologação: 14/02/2018 Sequência da Adjudicação: 66 Data da Adjudicação: 04/10/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 163/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14042) Folha: 1/1

Fornecedor: LILI CASA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP Endereço: Rua Maria Umbelina da Silva, 130, Sala 0 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89252-490 CNPJ: 78.268.810/0001-10 Inscrição Estadual:	Código: 35082 Telefone: 473371-2000 Banco: 104 - Caixa Econ.Federal - 1 Agência: 417-0 - Jaragua do Sul Conta Corrente: 1415-1
--	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 222 - PATRIMONIO E SERVIÇOS GERAIS Fonte de Recurso: Fundo Municipal de Conserv Patrim Público-CAM Dotações Utilizadas: 53 - Manutenção patrimonial - Administração - (05.01.2.059.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.26.00.00.00 - Material Elétrico e Eletrônico Condições de Pagto: Até 30 dias após a solicitação e entrega de cada pedido Prazo Entrega/Exec.: Máximo de 8 dias consecutivos, após recebimento da AF Local de Entrega: Conforme edital Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PATRIMÔNIO.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
234	300,00	UN	LÂMPADA TUBULAR DE LED 18W (34442)	KIAN	16,90	5.070,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	5.070,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	5.070,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5371/2018 Processo Nr.: 183/2017 Data do Processo: 30/10/2017 Data da Homologação: 15/12/2017 Sequência da Adjudicação: 37 Data da Adjudicação: 04/10/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 183/2017 - PR
(Empenho Ordinário nr.: 14043)	Folha: 1/1

Fornecedor: TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME Endereço: RUA PRESIDENTE CAMPOS SALLES, 476 Cidade: Joinville - SC - CEP: 89217-100 CNPJ: 82.135.625/0001-25 Inscrição Estadual: 252.038.835	Código: 38992 Telefone: 4734227941 Banco: 237 - Bradesco - 237 Agência: 2232-2 - João Colin - Joinville Conta Corrente: 3719-2
--	--

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Unidade: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Centro de Custo: 17 - TELECOMUNICAÇÕES Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS Dotações Utilizadas: 69 - Manutenção das atividades de Telecomunicações - (05.01.2.060.3.3.90.00.00.00.00)	Solicitações:
Compl. Elemento: 3.3.90.30.30.00.00.00 - Material para Comunicações Condições de Pagto: Conforme item 11.1 do Edital Prazo Entrega/Exec.: De acordo com o item 11.2 do edital Local de Entrega: ALMOXARIFADO CENTRAL PMJS Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS PARA REDE E TELEFONIA ao longo de 12(doze) meses, destinados para atender a demanda de manutenção e ampliação no segmento de rede e telefonia da Administração Pública Municipal, conforme especificações no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços. Observações: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	1,00	UN	APARELHO DE TELEFONE (11575)	INTELBRAS	37,00	37,00
					Total Geral:	37,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	37,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5383/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 **Fone:** 472106-8000 **Fax:** 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 4060/2018
Data da Compra: 04/10/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 14057)

Folha: 1/2

Fornecedor: MEDIC VET LTDA ME **Código:** 46287 **Telefone:** 483525-0404
Endereço: Rod. SC 108, 500, sala 01 **Banco:** 237 - BANCO BRADESCO S
Cidade: Turvo - SC - CEP: 88930-000 **Agência:** 2549-6 - Bradesco - Turvo/S
CNPJ: 20.637.873/0001-17 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 9923-6

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 18 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL **Solicitações:** (2018) = 5239
Unidade: 01 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL
Centro de Custo: 219 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL
Fonte de Recurso: Recursos arrecadados pelo Froagro
Dotações Utilizadas: 2.406.3.3.90.00.00.00.00.00 (386) - Apoio as atividades de produção animal

Compl. Elemento: 3.3.90.30.18.00.00.00 - Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário
Condições Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido
Prazo de Entrega: Prazo Máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da AF
Local de Entrega: SECRETARIA DE AGRICULTURA - Rua ângelo Rubini, 600 - Barra do Rio Cerro
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AF referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2017 - FROAGRO, homologado em 06/11/2017, Ata de Registro nº 180/2017.
Em função da transferência da despesa do Fundo Rural para o Município pelo orçamento

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4,00	UN	ACEPROMAZINA - Acepromazina 10g - frasco 20 ml (31465)		33,60	134,40
2	10,00	UN	ANESTÉSICO LOCAL - Lidocaina (2,06g) bitartrato de epinefrina (1,001mg) - frasco 50 ml (31467)		15,99	159,90
3	50,00	UN	ANTITÓXICO - antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - frasco 100 ml (31506)		27,75	1.387,50
4	35,00	UN	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 mL - frasco 200 ml (31937)		13,79	482,65
5	8,00	UN	CETOPROFENO - Cetoprofeno 10mg - frasco 50 ml (31410)		49,80	398,40
6	40,00	UN	DEXAMETASONA 5MG - Dexametasona (5,0mg) - frasco 10 ml (31408)		4,81	192,40
7	20,00	UN	DICLONENACO - Diclofenaco sódico 5g - frasco 50 ml (31413)		33,49	669,80
8	10,00	UN	DIPIRONA - Dipirona Sódica (500mg) - frasco 50 ml (31412)		17,80	178,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

 Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5383/2018

CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 4060/2018
Data da Compra: 04/10/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 14057)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
9	1,00	UN	DIURÉTICO + CORTICOIDE - Triclorometiazida 10,0 mg; Dexametasona (como acetato) 0,5 mg - FARSCO 10 ML (33652)		49,00	49,00
10	6,00	UN	DORAMECTINA - Doramectin 1g - frasco 50 ml (31453)		19,95	119,70
11	3,00	UN	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL INJ (31500)		24,90	74,70
12	40,00	UN	ESTIMULANTE RUMINAL - Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - frasco 100 ml (31499)		15,49	619,60
13	30,00	UN	FLUNEXINA 50ML - Megluminato de flunexina 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunexina) - frasco 50 ml (31419)		66,49	1.994,70
14	3,00	UN	IMIDOCARB - Dipropionato de imidocarb 12g - Frasco 15ml (33456)		44,00	132,00
15	8,00	UN	KETAMINA - Cloridrato de ketamina 1,16 g - frasco 10 ml (31466)		32,70	261,60
16	180,00	UN	OXITETRACICLINA - Oxitetraciclina base (10g) Lidocaína. (2g) - Frasco 50 ml (31381)		22,90	4.122,00
17	179,00	UN	OXITETRACICLINA LA - Oxitetraciclina (dihidratada) 20g - Frasco 20 ml (31380)		15,39	2.754,81
18	230,00	UN	PENICILINA LIOFILIZADA Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaina (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) Diidroestreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Estreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Ampola com diluente água destilada estéril (15ml) - Frascos 8,6g pó + 15ml (31379)		23,80	5.474,00
19	35,00	UN	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml - Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) - Frasco 50 ml (31382)		27,85	974,75
20	2,00	UN	SUPLEMENTO ANEMIA - Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - frasco 1000 ml (31472)		162,60	325,20
21	20,00	UN	VIT B12 - Vitamina B12 0,1g - frasco 20 ml (31473)		26,60	532,00
22	20,00	UN	VIT K - Vitamina K 0,217 g - frasco 20 ml (31474)		13,80	276,00
23	8,00	UN	XILASINA - Cloridrato de xilazina 2g - frasco 10 ml (31468)		19,90	159,20
					Total Geral:	21.472,31
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	21.472,31

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5384/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 **Fone:** 472106-8000 **Fax:** 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC

Compra Direta Nr.: 4061/2018
Data da Compra: 04/10/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 14058)

Folha: 1/2

Fornecedor: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP **Código:** 46288 **Telefone:** 493223-3286
Endereço: Rod. Br. 282, 1470, km 0 **Banco:** 001 - Banco do Brasil - 001
Cidade: Lages - SC - CEP: 88508-650 **Agência:** 3420-7 - EMPRES.VALE ITA
CNPJ: 81.548.802/0001-32 **Inscrição Estadual:** **Conta Corrente:** 125682-3

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Órgão: 18 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL **Solicitações:** (2018) = 5242
Unidade: 01 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL
Centro de Custo: 219 - FUNDO MUN.DE INCENTIVO AO DESENV.RURAL
Fonte de Recurso: Recursos arrecadados pelo Froagro
Dotações Utilizadas: 2.406.3.3.90.00.00.00.00.00 (386) - Apoio as atividades de produção animal

Compl. Elemento: 3.3.90.30.18.00.00.00 - Materiais e Medicamentos p/Use Veterinário
Condições Pagto: Em até 30 dias após a entrega de cada pedido
Prazo de Entrega: Prazo Máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da AF
Local de Entrega: SECRETARIA DE AGRICULTURA - Rua ângelo Rubini, 600 - Barra do Rio Cerro
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Observações: AF referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2017 - FROAGRO, homologado em 06/11/2017, Ata de Registro nº 179/2017.
Em função da transferência da despesa do Fundo Rural para o Município pelo orçamento

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	4,00	UN	ALBENDAZOL ORAL - Albendazol 10g - frasco 250 ml (31452)		22,50	90,00
2	1,00	UN	AMOXICILINA - Amoxicilina (trihidratada) 15g - frasco 100 ml (31396)		60,00	60,00
3	3,00	UN	ATROPINA - Sulfato de atropina 10mg - frasco 20 ml (33468)		11,85	35,55
4	3,00	UN	BROMEXINA - Cloridrato de bromexina (300mg) - frasco 50 ml (33469)		34,50	103,50
5	8,00	UN	COMPLEXO VITAMINICO INJ - Sulfato de mefenetmina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de cálcio 500,0 mg - frasco 10 ml (31477)		13,50	108,00
6	8,00	FR	DIURÉTICO - Furosemida 10mg - frasco 10 ml (20411)		21,00	168,00
7	20,00	UN	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g - frasco 50 ml (31376)		22,50	450,00
8	5,00	UN	ESTIMULANTE DO RUMEM - Acetil tributí acetato - frasco 150 ml (31501)		73,50	367,50
9	30,00	UN	ESTREPTOMICINA - Sulfato de Dihidroestreptomicina 12,5g + Cloridrato de procaina 500mg - Frasco 50ml (31378)		48,93	1.467,90

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

 Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 5384/2018
CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253
Rua: Walter Marquardt, 1111
C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC
Compra Direta Nr.: 4061/2018
Data da Compra: 04/10/2018
Nr. Contrato:

(Empenho Ordinário nr.: 14058)

Folha: 2/2

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
10	14,00	UN	FLORFENICOL - Florfenicol 30g - frasco 50 ml (34032)		54,30	760,20
11	2,00	UN	GLICOSE - SOLUÇÃO DE GLICOSE 5% - 500 ml (31943)		20,00	40,00
12	3,00	UN	LAXANTE - Bicarbonato de Sódio 50g; Magnésia Calcinada 25g; Carbonato de Cálcio 25g; Sulfato de Magnésio q.s.p. 500g - pacote 500 gr (31502)		17,00	51,00
13	25,00	UN	MELOXICAM - Meloxicam (2g) - frasco 50 ml (31418)		88,43	2.210,75
14	4,00	UN	PROSTAGLANDINA - D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) - frasco 02 ml (31945)		47,50	190,00
15	10,00	UN	SORO VITAMINADO - Frutose 50,00 g, Cloreto de sódio 4,30 g, Cloreto de potássio 0,42 g, Cloreto de cálcio 0,12 g, Cloreto de magnésio 0,10 g, Bicarbonato de sódio 0,24 g, Vitamina B-1 0,02 g, Vitamina B-2 0,06 g, Vitamina B-6 0,03 g, Vitamina B-12 8,000 mcg, Nicotinamida 2,000 mg, Inositol 4,000 mg - frasco 500 ml (33473)		19,70	197,00
16	3,00	UN	SORO RL - 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - frasco 1000 ml (33450)		16,00	48,00
17	3,00	UN	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL - Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaina 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - frasco 1000 ml (31471)		83,95	251,85
18	1,00	UN	TESTE CMT - Púrpura de bromocresol 0,02 mg - frasco 500 ml (31948)		29,00	29,00
19	5,00	UN	TILOSINA - Tilosina (sob forma base) (20g) - Frasco 50 ml (34031)		26,60	133,00
20	50,00	UN	TRISTEZA - Diaceturato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolona. (antipirina) (11,1g) - Frasco 20 ml (31383)		28,50	1.425,00
21	15,00	UN	VELA UTERINAC - Iodrato de tetraciclina, 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g (31406)		18,15	272,25
22	1,00	UN	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO - Enrofloxacin 10% - Frasco 50 ml (31397)		89,50	89,50
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	8.548,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	8.548,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

 Gerência de Compras/Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC	AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5392/2018
	Processo Nr.: 51/2017 Data do Processo: 19/06/2017 Data da Homologação: 06/11/2017 Sequência da Adjudicação: 62 Data da Adjudicação: 04/10/2018
	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 51/2017 - PR

(Empenho Ordinário nr.: 14059)

Folha: 1/1

Fornecedor: **WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LT** Código: 42841 Telefone: 473371.0196
 Endereço: Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700 Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA F
 Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89260-190 Agência: 4332-0 - CAIXA ECONOMIC
 CNPJ: 17.875.364/0001-18 Inscrição Estadual: 256.995.834 Conta Corrente: 217-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO **Solicitações:**
Unidade: 03 - DEFESA CIVIL
Centro de Custo: 211 - DEFESA CIVIL
Fonte de Recurso: SF-Recursos Próprios - PMJS
Dotações Utilizadas: 813 - Manutenção das ações da Defesa Civil - (02.03.2.600.3.3.90.00.00.00.00)

Compl. Elemento: 3.3.90.39.14.00.00.00 - Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang
Condições de Pagto: Em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido.
Prazo Entrega/Exec.: No prazo máximo de 24 horas após o recebimento da AF.
Local de Entrega: Conforme edital
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão ¾, escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações, quantidades e
Observações: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
35	100,00	H	SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7 TONELADAS. (35184)		109,94	10.994,00
					Total Geral:	10.994,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	10.994,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5396/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 172/2018 Data do Processo: 11/09/2018 Data da Homologação: 02/10/2018 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 01/10/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 172/2018 - PR</p>
--	--

(Empenho Ordinário nr.: 14054)

Folha: 1/1

Fornecedor:	POSTO ALVORADA LTDA	Código:	47970	Telefone:	473275-0072
Endereço:	Rua Adélia Fischer, 920	Banco:	1 - BANCO DO BRASIL S.A		
Cidade:	Jaraguá do Sul - SC - CEP: 89256-400	Agência:	2565-8 - Banco do Brasil S.A		
CNPJ:	82.740.317/0001-29	Inscrição Estadual:		Conta Corrente:	23939-9

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão:	09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Solicitações:
Unidade:	01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Centro de Custo:	27 - OBRAS	
Fonte de Recurso:	Recursos Próprios - PMJS	
Dotações Utilizadas:	192 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00)	
Compl. Elemento:	3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	
Condições de Pagto:	Até 10 dias úteis após entrega das notas fiscais	
Prazo Entrega/Exec.:	De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs	
Local de Entrega:	Conforme edital	
Objeto da Compra:	Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.	
Observações:	Aquisição de 20.000l de óleo diesel S-10 para abastecer a frota de veículos, caminhões e máquinas rodantes de uso desta municipalidade.	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	20.000,00	L	ÓLEO DIESEL S10 (28577)		3,33	66.600,00
					Total Geral:	66.600,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	66.600,00

(Valores expressos em Reais R\$)

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL</p> <p>CNPJ: 83.102.459/0001-23 Fone: 472106-8000 Fax: 473370-7253 Rua: Walter Marquardt, 1111 C.E.P.: 89259-565 - Jaraguá do Sul - SC</p> <p>(*) Processo Multientidade</p>	<p>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nr.: 5397/2018</p> <p>(*) Processo Nr.: 172/2018 Data do Processo: 11/09/2018 Data da Homologação: 02/10/2018 Sequência da Adjudicação: 2 Data da Adjudicação: 04/10/2018</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 172/2018 - PR</p>
(Empenho Ordinário nr.: 14055)	Folha: 1/1

<p>Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL MATRIZ</p> <p>Endereço: RUA WALTER MARQUARDT, 467</p> <p>Cidade: Jaraguá do Sul - SC - CEP:</p> <p>CNPJ: 83.488.882/0001-03 Inscrição Estadual: 250.530.449</p>	<p>Código: 170</p> <p>Telefone: 33728888</p> <p>Banco: 237 - Bradesco - 237</p> <p>Agência: 2693-0 - Ag. Emp. Joinville</p> <p>Conta Corrente: 10277-6</p>
<p>Prezados Senhores,</p> <p>Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.</p> <p>Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.</p>	

<p>Órgão: 09 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>Unidade: 01 - SECRET.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>Centro de Custo: 27 - OBRAS</p> <p>Fonte de Recurso: Recursos Próprios - PMJS</p> <p>Dotações Utilizadas: 192 - Aquisição de combustíveis e lubrificantes - (09.01.2.304.3.3.90.00.00.00.00)</p>	<p>Solicitações:</p>
<p>Compl. Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos</p> <p>Condições de Pagto: Até 10 dias úteis após entrega das notas fiscais</p> <p>Prazo Entrega/Exec.: De segunda a sexta-feira das 07:00 às 20:00hs</p> <p>Local de Entrega: Conforme edital</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à contratação de pessoa jurídica para fornecimento de combustíveis (óleo diesel S10 e gasolina comum) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para abastecimento da Frota Municipal, com disposição de abastecimento direto na bomba, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.</p> <p>Observações: Aquisição de 10.000 de gasolina comum para abastecer a frota de veículos de uso desta municipalidade.</p>	

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	10.000,00	L	GASOLINA COMUM (6293)	SHELL	4,06	40.600,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	40.600,00
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	40.600,00

Jaraguá do Sul, 4 de Outubro de 2018

Assinatura do Responsável

Joaçaba

PREFEITURA

05/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1769103

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2018/FUNREBOM – PP 03/2018

O Prefeito, DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2018 – PP 03/2018/FUNREBOM, nos seguintes termos:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: a aquisição de conjunto de ferramentas hidráulicas (desencarcerador) destinado às operações de salvamento e resgate em acidentes de trânsito realizadas pelo 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC.

FISCAL: WYLLYAN FAZZIONI – MAJOR BM

EMPRESA VENCEDORA:

RESGATECNICA COM. DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE EIRELI

VALOR TOTAL R\$ 110.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 20 de setembro de 2018.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

05/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1769108

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2018/FUNREBOM

PL 05/2018/FUNREBOM – PP Nº 03/2018/FUNREBOM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de conjunto de ferramentas hidráulicas (desencarcerador) destinado às operações de salvamento e resgate em acidentes de trânsito realizadas pelo 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 110.000,00(cento e dez mil reais)

DOTAÇÕES:FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

2.006 – MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
8 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0202 – Aplicações Diretas
10 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0202 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Major BM WILLYAN FAZZIONI

VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura

Joaçaba – SC, 20 de setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO

POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

AVISO PL 104/2018/PMJ - TP 17/2018/PMJ

Publicação N° 1769336

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 104/2018/PMJ
TOMADA DE PREÇO N° 17/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório n° 104/2018/PMJ – Tomada de Preço n° 17/2018/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q, de 03 (três) ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.” diante da apresentação de nova proposta, fica designado o dia 10 de outubro de 2018 as 15h, no setor de compras e licitações, para abertura dos envelopes das propostas e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 107/2018/PMJ - TP 18/2018/PMJ

Publicação N° 1769337

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 107/2018/PMJ
TOMADA DE PREÇO N° 18/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório n° 107/2018/PMJ – Tomada de Preço n° 18/2018/PMJ, cujo objeto é “a contratação de empresa especializada para a execução, em regime de empreitada por preço global, do recapeamento da pavimentação asfáltica de parte da Rua Felipe Schmidt, neste Município.” diante do transcurso do prazo sem a apresentação de recursos, fica designado o dia 11 de outubro de 2018 as 15h, no setor de compras e licitações, para abertura dos envelopes das propostas e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 96/2018/PMJ - CC 04/2018/PMJ

Publicação N° 1769341

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 96/2018/PMJ
CONCORRÊNCIA N° 04/2018/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório n° 96/2018/PMJ – Concorrência n° 04/2018/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a implantação de rede coletora de esgoto sanitário, no Município de Joaçaba, SC.” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento dos documentos de habilitação, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

DECRETO N 5494

Publicação N° 1769331

DECRETO N° 5.494 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI N° 5.134 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PELO ARTIGO 16 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 03 Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos

Proj./Atividade: 2.021 Manutenção da Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 – 300

Valor: R\$ 220.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

ÓRGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 03 Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos

Proj./Atividade: 2.021 Manutenção da Coordenadoria de Comunicação, Cultura e Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – 229

Valor: R\$ 220.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20/90210-7

Publicação Nº 1768953

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO
Nº 20/90210-7

FINANCIADO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

FINANCIADOR: BRANCO DO BRASIL S.A.

VALOR TOTAL: R\$ 1.605.078,00 (um milhão seiscentos e cinco mil e setenta e oito reais).

PRAZO DE CARÊNCIA: 06 (seis) meses

FORMA DE PAGAMENTO: 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, iniciando em 10/05/2019.

ENCARGOS FINANCEIROS: 175% do CDI

DATA DE ASSINATURA: 24 de setembro de 2018

Joaçaba – SC, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

JORGE LUIZ DRESCH

SECRETÁRIO

Nº 090/2018 - JATIR TRUCULO

Publicação Nº 1768883

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Acórdão nº 90/ 2.018

Recurso Voluntário

Processo nº 2480 / 2.018

Requerente: Jatir Truculo

Reclamado: Prefeitura Municipal de Joaçaba

Ementa: ITBI – BASE DE CÁLCULO – DIVERGÊNCIA DE VALOR ARBITRADO

Recurso Voluntário interposto por Jatir Truculo. Maioria.

Relatório:

O requerente, Sr. Jatir Truculo, efetuou pedido de ITBI para dois imóveis. Um sob matrícula nº 26.754, com área de 34.832,35m², considerado pelo cartório como imóvel rural e com valor venal de R\$ 40.000,00, que após avaliação por servidor responsável teve seu valor fixado em R\$ 755.288,73, e valor final do ITBI de R\$ 15.105,77. Da mesma forma, o outro imóvel em questão, sob a matrícula nº 26.755, área de 22.337,63m², também considerado pelo cartório como imóvel rural, e com valor venal de R\$ 30.000,00, passou por avaliação por responsável técnico ficando seu valor em R\$ 358.893,31, e valor final do ITBI de R\$ 7.177,86.

Nestas avaliações iniciais, foi verificado que os lotes encontram-se dentro do perímetro urbano, deduzindo assim as áreas de ZCA (Zona de Conservação Ambiental), constatadas através de sistema de Geoprocessamento do Município.

Discordando da avaliação inicial, o requerente solicitou reavaliação dos valores, alegando que adquiriu imóvel confrontante aos em questão, com área maior que a soma dos dois lotes e com avaliação dez vezes menor. Alegou também que os imóveis para os quais foi solicitado ITBI não possuem serviços de água, luz, esgoto, que estão dentro de Zoneamento Agrícola, tendo utilização agropecuária e agrícola e características de terreno rural.

Acerca do solicitado, foi realizada nova revisão, sendo concedido descontos com relação a inexistência de energia elétrica, rede coletora de esgoto e redução para a área localizada em Zoneamento Agrícola. Ficando os valores finais de R\$ 644.543,62 para a matrícula nº 26.754 e R\$ 311.077,97 para a matrícula nº 26.755.

Ainda em desacordo com os valores avaliados, o interessado ingressou com novo recurso, informando desta vez, que os dois imóveis em questão foram adquiridos pelo valor total de R\$ 450.000,00, alegando que foi aplicado cálculo de imóvel urbano, sendo desconsideradas as características rurais dos mesmos. Foi anexado na ocasião o contrato de compra e venda dos imóveis, matrículas, notas de produtor rural, fotos do imóvel, avaliação de corretor de imóveis, procuração, e documentos complementares.

Encaminhado para parecer jurídico, a Procuradoria Jurídica do Município rebateu as alegações informando que a condição de dedução de área de utilização rural não se aplica ao ITBI como é aplicada ao IPTU, que não há previsão em lei a utilização de fórmula de cálculo diferenciada em função de utilização rural. Diante do parecer o setor de Fiscalização de Tributos indeferimento o pedido.

O requerente então entrou com pedido ao junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, sob Processo nº 2480/2018, alegando que o valor venal utilizado para cálculo do ITBI estaria em desacordo com o valor de mercado.

O Município de Joaçaba, através de seu representante da Fazenda Pública Municipal, exarou parecer esclarecendo que, o valor venal do imóvel decorre da Planta Genérica de Valores do Município e aplica-se o disposto no CTM (Código Tributário Municipal), bem como informou que as avaliações anexadas ao processo não alteram valores da planta genérica de valores integrante do CTM, e julgou improcedente a afirmação de que os imóveis eram rurais, encontrando-se um em Zona Residencial e outro em Zona Especial de Interesse Rodoviário.

Ficou demonstrado, que para as alegações apresentadas pelo requerente, não existia possibilidade de revisão do cálculo do ITBI e que o tributo foi calculado de acordo com a legislação vigente. Porém foram contadas divergências entre o cadastro imobiliário, matrículas e cadastro do sistema on-line de Geoprocessamento do Município, podendo desta forma gerar diferenças no cálculo de áreas que são passíveis de dedução do valor do ITBI.

Por esta razão, o Conselho de Contribuintes decidiu permitir que o requerente juntasse mapa dos imóveis com discriminações das áreas de APP e ZCA.

O requerente apresentou mapas atualizados dos imóveis, identificando áreas de APP, ZCA, pastagem e vegetação. Os mesmos foram aceitos para fins de nova reavaliação, reavaliação esta que constatou os seguintes valores: lote sob matrícula nº 26.755, considerada a área de 20.925,57m² em ZCA, frente apenas para a Servidão das Flores, valor final da avaliação R\$ 312.958,38, a matrícula nº 26.754, considerada a área de 21.722,44m² de APP e ZCA, valor final da avaliação R\$ 280.561,36.

Após a apresentação dos novos valores, o requerente alegou que não estava sendo deduzido para fins de cálculo, determinada área da Servidão das Flores, constante na matrícula nº 26.755.

Isto posto,

Vistos, relatados e discutidos, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, por maioria decidiu que o cálculo do ITBI, deve ter como base a última avaliação da arquitetura da Municipalidade (elaborada após a apresentação do mapa), sendo que se efetivamente a Servidão das Flores estiver na matrícula nº 26.755, tal área deverá ser deduzida e os valores readequados, sem a necessidade de voltar os autos a este Conselho.

Para dedução da área da Servidão das Flores deve ser juntado novo mapa pelo requerente, acompanhado de ART, em até 10 dias após a publicação deste acórdão no Diário Oficial dos Municípios.

Joaçaba/SC, 03 de setembro de 2018.

Daniela Aparecida Mattos
Conselheira Relatora do Acórdão

Cristina Alves Padilha Bernardini
Conselheira Relatora Vencida

Vânia Brandalize
Representante da Fazenda Pública Municipal

Severino Luiz De Déa
Presidente do CMC

PP 72/2018/PMJ

Publicação Nº 1769342

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2018/PMJ

Objeto: o Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de emulsão asfáltica formulada com óleo de xisto, com comodato de tanque com capacidade mínima de 15.000 (quinze mil) litros, a ser utilizada na manutenção da pavimentação da rede viária do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 26/10/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 26/10/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
VILSON SARTORI - Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**COMUNICADO RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA 0003/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1768520

Licitação nº 0045/2018
Modalidade Concorrência JHL nº 0003/2018
COMUNICADO RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para ampliação da estação de tratamento de água (ETA) do Simae, com a manutenção da unidade de tratamento de água atual em funcionamento, e implantação do sistema de deságue do lodo gerado na estação de tratamento de água (ETA), compreendendo a execução da obra civil, fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, instalações e pré-operação.

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Concorrência JHL 0003/2018, Licitação 0045/2018, informa que a sessão pública para abertura dos envelopes nº 02 (Proposta de Preços) será realizada no dia 16/10/2018, às 9 (nove) horas, na Sede Administrativa do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC.

Joaçaba/SC, 08 de outubro de 2018.

João Carlos Ungericht – Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Simae

ERRATA CONTRATO 0042/2018

Publicação Nº 1768462

ERRATA:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA
Na publicação do SIMAE, de 02 de abril de 2018, DOM/SC, Edição nº 2491 pág 521
Resumo Contrato JHL 0042/2018

Onde lê-se:

Prazo de vigência: 30/03/2018 a 29/11/2018

Leia-se:

Prazo de vigência: 30/03/2018 a 31/01/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0070/2018 - SIMAE JOAÇABA

Publicação Nº 1768591

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0079/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0070/2018
PROTOCOLO JHL 2749/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0070/2018 – Licitação 0079/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO DOS SERVIDORES DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 23/10/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 23/10/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 09/10/2018 a 23/10/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 08 de outubro de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Seletivo 03/2018

Publicação Nº 1769104

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2018

JONAS PUDEWELL, Prefeito de José Boiteux/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO, para preenchimento de vaga em Regime Temporário e formação de Cadastro Reserva do quadro geral de Cargos Públicos da Prefeitura Municipal, sob égide do Regime Jurídico Estatutário estabelecido pela Lei Nº 170, de 28 de Fevereiro de 1992, Lei Complementar N.º001/2005 e Lei Complementar N.º002/2005 e legislações complementares e Lei 948/2013, conforme estabelecido a cada Cargo, com a execução técnico-administrativa da empresa Atena Assessoria Educacional, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e seus anexos. Maiores informações e o edital na íntegra poderão ser acessados no endereço www.pmjb.sc.gov.br.

José Boiteux/SC, 08 de outubro de 2018.

JONAS PUDEWELL

PREFEITO MUNICIPAL

Lacerdópolis

PREFEITURA

ADITIVO 01 - CONTRATO 05/2018 FMS

Publicação Nº 1769128

TERMO ADITIVO N. 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 05/2018 -FMS

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N. 01/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Edgar Brandini.

CONTRATADA: CONSTRUTORA PILAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 27.146.304/0001-22, com sede à Rua Otaviano O. Francheschi, n. 62, sala 02, Centro, Município de Zortéa/SC, representada por seu sócio administrador, Alexandre Antônio Romani, inscrito no CPF sob nº 039.538.139-86.

Os CONTRATANTES têm entre si justo, avençado e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 08,31% (oito vírgula trinta e um por cento) ao valor do contrato, devido o aumento nos quantitativos de alguns itens e a inclusão de outros não previstos no processo licitatório, mas que foram autorizados pela autoridade competente, tendo por base o Parecer Jurídico n. 06/2018.

Este acréscimo quantitativo e qualitativo está devidamente identificado na tabela anexa a este instrumento, elaborada juntamente com o parecer técnico pelo setor de engenharia e fiscalização do município, AMMOC, assinada pelo Engenheiro Civil Michel Alberti (CREA 080.032-6).

CLÁUSULA SEGUNDA - ACRÉSCIMO

O valor de acréscimo corresponde à R\$ 6.534,31 (seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos).

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 85.241,42 (oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – DESPESA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes verbas orçamentárias:

ORGÃO: 10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE UNIDADE:01-SERVIÇOS DE SAÚDE Projeto Atividade:10.301.1012.1.031-Construção e/ou Ampliação e Ref. Unidade Sanitária

Compl. Elem. : 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (1)

Recurso: 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Lacerdópolis/SC, 05 de outubro de 2018.

Fundo Municipal de Saúde/SC Edgar Brandini Secretário Municipal de Saúde	Construtora Pilar Ltda. Representante Alexandre Antônio Romani
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 24/2018 PML

Publicação Nº 1769020

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 24/2018 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 24/2018 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 83.483.230/0001-86.

O valor total da Presente Dispensa é de R\$ 51.768,00 (cinquenta e um mil setecentos e sessenta e oito reais).

Objeto: "Contratação, em caráter emergencial, de empresa para a prestação de serviço de impressão, com fornecimento de impressoras, toner, papel e manutenção, em todos os setores e órgãos do Município".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 21 de setembro de 2018.

Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário da Administração e Fazenda

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a)Exmo(a). Sr.(ª),Antônio Cesar Alves de Arruda, Secretário da Administração e Fazenda, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige. Publique-se.

Lages, 21 de setembro de 2018

AntonioCeron
Prefeito do Município

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1045/2018

Publicação Nº 1768902

PORTARIA RH Nº 1045/2018

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS a Servidora ROSELI DE ANDRADE, Coordenador, do dia 26.09.2018 a 25.10.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Setembro de 2018.
MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1046/2018

Publicação Nº 1768907

PORTARIA RH Nº 1046/2018

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor LAUDECI SILVEIRA Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 28.09.2018 a 27.10.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Setembro de 2018.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1047/2018

Publicação Nº 1768908

PORTARIA RH Nº 1047/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR LUZIA DE SOUZA ADÃO do Cargo de Professor Auxiliar, HAB 300, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 29/09/2018

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Setembro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1049/2018

Publicação Nº 1768910

PORTARIA RH Nº 1049/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.10.18 a 30.10.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Claudia Ferreira Sabino	2017/2018
Edson dos Santos	2017/2018
Felipe Pereira Gomes	2016/2017
Gerinaldo Jose da Rosa Neto	2017/2018
Maria Helena Hilário Fernandes	2016/2017
Vânio José Sacheti Martins	2017/2018

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1053/2018

Publicação Nº 1768912

PORTARIA RH Nº 1053/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0002211/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2018 a 30 de Outubro de 2018, ao Servidor MARCELO LUCAS SILVA, Professor, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1054/2018

Publicação Nº 1768913

PORTARIA RH Nº 1054/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR MAURO AUGUSTO DA ROSA PASSOS do cargo em comissão de Supervisor Administrativo e Financeiro, SUP, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1055/2018

Publicação Nº 1768914

PORTARIA RH Nº 1055/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR FERNANDA ROSA RAMOS do cargo em comissão de Supervisor de Projetos Sociais, SUP, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1057/2018

Publicação Nº 1768916

PORTARIA RH Nº 1057/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR SIMONE CIPRIANO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1058/2018

Publicação Nº 1768918

PORTARIA RH Nº 1058/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário PAULA ALVES ELIAS para exercer o Cargo de Professor de Língua Portuguesa/Inglesa, HAB 010, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/10/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017..

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1059/2018

Publicação Nº 1768919

PORTARIA RH Nº 1059/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FRANCIEL DOS SANTOS MARTINS para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/10/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1060/2018

Publicação Nº 1768920

PORTARIA RH Nº 1060/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA para exercer o Cargo de Nutricionista, ANS 02, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/10/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1061/2018

Publicação Nº 1768923

PORTARIA RH Nº 1061/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010, MARISTELA DOS SANTOS SÁ, para exercer o Cargo de Técnico em Enfermagem, nível ANTS, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1062/2018

Publicação Nº 1768924

PORTARIA RH Nº 1062/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, MAURO AUGUSTO DA ROSA PASSOS, para exercer o cargo em comissão de Supervisor Administrativo e Financeiro, DAF 2, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1063/2018

Publicação Nº 1768925

PORTARIA RH Nº 1063/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, FERNANDA ROSA RAMOS, para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Projetos Sociais, DAF 2, com lotação na Fundação Irmã Vera, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1065/2018

Publicação Nº 1768928

PORTARIA RH Nº 1065/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000756/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Outubro de 2018 a 29 de Novembro de 2018, a Servidora CIBELE FERNANDES DE JESUS, Professor, referente ao período 2013/2018, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1066/2018

Publicação Nº 1768929

PORTARIA RH Nº 1066/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE do cargo em comissão de Assessor Planejamento e Projetos Turísticos, AS 2, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1067/2018

Publicação Nº 1768932

PORTARIA RH Nº 1067/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR GISELE ELIS MARTINS, Jornalista, para a Função Gratificada de Editor, com lotação no Gabinete do Prefeito – Gerência de Comunicação Social e Publicidade Institucional, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1068/2018

Publicação Nº 1768933

PORTARIA RH Nº 1068/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR TAÍS SUTERO CUSTÓDIO, Jornalista, para a Função Gratificada de Redator, com lotação no Gabinete do Prefeito – Gerência de Comunicação Social e Publicidade Institucional, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1069/2018

Publicação Nº 1768936

PORTARIA RH Nº 1069/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de PAULA SOUZA DE MEDEIROS Assistente de Administração, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 01 de Outubro de 2018, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1070/2018

Publicação Nº 1768939

PORTARIA RH Nº 1070/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE

PRORROGAR a vigência dos contratos temporários pelo período de mais 01 (um) ano, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, dos seguintes contratados:

- Aline Schvartz – Nutricionista - 40 horas;
- Danny Woituski – Agente Epidemiológico – 40 horas;
- Marco Antônio Uliano – Motorista – 40 horas;

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Outubro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1072/2018

Publicação Nº 1768941

PORTARIA RH Nº 1072/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR ELIANE CARDOSO LIMAS do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Outubro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1073/2018

Publicação Nº 1768944

PORTARIA RH Nº 1073/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GILMAR ELIAS RIBEIRO para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Atenção Básica, AS 3, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Outubro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1074/2018

Publicação Nº 1768945

PORTARIA RH Nº 1074/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, IVANETE ANA FOLCHINI para exercer o cargo em comissão de Assessor de Políticas Culturais, APC, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/2018

Publicação Nº 1768966

PORTARIA RH Nº 1075/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LETÍCIA DA SILVA RODRIGUES para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral de Comunicação, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito – Gerência de Comunicação e Publicidade Institucional, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077/2018

Publicação Nº 1768968

PORTARIA RH Nº 1077/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ÂNGELA MARIA BONAPACE TAVARES para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/10/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1078/2018

Publicação Nº 1768970

PORTARIA RH Nº 1078/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário SIMONE CIPRIANO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/10/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 001/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/2018

Publicação Nº 1768972

PORTARIA RH Nº 1079/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR DANIELA FERNANDES MARINHO, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Limpeza Pública e Coleta de Lixo, DS 4, com lotação na Secretaria de Transportes e Obras, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Outubro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PREGÃO 28/2018-PML

Publicação Nº 1768787

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para a aquisição de elementos de concreto para pavimentação e drenagem, aços, areia, brita e correlatos, e outros materiais de construção, dia 22 de outubro de 2018, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 08 de outubro de 2018.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

PREGÃO 29/2018-PML

Publicação Nº 1768805

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 29/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para a contratação de serviços de estrutura, palco, tendas, limpeza, banheiros, som e correlatos, para a realização do eventos de interesse turístico e cultural do Município, no dia 24 de outubro de 2018 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 08 de outubro de 2018.

Waldomiro Souza Netto - Pregoeiro

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 126/2018**

Publicação Nº 1769167

DECRETO Nº 126/2018

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOISA RAMOS GAZOLA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento de Turismo junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 011/2018.

LAURO MÜLLER, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 127/2018

Publicação Nº 1769169

DECRETO Nº 127/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HELOÍSA ESPINDOLA LEAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Assistência Social Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 150/2017.

LAURO MÜLLER, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 128/2018

Publicação Nº 1769174

DECRETO Nº 128/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, VALDENIR GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 129/2018

Publicação Nº 1769177

DECRETO Nº 129 /2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e no artigo 89, alínea d da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO ser dever do Município promover o interesse da coletividade, a segurança e a saúde pública bem como proteger os recursos naturais e assegurar a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO ser dever do Município promover a implantação do esgotamento sanitário a toda a municipalidade;

CONSIDERANDO a ocupação irregular, consolidada há muitos anos por assentamentos urbanos precários ao longo das áreas de interesse;

CONSIDERANDO a resolução CONAMA nº 369/2006, que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública as áreas situadas em APP necessárias à implantação do sistema de esgotamento sanitário em via pública, situadas no trecho compreendido entre a Rua Irmã Gabriela Winski e a Praça Henrique Lage.

Art. 2º - A rede a ser implantada no local terá extensão total de 53 mt (cinquenta e três metros), situando-se em paralelo ao muro em APP.

Art. 3º - No local acima indicado serão realizadas escavações manuais de solo, não sendo autorizada a supressão de vegetação, tampouco a realização de obras não relacionadas à implantação do sistema de esgotamento sanitário.

Art. 4º - As obras serão realizadas pela empresa MPB Saneamento Ltda, a qual presta serviços à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 027/2018

Publicação Nº 1768993

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 27/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O MUNICIPIO DE LAURO MULLER, por meio do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 002/2018 para preenchimento de vaga em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo em contratação temporária, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 02/2018.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado é critério da administração pública municipal, de acordo com a necessidade do município bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo lavrar o Temo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.
6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 15 (Quinze) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato encontra-se apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro Müller, 08 de Outubro de 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

MÉDICO DE ESF		
Vagas: 02		
Nº	Candidato	Município
01	Paula Righeto Bez	Criciúma
02	Eduardo Rovaris Sartoretto	Criciúma

Lauro Müller, 08 de Outubro de 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/PMLM/2018

Publicação Nº 1768824

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 24/10/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de televisores, DVDs, caixas de som para rede municipal de ensino de Lauro Muller e armário para atendimento das demandas do corpo de bombeiros do município, conforme condições fixadas no termo referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 08 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL N°. 150/PMLM/2018

Publicação N° 1768828

PREGÃO PRESENCIAL N°. 150/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 24/10/2018 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para serviços topográficos para atendimento das demandas da municipalidade, conforme termo de referência e condições fixadas no edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 08 de outubro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Regis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 109/2018. LICITAÇÃO: IN06/2018.

Publicação Nº 1769185

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 109/2018. Licitação: IN06/2018.

Objeto: Credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços Médicos nas especialidades de Ortopedia, para atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS deste Município, a serem realizadas na Unidade Básica de Saúde Central, em local disponibilizado pelo Fundo de Saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I do Edital de Chamada Pública para Credenciamento CR03/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. Contratado: FT SERVICOS MEDICOS LTDA - 27.730.269/0001-80. Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Vigência: 20/09/2018. Término: 20/09/2019. Lebon Régis, 08/10/2018.

NÁDIA APARECIDA MACIEL – GESTORA.

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2018 PREGÃO PRESENCIAL NºPR16/2018_RP10 PROCESSO LICITATÓRIO Nº40/2018

Publicação Nº 1769100

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2018

PREGÃO PRESENCIAL NºPR16/2018_RP10 PROCESSO LICITATÓRIO Nº40/2018

OBJETO: A presente licitação visa à elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços de arbitragem em jogos de Futebol de Campo nas quantidades previstas e discriminadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 5210 - ZANATA SPORTS & EVENTOS EIRELI (24.177.892/0001-69) Valor total de R\$R\$ 58.440,00. Vigência a partir de 08/10/2018 até 08/10/2019.

Lebon Regis, 08/10/2018.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2018 PREGÃO PRESENCIAL NºPR23/2018_RP15 PROCESSO LICITATÓRIO Nº50/2018

Publicação Nº 1769102

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2018

PREGÃO PRESENCIAL NºPR23/2018_RP15 PROCESSO LICITATÓRIO Nº50/2018

OBJETO: A presente licitação visa a implantação do Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição futura e eventual de enxoval infantil a serem concedidos a título de auxílio natalidade às parturientes acompanhadas pelo serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, bem como materiais de aviação (armarinho e outros) para trabalhar com grupos de Gestantes e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de acordo com a Lei Municipal nº 1488/2014, conforme especificações contidas no Termo de Referência - ANEXO I. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 611 - BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME (85.323.392/0001-82) 950 - COMERCIAL KEKEI LTDA - EPP (81.329.948/0001-97) 1820 - GTA ATACADO E VAREJO EIRELI (20.257.784/0001-45) 4469 - RÉGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS (79.912.788/0001-62) 5034 - BABINSKI BOLSAS EIRELI (19.106.828/0001-57) 5166 - JHONATAN BAGATOLI (22.992.632/0001-11) 5206 - FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA (01.194.890/0001-82) 5226 - REGENSY COMERCIO LTDA (03.970.005/0001-35) Valor total de R\$R\$ 175.703,16. Vigência a partir de 05/10/2018 até 05/10/2019.

Lebon Regis, 05/10/2018.

NILCÉIA DO VALE ROCHA HANNA – Gestora.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2018. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018.

Publicação Nº 1769109

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços Médicos nas especialidades de Ortopedia, para atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS deste Município, a serem realizadas na Unidade Básica de Saúde Central, em local disponibilizado pelo Fundo de Saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I do Edital de Chamada Pública para Credenciamento CR03/2018. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 20/09/2018. LICITANTES HOMOLOGADOS: FT SERVICOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 27.730.269/0001-80, com o valor total de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Lebon Regis, 20 de setembro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° PR16/2018_RP10. PROCESSO N° 40/2018.

Publicação N° 1769093

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N° PR16/2018_RP10.

PROCESSO N° 40/2018.

OBJETO: A presente licitação visa à elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços de arbitragem em jogos de Futebol de Campo, nas quantidades previstas e discriminadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital. . DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2018. LICITANTES HOMOLOGADOS: ZANATA SPORTS & EVENTOS EIRELI - CNPJ: 24.177.892/0001-69, com o valor total de R\$ 58.440,00. Lebon Regis, 8 de outubro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA N° 100/2018

Publicação N° 1768820

Portaria nº 100, de 17 de setembro de 2018.

“Instaura Processo Administrativo, e designa a Comissão e dá outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições e do que prevê a Lei Orgânica no art. 66, VII, IX e XV e Lei 418/90, referente ao Processo/ Protocolo nº 120/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo, a fim de apurar os fatos constantes no Processo/Protocolo n.º 120/2018, tudo em conformidade a Lei Municipal nº 418/1990.

Art. 2º Para conduzir o presente Processo Administrativo, designo a seguinte COMISSÃO, composta pelos servidores estáveis:

I – Nome: Daiani Andre Meurer;
Cargo: Analista de Patrimônio
Matrícula nº 1671
Data de nomeação: 05 de janeiro de 2015

I I – Nome: Dauri Pedro Meira;
Cargo: Mecânico
Matrícula nº 374
Data de nomeação: 04 de abril de 2000

III – Nome: Jean Carlos Truppel;
Cargo: Analista de Patrimônio
Matrícula nº 1766
Data de nomeação: 1º de dezembro de 2016

IV – Nome: Gian Carlos Knaul;
Cargo: Digitador
Matrícula nº 1374
Data de nomeação: 02 de maio de 2011

V – Nome: Karina Alves;
Cargo: Nutricionista
Matrícula nº 1665
Data de nomeação: 03 de novembro de 2014

Art. 3º O prazo de conclusão deste Processo Administrativo é de 60 (sessenta) dias, após o recebimento desta Portaria pela Comissão acima nomeada.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 17 de setembro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA N° 101/2018

Publicação N° 1768822

Portaria n.º 101, de 21 de setembro de 2018.

“Contrata Médico Plantonista e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor JACKSON LUIZ DE SOUZA, portador do CPF nº 009.533.379-79 e RG nº 3.890.819, para desempenhar as funções de Médico Plantonista com lotação na Secretaria Municipal de Saúde executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 058, de 21 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de setembro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 155/2018

Publicação Nº 1768890

DECRETO Nº 155/2018
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Registro de Preço nº 115/2018 em 08 de outubro de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 115/2018, na modalidade de Pregão para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Ficam designados os fiscais do Contrato do Pregão supracitado o servidor:

- Marcela Eifler, matrícula 55840
- Edilamar Bauke Siebert, matrícula 7889.
- Suseleide da Cunha, matrícula 120243.
- Rodrigo Nogueira Palma, matrícula 109770
- Vanessa C. M. Lopes, matrícula 148776

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 08 de outubro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 115/2018

Publicação Nº 1768895

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 115/2018

OBJETO: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Empresa: DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP,

CNPJ nº 37.227.550/0001-58. Valor do contrato: R\$ 150.400,00 (cento e cinquenta mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 meses. Lontras, 08 de outubro de 2018. MARCIONEI HEILLESHEIM. Prefeito.

PORTARIA Nº 321/2018

Publicação Nº 1761770

PORTARIA Nº 321/2018
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DO NUCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, usando suas atribuições legais, conferidas no art. 97, inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.677 de 10 de julho de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo indicados, para comporem a Comissão do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Poder Executivo Municipal, a saber:

ENTIDADE	TITULAR	SUPLENTE
Poder Público Municipal	Geferson Roberto do Aragão	Marcos Hang
Poder Público Municipal	Leda Knih	Lirio Jorge Mendes
Poder Público Municipal	Josiane Teixeira	Glauco Cristiano Muller
Poder Executivo Estadual/Federal	Fabio Probst	Jose Ricardo Gonçalves

Movimentos Populares	Yuri Nielson Schwingel	Glauco Henrique Lindner
Entidades Empresariais	Ricardo Alencar Butzke	Jaime Henrique de Oliveira
Entidades Rep. De Trabalhadores e Sindicais	Mauri Haase	Vitor Hang
Instituições Acadêmicas e de Pesquisas	André Vidal Carvalho	Natalicio Alexandre Ferreira
ONG's	Nolberto Sens	Mario Bini
Câmara de Vereadores	Glauco Roland Kuhl	Marcelo dos Santos

Art. 2º - As atribuições da comissão serão aquelas previstas na Lei nº 1.677 de 10 de julho de 2007, além de outras prerrogativas inerentes a sua atividade.

Art.3º - Fica revogada a Portaria nº 245/2011.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de setembro de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE TOMADA DE PREÇOS N° 0003/2018

Publicação N° 1768800

RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO N° 0052/2018
TOMADA DE PREÇOS N° 0003/2018

O Município de Macieira/SC, através da Presidente da Comissão de Licitações, torna público que o Processo Licitatório n° 0052/2018, Tomada de Preços n° 0003/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de cobertura da Escola Municipal de ensino fundamental Professora Cândida Bertotto Zucatti, localizada no bairro km 30, com área total de cobertura de 283,36 m², conforme Memorial Descritivo, Projeto e Planilha Orçamentária, anexos ao Edital, teve como resultado DESERTA, considerando que não houve interessados no certame.

Onde se lê: Macieira, 03 de setembro de 2018.

Leia-se: Macieira, 03 de outubro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1769150

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 79.390.530/0001-43

EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA – EPP

Nota Fiscal nº 23.448	R\$1.061,69
Nota Fiscal nº 23.499	R\$1.055,74
Nota Fiscal nº 23.495	R\$1.008,86
Nota Fiscal nº 23.493	R\$1.006,63
Nota Fiscal nº 23.485	R\$1.046,06
Nota Fiscal nº 23.481	R\$1.024,49
Nota Fiscal nº 23.505	R\$1.060,20
Nota Fiscal nº 23.524	R\$1.036,39
Nota Fiscal nº 23.536	R\$1.038,62
Nota Fiscal nº 23.548	R\$975,38
Nota Fiscal nº 23.553	R\$1.049,78
Nota Fiscal nº 23.562	R\$1.142,04
Nota Fiscal nº 23.569	R\$1.082,52
Nota Fiscal nº 23.589	R\$1.023,00
Nota Fiscal nº 23.704	R\$1.062,43
Nota Fiscal nº 23.705	R\$1.011,10
Nota Fiscal nº 23.599	R\$1.006,63
Nota Fiscal nº 23.604	R\$1.049,04
Nota Fiscal nº 23.504	R\$975,38
Nota Fiscal nº 23.629	R\$1.000,68
Nota Fiscal nº 23.630	R\$1.046,81
Nota Fiscal nº 23.632	R\$1.051,27
Nota Fiscal nº 23.639	R\$982,82
Nota Fiscal nº 23.975	R\$1.017,05
Nota Fiscal nº 23.650	R\$1.049,04
Nota Fiscal nº 23.675	R\$1.036,39
Nota Fiscal nº 23.677	R\$995,47
Nota Fiscal nº 23.693	R\$1.005,14
Nota Fiscal nº 23.697	R\$1.052,76
Nota Fiscal nº 23.700	R\$999,19
Nota Fiscal nº 23.718	R\$1.020,02
Nota Fiscal nº 23.828	R\$1.025,98
Nota Fiscal nº 23.801	R\$1.023,74
Nota Fiscal nº 23.799	R\$993,24
Nota Fiscal nº 23.791	R\$1.101,86
Nota Fiscal nº 23.783	R\$989,52
Nota Fiscal nº 23.773	R\$1.022,26
Nota Fiscal nº 23.908	R\$1.001,42
Nota Fiscal nº 23.767	R\$1.051,27

Nota Fiscal nº 23.752	R\$1.064,66
Nota Fiscal nº 23.747	R\$1.043,83
Nota Fiscal nº 23.735	R\$1.043,09
Nota Fiscal nº 23.728	R\$1.055,74
Nota Fiscal nº 23.719	R\$1.045,32
Nota Fiscal nº 23.861	R\$1.057,97
Nota Fiscal nº 23.863	R\$982,82
Nota Fiscal nº 23.871	R\$1.030,44
Nota Fiscal nº 23.872	R\$1.057,97
Nota Fiscal nº 23.875	R\$1.014,82
Nota Fiscal nº 23.880	R\$966,46
Nota Fiscal nº 23.885	R\$994,73
Nota Fiscal nº 23.889	R\$1.045,32
Nota Fiscal nº 23890	R\$1.007,38
Nota Fiscal nº 23.904	R\$1.071,36
Nota Fiscal nº 23.905	R\$739,54
Nota Fiscal nº 23.907	R\$1.021,51
Nota Fiscal nº 23.862	R\$1.062,43
Nota Fiscal nº 23.860	R\$1.002,91
Nota Fiscal nº 23.922	R\$1.046,81
Nota Fiscal nº 23.925	R\$1.017,05
Nota Fiscal nº 23.936	R\$749,21
Nota Fiscal nº 23.941	R\$1.005,14
Nota Fiscal nº 23.976	R\$1.046,06
Nota Fiscal nº 24.016	R\$1.065,41
Nota Fiscal nº 24.018	R\$1.035,65
Nota Fiscal nº 24.019	R\$985,80
Nota Fiscal nº 24.033	R\$1.012,58
Nota Fiscal nº 24.036	R\$985,80
Nota Fiscal nº 24.046	R\$1.070,62
Nota Fiscal nº 24.047	R\$1.066,90
Nota Fiscal nº 24.053	R\$945,62
Nota Fiscal nº 24.073	R\$1.086,24
Nota Fiscal nº 24.075	R\$996,96
Nota Fiscal nº 24.089	R\$987,29
Nota Fiscal nº 23.960	R\$1.081,03
Nota Fiscal nº 23.965	R\$1.045,32

VALOR TOTAL: R\$ 77.719,70

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de saibro britado cascalho, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 09 de outubro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

ALEXANDRE SOLESINSKI
Secretário Municipal de Administração

DELFIM ROQUE GIRARDI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2018

Publicação Nº 1769362

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição de materiais para instalação de som no CEIM CAIC através da Secretaria Municipal de Educação do Município de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 08h30min do dia 29/10/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 08 de outubro de 2018.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

Publicação Nº 1769047

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

O Município de MAFRA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO, destinado ao provimento de vagas para professores em caráter temporário, para o ano letivo de 2019, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal n.º 3495/2012, Lei Municipal n.º 3008/2005 e demais legislações atinentes, todas considerando as suas alterações posteriores, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - NBS PROVAS, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 601, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão Permanente de Análise, do referido Processo Seletivo.

0.2. O Processo Seletivo terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva, diferenciada por cargo.

0.3. Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1.

1.1.

1.2.

1.3.

0.3.1. Cargos ligados à Secretaria Municipal de Educação:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Va- gas	Va- gas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Professor I - Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano das séries iniciais	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Certificado de conclusão do Magistério e/ou Declaração de Conclusão em 2018 do Curso do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Lic. em Pedagogia.	CR	-	20h	Vide Item 1.3.3	O
02	Professor II-Educação Infantil	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Certificado de conclusão do Magistério e/ou Declaração de Conclusão em 2018 do Curso do Magistério. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura em Pedagogia.	CR	-	20h	Vide Item 1.3.3	O

03	Professor III - Artes	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em ARTES e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em ARTES.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
04	Professor III - Ciências	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Certificado de conclusão do curso de Ciências 1º grau. Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS e EDUCAÇÃO DO CAMPO.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
05	Professor III - Educação Física	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
06	Professor III- Geografia	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena do curso de GEOGRAFIA e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em GEOGRAFIA.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
07	Professor III -História	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em HISTÓRIA e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em HISTÓRIA.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
08	Professor III - Inglês	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Letras e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em LETRAS.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
09	Professor III - Matemática	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em MATEMÁTICA, EDUCAÇÃO DO CAMPO e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em MATEMÁTICA e EDUCAÇÃO DO CAMPO.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
10	Professor III - Português	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Letras e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em LETRAS.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
11	Professor III- Ensino Religioso	1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO e Histórico Escolar. 2. Não Habilitado: Diploma de Teologia, Diploma de Licenciatura em História, Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO.	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O

12	Professor IV - Prática zootécnicas/Industriais/Gerenciais e Agrícolas	<p>1. Habilitado (Nível Superior): DIPLOMA e/ou Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS AGRÁRIAS (agropecuária), EDUCAÇÃO DO CAMPO, e DIPLOMA de graduação em: AGRONOMIA, VETERINÁRIA e Histórico.</p> <p>2. Não Habilitado: Lic. Plena em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, Bacharel em ZOOTECNIA. Certificado de conclusão do curso Técnico em AGROPECUÁRIA. Declaração da fase concluída ou a concluir, do Curso de Licenciatura Plena em CIÊNCIAS AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO e CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, e Declaração da fase concluída ou a concluir, do curso de Graduação em: AGRONOMIA, VETERINÁRIA e ZOOTECNIA.</p>	CR	-	Até 40h	Vide Item 1.3.3	O
----	---	--	----	---	---------	-----------------	---

0.3.2. Legendas Utilizadas:

- Tipo de Prova "O": Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
- CR: Cadastro Reserva.

0.3.3. Em relação aos cargos de Professores (Cargos 1 a 12), o salário-base do contratado nos termos deste edital será fixado no ato da contratação, de acordo com a formação do professor, quando for o caso, não havendo o direito a progressão ou promoção funcional durante a vigência do contrato, conforme a tabela abaixo:

Nível	Carga Horária Semanal / Remuneração Mensal (em R\$)							
	5h	10h	15h	20h	25h	30h	35h	40h
Professor I e II (Habilitados)	-	-	-	1.330,13	-	-	-	-
Professor I e II (Não Habilitados)	-	-	-	1.067,83	-	-	-	-
Professor III e IV (Habilitados)	332,52	665,04	997,58	1.330,13	1.662,58	1.995,19	2.327,73	2.660,23
Professor III e IV (Não Habilitados)	266,94	533,88	800,83	1.067,83	1.310,03	1.601,75	1.843,95	2.135,66

0.1. Consideram-se como comprovação, para fins de habilitação aos cargos do Item 1.3.1:

0.1.

0.1.1. HABILITADO (Nível Superior): Apresentação de Diploma ou Certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso. A apresentação de Certidão de Conclusão de Curso / Declaração de Conclusão de Curso devem ser emitidas em papel timbrado da instituição de ensino e acompanhadas do histórico escolar. Não serão aceitos históricos sem certidões/declaração, atas ou afins.

0.1.2. NÃO HABILITADO: Apresentar comprovante original, do Certificado do Magistério e/ou Declaração de Conclusão em 2018 do Magistério, da fase concluída ou a concluir, do curso superior de licenciatura plena e/ou bacharel compatível com a área ou disciplina de inscrição escolhida ou comprovante de outro curso superior com respectivo histórico escolar, onde conste a área ou disciplina da inscrição escolhida, com carga horária mínima de 80 horas.

0.1.3. O candidato que vier a concluir sua graduação após o término do período de inscrição ou ainda não conseguir comprovar sua habilitação por um dos meios previstos no item 1.4.1, deverá se inscrever como "não habilitado", sob pena de indeferimento de sua inscrição.

0.1.4. Para fins de ordem de contratação de Professores (Cargos 1 a 12), primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS (Nível Superior), esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

1.

1.1.

1.2.

1.3.

1.4.

1.5. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO VI.

1.6. Os candidatos aprovados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.7. Os valores para inscrição no Processo Seletivo nº 02/2018, obedecerão aos seguintes parâmetros:

- R\$ 40,00 (quarenta reais) para todos os cargos.

2. DA DIVULGAÇÃO

1.

2.

2.

2.1. A divulgação oficial do Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 02/2018, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no diário oficial dos municípios de Santa Catarina - DOM: www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, divulgado por rádio local, em jornal de circulação local, bem como nos sites www.nbsprovas.com.br e www.mafra.sc.gov.br.

2.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados nos sites www.nbsprovas.com.br.

com.br e www.mafra.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de Mafra, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

3.

3.1. Para participar do Processo Seletivo nº 02/2018 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.3. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.4. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.4.1. VIA INTERNET: através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.4.1.1. Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.4.1.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo do Município de Mafra;

3.4.1.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.4.1.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.4.1.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.5. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos previstos no presente Processo Seletivo.

3.6. O candidato que se inscrever em mais de um cargo, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de uma inscrição, será deferida apenas a sua última inscrição.

3.7. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.8. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.8.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

3.8.2. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Mafra não se responsabilizam por boletos clonados, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo este conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

3.8.3. Após realizado o pagamento, não é permitida troca de cargos da inscrição paga, nem transferência do pagamento para uma outra inscrição realizada.

3.9. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.9.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

3.9.2. Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.

3.9.3. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

3.9.4. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.9.5. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.

3.9.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.

3.10. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das "homologadas/deferidas".

3.10.1. O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.

3.11. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "convocação para a realização das provas objetivas", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.

3.11.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site www.nbsprovas.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.

3.12. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.13. Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.

3.14. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Mafra não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

3.15. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo,

implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.

3.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.17. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.18. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.19. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.20. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.

3.21. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.

3.22. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

3.23. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.

3.24. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

1. DAS ISENÇÕES

1.

1.1. Ficam isentos do pagamento da Taxa de Inscrição no Processo Seletivo n.º 02/2018 do Município de Mafra os candidatos doadores de sangue e os candidatos doadores de medula óssea atendidas às condições estabelecidas nos itens seguintes.

1.2. O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Processo Seletivo, entretanto, se deferida a isenção não precisará pagar o boleto bancário.

1.3. Para requerer a isenção por "doação de sangue" o candidato deverá:

1.3.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VII), assinalando a opção "doador de sangue" e anexar ao requerimento o documento expedido pela entidade coletora.

1.3.2. O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a 2 (duas) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital deste Certame.

1.3.3. Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

1.4. Para requerer a isenção por doação de medula óssea o candidato deverá:

1.4.1. Efetuar o preenchimento completo do requerimento de isenção (Anexo VII), assinalando a opção "Doador de Medula Óssea" e anexar ao requerimento o comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

1.5. O requerimento de isenção deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até no prazo final estabelecido para este fim no Anexo III deste Edital.

1.6. A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, devendo o candidato verificar o deferimento ou não, na data prevista no Anexo III.

1.7. O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Isenção, seguindo as disposições do Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado no prazo previsto no Anexo III, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

1.8. A NBS Serviços Especializados Eireli apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até a data prevista no Anexo III, republicando a lista de candidatos isentos nesta mesma data.

1.9. Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico www.nbsprovas.com.br, imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até o último dia das inscrições, para efetuar o pagamento da sua inscrição, observando o horário bancário.

1.10. A constatação de falsidade da declaração referidos no item anterior, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do presente processo, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

4. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1.

2.

3.

4.

5.

5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, em local a ser definido e publicado, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.

5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 2 (duas) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.

5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo está em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Processo Seletivo.

5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.

5.14. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.15. A NBS Serviços Especializados Eireli, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.

5.16. Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.

5.17. Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários é restrito aos candidatos em prova, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.

5.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.19. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Mafra não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

5.20. Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- b) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

5. DAS PROVAS

6.

6.1. Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem nota maior que 0,00 (zero).

1.

2.

3.

4.

5.

6.

6.1.

6.2.

6.2.1.

6.2. Da Prova Escrita Objetiva:

4.

5.

5.1.

5.2.

5.2.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo 25 (vinte e cinco) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Português	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,30	1,50
Valor total da prova escrita:			10,00

6.2.1.

6.2.2.

6.2.3. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

1.

2.

3.

4.

5.

5.1.

5.2.

5.3.

1.

1.1.

1.2.

1.3.

6.2.4. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

a) Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;

b) Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);

e) For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.2.5. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.2.6. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.2.7. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.2.8. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

1.

2.

3.

4.

5.

5.1.

5.2.

5.3.

6. DOS RESULTADOS

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.

7.

7.1.

7.2.

7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.

- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais.
- e) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

7. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.

8.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.2. O candidato aprovado deverá manter seu endereço e o número de telefones atualizados durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda de sua classificação.

8.3. O candidato convocado e após ter escolhido a vaga, perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos;
- c) Desistir formalmente da vaga.

8.3.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Mafra, obedecendo à ordem de classificação.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.mafra.sc.gov.br e www.nbsprovas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Análise do Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

8. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.

9.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

9.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 9.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

9.3. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.4. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Processo Seletivo na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será convocado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Processo Seletivo na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida à ordem de classificação na listagem especial e no prazo de validade do Processo Seletivo.

9.5. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.6. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.7. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.8. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.9. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.

9.10. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3.16 deste edital.

9.11. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) De 25 a 40 decibéis - dB - surdez leve;
- b) De 41 a 55 - dB - surdez moderada;
- c) De 56 a 70 - dB - surdez acentuada;
- d) De 71 a 90 - dB - surdez severa;
- e) Acima de 91 - dB - surdez profunda; e
- f) Anacusia;

III. Deficiência Visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) Comunicação;
- b) Cuidado pessoal;
- c) Habilidades sociais;
- d) Utilização da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) Habilidades acadêmicas;
- g) Lazer; e
- h) Trabalho;
- i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

9.12. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.

9.13. Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.14. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.15. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

9. DOS RECURSOS

10.

0.1. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;
- c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- e) Ao indeferimento do Pedido de Isenção;
- f) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória.

0.2. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "f", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo V.

0.3. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "f" do Item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo IV deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso - Anexo IV do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

10.1.

10.2.

10.3.

10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente (s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

0.4. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

0.5. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido

o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

0.6. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

0.7. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

0.8. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

0.9. A Comissão Municipal de Fiscalização de Seletivos constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

10. DOS PROTOCOLOS

11.

11.1. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

a) A impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;

b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;

c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;

d) O Requerimento de Isenção;

e) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;

f) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;

g) O Requerimento de Análise de Títulos;

11.2. Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas "a" a "d" do item anterior devem ser protocolados meio postal, através do serviço de Sedex, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Processo Seletivo do Município de Mafra

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.2.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.3. Os recursos, previstos na alínea "e" e o requerimento previsto na alínea "f", ambos do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.3.1. Diretamente no site www.nbsprovas.com.br, através da "Área do Candidato", em ambiente restrito, na opção "Recursos" (alínea "f"), preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário; ou

11.3.2. Por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

Processo Seletivo do Município de Mafra

Rua Timbó, nº 301 - Sala 601

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC

CEP: 89012-180.

11.4. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.

11.5. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.6. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Mafra não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.7. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

11.8. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

11. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

12.

12.1. Os candidatos aprovados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

12.2. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.3. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

12.3.1. Ser brasileiro conforme rege a Constituição Federal;

12.3.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

12.3.3. Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial, que serão custeados pelo candidato classificado;

12.3.4. Para fins de admissão, no dia da escolha de vagas, será apresentada a lista de documentos exigidos para contratação.

12.3.5. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo.

12.3.6. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Processo Seletivo.

12.4. DA OFERTA DE VAGAS PARA OS CARGOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL:

12.4.1. Os candidatos serão classificados de acordo com o cargo escolhido no momento da inscrição, para o qual prestou prova escrita, sob única e inteira responsabilidade do candidato de inscrever-se em cargo do qual possua os requisitos exigidos, devendo comprovar a escolaridade no momento da escolha de vagas.

12.4.2. O candidato que na escolha de vagas não comprovar a escolaridade e requisitos do cargo escolhido, será eliminado do certame.

12.4.3. Para a confirmação da escolaridade e requisitos exigidos para o cargo, escolhido no momento da inscrição, apresentando os seguintes documentos:

a) Apresentar original da Carteira de Identidade (RG), CPF e PIS Pasep;

b) Para os candidatos habilitados, apresentar original, do certificado de conclusão de graduação em Licenciatura Plena na Disciplina/Cargo e Histórico escolar em que se inscreveu;

c) Para os candidatos não habilitados, apresentar comprovante original, do Certificado do Magistério e/ou Declaração de Conclusão em 2018 do Magistério, da fase concluída ou a concluir, do curso superior de licenciatura plena e/ou bacharel compatível com a área ou disciplina de inscrição escolhida ou comprovante de outro curso superior com respectivo histórico escolar, onde conste a área ou disciplina da inscrição escolhida, com carga horária mínima de 80 horas.

12.4.4. A chamada dos classificados para a escolha de vagas será feita de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo a ordem de classificação por disciplina/área, respeitando a ordem de classificação, habilitados e não habilitados, através de Termo de Convocação a ser publicado no site www.mafra.sc.gov.br.

12.4.5. O candidato classificado, poderá, no dia da convocação, escolher uma única vaga oferecida de até 40 horas semanais, não sendo permitido a somatória da carga horária com outra vaga apresentada no mesmo Termo de Convocação.

12.4.6. A Secretaria Municipal de Educação, poderá alterar a carga horária dos candidatos contratados, de acordo com as necessidades da própria Secretaria, obedecendo a ordem de classificação por disciplina/área, respeitando a ordem de classificação, habilitados e não habilitados.

12.4.7. O candidato classificado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas e o candidato que não se apresentar no dia da Convocação, permanecerá na ordem de classificação, até uma próxima chamada, se houver.

12.4.8. O candidato que escolher a vaga com término antes do final do ano letivo de 2019, ao encerrar o seu contrato passará para o final da classificação.

12.4.9. O candidato classificado que escolher a vaga e desistir da mesma, somente poderá escolher outra vaga, depois de esgotada toda a listagem de classificação.

12.4.10. Quando não houver candidato para a vaga em determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação).

12.4.11. O candidato a ser contratado, no ato da escolha de vagas, receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados no prazo determinado pelo setor competente.

12.4.12. Os professores contratados, deverão participar dos Cursos de Formação Continuada oferecidos pela Secretaria de Educação e de acordo com as necessidades, poderão trabalhar no Recesso de Julho.

12.4.13. O professor contratado que não cumprir o Artigo 13 da Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases, passará pela análise e registro da Comissão Permanente do Processo Seletivo, que encaminhará à Procuradoria Jurídica, para providências necessárias.

12.4.14. O artigo 23, da lei nº 3795 de 04/04/2012, não se aplica neste edital.

12.4.15. Fica ciente o candidato classificado que, em aceitando sua contratação, exercerá suas funções na Unidade Escolar escolhida pelo candidato no dia do Termo de Convocação.

12.4.16. Primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores habilitados, e esgotando todas as possibilidades, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos não habilitados.

12.4.17. A escolha de vagas ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Cel. Jose Severiano Maia, 441, e divulgado a Convocação pelo site www.mafra.sc.gov.br.

12.4.18. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

12.4.19. O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação justificativa e aguardar a manifestação da mesma, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

12.4.20. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo ACT/2019 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, e vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

12.4.21. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Mafra, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

12.4.22. O cronograma é uma previsão dependendo de confirmação, devendo o candidato acompanhar as publicações e os editais de convocação.

12.5. Para as vagas do magistério abertas no decurso do ano letivo de 2019, não haverá oferta de vagas, sendo seguidas as regras de chamamento definidas a partir do próximo item.

12.6. Caso o candidato convocado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a admissão, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Mafra/SC convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

12.7. O candidato convocado deverá cumprir o prazo estipulado pela Secretaria de Educação para entregar a documentação exigida no Departamento de Recursos Humanos para assumir o cargo.

12.8. Não será efetuada "oferta de vagas" para este Processo Seletivo, salvo as vagas do magistério municipal, cujo critério já está definido em itens anteriores, ficando à critério do Município de Mafra a indicação do local de trabalho, sendo observadas as atribuições inerentes à função.

12. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

- 1.
- 2.
- 3.

4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.

13.1. O prazo de validade deste processo seletivo é de 1 (um) ano, sendo deste modo, considerado o Ano Letivo de 2019.

13.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

13.3. A contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

13. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.

14.1. Delega-se competência à NBS Serviços Especializados Eireli, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber e processar as inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas/objetivas;
- d) Apreçar todos os recursos previstos neste edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- f) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
- h) Responder, em conjunto com o Município de Mafra eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Processo Seletivo, devidamente nomeada para esse fim.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Mafra.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.

15.1. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

15.2. Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral no Departamento de Recursos Humanos.

15.3. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.

15.4. O Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.

15.5. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

15.6. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

15.7. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo do Município de Mafra e da NBS Serviços Especializados Eireli, de acordo com a legislação vigente.

15.8. O Município de Mafra e a NBS Serviços Especializados Eireli não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nbsprovas.com.br.

15.9. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o "Manual do Candidato", contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o "Manual do Candidato", prevalecerão as disposições deste Edital.

15.10. Para fins de suporte técnico ao presente certame fica estabelecido o e-mail de contato: mafra@nbsprovas.com.br criado exclusivamente para este certame. Este e-mail será desativado após a homologação deste Processo Seletivo.

15.11. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortêsias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
- c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;

15.12. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.

15.13. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:

- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;

b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.

15.14. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.

15.15. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Mafra/SC.

15.16. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Conteúdo Programático.

b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.

c) Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.

d) Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).

e) Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.

f) Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.

g) Anexo VII - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição.

15.17. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 09 de outubro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito do Município de Mafra

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Mafra, www.mafra.sc.gov.br, História do Brasil e História de Santa Catarina. Lei Orgânica do Município. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

PORTUGUÊS (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Ortografia; Gramática; Leitura e interpretação de texto. Variações linguísticas. Funções da linguagem. Tipos e gêneros de texto. Coesão e coerência textuais. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico): emprego de letras; uso de maiúsculas e minúsculas; acentuação tônica e gráfica; pontuação. Fonologia/ fonética: letra/fonema; encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: elementos mórficos e processos de formação de palavras; classes de palavras. Sintaxe: termos das orações; orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase. Semântica: denotação, conotação; sinonímia, antonímia, homonímia e parônima; polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Incorpora também todo o conteúdo programático definido ao nível fundamental. A Comunicação: linguagem, texto e discurso; o texto, contexto e a construção dos sentidos; Coesão e coerência textuais; Intertextualidade e polifonia; A Língua: norma culta e variedades linguísticas; dialetos e registros, gíria; Língua padrão: ortografia, acentuação e pontuação; Semântica: denotação e conotação; figuras de linguagem; sinonímia, antonímia, homonímia, parônima; polissemia e ambiguidade; Morfologia: estrutura e processos de formação de palavras; classes de palavras: flexões, emprego e valores semânticos, com ênfase em verbos, pronomes, conjunções e preposições; Sintaxe: Termos e Orações coordenadas e subordinadas; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; sintaxe de colocação. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

Conjuntos: Determinação de conjuntos. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Partição de conjuntos. Operações com conjuntos (união, interseção, diferença e complementar). Sistemas de Numeração. Números Naturais: Conceito. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Problemas de contagem. Expressões numéricas com números naturais. Múltiplos e Divisores (Sequências, divisor ou fator, fatoração, critérios de divisibilidade, fatoração completa.). Números primos. Decomposição em fatores primos. MDC E MMC. Problemas envolvendo números naturais. Números Inteiros: Conceito. Ordenação. Comparação. Módulo. Operações com números inteiros (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números inteiros. Problemas envolvendo números inteiros. Números Racionais: Conceito. Frações e números decimais. Dízimas periódicas simples e compostas. Equivalência. Ordenação. Comparação. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números racionais. Problemas envolvendo números racionais. Números Irracionais. Números Reais: Conceito. Representações na reta. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada). Expressões numéricas com números reais. Problemas envolvendo números reais. Potências de 10 e Notação Científica. Razões e Proporções. Porcentagem. Juros. Noções de estatísticas e probabilidade. Gráficos e tabelas para tratamento da informação. Possibilidades e chances. Lógica: Quantificadores. Sentenças e Proposições. Equivalência de proposições. Proposições condicionais e bicondicionais. O uso dos conectivos, a negação, a conjunção e a disjunção. Grandezas e Medidas: Comprimento, área, volume, capacidade, massa e tempo. Equações de 1º e 2º graus: Resoluções de equações. Resoluções de problemas envolvendo equações. Sistemas de equações e inequações. Funções: A noção de função. A função como relação entre dois conjuntos. Domínio e imagem de uma função. Função de 1º e 2º graus: Conceito. Gráficos. Zeros ou raízes. Análise dos gráficos. Domínio e Imagem. Cálculo Algébrico: Fatoração. Expressões algébricas. Valor numérico. Produtos Notáveis. Simplificação de frações algébricas. MMC e MDC. Polinômios e suas operações. Geometria Plana: Noções Fundamentais. Ângulos. Polígonos. Perímetro. Áreas das principais figuras planas. Congruência. Semelhança. Relações Métricas e Razões Trigonométricas de um Triângulo Retângulo. Círculo e Circunferência (comprimento da circunferência e de arcos. Área de círculo), Raciocínio lógico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

00 – Conteúdo Específico (comum a todos os cargos de Professor)

Legislação e Políticas Públicas: Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Propostas curriculares para o ensino fundamental (Nacional, Estadual e Municipal). BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Constituição Federal capítulo referente à Educação. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Conhecimento da realidade e alternativas de ensino.

Didática e Teorias da Aprendizagem: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas,

humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo- Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Libaneo, Gardner, Ruben Alves, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura. Teoria de Ensino de Jerome Bruner. Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers. Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov). Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e Características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno.

Professor de Ensino Fundamental -1º ao 5º ano das Séries Iniciais (Cargo: 01)

Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental. Conceito de Ensino e Aprendizagem. Noções da Proposta Construtivista. Noções de Educação, Escola, Docente e Discente. Noções de Planejamento de Ensino: Objetivos, Conteúdos, Estratégias, Recursos e Avaliação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), todo teor. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, todo teor. Tipos de Plano de Ensino. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Educação Infantil (Cargo: 02)

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. Gêneros textuais orais e escritos. Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Artes (Cargo: 03)

A História da Arte Geral. A História da Arte no Brasil. A História da Arte Arquitetônica. A Educação Musical na Escola. O Teatro. O Jogo dramático teatral na escola. Harmonia de cores. Geometria. Projeções Geométricas. Elementos básicos das composições artísticas (coreografias, teatrais, musicais, visuais, audiovisuais) e suas gramáticas articuladoras. O Ensino da Educação Artística no Ensino Fundamental: a metodologia do ensino da arte; o desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio cultural do ser humano. As diferentes linguagens artísticas e a educação. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Tipos de dança e a cultura da dança na história. História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. A história do teatro, conceitos, teorias, principais produtores, diretores, peças premiadas. O ensino de teatro no contexto atual. Processo de construção do conhecimento em teatro: interações com texto, o espaço, o contexto e os personagens. Artes, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Pedagogias teatrais: contexto e gênese. O teatro na educação: fundamentos. Noções de artes técnicas no teatro: Figurino: o que é?, sua função, espaço e tempo. Elementos e adereços de cenário e de cena. Cenografia: história, riscos, simplicidade. Iluminação: intensidade, cor, distribuição, movimento e luz. Sonoplastia e sonorização: histórico, efeitos especiais, tipos de equipamentos, montagens, consertos, instalação elétrica e eletrônica. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Ciências (Cargo: 04)

Ecologia: populações comunidades e ecossistemas; energia nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares; pirâmides ecológicas; relações ecológicas, ciclos dos nutrientes; formações fitogeográficas do Brasil. Seres vivos: classificação dos seres vivos; evolução; principais grupos de animais e plantas, sua classificação, morfologia e fisiologia; características gerais dos reinos fungi; protista e monera; Citologia e genética: Tipos de células; estrutura da célula; membrana plasmática; citoplasma e organelas celulares; o núcleo celular e o material genético; herança mendeliana; grupos sanguíneos; Mecânica: grandezas físicas, MRU (movimento retilíneo uniforme) e MRUV (movimento retilíneo uniformemente variado); forças; peso, massa e gravidade; pressão; astronomia. Óptica, ondulatória e termologia: a luz; lentes e espelhos; refração e reflexão; o som, propagação do som; características das ondas sonoras; calor e temperatura; transferência de calor; isolantes térmicos; dilatação dos corpos; Eletricidade e magnetismo: cargas elétricas; eletrização dos corpos; tensão, corrente, potência e resistividade elétrica; circuitos elétricos; associação de resistores; ímãs e bobinas. Química: matéria; conservação da matéria; fenômenos físicos e fenômenos químicos; substância pura e mistura; substâncias simples e compostas; teorias atômicas; tabela periódica; elementos químicos; isótopos, isóbaros e isótonos; reações químicas; funções inorgânicas; Ensino de ciências: porque ensinar ciências?; construtivismo e ensino de ciências; modelo de mudança conceitual; história e filosofia da ciência; temas transversais; relações ciência-tecnologia-sociedade-ambiente (CTSA). Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Educação Física (Cargo: 05)

Corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento; Nutrição e atividade física; Socorros de urgência aplicados à Educação Física; Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades; As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola; Educação Física escolar e cidadania; Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Concepções de Educação e Escola; Ética no trabalho docente; Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Desenvolvimento das capacidades inerentes ao rendimento esportivo; Abordagens da educação física escolar; Motricidade humana; Biodinâmica da atividade humana; Atividade física e qualidade de vida; Histórico da educação física no Brasil; Condicionamento físico e performance humana; Esportes, lutas e danças – histórico e regras; Anatomia Humana. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Geografia (Cargo: 06)

Noções básicas de Geografia: Noções de Espaço: Conceitos e espaço em transformação; Orientação: Rosa dos Ventos e Coordenadas geográficas; Fusos horários: Fusos do Brasil, Horários de verão; Cartografia: Projeções, Escalas, Legendas, Sensoriamento remoto; Noções de Astronomia, Origem do Universo; O Sistema Solar; Movimentos da Terra; Estações do ano; Fases da Lua. Geografia do Brasil e Regional: A organização do espaço geográfico brasileiro; Posição geográfica do Brasil: localização e limites; Regionalização; O Brasil no contexto Mundial; Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação e hidrografia; Aspectos humanos: formação e cultura da população, crescimento, distribuição, estrutura (etária, sexual, atividades setoriais e indicadores socioeconômicos), urbanização e suas consequências; Aspectos econômicos: atividade agropecuária (evolução, sistemas e áreas de produção, mão de obra e questão agrária), extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais, os meios de transportes e circulação de mercadorias; Os principais problemas ambientais rurais e urbanos. Geografia Geral e Geopolítica: Organização do espaço mundial; Divisão geográfica dos continentes; A produção do espaço nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; Aspectos físicos dos continentes: relevo, clima, vegetação, hidrografia e dinâmica interna e externa da Terra; Aspectos humanos mundiais: teorias demográficas e crescimento, distribuição, estrutura, indicadores socioeconômicos. Aspectos econômicos: atividade agropecuária (modos, sistemas e áreas de produção) extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais (tipos de indústrias, áreas industriais e sistemas de produção); A Geopolítica Mundial: da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; O processo de globalização e suas implicações; Os blocos econômicos e suas áreas de influências: (MERCOSUL, União Europeia, NAFTA, APEC e outros); Os fluxos comerciais, de transportes e comunicações; A economia mundial: G-8, G-20, Rodada Doha, China, Tigres Asiáticos, transformações do leste europeu, nacionalismo e áreas de conflitos e guerrilhas; A questão ambiental; Os desafios da conservação ambiental: As interações entre sociedade e natureza. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de História (Cargo: 07)

Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império – República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo – Governos Militares; Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia; Antiguidade Clássica: Grécia e Roma; Feudalismo; Renascimento Cultural; Reformas religiosas; Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos e América Latina; Fazer e construir a História; A América encontrada pelos europeus; Colonização: Dominação, submissão e resistência; A crise do Sistema Colonial; O Brasil constituindo-se em Estado; O Brasil parece ser o café e o café não é o Brasil; Anos 20 / As tensões sociais transformadas em conflitos; O Brasil contemporâneo: O movimento da História – permanência e mudanças; Estados Nacionais, Imperialismo e Revoluções; Industrialização e urbanização; A cidade e o campo. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Inglês (Cargo: 08)

A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguístico-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença Frase nominal Substantivo Genetivo Adjetivo (graus comparativo e superlativo) – Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto. Interpretação de Textos. Prova mista em língua portuguesa e língua inglesa. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Matemática (Cargo: 09)

Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra: Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Língua Portuguesa (Cargo: 10)

Fonética e Fonologia: Fônea e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras "Que" e "Se"; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Ensino Religioso (Cargo: 11)

Ética; Cidadania; Moral e Respeito; Religiões antigas (Egito Grécia, Babilônia); Religiões no Brasil Colônia, Império, República; Cultura

Afro-brasileira; Conflitos religiosos; Intolerância religiosa; Cristianismo; Reformas na igreja católica. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentais nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Práticas Zootécnicas / Industriais / Gerenciais e Agrícola (Cargo: 12)

Práticas Zootécnicas. Noções de Caprinocultura, ovinocultura, cunicultura, cotonicultura, avicultura de corte, avicultura de postura, piscicultura, bovinocultura de leite e suinocultura. Práticas e noções de: Horta, mandala, culturas regionais, jardinagem e paisagismo, palmáceas, fruticultura, viveiros de mudas e compostagem. Prática de Gerenciamento Agrícola noções de: Cooperativa, medidas de superfície e cálculo de área, relatório trimestral das unidades didáticas e turismo rural. Cozinha experimental. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL

OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito (a) no Processo Seletivo nº 02/2018 do Município de Mafra, inscrição nº _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____, portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, - _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____

CID nº: _____

Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas

a) () Prova Ampliada

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

Especificar: _____

d) () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Mafra/SC, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

0.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
09/10/2018	Publicação do Edital.
10/10/2018	Prazo para contestação do Edital
11/10/2018	Publicação do Edital revisado, se for o caso.
11/10/2018 - 08h00min à 25/10/2018 - 17h00min	PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova e para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE.
25/10/2018	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
Até 19/10/2018	Prazo para solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição.
22/10/2018	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Provisório).
23/10/2018	Prazo de Recurso contra o Indeferimento do Pedido de Isenção.
24/10/2018	Publicação do Rol de Inscrições Isentas (Definitivo) e disponibilização do boleto de pagamento para os pedidos indeferidos.
29/10/2018 até as 23h59min	Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial.
30/10/2018 - 08h00min à 31/10/2018 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.

01/11/2018	Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
11/11/2018	Data da Prova Escrita
12/11/2018	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
12/11/2018 - 08h00min à 13/11/2018 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
20/11/2018 até as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
21/11/2018 - 08h00min à 22/11/2018 - 17h00min	Prazo para recurso contra a Classificação Provisória.
26/11/2018	Publicação do resultado final do Processo Seletivo nº 02/2018.
A DEFINIR	Escolha de Vagas do Magistério Municipal 2019. A ser definido e divulgado pela Secretaria Municipal de Educação através do site do Município de Mafra/SC.

0.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Comissão da NBS Serviços Especializados Eireli, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

0.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

0.2. ELETÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.

0.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 02/2018
MAFRA/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

0.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

0.2. ELETÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.

0.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 02/2018
MAFRA/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso:

<input type="checkbox"/>	Cancelamento/Indeferimento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Classificação Provisória
<input type="checkbox"/>	Indeferimento ao pedido de Vaga Especial
<input type="checkbox"/>	Itens do Edital
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova Prática
<input type="checkbox"/>	Outros (especificar):

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Atribuições comuns a todos os cargos:

Desempenharão atividades que envolvam planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem, de acordo com a Legislação vigente; possuir conhecimento e domínio do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas-didáticas; seguir diretrizes educacionais do estabelecimento onde atuar e da Secretaria Municipal de Educação; ministrar a docência nos dias letivos e hora aula estabelecidos, incluindo a participação efetiva nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

ANEXO VII - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____, inscrito (a) no Processo Seletivo n.º 02/2018 do Município de Mafra, inscrição n.º _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF n.º _____ portador do documento de identidade n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da Taxa de Inscrição, conforme Item 4 deste Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () DOADOR DE SANGUE

Anexar: Identificação de Doador (Cartão) e comprovante de no mínimo 2 (duas) doações nos últimos 12 meses.

2) () DOADOR DE MEDULA ÓSSEA

Anexar: Comprovante de inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Mafra/SC, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do (a) Candidato (a)

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2018

Publicação N° 1769052

O Município de MAFRA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 02/2018, destinado ao provimento de vagas para professores em caráter temporário, para o ano letivo de 2019, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal n.º 3495/2012, Lei Municipal n.º 3008/2005 e demais legislações atinentes, todas considerando as suas alterações posteriores, e de acordo com as disposições deste Edital. Cargos: Professor I - Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano das séries iniciais; Professor II - Educação Infantil; Professor III - Artes; Professor III - Ciências; Professor III - Educação Física; Professor III - Geografia; Professor III - História; Professor III - Inglês; Professor III - Matemática; Professor III - Português; Professor III - Ensino Religioso; Professor IV - Prática zootécnicas / Industriais / Gerenciais e Agrícolas. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 11 a 25 de outubro de 2018 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico www.nbsprovas.com.br. Provas: As provas serão aplicadas no dia 11 de novembro de 2018. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Mafra (SC), no site www.mafra.sc.gov.br bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Mafra (SC), 09 de outubro de 2018. Sr. WELLINGTON ROBERTO BIELECKI. Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**NOTIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018**

Publicação Nº 1769117

NOTIFICAÇÃO

Pregão Presencial Nº 02/2018

Contratada: MAURO FONSECA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 252, Centro, Rio Negro-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 77.509.602/0001-01.

Objeto do Contrato: A aquisição de cadeiras giratórias nos modelos Presidente e Diretor, em conformidade com as especificações contidas no Edital.

Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 02/2018, Pregão Presencial 002/2018.

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: SOBRE NÃO FORNECIMENTO DOS OBJETOS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO.

O CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.493.692/0001-84, CONSIDERANDO:

a) que O Contrato Nº 04/2018 foi firmado em 16/07/2018 com a empresa ora NOTIFICADA, decorrente de Processo Licitatório nº 02/2018, Pregão Presencial 02/2018;

b) que a NOTIFICADA comprometeu-se em entregar 01 cadeira giratória modelo Presidente e 14 cadeiras giratórias modelo Diretor, objeto desta licitação no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da data do início de vigência do contrato;

c) que foi NOTIFICADA em 20/08/2018 sobre a inexecução total do objeto do contrato, o qual apresentou justificativa no dia 23/08/2018, solicitando o prazo de 31/08/2018 para entrega dos objetos;

d) que em 04/09/2018 foi mais uma vez notificada para substituição das 15 cadeiras entregues na Câmara, uma vez que as mesmas encontravam-se em desconformidade com as especificações do edital e apresentou em 11/09/2018 justificativa para apresentação de amostras até o dia 12/09/2018 (fora do prazo e das especificações contidas no Edital do Pregão) para após aprovação do fiscal de contrato, a entrega dos objetos na sequência;

e) que a execução dos serviços deveria ter ocorrido até o dia 31/08/2018, portanto em atraso a mais de 19 dias, sem contar os prazos justificados prejudicando desta forma o bom andamento dos trabalhos da Câmara Municipal de Mafra;

f) que o Contrato nº 04/2018 impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais destacamos:

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

7.1 – A Licitante vencedora terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para fornecer os objetos, contatos a partir da data do início da vigência do contrato.

7.2 – A contratada deverá comunicar à Comissão de Inventário e Controle de Bens e Patrimônios da Câmara Municipal de Mafra, através de seu Presidente, pelos e-mails camara@camaramafra.sc.gov.br e contabilidade@camaramafra.sc.gov.br, com dois dias úteis de antecedência, a data de entrega dos objetos.

7.3 – Os objetos deverão ser entregues montados, aos menos embalados com plástico bolha, outra maneira a preservar a sua integridade.

7.4 – A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela carga e descarga dos objetos, na sede da Câmara Municipal de Mafra e no setor indicado pela contratante.

7.5 – A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos objetos, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

7.6 – O objeto deste instrumento será recebido em uma única oportunidade, ocasião em que será feita a conferência da regularidade deles com as especificações editalícias.

7.6.1 – A conferência de que trata o item 7.6 será realizada por servidor devidamente designado pelo Presidente desta Câmara, que atuara como Fiscal do respectivo contrato.

7.6.2 – A aceitação do mobiliário feita pelo Fiscal de Contrato se dera mediante exame de conformidade com as especificações contidas na proposta de Preços apresentada pela contratada quando vencedora do certame.

7.6.3 – A Câmara reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe aprouver e convier, a completa fiscalização do objeto deste contrato, para que o CONTRATADO se comprometa a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas.

7.7 – A Câmara Municipal de Mafra deverá notificar a CONTRATADA, caso os mobiliários apresentem problemas, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição dos mesmos dentro de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da notificação.

7.7.1 – Caso a CONTRATADA não providencie a substituição dos bens no prazo de 05 (cinco) dias, o contrato será cancelado em relação a esses bens não entregues.

7.8 – A inexecução total ou parcial do fornecimento dos mobiliários, ensejará a rescisão contratual com as consequências previstas neste instrumento, além das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

7.9 – Os prazos deverão ser observados rigorosamente, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

7.10 – A Câmara Municipal de Mafra poderá, no interesse público, adquirir quantidades inferiores às licitadas.

g) que quando da abertura da licitação o pregoeiro de forma verbal, alertou os representantes das empresas proponentes, quanto ao cumprimento dos prazos previstos no edital;

h) que o Contrato nº 04/2018 ainda prevê:

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

[...]

8.2 [...]

VIII – Impossibilitado de cumprir o(s) prazo(s) de FORNECIMENTO, o CONTRATADO deverá adotar os seguintes procedimentos:

a – Protocolar o pedido de prorrogação de prazo antes da data limite para entrega na sede da Câmara Municipal de Mafra, sito a Av. Cel. José Severiano Maia, 441 – Centro – Mafra-SC, ou ainda pelo email camara@camaramafra.sc.gov.br, devendo, no mínimo constar:

a.1 – Identificação do objeto, número do pregão e do contrato;

a.2 – Justificativa, plausível, quanto à necessidade da prorrogação;

a.3 – Documentação comprobatória; e

a.4 – Indicação do novo prazo a ser cumprido.

b – O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto no subitem anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do Presidente da Câmara seu deferimento.

c – Caso o Presidente da Câmara não conceda a prorrogação do prazo, nova data limite será estabelecida, em conformidade com o deferido.

d – Caso o Presidente da Câmara não conceda a prorrogação do prazo, o CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas pertinentes.

e – Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega; e

f – O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará à Câmara Municipal de Mafra a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo o CONTRATADO, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

Diante do exposto, NOTIFICAMOS a empresa MAURO FONSECA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 77.509.602/0001-01, a NÃO ACEITAÇÃO do pedido de prorrogação de prazo requerido, através do email datado de 11/09/2018 enviado à Pregoeira da Casa.

Tal ato se justifica pelo pedido estar em desconformidade com as especificações exigidas na Cláusula Oitava do Contrato nº 04/2018, datado e assinado dia 16/07/2018.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA.

Mafra (SC), 19 de setembro de 2018.

ADILSON SABATKE

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3707 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768463

DECRETO Nº 3707 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 83.947,10 (oitenta e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e dez centavos) nos programas abaixo discriminados:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0602 – GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO

0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação

0602 – 333900000 – Aplicações diretas

0602 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 29.840,88

0700 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0701 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0701.0017.0512.0034.2036 – Manutenção do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

0701 – 333930000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0701 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 22.050,11

0703 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0703.026.0782.0017.2030 – Manutenção da Frota Rodoviária da Secretaria de Estradas, Obras e Serviços Urbanos

0703 – 33390000000 – Aplicações diretas

0703 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 13.163,91

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

0801.012.0365.0035.2049 – Manutenção da Pré-Escola

0801 – 33190000000 – Aplicações diretas

0801 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 4.486,87

0801 – 33390000000 – Aplicações diretas

0801 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 855,00

0801.012.0365.0035.2052 – Manutenção do Transporte Escolar da Pré-Escola

0801 – 33390000000 – Aplicações diretas

0801 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 2.616,02

1200 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

1201 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

1201.026.0782.0031.2031 – Manutenção da Frota Rodoviária da Secretaria de Agricultura

1201 – 33390000000 – Aplicações diretas

1201 – 030000 – Recursos Ordinários R\$ 10.934,31

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que tratam o artigo anterior são oriundos do superávit financeiro do exercício anterior conforme Artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 14 de setembro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 3715 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768464

DECRETO Nº 3715 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018
Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento de 2018 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) nos programas abaixo discriminados:

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0801 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
0801.012.0361.0020.2043 – Manutenção Do Transportes Escolar do Ensino Fundamental
0801 – 33390000000 – Aplicações diretas
0801 – 016600 – Transf. Constit. Desenvolv. Educação R\$ 100.000,00
0801.012.0362.0021.2045 – Manutenção Do Transportes Escolar do Ensino Médio
0801 – 33390000000 – Aplicações diretas
0801 – 016600 – Transf. Constit. Desenvolv. Educação R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que tratam o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no vínculo no atual exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de outubro de 2018.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº 3717 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769277

DECRETO Nº 3717 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018
Abre créditos adicionais suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1850 de 22 de dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2018 no valor de R\$ 39.389,18 (trinta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos) no programa abaixo discriminado:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0602 – GERÊNCIA DE TRIBUTAÇÃO
0602.004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação
0602 – 344900000 – Aplicações diretas
0602 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 5.000,00

0800 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0803 – GERÊNCIA DE CULTURA E TURISMO
0803.0013.0392.0038.2062 – Apoio a eventos culturais
0803 – 333900000 – Aplicações diretas
0803 – 030000 – Recursos ordinários R\$ 23.000,00

1200 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
1201 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
1201.028.845.0107.0001 – Transferência à Entidades e Associações - Agricultura
1201 – 335000000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
1201 – 030000 – Recursos Ordinários R\$ 11.389,18

Art. 2º Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de outubro de 2018.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15.2017 (PMM)

Publicação Nº 1768980

TERMO ADITIVO DE QUANTIDADE

Processo Licitatório Nº 05/2017

Pregão Presencial Nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 – CONTRATO Nº 19/2017

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve aditar as quantidades.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, TERCEIRA IDADE, CONFORME ITINERÁRIO (TRAJETOS DE IDA E VOLTA).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO QUANTITATIVO

2.1. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir as necessidades da Administração Municipal. Abaixo as especificações e quantitativos aditados:

FORNECEDOR: 181749 - MARCILENE GRIBOSKI COSTA 03710267927						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE LICITADA	QTDE ADITIVO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
05	TRANSPORTE DE ALUNOS ESPECIAIS, MATRICULADOS NA APAE NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, NOS TRAJETOS DE IDA E VOLTA, ITINERÁRIO CONFORME EDITAL.	KM	18360	4590	R\$ 2,51	R\$ 11.520,90

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata aditiva, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017, e as propostas das licitantes classificadas no certame supra numerado.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que deu origem a este termo aditivo.

Massaranduba – SC,	04	de	outubro	de	2018
--------------------	----	----	---------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

MARCILENE GRIBOSKI COSTA 03710267927
MARCILENE GRIBOSKI COSTA
CONTRATADA

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018**

Publicação Nº 1768741

PROCESSO LICITATÓRIO PARA FORNECIMENTO DE BENS Nº. 011/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

A CAMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL acima mencionado, objetivando o fornecimento, instalação e configuração de equipamentos de áudio e vídeo (projeto e tela de projeção) e climatização (ar condicionado), para a Câmara de Vereadores de Massaranduba-SC, conforme especificações constantes do Termo de referência.

Entrega de Envelopes: até as 09:00 horas do dia 22/10/2018.

Credenciamento e Abertura dos Envelopes: às 09:30 horas do dia 22/10/2018.

A integra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores de Massaranduba das 7:30 as 11:30 e 13:00 às 17:00 horas ou solicitados através do e-mail: marilu@massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba/SC, 05 de Outubro de 2018.

FABIANO KEMPSKI

Presidente do Legislativo Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO 021/2018**

Publicação Nº 1768765

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2018

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo n.º 001/2017, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para o qual foi classificada.

Cargo: AUXILIAR EDUCACIONAL

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Colocação
34	JAINE MACHADO	55,0	10º

Matos Costa, 08 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA 573/2018

Publicação Nº 1768783

PORTARIA Nº 573/2018 – De 04 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a servidora ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TÉCNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função como responsável do setor de Compras, 14 (quatorze) dias de Licença Prêmio Proporcional, referente ao período aquisitivo proporcional de 19.03.2007 a 26.06.2012, a serem gozados entre os dias 04.10.18 à 17.10.18, de conformidade com o insculpido no art. 241, § 1º, c/c art. 242 e art. 134, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 04 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09**PORTARIA 574/2018**

Publicação Nº 1768785

PORTARIA Nº 574/2018 – De 04 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor DIRCEU JOANIM DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TÉCNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, para responder pelo setor de Compras durante os períodos de afastamento da servidora responsável

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 04 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL

Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 575/2018

Publicação Nº 1768786

PORTARIA Nº 575/2018 – De 04 de Outubro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO DIAS, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, retroativos ao dia 27/09/2018 de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 04 de Outubro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

AMELIA APARECIDA DA SILVA

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL

Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 268-2018

Publicação Nº 1768469

PORTARIA n.º 268/2018

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde à servidora GISELE KRISTINE BITENCOURT DOS SANTOS ROSSI, ocupante do cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Outubro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 269-2018

Publicação Nº 1768738

PORTARIA n.º 269/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1408/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora EDILENIA MACARINI FREZZA RONCHI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na E.E.B.M. Inês Toneli Nápole, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08/10/2018.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Outubro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2018

Publicação Nº 1768811

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 2081/2018
Modalidade: Pregão Nº 072/2018
Tipo: Menor preço - Menor preço por lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, A FIM DE PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO QUANDO NECESSÁRIO

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2018

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 24 de outubro de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 08 de outubro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0238/2018

Publicação Nº 1768468

DECRETO Nº 0238/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DA SERVIDORA CAMILA THAIS FERRONATTO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.356/2018, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido em 11 de outubro de 2018, por término de contrato, o Contrato Administrativo Para Admissão Temporária De Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 017/2018, constante no Decreto nº 0107/2018, da Sra. CAMILA THAIS FERRONATTO, portadora do CPF nº 097.935.729-xx, das funções do cargo de Auxiliar Educacional ACT, deste município de Modelo/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de outubro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 216-2018 - SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO - RÁDIO MODELO

Publicação Nº 1768644

Extrato de Contrato nº 216/2018
Processo Licitatório nº 1732/2018
Pregão Presencial nº 065/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: RÁDIO MODELO LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.875.716/0001-31,

Valor: R\$ R\$ 8.400,00

Assinado em: 03/10/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES, AÇÕES, PROGRAMAS, OBRAS E DEMAIS SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO DE FORMA EDUCATIVA, INFORMATIVA E CONTRIBUIÇÕES LEGAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM EMISSORA DE RÁDIO.

Modelo/SC, 03 de outubro de 2018.

Aldecir Antonio Bolis

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 0156/2018

Publicação Nº 1769042

PORTARIA Nº 0156/2018 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018, 2.370/2018 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Marcia Adriana Neu	22.12.2016 a 21.12.2017	10.12.2018 a 19.12.2018 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 08 de outubro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/2018 - ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 1769249

Edital nº 004/2018

Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo

O Município de Mondaí, de ordem do Exmº Sr Prefeito torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, parcela relativa ao segundo semestre/2018, de acordo com a Lei Municipal nº 3.571 de 23 de dezembro de 2014, atualizada, e que se regerão pelas normas deste edital.

1 – Do Local, Data e Horário de Inscrição

1.1. Data: de 16 de outubro a 05 de novembro 2018.

1.2. Local: Prefeitura Municipal de Mondaí

1.3. Endereço: Rua Laju, 420 – Centro

1.4. Horário: 07:45h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h

1.5. Inicialmente deverão ser preenchidos todos os dados relativos do estudante no portal da Prefeitura – link – universitários/2018.

2 – Da Documentação para a Inscrição

O candidato interessado em aderir ao o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo deverá fazer seu cadastro junto a Prefeitura Municipal de Mondaí, mediante a o preenchimento de dados no portal e apresentação dos seguintes documentos (cópia legível e em bom estado, acompanhada do original para conferência):

a) – Cópia do CPF;

b) – Cópia do documento de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado. Se estrangeiro, deverá ser portador do visto pertinente;

c) – Cópia do título de eleitor e comprovante da última eleição;

d) – Boletim/histórico escolar (do semestre anterior) para os que estão na faculdade;

e) – Cópia do histórico escolar do ensino médio para os recém ingressos na faculdade;

f) – Cópia do requerimento, declaração ou contratos de matrículas da faculdade do ano letivo em que estiver pleiteando a concessão;

g) – Certidão negativa de débitos municipais em nome do beneficiário da bolsa de estudos, emitida pelo Município de Mondaí após 09/10/2018;

h) – Documento comprobatório do local de residência: emissão não anterior a três meses da data da inscrição:

ü De residência própria, conta de água, luz e/ou telefone em nome do requerente ou responsável;

ü Se reside de aluguel, conta de: água, luz e/ou telefone e comprovante de locação;

ü Se o comprovante de residência (contas de água, luz e telefone) estiver em nome de terceiros, deverão ser apresentadas as 03 (três) últimas contas e ser apresentada correspondência oficial em nome do requerente/responsável.

i) – O candidato, no ato da inscrição deverá especificar o que segue:

ü Número de disciplinas frequentadas no regime presencial;

ü Quantas vezes por semana faz uso do transporte para frequentar a Instituição de Ensino Superior;

ü Indicar agência e conta bancária do próprio beneficiário necessária ao pagamento dos valores relativos a Bolsa de Estudos;

ü Indicar se integra alguma associação representativa de universitários; e

ü Se no semestre anterior obteve aprovação em todas as disciplinas frequentadas, se não, quantas (serão deduzidos do cálculo da bolsa).

3 – Do Indeferimento

A não apresentação, no ato da homologação da inscrição de qualquer dos documentos elencados neste Edital, bem como, das disposições contidas na Lei Municipal nº 3.571 de 23/12/2014, atualizada, e ficha de inscrição, implicará no indeferimento da inscrição.

4 – Da vedação

É vedado conceder Bolsa de Estudo a quem:

a) – possuir pendência financeira com o município de Mondaí, de qualquer natureza, tributaria ou não;

b) – apresentar informações falsas no ato da inscrição;

c) – não obtenha a frequência e a média mínima exigida para a aprovação, no semestre anterior, quando houver, quanto ao dia de deslocamento utilizado para frequentar aquela disciplina.

5 – Do Valor

5.1 – O valor do auxílio foi fixado no Anexo Único da Lei Municipal nº 3.571 de 23 de dezembro de 2014, atualizado nos termos da Lei Municipal nº 3.652 de 04 de abril de 2018, conforme especificado:

Dias de deslocamento semanal	Valor por semestre
01 dia	100,00
02 dias	200,00
03 dias	300,00
04 dias	400,00
05 dias	500,00

6 – Da operacionalização do programa

6.1 – O preenchimento da ficha de inscrição é condição indispensável para o interessado se candidatar à renovação ou concessão da Bolsa de Estudo;

6.2 – O preenchimento da ficha de inscrição não implica, necessariamente, na concessão de Bolsa de Estudo;

6.3 – Como forma de contrapartida, os estudantes beneficiados com a bolsa prevista nesta Lei poderão ser convocados pelo Município para prestar serviço não remunerado, correspondente até dois dias por ano ao Município (ex: festa de confraternização da 3ª idade, auxílio na Festa da Fruta e outros eventos) cujas datas serão definidas pelo Executivo Municipal e dar-se-á por convocação escrita e individualizada, sem prejuízo do horário do curso e do emprego;

6.4 – O aluno convocado que deixar de prestar o serviço voluntário previsto nesse artigo, considerar-se-á como inadimplente perante o Município, ficando impossibilitado de receber futuros auxílios de bolsas de estudos ou de outros benefícios que forem implantados.

7 – Da Fundamental Legal

7.1 – Art. 52 da Lei Municipal nº. 3.644 de 24 de outubro de 2017, que “Estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2018, e dá outras providências”.

“Art. 52 – Aos alunos residentes no Município de Mondaí, que frequentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.”

7.2 – Lei Municipal nº 3.571 de 23 de dezembro de 2014, que “Reestrutura o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior do Município de Mondaí, e dá outras providências”.

7.3 – Leis Municipais nº 3.652 de 04 de abril de 2018 e 3.670 de 02 de outubro de 2018, que “Alteram a redação das Leis Municipais nº. 3.523, de 08 de outubro de 2013 e 3.571, de 23 de dezembro de 2014 que dispõem sobre os Programas Municipais de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior e aos de ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí e dá outras providências”.

8 – Das Disposições Finais

8.1 – Qualquer irregularidade constatada no uso das bolsas concedidas pelo município de MONDAI, implicará no imediato cancelamento das mesmas, sem prejuízo de outras atitudes legais que o município julgue serem cabíveis ao caso;

8.2 – O acompanhamento, supervisão e fiscalização do programa Municipal de Bolsas de Estudo, ficarão a cargo da Secretaria de Educação, através do seu Departamento de Ensino Médio e Educação Superior, que poderá instituir Comissão especialmente designada composta por integrantes dos alunos interessados para acompanhar, fiscalizar e sugerir alternativas viáveis, tanto na fase de inscrição ao Programa, nos desdobramentos decorrentes, bem como retificar/ratificar a relação final de estudantes beneficiados;

8.3 – Caberá recurso à Secretaria de Educação de Mondaí contra o ato do Chefe do Departamento de Ensino Médio e Educação Superior, que indefira a concessão de Bolsas de Estudo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação do extrato constando os aptos à concessão das bolsas ou seu cancelamento.

Mondai, 09 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 005/2018 - ENSINO MÉDIO

Publicação Nº 1769250

Edital nº 005/2018

Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo

O Município de Mondai, de ordem do Exmº Sr Prefeito torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, parcela relativa ao segundo semestre/2018, para estudantes de ensino técnico de nível médio/profissionalizante de acordo com a Lei Municipal nº 3.523 de 08 de outubro de 2013, e que se regerão pelas normas deste edital.

1- Do Local, Data e Horário de Inscrição

1.1. Data: de 16 de outubro à 05 de novembro 2018.

1.2. Local: Prefeitura Municipal de Mondaí

1.3. Endereço: Rua Laju, 420 – Centro

1.4. Horário: 07:45h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h

1.5. Inicialmente deverão ser preenchidos todos os dados relativos do estudante no portal da Prefeitura – link – médio/profissionalizante/2018

2 – Da Documentação para a Inscrição

O candidato interessado em aderir ao o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo firmará requerimento junto a Prefeitura Municipal de Mondaí, mediante a apresentação dos seguintes documentos (cópia legível e em bom estado, acompanhada do original para conferência):

a) – CPF;

b) – Documento de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado. Se estrangeiro, deverá ser portador do visto pertinente;

c) – Título de eleitor e comprovante da última eleição;

d) – Cópia do requerimento, declaração ou contrato de matrícula no ensino técnico de nível médio/profissionalizante do ano letivo em que estiver pleiteando a concessão;

e) – Certidão negativa de débitos municipais em nome do beneficiário da bolsa de estudos, emitida pelo Município de Mondaí após 09/10/2018;

f) – Documento comprobatório do local de residência: emissão não anterior a três meses da data da inscrição:

ü De residência própria, conta de água, luz e/ou telefone em nome do requerente ou responsável;

ü Se residir de aluguel, conta de: água, luz e/ou telefone e comprovante de locação;

ü Se o comprovante de residência (contas de água, luz e telefone) estiver em nome de terceiros, deverão ser apresentadas as 03 (três) últimas contas e ser apresentada correspondência oficial em nome do requerente/responsável.

3 – Do Indeferimento

A não apresentação, no ato da inscrição de qualquer dos documentos elencados neste Edital, bem como, das disposições contidas na Lei Municipal nº 3.523 de 08/10/2013, atualizada, e ficha de inscrição, implicará no indeferimento da inscrição.

4 – Da vedação

É vedado conceder Bolsa de Estudo a quem:

a) – possuir pendência financeira com o município de Mondaí, de qualquer natureza, tributaria ou não;

b) – apresentar informações falsas no ato da inscrição;

5 – Do Valor

5.1 – De acordo com o Decreto Municipal nº 5.085 de 09 de abril de 2018, o valor do repasse por estudante será de:

a) R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais)/semestre, para os estudantes que frequentam educandários de ensino técnico de nível médio;

b) R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais)/semestre, para os estudantes que frequentam educandários ou instituições que disponibilizam ensino técnico de nível pós/médio profissionalizante.

5.2 – O pagamento da bolsa será efetuado por via bancária, ao aluno beneficiário ou, na impossibilidade, ao seu responsável legal.

6 – Da operacionalização do programa

6.1 – O preenchimento da ficha de inscrição é condição indispensável para o interessado se candidatar à renovação ou concessão da Bolsa de Estudo;

6.2 – O preenchimento da ficha de inscrição não implica, necessariamente, na concessão de Bolsa de Estudo;

6.3 – Como forma de contrapartida, os estudantes beneficiados com a bolsa prevista nesta Lei poderão ser convocados pelo Município para prestar serviço não-remunerado, correspondente a até 08 (oito) horas/ano ao Município (ex: festa de confraternização da 3ª idade, auxílio na Festa da Fruta e outros eventos), cujas datas serão definidas pelo Executivo Municipal e dar-se-á por convocação escrita e individualizada, sem prejuízo do horário do curso e do emprego;

6.4 – O aluno convocado que deixar de prestar o serviço voluntário previsto nesse artigo, considerar-se-á como inadimplente perante o município, ficando impossibilitado de receber futuros auxílios de bolsas de estudos ou de outros benefícios que forem implantados.

7 – Da Fundamental Legal

7.1 – Art. 52 da Lei Municipal nº. 3.644 de 24 de outubro de 2017, que “Estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2018, e dá outras providências”.

“Art. 52 – Aos alunos residentes no Município de Mondaí, que frequentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.”

7.2 – Lei Municipal nº 3.523 de 08 de outubro de 2013, que “Institui o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí e dá outras providências”.

7.3 – Leis Municipais nº 3.652 de 04 de abril de 2018 e 3.670 de 02 de outubro de 2018, que “Alteram a redação das Leis Municipais nº. 3.523, de 08 de outubro de 2013 e 3.571, de 23 de dezembro de 2014 que dispõem sobre os Programas Municipais de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior e aos de ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí e dá outras providências”.

7.4 – Decreto Municipal nº 5.085 de 09 de abril de 2018, que “Fixa os valores a serem pagos a título de bolsa de estudos para os alunos do ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí e dá outras providências”.

8 – Das Disposições Finais

8.1 – Qualquer irregularidade constatada no uso das bolsas concedidas pelo município de MONDAI, implicará no imediato cancelamento das mesmas, sem prejuízo de outras atitudes legais que o município julgue serem cabíveis ao caso;

8.2 – O acompanhamento. Supervisão e fiscalização do programa Municipal de Bolsas de Estudo, ficarão a cargo da Secretaria de Educação, através do seu Departamento de Ensino Médio e Educação Superior, que poderá compor Comissão especialmente designada composta por integrantes dos alunos interessados para acompanhar, fiscalizar e sugerir alternativas viáveis, tanto na fase de inscrição ao Programa, nos desdobramentos decorrentes, bem como retificar/ratificar relação final de estudantes beneficiados;

8.3 – Caberá recurso à Secretaria de Educação de Mondaí contra o ato do Chefe do Departamento de Ensino Médio e Educação Superior, que indefira a concessão de Bolsas de Estudo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação do extrato constando os aptos à concessão das bolsas ou seu cancelamento.

Mondaí/SC, 09 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DESERTA PREGÃO Nº 064/2018 - PMM

Publicação Nº 1768827

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018. O município de Mondaí - SC, por meio do Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº 258/2018, vem a público divulgar que a Licitação em epígrafe, cujo objeto é o registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais diversos (Piso tátil alerta e direcional; Mapa Tátil braile/relevo acrílico; Pia tipo balcão com cuba e 3 portas; fogão a gás 4 bocas e portas diversas), seguindo especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital, foi declarada DESERTA face à ausência de interessados. Mondaí – SC, 08 de Outubro de 2018. SIDNEI RODRIGUES - Pregoeiro.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2018 - FMS

Publicação Nº 1769115

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S. EMPRESAS REGISTRADAS: COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS NAVITAN LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 11.982,85 (onze mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos); COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS BIANCA EIRELI - EPP, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 53.906,74 (cinquenta e três mil novecentos e seis reais e setenta e quatro centavos); FARMÁCIA CENTRAL LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 58.820,70 (cinquenta e oito mil oitocentos e vinte reais e setenta centavos); FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO EQUILÍBRIO VITAL LTDA – ME, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 20.198,52 (vinte mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos); FARMÁCIA ROMANI E ROMANI LTDA, VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 49.468,61 (quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos). OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos controlados e de uso contínuo destinados para manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí/SC, pelo período de 06 (seis) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 026/2018. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de Abril de 2019. Mondaí – SC, 08 de Outubro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL Nº 004/2018 - ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 1769244

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL nº. 004/2018
Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo

O Município de Mondai, SC, com sede administrativa na Laju, 420, Centro, amparado na Lei Municipal nº 3.571 de 23 de dezembro de 2014, atualizada, torna público que estarão abertas no período de 16 de outubro a 05 de novembro de 2018, as inscrições para o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, parcela relativa ao segundo semestre/2018, para os estudantes de ensino superior, que deverão promover o preenchimento dos dados necessários no portal do Município www.mondai.sc.gov.br link Universitários, imprimir a ficha de inscrição e entregar os documentos necessários na sede da Prefeitura no horário da 07:45h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, tudo de acordo com as normas fixadas em Edital próprio.

As informações completas poderão ser obtidas junto à Prefeitura, pelo telefone (049) - 3674-3100, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site www.mondai.sc.gov.br.

Mondai, 09 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

PROGRAMAÇÃO	
Data/Período	Atividades desenvolvidas
16/10 a 05/11/2018	Período de inscrições com entrega dos documentos necessários.
06/11 a 08/11/2018	Avaliação da documentação apresentada.
09/11/2018	Relação preliminar dos estudantes beneficiários antes da apresentação de recursos.
12/11 a 14/11/2018	Apresentação de recursos.
16/11/2018	Julgamento dos recursos.
19/11/2018	Homologação final dos aptos ao recebimento da bolsa de estudos.
23/11/2018	Pagamento aos beneficiários mediante crédito em conta bancária.

EXTRATO EDITAL Nº 005/2018 - ENSINO MÉDIO

Publicação Nº 1769247

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL nº. 005/2018
Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo

O Município de Mondai, SC, com sede administrativa na Laju, 420, Centro, amparado na Lei Municipal nº 3.523 de 08 de outubro de 2013, atualizada, torna público que estarão abertas no período de 16 de outubro a 05 de novembro de 2018, as inscrições para o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, parcela relativa ao segundo semestre/2018, para os estudantes de ensino técnico de nível médio/profissionalizante, que deverão promover o preenchimento dos dados necessários no portal do Município www.mondai.sc.gov.br link Médio/ Profissionalizante, imprimir a ficha de inscrição e entregar os documentos necessários na sede da Prefeitura no horário da 07:45h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, tudo de acordo com as normas fixadas em Edital próprio.

As informações completas poderão ser obtidas junto à Prefeitura, pelo telefone (049)-3674-3100, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site www.mondai.sc.gov.br.

Mondai, 09 de outubro de 2018.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

PROGRAMAÇÃO

Data/Período	Atividades desenvolvidas
16/10 a 05/11/2018	Período de inscrições com entrega dos documentos necessários.
06/11 a 08/11/2018	Avaliação da documentação apresentada.
09/11/2018	Relação preliminar dos estudantes beneficiários antes da apresentação de recursos.
12/11 a 14/11/2018	Apresentação de recursos.
16/11/2018	Julgamento dos recursos.
19/11/2018	Homologação final dos aptos ao recebimento da bolsa de estudos.
23/11/2018	Pagamento aos beneficiários mediante crédito em conta bancária.

CÂMARA MUNICIPAL**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 27/2018 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 27/2018)**

Publicação Nº 1769399

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 27/2018
(Projeto de Lei Ordinária nº. 27/2018)

	Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a repassar recursos financeiros a título de auxílio à entidade específica e dá outras providências.
--	---

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do o Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente autorizado a conceder auxílio financeiro à APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONDAÍ/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.548.211/0001-63, com sede na Av. Porto Feliz, nº 960, Centro, Município de Mondai, visando atender despesas de capital, conforme segue:

Parágrafo único. O valor do auxílio será de até R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) repassados em 02 (duas) parcelas de igual valor, conforme Plano de Trabalho, detalhado no convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 2º Os recursos para execução da presente Lei correm à conta do orçamento do Município do exercício de 2018, conforme classificação abaixo:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 10.04 – Gestão Descentralizada do SUAS

Proj./Ativ.: 1.035 – Auxílio Financeiro a APAE

Modalidade de Aplicação: (33) 4.4.50.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º Termo de Convênio definirá a forma e critérios para a transferência destes recursos, bem como normas de aplicação, gestão e prestação de contas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 8 de outubro de 2018.
Roberto Bernardy,
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Elizandro Mainardi,
Primeiro-secretário.

MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. /2018

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, ESTADO DE SANTA CATARINA, E A
....., COM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NA LEI MUNICIPAL nº. DE / 2018.

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, através do Fundo Municipal de Assistência Social, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Laju, nº. 420, cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº. 83.028.415/0001-09, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr.
....., portador do CPF sob nº , adiante nomeado MUNICÍPIO, e a
.., com sede na Linha, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº., representada neste ato por seu Presidente, Sr.(a), portador do CPF sob nº., adiante nomeada APAE, celebram o presente o acordo com as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO CLÁUSULA PRIMEIRA.

O presente termo de repasse de valores tem com objeto o repasse de recursos financeiros a título de Auxílio visando atender despesas de capital, na realização de construção da infraestrutura física para cercar o terreno da APAE.

DOS RECURSOS E DOS REPASSES CLÁUSULA SEGUNDA.

O MUNICÍPIO repassará à APAE o montante de R\$ (.....), em duas parcelas fixas e sucessivas, nos termos do plano de aplicação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CLÁUSULA TERCEIRA.

As despesas decorrentes do presente repasse correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2018, conforme segue:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 10.04 – Gestão Descentralizada do SUAS

Proj./Ativ.: 1.035 – Auxílio Financeiro a APAE

Modalidade de Aplicação: (33) 4.4.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DAS OBRIGAÇÕES CLÁUSULA QUARTA.

MUNICÍPIO compromete-se à:

- I – Repassar os recursos, até a data contratada.
- II – Fiscalizar a aplicação dos recursos, incumbindo para isto o setor competente.
- III – Examinar os documentos de prestação de contas.
- IV – Prestar orientações no que for solicitado quanto a fiel aplicação dos recursos.
- V – Acompanhar as atividades gerais decorrentes deste convênio.

A APAE obriga-se à:

- I – Executar diretamente o objeto deste Termo, nos termos do plano de trabalho.
- II – Contabilizar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO em sua receita regular.
- III – Prestar informações que forem solicitadas pelo MUNICÍPIO, que tenham relação com a execução deste repasse.
- IV – Manter os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em conta bancária da APAE em qualquer agência bancária oficial desta praça.
- V – Movimentar a conta bancária exclusivamente por meio eletrônico, na impossibilidade deste, com cheques nominais e individuais por credor.
- VI – Em caso de contratação de pessoal, assumir a condição de Agente Empregador e ser responsável direto pelo pessoal contratado, responsabilizando-se ainda por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, obrigando-se mais a todas as anotações necessárias, recolhimentos e salários conforme disposições vigentes, respondendo judicial e extrajudicialmente pelo compromisso assumido.
- VII – Assumir toda e qualquer obrigação e questionamento concernente a Previdência Social e Legislação Trabalhista que eventualmente possam surgir e total responsabilidade dada a sua condição de agente empregador.
- VIII – Publicar no que couber, a participação do MUNICÍPIO na manutenção das atividades da APAE.
- IX – Permitir que o MUNICÍPIO possa utilizar esporadicamente a sede da APAE, para realização de reuniões ou encontros com a comunidade, ou outros eventos de interesse público, desde que não interfira no regular funcionamento da entidade.
- X – Se o auxílio/contribuição resultar na aquisição de equipamentos ou materiais permanentes, fica desde já a APAE, no caso de dissolução

da mesma, notificada a reverter o bem ao MUNICÍPIO.

XI – Prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da Cláusula Sexta.

DOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS
CLÁUSULA QUINTA.

Serão responsáveis pela aplicação dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO, o Presidente e o Tesoureiro da APAE, como Ordenador primário e secundário, respectivamente.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
CLÁUSULA SEXTA.

A prestação de contas dos recursos recebidos pela APAE deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO em uma via e nos prazos previstos neste convênio, instruídos com os seguintes documentos:

a – Ofício encaminhando a Prestação de Contas.

b – Balancete, conforme Modelo Padrão.

c – Extrato Bancário de conta Especial e Conciliação Bancária do Saldo se houver.

d – Originais dos documentos fiscais suportes de despesas bem legíveis, sem rasuras e ou entrelinhas.

e – Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da APAE.

f – Declaração da aplicação dos recursos na finalidade conveniada, conforme modelo padrão.

g – Em se tratando de obra de engenharia, apresentação de "Termo de Recebimento da Obra" e, se possível, registros fotográficos.

§ 1. A prestação de Contas e demais documentos que comprovem a boa e real aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente serem assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário da APAE.

§ 2. Aplica-se, no que couber, a Instrução Normativa nº 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SÉTIMA.

A APAE terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do recebimento dos recursos para a comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sob pena de não concorrência às próximas transferências.

§ 1. As despesas impugnadas pelo MUNICÍPIO deverão obrigatoriamente ser recolhidas em favor dos Cofres Públicos Municipais.

§ 2. Os saldos são aplicados nos prazos previstos na presente Cláusula deverão também obrigatoriamente ser recolhidos em favor dos Cofres Públicos Municipais.

DA VIGÊNCIA
CLÁUSULA OITAVA.

O presente instrumento passa a vigor a partir da data de sua assinatura, tendo validade até o dia 31.12.2018.

DA RESCISÃO
CLÁUSULA NONA.

O MUNICÍPIO e a APAE poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio, se ocorrer qualquer inadimplimento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inexequível, devendo para isto a parte rescindente dar notificação prévia de 30 (trinta) dias, resguardada sempre a conveniência administrativa.

DO FORO
CLÁUSULA DÉCIMA.

As partes elegem o Foro da Comarca de Mondaí par dirimirem quaisquer dúvidas que possam advir da execução deste convênio.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente instrumento assinando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Mondaí, de de 2018.

MUNICÍPIO DE MONDAÍ Município CNPJ/MF nº 83.028.415/0001-09		APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mondaí CNPJ/MF nº 00.548.211/0001-63
---	--	--

TESTEMUNHAS:

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2018

Publicação Nº 1769313

DECRETO Nº 76/2018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção do Transporte Escolar
Elemento Despesa 73– 3.3.90.00.00.00.00.0001
Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Unidade Orçamentária 01 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade 2.015 – Manutenção do Transporte Escolar
Elemento Despesa 71 – 3.1.90.00.00.00.00.00.0001
Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 05 de outubro de 2018.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 31/2018

Publicação Nº 1769307

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 31/2018, em que é acusado D. B., manda intimar o advogado Dr. DIOGO VALIATI LUVISA, OAB/SC nº 34.968, do seguinte expediente: “Em razão do requerimento de fl. 408/431, essa Comissão assim decide: trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa feito pelo advogado do acusado, relata que não foi intimado para apresentação de defesa e pede que seja reaberto o prazo, considera que foi intimado somente em 04/10/2018, data em que ficou ciente da citação pessoal do acusado. Inicialmente essa comissão entende que não há nulidade na falta de intimação do advogado do acusado para apresentação de defesa. Isso porque não se trata de mera intimação, mas sim de citação pessoal, que deve ser feita por meio de mandado ao próprio acusado, nos termos do § 1º, do art. 210, da Lei Complementar 17/06. Desse modo, a citação deveria ser obrigatoriamente pessoal, e não por meio de advogado. A citação pessoal do acusado ocorreu em data de 24/09/2018, fl. 393. Por esse motivo, entende a Comissão não haver nulidade, já que a citação pessoal do acusado em nenhuma hipótese poderá ser substituída pela intimação do advogado. No entanto, para que não se alegue prejuízo à defesa, essa Comissão entende por bem acolher o pedido de prorrogação do prazo para apresentação da defesa, considerando como data da intimação do advogado o dia 04/10/2018 e sendo o último dia para a defesa o dia 15/10/2018. Intime-se o Procurador do Acusado, Dr. DIOGO VALIATI LUVISA, OAB/SC nº 34.968, por meio do Diário Oficial dos Municípios. Monte Carlo, 8 de outubro de 2018.”

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 32/2018

Publicação Nº 1769309

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 32/2018, em que é acusado R. A. B., manda intimar o advogado Dr. DIOGO VALIATI LUVISA, OAB/SC nº 34.968, do seguinte expediente: "Em razão do requerimento de fl. 375/398, essa Comissão assim decide: trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa feito pelo advogado do acusado, relata que não foi intimado para apresentação de defesa e pede que seja reaberto o prazo, considera que foi intimado somente em 04/10/2018, data em que ficou ciente da citação pessoal do acusado. Inicialmente essa comissão entende que não há nulidade na falta de intimação do advogado do acusado para apresentação de defesa. Isso porque não se trata de mera intimação, mas sim de citação pessoal, que deve ser feita por meio de mandado ao próprio acusado, nos termos do § 1º, do art. 210, da Lei Complementar 17/06. Desse modo, a citação deveria ser obrigatoriamente pessoal, e não por meio de advogado. A citação pessoal do acusado ocorreu em data de 24/09/2018, fl. 350. Por esse motivo, entende a Comissão não haver nulidade, já que a citação pessoal do acusado em nenhuma hipótese poderá ser substituída pela intimação do advogado. No entanto, para que não se alegue prejuízo à defesa, essa Comissão entende por bem acolher o pedido de prorrogação do prazo para apresentação da defesa, considerando como data da intimação do advogado o dia 04/10/2018 e sendo o último dia para a defesa o dia 15/10/2018. Intime-se o Procurador do Acusado, Dr. DIOGO VALIATI LUVISA, OAB/SC nº 34.968, por meio do Diário Oficial dos Municípios. Monte Carlo, 8 de outubro de 2018."

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI Nº 1.871/2018

Publicação Nº 1768885

LEI Nº 1.871/2018, de 08 de outubro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE OPORTUNIDADE DE ESTÁGIO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça,

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Câmara Municipal de Morro da Fumaça fica autorizada à oferecer 01 (uma) vaga para bolsa de estágio, notadamente à estudantes do Curso de: Jornalismo; Comunicação Social - Publicidade e Propaganda; Administração; Administração e Marketing e Gestão de Marketing, como oportunidade de aprendizagem social, profissional e cultural, desde que comprove estar devidamente matriculado - e frequentando o referido curso - em estabelecimento de Ensino Superior.

Art. 2º. O valor da bolsa de estágio, de que trata esta Lei, será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, pagos na proporção de sua frequência diária, com recursos próprios da Câmara Municipal, provenientes de dotação orçamentária específica, constantes no orçamento atinente.

§ 1º. É devido ao estudante estagiário, a que se refere esta Lei, a concessão de auxílio-transporte, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, a fim de custear despesas com deslocamento do aluno ao local do estágio e respectivo retorno, na proporção dos dias de efetivo estágio, nos termos do art. 12, da Lei Federal n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 2º. O valor da bolsa de estágio, de que trata o caput, deste artigo, será automaticamente atualizado, na mesma data e no mesmo índice aplicado, quando da revisão geral anual dos servidores públicos deste Município.

Art. 3º. O referido estágio dar-se-á em caráter obrigatório e/ou não-obrigatório, conforme dispuser o termo de compromisso, a ser celebrado, obrigatoriamente, entre o estagiário, a Câmara Municipal e a instituição de ensino, devendo as atividades, notadamente a serem desenvolvidas pelo educando, estarem intrinsecamente relacionadas com sua área de formação profissional, observando a conveniência administrativa do órgão concedente e do estudante.

Parágrafo Único. O estágio, de que trata a presente Lei, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 4º. A carga horária semanal da bolsa de estágio, de que trata a presente Lei, será de 20 (vinte) horas, à razão de 04 (quatro) horas diárias, compatibilizadas entre o horário escolar e o de funcionamento do setor da administração do órgão concedente, onde atuará em suas atividades profissionais atinentes, e cuja frequência deverá ser diariamente registrada, em formulário próprio, sob visto da chefia imediata.

Parágrafo Único. A referida carga horária, de que trata o caput, deste artigo, poderá ser flexibilizada, a fim de atender especificidades do estágio, ou às necessidades do estagiário, compatibilizadas com às da administração.

Art. 5º. Para efetivação da bolsa de estágio, a Câmara Municipal de Morro da Fumaça celebrará convênio/contrato com entidade e/ou agente de integração, de personalidade jurídica pública ou privada, devidamente constituída na forma legalística pertinente, e que tenha por objeto prestar serviços atinentes ao estágio de que trata a presente Lei.

Art. 6º. Para obter a bolsa de estágio, de que trata esta Lei, o aluno deverá comprovar, além da frequência média de 80% (oitenta por cento), aproveitamento de média global igual ou superior a 60% (sessenta por cento) das notas previstas para as matérias cursadas no período letivo imediatamente anterior ao da concessão do estágio.

Parágrafo Único. Os interessados em participar da oportunidade de estágio, de que trata esta Lei, poderão ser recrutados junto às instituições de ensino que ofertem os cursos concernentes, bem como perante o agente de integração devidamente constituído e, também, poderão se inscrever junto ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, onde será mantido cadastro atualizado, com o perfil dos candidatos, para eventual requisição da Presidência.

Art. 7º. O estágio terá duração máxima de 06 (seis) meses, permitindo-se uma única renovação, por igual período, mediante novo termo de compromisso, e será extinto: (Alterado pela Emenda Modificativa nº 01/2018)

I - pela desistência do estudante, de forma expressa;

II - pelo decurso de prazo, sem renovação do termo de compromisso, na data de seu vencimento;

III - pelo abandono do estudante ou pela conclusão do curso; e

IV - por livre iniciativa da Câmara Municipal, a qualquer tempo, por motivos de conveniência e oportunidade;

V - por conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicando-se da decisão à instituição de ensino ou agente de integração.

Art. 8º. O convênio, ou seu respectivo termo aditivo, a qualquer tempo, poderão prever a contraprestação de serviços pelo estagiário nos períodos de férias e recessos escolares.

§ 1º. Assegura-se ao estagiário período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, nas férias escolares, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano.

§ 2º. O referido recesso será remunerado quando o estagiário receber bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação.

Art. 9º. Caberá a Câmara Municipal, ou por intermédio da instituição contratada, conforme dispuser o contrato atinente, providenciar seguro de acidentes pessoais, previsto no artigo 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 11.788/2008, em favor do estagiário, sendo vedado cobrar-lhe qualquer valor ou taxa relativa a providências administrativas para a obtenção e a realização de estágio.

Art. 10. Ao término da bolsa de estágio, a Câmara Municipal expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, certidão de conclusão do estágio atinente, especificando área de atuação, período, carga horária e, facultativamente, a pedido do interessado atividades desenvolvidas e aproveitamento.

Parágrafo Único. A certidão que especifique aproveitamento usará como critério as letras "S" para suficiente e "I" para insuficiente.

Art. 11. Fica, obrigatoriamente, reservado 10% (dez por cento) do total de vagas, de que trata a presente Lei, para as pessoas com deficiência.

Art. 12. Aos critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicar-se-á, subsidiariamente, os ditames contidos na Lei Federal nº 11.788/2008, bem como eventuais regulamentações posteriores, estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 13. A Mesa Diretora poderá editar, através de Resolução, normas visando à regulamentação da presente Lei.

Art. 14. As despesas para execução da presente Lei correrão por conta de dotações específicas, verificadas no orçamento vigente.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de outubro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Secretário do Sistema Econômico

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO N° 15-2018 - PMMG

Publicação N° 1769444

Aditivo n°:	15/2018
Contrato Principal n°:	43/2017
Natureza:	Aditivo de Prazo
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratado:	FECO ELETROMECÂNICA EIRELI - ME
Valor:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	04/10/2018
Vigência Inicial:	04/10/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(22) 0302.2003.33903911
Licitação:	Pregão Presencial n° 24/2017
Objeto Resumido:	ESTENDER A VIGÊNCIA DO CONTRATO PRINCIPAL ATÉ "31/12/2018"
Espécie:	Prestação de Serviços
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2018 PMN

Publicação Nº 1769325

AVISO -- CHAMAMENTO PUBLICO 004/2018 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CHAMAMENTO PUBLICO 004/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 13.019 e suas alterações, que se encontra aberto o processo de chamamento público do objeto: Atendimento pré-hospitalar móvel na área de urgência e emergência a todos os municípios de Navegantes, transporte intra-hospitalar, combate a incêndio e salvamento aquático, incluído plantão de 24 horas por dia para tais finalidades, pelo período de 12(DOZE) MESES. Entrega/envelopes: 08/11/2018 até às 08h50. Abertura/envelopes: 08/11/2018 às 09 h. O edital se encontra à disposição na Secretaria Municipal de Saúde situada a Avenida Conselheiro João Gaya, 1052 – 2º Piso, Centro, Navegantes (SC), de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e 13h30 17h30, e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Alcídio Reis Pera – Secretaria Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 150/2018 PMN

Publicação Nº 1769318

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 150/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de coroas de flores para funerais de servidores da Prefeitura Municipal de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Administração e Logística do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 22/10/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 22/10/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 161/2018 PMN

Publicação Nº 1769298

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 161/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos para confecção, montagem e organização dos carnês de iptu relativos ao exercício de 2019, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 22/10/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 22/10/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

DECRETO Nº 186 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768957

DECRETO Nº 186 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições concedidas pela Lei Municipal nº 3326 de 08/10/2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) da seguinte dotação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 – Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0110 -1.126 – Construção da Nova Sede da Camara de Vereadores

06 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

15 – SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social

06.181.0015 – 1.008 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de Segurança Pública

176 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 08 de Outubro de 2018.
Emílio Vieira
Prefeito

DECRETO Nº 187 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769160

DECRETO N º 187 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3251 de 12/12/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 10001 – Recursos Sesan, até a importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10.001 – Recursos Sesan
28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
01 – Diretoria Adm. Financeira, Planejamento e Projetos
17.512.0021 - 2.124 – Manutenção e funcionamento do fornecimento de água
238 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 600.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2018.
Emílio Vieira
Prefeito

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 03/2018 FME

Publicação Nº 1768926

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018 FME

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 03/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 0E/2018 FME - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E PINTURA DOS PISOS DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS E ÁREAS DE LAZER (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DOS GINÁSIOS DE ESPORTES LOCALIZADOS NOS BAIRROS SÃO PAULO, MACHADOS E CENTRO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2018 FME.

Fornecedor: Construtora Possamai Ltda

CNPJ: 05.725.151/0001-20

Proprietários: Terezinha Possamai, Kean Renan Possamai, Kelton Ruan Possamai

Valor: R\$ 30.840,00

Fornecedor: SRV Projetos e Construtora Ltda

CNPJ: 22.797.458/0001-56

Proprietários Andre Luiz Simon e Lucas Veroneze Voss

Valor: R\$ 33.516,50

Vigência: 08/10/2018 a 08/10/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 08 de outubro de 2018.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 130/2018 PMN

Publicação Nº 1769312

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2018 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 130/2018, relativa ao Pregão Presencial nº 130/2018 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS E ACESSÓRIOS DEVIDAMENTE INSTALADOS) E RECARGAS PARA USO DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 130/2018 PMN.

Fornecedor: PAULO DA SILVA DUARTE EXTINTORES – EPP
CNPJ: 85.241.693/0001-67
Proprietário Paulo da Silva Duarte
Valor: R\$ 35.730,00
Vigência: 08/10/2018 a 08/10/2019
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 08 de outubro de 2018.

LEI Nº 3326 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768954

LEI Nº 3326 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) da seguinte dotação:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01 – Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0110 -1.126 – Construção da Nova Sede da Camara de Vereadores
06 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

15 – SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social
06.181.0015 – 1.008 – Aquisição de Veículos para a Secretaria de Segurança Pública
176 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 08 de Outubro de 2018.
Emílio Vieira
Prefeito

PORTARIA 3461/2018 INSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 31/2018 E PROCESSO SELETIVO Nº 32/2018 QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 1769139

PORTARIA Nº 3461, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018
INSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 31/2018 E PROCESSO SELETIVO Nº 32/2018 QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, III da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão que acompanhará o andamento do Concurso Público nº 31/2018 e do Processo Seletivo nº 32/2018 da Secretaria de Educação do Município de Navegantes.

II A Comissão instituída no item I desta Portaria compreende os seguintes nomes:

- SÉRGIO SOARES – Presidente;
- EDINÉIA MONICA DE ANDRADE;
- PATRÍCIA DUARTE CIDRAL.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 3472 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1768930

PORTARIA Nº 3472 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 03/2018 FME do processo licitatório Pregão Presencial 03/2018 FME cujo objeto: , REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E PINTURA DOS PISOS DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS E ÁREAS DE LAZER (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DOS GINÁSIOS DE ESPORTES LOCALIZADOS NOS BAIRROS SÃO PAULO, MACHADOS E CENTRO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 03/2018 FME.

Fiscal: GEOVANO GONZAGA -- (titular)
EDER GONZALEZ DO NASCIMENTO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3473 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1769315

PORTARIA Nº 3473 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preço nº 130/2018 PMN do processo licitatório Pregão Presencial 130/2018 PMN cujo objeto: , REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS E ACESSÓRIOS DEVIDAMENTE INSTALADOS) E RECARGAS PARA USO DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 130/2018 PMN.

Fiscal: ALEXANDRO LUIS GAIK -- (titular)
PATRICIA DUARTE CIDRAL -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2018.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 07-2018 - ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA**

Publicação Nº 1769041

CONTRATO – Nº 007/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB O REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.294.800, inscrito no CPF sob o nº 683.382.449-53, residente e domiciliado na Rua Orlando Ferreira, nº 778, Bairro Machados, Navegantes/SC, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, e a empresa MARCIO DAURI SEVERIANO ME, inscrito no CNPJ nº 28.591.276/0001-00, com endereço na Rua 3.700, nº 1.161, Bairro Itacolomi, Balneário Piçarras-SC., neste ato representada pelo senhor Marcio Dauri Severiano, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 034.933.959-73, com endereço na Rua 3.700, nº 1.161, Bairro Itacolomi, Balneário Piçarras-SC., doravante denominado de CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, LOCALIZADA NA RUA EZEQUIEL ANTERO ROCHA, Nº 315, NO BAIRRO CENTRO, NAVEGANTES - SC., conforme Tomada de Preço nº 001/2018, a que corresponde este pacto, conforme especificado no item 6.

1.2 O presente contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga a CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES a contratar todos os serviços e/ou quantidades acima indicadas, podendo sofrer supressões ou aditivos, solicitados de acordo com as necessidades da Câmara, conforme consta no edital de Tomada de Preço nº 001/2018.

2. DOS DOCUMENTOS

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da execução, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus Anexos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preço nº 001/2018 e seus Anexos;
- b) Proposta de Preço da CONTRATADA;
- c) Ata de Reunião de Julgamento de Proposta;

2.2 Os documentos referidos no presente item são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3. DO INÍCIO DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E/OU EXECUTADOS

3.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE a obra objeto deste Contrato, inteiramente concluídas em condições de aceitação e de utilização em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

Parágrafo Único - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato em estrita observância aos serviços e prazos estabelecidos nos Cronogramas Físicos Financeiros.

3.1.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1.2.1 O prazo de vigência do presente inicia-se a partir de sua assinatura e estendem-se por 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido pelo Cronograma Físico e Financeiro, contados a partir da data da formalização do Contrato, englobando prazo de execução, fiscalização, recebimento provisório, recebimento definitivo e quitação das obrigações contratuais, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da Legislação Vigente.

3.1.3 DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

3.1.3.1 Os serviços deverão ser iniciados no máximo, em 07 (sete) dias, a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

3.2 A Empresa deverá durante todo o período do contrato, disponibilizar os equipamentos pertinentes à prestação do referido objeto.

3.3 A Forma de Julgamento do fornecimento dos serviços prestados é por Menor Preço Global e quanto ao regime de Execução por Empreitada por Preço Global.

4. DO PRAZO

4.1 O contrato vigorará a partir da assinatura do mesmo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido pelo Cronograma Físico e Financeiro, podendo ser prorrogado e aditado nos termos da legislação vigente, de acordo com o Art. 57 da Lei 8666/93.

4.2 Os serviços que não forem adimplidos e contratados deverão ser desconsiderados caso não haja termo aditivo ao contrato. Neste caso não há obrigatoriedade da aquisição e prestação de serviços pela Câmara, não podendo se falar em perdas e danos.

5. DA DIVULGAÇÃO DO CONTRATO

5.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, onforme o disposto no art. 61, no parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e divulgada no portal da internet www.cvnavegantes.sc.gov.br/.

6. DO VALOR

6.1 O preço para a execução do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, tendo o seu valor especificado no Termo de Referência e Relação de Itens, anexo XII do Edital.

Item	Especificação	Unid	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,00	R\$ 281,67	R\$ 563,34
2	Demolição de revestimento cerâmico, de forma manual, sem reaproveitamento	m²	27,00	R\$ 13,32	R\$ 359,64
3	Remoção mecanizada de piso cimentado	m²	38,40	R\$ 26,64	R\$ 1.022,98
4	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento	m²	31,50	R\$ 4,76	R\$ 149,94
5	Remoção diversas em madeira (rodapé)	m	286,00	R\$ 3,81	R\$ 1.089,66
6	Transporte em caçamba de resíduos e entulhos de obra, incluso destinação de resíduos	m³	20,00	R\$ 23,79	R\$ 475,80
7	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8 cm	m²	38,40	R\$ 52,34	R\$ 2.009,86
8	Piso ceramico antiderrapante PEI-4 c/argamassa colante	m²	27,00	R\$ 21,89	R\$ 591,03
9	Porta de almofada de madeira c/ forra, vistas e ferragens	m²	31,50	R\$ 380,64	R\$ 11.990,16
10	Raspagem de pintura/massa/textura	m²	60,00	R\$ 4,76	R\$ 285,60
11	Lavação de paredes	m²	474,50	R\$ 2,66	R\$ 1.262,17
12	Correção superficial em parede, entelamento em superfície sujeita a trinca, selatrinca e lixação	m²	142,35	R\$ 11,42	R\$ 1.625,64
13	Selador acrilico alvenaria int/ext	m³	100,00	R\$ 7,61	R\$ 761,00
14	Pintura acrilica - 2 demaos	m²	1.263,60	R\$ 17,08	R\$ 21.582,29
15	Pintura esmalte sintetica sobre madeira-2d + fundo	m²	63,00	R\$ 28,55	R\$ 1.798,65
16	Rodapé de itaúba 7X1,5 cm, fixados em parede de alvenaria	m	286,00	R\$ 19,03	R\$ 5.442,58
17	Limpeza da obra	m²	442,60	R\$ 4,76	R\$ 2.106,78
TOTAL					R\$ 53.117,12

6.2 O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo ou supressão, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

6.3 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte), deve-se prever também o reequilíbrio quando cabível para menos, em prol da Administração.

6.3.1 O valor do serviço poderá ser reajustado de acordo com o índice de do INPC;

6.4 O valor do Contrato poderá sofrer acréscimo ou supressão nos termos do Art.65, limitando-se o percentual ao previsto no § 1º do mesmo, ou seja, o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

01.01-Órgão

5 – Código Reduzido

4.4.90.00.00.00.00.00 – Elemento de Despesa

4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma

7. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada conforme cronograma físico financeiro.

7.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

b) apresentar relatório das etapas executadas (cumpridas) de acordo com o cronograma físico financeiro à Câmara Municipal de Navegantes/SC.

c) apresentar planilha com as etapas cumpridas, tendo por base o cronograma físico financeiro apresentado pela proponente, nos termos do Edital e do contrato que será acompanhado de conteúdo explicativo, que possibilite o nível de informação suficiente, garantindo o fácil entendimento dos serviços executados para aferição fiscal. Caso seja solicitado algum esclarecimento, mas não atendido na forma devida e

em tempo hábil, prevalecera à medição da Fiscalização;

7.3 Nos laudos de execução dos serviços serão pagos apenas as etapas cumpridas, mês a mês, de acordo com o Cronograma Físico Financeiro apresentado pela proponente.

7.4 A planilha com os quantitativos com as etapas cumpridas para a aferição da Fiscalização deverá ser apresentada no prazo máximo de 02 (dois) dias anteriores à medição, considerando como marco temporal a data da expedição do memorando de início.

7.5 Os Pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

7.5.1 Paralisação dos serviços por parte da Contratada, até seu reinício;

7.5.2 Execução defeituosa dos serviços, até que sejam refeitos ou reparados;

7.5.3 Existência de qualquer débito com a CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, até que seja quitado. A CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES poderá a seu critério optar por descontar tal débito de eventuais créditos da Contratada, pagando-lhe o saldo restante.

7.6 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

7.6.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.6.2.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6.2.2 Se a Contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo de a Contratante aprovar a quitação antecipada do valor respectivo.

7.6.2.3 Juntamente com a primeira medição dos serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto a Previdência Social.

7.6.2.4 Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6.2.5 A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

7.6.2.5.1 No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

7.6.2.5.2 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.6.3 Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

7.7 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor ou comissão competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

7.8 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8. RESPONSABILIDADES

8.1 A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

8.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

8.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

8.4 A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos e serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes do fornecimento/entrega dos materiais e serviços prestados e executados, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

8.5 A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

8.6 A empresa vencedora deverá apresentar ART de execução antes do início dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações do CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES:

a) fiscalizar e controlar qualidade/quantidade dos serviços prestados.

b) efetuar o pagamento dos serviços fornecidos conforme o edital na época de sua exigibilidade

c) rejeitar, no todo ou em parte, os pedidos entregues pela licitante vencedora, fora do prazo estipulado no edital.

d) a fiscalização dos serviços fornecidos ocorrerá por intermédio da CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, de forma a fazer cumprir, rigorosamente as condições do objeto do presente edital.

e) aplicar a (s) licitante (s) vencedora (s) sanções administrativas previstas na legislação vigente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificados no Termo de Referência em sua proposta;

b) manter, durante o contrato todas as exigências contidas no termo de referência, e no item 6 seguintes, bem como no edital.

c) manter, durante todo o contrato, em competitividade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/1993);

d) corrigir, reparar remover e substituir, as suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificar vícios defeitos ou

incorrekções, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/1993;

e) responder a todos os ônus e obrigações concernentes as legislações fiscais, previdenciárias, trabalhista e comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho.

f) responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou terceiros, em razão de execução de serviços.

g) disponibilizar número de telefone, fax, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Câmara Municipal de Navegantes e secretaria solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.

h) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;

i) responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrente de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais e a prestação do serviço em questão;

j) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

k) o proponente deverá apresentar garantia de pelo menos 05(cinco) anos pelo item cotado.

10.2 Compromete-se entregar o objeto licitatório requisitado de acordo com as especificações previstas no Edital TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018, anexos, e neste contrato, sendo por sua conta e risco as despesas decorrentes do cumprimento do objeto contratual e ainda;

10.2.1 Arcar com eventuais prejuízos causados ao processo e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta;

10.2.2 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

10.2.3 Propiciar o acesso da fiscalização designada pela CONTRATANTE aos locais onde serão designados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

10.2.4 Cumprir as exigências a fiscalização para a perfeita execução do serviço;

10.2.5 Cumprir as exigências da legislação trabalhista e segurança do trabalho com relação aos seus empregados e moradores locais;

10.2.6 Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos (trabalhista e outros) inerentes ao serviço, quando necessário;

10.2.7 Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE, por escrito quando for solicitada.

10.2.8 Fornecer a mão- de- obra especializada/qualificada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte.

10.2.9 É responsável pela quantidade/qualidades dos serviços realizados e previstos para a execução da obra, devendo, se ocorrer defeitos, serem corrigidos às próprias expensas;

10.2.10 Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, e aqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da CONTRATADA, devendo reparar e responder por eles;

10.2.11 O recolhimento das taxas Federais, Estaduais, Municipais, para a execução do serviço é de responsabilidade do contratado;

10.2.12 A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo;

10.2.13 Quando se fizer necessário e por iniciativa da Contratada, a mudança nas especificações ou a substituição de algum material por seu equivalente, sem alteração de quantidades, deverá ser apresentada por escrito, à fiscalização, e ao autor dos projetos, minuciosamente justificado.

10.2.14 As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços, dando causa às possíveis prorrogações de prazos.

10.2.15 todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser de melhor qualidade, obedecendo às especificações técnicas e as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas quando aplicáveis.

10.2.16 Manter a equipe (funcionários) executora dos serviços convenientemente uniformizados e com identificação.

10.2.17 DISPONIBILIZAR TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, EPIS, PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO E VEÍCULOS PARA A EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ORA LICITADOS.

11. GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

11.1 A empresa prestadora do serviço deve apresentar garantia sobre a estrutura interna/externa e pintura no prazo mínimo de 05 (cinco) anos, após a execução dos serviços.

11.1 A (s) empresa (s) vencedora (s) dos serviços será (ao) responsável (is) pela substituição, troca ou reposição do mesmo caso porventura forem executados incompatíveis com as especificações do edital.

11.2 Não serão aceitos os serviços incompatíveis com as especificações do edital.

11.3 Os serviços prestados deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes, pertinente ao item (1) expresso no edital em conformidade com o IMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), normas da ABNT (Associação Brasileira de Norma Técnica) quando aplicáveis.

11.4 Os itens considerado inadequado ou não atenderem a exigibilidade deverão ser recompostos e o pagamento ficaria suspenso até sua regularização de forma integral

11.5 Entende-se por serviço inadequado aquele que apresentar inferior qualidade, fora das especificações exigidas neste edital.

12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo da Câmara Municipal de Navegantes, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.2 Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

I. Fiscalizar e atestar a prestação/execução dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital.

II. Comunicar eventuais falhas na prestação/execução dos serviços, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias;

III. Garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a prestação/execução dos serviços.

IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

12.3 A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

13. PENALIDADES

13.1 A não prestação dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do contrato.

13.2 À CONTRATADA, se recusar a prestar os serviços à CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

13.3 Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

13.4 A inexecução parcial ou total do Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

13.5 À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

13.6 Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas neste Contrato.

13.7 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subítemos precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em aprego.

13.8 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente ou ainda descontados da garantia contratual prestada.

14. RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

14.3 Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

15.2 Compete à CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES a gestão do presente contrato.

15.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

15.4 Aplicam-se à este Contrato as disposições da Lei nº 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

16. TOLERÂNCIA

16.1 Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

17. DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, CÂMARA e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de outubro de 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

MARCIO DAURI SEVERIANO ME
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Para atender a Lei nº 3.294/2018, do Município de Navegantes-SC, torna-se público a relação dos sócios da empresa MARCIO DAURI SEVERIANO ME, inscrito no CNPJ nº 28.591.276/0001-00, com endereço na Rua 3.700, nº 1.161, Bairro Itacolomi, Balneário Piçarras-SC.,

referente ao Contrato da TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFORMA E PINTURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, LOCALIZADA NA RUA EZEQUIEL ANTERO ROCHA, Nº 315, NO BAIRRO CENTRO, NAVEGANTES - SC., conforme Tomada de Preço nº 001/2018:

Sócio – Marcio Dauri Severiano, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 034.933.959-73, com endereço na Rua 3.700, nº 1.161, Bairro Itacolomi, Balneário Piçarras-SC

Navegantes, 08 de outubro de 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES

Nova Erechim

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 003/18 DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DE FAMÍLIAS HABILITADAS AO PROJETO HABITACIONAL, NA MODALIDADE DE REFORMA, PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM.

Publicação Nº 1769232

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Nova Erechim

RESOLUÇÃO Nº 003/18, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a relação de famílias habilitadas ao projeto habitacional, na modalidade de reforma, para o município de Nova Erechim.

A comissão, designada pelo Conselho Municipal de Habitação, responsável pelo acompanhamento do projeto habitacional, na modalidade de reforma, após análise da documentação, vistoria realizado in locus e respeitando os critérios estabelecidos na resolução conjunta nº 01/2018, do Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do FHIS, que define os aspectos prioritários para atendimento no programa de reformas,

RESOLVE:

1º) Ficam habilitadas as famílias abaixo relacionadas para o projeto habitacional, na modalidade de reforma, a serem atendidas em ordem crescente:

1. Iolanda Ottovich
2. Augustinho Ruani e Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
3. Sebastiao de Melo e Maria Aires de Mello
4. Loreni de Fatima Lamp
5. Jose Barbieri e Rosa Barbieri
6. Zilma Ferreira
7. Neudi Francsico Klasman e Ivanilde Gomes Ferreira Klasman
8. Valmir Barbieri e Kaliandra Sebastiani Barbieri
9. Solange Ines Baungratz
10. Ivanete Aparecida Merigo
11. Alselim Szymanski e Neiva Lourdes Szymanski
12. Nair Foscarini Toledo e Antoninho Ildo Toledo
13. Glicéria Maria Balensiefer e Egon Balensiefer
14. Angelo Vargas e Nair Silveira de Araujo
15. Antonio Sadi de Souza Machado
16. Marlene Cardoso de Mello e Pedro Ferreira de Mello
17. Cristiano Wosniak e Marli dos Reis Wosniak
18. Vilmar Reimundo e Zolair Ferreira Soares Reimundo
19. Rudinei Schneider e Lucineia Moresco
20. João Maria de Oliveira e Ivanilde Isoton de Oliveira
21. Ivanete Peruchini e José Nelson da Silva
22. Voleni Thomas e Simone Falcade
23. Claci da Silva e Arno Schwendler
24. Claudio José Manske e Locenir de Azevedo Manske
25. Nadir Daniel e Cledir Bertholdo Fernandes
26. Leonir Minusculi e Clarice Basso Minusculi
27. Ronaldo Luiz Vieira e Susane Freitas
28. Sivonei José Ladik e Iraci Tereza Cavalheiro Ladik

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 08 de outubro de 2018.

Ilone Zeni
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 004/18 DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DE FAMÍLIAS NÃO-HABILITADAS AO PROJETO HABITACIONAL, NA MODALIDADE DE REFORMA, PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM.

Publicação Nº 1769221

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Nova Erechim

RESOLUÇÃO Nº 004/18, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Dispõe sobre a relação de famílias não-habilitadas ao projeto habitacional, na modalidade de reforma, para o município de Nova Erechim.

A comissão, designada pelo Conselho Municipal de Habitação, responsável pelo acompanhamento do projeto habitacional, na modalidade de reforma, após análise da documentação, vistoria realizado in locus e respeitando os critérios estabelecidos na resolução conjunta nº 01/2018, do Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do FHIS, que define os aspectos prioritários para atendimento no programa de reformas,

RESOLVE:

1º) Relacionar as famílias não-habilitadas para o projeto habitacional, na modalidade de reforma, conforme segue:

1. Sadi Fernandes e Iva Marisa Stoll

Motivo: não cumpriram o requisito disposto no item 6.2.4, da resolução conjunta nº 01/2018, do Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do FHIS, qual seja: não comprovação de propriedade do imóvel.

2. Silvana Cristina Franzon Werlang e Deivik Carlos Werlang

Motivo: não cumpriram o requisito disposto no item 5, da resolução conjunta nº 01/2018, do Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do FHIS, qual seja: renda familiar mensal ultrapassa os 3 salários mínimos.

3. Ana Maria Vicente Barbosa e João Vicente Barbosa

Motivo: não cumpriram o requisito disposto no item 5, da resolução conjunta nº 01/2018, do Conselho Municipal de Habitação e Conselho Gestor do FHIS, qual seja: renda familiar mensal ultrapassa os 3 salários mínimos.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 08 de outubro de 2018.

Ilone Zeni
Presidente da Comissão

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PORTARIA Nº 627/2018

Publicação Nº 1768646

Retifica Portaria nº 627/2018

Fica retificada a Portaria nº 627/2018, de 17 de setembro de 2018, publicada em 18 de setembro de 2018 no DOM/SC – edição nº 2632, páginas 794 e 795, passando a vigorar a Portaria nº 627/2018, devidamente retificada, publicada na data de 09/10/2018 por motivo de equívoco na digitação do número da data da Portaria.

Nova Trento, 09 de outubro 2018.
Ivana Regina Cadore
Diretora Recursos Humanos

PORTARIA Nº 627/2018

Publicação Nº 1768643

PORTARIA Nº 627/2018
Concede Licença à Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 655, de 11 de julho de 2017, que alterou o Artigo 94 da Lei 1.207 de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTANTE, à Servidora Pública Municipal BERENICE FERREIRA DA CRUZ, matrícula nº 7089, concursada, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Municipal Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 17 de setembro de 2018 a 15 de março de 2019, conforme atestado médico, datado de 11/09/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de setembro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 009/2018

Publicação N° 1768772

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2018 - TP
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 89/2018 Processo de Licitação: 89/2018 Data do Processo: 23/08/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 89/2018
b) Licitação Nr.: 9/2018-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 08/10/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E SALA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA QUADRA DA ESCOLA JOÃO BAYER SOBRINHO NO DISTRITO DE CLARAÍBA - NOVA TRENTO/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

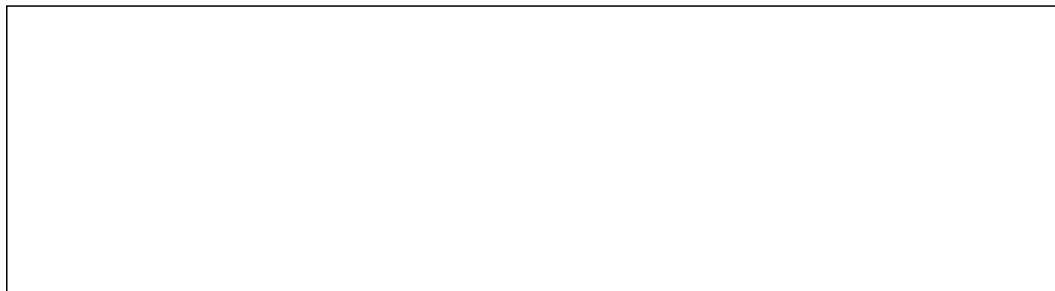
(em Reais R\$)

LOTE: 1**JV EMPREENDIMENTOS LTDA - ME (9816)**

1	CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO DE SALA - ESCOLA CLARAÍBA - ANEXO A QUADRA DE ESPORTES DO DISTRITO DE CLARAÍBA - MATERIAL	PCEN	100,00	0,0000	252,8193	25.281,93
2	CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO DE SALA - ESCOLA CLARAÍBA - ANEXO A QUADRA DE ESPORTES DO DISTRITO DE CLARAÍBA - MÃO DE OBRA	PCEN	100,00	0,0000	304,4043	30.440,43
Total do Fornecedor:						55.722,36
Total Geral:						55.722,36

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.001.4.4.90.00.00.00.00 (43) Saldo: 283.962,40



Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 319, DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

Publicação N° 1768530

DECRETO N.º 319, DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

Contrata através de Processo Seletivo Público a servidora BEATRIZ VITALI GAVA para a categoria funcional de Fisioterapeuta – NASF.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, , usando das atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, Lei nº 2.517 de 29 de junho de 2016, e Edital de Processo Seletivo Público 002/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada através do Processo Seletivo Público a servidora BEATRIZ VITALI GAVA na categoria funcional de Fisioterapeuta – NASF, carga horaria de 30 (trinta) horas/semanais, com remuneração fixada em lei, na Secretaria Municipal de Saúde..

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 27 de agosto de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 27 de agosto de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 322, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação N° 1768531

DECRETO N.º 322, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Demite a pedido a servidora, LUCILENE VARGAS contratada temporariamente na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida, a pedido a servidora LUCILENE VARGAS contratada em caráter temporário na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 152, de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 03 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 323, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768534

DECRETO N.º 323, DE 03 DE SETEMBRO DE 2018.

Exonera a pedido o servidor, LAERCIO MAGENIS nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor LAERCIO MAGENIS, nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, conforme Decreto n.º 122 de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 03 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 03 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 324, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768535

DECRETO N.º 324, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeia a servidora, SILVANA DE SOUZA POLICARPI para o cargo em comissão de Coordenador de Programas Sociais de Proteção Social Básica – CC-4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.228 de 09 de novembro de 1995, Lei nº 1.830 de 26 de junho de 2007 e Lei 1.957 de 15 de junho de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a servidora SILVANA DE SOUZA POLICARPI, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Programas Sociais de Proteção Social Básica – CC-4, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 04 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 325, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768539

DECRETO N.º 325, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Exonera a pedido a servidora CIRLEI GHELLERE PAVEI nomeada através de Concurso Público 01/99, para o cargo de provimento efetivo de Professor.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Lei Complementar 001 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora CIRLEI GHELLERE PAVEI nomeada para o cargo de provimento efetivo de Professor, através do Edital nº 01/99, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme Portaria nº 058 de 01 de março de 2000.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 04 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 326, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768541

DECRETO N.º 326, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeia a servidora, LUCILENE VARGAS para o cargo de provimento em comissão de Supervisor Técnico – CC-5.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a servidora LUCILENE VARGAS, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Supervisor Técnico – CC-5, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 04 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 327, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768544

DECRETO N.º 327, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018.

Contrata em caráter temporário o servidor THALES HENRIQUE MARQUES MARANGONI, na categoria funcional de Professor – ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário, o servidor THALES HENRIQUE MARQUES MARANGONI, na categoria funcional de Professor – ACT, MAG LP 1-A, 20 (vinte) horas aulas/semanais, com regência de classe, na disciplina de Geografia na Escola Municipal Caravaggio.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 04 de setembro de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 04 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 332, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação N° 1768550

DECRETO N.º 332, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

Contrata em caráter temporário a servidora BEATRIZ GHELLERE, na categoria funcional de Professor – ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário, a servidora BEATRIZ GHELLERE, na categoria funcional de Professor – ACT, MAG LP 1-A, na educação infantil, 40 (quarenta) horas aulas/semanais, com regência de classe, na Escola Municipal Vitor Savi e Centro Educacional Chapeuzinho Vermelho, em substituição a Glaci Pereira Campos (licença saúde).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 12 de setembro de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 12 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 334, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação N° 1768558

DECRETO N.º 334, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Exonera a pedido o servidor, GUILHERME EDUARDO GAVA MARTINS nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal e Lei 1.986 de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o servidor GUILHERME EDUARDO GAVA MARTINS, nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento – CC4, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, conforme Decreto n.º 201 de 01 de março de 2017, a partir de 28 de setembro de 2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 24 de setembro de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 24 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 335, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768560

DECRETO N.º 335, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018.

Demite a pedido o servidor, CLEITON ALVES PEREIRA contratado temporariamente na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais II.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares 001 e 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor CLEITON ALVES PEREIRA contratado em caráter temporário na categoria funcional de Auxiliar de Serviços Gerais II, 40 (quarenta) horas semanais, conforme Decreto nº 188, de 16 de abril de 2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 25 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 25 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 331, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768547

DECRETO Nº 331, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.

Concede Progressão por Antiguidade a servidora PAULA GRAZIELA SPILERE ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o Art. 17 da Lei nº 1.830, de 26 de junho de 2007 e Art. 11, § 2º, da Lei Complementar 002 de 03 de abril de 2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida PROGRESSÃO POR CURSO a servidora PAULA GRAZIELA SPILERE ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, conforme certificado dos cursos de: eSocial – Como Implantar na Administração Pública, Gestão de Pessoas, Treinamento Betha Folha/RH 6.0.00, Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira e XVII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal em anexo, totalizando uma carga horária de 202 horas, consistindo na movimentação da referência 25 para referência 26, com vencimentos fixados em Lei.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 11 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 11 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 333, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768554

DECRETO Nº. 333, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

Nomeia a servidora IVOGENES DUMINELLI NIEHUES para o cargo de provimento em comissão de Conselheiro Tutelar.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Lei 1.830 de 26 de junho de 2007, Lei 2.445 de 29 de abril de 2015 e Processo de Escolha em data Unificada nº

01/2018.
DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a servidora IVOGENES DUMINELLI NIEHUES, brasileira, maior, para o cargo de provimento em comissão de Conselheiro Tutelar, com carga horaria de 30 (trinta) horas/ semanais e com remuneração fixada em Lei.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, de 17 de setembro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 17 de setembro de 2018.

OSNIR ANGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL IPAM Nº 002-2018

Publicação Nº 1768854

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPAM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato IPAM Nº : 002/2018
Contratante...: IPAM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
Contratada...: COPPINI & CIA LTDA -ME
Valor do Contrato R\$: 3.858,00 (Três mil oitocentos e cinquenta reais)
Dotação Orçamentária: 002-30.02-2.008.3.3.90.00 Manutenção do IPAM
Vigência : Início: 08/10/2018 Término: 07/10/2020
Compra Direta Nº 005/2018
Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO BIANUAL DE SISTEMA PARA CÁLCULOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SICAP WEB
NO SITE <http://www.sicapweb.infoprev.com.br>, no período de DE 08/10/2018 A 07/10/2020, conforme condições constantes no Contrato Administrativo IPAM Nº 002/2018.

Novo Horizonte/SC, em 08 de OUTUBRO de 2018 – Leandro Martins D´Avila – Diretor/Presidente IPAM

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 023/2018

Publicação Nº 1768855

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05.10.2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de Material de expediente, material de informática e mobiliário geral para uso no Centro Administrativo Municipal de Novo Horizonte/SC e Centro de Referência em Assistência Social - CRAS de Novo Horizonte/SC
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais)
DATA: 05.10.2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 050/2017

Publicação Nº 1768850

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017
HOMOLOGAÇÃO: 05.10.2018
CONTRATADO: ROZELI G. FRANCHINI
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretarias do Município de Novo Horizonte/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)
DATA: 05.10.2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

Orleans

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018 FMS

Publicação Nº 1768697

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Processo Nº.: 61/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2018

No dia 8 do mês de Outubro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 30/2018, Processo Licitatório nº. 61/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12645	FC COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS DE INFORMATICA LT	
12642	LENIRA HAWERROTH	
11212	NEWCOMP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	
11081	SCPONTO LTDA - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FC COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS DE INFORMATICA LT	22.221.781/0001-87	FABIANO MELO PEREIRA	833.647.659-87
LENIRA HAWERROTH	30.656.530/0001-53	VALMIR GALDINO	670.470.689-53
NEWCOMP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	05.072.367/0001-34	ODIRLEI DELA GIUSTINA	028.345.999-98
SCPONTO LTDA - ME	17.262.425/0001-71	KENIO ZANELA FERNANDES	066.135.799-63

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 61/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

Fornecedor: 11081 - SCPONTO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	REGISTRADOR ELETRONICA DE PONTO: COM LEITORES BIOMETRICOS (LEITOR DE IMPRESSÃO DIGITAL 500 DPI PARA NO MÍNIMO 900 DIGITAIS, PODENDO CADASTRAR 10 DIGITAIS POR COLABORADORES) + CARTÃO PROXIMIDADE (IDENTIFICAÇÃO POR CARTÃO DE APROXIMAÇÃO) + SENHA (IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS ATRAVÉS DE SENHA NUMÉRICA). CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO DE ATÉ 1.500 USUÁRIOS CADASTRADOS. USB: UM PORTA USB 2.0 (PORTA FISCAL) PARA FISCALIZAÇÃO DE ARQUIVO FONTE DE DADOS, UM PORTA USB 2.0 PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE USUÁRIOS. TELA LCD TOUCHSCREEN: DISPLAY LCD COLORIDO DE 2.4 230X240 COM TELA RESISTIVA SENSÍVEL AO TOQUE. REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO QUE ATENDE A PORTARIA 373 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGADO (MTE) . ACESSO AO MENU DO EQUIPAMENTO COM PROTEÇÃO DE DIGITAL OU SENHA DO ADMINISTRADOR. POSSIBILITA A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE COLABORADORES NO EQUIPAMENTO SEM A NECESSIDADE DE IMPORTAÇÃO USB OU TECLADO USB EXTERNO, TORNANDO-SE UM EQUIPAMENTO ADAPTÁVEL AO AMBIENTE.	un	CONTROL ID	10,000	1.000,0000	10.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7
Processo Nº.: 61/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/7

Processo Nº.: 61/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 61/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 61/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7
Processo Nº.: 61/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 8 de Outubro de 2018.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

FC COMERCIO VAREJISTA E SERVICOS DE INFORMATICA LT CNPJ: 22.221.781/0001-87 _____

LENIRA HAWERROTH CNPJ: 30.656.530/0001-53 _____

NEWCOMP EQUIPAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 05.072.367/0001-34 _____

SCPONTO LTDA - ME CNPJ: 17.262.425/0001-71 _____

Ouro

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 01/2018 AO CONTRATO N. 053/2018

Publicação Nº 1768876

TERMO ADITIVO 01/2018 AO CONTRATO N. 053/2018

Processo Licitatório n. 0025/2018

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia n. 0002/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: EGITO ENGENHARIA LTDA - EPP

OBJETO: revitalização das calçadas, passeios públicos e urbanização nas ruas centrais do município.

ALTERAÇÃO: prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8666/1993.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo para execução do presente contrato fica prorrogado em 80 (oitenta) dias a contar do dia 08/10/2018.

VIGÊNCIA: até 31/12/2018.

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2018.

Paial

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 41-2018 PREGÃO PRESENCIAL 23-2018

Publicação Nº 1769029

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 41/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE PAIAL

Contratada.: DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA

Valor estimado : R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 04/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2018 PM

Objeto : A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de sêmen bovino e material para inseminação artificial.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 42-2018 PREGÃO PRESENCIAL 23-2018

Publicação Nº 1769030

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 42/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE PAIAL

Contratada.: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Valor estimado : R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 04/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2018 PM

Objeto : A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de sêmen bovino e material para inseminação artificial.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 43-2018 PREGÃO PRESENCIAL 23-2018

Publicação Nº 1769032

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 43/2018

Contratante.: MUNICÍPIO DE PAIAL

Contratada.: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA

Valor estimado : R\$38.390,00 (trinta e oito mil e trezentos e noventa reais)

Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 04/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2018 PM

Objeto : A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de sêmen bovino e material para inseminação artificial.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI PREFEITO MUNICIPAL

Paraíso

PREFEITURA

2043/2018

Publicação Nº 1769079

DECRETO 2043/2018

CONSTITUI EQUIPE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA ELABORAÇÃO DA LDO E LOA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Valdecir Antônio Casagrande, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso XL, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica constituída a equipe de planejamento e gestão para elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019, do Município de Paraíso/SC, observada a legislação em vigor.

§ 1º A equipe será constituída pelos seguintes membros servidores municipais:

- ALINE BAROSKY WINGERT – Secretária de Administração, Fazenda e Planejamento;
- ANDRÉ SCHMITT ZANIN – Secretário de Educação, Cultura e Esporte;
- MARINÊS ECKERT – Secretária de Saúde;
- MARLENE FURLAN GIACOMINI – Secretária de Assistência Social;
- SIDINEI PASTORE – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;
- GEMERSON SCHANNE – Assessor de Planejamento
- EURÊNIO ROBERTO STUMPF – Técnico em Contabilidade
- MARCOS EDUARDO PRETTO – Controlador Interno

§ 2º Os membros da equipe de planejamento e gestão não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

§ 3º A equipe poderá solicitar apoio e informações de demais servidores dos órgãos setoriais da administração municipal, visando a execução dos trabalhos de elaboração das peças orçamentárias do Município de Paraíso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso/SC, 21 de setembro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 21 de Setembro de 2018.

Servidor Responsável

2044/2018

Publicação Nº 1769083

DECRETO Nº 2044/2018.

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Valdecir Antônio Casagrande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas,

de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública municipal.

CAPÍTULO II DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I Disposições gerais

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é do Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Em se tratando de entidades da administração indireta, a competência é do Prefeito Municipal.

Seção II Do Processo Administrativo de Responsabilização

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Subseção I Da instauração, tramitação e julgamento

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

- I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;
- II - a indicação do membro que presidirá a comissão;
- III - os fatos a serem apurados; e
- IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por igual período.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.
Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 11. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 12. Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 13. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 14. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município.

Art. 15. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumprilas no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

Seção I Disposições gerais

Art. 16. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013: I – multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Seção II Da Multa

Art. 17. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 18. Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
§1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.
§2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 19. O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
§2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 20. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 15.

Seção III Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora

Art. 21. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO IV DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 22. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

CAPÍTULO V DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 23. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 24. Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 25. O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
§1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.
§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.
§3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:
I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 24 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 26. Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo

Art. 27. Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, repute-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 31 deste Decreto.

Art. 28. Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 29. A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 31. A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas

Art. 32. No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 33. Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

**CAPÍTULO VI
DOS CADASTROS**

Art. 34. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

- I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;
- II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;
- III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002
- IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011;
- V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011; e
- VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 2011.

Art. 35. Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

- I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e
- II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 32 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paraíso – SC, 27 de Setembro de 2018.
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na forma da Lei.
Paraíso (SC), 27 de Setembro de 2018.

Servidor Responsável

2045/2018

Publicação Nº 1769086

DECRETO Nº 2045/2018.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467/2017 de 29 de novembro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TUR.

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação P/Todos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0213 – Aplicações Diretas(164)R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0206 – Aplicações Diretas(40) R\$ 13.000,00

Total da AdiçãoR\$ 28.000,00

(Vinte e oito mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0213(TCE 19) Transferência de recurso do FUNDEB e o recurso 0.1.0206(TCE 36) Transferência do Salário Educação conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467/2017 de 29/11/2017 e o inciso II, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 27 setembro de 2018.
Valdecir Antônio Casagrande
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra

Servidor Responsável

2046/2018

Publicação Nº 1769087

DECRETO Nº 2046/2018

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.06 – DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

05.06.13.392.1050.2.077 – Manut.e Func.do Programa Momento Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(65) R\$ 30.000,00

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03.15.451.1040.2.141 – Manut.das Ativ.de Divisão de Obras e Serviços Públicos

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(132) R\$ 10.000,00

Total das Adições R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467 de 30 de novembro de 2017 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.06 – DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

05.06.13.392.1050.2.077 – Manut.e Func.do Programa Momento Culturais

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(64) R\$ 30.000,00

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03 – DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.03.15.451.1040.2.141 – Manut.das Ativ.de Divisão de Obras e Serviços Públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(134) R\$ 10.000,00

Total das subtrações R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 28 de setembro de 2018.
Valdecir Antônio Casagrande
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
publicado na data supra
Paraíso, 28 de setembro de 2018.

Servidor Responsável

2047/2018

Publicação Nº 1769090

DECRETO Nº 2048/2018

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MINICIPAL DE SAÚDE
12.01.10.301.1071.2.089 – Programa Saúde Bucal
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(13) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.096 –Programa Farmácia Básica
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0419 – Aplicações Diretas(67) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.101 – Manut. do Progr.Saúde da Família
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(68) R\$ 26.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(33) R\$ 19.000,00

Total da Adição R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467 de 30 de novembro de 2017 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MINICIPAL DE SAÚDE
12.01.10.301.1071.2.089 – Programa Saúde Bucal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(11) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.096 –Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0419 – Aplicações Diretas(18) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.101 – Manut. Do Progr.Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(26) R\$ 45.000,00
Total da Subtração R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 02 de outubro de 2018.
Valcedir Antônio Casagrande
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Servidor Responsável

2048/2018

Publicação Nº 1769096

DECRETO Nº 2048/2018

“Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467 de 30 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído nas Ações já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MINICIPAL DE SAÚDE
12.01.10.301.1071.2.089 – Programa Saúde Bucal
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(13) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.096 –Programa Farmácia Básica
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0419 – Aplicações Diretas(67) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.101 – Manut. do Progr.Saúde da Família
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(68) R\$ 26.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(33) R\$ 19.000,00

Total da Adição R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), fica

anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467 de 30 de novembro de 2017 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.01.10.301.1071.2.089 – Programa Saúde Bucal
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(11) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.096 –Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0419 – Aplicações Diretas(18) R\$ 5.000,00
12.01.10.301.1071.2.101 – Manut. Do Progr.Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1284 – Aplicações Diretas(26) R\$ 45.000,00
Total da Subtração R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 02 de outubro de 2018.
Valcedir Antônio Casagrande
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Servidor Responsável

2049/2018

Publicação Nº 1769097

DECRETO Nº 2049/2018.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, Valdecir Antônio Casagrande no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1467/2017 de 29 de novembro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 283.757,34 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

09.00 – SECR. MUN.DA AGRIC.E MEIO AMBIENTE
09.03 – DIC.DE AGROP.MEIO AMB. REC.NAT.RENOVAVEIS
09.03.20.606.1100.1.011 – Aquisição de Máq. E Equipamento Agrícola
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0460 – Aplicações Diretas(166) R\$ 283.757,34
Total da AdiçãoR\$ 283.757,34

(Duzentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 283.757,34 (duzentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0460(TCE 34) Transferência de recurso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, Contrato de Repasse nº 874220/2018/mapa/caixa, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1467/2017 de 29/11/2017 e o inciso II, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso (SC), 02 outubro de 2018.
Valdecir Antônio Casagrande
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra

Servidor Responsável

Passo de Torres

PREFEITURA

LEI 10862018

Publicação Nº 1769288

LEI Nº 1086 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

“ALTERA A REDAÇÃO DO §1º, DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 513 DE 25 DE AGOSTO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas competências privativas conferidas pelo Artigo 53, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, apresenta a Câmara Municipal de Vereadores para estudo e aprovação o presente Projeto de Lei:

A Câmara Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Autógrafo de Lei:

Art. 1º - Fica modificado o §1º, do artigo 1º, da Lei 513 de 25 de agosto de 2005, passando a ter a seguinte redação:

“§1º - O limite máximo para contratações previstas nos incisos III e IV deste artigo, será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 08 de Outubro de 2018

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de outubro de 2018.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 277, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768896

PORTARIA Nº 277, de 08 de outubro de 2018.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o atestado médico para gestante, emitido pelo Dr. Rodrigo Berger – CRM/PR 14868 – datado do dia 1º de outubro de 2018, entregue ao Setor de Recursos Humanos em 08 de outubro de 2018, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 dias a partir de 01/10/2018, haja vista sua gestação;

Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora KARINA APARECIDA MARINI RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Controle Interno, matrícula nº 10355, lotada junto à Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 01/10/2018 até o dia 29/03/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de outubro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de outubro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****291/2018**

Publicação Nº 1769431

PORTARIA Nº 291/2018

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS para o Biênio 21 de novembro de 2017 a 20 de novembro de 2019 e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, e de conformidade do disposto no § 1 do Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1372 de 01 de março de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º - SUBSTITUIR os Membros do CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS para o Biênio de 21 de novembro de 2017 a 20 de novembro de 2019, constituído por representantes dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil e de Movimentos Sociais, cuja composição passará a ser a seguinte:

1 Representantes dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Municipal:

Titular - Juliana Aparecida da Rosa Soares
Suplente - Luiza Santos Virgílio dos Anjos
Titular - Marize Menezes Wheeler
Suplente - Ana Paula Gama Silva
Titular - Juliana Cristina Derner
Suplente - Marilete Santos de Souza Borges
Titular - Flávia Simão Lapa Rotini
Suplente - Inara Figueredo Pereira
Titular - Amanda Alexandre Svaldi
Suplente - Marcelo Martins

2 Representantes da Sociedade Civil e de Movimentos Sociais:

Titular - Arli Ernani Moser
Suplente - Fernanda Tamara Rodrigues Zaia
Titular - Fabiana Leonor Gonçalves
Suplente - Marilza Pereira de Souza Raulino
Titular - Ricardo Raupp da Costa Junior
Suplente - Silvia Regina Bruschi
Titular - Susana Lopes Gutierrez Latronico
Suplente - Altair Pereira
Titular - Marlene Cabral de Abreu
Suplente - Sônia Elísia Moura

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 08 de outubro de 2018.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 09 de outubro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO Nº 116/2018 - PMP

Publicação Nº 1768537

5º TERMO ADITIVO Nº 116/2018-PMP
AO CONTRATO Nº 172/2015-PMP

Licitação: Processo Adm. nº. 60/2015-PMP, modalidade Dispensa de Licitação nº 06/2015-PMP

Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua José João Batista, 465, Centro – Penha/SC e cadastrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras sob a matrícula de nº 34764.

Os signatários deste instrumento de 5º Termo Aditivo nº. 116/2018-PMP ao Contrato Administrativo nº. 172/2015-PMP, de um lado Gilberto Domingo Reis, portador do CPF nº 624.208.109-10, residente à Rua Arthur Silvino dos Reis, 130, Centro – Penha/SC e de outro lado, o MUNICÍPIO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, aditar o Contrato Principal nº 172/2015 e seus Termos Aditivos, vinculados ao Processo de Licitação nº. 60/2015, Dispensa de Licitação nº 06/2015, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do Quarto Termo Aditivo nº 131/2017-PMP, fica prorrogado para mais 3 (três) meses, a contar da data de seu vencimento (29/09/2017) conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CLAUSULA SEGUNDA

Fica acrescido ao presente contrato o valor total de R\$4.515,43 (quatro mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e três centavos), ressalta-se que há saldo pendente de R\$8.100,65 (oito mil, cem reais e sessenta e cinco centavos), onde a soma destes valores servirá para pagar a prorrogação por 3 meses.

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino
Funcional: 12.361.009 – Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0611 – Aplicações Diretas (78)

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 25 de setembro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Ordenador de Despesas
Portaria nº1230/2018 Locador

GILBERTO DOMINGOS REIS
Contratado

Secretário de Administração

Locatário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº1176/2018

CONVOCAÇÃO 2º CLAMADA 01º ALEX MIGUEL DOS SANTOS

Publicação Nº 1769240

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 09/10/2018 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 10/10/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO – ANOS FINAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

01º. 110771 ALEX MIGUEL DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 08 de outubro de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.
Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

PORTARIA Nº 1493/2018

Publicação Nº 1769210

PORTARIA N.º 1493/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. KETELLIN CELMIRA FERRARI, para exercer a função de Estagiária, no período de 01/10/2018 a 30/09/2019, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 29/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 02 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1494/2018

Publicação Nº 1769211

PORTARIA N.º 1494/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, Lei 2254/2009 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. EDUARDO BAYER, com efeito a partir de 11/10/2018 a 10/10/2019, de acordo com o 1º Termo Aditivo de Compromisso de Estágio nº 28/2018 ao Termo de Compromisso de Estágio nº 16/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 02 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1495/2018

Publicação Nº 1769214

PORTARIA N.º 1495/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a funcionária ADRIANA CORREA BONELA do cargo efetivo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 125/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 02 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1496/2018

Publicação Nº 1769215

PORTARIA N.º 1496/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018 RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido, a funcionária SABRINA DE ANDRADE DCHNEIDER do cargo efetivo de Odontóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 83/1999.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1497/2018

Publicação Nº 1769216

PORTARIA N.º 1497/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 73 da Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 018/2010 e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a pedido, a carga horária da Professora VIVIAN CRISTINA FERREIRA DE MORAIS de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/10/2018 a 17/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1498/2018

Publicação Nº 1769219

PORTARIA N.º 1498/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. CAROLINE DA COSTA ALVES para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE ESCOLA BÁSICA, da Centro de Educação Infantil "Professora Mara Lucia de Souza Melo", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1499/2018

Publicação Nº 1769222

PORTARIA N.º 1499/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. DAIANE VOIGT COSTA, para exercer a função de Professor Não Habilitado de Educação Especial, no período de 09/10/2018 a 04/11/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 650/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1500/2018

Publicação Nº 1769225

PORTARIA N.º 1500/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. YANCA CAROLINE DOMICIANO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 09/10/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 651/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1501/2018

Publicação Nº 1769228

PORTARIA N.º 1501/2018

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ELISABETE APARECIDA CUNHA, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 09/10/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 652/2018 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de outubro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 009/2018 - FMS

Publicação Nº 1769242

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2018-FMS de 24/08/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2018-FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018-FMS
HOMOLOGADO EM 24/08/2018

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade, na Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa MACCAGNINI CLÍNICA DE DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.822.410/0002-06, com sede à Avenida Santa Catarina, nº 2.000 - Centro - Barra Velha - CEP: 88.390-000 - Nome Fantasia: SANTA CLARA DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Luciano Osório Maccagnini, inscrito no CPF sob nº 670.065.900-00, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de Análises Clínicas aos usuários do SUS autorizados

pela Secretaria de Saúde de Penha através da Guia de Encaminhamento, conforme Decreto Municipal n.º 3257/2018, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de Entidades Privadas, Pessoas Físicas ou Jurídicas prestadoras de serviço de saúde, para realização de procedimentos de exames de diagnose, em caráter ambulatorial, por meio de Requisições/Guias de Autorizações emitidas pela Secretaria de Saúde do Município de Penha

Parágrafo Único: Para o desempenho de suas atividades, a CREDENCIADA, colocará para atendimento à população do Município de Penha, as suas instalações e seus equipamentos (com exceção do USG) e quadro técnico-profissional próprio.

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço R\$ Unit.
48	4000	Exame	Laudo de raio-x	R\$ 15,00
47	1300	Exame	Procedimento com finalidade diagnóstica mamografia (502822747)	R\$ 45,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os usuários do SUS deverão ser atendidos nas dependências da CREDENCIADA, mediante o Guia de Agendamento Regulada expedida pela Secretaria de Saúde de Penha.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

2.3 - Os serviços de Ultrassonografia constantes do Edital serão executados com equipamento do Secretaria de Saúde do Município, disponibilizado na Unidade de Saúde do NAM – Núcleo de Atendimento à Mulher, localizado na Rua João Veríssimo da Silva, s/nº, Bairro Centro, Penha/SC, de segunda a sexta-feira

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 860.138,80 (oitocentos e sessenta mil cento e trinta e oito reais e oitenta centavos).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Fundo Municipal da Saúde de Penha

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0064 – Aplicações Direta (22)

Entidade: Fundo Municipal da Saúde de Penha

Órgão: 20 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: (23) 3.3.90.00.00.00.00.00.0613 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

5.1 – Do Município:

5.1.1 – Expedir as Guias de Agendamento definindo o prestador que executará os procedimentos, consoante a capacidade declarada pela CREDENCIADA.

5.1.2 – Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;

5.1.3 – Fiscalizar, conferir e aprovar os serviços realizados;

5.1.4 – Efetuar o pagamento dos serviços realizados conforme este edital;

5.1.5 – Prestar aos credenciados, todas as informações necessárias o bom desempenho dos serviços.

5.2 – Das Credenciadas:

5.2.1 – Realizar os procedimentos diariamente (segunda à sexta) na sede da Credenciada;

5.2.2 – Tratar os pacientes com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de transtorno;

5.2.3 – Orientar os pacientes quanto a forma e preparo para a realização dos procedimentos;

5.2.4 – Fornecer os materiais utilizados na realização dos procedimentos, sem cobrança adicional aos usuários e nem à gestão;

5.2.5 – Entregar os resultados dos procedimentos realizados, no mesmo prazo concedido aos particulares, sem nenhuma cobrança adicional, aos usuários do SUS.

5.2.6 – Permitir a fiscalização dos serviços pela Secretaria de Saúde, em qualquer tempo, e mantê-lo permanentemente informado a respeito do andamento dos mesmos;

5.2.7 – Comunicar ao Município, a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;

5.2.8 – Aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do

credenciamento;

5.2.9 – Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados e resultados dos exames seja na esfera administrativa, cível ou criminal.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A Credenciada deverá fornecer os resultados de exames de forma imediata, devendo ser entregue laudo, constando as imagens e gráficos, quando houverem, de forma impressa;

6.2. A Credenciada deverá realizar todos os exames apresentados na Proposta (Anexo IV) a qual se compromete, não podendo ocorrer a subcontratação;

6.3. A realização dos exames deverá ser feita em consultório disponibilizado pela Credenciada, fornecendo além das instalações, equipamentos/aparelhos e quadro técnico-profissional próprio, com exceção do USG;

6.4. Todos os equipamentos e materiais necessários a realização dos exames deverão ser fornecidos pela credenciada, com exceção do USG. A responsabilidade e os custos pela instalação, manutenção e/ou reparação destes equipamentos também ficarão a cargo da credenciada;

6.5. Os procedimentos deverão ser realizados pela Credenciada diariamente, de segunda a sexta-feira. As datas e horários serão acordadas entre a Secretaria de Saúde e a Credenciada;

6.6. A credenciada, nos dias acordados para realização dos procedimentos, deverá contar com profissional especialista em diagnósticos por imagem bem como para a digitação dos laudos;

6.7 - Os serviços de Ultrassonografia constantes do Edital serão executados com equipamento da Secretaria de Saúde do Município, disponibilizado na Unidade de Saúde do NAM – Núcleo de Atendimento à Mulher, localizado na Rua João Veríssimo da Silva, s/nº, Bairro Centro, Penha/SC. É de responsabilidade da credenciada a locomoção dos profissionais que realizarão os procedimentos de segunda a sexta-feira em datas e horários a serem acordados entre a Secretaria de Saúde e a Credenciada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os Credenciados não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, do Fundo Municipal de Saúde de Penha, sob pena de rescisão do Termo de Credenciamento;

7.2. Os procedimentos subcontratados, e devidamente autorizados pela Administração Pública, consoante mencionado no item acima, serão de total responsabilidade técnica, financeira, de atendimento e logística da Credenciada, não acarretando nenhuma responsabilidade, dano ou prejuízo ao Município de Penha, Fundo Municipal de Saúde e ao paciente;

7.3. Os Credenciados receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores propostos. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do Termo de Credenciamento e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;

7.4. Os Credenciados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Penha;

7.5. Os Credenciados deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas no Edital;

7.6. Os Credenciados deverão repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da Rede de Saúde do Município de Penha;

7.7. Utilizar o sistema SIA/SUS da Credenciada para apresentação da produção mensal;

7.8. Todos os Credenciados ficarão sujeitos à auditoria do Município de Penha – Fundo Municipal de Saúde durante a vigência do credenciamento;

7.9. O Município de Penha se reserva no direito de suspender preventivamente o prestador credenciado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para investigar eventuais indícios de irregularidades no serviço público prestado que estejam em desacordo com as normas deste Edital, bem como aos princípios e normas do SUS, inclusive em relação ao bom atendimento ao público, o que deverá ser realizado mediante procedimento próprio pelo Secretário Municipal de Saúde, devendo assegurar o contraditório e a ampla defesa.

7.10. O agendamento dos procedimentos deverá ser realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Penha, por meio do sistema eletrônico.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

8.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante termo aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

8.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor a ser determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

8.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA, cabendo a Secretaria de Saúde, bem como a CREDENCIADA, comunicar a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - Caberá à funcionário designado pela Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

12.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

12.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 24 de agosto de 2018.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

MACCAGNINI CLINICA DE DIAG. MED. LTDA

Luciano Osório Maccagnini

Credenciada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:

CPF nº.: CPF nº.:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretária de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº 1176/2018

Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0219/2018

Publicação Nº 1769433

PORTARIA Nº 0219/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o servidor a ocupação de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
ERALDO DA SILVA CONSTANTE JUNIOR	OPERADOR II

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 19 de Setembro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0221/2018

Publicação Nº 1769435

PORTARIA Nº 0221/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora de cargo do tipo "Contratado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
BRUNA FABRE DONEDA	MEDICA ESF

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 21 de Setembro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0222/2018

Publicação Nº 1769437

PORTARIA Nº 0222/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do servidor de ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
ALBERTO DA SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE LOGISTICA

Art. 2º Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 27 de Setembro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0223/2018

Publicação Nº 1769438

PORTARIA Nº 0223/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do servidor de ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
PAULO SERGIO DE MEDEIROS	SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGROPECUÁRIO, PESCA E MEIO AMBIENTE

Art. 2º Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 28 de Setembro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 065/2018

Publicação Nº 1769422

DECRETO Nº. 065, de 26 de setembro de 2018.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1694 de 19 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (15) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0659 – Recursos NASF união R\$ 20.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (37) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0659 – Recursos NASF união R\$ 2.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (2) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0659 – Recursos NASF união R\$ 22.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 26 de Setembro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 066/2018

Publicação Nº 1769423

DECRETO Nº. 066, de 28 de setembro de 2018.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1694 de 19 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.1.71.00.00.00.00.00 – (5) Transferências a Consórcios Públicos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários R\$ 1.400,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00 – (10) Aplicação Direta Decorrente de Op. entre órgãos

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários R\$ 1.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 28 de Setembro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 067/2018

Publicação Nº 1769424

DECRETO Nº. 067, de 28 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal e Parágrafo 3º, do Artigo 2º. da Lei Complementar nº. 025/2013 de 21/11/2013,

DECRETA:

Art. 1º. A alteração da jornada de trabalho para os profissionais do magistério se dará conforme carga horária e habilitação especificada abaixo:

I – 20 horas – Educação Infantil;

II - 30 horas – Educação Infantil;

III - 40 horas – Educação Infantil.

§ 1º. Terá direito a alteração de carga horária o ocupante do cargo de Professor que obedecer aos requisitos constantes da Lei Complementar nº. 025/2013, de 21/11/2013.

§ 2º. O servidor ocupante do cargo de professor interessado e apto para alterar sua carga horária, deverá requerê-la até o dia 05 de outubro deste ano.

Art. 2º. Os membros do magistério que tiverem a alteração da sua carga horária aprovada serão enquadrados, por ato do Chefe do Poder Executivo, no cargo de Professor Nível II, conforme Anexo III – Grupo I e Anexo V da Lei Complementar nº. 002/2002 de 21/05/2002.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Setembro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 068/2018

Publicação Nº 1769425

DECRETO Nº. 068, de 28 de Setembro de 2018.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo nominados, para integrar a Comissão responsável pela análise e seleção do processo de

alteração de carga horária dos profissionais do magistério público municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

I - Sandra Regina Deuttner Monteiro;
II - Rosemere Scheidt Schmitt;
III - Luciana Aparecida Calbusch Hillesheim;
IV - Jeanete Eger Velter;
V - Juliana Odorizzi;
VI - Simone Krause Klauberg;
VII - Áurea Hillesheim Longen,

Parágrafo Único. Ficará a cargo do servidor indicado no Inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º. As despesas decorrentes do presente decreto correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Geral do município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 28 de Setembro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO 13 2018 - AMBULÂNCIA FURGONETA

Publicação Nº 1768443

PREFEITURA MUNICIPALDE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

Edital de LICITAÇÃO Nº 14/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FURGONETA ORIGINAL DE FÁBRICA, ZERO KM, ANO 2018, ADAP. P/AMBULÂNCIA SIMPLES REMOÇÃO, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. Data de abertura: 03/10/2018. LICITAÇÃO DESERTA. Petrolândia, 09 de outubro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 052-2018 - PMP

Publicação Nº 1768578

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 052/2018 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, INCLUINDO REMOÇÃO E LIMPEZA DOS RESÍDUOS, de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:00h do dia 22/10/2018

Abertura: dia 22/10/2018, às 14:15h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 08 de outubro de 2018.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 112/2018

Publicação Nº 1768702

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 112/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 24/10/2018 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018, AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES EM ALUSÃO AS FESTIVIDADES DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 24/10/2018, até às 09:45hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE OUTUBRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 302/2018

Publicação Nº 1769460

CONTRATO ADMINISTRATIVO 302/2018

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AVALIAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AVALIAR PSICOLOGIA - EIRELI EPP, autorizado através do Processo n. 265/2018, Licitação n. 125DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:
Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: AVALIAR PSICOLOGIA - EIRELI EPP
CNPJ-MF nº 18.329.578/0001-51
Endereço: Rua Almirante Lucas Boiteux, nº 40, sala 102, Estreito
Florianópolis -Santa Catarina – CEP 88070-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 125DL2018, datado de 04/10/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA que forneça três kits de testes Wisc, material para avaliação psicométrica de aprendizagem, para serem utilizados nas unidades escolares municipais por profissionais de psicologia.

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Wisc IV – Protocolos de registro geral	20	R\$ 29,99	R\$ 599,80
2	Wisc IV – Protocolos de respostas I – Símbolos	20	R\$ 19,50	R\$ 390,00
3	Wisc IV – Protocolos de respostas II – Cancelamento	20	R\$ 19,50	R\$ 390,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.379,80 (um mil trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2000 - PODER EXECUTIVO

2003 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12 - Educação

361 – Ensino Fundamental

12 – Desenvolvimento Educacional

2.32 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

36 – Despesa

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 125DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 04 de outubro de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

AVALIAR PSICOLOGIA – EIRELI EPP

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 303/2018

Publicação Nº 1769458

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 230/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

CONTRATO ADMINISTRATIVO 303/2018

Contrato de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Contábil à Administração Municipal, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, autorizado através do Processo n 230/2018 e Licitação nº 013/2018, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua da Consolação, nº 317, Sala 01, Edifício Bossini, Bairro Matinho, Xanxere, neste ato representada pelo Senhor Vanderlei Grunitzki, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente contrato para a Prestação de Consultoria e Assessoria Contábil, conforme as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. 8.666/93 e demais legislação aplicável, normas técnicas de proteção e segurança do respectivo ramo de atividade, bem como no Processo Licitatório n. 230/2018, Tomada de Preços n. 013/2018, os quais passam a ser parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E NAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, BEM COMO, SUPORTE NO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADAS ATRAVÉS DOS SISTEMAS SIOPE, SIOPS, SICONFI, conforme descrição:

SEQ.	ITEM	UNIDADE	QTD
1	SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E NAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, BEM COMO, SUPORTE NO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENVIADAS ATRAVÉS DOS SISTEMAS SIOPE, SIOPS, SICONFI.	MÊS	12

1.1 DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- assessoria na execução orçamentária, atendendo as determinações da lei nº 4320/64 com visitas técnicas periódicas, resguardando a possibilidade de convocação pela administração conforme a necessidade;
- elaboração dos relatórios da LC nº 101/2000 (LRF) referente ao RREO – relatório resumido de execução orçamentaria; RGF – relatório de gestão fiscal;
- orientação sobre o preenchimento das informações do SIOPE, SIOPS, SICONFI;
- encerramento de balanço geral;
- apresentação de relatórios sobre as visitas técnicas realizadas no município, diretamente para o representante titular da contratante;
- o contratado deverá disponibilizar no mínimo um técnico para visita in loco uma vez por semana, ou quando requisitado os serviços;
- orientação e acompanhamento na elaboração das peças de planejamento: PLANO PLURIANUAL – PPA; LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

2.1 - O Contratante pagará ao Contratado o valor mensal cotado pelo licitante vencedor, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante entrega de relatório circunstanciado e de nota fiscal correspondente ao valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

2.3 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário contra a instituição bancária indicada pela Contratada.

2.4 - O Contratante, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Observar todos os dispositivos contidos na legislação federal, estadual, resoluções e demais atos do Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle relacionados à Administração Municipal;
- Comprometer-se conforme impõe a ética profissional a não revelar o conteúdo dos dados a que seus prepostos tiverem acesso;
- Planejar e organizar as atividades inerentes ao objeto do presente contrato para que se verifique a necessária eficiência/eficácia na realização;

4. Manter integral interação entre os prepostos da CONTRATADA e o servidores públicos municipais com atuação nas áreas objeto do presente contrato, comunicando imediatamente ao Prefeito Municipal qualquer fato ou necessidade de adoção de providências;
5. Comprovar documentalmente, sempre que for requerido pelo CONTRATANTE, que em seu quadro funcional mantém/possui profissionais qualificados devidamente habilitados, com responsabilidade técnica e registro nos respectivos conselhos;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O Contratante obriga-se dispor das dependências, dos documentos necessários e dos servidores lotados nas respectivas áreas para a perfeita execução dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor mensal estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes da presente processo Licitatório correrão por conta dos recursos constantes no orçamento para o exercício financeiro de 2018.

Órgão Orçamentário: 20 Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 2- Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4- Administração

Subfunção: 122- Administração Geral

Programa: 3- Administração Geral

Ação: 2022- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Cód. Red. 16 -3.3.90.00.00.00.00

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1 - O prazo de validade do contrato é até 31/12/2018, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo da lei 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) por ato unilateral e escrito da administração se assim o interesse público exigir;
- c) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- d) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. Pela recusa em promover a execução do objeto do presente contrato dentro do prazo estabelecido, a contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

8.2. À contratada que não mantiver as obrigações ora contratadas, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, deste contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) advertência;
- b) multa, sendo:
 - b.1) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 15 (quinze) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
 - b.2) de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.
 - b.3) de 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 03 (três) anos.

OBS: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

c) Demais penalidades cabíveis e previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. A execução do objeto do presente contrato será feita mediante a prestação dos serviços contratados pela empresa vencedora do certame exclusivamente.

9.2. Qualquer alteração na forma da prestação do serviço será sempre observado o edital e a comunicação entre as partes relativas ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais vistas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

9.3. A fiscalização e o controle por parte do Contratante, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratado do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

9.4 Atuará como gestor dos contratos, o Secretário de Administração. Como fiscal do contrato, atuará o servidor indicado pelo secretário da pasta.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Tangará-SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, em 05 de outubro de 2018.

CONTRATANTE: Município de Pinheiro Preto – SC.

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Resp. Legal - Vanderlei Grunitzki

Testemunhas:

1. _____ - CPF. n. _____

2. _____ CPF. n. _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO 305/2018

Publicação Nº 1769461

LICITAÇÃO Nº 102/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS 305/2018

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO TÉCNICOS DE CONserto DE VEÍCULO" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME, autorizado através do Processo n. 232/2018 Licitação n. 102/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME

CNPJ-MF n.º. 10.760.365/0001-78

Endereço: Rua Pedro Andrezza, nº 100, Bairro Centro, Videira – SC – CEP: 89560-000

Representada por: Adão Renato Cesa

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 102/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo de licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA SUBSTITUIÇÃO DE BOMBA DE DIREÇÃO HIDRAULICA, CAIXA DE DIRIEÇÃO, AS MANGUEIRAS E ÓLEO DE DIREÇÃO HIDRÁULICA DO VEÍCULO FIAT DUCATO VAN MULTI 2.3, ANO/MODELO, 2012, PLACA MJX 0844, CHASSI 93W245H34D2093931, cujas PEÇAS SUBSTITUÍDAS DEVERÃO SER NOVAS E ORIGINAIS.

Parágrafo único. AS PEÇAS SUBSTITUÍDAS DEVERÃO SER GENUÍNAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 11.570,00 (onze mil quinhentos e setenta reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário: 30 Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 1- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 9- Saúde com qualidade

Ação: 2050- Manutenção da Atividades da Saúde

Cód. Red. 12 -3.3.90.00.00.00.00

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de trinta dias após a emissão do documento de recebimento definitivo do objeto devidamente instalado no VEÍCULO mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o serviço deverá ser efetuado no prazo de 30 dias:

I. Início: 08/10/2018

II. Término: COM O TERMO DA GARANTIA, ou seja, a data de 08/10/2020. (mínimo 02 anos).

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do veículo na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 102/2018, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4 A proponente vencedora deverá apresentar e disponibilizar ao Município as peças, acessórios e materiais que tiverem sido substituídos e, não sendo os mesmos recolhidos pelo Município, dar-lhes a devida destinação, respeitadas rigorosamente às normas ambientais aplicáveis. (AS PEÇAS SUBSTITUÍDAS SERÃO FOTOGRAFADAS E ARQUIVADAS NO PROCESSO)

5.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

5.6 O gestor do contrato ficara a cargo da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, atuando como fiscal do contrato o servidor DYESON FRIEBEL.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 08 de outubro de 2018.

CONTRATANTE
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PORTARIA 455/2018

Publicação Nº 1769465

PORTARIA Nº 455, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionária Dyeson Friebel, ocupante do cargo de Diretor Executivo Municipal de Planejamento Obras Serviço e Transportes, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão Presencial nº 102/2018.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I -conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) ao objeto da contratação;
- b) a forma de execução;
- c) a forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) o cronograma de serviços;
- e) as obrigações da contratante e da contratada;
- f) as condições de pagamento;
- g) as atribuições da fiscalização;
- h) as sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II -manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

- III conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;
- IV -acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;
- V -acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;
- VI -verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- VII -zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;
- VIII -estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;
- IX -notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;
- X -sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;
- XI -comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;
- XII -comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;
- XIII -solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I –os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II –arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III –exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da

Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º A funcionária designada para fiscalização de contratos deverá ser capacitada e orientada para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE OUTUBRO 2018

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 453/2018

Publicação Nº 1769464

PORTARIA Nº 453 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 013/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 013/2018, modalidade TOMADA DE PREÇOS, visando a contratação de empresa para SERVIÇO EM CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTABIL:

1. ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 17.301.930/0001-88, o menor preço e melhor técnica, sendo o preço mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pontuação técnica de 27 (vinte e sete) e nota final 10 (dez).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE OUTUBRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 454/2018

Publicação Nº 1769463

PORTARIA Nº 454 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 102/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 102/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando o CONSERTO DO VEICULO – FIAT DUCATO para a Secretaria da Saúde e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 10.760.365/0001-78, no valor global de (R\$ 11.570,00)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE OUTUBRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 052/2018

Publicação Nº 1769462

Termo Aditivo 052/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 035/2018

Primeiro Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 339/2017, Licitação nº 088/2017 modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: SAFRA DIESEL LTDA
CNPJ-MF nº. 76.578.202/0001-87
Endereço: Rod. SC 480, Bairro Quedas do Palmital, nº 481 E, Chapecó SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de litros de combustível tipo; ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

2.1 2.1 Após comprovado aumento no preço do combustível tipo óleo diesel S10 e S 500 comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 035/2018, aditado, para fins de majorar o preço do óleo diesel S10 e S 500.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra do combustível passa a ser de:

I – S 500, de R\$ 3,57 (três reais e cinquenta e sete centavos) para R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) por litro;

II – S10, de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) por litro.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

A despesa para com o presente aditivo fica a cargo da dotação orçamentária em vigor.

CLAUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 035/2018 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO N. 1033/2018

Publicação Nº 1768689

DECRETO Nº 1.032/2018, de 04 de Outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 85.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal e Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 2 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000 – Pessoal e Encargos ,,,,,,,,,,,,,, R\$ 85.000,00

TOTAL: R\$ 85.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação apurado até setembro 2018 referente às fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

TOTAL: R\$ 85.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 04 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 04 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N. 1033/2018

Publicação Nº 1768691

DECRETO Nº 1.033/2018, de 04 de outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro no Valor de R\$ 128.688,79 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.041 Ações de Atenção Básica do FMS

Modalidade: 37 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0002 – Outras despesas Correntes R\$ 100.000,00

Órgão: 13.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.044 Ações de Vigilância Sanitária

Modalidade: 45 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038 – Outras despesas Correntes R\$ 28.688,79

TOTAL: R\$ 128.688,79

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes das seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos – 0.3.0038 – Superávit Vigilância Sanitária –SUS União R\$ 28.688,79

TOTAL: R\$ 128.688,79

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 04 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 04 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N. 1034/2018

Publicação Nº 1768693

DECRETO Nº 1.034/2018, de 04 de Outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 17.500,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 03.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.004 – Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade: 180 – 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0000 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 17.500,00

TOTAL: R\$ 17.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.0000 – Superávit Recursos Ordinários R\$ 17.500,00

TOTAL: R\$ 17.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 04 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 04 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N. 1035/2018

Publicação Nº 1768694

DECRETO Nº 1.035/2018, de 04 de Outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 29.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017,

que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FCEP

Unidade: 19.01 – Fundação Municipal e Cultura - FCEP

Projeto/Atividade: 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade: 7 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.1044 – Outras Despesas Correntes R\$ 29.000,00

TOTAL: R\$ 29.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.1044 – Superávit Recursos Próprios FECF R\$ 29.000,00

TOTAL: R\$ 29.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 04 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 04 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N. 1036/2018

Publicação Nº 1768695

DECRETO Nº 1.036/2018, de 04 de Outubro de 2018

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 500,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 26 da Lei 1.431/2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 90.00 - ENCARGOS GERAIS

Unidade: 90.01 – Encargos Gerais

Projeto/Atividade: 0.002 – Sentenças Judiciais – Precatórios e PASEP

Modalidade: 141 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0008 – Outras Despesas Correntes R\$ 500,00

TOTAL: R\$ 500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação apurado até setembro 2018 referente às fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0008 – Transf. Fundo Especial do Petróleo – FEP R\$ 500,00

TOTAL: R\$ 500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba – SC, 04 de outubro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 04 de outubro de 2018

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

CONTRATO NºS 1880.349.0000001-00 E 1880.349.0000002-00

Publicação Nº 1769314

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nºs 1880.349.0000001-00 e 1880.349.0000002-00

Creditada: Município de Pomerode, inscrito no CNPJ nº 83.102.251/0001-04.

Credora: Caixa Econômica Federal, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, através recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES.

Objeto: Modernização da administração tributaria e dos setores sociais básicos do Município de Pomerode, conforme projeto aprovado pelo BNDES, no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributaria e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT.

Autorização da Secretaria do Tesouro Nacional: STN 0474/2018/CEGOV de 05/09/2018.

Amparo Legal: Lei Municipal nº. 2943, de 09/10/2017.

Valor: R\$ 3.138.686,00 (três milhões cento e trinta e oito mil e seiscentos e oitenta e seis reais)

Data da Assinatura: 28/09/2018

Signatários: Ércio Kriek, CPF nº 605.728.259-00 pelo Beneficiário, e Edinéia Cristina de Souza, CPF nº 036.992.059-75, pela Credora.

EDITAL COMAD Nº 001/2018

Publicação Nº 1769293

EDITAL COMAD nº 001/2018

Dispõe sobre a convocação para eleição dos representantes das organizações não governamentais para compor o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD - Gestão 2019/2021

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 281 de 14 de Maio de 2015, CONVOCA a Assembléia de Eleição das Organizações Governamentais e Não Governamentais de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área de prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos, para eleger suas organizações/instituições junto ao COMAD, cujas normas serão regidas por este Edital.

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art.1º. Tornar público a realização da Assembléia de Eleição das Organizações Não Governamentais do COMAD que elegerá as 6 (seis) Organizações que passarão a compor o COMAD, gestão 2019/2021.

CAPÍTULO II DO CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art.2º. As organizações não governamentais interessadas em participar da Assembléia de Eleição das Organizações Não Governamentais para compor o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode – COMAD, habilitar-se-ão junto ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD.

§1º As organizações referidas no caput deverão estar em pleno funcionamento há pelo menos 02 anos, sediadas no município de Pomerode.

§2º O credenciamento das organizações não governamentais interessadas, ocorrerá junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, entre os dias 08 de Outubro de 2018 e 22 de Outubro de 2018, na Rua XV de Novembro, 234 – Centro - Pomerode, em conformidade com o Anexo I deste edital.

§3º Cada organização não governamental deverá indicar um delegado titular e um suplente, com direito a voz e voto (Anexo I).

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art.3º. A eleição das organizações não governamentais, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante Assembléia de Eleição, obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos neste edital.

Parágrafo único. A Assembléia de Eleição das Organizações Não Governamentais acontecerá no dia 22 de Novembro de 2018, das 8 horas às 11 horas no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, sito a Rua XV de Novembro, 525 – Centro/Pomerode.

Art.4º. Para a realização desta Assembléia deverá ser composta uma Comissão Eleitoral que será responsável pelo processo de eleição.

Art.5º. Os membros da Comissão Eleitoral designados pelos conselheiros do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD, são:

I – Leila Carla Flohr – representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora;

II – Marco Antonio Marques Godoy – representando a Casa da Solidariedade;

III – Rosane Bachmann – representando o Colégio Sinodal Dr. Blumenau

Art.6º. Compete a Comissão Eleitoral:

a) eleger entre seus membros o (a) Presidente e Relator (a) da Comissão Eleitoral;

b) divulgar todas as informações relativas ao processo eleitoral;

c) dar publicidade ao processo de eleição dos representantes não governamentais;

d) analisar documentação e credenciar os delegados representantes das organizações;

e) identificar a caracterização das organizações;

f) abrir e encerrar as votações no local de votação;

g) elaborar lista de presença;

i) registrar em Ata, todas as ocorrências consideradas relevantes durante o processo eleitoral, cujo registro deverá constar o nome e assinatura de todos os membros integrantes da Comissão;

j) fiscalizar o sistema de votação e apuração;

k) realizar a apresentação das organizações eleitas.

Parágrafo único. A Assembléia será presidida pelo (a) Presidente da Comissão Eleitoral.

Art.7º. A Comissão Eleitoral responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes das organizações não governamentais, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações não governamentais que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados.

Art.8º. A eleição será por maioria simples.

Art. 9º – A eleição deverá garantir a representatividade das organizações não governamentais que desenvolvam atividades relacionadas às Políticas Públicas sobre Drogas nas áreas de Prevenção, Atendimento, Recuperação, Reinserção Social, Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos, assim entendidas:

I – Atendimento: tem como finalidade a execução de medidas de proteção e socioeducativas, destinando-se ao atendimento de pessoas em situação de risco pessoal ou em razão da ação ou omissão da sociedade ou do Estado, em razão da falta ou omissão dos pais ou responsáveis, ou ainda em razão de sua conduta, podendo funcionar em regime de apoio e orientação sócio familiar, apoio sócio educativo em meio aberto, colocação familiar, acolhimento institucional, liberdade assistida, semiliberdade ou, nos casos mais graves, regime de internação.

II – Recuperação: voltada para o âmbito biológico, psicológico e social, esta tríade de tratamento, permite ao indivíduo entender os aspectos da dependência química e todos os processos que o leva ao abuso da substância, proporcionando ao dependente químico condições para manter-se em abstinência e consequentemente, diminuindo o risco de recaída. Constitui em equipe multidisciplinar, a fim de garantir uma sólida aplicação da metodologia de tratamento, proporcionando a estabilidade do dependente através da conscientização e aprofundamento do conhecimento da doença.

III – Reinserção Social: é um programa voltado às questões do uso e abuso de substâncias psicoativas, de pessoas que estão com os seus vínculos familiares, sociais e/ou profissionais rompidos; é todo esforço realizado que tenha como meta reintegrar o indivíduo na família, na comunidade e na sociedade.

IV – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos: constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e de órgãos não governamentais, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, proteção, defesa, garantia e controle para a efetivação dos direitos assegurados na legislação em vigor.

§1º Na hipótese de ocorrer empate entre as organizações não governamentais credenciadas, será considerada eleita a mais antiga, mediante apresentação da Ata de Fundação.

§2º Cada organização não governamental deverá se credenciar na categoria a qual está registrada.

Art. 10 – Em observância às diretrizes do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) e Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), compõe a rede de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área da prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos as organizações não governamentais abaixo relacionadas:

a) Associações de Moradores;

- b) Associação de Voluntários;
- c) Associação de Pais e Professores;
- d) Associação Industrial de Pomerode – ACIP
- e) Associação Visite Pomerode - AVIP
- f) Clube de Diretores Lojistas - CDL
- g) Conselho Regional de Serviço Social;
- h) Conselho Regional de Psicologia;
- i) Conselho Regional de Medicina;
- j) Bombeiros Voluntários de Pomerode;
- k) Organizações de Recuperação e Tratamento a Dependentes Químicos;
- l) Organizações de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia de Direitos;
- m) Organizações Socioassistenciais;
- n) Organizações Religiosas;
- o) Associações Hospitalares;
- p) Instituições de Ensino Particular;
- q) Ordem dos Advogados do Brasil.

Art.11 É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha das organizações não governamentais, junto ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode – COMAD.

Art.12. Serão eleitores, todos os delegados indicados pelas organizações não governamentais participantes da Assembléia de Eleição.

Art.13. Não poderão compor o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode – COMAD, na condição de representantes das organizações não governamentais:

- a) representantes do Judiciário, Legislativo Municipal, Ministério Público, Defensoria Pública;
- b) representantes que exerçam função comissionada no Poder Executivo.

Art.14. O exercício da função de Conselheiro Titular e Suplente requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e não será remunerada.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros terá duração de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

CAPÍTULO IV DAS VAGAS NO CONSELHO

Art. 15 - O número de vagas destinadas às organizações não governamentais, junto ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode, terá a seguinte organização:

Área de atuação	Segmento/Organização	Nº de vagas
Prevenção	Organizações Religiosas; Instituições de Ensino Particular; Associações de Pais e Professores; Associação de Voluntários; Bombeiros Voluntários de Pomerode; Associação de Moradores.	2
Atendimento, Recuperação e Reinserção Social e Defesa de Direitos.	Organizações de Recuperação e Tratamento a Dependentes Químicos; Organizações de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos; Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; Associações Hospitalares; Organizações Socioassistenciais; Conselho Regional de Serviço Social; Conselho Regional de Psicologia; Conselho Regional de Medicina; Associação Industrial de Pomerode – ACIP; Associação Visite Pomerode – AVIP; Clube dos Diretores Lojistas – CDL.	4

CAPÍTULO V

DO CALENDÁRIO

Art.16. O calendário da Assembleia de Eleição da Sociedade Civil respeitará o que segue:

DATA	AÇÕES
09/10/2018	Publicação de edital do processo de eleição das organizações não governamentais no site oficial da prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.
22/10/2018	Prazo para entrega da documentação para credenciamento da organização não governamental. Os documentos deverão ser protocolados na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode, até às 17h
23/10/2018 à 30/10/2018	Análise da documentação enviada pelas organizações não governamentais
05/11/2018	Comunicação à organização não governamental com credenciamento indeferido, através de e-mail e/ou contato telefônico.
08/11/2018	Prazo final para manifestação da organização não governamental acerca do indeferimento.
12/11/2018	Prazo final para análise dos recursos apresentados
13/11/2018	Publicação das organizações não governamentais habilitadas a participarem da Assembleia de Eleição, no site da Prefeitura e Diário Oficial dos Municípios
22/11/2018 8h às 11h	Realização da Assembleia para Eleição das Organizações Não Governamentais.
23/11/2018	Publicação das organizações não governamentais eleitas na Assembleia e representantes governamentais indicados para comporem o COMAD
23/11/2018	Envio ao executivo municipal da lista dos conselheiros para elaboração de Decreto de nomeação dos conselheiros que irão compor o COMAD, Gestão 2019/2021.

CAPÍTULO VI DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

Art.17. As Organizações Não Governamentais interessadas em participar da Assembleia de Eleição deverão entregar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- requerimento de habilitação - ANEXO I;
- Identificação de representação – ANEXO II;
- cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado;
- Estatuto Social da Organização Não Governamental;
- Ata de Fundação da Organização Não Governamental.

Parágrafo primeiro: Os documentos descritos no caput deste artigo deverão ser protocolados junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode, endereçado à Comissão Eleitoral de Eleição das Organizações Não Governamentais do COMAD, conforme prazo estabelecido no calendário deste edital, em envelope fechado.

Parágrafo segundo: As organizações não governamentais eleitas no último fórum de eleição, gestão 2017/2019 do COMAD, estão dispensadas de apresentar a documentação exigida no caput, salvo se ocorrer mudança da diretoria das Organizações ou dos representantes indicados.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.18. Se necessário, a Comissão Eleitoral convocará o (a) representante legal das organizações não governamentais que solicitaram o credenciamento, para prestar esclarecimentos, ou ainda, poderá realizar visitas "in loco" para avaliação/constatação, solicitar documentos, assim como, recorrer a quaisquer instâncias externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão do credenciamento.

Art.19. O Poder Público Municipal se responsabiliza pela total publicidade do processo eleitoral com a cobertura e divulgação das etapas do processo no site da Prefeitura Municipal de Pomerode. (www.pomerode.sc.gov.br).

Art.20. Integram o presente edital, os anexos I e II.

Art.21. As 6 (seis) Organizações Não Governamentais mais votadas serão considerados eleitas para o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode – COMAD.

Art.22. Toda a legislação pertinente a este edital e mais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode, com Iraní Reinke Ender, pelo telefone: 47 3387-1125, ou pelo endereço eletrônico: comad@pomerode.sc.gov.br

Art.23. Caberá aos membros da Comissão Eleitoral, decidir sobre os casos omissos nesse edital.

Pomerode, 03 de Outubro de 2018.

Rudi Voigt
Coordenador do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMID

ANEXO I (Papel timbrado, logo, nome da
representação)
REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Pomerode, de de 2018.

À
Comissão Eleitoral da Assembléia de Eleição das Organizações Não Governamentais do COMAD
Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES

Pelo presente documento requer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO COMAD, junto à Comissão Eleitoral da Assembléia de Eleição da Sociedade Civil.

I - Identificação da representação (assinalar apenas uma alternativa):

() Prevenção

() Atendimento, Recuperação, Reinserção Social, Promoção , Proteção e Defesa dos Direitos

II - Identificação do representante legal da organização:

Nome:

Função CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico:

Telefone da organização não governamental:

III- Identificação do delegado(a) titular: Nome CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone: Endereço eletrônico:

III- Identificação do delegado(a) suplente:

Nome CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone: Endereço eletrônico:

OBS:Delegado é a pessoa que irá votar, podendo ser a mesma indicada no Anexo II a compor o conselho:

Assinatura do Representante legal da Organização

Assinatura do delegado titular

Assinatura do delegado suplente

ANEXO II
IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO (Papel timbrado, logo, nome da
representação)

Pomerode, de de 2018.

À
Comissão Eleitoral da Assembléia de Eleição das Organizações Não Governamentais do COMAD

Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES

Assunto: Indicação de Conselheiros(as) representantes para compor o COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - gestão 2019/2021.

Indicamos abaixo os Conselheiros (titular e suplente), que passarão a compor o COMAD, gestão 2019/2021, representando (identificar neste espaço o nome da organização).

Nome do Conselheiro titular:

Naturalidade:

UF:

Data de Nascimento:

RG:

Data de Expedição:

Órgão Expedidor:

CPF:

Endereço Residencial:

Telefone Residencial:

Celular:

E-mail:

Escolaridade:

Profissão:

Outros órgãos aos quais trabalha ou participa como voluntário:

1 - _____

2 - _____

Nome do Conselheiro suplente:

Naturalidade:

UF:

Data de Nascimento:

RG:

Data de Expedição:

Órgão Expedidor:

CPF:

Endereço Residencial:

Telefone Residencial:

Celular:

E-mail:

Escolaridade:

Profissão:

Outros órgãos aos quais trabalha ou participa como voluntário:

1 - _____

2 - _____

Atenciosamente,

Nome e assinatura do(a) representante legal

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 3.011/2018

Publicação N° 1768483

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL

N.º 3.011/2018

ALTERA A EMENTA E ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL N° 2.628/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Ementa da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

CRIA O CONCURSO ANUAL DE DECORAÇÃO NATALINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 2º O Artigo 1º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído no Município de Pomerode o "Concurso Anual de Decoração Natalina", com o objetivo de motivar a população a decorar a parte externa de suas residências e estabelecimentos empresariais com decoração natalina visando o embelezamento da cidade no período dos festejos de Natal e Ano Novo.

Art. 3º O Artigo 2º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O concurso instituído no artigo anterior será realizado anualmente pelo Executivo Municipal nos meses de novembro e dezembro, obedecido o seguinte calendário:

(...)

Art. 4º O inciso I do Artigo 2º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

I – de 01 a 20 de outubro, serão feitas as inscrições dos participantes, devendo a decoração estar instalada até o primeiro sábado de dezembro.

[...]

Art. 5º O Artigo 4º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - O julgamento das decorações natalinas será feito pela Comissão Julgadora, levando-se em conta a "criatividade e beleza da decoração", observadas as seguintes regras básicas:

Art. 6º O inciso I do Artigo 4º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º [...]

I – a decoração deve ser típica do período de Natal;

[...]

Art. 7º O inciso II do Artigo 4º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º [...]

[...]

II – deve ter boa visibilidade para quem transita na rua ou no passeio.

Art. 8º O Artigo 5º da Lei Ordinária Municipal nº 2.628/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - A Comissão Julgadora será nomeada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo composta por 04 (quatro) membros, com os respectivos suplentes:

Art. 9º Inclui o inciso IV ao Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 2.628/2014 com a seguinte redação:

Art. 5º [...]

IV – um representante da câmara de dirigentes lojistas CDL de Pomerode.

[...]

Art. 10º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode, 09 de outubro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

PORTARIA 074-2018

Publicação Nº 1768598

PORTARIA Nº 074/2018 DE 15 DE AGOSTO DE 2018

"DESIGNAR COMO FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 07/2018 DECORRENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 LOCAÇÃO DE DOIS CAMINHÕES COMPACTADORES, COM CAPACIDADE MINIMA DE 15M³, PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGANICOS O SERVIDOR COMISSIONADO JAIR DE OLIVEIRA."

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei ordinária 116/1966, resolve:

1. Designar JAIR DE OLIVEIRA, DIRETOR DE RECICLAGEM para acompanhamento e fiscalização dos serviços decorrente Contrato Administrativo 07/2018, LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018, cujo objeto é LOCAÇÃO DE DOIS CAMINHÕES COMPACTADORES, COM CAPACIDADE MINIMA DE 15M³, PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGANICOS.

2. Incumbe ao fiscal acima designado liquidar os serviços, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto acima referido, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e produz seus efeitos a partir do início da vigência do respectivo contrato, com

validade expressa até o encerramento do contrato e seus respectivos aditivos de prazos.

4. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode - SC, 15 de agosto de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 075-2018

Publicação Nº 1768614

PORTARIA Nº 075/2018 DE 22 DE AGOSTO DE 2018.

PRORROGA AFASTAMENTO AO SERVIDOR NELSON ALVES, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença junto ao Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, ao servidor NELSON ALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, Padrão 02, Nível 01, Referência A com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor de Reciclagem, no período de 17 de Agosto de 2018 à 22 de Outubro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de Agosto de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 076-2018

Publicação Nº 1768616

PORTARIA Nº 076/2018 DE 12 DE SETEMBRO DE 2018.

PRORROGA AFASTAMENTO AO SERVIDOR FABRICIO DIAS BORGES DOS SANTOS, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGA AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença junto ao Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, o servidor FABRICIO DIAS BORGES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão 02, Nível 01, Referência A com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor Técnico, no período 04 de Setembro de 2018 à 14 de novembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 077-2018

Publicação Nº 1768617

PORTARIA Nº 077/2018 DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

EXONERA O SERVIDOR CLEMENTE ARTUR ROVERE JUNIOR DO CARGO DE MOTORISTA.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49 da Lei complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR o servidor celetista CLEMENTE ARTUR ROVERE JUNIOR, do cargo de Motorista, padrão 4, nível 01-A, com 40 horas semanais a partir do dia 12 de Setembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 12 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 078-2018

Publicação Nº 1768843

PORTARIA Nº 078/2018 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018.

NOMEIA DEFENSOR DATIVO DO INDICIADO VANDERLEI ALVES EM FACE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PAD Nº 004/2018, INSTITUIDO PELA PORTARIA Nº 062/2018.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

Considerando solicitação formulada pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo nº 004/2018, instaurado pela Portaria nº 062/2018 de 10 de Julho de 2018;

RESOLVE:

DESIGNAR a Srta. Eliane Zilz, servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativa cedida pela Prefeitura Municipal de Pomerode, matrícula funcional 154, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo do indiciado VANDERLEI ALVES, Auxiliar de Operações II, matrícula funcional 161-02, no processo administrativo acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 079-2018

Publicação Nº 1768844

PORTARIA Nº 079/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PRORROGA AFASTAMENTO A SERVIDORA JANETE GONÇALVES, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença junto ao Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, a servidora JANETE GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, Padrão 02, Nível 01, Referência A com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor de Reciclagem, no período de 19 de Setembro de 2018 à 21 de Novembro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 080-2018

Publicação Nº 1768845

PORTARIA Nº 080/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

NOMEIA DEFENSOR DATIVO DA INDICIADA JANETE GONÇALVES EM FACE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PAD Nº 009/2017, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 058/2017.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

Considerando solicitação formulada pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo nº 009/2017, instaurado pela Portaria nº 058/2017 de 13 de Junho de 2017;

RESOLVE:

DESIGNAR a Srta. Eliane Zilz, servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativa cedida pela Prefeitura Municipal de Pomerode, matrícula funcional 154, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo da indiciada JANETE GONÇALVES, Auxiliar de Operações II, matrícula funcional 062, no processo administrativo acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 081-2018

Publicação Nº 1768847

PORTARIA Nº 081/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

NOMEIA DEFENSOR DATIVO DA INDICIADA DANIELLE DE MELLO FAGUNDES EM FACE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PAD Nº 013/2017, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 068/2017.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

Considerando solicitação formulada pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo nº 013/2017, instaurado pela Portaria nº 068/2017 de 10 de Agosto de 2017;

RESOLVE:

DESIGNAR a Srta. Eliane Zilz, servidora efetiva no cargo de Assistente Administrativa cedida pela Prefeitura Municipal de Pomerode, matrícula funcional 154, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo da indiciada DANIELLE DE MELLO FAGUNDES, Auxiliar de Operações II, matrícula funcional 183, no processo administrativo acima indicado, para apresentar defesa escrita, podendo requerer à Comissão Processante eventuais providências relacionadas diretamente a esta atividade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 082-2018

Publicação Nº 1768849

PORTARIA Nº 082/2018 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018.

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 062/2018 DE 10 DE JULHO DE 2018.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto Nº 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR conforme ofício datado de 17 de setembro de 2018, relativo ao Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2018 instaurado a fim de apurar supostas irregularidades praticadas pelo servidor VANDERLEI ALVES, funcionário público efetivo no cargo de Auxiliar de Operações II (Portaria nº 091/2016 de 17 de Maio de 2016), matrícula 161-02, o qual em tese teria, durante o exercício das atribuições de seu cargo, infringido as disposições contidas nos artigos 25,26 e 28 inciso II da Lei Complementar nº 269/2014 bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos e que caso

confirmado ensejará a aplicação das penas previstas na Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e no Decreto nº 2899 de 19 de dezembro de 2015

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

PORTARIA 083-2018

Publicação N° 1768851

PORTARIA N° 083/2018 DE 19 DE SETEMBRO 2018.

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA N° 069/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria N° 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto N° 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR conforme ofício datado de 17 de setembro de 2018 relativo ao Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2018 instaurado a fim de apurar supostas irregularidades praticadas pelo servidor JOEL DOS SANTOS, funcionário público efetivo no cargo de Motorista (Portaria nº 094/2016 de 01 de Junho de 2016), matrícula 184, o qual em tese teria, durante o exercício das atribuições de seu cargo, infringido as disposições contidas no artigo 149 incisos IV, VI, VII e do artigo 150 inciso IX e XX da Lei Complementar nº 269/2014 bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos e que caso confirmado ensejará a aplicação das penas previstas na Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e no Decreto nº 2899 de 19 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de Setembro de 2018.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N° 109/2018 IVANDIR

Publicação N° 1768985

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 97/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 64/2018

CONTRATO N° 109/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: IVANDIR LUIZ FAVERO ME

CNPJ: 14.346.211/0001-95

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GUARDA-CHUVAS PERSONALIZADOS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DOS PROGRAMAS DO SCFVs (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS) EM COMEMORAÇÃO AS ATIVIDADES ALUSIVAS AO DIA DA CRIANÇA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Valor: R\$ 4.540,00 (Quatro Mil Quinhentos e Quarenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 08 de Outubro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 08 de Outubro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2018

Publicação N° 1768471

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 67/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOCORRO E TRANSPORTE ESCOLAR CONFORME LINHAS ESPECIFICADAS NO ANEXO I EM SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Recebimento dos Envelopes até às 08H45 (horário de Brasília) do dia 22/10/2018. Abertura da Sessão às 09H00 horas (horário de Brasília) do dia 22/10/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 08/10/2018. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 08 de outubro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 054/2018 - PMPB

Publicação Nº 1767358

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 054/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Recebimento das Propostas: Até 13:30 horas do dia 23/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:00 horas do dia 23/10/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Licitações da PMPB, End. Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 05 de outubro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1942 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768866

DECRETO Nº 1.942, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.595/2017".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0005

Atividade: 2.014 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2018, por conta dos Recursos Ordinários na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 08 de outubro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 007/2018**

Publicação Nº 1768947

RESOLUÇÃO Nº 007/2018

DEFINE MEMBROS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, PARA O EXERCÍCIO DO PODER LEGISLATIVO 2018.

JOEL ORLANDO LUCINDA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, conforme o disposto no artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e no artigo 25, inciso I e alínea "t" do Regimento Interno da Câmara Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

ART. 1º - Ficam composta as Comissões Parlamentares Permanentes da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, para o exercício do Poder Legislativo de 2018, conforme alteração realizada na resolução nº 006/2018 das seguintes formas:

Inciso 1º - Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior

Relatora: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues

Membro: Vereador – PP, Francisco Scottini-Kiko

Inciso 2º - Comissão de Finanças, Orçamento, Controle Público e Tributação

Presidente: Vereador – MDB, Diogo dos Santos

Relator: Vereador – PRB, Marcos Venicius Marques

Membro: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

Inciso 3º - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas

Presidente: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini

Relator: Vereador – MDB, Jonas Amadeu Raulino

Membro: Vereador – PT, Jonatha Carlo Cabral

Inciso 4º - Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Presidente: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

Relatora: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues

Membro: Vereador – MDB, Célio Roberto Ramos

Inciso 5º - Comissão de Meio Ambiente, Pesca e Agropecuária

Presidente: Vereador – PRB, Marcos Venicius Marques

Relator: Vereador – PSD, Altino Torquato dos Santos Junior

Membro: Vereador – MDB, Jonas Amadeu Raulino

Inciso 6º - Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública

Presidente: Vereador – PT, Jonatha Carlo Cabral

Relator: Vereador – PPS, Bento Sebastião Voltolini

Membro: Vereador – MDB, Célio Roberto Ramos

Inciso 7º - Comissão de Cultura, Esporte e Turismo

Presidente: Vereador – PP, Francisco Scottini

Relator: Vereador – MDB, Diogo dos Santos

Membro: Vereadora – PT, Rosaura de Oliveira Rodrigues

Inciso 8º - Comissão da Ouvidoria Pública

Presidente: Vereador – PMDB, Jonas Amadeu Raulino

Relator: Vereador – PP, Francisco Scottini - Kiko

Membro: Vereadora – PTB, Silvana Nunes Stadler

ART. 2º - A Presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 02 dias do mês de outubro de 2018.

Ver. Joel Orlando Lucinda
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 536/2018

Publicação Nº 1769130

DECRETO Nº 536, de 03 de outubro de 2018.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO TATIANE DE SOUZA do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Fiscalização, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2018.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2018.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 537/2018

Publicação Nº 1769134

DECRETO Nº 537, de 03 de outubro de 2018.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO JOSÉ INÁCIO REISDORFER do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Desenvolvimento Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2018.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2018.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 541/2018

Publicação Nº 1768641

DECRETO Nº 541, de 05 de outubro de 2018.

Altera a composição do Conselho Municipal de Educação – CME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.660, de 27 de outubro de 2009, que atualiza e consolida a legislação que dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação, alterada pela Lei Municipal nº 4.284, de 12 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Conselho Municipal de Educação – CME, nomeado coletivamente pelo Decreto nº 951, de 20 de maio de 2016, que passa a conter a seguinte composição:

I- representantes do Executivo Municipal:
Titular: Arlene Alves Daubermann Padilha;
Suplente: Graciele Carla Bordignon Rodrigues.

II- representantes da Secretaria Municipal da Educação:
Titular: Tiago Metzler de Brito;
Suplente: Giceli Aparecida Gonçalves.

III- representantes dos Professores de Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano:

Titular: Mariana Bona Grim Kreling;

Suplente: Zilda Leoni Farber.

IV- representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano:

Titular: Moira de Cássia Ferreira;

Suplente: Lindalva Monteiro.

V- representantes da Educação Infantil mantida pelo Poder Público Municipal:

Titular: Caroline Moysés de Souza;

Suplente: Karin Daiane Barth.

VI- representantes da Educação Infantil mantida pela iniciativa privada:

Titular: Agnes Margarete Muller;

Suplente: Tatiane Aparecida Vor.

VII- representantes de Pais e Alunos das APPs das Unidades Escolares Públicas Municipais ou das Unidades Privadas que possuam o segmento de Educação Infantil:

Titular: Elise Krug Goes;

Suplente: Silvia Aparecida Roiek Corrêa.

VIII- representantes dos Professores Pedagogos da Educação Pública Municipal:

Titular: Eloísa Bradoski Voscichowski;

Suplente: Rosani Ester Schroh de Camargo.

IX- representantes dos Professores Pedagogos da Educação Privada:

Titular: Adelaide Regina Ogione Hey;

Suplente: Soeli Freitas Guimarães.

X- representantes do Ensino Superior:

Titular: Cleuza Dallazuana;

Suplente: Luciani Geraldi.

XI- representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Rita Bloot Volanick;

Suplente: Alcemir Teixeira.

XII- representantes do Conselho do FUNDEB:

Titular: Franciele Galvão;

Suplente: Joseane Cristina Jung.

XIII- representantes do Conselho de Alimentação Escolar – CAE:

Titular: Patrícia Aparecida dos Santos;

Suplente: Silvana Luiza de Lima.

XIV- representantes da Educação Especial:

Titular: Sandra Mara Paulichen Wimmer;

Suplente: Ana Cláudia Aparecida Lino.

XV- representantes da Polícia Militar que atue na área de Educação:

Titular: Soldado PM Claudinei José Kziozek;

Suplente: Chiara da Silveira Assunção.

XVI- representantes dos professores pedagogos da Educação Pública Estadual:

Titular: Margarete Aparecida Guerelus;

Suplente: Luciane Cristina Gan.

Art. 2º Os novos membros que ora integram o Conselho Municipal de Educação – CME, somente completarão o tempo restante do mandato conferido pelo Decreto nº 951, de 20 de maio de 2016.

Art. 3º Revogam-se o Decreto nº 427, de 09 de abril de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 05 de outubro de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 154/2018 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1768815

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 239/2018 – Multientidade

Extrato de Edital de Pregão Presencial 154/2018 - Exclusivo - ME – EPP – MEI

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para aquisição de tintas e materiais diversos para pintura. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 25 de outubro de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - 017/2018

Publicação Nº 1768823

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 238/2018

Extrato de Edital de Tomada de Preços 017/2018

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço, para execução da obra de construção de Centro Comunitário no Bairro São Pedro. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 26 de outubro de 2018 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 028/2018

Publicação Nº 1768829

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 240/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 028/2018

Caracterização da Situação: O Município necessita efetuar a contratação de estabelecimentos de saúde para prestar serviços auxiliares de diagnose em análises clínicas a nível ambulatorial, baseados na tabela unificada de procedimentos do Ministério da Saúde, no grupo 02 – procedimentos com finalidade diagnóstica e sub grupo 02 – diagnóstico em laboratório clínico.-.

Descrição do Objeto: O objeto da presente inexigibilidade é justamente a contratação de estabelecimentos de saúde para prestar serviços auxiliares de diagnose em análises clínicas a nível ambulatorial, baseados na tabela unificada de procedimentos do Ministério da Saúde, no grupo 02 – procedimentos com finalidade diagnóstica e sub grupo 02 – diagnóstico em laboratório clínico. - oriundas do Processo Licitatório 197/2018, Credenciamento 005/2018.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre as empresas:

Laboratório de Análises Clínicas Willy Carlos Jung,

Bioclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda ME,

Odair José Sznicer ME,

Laboratório de Análises Clínicas Galileu Ltda eis que estes foram devidamente habilitados no Credenciamento nº 005/2018, conforme ata e Demais Documentos anexos ao presente processo.

Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município será R\$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois mil reais valores estes que serão rateados entre os credenciados, tendo como parâmetros a Tabela SUS.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo

Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2105 – Atenção Básica Saúde

Modalidade 3390-195 – Aplicações Diretas

Cód. 148

Modalidade 3390-103 – Aplicações Diretas

Cód. 147

Complemento 33903950 – Serviços Médico Hospitalares, Odontológicos e Hospitalares

Da Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art.25 caput da Lei n.º 8.666/93.

AFONSO WASMANN NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 430/2018

PORTARIA Nº 081/2018

Publicação Nº 1768645

PORTARIA Nº 081, de 03 de outubro de 2018.

Institui e nomeia Comissão Especial de Planejamento Familiar, no município de Porto União – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Planejamento Familiar, sem ônus para o Município, tendo em vista a implantação do Programa Planejamento Familiar, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Porto União.

Art. 2º A Comissão Especial, ora instituída, será composta pelos seguintes membros:

- I- Presidente: Márcia Maria Baggio Caus;
- II- Secretária: Ilse Aparecida Simioni;
- III- Membro: Tatiane Ferreira dos Santos;
- IV- Membro: Cristiane de Ramos;
- V- Membro: Ricardo de Franceschi da Silva; e
- VI- Samira Hermont Ozon.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de outubro de 2018.
ELISEU MIBACH RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 135/2018 - MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1768836

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 213/2018 – Multientidade - Registro de Preço

Retificação do Edital de Pregão Presencial 135/2018 - Exclusivo - ME – EPP – MEI

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 143/2018

Publicação Nº 1768839

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 225/2018

Retificação do Edital de Pregão Presencial 143/2018 - Exclusivo - ME – EPP – MEI

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 016/2018

Publicação Nº 1768846

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 220/2018.

Retificação de Edital de Tomada de Preços 016/2018.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 08 de outubro de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 147 2018 - CAPIM VETIVER

Publicação Nº 1769252

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº147/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, a partir das 09 horas do dia 08/11/2018, de objeto: Aquisição de Capim Vetiver para contenção de encosta nas áreas de Regularização Fundiária do PAC II, Polígono Sadi, Polígono Bahiano e outros locais com corte de aterro. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 08 de outubro de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 103/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1768743

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2017

CONTRATO Nº 103/2018 – 4º ADITIVO CONTRATO N.º 12/2018

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 12/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-10) EM R\$ 0,2730 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, tendo em vista o aumento do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, comprovado pelas Notas de Compras (cópia em anexo), baseados na política de preços praticados pela ANP.

DO VALOR: 329.000,00

DA VIGENCIA: 01/10/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 01 de Outubro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 104/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1768764

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

COMPRA DIRETA Nº 433/2018

CONTRATO Nº 104/2018

CONTRATADA: SAMARA CORRÊA DEMÉTRIO BIHL

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL NO GRUPO DE ADOLESCENTE INFRATOR E PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA).

DO VALOR: 4.500,00

DA VIGENCIA: 01/10/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 01 de Outubro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 105/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1768746

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 95/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2017

CONTRATO Nº. 105/2018 – 7º ADITIVO CONTRATO N.º 13/2018

CONTRATADA: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 13/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍSEL S-500) EM R\$ 0,0819 PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, tendo em vista o aumento do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, comprovado pelas Notas de Compras (cópia em anexo), baseados na política de preços praticados pela ANP.

DO VALOR: 303.810,00

DA VIGENCIA: 05/10/2018 à 31/12/2018.

Praia Grande, 05 de Outubro de 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 29/2018 - SAMAE

Publicação N° 1768762

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2017
CONTRATO N.º 29/2018 – 7º ADITIVO CONTRATO N.º 01/2018
CONTRATADO: HERCIDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 01/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍESEL S-500) EM R\$ 0,0819 PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE, tendo em vista o aumento do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, comprovado pelas Notas de Compras (cópia em anexo), baseados na política de preços praticados pela ANP.
DO VALOR: R\$ 12.792,00
DA VIGENCIA: 05/10/2018 à 31/12/2018.
PRAIA GRANDE – SC, 05 DE Outubro de Junho de 2018.
JOÃO LUIZ CUSTÓDIO
DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 52/2018 - SAÚDE

Publicação N° 1768733

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017
CONTRATO N.º 52/2018 – 4º ADITIVO CONTRATO N.º 06/2018
CONTRATADO: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 06/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍESEL S-10) EM R\$ 0,2730 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, tendo em vista o aumento do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, comprovado pelas Notas de Compras (cópia em anexo), baseados na política de preços praticados pela ANP.
DO VALOR: R\$ 82.475,00
DA VIGENCIA: 01/10/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 01de Outubro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 53/2018 - SAÚDE

Publicação N° 1768739

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 34/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2017
CONTRATO N.º 53/2018 – 7º ADITIVO CONTRATO N.º 04/2018
CONTRATADO: HERCIDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 04/2018), REAJUSTANDO O VALOR DO COMBUSTÍVEL (DÍESEL S-500) EM R\$ 0,0819 PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, tendo em vista o aumento do preço de compra pelo fornecedor do combustível acima citado, comprovado pelas Notas de Compras (cópia em anexo), baseados na política de preços praticados pela ANP.
DO VALOR: R\$ 31.980,00
DA VIGENCIA: 05/10/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 05 de Outubro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 353/2018

Publicação Nº 1768667

PORTARIA N.º 353 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde a (a) Servidor (a) JULIANA PEREIRA EIFLER, Atendente de Consultório, pelo período de ate 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, com efeitos retroativos a contar do dia 24/09/2018.

Presidente Nereu, 04 de Outubro de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 354/2018

Publicação Nº 1768670

PORTARIA Nº. 354 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a FABIO MAINCHAIN, Agente Comunitário de Saúde BOA ESPERANÇA, pelo período de 08 de Outubro de 2018 a 06 de Novembro de 2018, relativo ao período aquisitivo de 22/11/2016 a 21/11/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Outubro de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 355/2018

Publicação Nº 1768682

PORTARIA Nº. 355 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (05 dias) a ODAIR MOREIRA, Operário Braçal, pelo período de 08 de Outubro de 2018 a 12 de Outubro de 2018(fruição), relativo ao período aquisitivo de 17/07/2017 à 16/07/2018.

Art. 2º - Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 08 de Outubro de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 356/2018

Publicação Nº 1768770

PORTARIA N.º 356, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

CONSTITUI COMISSÃO PARA O FIM QUE ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Art. 65, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o que estabelece o inciso X e XI, do Art. 2º, da lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear os servidores Públicos Municipais ROSILENE MAINCHAIN DE SOUZA BRAND, MARCOS AURÉLIO JUNIOR PINTO e CARINE MARIA DELLA BENETA, para comporem a comissão de seleção de que trata o inciso X, do artigo 2º, da Lei 13.019, 31 de Julho de 2014 e nomear os servidores Públicos Municipais, ROSILENE MAINCHAIN DE SOUZA BRAND, ELISANDRA DELA BENETA KNIHS e IZALENE THEIS DA ROSA, para comporem a comissão de monitoramento e avaliação de que trata o inciso XI, do Artigo 2º, da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, revogando a Portaria nº 275/2017.

Presidente Nereu, 08 de Outubro de 2018.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 314, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768798

DECRETO Nº. 314, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017, no valor de R\$ 34.821,19 (Trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 13.392.0041.2.041 – Manutenção das Atividades e Festividades Culturais

MODALIDADE:	(205) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

UNIDADE: 08.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 – Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer

MODALIDADE:	(196) 3.1.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
MODALIDADE:	(210) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	27.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0072.2.075 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cad. Único

MODALIDADE:	(172) 3.3.90.00.0.3.0017.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.821,19
FONTE DE RECURSO: 03.0017 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	6.821,19
TOTAL GERAL			R\$	34.821,19

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 34.821,19 (Trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e dezenove centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2017 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 08 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora

CRC/SC- 026787/O-2

DECRETO Nº. 315 DE 08.10.2018

Publicação Nº 1768723

DECRETO Nº. 315, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, BÁRBARA MONTEIRO WEHNER, Coordenadora de atenção básica, residente e domiciliada na Linha São Francisco, Interior, Município de Princesa, portadora do CPF nº. 915.757.295-04, Município de Princesa, 20 horas semanais, a partir de 04.10.2018

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 04.10.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 08 de Outubro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 122/2018

Publicação Nº 1769170

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 122/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS.

O Prefeito Municipal de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para a aquisição de brinquedos destinados para distribuição às crianças do município, quando do evento "Dia das Crianças", que será realizado no dia 12/10/2018, na praça municipal Hélio Antonio Farezin, conforme a programação das festividades alusivas ao 57º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Quilombo/SC., de acordo com o inciso II do Art.24 da lei 8.666/93, e alterações.

EMPRESA: JOEL LORENZATTO ME

VALOR: R\$ 5.699,09 (Cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e nove centavos).

EMPRESA: LUCINEIA SICHELERO HANKE ME

VALOR: R\$ 5.375,00 (Cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais).

EMPRESA: PAPELARIA E BAZAR JR LEO LTDA ME

VALOR: R\$ 5.610,00 (Cinco mil, seiscentos e dez reais).

QUILOMBO, 05 de Outubro de 2018

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1769430

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018

Termo de Colaboração firmado entre o Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.021.865/0001-61, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Silvano de Pariz e o Centro de Tradições Gaúchas Cultivando a Tradição, inscrito no CNPJ sob o nº 04.644.933/0001-72, representado pelo Senhor Expedito Roque Lanhi, Patrão da entidade.

Objeto: É objeto do Termo de Colaboração a conjugação de esforços entre a Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil para a realização de atividades voltadas às tradições gaúchas, no formato de um rodeio, no âmbito do Município de Quilombo e, atendendo, inclusive, a Lei Federal nº 13.364/2016, tendo em vista as festividades alusivas ao aniversário do Município.

Recursos: Valor total R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Orçamento: Ação 2.035 – Manutenção Cultural; 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Vigência: 05/10/2018 à 31/12/2018.

Data de Assinatura: 05/10/2018.

Quilombo/SC, 05 de outubro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Rio das Antas

PREFEITURA

PORTARIA 213-2018

Publicação Nº 1769308

PORTARIA Nº 213/2018 DE 04 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES PARA OS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO REFERENTE AOS EDITAIS NºS 007/2018 DE 29/08/2018; 008/2018, DE 29/08/2018 E 009/2018 DE 29/08/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar nº 04, de 02/12/1993 e Lei Complementar nº 05, de 09/12/1993 e alterações posteriores, tendo em vista os Editais nºs 007/2018 de 29/08/2018; 008/2018, de 29/08/2018 e 009/2018 de 29/08/2018, HOMOLOGA as inscrições para os processos seletivos simplificados para contratação de servidores em caráter temporário, conforme abaixo:

PROFESSOR I – HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
002	ANDREIA APARECIDA BORGES
007	AURISETE GALVÃO DOS SANTOS
015	MICHELI PATRÍCIA ANDREIS DA MOTTA
016	JOCENÉIA MARIA GELINSKI BORGES
058	IRENE MEIRELES PRESTES PASA
061	KARINE CRISTIANE GONÇALVES
082	REGINA LÚCIA TELEGEN
105	ELIANE MOREIRA DOS SANTOS
110	CAMILA MORESCO
111	VANESSA THOMAZI
113	JOSIANE PRIGOL
116	BRUNA MONTOANI
117	REJANY CAROLINA LOPES
121	CLAUDIA LÁZARIS
122	DANIELA CORREA VARGAS
125	LUCIMARI APARECIDA LUSI
133	SILVANA SOLIGO
134	SALETE DE MENES SCHMITD
147	JEANE IGNESS TESSARI
153	IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE
160	ILANA CORDEIRO
172	LEONORA JAKOBCZYNSKI
155	THAÍSA VITÓRIA PAVIANI PEREIRA
174	FLÁVIO RODRIGO GIACOMINI FERRAZ
180	LUCILENE ZAGER BONETTI
188	TERESINHA THOMAZI
189	TERESINHA APARECIDA LAZARIS PALHANO
195	ELAINE CRISTINA ABATTI
198	MARILSE APARECIDA TOMAZI SCHONS
205	JANETE APARECIDA TESSARI MARIANO
208	LINDAMIL FERREIRA DE ANDRADE
216	GABRIELA LAUTENSCHLAGER MACULAN
224	PAULINE RIBEIRO
229	TAÍS TERESINHA CALDATO
252	MARCIA APARECIDA MONHOES
270	LUCIANA PAES DE MELLO
275	DANIELA DOS SANTOS PIRES
290	SONIA MARIA CAMPOLIM DOS SANTOS

PROFESSOR I – NÃO HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
128	CÁCIA REGINA GELINSKI BERLATO
223	DENIZE PEKRL BONETTI
241	PATRÍCIA DE OLIVEIRA
257	DINORÁ COELHO

292	MARTA FERNANDES DA ROCHA
293	ROSILENE APARECIDA RIBEIRO

PROFESSOR II – PORTUGUÊS - HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
279	SULAMARA IACHITZKI
281	ANDREA CAROLINE DA SILVA
284	TAMARA BALTEZAN FERREIRA

**PROFESSOR II – PORTUGUÊS – NÃO HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.****PROFESSOR II – MATEMÁTICA – HABILITADO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
019	PATRICIA SERIGHELLI
041	VIVIANE PRISCILA PASA
053	LEIDI CRISTINA KNECHT
066	CLAUDIO FERNANDO COSTA
081	PRISCILA TERESINHA FERREIRA
163	LUIZ ERNESTO LAZZARIS
196	VANESSA RIBEIRO BORGES
211	ANGELITA APARECIDA MEZZAROBBA DE SOUZA

**PROFESSOR II – MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.****PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
141	ROBINSON EDUARDO SOARES DA SILVA
182	DÉBORA MACIEL
206	AUGUSTO TIAGO CORRÊA
210	AURÉLIO TIAGO CORRÊA
255	SEBASTIÃO CARLOS DA SILVA
283	JOSÉ LEANDRO DE PAULA PINTO
263	ROSILDA DE FÁTIMA MAXINSKI WITTE
296	RODOLFO MACHADO DE SOUZA SEGUNDO
297	DIEGO JUNGES DE LARA

PROFESSOR II – EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
068	LEONARDO GUERREIRO DE ANDRADE
162	LEONARDO CORDEIRO DA SILVA
217	MARIANA APARECIDA ZANCANARO MOLDENHAUER

PROFESSOR II – HISTÓRIA – HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
171	DAYANAE APARECIDA GEREMIAS CARLIN DO PRADO
199	JOACIR LUCAS DE DEUS
294	CRISTIANE FRANÇA DOS SANTOS

**PROFESSOR II – HISTÓRIA – NÃO HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.****PROFESSOR II – ARTES – HABILITADO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
106	SUZANA DOARTE NADAL
146	MARISA DORIS VOM HEDE
183	ANGELICA MARA DE LIMA DA LUZ

**PROFESSOR II – ARTES – NÃO HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.**

PROFESSOR II – INGLÊS – HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.

PROFESSOR II – INGLÊS – NÃO HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
178	ANDERSON NATHAN GONÇALVES FERREIRA

PROFESSOR II – GEOGRAFIA – HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
084	CRISTIANE LAUTENSCHLAGER
137	MARIA ANGELITA DE ALMEIDA MOREIRA

PROFESSOR II – GEOGRAFIA – NÃO HABILITADO
NÃO HOUVE INSCRITOS.

PROFESSOR II – CIÊNCIAS – HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
078	LUANA MOREIRA DOS SANTOS DOMINGUES
191	EDIANE ALMEIDA MOREIRA
272	LUCIMARA STASIAK

PROFESSOR II – CIÊNCIAS – NÃO HABILITADO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
157	MAXSUEL BELLAVER BONFANTI
228	SAMARA CATTANI

MERENDEIRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
017	SOLANGE DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA
051	PATRÍCIA APARECIDA OLIVEIRA BAIRROS
055	ROSÂNGELA ADAM FRANCO
072	AUDRIA RAQUEL DA MAIA
073	DULCE MARI SCUZZIATTO
090	ANA CAROLINA XAVIER MORAES
096	FRANCIELE APARECIDA LEFFER
097	MARIA LUCIJANE DE OLIVEIRA
099	IOLETE CAMARGO DE QUADROS ALVES
114	GISELE LORENZI
127	MARIA ZAMPRONIO RIBEIRO
145	IVANIR ALVES
194	MARLETE FÁTIMA DE OLIVEIRA
203	TAINARA DE QUADROS KRAEMER
222	CÉLIA BARRETO
226	ROSILEI TOLDO INÁCIO
278	SAMARA APARECIDA TREUK

MOTORISTA VEÍCULO LEVE

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
011	ANTONIO ANTUNES DE OLIVEIRA
014	NEURI JOSÉ JAKOBCZYNSKI
022	CARLOS NEITZKE
024	MARCELINO BANDIERA
037	ELIZEO BUENO RODRIGUES
040	EDUARDO MAX WILHELM
045	GILSON BURGHARDT
052	RICARDO JOSÉ FIGUEIREDO
062	ALISSON JOSÉ ANTUNES SOARES
063	JULIANO JOSÉ TURKE
067	ISAQUE CAMARGO DE QUADROS

070	LAÉRCIO MAXINSKI
077	WESLLY RODRIGUES PEREIRA
083	PEDRO NEOTTI
085	LEANDRO FELIZ
091	ELISETE M.S TIBOLLA
092	JULIANO SINGER
100	JOSÉ VALENTIM ALVES
107	GUSTAVO KIND BONETTI
108	MARISTELA DE OLIVEIRA
109	WAGNER CAMARGO TURKE
120	HIRANN NEON BECKER GHIDINI
132	LUIZ CARLOS VICENTE
136	RUAN FAGANELLO LOPES
159	CRISTIANO VARGAS
173	JOHNY GOMES DA SILVA
184	GILMAR TREUK
192	ADAIL JOSÉ DE LIMA DA LUZ
209	LUCIANO ALVES
235	BRUNO VINICIUS MIOZZO
249	ANDRE LUIZ PEREIRA
242	ANDERSON JOSÉ A. RIBEIRO
264	ALLAN ANTUNES ALVARENGA
266	VALDECIR RIBEIRO DOS SANTOS
268	NEIMAR RODRIGUES DA SILVA
269	NELSON PEREIRA
280	JOÃO GABRIEL SANTOS SIQUEIRA
286	PATRICK WILHELM
298	NEREU SIQUEIRA DUART
299	NILTON RAUBER

SERVIDOR BRAÇAL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
003	IVOIR ELIAS ALVES
004	NIVALDO SILVA RIBEIRO
012	ELIO PEDRO MACHADO
023	LAUDELINO CORRÊA DOS SANTOS
027	PAULO ROBERTO LEDUR
029	ALEXANDRO DE PAULA
031	ADALBERTO DE OLIVEIRA
034	SELVINO ANTONIO DA ROSA
v 036-A	MARRONE CRISTÓVÃO BATISTA
v 036-B	LUIZ CARLOS GOMES
039	ADILSON DA SILVA
043	LEOCLIDES LIMA
044	CIDNEI DE OLIVEIRA
054	ALEX SANDRO DONDONI
057	NELSON DE OLIVEIRA ALVES
074	JOSÉ FRACANABIA
075	VALDEMAR A. FRANCO
088	VILMAR NAFFIN
129	GEOVANI DA SILVA PIERDONÁ
151	JONAS ANTONIO DA ROSA
152	JAIR SANTOS DE CAMARGO
190	ALISON JUNIOR GOES
240	RODRIGO DA SILVA
246	ANTONIO ADEMIR DE PAULA
265	SAMUEL RODRIGUES DE ARAUJO
267	LUCIANO DOMINGUES
271	NELSON ANTUNES PONTES

v CORREÇÃO DE CANDIDATOS INCRITOS COM A MESMA NUMERAÇÃO.

GARI

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	KARIAN APARECIDA RISSO
009	OLINDA DE MELO CEZAR
013	NOEMIA REGINA NEVES MACHADO
018	ROSELI DE OLIVEIRA
021	ANGÉLICA REGINA MACHADO
033	GISELE APARECIDA FAE
042	FERNADA PAULA BATISTA
087	MARLI RODRIGUES DE FREITAS
115	CLARIBEL DA SILVA MACHADO

AUXILIAR MECÂNICO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
131	LUIZ ANTONIO RAMOS
295	SIDNEI PEREIRA PRIMO

ORIENTADOR SOCIAL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
010	MARIELI DA SILVA
026	ADEMAR BRANCALIONE
080	MARISA CELITE FAGANELLO
142	ANA CELIA CAETANO
156	FERNANDA BLOMER
181	EDELGART SEIDEL
212	JOSIMAR MACULÃN
259	DIVANIR ALVES
282	DÉBORA PONTES

NUTRICIONISTA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
104	RAFAELA SCHINDLER DION
118	IVETE CARNEIRO
149	BRUNA DA APARECIDA FRANCO
177	MIRIAM ELIZE NEITZKE
251	KAREN LUIZ

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
028	THIAGO DA CRUZ BORGES
032	CIBELE FERREIRA
035	JAILE APARECIDA MARTINS
049	IVETTE SILVA DO AMARAL
056	JEFERSON LUIZ KUNZE
071	DEJANIRA ANTUNES CRUZ
094	FERNANDA MOREIRA
095	ELISETTE MOREIRA
102	TAMARA RIBEIRO DOS SANTOS BERTI
103	NOELI DEMÉTRIO
179	DIANE DE LIMA COELLI
112	MICKAEL SCHWARTZ
138	SILVANA KIND BENETTI
139	VANESSA DALLAZEM
158	ROBERTA SANTOS MOREIRA
185	ALESSANDRO SOARES
186	EDINHO SEIDEL PRANDINI
170	MARCOS CONSTANTINI
197	RAFAELI SEIDEL
204	ANALICE DE PAULA PEREIRA
213	CELINE ALVES MACHADO
214	ANA CAROLINA GOES

218	DANIELA PETRY
233	CAROLINE LUZIA TEIXEIRA DA SILVA
238	ROSILDA TERESKA
253	IRACEMA LOPES
254	MONALISA JAKOBCZYNSKI VARGAS
256	LEONARDO ALVES MACHADO
260	EMILY CRISTINA DA SILVA
261	THAÍS VELKE WALTER
262	LEDIANE ALMEIDA MOREIRA
287	KELI REJANE AIRES
289	NÉRI TEREZINHA MARQUES

ATENDENTE DE MUSEU

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
005	ANIEL MARANGONI
006	CAMILA COPPINI
047	SHANNINA MARIA MADSEN SEIDEL
059	ROSELI WILHELM DE SOUZA
119	JESSICA LILL HUBNER
202	KATIANE BERTOTTI
248	VINICIUS GOMES
250	CRISTIANE BUENO RODRIGUES
288	RAFAELA PIATI MENDES

RECEPCIONISTA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
050	MILENA BAIROS
079	PATRICIA ISABEL DA SILVA
089	ROSENILDA DE LIMA
130	BRUNA DIAS SPRANTER
143	MARCIELLE ALINE RODRIGUES
165	SIRLENE LEMES DOS SANTOS
215	ANGELITA APARECIDA ALVES MACHADO
236	CAROLINE ROTTA MIOZZO
239	LIANE GAEDKE
230	CARLA SALETE DE OLIVEIRA
274	JENNIFER APARECIDA MOZZER

TELEFONISTA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
064	ROSÂNGELA DA CRUZ
065	ELISÂNGELA DA CRUZ
123	CRISTIAN CALIS TIL
126	LEILANE CIVIDINI
154	ANDREZA DE AVILA ANTUNES
168	LUCIANE DANIEL
175	DULCEMERI DOS SANTOS
187	BRUNA SEIDEL PRANDINI
201	LIDIA LAURA DE OLIVEIRA SANTOS
285	WAGNER JOÃO LAZARIS

AUXILIAR EDUCACIONAL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
008	JÉSSICA JACOBZYNSKI
020	ANA LUCIA WINTER
038	JOSIANE MARIA ALVES
048	MARCILIANA NERES DOS SANTOS MOREIRA
060	ROSELI MARIA MOREIRA DA SILVA
086	CLEONICE BALDISSERA
093	LILIANE SANT'ANA

098	THAILINE CRISTINA PEREIRA
101	CÁSSIA CARDOSO DOS SANTOS
124	LUCIELE APARECIDA ZAGER
135	JANAINNA DE FÁTIMA JAKOBCZYNSKI
144	JOICE ALVARES FURTADO
148	JULIANE TODT
150	ELIZANDRA SZYMKOW ZAGO
161	TATIANE TODT
164	VIVIANE APARECIDA DE OLIVEIRA
166	KATIANA TASCHEK
167	SILVIA LEMES DOS SANTOS MOREIRA
169	LUCINI MARCON
203	JÉSSICA CHARLINY RAMOS
220	LUCIANE ZAGER
221	SABRINA COLOMBELLI
225	PATRICIA REGINA BUSCH
231	MONICA ALMEIDA NUNES
237	EDUARDA MEIRY TAVARES
243	JULI CAROLAINE DA SILVEIRA
244	PAOLA ELOINA DA SILVEIRA
245	JAINE DE LIMA DE OLIVEIRA PINTO
258	VITÓRIA GABRIELE JACOBZYNSKI
273	WANDRESSA LAZARIS
276	CÁSSIA MARIA CANALLI
277	ELAINE TAÍS LIMA DA LUZ HINSCHING

PROFESSOR DE MÚSICA I – PRÁTICO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
140	JOSE LUIS NUNES
247	JÚLIO CÉSAR CORRÊA

VIGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
046	WESLEY PATRIK NUNES TORRES
076	MAURI ROBERTO SEIDEL
176	JULIANO CAMUZATTO
219	ROBERTO JOSÉ DOS SANTOS
291	NELSON BRUNO PASINI

RIO DAS ANTAS, 04 DE OUTUBRO DE 2018.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

NADIR BIZZOTTO
Secretário Munic.de Desenv., Indústria, Comércio, Turismo e Planejamento –
SMIPLA – Portaria nº 190/2018.

Rio do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO 082/2018 - CESTA BÁSICA E LEITE.

Publicação Nº 1768791

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC. EDITAL PREGÃO PRESENCIAL. 043/20018 – PROC. LICITATÓRIO Nº 082/2018 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote. OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de KIT Cesta Básica e Leite para atender as Famílias Carentes do Município. Recebimento dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 23/10/2018. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: riodooeste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 08 de outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

PROCESSO 083/2018 - TUBOS DE CONCRETO

Publicação Nº 1769426

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2018 – PROC. LICITATÓRIO Nº 083/2018 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Tubos de concreto. Data de Recebimento dos envelopes: até 10 h 30 min horas do dia 23/10/2018. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para digitação: após o credenciamento. A íntegra da alteração e do Edital estão disponíveis no portal do Município: riodooeste.atende.net, no link “consulta de licitações”.

Rio do Oeste, 08 de outubro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7540, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768882

DECRETO Nº 7540, de 05 de outubro de 2018.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157.2018, de 02.10.2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no artigo 24, inciso XIII primeira parte e XVI segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação nº 157/2018, de 02.10.2018.
	Parágrafo único – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL/SC (ITENS SEM INTERESSADOS NOS PREÇOS PRESENCIAIS 097/2018 E 131/2018).
	CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de outubro de 2018.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício.

DECRETO Nº 7541, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768887

DECRETO Nº 7541, de 08 de outubro de 2018.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 158.2018, de 04.10.2018".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no artigo 24, inciso XIII primeira parte e XVI segunda parte, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação nº 158/2018, de 04.10.2018.
	Parágrafo único – LOCAÇÃO DE TERRENO, FRAÇÃO IDEAL DE 10.000M², SITUADO NA LINHA RURAL DE RIACHUELO, LUGAR ATAFONA, NO MUNICÍPIO DE LONTRAS/SC, PARA ARMAZENAMENTO DE PEDRAS DOADAS PELA USINA DE SALTO PILÃO.
	CONTRATADA: GLAUDIR KLAAR E ERONITA KLAAR.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de outubro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - OBRAS - AI - Nº 015/2018

Publicação Nº 1768796

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 015/2018

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DOS RESPECTIVOS AUTOS DE INFRAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 374, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS ÚTEIS), PARA EFETUAR O RECOLHIMENTO DA MULTA APLICADA ATRAVÉS DO AUTO DE INFRAÇÃO, FINDO O QUAL FAR-SE-Á COBRANÇA JUDICIAL.

FICAM TAMBÉM CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 705, VI, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA APRESENTAR DEFESA ADMINISTRATIVA CONTRA O RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO, SOB PENA DE REVELIA.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	PROTOCOLO	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
115/2018	11/09/18	141148/2013	JAIME BATISTA	022.446.969-01
			Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/18

Publicação Nº 1768806

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Orlando Schneider	Xxx.292.952.899-xx	171779
Nilto Silva Nunes	Xxx.781.579-xx	169513
Construlacer Com e Cosntruções Lacerdópolis Eireli	XX.123.883/0001-XX	174485
Everaldo de Souza	Xxx.779.329-xx	171909
João Vilmar Demétrio	Xxx.186.539-xx	153619

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2018
LEONICE WITTE
Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria n. 1084/DGP de 08 de outubro de 2018.

Publicação Nº 1768724

PORTARIA N. 1084/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 041/2018, designada pela Portaria n. 0820/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 041/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 041/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.
ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria n. 1085/DGP de 08 de outubro de 2018.

Publicação Nº 1768726

PORTARIA N. 1085/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 08/10/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 042/2018, designada pela Portaria n. 0821/DGP de 16 de agosto de 2018 (publicada em 23/08/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 042/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 003/P.A.D. n. 042/2018, de 03 de outubro de 2018, devido a instrução estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Lso

RESOLUÇÃO Nº 33.2018.CMDCA

Publicação Nº 1768872

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 33/2018/CMDCA

Dispõe sobre a Homologação das Candidatas inscritas e aptas a concorrerem a vaga de Conselheira Tutelar Suplente conforme Edital 02/2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Complementares nº 287/2014, 288/2014, 341/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO o Edital 02/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar a relação das Candidatas inscritas e aptas a concorrerem a vaga de Conselheira Tutelar Suplente para o período de 19/11/2018 à 09/01/2020. (Por ordem alfabética).

Nº	NOME	RESULTADO
1	FRANCIELI CHAVES	APTA
2	MORGANA JULIANA MIRANDA	APTA
3	SIMONI SOARES	APTA

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2018.

PATRÍCIA L. P. DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESUMO DO CONTRATO Nº 011/2018/FMAS

Publicação Nº 1768678

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEM Nº 011/2018/FMAS.

PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2018/FMAS.

Contratante: Município de Rio do Sul

Contratado: Comércio de Automóveis Rio do Sul Ltda

Objeto: Aquisição de veículo automotor 0km, bicombustível, com cinco lugares, ano/modelo 2018/2018 ou superior, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Rio do Sul.

Quantidade: 02 (duas) unidades.

Valor Unitário: R\$ 54.900,00 (cinquenta e quatro mil e novecentos reais);

Prazo de Entrega: até 90 (noventa) dias.

Recurso: 90.03.1074.4490.5248; 90.05.2085.4490.5248; 90.01.2080.4490.5248 e demais dotações, conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de outubro de 2018.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DO CONTRATO Nº 175/2018

Publicação Nº 1768526

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 175/2018

Dispensa de Licitação 147/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de serviço continuado de tecnologia da informação e comunicação especialmente para o item gestão tributária: gestão do simples nacional (G-SIMPLES).

Valor Total: R\$3.125,00 (três mil cento e vinte e cinco reais).

Vigência: 01/08/2018 a 31/12/2018.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 25 de setembro de 2018.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

RESUMO DO CONTRATO Nº 178/2018

Publicação Nº 1768585

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS Nº 178/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 139/2018

Contratante: Município de Rio do Sul

Contratado: Escrimate Comercial e Serviços de Informática EIRELI

Objeto: Este edital refere-se à Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços contínuos de impressão com o fornecimento de copiadoras (outsourcing de impressão), que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópias e impressões monocromáticas e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços (incluindo o papel), além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, para atender demanda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e suas Secretarias.

Valor Estimativo: R\$ 54.030,00 (cinquenta e quatro mil e trinta reais);

Vigência: 13/08/2018 a 12/11/2018.

Recurso: 74.82.2012.3390.3999 e demais dotações, conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 01 de outubro de 2018.

PAULO JOSÉ CUNHA

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO CONTRATO 29/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 16/2018**

Publicação Nº 1769358

RESUMO DO CONTRATO Nº 29/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Contratada: RSTV LTDA EPP (CNPJ nº 08.057.453/0001-66)

DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de filmagem das Reuniões Oficiais da Câmara Municipal de Rio do Sul e sua transmissão ao vivo das sessões através da TV Câmara, por rede social, e a operação dos equipamentos, bem como o corte das falas dos vereadores e edição do "Minuto do Legislativo". A reuniões abrangem as Comissões Permanentes, Sessões Ordinárias, Sessões Ordinárias com Solenidades e Sessões Solenes. Poderão, ainda, serem objetos deste contrato, por solicitação da Câmara Municipal, as filmagens e transmissões, pela TV Câmara, de eventuais Reuniões Extraordinárias, compreendendo: Sessões Extraordinárias, Comissões Temporárias e Audiências Públicas, quais serão pagos por hora, de forma adicional, durante o período de validade do respectivo Contrato e nos valores que a Administração se dispõe a pagar, conforme Termo de Referência.

DO PRAZO DE VALIDADE DE CONTRATO: O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses a critério da Contratante, conforme inciso II, Art. 57 da Lei 8.666 de 1993.

TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (MESAL)	VALOR TOTAL (6 MESES)
<ul style="list-style-type: none">• Toda segunda-feira* transmissão ao vivo, pela TV Câmara, das Reuniões das Comissões Permanentes das 16h às 17h30m e Sessões das 18h às 21h;• Transmissão de Sessões ao vivo, pela TV Câmara, em duas quintas-feiras** por mês das 18h às 21h;• Edição do "Minuto do Legislativo";• Edição dos pronunciamentos de cada Vereador nas Sessões Ordinárias.	R\$ 670,00	R\$ 4.020,00

Observações:

*No mês de Dezembro serão realizadas menos Sessões Ordinárias tendo em vista o Recesso Parlamentar que inicia no dia 16. Contudo, poderá ocorrer eventos extraordinários, como Sessões Extraordinárias e Audiências Públicas após essa data, quais serão remunerados adicionalmente por hora, quando solicitado pela Câmara Municipal.

*No mês de Janeiro não haverá Sessões Ordinárias e Reuniões de Comissões, tendo em vista o Recesso Parlamentar. Contudo, poderá ocorrer eventos extraordinários, como Sessões Extraordinárias e Audiências Públicas, quais serão remunerados adicionalmente por hora, quando solicitado pela Câmara Municipal.

**As datas das Sessões serão pré-estabelecidas no Calendário Oficial da Câmara Municipal, qual será disponibilizado à contratada.

PAGAMENTOS ADICIONAIS: Para a filmagem e transmissão ao vivo, pela TV Câmara, de eventos considerados extraordinários, como Sessões Extraordinárias, Comissões Temporárias e Audiências Públicas, que acontecerem fora dos dias e horários contratados, será o serviço remunerado adicionalmente, no valor pré-definido de R\$110,00 (cento e dez reais) por hora. (Ou seja, reuniões que não ocorrerem nas Segundas-feiras, entre às 16 e 21 horas e nas duas Quintas-feiras mensais, entre às 18 e 21 horas).

Os serviços terão duração mínima paga de uma hora, sendo que após esse período, os valores serão pagos em frações de 15 minutos, sendo comprovados através de relatório emitido pela contratada e devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

Rio do Sul, 08, de outubro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA Presid. Câm. Mun. Rio do Sul	LEONTINO JONK RSTV LTDA EPP
--	--------------------------------

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018

Publicação Nº 1768514

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é o reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 10 de janeiro de 2018, sob nº 016/2018.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna.

CONTRATADO: Esoli Schmitz Hemkemeier.

VALOR: O valor do Contrato nº 016/2018 fica acrescido em R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais), passando de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para R\$ 4.375,00 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 10/01/2018

VIGÊNCIA: de 10/01/2018 a 31/12/2018

Rio Fortuna/SC, 03 de outubro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 50/2018

Publicação Nº 1769302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 50/2018

O Município de Romelândia (SC), comunica CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA MINISTRAR PALESTRAS NA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE através Processo de Licitação Nº 1487/2018, na modalidade Pregão nº 45/2018. Contratado: SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA ME. Validade do Contrato 31/12/18.

Romelândia, 05/10/18.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 51/2018

Publicação Nº 1769303

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 51/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA MINISTRAR PALESTRA DO OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL., através Processo de Licitação Nº 1487/2018, na modalidade Pregão nº 45/2018. Contratado: BELEZA COMERCIO, TRANSPORTES , SERVIÇOS E TREINAMENTOS LTDA. Validade do Contrato 31/12/18.

Romelândia, 05/10/18.
DÉBORA GLEMBOTZKY
Gestora Municipal de Saúde

NOTIFICAÇÃO PROCESSO_LICITATÓRIO Nº 2433/2017

Publicação Nº 1768894

NOTIFICAÇÃO
PROCESSO_LICITATÓRIO Nº 2433/2017
CONCORRÊNCIA 03/2017

O Município de Romelândia convoca a empresa vencedora do certame CHARLES WERNER-ME, CNPJ: 28.666.649/0001-65 para assinar contrato para execução do objeto da presente licitação.

O Município concede o prazo de 05 dias para a empresa comparecer na Prefeitura Municipal de Romelândia, sito a Rua 12 de Outubro, 242, Romelândia para assinar contrato.

O não comparecimento para assinatura do contrato acarretará na desclassificação da empresa.

Sendo o que se tinha para o momento,

Romelândia, 05/10/18
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

Para:
Charles Werner
CHARLES WERNER-ME
CNPJ: 28.666.649/0001-65
Linha São José do Laranjal,
Iraceminha - SC

PORTARIA 9044/2018

Publicação Nº 1768903

PORTARIA Nº 9044 /2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. DAVID FABIAN PICCININ SAIDENFUS, cargo de MOTORISTA, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2017 à 01 de agosto de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 08 de outubro de 2018 a 06 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 08 de outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9045/2018

Publicação Nº 1768906

PORTARIA Nº 9045 /2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARLI CRISTINA DA SILVA WERNER cargo de carreira AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 21 de março de 2017 à 20 de março de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 08 de outubro de 2018 a 06 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 08 de outubro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIAPL Nº 091/2018

Publicação Nº 1768921

DECRETO Nº 091, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.648/2018 de 05.10.2018;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir por Decreto, Crédito Suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.004 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 08

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.006 – MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 20

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 70.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 46

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.072 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 40.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 96

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.005 – MANUT. DO FUNDO MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 12

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1.062 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ESPORTIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 15

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.007 – EXPANSÃO DO TURISMO DO MUNICIPIO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 22

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.007 – EXPANSÃO DO TURISMO DO MUNICIPIO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 23

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.063 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ENS. FUNDAMENTAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 20.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 30

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.064 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 40.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 33

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.065 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA EDUC. INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 36

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.013 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 57

Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 1.066 – OBRAS E INFRAESTRUTURA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 67

Órgão: 05 – SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: 2.018 – MANUT. DO FUNDO MUNIC. DO IDOSO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 73

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.067 – OBRAS DE INFRA -ESTUTURA RURAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 75

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.021 – MAN. DAS ATIV. DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 85

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.022 – ABASTECIMENTO DE AGUA
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 86

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.071 – SANEAMENTO BASICO GERAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 93

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.023 – PROMOÇÃO DA IND. E COM.
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 100

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 4.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 118

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 121

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS
Modalidade de Aplicação: 3290.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 134

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 135

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Projeto/Atividade: 2.029 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA E ENCARGOS
Modalidade de Aplicação: 4690.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 136

Órgão: 13 – FUNDO MUNICIPAL DE DE HABITAÇÃO
Projeto/Atividade: 2.032 – APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 142

Órgão: 12 – FUNDO ESPECIAL ANTI DROGAS
Projeto/Atividade: 2.039 – MANUTENÇÃO DO FUNDO ANTI DROGAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 160

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 05 de Outubro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 092/2018

Publicação Nº 1768949

DECRETO Nº 092/2018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.614/2017 de 29/11/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.937,38 (Trinta e Três Mil Quinhentos e Oitenta Reais e Noventa e Três Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1072 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.937,38

Fonte: 1300.000000

RED: 171

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de Outubro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 093/2018

Publicação Nº 1768951

DECRETO Nº 093/2018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.614/2017 de 29/11/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 87.062,62 (Oitenta e Sete Mil Sessenta e Dois Reais e Sessenta e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1072 – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Modalidade de Aplicação: 4490.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 87.062,62

Fonte: 1134.000000

RED: 97

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão utilizados o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de Outubro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 094/2018

Publicação Nº 1768962

DECRETO Nº 094 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANA ROSA ZANELA, Prefeita do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.638, de 14 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Salto Veloso (CMDR), conforme artigo 2º da Lei nº 1.638, de 14 de junho de 2018 os seguintes membros:

I – Representante do Poder Executivo:

Abel Abati Filho.

II – Representante do Poder Legislativo:

Cristiano Neris de Oliveira – Titular;

Clodoaldo José Vigolo – Suplente.

III – Representante da EPAGRI:

Thiago Overney Leite.

IV – Representante da Secretaria Agropecuária e Meio Ambiente:

Lucas Giacomini.

V – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salto Veloso:

Jair Tasca.

VI – Representante do CONDEMA:

Silvana Kaffer.

VII – Representante de Cooperativas:

Luan Ricardo Saraiva.

VIII – Representante da Agroindústria:

Rafael Rossi.

IX – Representante da Linha de Bastiani:

Leandro Pereti.

X – Representante da Linha Consulta:

Aldevino João de Brito.

XI – Representante da Linha Brasília e São Vicente:

José Gonçalves de Souza.

XII – Representante da Linha de Conte, Gaio e Barra do Veloso:

Giovani Megiolaro.

XIII – Representante da Linha Congonhas e Alto Veloso:

Valmir Cardoso de Oliveira.

XIV – Representante da Linha Santo Antônio:

Maicon Legnani

XV – Representante da Linha Mendes:

Fernando Macari.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 08 de outubro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

Publicação Nº 1769276

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 27/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA O DEPARTAMENTO DE CULTURA

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 24/10/2018 até as 09h00min.

Abertura: 24/10/2018, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 08 DE OUTUBRO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

ADITIVO 01/2018 DO CONTRATO 024/2018 - FMSC

Publicação Nº 1768563

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : .01/18 - Contrato Nº: 024/2018		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA		
Contratada...: DELMAR FRANCISCON - ME		
Valor : 1.314,62 (um mil trezentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos)		
Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 25/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2018		
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, materiais hidráulicos, ferramentas e correlatos para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos.		
Santa Cecília, 8 de Outubro de 2018		
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA		
PREFEITA MUNICIPAL		

ADITIVO 01/2018 DO CONTRATO 024/2018 -PMSC

Publicação Nº 1768559

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : 001/18 - Contrato Nº: 024/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA		
Contratada...: DELMAR FRANCISCON - ME		
Valor : 9.979,34 (nove mil novecentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos)		
Vigência : Início: 05/10/2018 Término: 25/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, materiais hidráulicos, ferramentas e correlatos para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos.		
Santa Cecília, 8 de Outubro de 2018		
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA		
PREFEITA MUNICIPAL		

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 07

Publicação Nº 1769453

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Sr. Derli Furtado, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, no Centro Administrativo, à Avenida Tancredo Neves, nº 337, no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC, a fim de assumirem as funções dos cargos para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
Leodir Batista	Operador de ETA
Edinilson Anderson Scherer	Operador de ETA

Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a fim de tratar da admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2018.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Santa Terezinha do Progresso (SC), 08 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N 181/2018

Publicação Nº 1769454

DECRETO Nº181/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: AQUILANE IOTTI

CARGO: GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS

NÍVEL: CC-01

CODIGO: 1051

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 08 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO MUNICIPAL N 182/2018

Publicação Nº 1769455

DECRETO Nº 182/2018

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto alterada a lotação dos veículos e máquinas do Município, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Fiat/Cronos Placa QIV - 0765

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)

Fiat/ Pálio Weekend - 50 PLACA MLM - 2970

Secretaria da Administração

Fiat/ Siena - 49 PLACA MLV - 6742

Secretaria Municipal de Educação:

Micro Ônibus – 42 PLACA MLH - 7455

Micro Ônibus - 35 PLACA MKW - 6886

Micro Ônibus - 47 PLACA MGC - 5389

Ônibus Placa - 41 PLACA MLN - 3555

Ônibus Placa - 43 PLACA LBE - 9266

Ônibus Placa - 40 PLACA MHJ - 3781

Ônibus PLACA QIV - 1986

Kombi Placa - 48 PLACA LZQ - 9676

Fiorino PLACA AIU - 2301

Fiat/Ducato - 17 PLACA MGC – 0247

Fiat/Doblo - 45 PLACA MJZ – 3892

Fiat/Doblo – 44 PLACA QIK - 8433

Fiat/Uno Way - 08 PLACA MLM – 7091

Fiat/Mobi PLACA QIG - 8127

Chevrolet/SPIN PLACA QJF - 9307

Secretaria Municipal de Saúde Pública:

Fiat/Ducato - 03 PLACA OKH – 7923

Ambulância - 04 PLACA MHM - 0646

Fiat/Siena - 02 PLACA MLI - 6230

Fiat/Pálio - 05 PLACA MDB – 6817

Chery QQ - 07 PLACA QIL – 7513

Chery Celer PLACA QIN – 5245

Fiat/Doblo – 01 PLACA QIX - 6902

Chevrolet/SPIN PLACA QJF - 5467

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Chevrolet/Montana LS2 PLACA QJC - 1638

Fiat/Palio Weekend - 06 PLACA MJM - 8733

Fiat/Uno - 37 PLACA MLF – 1217

Gol - 43 PLACA HSA - 4843

Logan - 21 PLACA MHK – 8759

Gol PLACA DEE – 6726

Fiat/ Uno Mille - 26 PLACA MLI - 6240

Caminhão M. Benz Eletrônico - 39 PLACA MGK - 3928

Caminhão VW/17.210 Motor MWM - 28 PLACA MBI - 3024

Caminhão Basc. Ford/Cargo 2422 - 36 PLACA ATE - 2422

Caminhão Basc. Iveco/Tector 260E28 – 38 PLACA QHD - 5594

Caminhão Basc. M. Benz/ Atron 2729 - 29 K PLACA OKH - 1225

Motoniveladora Velha - 24

Motoniveladora New Holland RG140B - 27

Pá Carregadeira W20 - 22

Retroescavadeira Randon RD-406 - 30

Rolo Compactador VW 115 - 33

Motoniveladora Caterpillar 120K - 34

Secretaria Municipal de Assistência Social:

GM/ Corsa - 25 PLACA MLV - 1476

FORD/KA PLACA QJA - 7035

Secretaria Municipal de Agricultura:

Motocicleta Honda - 18 PLACA MDC - 5595

Fiat Strada Working - 14 PLACA MLV - 6622

Fiat Uno PLACA QIT – 4286

Ônibus VW PLACA MIE - 1518

Caminhão M. Benz Eletrônico - 32 PLACA MGK - 3988

Trator de Esteiras New Holland D140 - 23

Escavadeira Hidráulica Doosan - 13

Retroescavadeira Randon RD-406 - 31

Retroescavadeira Caterpillar 416E - 20

Trator de Pneu John Deer
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605
Trator de Pneu New Holland TL 75 E - 09
Trator de Pneu Masse Ferguson MF 4275 - 10
Trator de Pneu John Deer -15
Trator de Pneu New Holland - 11
Trator de Pneu New Holland TL95E Cabinado 104 CV - 12
Trator de Pneu New Holland TL75E 78 CV – 19
Trator de Pneu New Holland TT4030

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL N 183/2018

Publicação Nº 1769457

DECRETO Nº 183/2018

Regulamenta a concessão de diárias prevista na Lei Municipal n. 1389/2018 e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Municipal n. 1389, de 15 de agosto de 2018, combinado com o disposto na Instrução Normativa TC n. 14/2012,

DECRETA:

Art. 1º A concessão de diárias aos servidores, ao prefeito, vice-prefeito e secretários municipais fica regulamentada nos termos deste Decreto.

Art. 2º O Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e servidores públicos que, a serviço, afastarem-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional, farão jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Art. 3º O valor das diárias para o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e servidores municipais fica estabelecido, conforme valores fixados no artigo 1º da Lei Municipal 1389/2018 e alterações posteriores.

Art. 4º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento for por período compreendido entre 06 (seis) e 12 (doze) horas.

Art. 5º O servidor ou agente político que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes ao retorno.

Art. 6º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência, em formulário próprio, constante do ANEXO I - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS, com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para o seu deslocamento.

Art. 7º A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação prevista do período do deslocamento e do destino.

§ 1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas.

§ 2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 4º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 8º O beneficiário deverá comprovar em no máximo 15 (quinze) dias do retorno, a efetiva realização da viagem, a estada no local de

destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação do Relatório de Prestação de contas, ANEXO II – RELATÓRIO DE VIAGEM, a este Decreto.

Art. 9º O beneficiário deverá apresentar anexo ao Relatório de Viagem (Anexo II), como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

I - do deslocamento:

- a) diário de bordo ou ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
- b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
- c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II – da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) nota fiscal de hospedagem;
- b) nota fiscal de alimentação;
- c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III – do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Parágrafo único. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento, as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidade.

Art. 10. Para cobrir as despesas decorrentes da execução do presente Decreto, serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 161, de 08 de junho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ANEXO I – SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME		CPF
CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO		MATRÍCULA
LOTAÇÃO, LOCAL DO EXERCÍCIO		
BANCO	AGÊNCIA (COM DÍGITO)	CONTA BANCÁRIA (COM DÍGITO)

DESLOCAMENTO

DATA SAÍDA		HORAS	
DATA RETORNO		HORAS	
DESTINO			

DIÁRIAS A PAGAR

Quantidade de Diárias	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)

ÔNIBUS ()	VEÍCULO DA PREFEITURA ()	AÉREO ()	OUTROS ()
VEÍCULO	DESCRIÇÃO E PLACAS:		
OUTRO	JUSTIFICAR:		
(*) NO CASO DE USO DE PASSAGENS É OBRIGATÓRIO A DEVOLUÇÃO DOS RESPECTIVOS BILHETES			

OBJETIVO/JUSTIFICATIVA DA VIAGEM

Sendo estas as informações e comprometendo-me legalmente com a veracidade das informações acima expostas, peço deferimento.

Santa Terezinha do Progresso, ____ / ____ / ____	
Nome:	Assinatura:

AUTORIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS DA CHEFIA

Eu, _____, () defiro, () indefiro o pedido.

Habilitando na forma da Lei Municipal nº 1389, de 15 de agosto de 2018 ao recebimento de R\$ _____, pertinente a _____ diária (as).

Santa Terezinha do Progresso/SC, em ____ / ____ / ____.

Assinatura e Carimbo ANEXO II – RELATÓRIO-RESUMO DE VIAGEM
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

NOME	CPF
CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO	MATRÍCULA

DESLOCAMENTO

DATA SAÍDA		HORAS	
DATA RETORNO		HORAS	
DESTINO			
ÔNIBUS ()	VEÍCULO DA PREFEITURA ()	AÉREO ()	OUTROS ()
VEÍCULO: DESCRIÇÃO E PLACAS.			
OUTRO - JUSTIFICAR:			
(*) NO CASO DE USO DE PASSAGENS É OBRIGATÓRIO A DEVOLUÇÃO DOS RESPECTIVOS BILHETES/EMBARQUES			

OBJETIVOS E RESULTADOS DA VIAGEM
DIÁRIAS RECEBIDAS

Empenho Número	Quantidade de Diárias	Valor Unitário (R\$)	Total (R\$)

Deverão acompanhar o relatório de viagem pelo menos um documento de cada item abaixo: (art.9 do Decreto Municipal nº 183/2018).

I – DO DESLOCAMENTO	II - DA ESTADA NO LOCAL DO DESTINO	III – DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DA VIAGEM
a) ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial; b) bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo; c) comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;	a) nota fiscal de hospedagem; b) nota fiscal de alimentação; c) nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista; d) outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.	a) ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares; b) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; c) lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional; d) outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

QUITAÇÃO DO SERVIDOR

Declaro que recebi os valores acima demonstrados.	
Santa Terezinha do Progresso/SC, ____ / ____ / ____	Assinatura:

ANEXO III
PARECER PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO	
BENEFICIÁRIO	
NOTA DE EMPENHO	VALOR (R\$)

PARECER DO CONTROLE INTERNO	
() Prestação de Contas REGULAR	
() Prestação de Contas REGULAR COM RESSALVAS (JUSTIFICAR)	
() Prestação de Contas IRREGULAR (JUSTIFICAR)	
JUSTIFICATIVAS:	
DATA:	
NOME:	ASSINATURA:

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Atesto ter tomado conhecimento da referida Prestação de Contas e suas conclusões.	
MEDIDAS A ADOTAR:	
() Encaminhar para Baixa e Arquivamento.	
() Outras providências a serem adotadas (Descrever)	
DATA:	
NOME:	ASSINATURA:

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 69/2018 PL 83/2018 PP 63/2018

Publicação Nº 1768856

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 83/2018 PP 63/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 69/2018

Ata de registro de preços 68/2018, de 21 de setembro de 2018.

Estado de Santa Catarina

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC.

Município de Santa Terezinha do Progresso – SC

Detentora: Light Night Materiais elétricos e manutenção LTDA.

Valor: R\$: 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais).

Amparo legal: A presente ata de registro de preços, é originária do processo licitatório nº.83/2018, PP 63/2018, do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que foi realizado com base na Lei Federal 10.520/2002, e demais normas pertinentes e por este edital.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 21 de setembro de 2018.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL N 139/2018

Publicação Nº 1769459

PORTARIA Nº 139/2018

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias ao servidor público municipal, Senhor SILVERIO AFONSO LAND, matrícula 7200/01, lotado na Secretaria de Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves. Período aquisitivo de 22/01/2016 a 21/01/2017, período de gozo de férias de 09/10/2018 a 23/10/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de outubro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PROCESSO LICITATÓRIO 97/2018 PP 75/2018

Publicação Nº 1769448

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 97/2018

PREGAO PRESENCIAL – Registro de Preço Nº. 75/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, SR. Derli Furtado, torna público, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 23 de outubro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PROCESSAMENTO DE DADOS E DEMAIS ITENS AFINS PARA ATENDER DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC.

O processo será regido pelas Leis Federais, n. 10520 e 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail: compras@staterezhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 09 DE OUTUBRO DE 2018

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO FMS 28-2018 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTO

Publicação Nº 1769253

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 38/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.28/2018.
Objeto: Aquisição de materiais/equipamentos destinados ao uso nas atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 25 de outubro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 25 de outubro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 08 de Outubro de 2018.
LILIAN BLANGER
GESTORA DO FMS

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018 - FMS

Publicação Nº 1769400

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2018 - FMS
Menor preço por item.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 29 de outubro de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAMARAS REFRIGERADAS PARA ARMAZENAMENTO DE VACINAS PARA A VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA, CONFORME DESCRITIVO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: saoben-todosul.atende.net

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2018.
CARLA ELOISE MÜLBAUER
Pregoeira Municipal

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 180/2018

Publicação Nº 1768596

CONTRATO Nº 180/2018

TERMO ADITIVO TERCEIRO AO CONTRATO Nº 6/2018, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA ADAIR BUENO LEMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa ADAIR BUENO LEMES, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VERONICA SCHEID, 0, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 23768947000142, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ADAIR BUENO LEMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 078.156.829-36, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Realização de Termo Aditivo ao Contrato nº 6/2018, através do qual o Município de São Bernardino aqui denominado MUNICÍPIO, amplia os quantitativos d o OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N] 06/2018 QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE ÔNIBUS VINCULADO A FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2018.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 08/10/2018 até o dia 31/12/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2018, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
11	15,00	SER	LAVAGEM ÔNIBUS GRANDE	LAVA CAR	55,00	825,00
TOTAL						825,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 6/2018.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2018.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. Rozilei Terezinha Fritzen, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 6/2018.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 8 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL ADAIR BUENO LEMES

Prefeito Municipal Fornecedor

Município

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

DECRETO Nº 213/2018

Publicação Nº 1768715

DECRETO Nº 213/2018 DE 04/10/2018

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), do Orçamento Financeiro de 2018 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento de Administração

06.000.0000.0.000.000 – Segurança Pública

06.181.0000.0.000.000 – Policiamento

06.181.0005.0.000.000 – Segurança Pública

06.181.0005.2.006.000 – Serviços de Segurança Pública

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

PARA:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento de Administração

06.000.0000.0.000.000 – Segurança Pública

06.181.0000.0.000.000 – Policiamento

06.181.0005.0.000.000 – Segurança Pública

06.181.0005.2.006.000 – Serviços de Segurança Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 04 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 189/2018

Publicação Nº 1768493

PORTARIA Nº 189/2018 de 04/10/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal, Sra. MARCIA TEREZINHA SCHNEIDER KNOB, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1454/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 02/10/2018 à 10/10/2018, conforme atestado odontológico da Dra. Marina Menegotto (CRO/SC 16278), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/10/2018.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 04 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 190/2018

Publicação Nº 1768501

PORTARIA Nº 190/2018 de 04/10/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidor Público Municipal, Sr. NEREU BRUNO FRITZEN ocupante do cargo de Supervisor Administrativo, matrícula nº 431/01 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 04/10/2018 à 05/10/2018, conforme atestado médico da Dra. Helen Cecilia Klein dos Santos (CRM/SC 24937), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 04 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 191/2018

Publicação Nº 1768508

PORTARIA Nº 191/2018 de 05/10/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal, Sra. FERNANDA GEREMIA WALKER, ocupante do cargo de Coordenador Educacional, matrícula nº 405/03 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 05/10/2018 à 11/10/2018, conforme atestado médico da Dra. Yara Monique Caires Franco (CRM/SC 25871), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 192/2018

Publicação Nº 1768511

PORTARIA Nº 192/2018 DE 05/10/2018

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias a membro do Conselho Tutelar, Sr. DANIEL LUIZ SCHULTZ, matrícula 158/01, do dia 05/10/2018 à 19/10/2018, referente ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 05 de Outubro de 2018.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 193/2018

Publicação Nº 1768512

PORTARIA Nº 193/2018 DE 05/10/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.		

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ELIZE DE FÁTIMA GOBBI, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula 464/01, do dia 08/10/2018 à 17/10/2018, referente ao período aquisitivo de 16/04/2016 à 15/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 05 de Outubro de 2018.	

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO .60/2018 DL 12/2018

Publicação Nº 1768524

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89962-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2018 - DL Processo Administrativo: 60/2018 Processo de Licitação: 60/2018 Data do Processo: 04/10/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2018
b) Licitação Nr.: 12/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 04/10/2018
e) Data da Adjudicação: 04/10/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA RESTAURAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, INCLUINDO, LAVAÇÃO, REVESTIMENTO EM ACM, PINTURA (BRASÃO, LETREIROS: BEM VINDOS E SÃO BERNARDINO, NAS CORES PADRÃO DO MUNICÍPIO, COM IMAGEM DE UM BOVINO EM IMPRESSÃO DIGITAL APLICADO NO CÍRCULO EM ACM. PINTURA DE FUNDO (LETREIRO, VOLTE SEMPRE EM ACM RECORTADO).

g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	(em Reais R\$)	
					Preço Unitário	Total do Item
BRINDES EM GERAL LTDA. (3636)						
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA E REMOÇÃO DE TODA ESTRUTURA DO PORTAL	Und	1	-	2.350,00	2.350,00
2	ADESIVOS, IMPRESSÃO DIGITAL BRASÃO E BOVINO TAM. TOTAL DE ADESIVO 9,33M2	Und	1	-	1.399,00	1.399,00
3	REVESTIMENTO DA ESTRUTURA DO PORTAL EM ACM	Und	1	-	7.911,00	7.911,00
4	LETRAS(VOLTE SEMPRE) EM ACM RECORTADO	Und	1	-	1.200,00	1.200,00
5	PINTURA DAS PALAVRAS EM LETRAS CAIXA(SÃO BERNARDINO e BEM VINDO)	Und	1	-	1.530,00	1.530,00
Total do Fornecedor:					14.390,00	
Total Geral:					14.390,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.038.3.3.90.00.00.00.00 (132) Saldo: 51.083,84

São Bernardino, 4 de Outubro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

LICENÇA AMBIENTAL - LAI

Publicação Nº 1769330

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO

O Município de São Bonifácio, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.892.340/0001-39, torna público que recebeu do INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE – IMA, a Licença Ambiental de Instalação nº. 8596/2018, em 05/10/2018 com prazo de validade de 24 meses para atividade DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM ATERROS, situado na SC 435, km 29 +100, Alto Capivari, Município de São Bonifácio/SC.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA TP 145-2018

Publicação Nº 1768792

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de pavimentação e sinalização da Rua Professora Maria Stella Martins – Etapa 3, localizada no bairro Iperoba, neste Município, com extensão de 272,37m.

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas modificações, que o edital em epígrafe, sofreu alteração.

Portanto, fica suprimida a alínea "f" do item 5.2.3 do edital acima mencionado.

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 08 de outubro de 2018.

Wilson Felício dos Reis

Secretário Municipal de Administração

São João Batista

PREFEITURA

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/PMSJB/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

Publicação Nº 1769295

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA
ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 121/PMSJB/2018 – TOMADA DE PREÇOS 009/2018

A Comissão Permanente de Licitação reuniu-se no dia oito do mês de outubro de 2018, às 16h, para dar continuidade ao processo licitatório 121/2018. A comissão decidiu acolher na íntegra o parecer jurídico que inabilita a empresa JUNCO PAISAGISMO E TRANSPORTE LTDA ME, e mantendo habilitadas as empresas NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, ANDRADE E AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME, FIGUEIREDO SILVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME e AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME. Todas as empresas habilitadas ficam convocadas para a abertura das propostas que realizar-se-á no dia quinze de outubro do corrente ano, às 14.00h na sala de reuniões da prefeitura municipal de São João Batista. Nada mais havendo a tratar eu Rosilene Silva Duarte secretária lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Publique-se. São João Batista, 08 de outubro de 2018. Comissão Permanente de Licitação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/PMSJB/2018

Publicação Nº 1768719

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2018 –
PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2018

No dia 08 do mês de outubro do ano de 2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/10/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E CONserto de AR CONDICIONADO DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global. A licitante registrada é:

QUARK ENGENHARIA EIRELI

CNPJ nº 12.496.490/000148

Item: 01, 02, 03, 04.

Valor total homologado ao licitante: R\$ 97.450,00 (noventa e sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 08 de outubro de 2018 – Rosane Sartori Rosa – Secretária de Administração designada pelo decreto funcional 580/2017

DECRETO FUNCIONAL Nº 62/2018

Publicação Nº 1768720

DECRETO FUNCIONAL Nº 62/2018, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Retifica o Decreto nº 232/2016 que concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida pela Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DE LOURDES ROSA, a partir de 31/01/2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Fica retificado o art. 2º do Decreto nº 232/2016, nos seguintes termos:

“Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 23,22% (vinte e três vírgula vinte e dois por cento) de sua remuneração-e-contribuição, observada a metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo o montante bruto de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRESJB.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 31/01/2016.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

São João Batista, em 09 de outubro de 2018.
Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 63/2018

Publicação Nº 1768721

DECRETO FUNCIONAL nº 63/2018 , de 09 de outubro de 2018.

Retifica os artigos 1º e 2º do Decreto Funcional nº 845/2016, que concede Aposentadoria por idade, em caráter proporcional, ao servidor AVELINO DE MELO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Ficam retificados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 845/2016, nos seguintes termos:

"Art. 1º Aposentar por idade, em caráter proporcional, nos termos do artigo 40, §1º, Inciso III, "b" da Constituição Federal e do artigo 23 da Lei Municipal 2341/2000, o servidor AVELINO DE MELO detentor da matrícula funcional nº 2538, inscrito no CPF nº 643.779.708-87 e no PASEP 10374139447 ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículo Pesado I, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 36,91% (trinta e seis vírgula noventa e um por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) que será paga mensalmente pelo IPRESJB."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 01/09/2016.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

São João Batista, em 09 de outubro de 2018.
Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3469/2018

Publicação Nº 1768716

DECRETO 3469/2018

Nomeia comissão de Sindicância.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, resolve: Art. 1º Ficam designados os servidores LUIZ FELIPE MOHR DOS SANTOS, matrícula funcional 8792, GILNEA CRISTINA MORAES, matrícula funcional 5825, e KARLA IZABEL DALCENTER, matrícula funcional 9300, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariada pela segunda, comporem a comissão de sindicância destinada a apurar os fatos narrados no processo administrativo 0020.0003119/2018, protocolado em 20 de outubro de 2018, que noticia possível irregularidade na concessão de auxílio financeiro de que trata a Lei Municipal 2.663/04, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 03 de outubro de 2018.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

ERRATA À LEI 3804/2018

Publicação Nº 1768703

ERRATA À LEI Nº 3.804/2018

A Procuradoria Municipal informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 3.804/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 25 de junho do ano em curso.

Isso porque houve a alteração equivocada do termo "direito de uso exclusivo" pelo termo "direito de autorização exclusiva" no artigo 2º, §1º da Lei Municipal 3.804/2018, de 22 de junho de 2018.

Ante o exposto, com a presente retificação, o artigo 2º, §1º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º A Cessão disposta na presente lei autoriza o direito de uso exclusivo do referido imóvel para atividades da Cessionária, bem como a

realização das atividades de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento Contratual.”

São João Batista, 01 de outubro de 2018.
Jeyson Puel
PROCURADOR GERAL MUNICIPAL

Daniel Netto Cândido
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA À LEI 3824/2018

Publicação Nº 1768704

ERRATA À LEI Nº 3.824/2018

A Procuradoria Municipal informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 3.824/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 28 de setembro do ano em curso.

Isso porque houve o acréscimo equivocado dos numerais “21.074,84” nas tabelas contidas nos artigos 13 e 16 referida Lei.

Ante o exposto, com a presente retificação, ficam excluídos os numerais “21.074,84” das tabelas contidas nos artigos 13 e 16 da Lei Municipal nº 3.824/2018, de 26 de setembro de 2018.

São João Batista, 01 de outubro de 2018.
Jeyson Puel
PROCURADOR GERAL MUNICIPAL

Daniel Netto Cândido
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 3467/2018

Publicação Nº 1768692

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3467/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003770/17 de 8 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 86.967,04 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.078 - Recuperação e Manutenção de Praças Públicas

3.3.90.00.00.00.00.00.0381 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.129,71

15.452.0006.2.078 - Recuperação e Manutenção de Praças Públicas

3.3.90.00.00.00.00.00.0328 - Aplicacoes Diretas

Valor - 41.837,33

14 - ENCARGOS GERAIS**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.845.0000.0.094 - Contribuições ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0300 - Aplicacoes Diretas

Valor - 40.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do SUPERAVIT FINANCEIRO POR FONTES.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de Setembro de 2018

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 28/09/2018

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3468/2018

Publicação Nº 1768696

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3468/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003770/17 de 8 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 31.206,62 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.306.0002.2.011 - Merenda escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 30.000,00

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.078 - Recuperação e Manutenção de Praças Públicas

3.3.90.00.00.00.00.00.0028 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.206,62

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de Setembro de 2018

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 28/09/2018

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 165/2018

Publicação Nº 1768817

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria, Comércio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 98/2018

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais para decoração natalina e contratação de serviços para instalação da decoração natalina na cidade de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 8.444,46

PRAZO: 08.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 08 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 98/2018

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais para decoração natalina e contratação de serviços para instalação da decoração natalina na cidade de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 19.753,00

PRAZO: 08.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 08 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Lotérica e Comércio SL Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 98/2018

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais para decoração natalina e contratação de serviços para instalação da decoração natalina na cidade de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 2.076,00

PRAZO: 08.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 08 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Luzes e Decór Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 98/2018

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais para decoração natalina e contratação de serviços para instalação da decoração natalina na cidade de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 9.645,00

PRAZO: 08.10.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 08 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2018

Publicação Nº 1768542

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2018

PARTES: Município de São João do Oeste e Leni Lourdes Schneider ME

ORIGEM: Dispensa de licitação 40/2018

OBJETO: "Contratação de empresa para fornecimento de lanches para a IV Conferência Municipal dos Direitos e do Adolescente que será realizada no dia 11 de outubro de 2018 na Feira Livre Municipal de São João do Oeste. Recursos FIA."

VALOR: R\$ 343,00

PRAZO: 05.10.2018 até 11.10.2019

São João do Oeste – 08 de outubro de 2018

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

PP 108.18 UNIFORME SETOR DE AGUA

Publicação Nº 1768677

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/2018 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de uniformes para os funcionários do departamento de abastecimento de água do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 01 de novembro de 2018 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de outubro de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 109.18 EQUIPAMENTOS E SUPLEMENTOS DE TI

Publicação Nº 1769451

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0109/2018 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de equipamentos e suplementos de TI para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por Item

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 01 de novembro de 2018 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de outubro de 2.018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2018

Publicação Nº 1769338

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2018 - Processo nº 634/2018 – Proc. Adm. 8063/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MURO PERIMETRAL DO COMPLETO ESPORTIVO DO FORQUILHÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ / SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 25 de outubro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 25 de outubro de 2018, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810178.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 022/2018

Publicação Nº 1768917

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 022/2018 - Proc. Adm. 6261/2018. Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PÚBLICAS, FILANTRÓPICASE/ OU PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SAÚDE REFERENTE A PROCEDIMENTOS CMM FINALIDADE DIAGNÓSTICA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL ADULTO E INFANTIL (RADIOLOGIA, ULTRASSONOGRAFIA, TOMOGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E MEDICINA NUCLEAR EM VIVO). O Presidente da Comissão informa a todos os interessados que, após a verificação dos documentos constantes no Edital e da visita técnica realizada, a empresa DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S/A foi credenciada para o LOTE 01. Presidente da Comissão.

CONVÊNIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1769333

CONVÊNIO Nº 001/2018 - SDEI. PARTES: o Município de São José, com interveniência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação. Objeto: Prestação de Serviços de Educação Continuada a Estudantes da Rede Pública de São José, para a realização da oficina SESI Ciências Eletricidade: Se Liga Aí. PRAZO: 01/10/2018 a 30/10/2018. LOCAL E DATA: São José (SC), 08 de outubro de 2018. SIGNATÁRIOS: Waldemar Bornhausen Neto pelo Município de São José e Daniel Thiesen Horongoso pelo Serviço Social da Indústria - SESI.

DECRETO Nº 10807/2018

Publicação Nº 1769045

DECRETO Nº 10807/2018
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ADRIANA ALVES CAVALHEIRO	Professor-M	01/10/2018
BRUNA OLIVEIRA	Auxiliar de Ensino	01/10/2018
CAROLINA DE MATTOS VAZ	Auxiliar de Ensino	01/10/2018
ELICA VAZ TEIXEIRA SANTOS	Professor-H	01/10/2018
GLAUCO MARTORANO VIEIRA FILHO	Professor-H	01/10/2018
KELLY CORRÊA	Auxiliar de Ensino	01/10/2018
NATHANA COSTA SCHMITZ	Professor-M	01/10/2018

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2018.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 10808/2018

Publicação Nº 1769049

DECRETO Nº 10808/2018

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2017, datado de 04 de setembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2018 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
LOURDES PIRES FERRAZZA	Professor-M	40 Horas	01/10/2018
MARIA DAS GRAÇAS MARCONDES BOMBILIO	Professor-M	40 Horas	01/10/2018
PRISCILA REGIS DE SOUZA	Professor-M	40 Horas	01/10/2018

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2018.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 10809/2018

Publicação Nº 1769051

DECRETO Nº 10809/2018

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2017, datado de 04 de setembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2018 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
WINNIE DE LIMA RODRIGUES	Auxiliar de Sala	40 Horas	03/10/2018

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/10/2018.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 10810/2018

Publicação Nº 1769040

DECRETO Nº 10810/2018

NOMEIA INTERINAMENTE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO que o Procurador-Geral do Município está em gozo de férias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA, Procurador Municipal, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Procurador Geral do Município – SM, até o retorno do titular.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 10812/2018

Publicação Nº 1769398

DECRETO Nº 10812/2018

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor CLAITON RIBEIRO do cargo de Diretor de Desportos – CCM-7, com lotação na Fundação de Esporte e Lazer.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de outubro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2018

Publicação Nº 1769332

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, com esteio nas Leis Federais 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 8623/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar Termo de Colaboração que tenha por objeto a execução de projeto voltado à prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

• PROPÓSITO DO EDITAL

1.1. A finalidade do presente Edital de chamamento público é selecionar as Organizações da Sociedade Civil para a prestação de serviços de acolhimento de pessoas de ambos os sexos, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir dos 12 (doze) anos de idade, até a idade adulta, inclusive idosos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência, permanência 24 horas, no total de 100 (cem) capacidades instaladas, com duração de no máximo de 9 (nove) meses, a serem financiados com recursos do Fundo Municipal Anti Drogas, com execução no período de 01/01/2019 à 31/12/2019.

1.2. Serão aceitas Comunidades Terapêuticas que atendam a todos os grupos acima descritos, e também aquelas com atendimento especializado, ou seja, que atendem apenas um ou alguns dos grupos das pessoas descritas.

1.3. As 100 (cem) capacidades instaladas ficam divididas da seguinte maneira: 03 vagas para adolescentes de ambos os sexos com idade de 12 a 17 anos, 11 meses e 29 dias; 85 vagas para adultos e idosos do sexo masculino e 12 vagas para adultos e idosos do sexo feminino.

1.4. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei 13.019/2014 e pelas atualizações advindas da Lei 13.204/2015, bem como Decreto Municipal nº 8.623/2017, pelas condições previstas neste edital, pelo termo de colaboração a ser celebrado e pelo plano de trabalho.

1.5. Para atingir o objeto a ser pactuado, o presente chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, para atender ao interesse público do município de São José- SC.

2.2. As Comunidades Terapêuticas deverão ofertar tratamento, em regime de internato, de caráter voluntário, através de apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, de forma a trabalhar a reorganização da vida dos acolhidos, promovendo sua reabilitação biopsicossocial, através de programas terapêuticos, seguindo os seguintes objetivos:

2.3. Objetivos específicos:

- Manter a abstinência de substâncias psicoativas em um ambiente terapêutico controlado.
- Promover a vivência comunitária com outros usuários em recuperação.
- Enfatizar a divisão de responsabilidades com companheiros de recuperação.
- Promover o aconselhamento de suporte baseado em prevenção da recaída.
- Oferecer apoio e orientação, favorecendo o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades, visando a autonomia dos indivíduos.
- Promover mudanças dos padrões negativos de comportamentos, pensamento e sentimentos que possam levar ao consumo de drogas;
- Reorganizar a vida dos dependentes, promovendo a autonomia e responsabilidade como pilares da vida em sociedade;
- Desenvolver a capacidade de estabelecer e manter relações saudáveis rompendo padrões destrutivos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;

2.3.1. Garantias aos acolhidos:

- Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira;
- Orientação clara ao usuário e seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo critérios relativos a visitas e comunicação com familiares e amigos;
- A permanência voluntária;
- O sigilo, segundo normas éticas e legais;
- O cuidado com o bem estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de substâncias psicoativas e violência;
- A observância do direito à cidadania do residente;
- Alimentação nutritiva, cuidados de higiene e alojamentos adequados;
- A proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais;
- Não serem submetidos a atividades forçadas e exaustivas, sujeitando-os a condições degradantes;
- A manutenção de tratamento de saúde do residente e mecanismos de encaminhamento e transporte à rede de saúde dos acolhidos que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de substância psicoativa, como também para os casos em que apresentarem outros agravos à saúde.

2.3.2. Referências teóricas para o desenvolvimento do trabalho.

O trabalho a ser desenvolvido deverá estar pautado na RESOLUÇÃO - RDC Nº 29, DE 30 DE JUNHO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas e a RESOLUÇÃO CONAD Nº 01/2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como Comunidades Terapêuticas.

2.3.3 Além dos objetivos apontados acima, a Organização da Sociedade Civil deverá respeitar e conter os requisitos constantes no Termo de Referência anexo.

3 – JUSTIFICATIVA

A questão das drogas é um fenômeno social bastante complexo. Em todo o mundo, a dependência química aparece como uma questão de difícil abordagem, configurando-se como epidemia e requerendo esforços coletivos para o seu enfrentamento.

O uso indevido e abuso de substâncias psicoativas, sejam estas legais ou ilegais, têm desafiado Estado e Sociedade e cada vez mais se constata a necessidade de intervir nessa realidade.

É de fundamental importância que a sociedade civil organizada, aliada às instituições governamentais, se mobilize na definição de estratégias de intervenção, comprometendo-se a engajar no processo de resgate da cidadania dos dependentes químicos.

As Comunidades Terapêuticas são unidades especializadas de tratamento, em regime de internamento, onde através de apoio psicoterapêutico e socioterapêutico procura ajudar a reorganização da vida dos tóxicos dependentes, na perspectiva de um futuro melhor para estes, buscando promover a reabilitação biopsicossocial do dependente, através de programa terapêuticos, com uma equipe multidisciplinar que vai ajudar o dependente passo a passo no processo de desabituação, ajudando-os a reaprender a viver sem drogas e a identificar as suas competências pessoais, facilitando sua reinserção na sociedade.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, assim consideradas aquelas definidas no art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº. 13.019/2014 c/c art. 3º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais, compatibilidade com o objeto deste edital e esteja situada num raio de até 130 Km distante do Município de São José.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) estar devidamente constituída ou, se estrangeira, estar autorizada a funcionar no território nacional;
- b) estar devidamente credenciada junto ao órgão gestor da respectiva política de atuação até a data de abertura do presente edital e formalização do Termo de Colaboração;
- c) Declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da assinatura do Termo de Colaboração, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho, na forma do (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma de comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto semelhante. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- h) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada ou contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, (art. 39, caput, inciso II e IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com as sanções previstas no (art. 39, caput, inciso V e nos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014);
- d) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
- e) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).
- f) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do município de São José-SC, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- g) cujo objeto social não se relacione às características do projeto ou que não disponham de condições técnicas para executar o objeto previsto neste edital.

6. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Seleção e Julgamento é o órgão competente para processar e julgar o presente chamamento público, nos termos da lei 13019/2014.

6.2. A comissão de Seleção e Julgamento será constituída por no mínimo 3 (três) agentes públicos, designados por portaria, com pelo menos dois de seus membros servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

6.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão de Seleção e Julgamento que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos do (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014);

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista.

6.5. A Comissão de Seleção e Julgamento poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas organizações da sociedade civil concorrente ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	09/10/2018
2	Reunião de Orientação para elaboração do projeto contendo o Plano de Trabalho	19/10/2018, às 14 horas no CATI
3	Envio dos Projetos pelas OSC's	09/10/2018 a 09/11/2018
4	Etapa competitiva: avaliação dos projetos contendo o Plano de Trabalho	12/11/2018 a 21/11/2018
5	Divulgação do resultado preliminar	21/11/2018
6	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	22/11/2018 a 26/11/2018
7	Análise de recursos contra o resultado preliminar	27/11/2018 a 07/12/2018
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	07/12/2018
9	Entrega dos documentos solicitados pela entidade vencedora	11/12/2018
10	Assinatura dos Termos de Colaboração das Parcerias 2019	19/12/2018, às 17 horas

7.2. Etapa 1 – Publicação do Edital

7.2.1. O presente Edital será divulgado na página oficial do município <http://www.saojose.sc.gov.br/> e no Diário Oficial do Município disponível em <https://diariomunicipal.sc.gov.br>, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado a data de publicação do Edital.

7.2.2. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019/2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas das OSC's selecionadas mais bem classificadas, nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019/2014.

7.2.3. No caso de não haver impugnação do resultado preliminar, a Administração Pública convocará a OSC selecionada para apresentar a documentação solicitada e após a análise da documentação, o resultado definitivo será homologado e publicado, com posterior convocação da OSC para realizar a assinatura ao termo de colaboração.

7.3. Etapa 2 – Reunião de Orientação para elaboração do projeto contendo o Plano de Trabalho a ser proposto pela OSC.

7.3.1. A administração pública municipal fará reunião pública de apresentação do Edital e elaboração do Plano de Trabalho para todas as OSCs interessadas em participar do presente Edital.

7.3.2. A reunião acontecerá no auditório do CATI, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n - Praia Comprida, São José - SC, 88103-600, no dia 19 de outubro de 2018, às 14 horas.

7.4. Etapa 3 - Envio dos projetos pelas OSC's.

7.4.1. O Projeto com o Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos, nos termos do art. 22 da Lei 13.019/2014:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas;
- d) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
- h) respeitar e conter os requisitos mínimos constantes no termo de referência (documento anexo).

7.4.2. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea "f" do item anterior deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de

preços de, no mínimo, 2 (dois) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

7.4.3. As OCSs interessadas em participar da presente chamada pública deverão apresentar em envelope lacrado, o projeto contendo o Plano de Trabalho constante no Anexo II, no Gabinete da Secretaria de Assistência Social de São José, até às 18 horas do dia 05 de novembro de 2018.

7.4.3.1. Caso a OSC queira participar da seleção de mais de um público alvo, a mesma deverá entregar um envelope para cada público alvo de interesse.

7.4.4. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

- Nome da OSC
- CNPJ:
- Edital de Chamamento Público nº. 05/2018
- Plano de Trabalho
- Público alvo de atendimento : (adolescentes de ambos os sexos com idade de 12 a 17 anos, 11 meses e 29 dias; ou adultos e idosos do sexo masculino; ou adultos e idosos do sexo feminino)

7.4.5. Os envelopes que forem entregues fora do prazo estabelecido no presente Edital, não serão objetos de análise, não sendo permitida a participação da OSC interessada.

7.4.6. O Projeto contendo o Plano de Trabalho será entregue em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

7.4.7. Cada OSC poderá apresentar apenas um Projeto para cada público alvo. Caso venha a apresentar mais de um Projeto sobre o mesmo público alvo e dentro do prazo, será considerado apenas o último enviado.

7.4.8. O Plano de Trabalho a ser elaborado pela OSC deverá respeitar e conter os requisitos mínimos estipulados no termo de referência anexo.

7.5. Etapa 4 - Da avaliação dos projetos pela Comissão de Seleção e Julgamento:

7.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção de Projetos analisará os projetos apresentados pelas OSCs concorrentes.

7.5.2. Os projetos deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.

7.5.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexos entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).	2,0
(D) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

7.5.4. A falsidade de informações nos projetos acarretará a eliminação da OSC, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente.

7.5.5. Serão eliminados aqueles projetos:

- a) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;
- b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (B) (D); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.
- c) que esteja em desacordo com o edital ou com valor incompatível com o objeto da parceria, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do projeto, a ser avaliado pela Comissão de seleção de projetos.

7.5.6. Os projetos não eliminados serão classificados, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção de Projetos, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.5.7. No caso de empate entre dois ou mais projetos, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A) e assim sucessivamente. Persistindo o empate, será vencedora a entidade com mais tempo de constituição, conforme cartão de CNPJ.

7.5.8. A Comissão de Seleção e Julgamento divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no site <http://www.saojose.sc.gov.br> e no Diário Oficial dos Municípios, disponível em <http://diariomunicipal.sc.gov.br>, iniciando-se o prazo para recurso.

7.5.9. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, a comissão de seleção de projetos. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.5.10. Os recursos serão apresentados junto ao Gabinete da Secretaria de Assistência Social de São José/SC

7.5.11. Interposto recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.5.12. Havendo recursos, a Comissão de Seleção e Julgamento, poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões.

7.5.13. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso.

7.6. Etapa 5 – Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção:

7.6.1. Após o julgamento dos recursos ou transcurso do prazo sem interposição de recurso, a Comissão de Seleção e Julgamento do município deverá homologar e divulgar no portal <https://www.saojose.sc.gov.br/> e no Diário Oficial do Município, disponível em <http://diariomunicipal.sc.gov.br>, o resultado definitivo da primeira fase do processo de seleção.

7.6.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada, e desde que atendidas às exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocar as OSCs classificadas para iniciar o processo de celebração.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Tabela 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais na data prevista da tabela 2 ou, no caso de não haver recurso, na data de convocação da OSC selecionada para apresentar os documentos solicitados.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

8.2. Etapa 1 - Comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorram nos impedimentos (vedações) legais, na data prevista perante a tabela 2 deste instrumento ou, no caso de não ocorrer recurso, na data de convocação da OSC selecionada. Para a celebração da parceria, a OSC selecionada, deverá apresentar a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014 c/c Instrução Normativa nº 14/2012 TCE/SC), que são:

- I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 caput e inciso III da Lei nº 13.019, de 2014;
- II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;
- III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
- b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
- c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
- d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
- f) prêmios de relevância recebidos pela OSC;
- IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- VII - Certidão Negativa de Débitos Municipal de São José/SC e do local em que o serviço é efetivamente prestado;
- VIII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, e art. 39. III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- IX - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo, contrato de locação, alvará de localização e funcionamento municipal (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);
- X - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;
- XI - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo V – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- X - Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual
- XI – apresentar registro da organização da sociedade civil perante o Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (CONEN/SC) ou Conselho Municipal Antidrogas
- XII – alvará de funcionamento do local em que o serviço for prestado
- XIII – alvará sanitário do local de prestação de serviços
- XIV – alvará do corpo de bombeiros do local da prestação de serviços

8.2.1. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V, VI e VII logo acima.

8.2.2. Os documentos acima mencionados deverão ser mantidos atualizados pela OSC.

8.2.3. A OSC que apresentar o protocolo de solicitação do alvará sanitário ou dos bombeiros ou de funcionamento, no prazo de 06 (seis) meses a contar do dia 11/12/2018, deverá apresentar o alvará definitivo ou a tramitação do processo de solicitação do alvará solicitado.

8.3. Etapa 2 – Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior.

8.3.1. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.2. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.4. Etapa 3 – Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.5. Etapa 4. Parecer do órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

8.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

8.5.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.5.3. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver, no prazo máximo de 15

(quinze) dias após o registro da referida alteração.

8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município, disponível em <https://diariomunicipal.sc.gov.br>. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes das características abaixo discriminadas:

9.1.1 Órgão/Unidade Orçamentária: 34.01

9.1.2. Projeto/Atividade: 2.519 – Apoio e Assistência à Entidades

9.1.3. Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023, 3.3.50.43.00.00.00.00.0022, 3.3.50.43.00.00.00.00.0080

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal Antidrogas, autorizado pelo Decreto nº 2.625/2014, de 05 de maio de 2014.

9.3. Os recursos somam o valor mensal de R\$ 73.990,00 (setenta e três mil e novecentos e noventa reais) e total anual de R\$ 887.880,00 (oitocentos e oitenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais) para a quantidade de 100 (cem) capacidades instaladas, no exercício de 2019. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.3.1. O valor por capacidade instalada é de R\$ 739,90 (setecentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014 e Instrução Normativa nº 14 do TCE/SC. É recomendável a leitura integral dessas legislações, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.6. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

- a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários e essenciais à instalação dos referidos equipamentos e materiais. A aquisição dos equipamentos e materiais que trata este item deverá ser solicitada pela OSC previamente e aprovado pela Secretaria de Assistência Social de São José.

9.7. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

9.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.9. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

9.10. Os bens remanescentes adquiridos com recursos públicos poderão ser solicitados pela Administração Pública no final da parceria pactuada.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do município <http://www.saojose.sc.gov.br/> e no Diário Oficial do Município, disponível em <https://diariomunicipal.sc.gov.br>, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

10.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio dos

projetos, por petição entregue no gabinete da Secretaria de Assistência Social.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data-limite para envio dos projetos, exclusivamente de forma física perante o Gabinete da Secretaria de Assistência Social. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção e Julgamento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

10.5. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

10.6. A Secretária Municipal de Assistência Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

10.7. Todos os custos decorrentes da elaboração dos projetos e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

10.8. No caso de a Administração Pública adquirir software para auxiliar no procedimento de comunicação entre a Secretaria de Assistência Social de São José e a entidade selecionada, esta deverá migrar para o sistema a ser informado pela Administração Pública Municipal.

10.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo V – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;

Anexo VI – Minuta do Termo de Colaboração.

Anexo VII – Termo de Referência

São José -SC, 08 de outubro de 2018

Rosemeri Bartucheski
Secretária de Assistência Social

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº.../2018 e de seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Município-UF, ...de ...de 2018

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(Inserir logomarca da Entidade)

ANEXO II

Plano de Trabalho – PARCERIA

1-DADOS CADASTRAIS

Conveniente				CNPJ
Endereço				Bairro
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	Inscrição no CMAS e no respectivo conselho referente ao público que atende
E-Mail				
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de pagamento	
Nome do Responsável				CPF

Conveniente				CNPJ	
CI/Órgão Exp.		Cargo	Função		Matrícula
Endereço		Bairro	Cidade	CEP	DDD/Telefone

2-OUTROS PARTICIPANTES

Nome:		CNPJ/CPF			
Endereço	Bairro	Cidade		CEP	

3-DESCRIÇÃO DO OBJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição, conceito do serviço, atividades essenciais e objetivos		
Anexar o regimento interno da instituição		

4- INFRA ESTRUTURA

Descrição do Ambiente Físico	Capacidade Instalada
------------------------------	----------------------

5- RECURSOS HUMANOS (Anexar documentos comprobatórios)

Nome completo	Formação profissional	Registro Profissional	Carga horária	Piso salarial

6- AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (Meta, Etapa ou Fase)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Identificador Físico		Duração	
			Unidade	Qualidade	Início	Término

7-PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Natureza das Despesas		Total	Concedente	Conveniente
Código	Especificação			
Total Geral				

Obs.: Anexo segue o modelo de plano de aplicação, este modelo é meramente ilustrativo, devendo a entidade realizar as despesas de acordo com o objeto pactuado com a administração pública.

8- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

Concedente

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Conveniente (contrapartida)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

9- DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho:

Local e Data Conveniente

10- MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido	Concedente
Local e Data	
Indeferido	Concedente
Local e Data	

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE TRABALHO**1. DADOS CADASTRAIS**

ORGÃO/ENTIDADE CONVENIENTE – Indicar o nome da entidade interessada na execução de serviço, programa ou projeto.

C.N.P.J – Indicar o número de inscrição da entidade CONVENIENTE no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

ENDEREÇO – Indicar o endereço completo da entidade CONVENIENTE (nome da rua, número).

BAIRRO – Mencionar o bairro onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

CIDADE – Mencionar o nome da cidade onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

UF – Mencionar a sigla da unidade da federação a qual pertença a cidade indicada.

CEP – Mencionar o código do endereçamento postal da cidade mencionada.

DDD/TELEFONE – Registrar o código DDD e número do telefone onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

INSCRIÇÃO NO CMAS – Indicar o número de inscrição da entidade/serviço/programa/projeto no Conselho Municipal de Assistência Social de São José – CMAS/SJ.

E-MAIL – Registrar o endereço eletrônico de mais fácil acesso para comunicações.

CONTA CORRENTE – Registrar o número da conta bancária da entidade CONVENIENTE.

BANCO – Indicar o código do banco ao qual esteja vinculada a conta-corrente específica para o convênio.

AGÊNCIA – Indicar o código da agência do banco.

PRAÇA DE PAGAMENTO – Indicar o nome da cidade onde se localiza a agência.

NOME DO RESPONSÁVEL – Registrar o nome do responsável pela entidade CONVENIENTE.

CPF – Registrar o número da inscrição do responsável no Cadastro de Pessoas Físicas.

C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR – Registrar o número da carteira de identidade do responsável, sigla do órgão expedidor e unidade da federação.

CARGO – Registrar o cargo do responsável.

FUNÇÃO – Indicar a função do responsável.

ENDEREÇO – Indicar o endereço completo do responsável (nome da rua, número).

BAIRRO – Mencionar o bairro onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

CIDADE – Mencionar o nome da cidade onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

CEP – Registrar o código do endereçamento postal do domicílio do responsável.

2. OUTROS PARTICIPANTES

Registrar o nome de outros órgãos ou entidades, que participarão do convênio como executor ou interveniente.

NOME – Indicar o nome dos órgãos ou entidade.

CNPJ ou CPF – Indicar o número de inscrição.

ENDEREÇO – Registrar o endereço completo do interveniente (nome da rua, número).

BAIRRO – Mencionar o bairro onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

CIDADE – Mencionar o nome da cidade onde esteja situada a entidade CONVENIENTE.

CEP – Registrar o código do endereçamento postal do interveniente ou executor.

(Obs.: Se o campo for insuficiente para identificar outros participantes, o CONVENIENTE poderá relacioná-los em documento a parte, do qual constará os dados acima).

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

TÍTULO DO PROJETO – Indicar o título do projeto ou evento a ser executado.

PERÍODO DE EXECUÇÃO – Indicar as datas de início e término da execução.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO – Descrever o produto final do serviço, programa ou projeto.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO – Descrever com clareza e sucintamente as razões que levaram à proposição, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem alcançados pela comunidade, a localização geográfica a ser atendida, bem como os resultados a serem obtidos com a realização do serviço, programa ou projeto.

4. INFRA ESTRUTURA

Apresentar os ambientes da entidade, quantificar os quartos, banheiros entre outros espaços.

5. RECURSOS HUMANOS

Apresentar os profissionais que compõem o quadro da entidade. Refere-se ao desdobramento da dotação e a sua consequente utilização em diversas espécies de gastos, porém, correspondentes aos elementos de despesa de acordo com a legislação vigente.

6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (meta, etapa ou fase)

META – Alcance dos objetivos e atividades essenciais do serviço.

INDICADORES – Número de casos atendidos, número de denúncias/reclamações, número de desacolhimento (retorno familiar, adoção, evasão).

Obs.: Caso haja necessidade pode-se acrescentar indicadores além dos citados.

7- PLANO DE APLICAÇÃO

Refere-se ao desdobramento da dotação e a sua consequente utilização em diversas espécies de gastos, porém, correspondentes aos elementos de despesa de acordo com a legislação vigente.

NATUREZA DA DESPESA – Refere-se ao elemento de despesa correspondente às aplicações dos recursos orçamentários.

CÓDIGO – Registrar o código referente a cada elemento de despesa.

ESPECIFICAÇÃO – Registrar o elemento de despesa correspondente a cada código.

TOTAL – Registrar o valor em unidade, por elemento de despesa.

CONCEDENTE – Registrar o valor do recurso orçamentário a ser transferido pelo órgão ou entidade federal responsável pelo serviço, programa ou projeto.

CONVENIENTE – Indicar o valor do recurso orçamentário a ser aplicado pelo CONVENIENTE.

TOTAL GERAL – Indicar o somatório dos valores atribuídos aos elementos de despesa.

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Refere-se ao desdobramento da aplicação dos recursos financeiros em parcelas mensais de acordo com a previsão de execução das metas do serviço, programa ou projeto, se for o caso.

META – Indicar o número de ordem sequencial da meta.

CONCEDENTE – Registrar o valor mensal a ser transferido pelo órgão/entidade responsável pelo programa.

9. DEFERIMENTO SOLICITADO – Constar o local, data e assinatura do representante legal conveniente.

10. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE – Constar local, data e assinatura da autoridade competente deferindo ou indeferindo o serviço, programa ou projeto.

ANEXO A

PLANO DE APLICAÇÃO (R\$) - ESTIMATIVA DE DESPESA

SUGESTÃO DE MODELO ADAPTÁVEL A NECESSIDADE DE CADA ENTIDADE

Natureza das Despesas Anual		Total	%	Concedente	Conveniente
Código	Especificação				
DESPESAS CORRENTE:					
1. Obrigações Trabalhistas e Sociais					
- Salários e ordenados, adicional noturno, periculosidade e insalubridade;					
- Férias e 13º salário;					
- Rescisões Contratuais;					
- Arcordos trabalhistas;					
- Pensão judicial;					
- Fgts;					
- Inss;					
- Vale refeição					
- Vale transporte;					
- Contribuição sindical;					
2. Obrigações Tributárias e Contributivas					
Imposto de Renda, IPVA, ISS, IPTU, taxa limpeza pública, Cofins, PIS/PASEP, contribuição sindical patronal/empregado					
3. Material de Consumo					
- Gêneros alimentícios;					
- Gás de cozinha;					
- Combústiveis e Lubrificantes;					
- Farmácia e medicamentos;			100,00	20.000,00	
- Material de expediente;					
- Material gráfico e de processamento de dados;			50,00	10.000,00	
- Material de reabilitação;					
- Material educativo e esportivo;			5,00	1.000,00	
- Uniformes;					
- Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;			30,00	6.000,00	
- Material de cama, mesa e banho;					
- Material de copa e cozinha;			15,00	3.000,00	
- Produtos de limpeza e higienização;					
- Material de proteção e segurança;					
4. Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica					
- Passagens e despesas de locomoção;					
- Locação de bens móveis e imóveis;					
- Concessionárias de serviços públicos de energia, água e saneamento, comunicação;					
- Cópias e reproduções;					
- Fretes e carretos;					
- Locação de software;					
- Serviços técnicos profissionais;					
- Manutenção e conservação de bens móveis e imóveis;					
- Manutenção de veículos, máquinas, aparelhos e equipamentos;					
- Assessoria e consultoria contábil e jurídica;					
- Estacionamento, correios e malotes;					
- Cursos, congressos, seminários e exposições;					
- Fornecimento de alimentação;					
- Seleção e treinamento de pessoal;					
- Terapia ocupacional;					
- Assistência médica, odontológica e social;					
- Segurança e vigilância;					
- Legais e judiciais;					
Total			100,00	20.000,00	

Fulano de Tal Beltrano de Tal Ciclano de Tal
 Presidente Representante legal Tesoureiro Contador CRC/SC

Observação:

(A entidade fará a escolha das despesas necessária a sua atividade operacional, de acordo com o objeto pactuado no Termo de Colaboração. Caso necessite alterar, incluir ou excluir alguma despesa não relacionada acima poderá fazê-la. As despesas são realizadas dentro do orçamento repassado. O modelo é meramente ilustrativo, devendo a entidade adaptá-la as suas necessidades).

ANEXO III
DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 39, III da Lei 13.019/2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] não tem comodirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

Para tanto segue anexo a ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como a relação nominal dos dirigentes da entidade, com endereço (doc. Anexo), número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal – RFB de cada um deles (docs. Anexo).

Município-UF, ...de... de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014.

Nesse sentido, a citada organização da sociedade civil:

Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8(oito) anos; e

Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Município-UF, ...de ...de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO V
DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC]:

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Município-UF, ...de ...de 2018.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VI

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXX/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2018
DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO À PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, DENOMINADAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, aqui representado pela Gestora do FMAS Senhora ROSEMERI BARTUCHESKI, Secretária Municipal de Assistência Social, inscrita no CPF nº 563.563.669-15, denominados neste ato simplesmente Administração Pública Municipal de um lado, e de outro lado a XXXXXXXXXXXXXXXX, ora dito(a) OSC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estabelecida na (endereço da entidade), representado pelo(a) Presidente, Sr(a). XXXX, portadora do RG nº xxxxxxxxx e inscrita no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, resolvem, com base na Lei nº 13.019 de 2014, celebrar o presente Termo de Colaboração mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução do serviço de tratamento para pessoas de ambos os sexos, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir dos 12 (doze) anos de idade, até a idade adulta inclusive idosos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência, permanência 24 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O trabalho a ser desenvolvido deverá estar pautado na RESOLUÇÃO - RDC Nº 29, DE 30 DE JUNHO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas e a RESOLUÇÃO CONAD Nº 01/2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o tratamento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como Comunidades Terapêuticas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entidade deverá estar em conformidade com o detalhado no Plano de Trabalho que estabelece xx (quantidade de capacidade instalada) capacidades instaladas para o público xxxx.

DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

CLÁUSULA SEGUNDA: Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho, proposto pela OSC e aprovado pelos membros do órgão técnico, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA: São obrigações dos Partícipes:

I – Da Administração Pública Municipal:

- 1) Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira estabelecida no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- 2) Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Colaboração, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- 3) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do art. 35, inciso V, alínea h, da Lei 13019/2014;
- 4) Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13019/2014;
- 5) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública Municipal assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019/2014;
- 6) Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação

de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;

7) Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014;

8) Publicar no Diário Oficial do Município, extrato do Termo de Colaboração; e

9) Analisar as prestações de contas parciais e final relativas a este Termo de Colaboração, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma proposta nos arts. 66 e 67 da Lei 13.019/2014;

II – Da Organização da Sociedade Civil:

1) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, no Decreto Municipal nº 8623/2017, Instrução Normativa nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Manual da Prestação de Contas emitido pela Secretaria de Assistência Social de São José;

2) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;

3) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

4) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração;

5) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;

6) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014.

7) Encaminhar ao setor técnico relatório mensal de atendimento até o quinto dia útil de cada mês;

8) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;

9) Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

10) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

11) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

12) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019/14, Decreto Municipal nº 8623/17 e IN 14/2012 do TCE/SC, ou normativa que venha a ser editada com a mesma finalidade, mantendo-os atualizados;

13) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

14) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades conforme aponta o Caderno de Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, a Política Nacional de Assistência Social, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e o Termo de Referência;

15) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

16) Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

17) Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

18) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta)

dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

19) Prestar contas Administração Pública Municipal, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;

20) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

21) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração.

22) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;

23) Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Colaboração e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

24) Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração;

25) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

26) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

27) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

28) Participar quando convocada, das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

29) Seguir as orientações, diretrizes e o manual da prestação de contas emanadas da Secretaria Municipal de Assistência Social;

30) Participar das discussões relacionadas à assistência social que ocorram no âmbito municipal vinculadas à formação continuada de trabalhadores da assistência social;

31) Não repassar os recursos recebidos, para outras entidades de direito público ou privado;

32) Os recursos deste Termo de Colaboração poderão ser utilizados para a locação de apenas um imóvel e suas respectivas despesas com concessionárias de serviços públicos, observada a prévia no Plano de Trabalho e a observância ao objeto;

33) Informar acerca dos desligamentos ocorridos de usuários no prazo máximo de 5 (cinco) dias para a Secretaria de Assistência Social;

34) Encaminhar, mensalmente, as certidões negativas de débitos junto com a prestação de contas mensal;

35) Atualizar o quadro de recursos humanos no plano de trabalho, sempre que houver alteração, no prazo de 5 (cinco) dias;

36) Entregar a prestação de contas encadernada, numerada, rubricada em todas as páginas e com espiral;

37) As respostas aos questionamentos realizados por e-mail pela Administração Pública deverão ser realizadas no prazo concedido pela mesma;

38) Toda alteração de endereço deverá ser informada a Administração Pública no prazo de 5 (cinco) dias;

40) A OSC deverá realizar pesquisa de satisfação com os usuários de serviço a cada 12 meses;

41) Informar a gestão da parceria no e-mail iria.locks@pmsj.sc.gov.br ou outro e-mail que possa ser informado pela Administração Pública, acerca de quaisquer situações emergenciais ocorridas com os usuários do serviço, inclusive dos desligamentos destes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A. Para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, os recursos somam o valor mensal de R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso) totalizando o valor anual total de R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso) anual.

I - Correrão as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal Antidrogas, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2019, observadas as características abaixo discriminadas:

II – Órgão/Unidade Orçamentária: 34.01.

III – Projeto/Atividade: 2.519.

IV - Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023, 3.3.50.43.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.0080.

B. Os recursos da Administração Pública Municipal destinados à execução do objeto deste Termo de Colaboração, serão pagos mensalmente perfazendo o valor de R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso) , objetivando pactuar xx (quantidade por extenso) capacidades instaladas, a crédito de conta corrente específica em nome da OSC, prevista no plano de trabalho.

I – Para fins deste Termo de Colaboração o valor por capacidade instalada é de R\$ 739,90 (setecentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

II - Os valores previstos no caput desta Cláusula serão creditados à OSC, até o quinto dia útil de cada mês;

III – Os valores serão depositados na conta colocada perante o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A. Os recursos financeiros relativos ao repasse da Administração Pública Municipal serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

B. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública Municipal, em conformidade com o número de parcelas prevista na cláusula anterior e no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

C. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

D. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

E. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

I - É vedado à OSC:

1) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

2) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

3) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Colaboração, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

II - Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A. A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.

B. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

C. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou nota fiscal eletrônica, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ do fornecedor ou prestador de serviço.

D. Somente poderá utilizar notas manuais com justificativas, desde que a legislação tributária permita.

E. A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas no balancete de prestação de contas (TC 28), inserindo as notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo constar em registro de prestação de contas.

B. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do sistema de prestação de contas, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

C. A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em registro de prestação de contas e com visitas in loco.

D. A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

E. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será incluso em registro de prestação de contas e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

F. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A. O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será a contar de 01/01/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - Mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - De ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

III – A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

1) Alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

2) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

3) Ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

A. Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019/2014.

B. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de 45 (quarenta e cinco) do recebimento de cada parcela para a Administração Pública Municipal, de forma parcial, com base no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a regra de que não repassará a parcela subsequente sem a devida prestação de contas anterior e assim sucessivamente.

B. As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho.

C. As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

D. A prestação de contas deverá ser entregue em papel encadernado com espiral, páginas numeradas, rubricadas pelo responsável e digitalizada

E. Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto:

- 1) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- 2) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- 3) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- 4) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- 5) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- 6) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- 7) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.
- 8) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros..

II - Relatório de Execução Financeira:

- 1) Balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- 2) Comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- 3) Extrato da conta bancária específica e aplicação financeira, do dia do recebimento do recurso até o dia da última transação com a conciliação bancária;
- 4) Memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- 5) Relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- 6) Original das notas e dos comprovantes fiscais, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço, contendo, ainda, o número do processo e do termo de colaboração a que for destinado, bem como assinatura e rubrica do responsável pela OSC;
- 7) Comprovante bancário dos pagamentos realizados com a respectiva identificação do credor;
- 8) Entregar documentos que constituem comprovantes de regularidade da despesa custeada com recursos repassados, tais como os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e tributos;
- 9) O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar: data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número de registro no CNPJ; a descrição precisa do objeto da despesa marca tipo, modelo, quantidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas. Os valores unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação. Não será aceito recibo como comprovação de despesa cuja transação incida qualquer natureza de tributo, pois para tal é necessária a emissão de nota fiscal. E no campo observações, citar o número do Termo de Colaboração;
- 10) Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse;
- 11) Devolver a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que não tenha sido utilizado;
- 12) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega das prestações de contas;

13)A movimentação da conta deverá ser feita através de transferência eletrônica de numerário e com a identificação do credor;

14)A OSC deverá manter-se em dia com as obrigações junto ao INSS, e ao FGTS/CEF durante todo o decorrer da Parceria (apresentando em cada parcela liberada, a comprovação dos referidos encargos);

15)A OSC deverá informar o valor da contrapartida, quando houver, seu detalhamento e a forma de sua aplicação;

16) Encaminhamento mensal das certidões negativas de débitos a nível Municipal, Estadual e Federal.

17)A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações (originais e cópia quando se tratar de cupom fiscal):
 - Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;
 - Nome e endereço da OSC;
 - Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;
- Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;
- A OSC deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do (os) material (s) adquirido (s) ou serviços prestados, e que esta conforme as especificações neles consignados;
- Não será admitido recibo como comprovação de despesa cuja transição incida qualquer natureza de tributo, pois para tal é necessária a emissão de nota fiscal, salvo aquelas empresas permitidas pelo regulamento do Imposto de Renda;
- Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver;
- Fotocópia de todas as transferências eletrônica, DOCs, TEDs;
- Os orçamentos apresentados deverão constar: data, descrição do produto ou serviço, bem como valor unitário e o valor total conforme descrito e quantidade adquirida na Nota Fiscal, bem como o número do processo administrativo e/ou número do termo de colaboração a que faz referência.
- Certidões negativas de débitos a nível Municipal, Estadual e Federal válidas.
- Certidão negativa de INSS e FGTS/CEF

E. A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

F. A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;

II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

G. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

H. A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal.

I. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

II - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

III - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

VI - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- 1) omissão no dever de prestar contas;
- 2) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- 3) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- 4) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

V - A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

J. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

L. Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

M. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

N. No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada. O não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

O. O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

P. O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

A. O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos participantes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

B. O Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

- 1) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.
- 2) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

B. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;

III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

C. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

D. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic, os quais deverão ser devolvidos ao Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A. Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

B. A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

A. Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da Administração Pública, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

B. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

A. Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de São José.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

São José, SC, xx de xxxx de 2018.

ROSEMERI BARTUCHESKI Secretária de Assistência Social	Presidente Entidade selecionada
CARLOS SCHMIDT Coordenador da Parceria	

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA**TRATAMENTO À PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO E ABUSO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.****1- TIPO DE SERVIÇO**

Oferta de serviços de atendimento à pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

O trabalho a ser desenvolvido deverá estar pautado na RESOLUÇÃO - RDC Nº 29, DE 30 DE JUNHO DE 2011, que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, a RESOLUÇÃO CONAD Nº 01/2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como Comunidades Terapêuticas.

2- OBJETO

Oferta de serviços de atendimento à pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime de residência.

3- CONCEITO

As Comunidades Terapêuticas são unidades especializadas de tratamento, em regime de internamento, onde através de apoio psicoterapêutico e socioterapêutico procura ajudar a reorganização da vida dos tóxicos dependentes, na perspectiva de um futuro melhor para estes, buscando promover a reabilitação biopsicossocial do dependente, através de programa terapêuticos, com uma equipe multidisciplinar que vai ajudar o dependente passo a passo no processo de desabituação, ajudando-os a reaprender a viver sem drogas e a identificar as suas competências pessoais, facilitando sua reinserção na sociedade.

3.1 Localização:

As instalações e funcionamento das entidades que promovem o atendimento às pessoas com problema associadas ao abuso ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas, ficam condicionadas à concessão de alvará sanitário ou outro instrumento congênere de acordo com a legislação sanitária aplicável a essas entidades e devem estar situada num raio de até 130 Km distante deste município.

3.2 Público Alvo

Pessoas de ambos os sexos, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir dos 12 (doze) anos de idade, até a idade adulta, inclusive idosos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas.

4- CAPACIDADE INSTALADA

Oferta de serviços em regime de residência com permanência de 24 horas, no total de 100 (cem) capacidades instaladas, divididas da seguinte maneira: 03 vagas para adolescentes de 12 a 17 anos, 11 meses e 29 dias; 85 vagas para adultos e idosos do sexo masculino e 12 vagas para adultos e idosos do sexo feminino.

5- CRITÉRIOS DE ACESSO

Somente deverão ser encaminhadas pessoas que façam uso nocivo ou estejam dependentes de substâncias psicoativas, de forma voluntária, após prévia entrevista para avaliação diagnóstica.

5.1 Das condições e formas de acesso

O usuário será encaminhado voluntariamente para a Comunidade Terapêutica após entrevista ou triagem realizada por meio do Centro Pop ou outro serviço da Secretaria de Assistência Social, devendo o mesmo residir ou estar em situação de rua neste Município, e ser usuário dos serviços socioassistenciais.

6- OBJETIVOS

- Manter a abstinência de substâncias psicoativas em um ambiente terapêutico controlado.
- Promover a vivência comunitária com outros usuários em recuperação.
- Enfatizar a divisão de responsabilidades com companheiros de recuperação.
- Promover o aconselhamento de suporte baseado em prevenção da recaída.
- Oferecer apoio e orientação, favorecendo o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades, visando a autonomia dos indivíduos.
- Promover mudanças dos padrões negativos de comportamentos, pensamento e sentimentos que possam levar ao consumo de drogas;
- Reorganizar a vida dos dependentes, promovendo a autonomia e responsabilidade como pilares da vida em sociedade;
- Desenvolver a capacidade de estabelecer e manter relações saudáveis rompendo padrões destrutivos;
- Propiciar ações e atividades de empoderamento da família visando o regresso do usuário ao núcleo familiar;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;

6.1 Eixos que devem nortear o processo de tratamento nas Comunidades Terapêuticas parceiras do município de São José

- Respeito à pessoa e à família, independente da etnia, credo religioso, ideologia, nacionalidade, orientação sexual, antecedentes criminais ou situação financeira;
- Orientação clara ao usuário e seu responsável sobre as normas e rotinas da instituição, incluindo critérios relativos a visitas e comunicação com familiares e amigos;
- A permanência voluntária;
- O sigilo, segundo normas éticas e legais;
- O cuidado com o bem estar físico e psíquico da pessoa, proporcionando um ambiente livre de substâncias psicoativas e violência;
- A observância do direito à cidadania do residente;
- Alimentação nutritiva, cuidados de higiene e alojamentos adequados;
- A proibição de castigos físicos, psíquicos ou morais;
- Não serem submetidos a atividades forçadas e exaustivas, sujeitando-os a condições degradantes;
- A manutenção de tratamento de saúde do residente e mecanismos de encaminhamento e transporte à rede de saúde dos acolhidos que apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de substância psicoativa, como também para os casos em que apresentarem outros agravos à saúde.

7- ATIVIDADES ESSENCIAIS

7.1 Período de funcionamento:

- A instituição deve fornecer suporte e tratamento aos internos de forma ininterrupta , ou seja, durante 24 horas.

6.2 Período de permanência

- O usuário poderá ficar em tratamento por no máximo 9 meses;

6.3 Processo de desligamento do Serviço

As Comunidades terapêuticas devem explicitar por escrito os seus critérios quanto a:

- Rotina de funcionamento e tratamento, definindo atividades obrigatórias e opcionais;
- Alta terapêutica;
- Desistência (alta pedida);
- Desligamento (alta administrativa);
- Casos de mandado judicial;
- Evasão (fuga) e
- Fluxo de referência e contra-referência para outros serviços de atenção a outros agravos.
- Fica resguardado à pessoa em tratamento o direito de desistência, sem qualquer tipo de constrangimento, devendo a família ou responsável ser informada em qualquer das situações acima.
- Em caso de fuga ou evasão, a entidade deve comunicar imediatamente a família ou responsável pela pessoa, quando houver, bem como a Secretaria de Assistência Social.

8 RECURSOS HUMANOS

8.1 Composição da equipe de profissionais

As instituições devem manter recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas.

8.2 Equipe Profissional Mínima

Para cada grupo de 30 residentes, a equipe de atendimento deve ser composta no mínimo, por:

01 (um) profissional da área de saúde ou serviço social, com formação superior, responsável pelo programa terapêutico, capacitado para o atendimento de pessoas com transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas em cursos aprovados pelos órgãos oficiais de educação e reconhecidos pelos Conselhos Estaduais de Entorpecentes (CONEN) ou pelos Conselhos Municipais Antidrogas (COMAD);

01(um) coordenador administrativo;

03 (três) agentes comunitários ou monitores capacitados em dependência química em cursos aprovados pelos órgãos oficiais de educação e reconhecidos pelos CONEM ou COMAD.

O serviço deve garantir a presença de, pelo menos, 01 (um) membro da equipe técnica durante o período noturno.

Recomenda-se a inclusão de cursos de primeiros socorros nas capacitações.

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2017

Publicação N° 1769227

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 116/2017 – Processo n° 668/2017 – Proc. Adm. 9734/2017: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOESCOLA PARA INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CATEGORIA DAS CARTEIRAS NACIONAL DE HABILITAÇÃO E SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS DESTINADOS A RENOVAÇÃO DAS CARTEIRAS NACIONAL DE HABILITAÇÃO DE MILITARES QUE PRESTAM SERVIÇOS NA 1ª CIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo n° 9.734/2017, Compras n° 668/2017 – Pregão Presencial n° 116/2017, por razão de ter restado DESERTO por duas vezes.

CÂMARA MUNICIPAL**DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE PREGÃO PRESENCIAL N°: 13/2018**

Publicação N° 1769364

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

(ANEXOS I E II), MEDIANTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE

PREGÃO PRESENCIAL N°: 13/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 111/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS LOTES DO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica, especialmente às empresas licitantes, ao maior interesse da empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ n.º 14.534.916/0001-36, que em diligência tomou conhecimento de que a referida licitante está sofrendo sanções de suspensão de participação em licitações públicas, recentemente aplicadas por dois órgãos sancionadores, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (sanção publicada em 21/08/2018), e Prefeitura Municipal de Canoinhas (sanção publicada em 29/06/2018, 2 conforme constam no Portal de Transparência do Governo Federal.

E, sobretudo, pela dicção do instrumento convocatório constante no item 3.2, onde estão arroladas de situações impeditivas para interessados participarem na licitação, dentre as quais estão contratantes declarados inidôneos, ou que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela CMSJ ou ainda penalidade de licitar imposta por qualquer órgão da Administração da União, Estados, Distrito Federal ou Município, tanto nas hipóteses da Lei n.º 8.666/1993 como nas condições previstas na Lei n.º 10.520/2002.

Ademais, na Declaração (Anexo-IV) assinada pela proponente na fase ainda de credenciamento, em atendimento ao item 6.2.2, há clara afirmação de que atende plenamente todos os requisitos previstos no edital, inclusive de "Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública em qualquer de suas esferas." Situação que de fato, reputa-se inverídica.

Outrossim, adotado o entendimento adiante da Procuradoria-Geral da Câmara Municipal manifesto no Parecer n.º 003/2018/PG/CMSJ, de 29 de janeiro de 2018, nos autos do processo administrativo n.º 152/201, o qual instruiu o Pregão Presencial n.º 11/2017 (licitação que apresentou caso análogo ao ora analisado, em que a melhor classificada estava sofrendo penalidade imposta pelo Estado de Santa Catarina), no sentido de que, tanto a Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/1993 e a Lei do Pregão n.º 10.520/2002, numa interpretação sistemática e teleológica, tratam-se de um microsistema jurídico, oriundo do texto constitucional, com a finalidade de proteger a coisa pública, aplicando-se subsidiariamente à modalidade pregão, as normas da Lei Geral de Licitações, estabelecendo assim, integração jurídica os efeitos sancionatórios nela constantes, abarcando as hipóteses de sanções decorrentes da Lei Especial do Pregão.

A unidade pontuou também, que os efeitos subjetivos das sanções previstas no art. 87, III, IV da Lei n.º 8.666/93 e/ou mesmo do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 não se restringem meramente ao órgão sancionador, sob pena de violação direta ao princípio da moralidade administrativa e da boa-fé objetiva. E, mais, ressaltou o entendimento de caráter ampliativo do Superior Tribunal de Justiça acerca dos termos Administração Pública e Administração, constantes dos incisos XI e XII do art. 6.º da Lei n.º 8.666/93, de modo que suspensão temporária de licitar e contratar tem amplo alcance, irradiando os seus efeitos a todos os órgãos da Administração Pública, na qualidade de ser uma.

Diante do exposto, sustentada na vinculação ao instrumento convocatório DECIDO, ex officio, desclassificar e inabilitar a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ n.º 14.534.916/0001-36, do Pregão Presencial n.º 13/2017, da Câmara Municipal de São José, aplicando-se a nulidade aos atos praticados relativamente ao Lote I – Pastas e Lote II – Papelaria, enquanto a participação irregular da empresa ensejou o afastamento de propostas aptas à participarem da fase de lances, alterando a ordem de classificação nestes lotes,

o que necessariamente importará na designação de nova data para a realização do certame. Relativamente aos Lotes III – Perfurador e Grampeador e Lote IV – Informática, não havendo prejuízo, são válidos os atos suscetíveis de aproveitamento, eis que todas as proponentes estavam aptas e puderam se manifestar na etapa de lances.

Abra-se o prazo para apresentação de recurso nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/93.

São José, Santa Catarina, 08 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA

Pregoeira

DECISÃO DE PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2018

Publicação Nº 1768777

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

DECISÃO DE PEDIDO DE DILAÇÃO DE PRAZO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 109/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS LOTES DO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL (ANEXOS I E II), MEDIANTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

A empresária CRISTIANI LOURI RODRIGUES inscrita no CNPJ n.º 08.676.816/0001-41, requereu a dilação de prazo, por mais 7 (sete) dias, para entregar as amostras de produtos que compõe os Lotes I, II, III, IV e V, considerando a quantidade de itens solicitados na sessão pública realizada no dia 21 de setembro de 2018.

O prazo da licitante inicialmente se encerraria nesta data, 05/10/2018, e, considerando que a solicitação foi procedida no dia 1º de outubro último, logo, dentro do curso do prazo regular para a apresentação das amostras, dispondo a empresa ainda 4 (quatro) dias, DECIDO pela prorrogação com para a conclusão de apresentação de amostras até 10/10/2018, com fundamento no item 12.2.2 do edital,

São José, Santa Catarina, 02 de outubro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA

Pregoeira

PORTARIA Nº 143/2018

Publicação Nº 1769367

PORTARIA Nº 143/2018

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a servidora Hemilin Cândido Alves para o cargo em comissão de Assessor Cerimonial – DAS-3.

Câmara Municipal de São José, SC, 8 de outubro de 2018.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.151/2018

Publicação Nº 1768583

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº151/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº151/2018, Edital de Pregão Nº151/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE UM BALÃO INFLÁVEL E DUAS TENDAS PANTOGRÁFICAS PARA USO E MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 22/10/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2018 - SRP - PR Nº 106/2018

Publicação Nº 1769427

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 22/10/2018, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO 153/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, EM ESPECIAL AO “DIA DO BRINCAR III” DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de Outubro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.064, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768728

DECRETO Nº 6.064, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Fixa horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a considerável queda na arrecadação do ICMS e consequentemente no repasse da quota parte pertencente aos municípios catarinenses;

CONSIDERANDO a queda do Fundo de Participação dos Municípios - FPM;

CONSIDERANDO a necessidade de gerar economia devido à queda das receitas e com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para turno único, o horário de expediente e de atendimento ao público dos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, os quais cumprirão jornada de trabalho de 06 (seis) horas ininterruptas, das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, a partir do dia 15 de outubro de 2018, por prazo indeterminado.

Parágrafo único. Excetuam-se do cumprimento do horário previsto no caput os órgãos, abaixo relacionados, que permanecerão com seus horários de funcionamento inalterados:

- I - Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades;
- II - Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;
- III - Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont;
- IV - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- V - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- VI - Conselho Tutelar;
- VII - Estação de Tratamento de Esgoto.

Art. 2º Fica proibida a permanência de qualquer servidor municipal nas dependências dos prédios públicos após o horário de expediente de seus respectivos órgãos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de 15 de outubro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.065, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1768874

DECRETO Nº 6.065, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Permite o uso oneroso de espaços do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.677, de 31 de maio de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso de espaços do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização da XXIV Festa do Chopp, a ser promovida na data de 01 de dezembro de 2018, pela Associação Atlética Veteranos de São Lourenço d' Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.485/0001-29.

§ 1º Os espaços a terem o uso permitido tratam-se dos seguintes:

- I - copa;
 - II - cozinha;
 - III - churrasqueira;
 - III - praça de alimentação; e
 - IV - Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti.
- § 2º Pela utilização a que se refere o §1º, a entidade permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 86,83 (oitenta e seis vírgula oitenta e três) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 9.874,30 (nove mil oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos).

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N. 05/2018**

Publicação Nº 1769043

EXTRATO DO CONTRATO N. 05/2018

OBJETO: aquisição e confecção de 500 unidades de Livros, com 546 páginas de miolo nas medidas 17 x 24 cm fechado; Refile, Colagem PUR. Capa, 17,5 x24x5 cm, fechado 4x0 cor; saída CTP; Costurada (Capa Dura); Dobra; Laminação BOPP Fosca (Frente); Intercalação, Corte e Vinco. Miolo 17x24 cm, fechado; 4x4 cor; saída CTP; em Offset 75g/m²; Refile, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Gráfica CS Eireli - EPP;

VALOR TOTAL (global): R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais);

VIGÊNCIA: de 05/10/2018 à 31/12/2018;

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2018.

Vereador Agostinho Assis Menegatti

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Contratante

Luiz Júnior de Cristo

Gráfica CS Eireli - EPP

Contratada

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ATA COMISSÃO DE LICITAÇÕES CREDECIMENTO 04/2018

Publicação N° 1769034

QUINTA ATA DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO N° 04/2018.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, as 10:00 horas reuniram-se na sala de licitações, anexa a Prefeitura Municipal, a Comissão Municipal de Licitações, para fazer a abertura do envelope correspondentes ao processo de credenciamento 04/2018 apresentado por EDUARDO LAUFER inscrita no CPF sob o n° 082.770.279-58. A Comissão Municipal de Licitações analisou a documentação da empresa acima mencionada declarando a empresa habilitada/credenciada para prestação dos serviços correspondentes aos itens do anexo I do edital de credenciamento 04/2018. Não havendo mais nada a tratar encerrou-se a sessão que foi lida e aprovada pelos membros da Comissão Municipal de Licitações.

São Miguel da Boa Vista –SC, 08 de outubro de 2018.

Fernanda Luiza Dassoler Fassbinder
Presidente CML

Andréia Regina Heimborg Bonfanti
Membro

Altair Vanderlei Cassol
Membro

Maristela Schmaedecke
Membro

Luzia Bogler
Membro

EXTRATO FINAL DE PROCESSO LICITATORIO 48/2018

Publicação N° 1769031

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 48/2018
Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, a empresa GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob n°. 90.180.605/0001-02, no valor total de R\$ 28.450,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 08 de Outubro de 2018.
VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 61/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1769098

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2018

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tapetes capachos personalizados para todas as Unidades de Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 22 de outubro de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 08 de outubro de 2018.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

REVOGAR

Publicação Nº 1768931

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 193/2018

Edital Pregão Presencial nº 126/2018

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que a Comissão de Pregão desclassificou a empresa Fernando Roberto Vidor por não cotar todos os itens do Lote em desconformidade com a Modalidade de Licitação (Menor Preço por Lote) e a empresa Grosbelli e Benetti Ltda, foi desclassificada por descumprimento do item 5.3 letra C (item cotado sem marca) e item 5.4 do Edital, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 08 de outubro de 2018.

Alfredo Spier

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL 27/2018 - COMPUTADORES

Publicação Nº 1769235

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES ALL IN ONE PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME



ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h00min do dia 29 de outubro de 2018.

ABERTURA: as 14h10min horas do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:
www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 09 de outubro de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA 101/2018

Publicação Nº 1768840

PORTARIA 101/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS REMANESCENTES A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais remanescentes ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor DIOGO SALAMONI MOSER, brasileiro, ocupante do cargo de Agente de Recursos Humanos, a partir de 15 de outubro a 26 de outubro de 2018, referente ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC, Em 05 de outubro de 2018.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó

Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

2º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 04.2018

Publicação Nº 1768608

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04.2018.

2º Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro a Ata de Registro de Preços nº 04.2018, parte integrante do Pregão Presencial nº. 03.2018, celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA e a empresa AUTO POSTO SÃO PEDRO EIRELI.

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, cidade de São Pedro de Alcântara, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, e, de outro lado à empresa AUTO POSTO SÃO PEDRO EIRELI, Rua Augusto Deschamps, 185 Bairro: Centro CEP: 88106-000 São Pedro de Alcântara – Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº. 80.107.030/0001-30, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Pregão Presencial nº 03.2018, tem, entre si, ajustado o SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04.2018, cujo objeto é: Aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento de veículos, com fornecimento diário, para os veículos das frotas Municipais, que se rege pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Presente 2º Termo Aditivo tem por objeto o novo reajuste de valor do Contrato (ata de registro de preços), nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da Gasolina Comum, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (ata de registro de preços). O acréscimo constante desta Cláusula corresponde a um aumento nos preços verificados nas notas fiscais de compra do fornecedor e na pesquisa de internet.

Produto Preço Anterior/Litro –

Gasolina Comum - R\$ 4,10

Óleo Diesel S10 - R\$ 3,60 Preço atual reajustado /Litro-

Gasolina Comum - R\$ 4,40

Óleo Diesel S10 - R\$ 3,70 CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL –

A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Todas as demais cláusulas e ajustes constantes da Ata de Registro de Preços n.º 04.2018 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo aditivo.

Este segundo termo aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

AUTO POSTO SÃO PEDRO EIRELI

CNPJ/MF: 80.107.030/0001-30

AVISO DE LICITAÇÃO 08.2018 FMS

Publicação Nº 1768780

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 08/2018 FMS-

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: aquisição estimada e parcelada de Material de Enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC e para o Complexo Penitenciário instalado no município de São Pedro de Alcântara, conforme especificações, quantitativos e valor de referência do ANEXO I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 24/10/2018 às 08h30min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h do mesmo dia. RETIRADA DO

EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07h às 13h.

São Pedro de Alcântara, 08/10/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N°. 062/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA LUCIA DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

Publicação N° 1764914

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N°. 062/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA LUCIA DE SOUZA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ANA LÚCIA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 000.070.419-93, residente a Rua Erico Kuhn, nº 418, Forquilhas– São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 062/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 062/2018 até 14/12/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 09 de outubro de 2018.

MUNICÍPIO CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Schroeder

PREFEITURA

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2019

Publicação Nº 1769442

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Excelentíssimo Senhor Elmer Sandro Quadros, convidam todos os interessados para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA 2019.

DATA: 24 de outubro de 2018 (quarta-feira)
HORÁRIO: 16h
LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores
Avenida dos Imigrantes, 2520 – Schroeder – SC

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Publicação Nº 1769447

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ZENILDA MARIANO FERREIRA, inscrita no CPF sob nº. 583.843.409-00, aprovada em 43º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16:30h do dia 09 de outubro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Publicação Nº 1769446

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALECSANDRA ANDRESA WALZ, inscrita no CPF sob nº. 089.986.029-03, aprovada em 42º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 16:30h do dia 09 de outubro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 05 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 4.599/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769449

DECRETO Nº 4.599/2018, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Auxílio-Alimentação R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de Setembro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EDITAL 03/2018 -1 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E REABERTURA DE PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA NOVAS CANDIDATURAS

Publicação Nº 1769443

EDITAL 03/2018 -1 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E REABERTURA DE PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA NOVAS CANDIDATURAS

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2.320/18, torna público as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 3.1 do Edital n.º 03/2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 2626, de 11 de setembro de 2018:

ITEM 1 – DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DEFERIDAS E INDEFERIDAS**1.1 Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:**

Nome	Número do RG	Número de Inscrição
Diana Ilaine Gnewuch de Abreu	7.087.692	01

1.2 Inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar:

Nome	Número do RG	Número de Inscrição	Motivo
Valquiria Heidorn Eng	2.442.538	02	Não atende ao item 3.1.3 do edital (Faltou o requerimento de inscrição)
Elisandra de Fatima Moraes	6.656.835	03	Não atende ao item 3.1.3 do edital (Faltou o requerimento de inscrição) e Não atende ao item 3.1.2 parágrafo único do edital (Faltou declaração de residência)
Mídia Alves de Sousa Freire	6.929.343	04	Não atende ao item 3.1.3 do edital (Faltou o requerimento de inscrição)

1.3 O candidato que teve sua candidatura indeferida, poderão apresentar documento(s) faltante(s) e pendente(s) até o dia 19/10/2018, no mesmo local e horário previsto para novas inscrições, mantendo sua numeração de inscrição.

1.4 A reunião destinada a dar conhecimento formal ao processo de escolha dos candidatos será no dia 30 de outubro de 2018, às 18h-30min, no auditório do CRAS, sito a Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder.

ITEM 2 - DA REABERTURA DE PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA NOVAS CANDIDATURAS

2.1 Fica reaberto o período de inscrições preliminares dos candidatos à vaga de Conselheiro Tutelar, sem prejuízo as inscrições já efetuadas.

2.2 O recebimento das novas inscrições será no período de 09 a 19 outubro de 2018, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h-30min às 16h, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, sito a Rua Marechal Castelo Branco, 3201 – Centro – Schroeder (SC).

2.3 Os critérios para a reabertura das inscrições de novos candidatos seguem os já descritos no Edital 03/2018, alterando somente o cronograma de datas (anexo I).

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 08 de outubro de 2018.

Silvania Ferreira Comissão Especial de Eleição	Norberto Weiss Comissão Especial de Eleição
---	--

Lilian Tietz
Presidente do CMDCA

ANEXO I

CRONOGRAMA DO EDITAL 03/2018 REABERTURA DAS INSCRIÇÕES

ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital	11/09/18
Prorrogação do Período de inscrições preliminares dos candidatos	09/10/2018 a 19/10/2018
Publicação das inscrições preliminares homologadas dos candidatos	23/10/2018
Prazo de impugnação quanto à homologação das inscrições preliminares dos candidatos	23 e 24/10/2018
Publicação das impugnações	25/10/2018
Prazo para candidato manifestar-se quanto à impugnação da inscrição preliminar	25 e 26 /10/2018
Publicação final das inscrições homologadas e convocação para a avaliação escrita	30/10/2018
Reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha dos candidatos	Às 18h30min do dia 30/10/2018
Prova escrita	01/11/2018
Publicação do gabarito	05/11/2018
Recebimento de recurso contra o gabarito e prova	06/11/2018
Publicação do resultado final da avaliação escrita	09/11/2018
Eleição (escrutínio)	09/12/2018
Apuração dos votos	A partir das 17horas do dia 09/12/2018
Publicação do Resultado da eleição	10/12/2018
Capacitação Inicial dos Titulares e suplentes	10 a 14/12/2018
Publicação do Resultado Final até	19/12/2018
Previsão de posse do conselheiro tutelar titular	29/01/2019

Mais informações:
Comissão Especial – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
cmdca@schroeder.sc.gov.br
47 3374-6450

FOTO
(escrever nome atrás e colar)

ANEXO II Requerimento de Inscrição Preliminar para Eleição de Conselheiro Tutelar - Schroeder/SC - Edital 03/2018

Inscrição nº _____

Eu _____, RG nº _____, solicito inscrição preliminar para Eleição de Conselheiro Tutelar de Schroeder/SC. Declaro estar ciente dos termos do Edital 03/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Schroeder/SC, que regulamenta esta eleição.

Schroeder, de de 2018.

Assinatura do candidato

Recebido em: ____ / ____ / 2018 Responsável: _____

Obs: A inscrição só será efetuada mediante apresentação de todos os documentos solicitados, conforme a respectiva ordem listada no Edital 03/2018.

Comprovante de Inscrição Preliminar para Eleição do Conselho Tutelar - Schroeder/SC - Edital 03/2018

Inscrição nº _____

Nome: _____

RG nº _____

Recebido em: ____ / ____ / 2018 Responsável: _____

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 114/2018-PMS

Publicação Nº 1768466

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 114/2018-PMS

Dispensa de Licitação nº. 83/2018-PMS - Processo nº.180/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa para realizar serviço de revisão 30.000km da Viatura Renout Duster Dakar Placa QIR - 6439, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Filtro de Ar Motor Duster 2.0 16v 2015 SAND	1	Unid.	45,00	45,00
02	Oleo Elf Evolution RN - Tech 10W40	4,1	Unid.	34,00	139,40
03	Filtro Oleo Fluence / NV Motor H4M	1	Unid.	40,00	40,00
04	Arruela Vedação Bujão Carter Fluence / N	1	Unid.	6,22	6,22
05	Filtro Habitáculo Sander / Logan / Duster	1	Unid.	45,88	45,88
06	Filtro Combustível Todos Pro+	1	Unid.	47,00	47,00
07	Balanceamento de Rodas	0,4	Unid.	100,00	40,00
08	Geometria	0,5	Unid.	100,00	50,00
09	Revisão de 30.000 km	1,29	Unid.	80,23	103,50
TOTAL R\$					517,00

Valor do contrato: R\$ 517,00 (quinhentos e dezessete reais).

Data da Assinatura: 08/10/2018 – Vigência: 31/12/2018

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 115/2018-PMS

Publicação Nº 1768473

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 115/2018-PMS
Dispensa de Licitação nº. 84/2018-PMS - Processo nº.181/2018-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: Constitui o presente contrato Contratação de empresa para realizar serviço de revisão 40.000KM da Viatura Renout Duster Dakar Placa QIR - 6439, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Filtro de Ar Motor Duster 2.0 16v 2015 SAND	1	Unid.	45,00	45,00
02	Oleo Elf Evolution RN - Tech 10W40	4,1	Unid.	34,00	139,40
03	Filtro Oleo Fluence / NV Motor H4M	1	Unid.	40,00	40,00
04	Arruela Vedação Bujão Carter Fluence / N	1	Unid.	6,32	6,32
05	Filtro Habitáculo Sandero / Logan / Duster	1	Unid.	45,88	45,88
06	Filtro Combustível Todos Pro+	1	Unid.	47,00	47,00
07	Balanceamento de Rodas	0,4	Unid.	100,00	40,00
08	Geometria	0,5	Unid.	100,00	50,00
09	Revisão de 40.000 km	1,61	Unid.	111,43	179,40
10	Vela Ignição Rea6MX NV Motor B4D / H4M	4	Unid.	35,00	140,00
TOTAL R\$					733,00

Valor do contrato: R\$ 733,00 (setecentos e trinta e três reais).
Data da Assinatura: 08/10/2018 – Vigência: 31/12/2018
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 28/2018 SMS

Publicação Nº 1769445

NOTIFICAÇÃO Nº 28/2018 SMS

Processo Licitatório nº. 27/2018
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2018

Fica a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO inscrita no CNPJ sob o nº. 07.752.236/0001-23, estabelecida na Rua Norberto Otto Wild, nº20, na cidade de Vera Cruz, Estado Rio Grande do Sul, CEP: 96880-000, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 10/2018 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 1775 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado. Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
1775/2018	Item 42- Carbonato de lítio 300mg – 3000 comprimidos	29/08/2018	05/09/2018
1775/2018	Item 64 – Dexametasona 0,1% creme - 200 bisnagas	29/08/2018	05/09/2018
1775/2018	Item 107 – Hidroclorotiazida 25mg – 4000 comprimidos	29/08/2018	05/09/2018

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.
Atenciosamente,

Schroeder, 08 de outubro de 2018.
Orlando Tecilla
Secretário de Saúde.

A
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD. MÉDICO
CNPJ nº. 07.752.236/0001-23
(51) 3718-1775

PORTARIA Nº. 7.568/2018, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Publicação Nº 1769450

PORTARIA Nº. 7.568/2018, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Carla Cristina Maffezzolli Jordan, Conselheira Tutelar com efeitos a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de outubro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 74/2018-PMS

Publicação Nº 1768528

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2018

Número do Registro de Preços: 67/2018 Data do Registro: 08/10/2018 Válido até: 08/10/2019

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de serviço e fornecimento de material para instalação semafórica na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cabo PP 3X1 mm quadrado	M	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Controler	0	5,1300	1
2	Cabo PP 2X1 mm quadrado	M	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	CORFIO	0	5,1700	2
2	Cabo PP 2X1 mm quadrado	M	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Controler	0	4,5800	1
2	Cabo PP 2X1 mm quadrado	M	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	CORFIO	0	4,7700	2
3	Grupo focal pedestre, com LED	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	RealMoti	0	984,9900	1
2	Grupo focal pedestre, com LED	UN	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	SINACOM	0	985,8600	2
4	Caixa boteira completa - convencional	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	RealMoti	0	256,5900	1
2	Caixa boteira completa - convencional	UN	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	SINACOM	0	256,3200	2
5	Cabo PP 4X1 mm quadrado	M	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Controler	0	6,0100	1
2	Cabo PP 4X1 mm quadrado	M	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	CORFIO	0	6,0900	2
6	Controlador semafórico 8/6 fases, 03 potências convencionais para LEDs, 01 comunicação GPRS/GSM	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Datapron	0	13,037,9200	1
2	Controlador semafórico 8/6 fases, 03 potências convencionais para LEDs, 01 comunicação GPRS/GSM	UN	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	SINACOM	0	12,996,2600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2018

Número do Registro de Preços: 67/2018		Data do Registro: 08/10/2018		Válido até: 08/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de serviço e fornecimento de material para instalação semafórica na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Serviço instalação semafórica	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Sinal City	0	6.212,1900	1
			SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	SINACOM	0	6.245,9200	2
8	Material para entrada de energia - Padrão Callesc	UN	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA (12652)	Sinal City	0	3.274,5700	1

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2018

Número do Registro de Preços: 67/2018		Data do Registro: 08/10/2018		Válido até: 08/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de serviço e fornecimento de material para instalação semafórica na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA (14024)	SINACOM	0	3.257,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2018

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 67/2018		Data do Registro: 08/10/2018		Válido até: 08/10/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em execução de serviço e fornecimento de material para instalação semafórica na Rua Marechal Castelo Branco, Centro, do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2018

PROCESSO Nº 173/2018

(12652) - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA
(14024) - SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZACAO VIARIA

Schroeder, 8 de Outubro de 2018.

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 236/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 086/2018

Publicação N° 1768835

Processo Licitatório nº 236/2018 - Dispensa de Licitação nº. 086/2018.

Objeto: Serviços de mão de obra para lixar e passar sinteco no piso das salas do centro comunitário

Justificativa: Finalização das adequações das salas do centro comunitário.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Empreiteira Niterói Ltda

Valor: R\$ 6.370,00

Seara, SC, 05 de outubro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1767705

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2018 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de material escolar e artesanato para distribuição gratuita aos alunos que frequentam as Escolas da Rede Municipal de Ensino Básico e Infantil, e material de consumo (expediente) para manutenção das atividades diárias de todas as Secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24 de outubro de 2018.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 09 de outubro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2018

Publicação Nº 1768841

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007 DE 09/10/2018

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 80.622.319/0001-98, com sede administrativa localizada na Av. Dom Pedro II, n. 830, Centro, Município de Serra Alta/SC - CEP 89871-000; representado pelo Prefeito Municipal, Sr. DARCI CERIZOLLI, portador do CPF: 430.332.889-87 e RG 12C 1.233.665, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018, credencia o Sr. EVANDRO ANTÔNIO RONCATO, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 2.997.862-9 SSP/SC, Inscrição no CPF sob o nº 022.623.859/80, residente e domiciliado na Linha Lageado Grande, interior, de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem como objeto o credenciamento de pessoa física para o fornecimento de cascalho, para utilização na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela Administração Pública, a ser extraído em área previamente identificada e em quantidade ilimitada, conforme a necessidade do MUNICÍPIO, pelo prazo de vigência, nos termos estipulados pelo subitem 3.4 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

Parágrafo único. A área previamente identificada e aprovada consiste em: Parte Leste do Lote Rural nº18, da Seção Burro Branco, com área de 242.000,00m², matriculado sob o nº 482 e registrado no ORI de Modelo, o imóvel situa-se na Linha Lageado Grande, interior do Município de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço ajustado entre as partes é aquele estabelecido na Tabela de Preços constante no Anexo "C" do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018, sendo R\$ 12,00 (Doze reais a carga de cascalho) que passa a fazer parte do presente Termo de Credenciamento, independentemente de sua transcrição e aceito pelo credenciado.

Parágrafo único. Os valores constantes da Tabela de Preço (Anexo "C") serão reajustados anualmente a partir da data de publicidade do edital, pela variação do INPC – IBGE ocorrido nos 12 (doze) meses anteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO

3.1. A extração do cascalho será efetuada na propriedade do CREDENCIADO de acordo com a conveniência, distância, necessidade definidas pelo MUNICÍPIO e será promovida por seus servidores e equipamentos, sem que tal providência importe em quaisquer despesas e/ou responsabilidades ao CREDENCIADO.

§ 1º Durante a vigência do credenciamento, fica assegurado aos servidores e maquinários/equipamentos do MUNICÍPIO o livre acesso à área identificada no Termo de Credenciamento e de propriedade do Credenciado, desde que seja para o fim específico ajustado no instrumento a ser celebrado.

§ 2º É vedado ao CREDENCIADO efetuar qualquer interferência quanto à destinação do cascalho.

§ 3º É expressamente vedado aos credenciados e/ou terceiros aproximarem-se do local da extração durante a execução dos trabalhos, por questões de segurança, devendo manter uma distância segura, de no mínimo 100 (cem) metros. Qualquer dano corporal, moral ou patrimonial acarretado pela proximidade de pessoas não permitidas no local da extração do cascalho considera-se culpa exclusiva da vítima, circunstância que acarreta o rompimento do nexo causal ensejador de responsabilidade objetiva da administração, recaindo todos os ônus decorrentes do dano à vítima ou seus responsáveis legais.

CLÁUSULA QUARTA - DAS FONTES DE RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do exercício dos anos correntes.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. Em 90 (noventa) dias ao da retirada do cascalho, mediante planilha de controle e posterior crédito em conta bancária na forma do subitem 12.1 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

§ 1º Não haverá qualquer pagamento adicional que não seja o valor previsto na Tabela de Preços estabelecida no Anexo "C".

§ 2º Os custos relativos à extração e transporte do cascalho correrão por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente termo de credenciamento terá vigência até 12 meses, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O MUNICÍPIO realizará o acompanhamento dos serviços de extração do cascalho confeccionando relatórios gerenciais da execução do serviço, devidamente assinados pelas partes interessadas.

§ 1º Na emissão do relatório previsto no caput da presente cláusula, o responsável técnico do Município de Serra Alta, fará a liquidação das despesas conforme preceitua a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, em seu art. 63.

§ 2º A Ordem de Pagamento deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do relatório mencionado nesta Cláusula, bem como deverá constar a data e cópia do recibo/transfêrencia de depósito em conta bancária.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

8.1. Para o cumprimento do objeto deste Termo de Credenciamento, o CREDENCIADO obriga-se a:

I - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

II - Permitir o acesso dos servidores, máquinas e equipamentos necessários à execução do objeto deste credenciamento.

III - Garantir a retirada do cascalho durante a vigência do credenciamento, nos termos estipulados pelos subitens 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

IV- No caso de transferência da propriedade imobiliária, objeto do credenciamento, o proprietário deverá imediatamente comunicar por escrito o Município, sob pena de responsabilização.

V- Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a continuidade da retirada do cascalho ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita continuidade do fornecimento do objeto do presente Edital.

VI - Efetuar a conferência dos quantitativos mensais relativos à extração de cascalho e confirmando sua exatidão mediante assinatura em relatório específico emitido pelo MUNICÍPIO.

VII - Providenciar a retirada da vegetação sobre a área de extração do cascalho, arcando com as despesas para tanto.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1. São obrigações do Município:

I- Responsabilizar-se integralmente pela extração e transporte do cascalho, assim como de todos os encargos trabalhistas, sociais, fiscais e emolumentos incidentes a execução do objeto;

II- Notificar ao CREDENCIADO qualquer irregularidade verificada no fornecimento do produto;

III- Realizar os pagamentos, cumprir os prazos e condições estabelecidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018.

IV- Efetuar o relatório mensal da retirada do cascalho e efetuar a devida liquidação da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o infrator, no que couber, às sanções previstas no capítulo IV da Lei 8.666/93, garantida ampla defesa e contraditório, ficando ainda, estipuladas as seguintes penalidades, pelo não cumprimento de quaisquer obrigações assumidas:

I – advertência por escrito;

II – suspensão temporária do credenciamento, por prazo não superior a 2 (dois) meses;

III – cancelamento do credenciamento.

§ 1º As sanções poderão ser aplicadas independentemente de terem os credenciados sido penalizados em contrato, facultada a defesa prévia e do contraditório no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

§ 2º Acarretará o descredenciamento pelo descumprimento das condições estabelecidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018, que passa a fazer parte do presente Termo, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A rescisão contratual obedecerá às disposições contidas nos art. 77 a 80 da lei federal nº8.666/93, com as alterações introduzidas pela lei federal nº 8.883/94.

§ 1º Em caso de rescisão do presente Termo por parte do MUNICÍPIO não caberá ao CREDENCIADO direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do art. 79, § 2º da lei federal nº 8666/93, alterada pela lei federal nº 8883/94.

§ 2º Haverá rescisão deste Termo de Credenciamento se for comprovada qualquer irregularidade nos fornecimentos, tanto do produto fornecido, como dos seus preços, e os CREDENCIADOS estarão sujeitos ao ressarcimento e penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente Termo de Credenciamento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1. Dentro do prazo legal, o MUNICÍPIO providenciará a publicação do extrato do presente Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 São condições gerais do presente termo de credenciamento:

I – em caso de atraso na entrega de relatórios gerenciais do responsável técnico do MUNICÍPIO, por retardamento de informações ou omissões de responsabilidade do CREDENCIADO, o pagamento será retardado proporcionalmente.

II – a remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista, previdenciária ou indenizatórias.

III – o CREDENCIADO poderá descredenciar-se desde que comunique oficialmente ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

IV – os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a melhoria das estradas vicinais e execução de obras públicas da Administração.

V – o presente Termo de Credenciamento rege-se pelas disposições expressas na lei federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

VI – passa fazer parte integrante do presente Termo de Credenciamento o EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 044/2018 E SEUS RESPECTIVOS ANEXOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização do cumprimento deste Termo de Credenciamento será efetuada pelo Sr. José Domingos de Souza, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, responsável pela verificação de atendimento das especificações do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O Foro competente para solução das pendências deste instrumento é o da Comarca de Modelo/SC. E, por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Serra Alta/SC, 09 de outubro de 2018.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EVANDRO ANTÔNIO RONCATO
CREDENCIADO

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

CARLISE MARA MAGRIN
Assessora Jurídica 50.172/SC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO IL 44-2018-CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 1766268

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SERRA ALTA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 44/2018 - IL
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 44/2018 Processo de Licitação: 44/2018 Data do Processo: 07/08/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2018
b) Licitação Nr.: 44/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 09/10/2018
e) Data da Adjudicação: 09/10/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Credenciamento de Pessoas Físicas para o fornecimento de cascalho e pedra ferro bruta, para utilização na recuperação de estradas vicinais localizadas no interior do Município e também utilizar quando necessário em obras realizadas pela Administração Pública de Serra Alta.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 002784 - EVANDRO RONCATTO E OU/ MARIZETE RONCATTO	1 1	0,0000	41.928,00 41.928,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.800.3.3.90.00.00.00.00 (73) Saldo: 19.354,36

Serra Alta, 9 de Outubro de 2018.

EDERSON CEREZOLLI
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DL 017-2018 FMS

Publicação Nº 1768580

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 017/2018-FMS

MODALIDADE – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 017/2018-FMS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E REALIZAÇÃO DE EXAMES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO A SAÚDE BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 08/10/2018 a 31/12/2018.

VALOR GLOBAL DO OBJETO: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.02 – 2.020 – 3.3.93.00.00.00.0070 (25).

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Sombrio - SC, 08 de outubro de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Secretária do Fundo Municipal de Saúde

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 479, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1769204

PORTARIA Nº. 479, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a contratação de 02 (duas) tendas 5m x 10m para a Justiça Eleitoral de Tangará, para serem usadas nas Eleições 2018, no primeiro e segundo turno, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), da empresa AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME, CNPJ nº 04.419.138/0001-80, conforme determina o inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE OUTUBRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 015/2018

Publicação Nº 1768990

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 028/2018 Pregão Presencial n. 015/2018

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE MELHORIAS NA UNIDADE DE SAÚDE BELA VISTA. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 23/10/2018. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 08 de Outubro de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/PMT/2018 CONCORRÊNCIA Nº 005/PMT/2018

Publicação Nº 1768488

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/PMT/2018
CONCORRÊNCIA Nº 005/PMT/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE COM ARMAÇÃO EM CONCRETO E AÇO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E TODAS AS ART'S (CREA/CAU) NECESSÁRIAS, parte integrante deste edital, conforme especificações constantes nos Anexos.

De acordo com a análise contábil, técnica, jurídica e demais documentos de habilitação, as empresas ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, DECC CONSTRUÇÕES LTDA E ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI foram consideradas habilitadas. A empresa CDA ENGENHARIA EIRELI foi considerada inabilitada por apresentar atestado técnico com quantidade não suficiente para a comprovação da qualificação técnica para executar o referido serviço, solicitada no item 7.2.4.2, do edital. As empresas acima citadas não se fizeram presentes na sessão. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO ITEM 7.3.2 E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/ PMT/2018 TOMADA DE PREÇO Nº 003/PMT/2018

Publicação Nº 1768767

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/PMT/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 003/PMT/2018

RETIFICAÇÃO DO ITEM 7.3.2 E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa para realizar a reforma da E. E. F. José Higino da Silva, no bairro Santa Luzia, Tijucas-SC, de acordo com Projetos, Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, parte integrante deste edital, da Secretaria Municipal de Educação.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 25 de outubro de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó**PREFEITURA****DECRETO Nº 4918, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018**

Publicação Nº 1769254

DECRETO Nº 4918, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 163.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base nas Leis nº 2933, de 08/12/2017 e nº 2996, de 10/09/2018,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2018:

Referência	21.001.0023.0695.0355.1683.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
	21.001.0023.0695.0355.1683.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
	21.001.0023.0695.0355.1683.	OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
328	0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	163.000,00
		TOTAL	163.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2018, no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), autorizado pela Lei nº 2996, de 10/09/2018, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

Referência	21.001.0023.0695.0355.2680.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
	21.001.0023.0695.0355.2680.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
	21.001.0023.0695.0355.2680.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
337	0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	163.000,00
		TOTAL	163.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4919, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769255

DECRETO Nº 4919, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base nas Leis nº 2933, de 08/12/2017 e nº 2996, de 10/09/2018,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2018:

Referência	22.001.0013.0392.0361.2694.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.001.0013.0392.0361.2694.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
	22.001.0013.0392.0361.2694.	MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E HISTÓRICA DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	

	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
253	0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	15.000,00
		TOTAL	15.000,00
	22.002.0013.0391.0360.1691.	GESTÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.002.0013.0391.0360.1691.	OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
238	0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
		TOTAL	5.000,00
	22.002.0013.0392.0360.2690.	GESTÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.002.0013.0392.0360.2690.	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
244	0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	30.000,00
		TOTAL	30.000,00
		TOTAL GERAL	50.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2018, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2996, de 10/09/2018, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

Referência	22.001.0013.0392.0361.2692.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ	
	22.001.0013.0392.0361.2692.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
	22.001.0013.0392.0361.2693.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DE TIMBÓ	
	300000.00	DESPESAS CORRENTES	
	330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
	339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
256	0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	50.000,00
		TOTAL	50.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.
 JORGE AUGUSTO KRÜGER
 Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4940, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769257

DECRETO Nº 4940, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 259.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2933, de 08 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2018, no valor de R\$ 259.500,00 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0393.1737	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0393.1737	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0393.1737	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS DO ATERRO	
3400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
3440000.00	ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE.	
3449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	59.500,00
	TOTAL	59.500,00
25.06.017.512.0390.2720	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
25.06.017.512.0390.2720	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	

3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	
	TOTAL	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	259.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4941, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1769258

DECRETO Nº 4941, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 383.200,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2933, de 08 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2018, no valor de R\$ 383.200,00 (trezentos e oitenta e três mil e duzentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0391.2724	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	160.000,00
	TOTAL	160.000,00
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	TOTAL	200.000,00
25.03.017.512.0393.2732	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0393.2732	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0393.2732	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE COLETA, MATERIAIS E INSUMOS.	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	180.000,00
	TOTAL	180.000,00
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	3.200,00
	TOTAL	3.200,00
	TOTAL	183.200,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	383.200,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 949, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768775

PORTARIA No 949, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, Decreto nº 4425, de 02 de janeiro de 2017, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, nº 4681, de 30/11/2017 e nº 4772, de 01/03/2018,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ELENIR ROEPKE GESSNER (Vacância)	3994147	2	20/12/1986	054.456.189-94	40h	19/09/2018 a 30/11/2018
FLAVIA FIDELIS DE MELO TOLARDO (Vacância)	404134731	0	05/04/1991	077.377.409-29	40h	19/09/2018 a 30/11/2018
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JULIANA VOLTOLINI (Vacância)	404134733	0	12/08/1977	050.100.249-93	44h	19/09/2018 a 30/11/2018
Cargo: Educador Infantil B-18						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JOSIANE ANESI BOHMANN (Vacância)	404134732	0	01/04/1978	003.389.939-83	30h	19/09/2018 a 30/11/2018
Cargo: Professor A-10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
THAISSA ARIELLA DA SILVA (Professor de Apoio no atendimento de crianças portadoras de deficiência /Aprovada no Proc.Seletivo 10/2016)	404134548	1	21/03/1991	083.215.719-80	20h	19/09/2018 a 31/10/2018

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO FCT-38, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768901

PORTARIA No FCT-38, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018

Autoriza Servidoras Públicas Municipais a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ – FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e, com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que “A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.”, Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, a contar desta data, autorizadas a conduzir veículo oficial de propriedade da Fundação Cultural de Timbó-FCT, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBO-FCT		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Andressa Karolina Bruske	Atendente Casa do Poeta	05876575327 / AB
Gilmara Mendes Goulart	Instrutora de Leitura	00936546236 / B

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de outubro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

LEI Nº 3003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1769101

LEI Nº 3003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2019 e dá outras providências.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Timbó, para o exercício de 2019, será elaborado e executado observando os objetivos, prioridades e metas (fiscais e físicas) estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades, metas fiscais e metas físicas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2018/2021, Lei nº 2.902 de 25/08/2017 e alterações posteriores:

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração, execução e alterações dos orçamentos do Município, dos poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – as disposições sobre custos e controle interno; e

VIII – as disposições gerais.

CAPITULO I**DAS PRIORIDADES, METAS FISCAIS E METAS FÍSICAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, II, III e IV desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

a) ANEXO I – **Anexo de Riscos Fiscais:**

- Demonstrativo A – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

b) ANEXO II – **Anexo de Metas Fiscais:**

- Demonstrativo B – Metas Anuais;

- Demonstrativo C – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

- Demonstrativo D – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

- Demonstrativo E – Evolução do Patrimônio Líquido;

- Demonstrativo F – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos;

- Demonstrativo G – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

- Demonstrativo H – Projeção Atuarial do RPPS;

- Demonstrativo I – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo J– Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

c) ANEXO III – Projeção das Receitas para o exercício de 2019;

d) ANEXO IV - Programas de Governo e Ações:

- Demonstrativo L
- Programas de Governo, Objetivos, Função, Sub-função, Ação;
- Demonstrativo de Despesas, Órgão, Unidade, Função, Sub-função, Programa, Ação, Valores.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2019, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no ANEXO IV desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2019 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas Autarquias, Fundações e Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa, considerado como categoria de programação, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo único. A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por PROGRAMAS DE GOVERNO.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2019 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras (UG), de modo consolidado, especificando no Orçamento da Unidade Gestora Central (UGC) aquelas vinculadas a Fundos, Fundações, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, a Portaria STN nº 553 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, conforme o Vínculo com Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

X – Demonstrativo da Receita por fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4.320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de Renúncia de Receitas de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2019;

XII – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;

XIV – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 1º Os Orçamentos da Autarquia, Fundações e Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central (UGC) a Prefeitura, e por Unidade Gestora (UG) as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I, da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, no mínimo de 2015 a 2017, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função, no mínimo dos exercícios de 2015 a 2017 e fixada para 2019, 2020 e 2021;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2017;

VI – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, sendo aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, obedecidas às determinações da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 atendendo em especial aos artigos 69 e 70 (Art. 212 da CF, e 60 do ADCT);

VII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde, sendo aplicação mínima de 15% da receita resultante de impostos (Art. 77 do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2018;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, em setembro/2018.

X – Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O Orçamento para o exercício de 2019 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Art. 1º, § 1º, Art. 4º, I, “a”, e Art. 48 da LRF).

Art. 8º O Poder Legislativo e os Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Unidade Gestora Central, e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no artigo 5º desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas do Poder Legislativo e dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central, quando possuírem contabilidade própria.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios findos, ou seja, de 2015 a 2017 (Art. 12 da LRF).

§ 1º Até trinta (30) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2019 as memórias de cálculo (Art. 12, § 3º, da LRF).

§ 2º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita não atingirá as metas de arrecadação, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando-se o seguinte:

I - A limitação de empenhos deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinado a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II - Durante todo prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III - A limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV - O ato deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 11. A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, não excederão, no exercício de 2019, a 20% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2018. (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO I desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação em 2019 e do superávit financeiro do exercício de 2018.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 3º Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Direta e Indireta não orçadas, ou orçadas a menor, e, neste caso, inclusive para investimentos.

Art. 13. Os orçamentos para o exercício de 2019 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não superiores a 2,00% (dois por cento) das Receitas Previstas para o mesmo exercício, alocadas em cada Unidade Gestora.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/99, art. 5º, e Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

§ 2º Os limites de que trata o “caput” deste artigo, não se aplicam a Reserva de Contingência/Reserva Matemática do Instituto de Previdência Social (TIMBOPREV), destinados ao cumprimento da Lei nº 9.717/98.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a doze (12) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art.5º, § 5º da LRF).

Art. 15. Atendendo ao disposto no art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto Municipal, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (Art. 8º e 13 da LRF)

Art. 16. Os Projetos e Atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando o montante ingressado. (Art.8º, § único da LRF).

§ 1º Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, a partir de seu ingresso.

§ 3º A apuração do Excesso de Arrecadação dar-se-á por fonte de recursos, vínculo, e destinação de recursos.

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF)

Parágrafo único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal não poderão estar em débito com a Fazenda Pública Municipal, incluindo-se prestações de contas, e deverão prestar contas na forma estabelecida na legislação municipal Decreto número 3.080 e alterações.

Art. 18. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2019, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias, convênios, e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. As despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2019 a preços correntes de julho/2018.

Art. 22. Durante a execução orçamentária de 2019, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras e unidade gestora central na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 23. A Lei Orçamentária para 2019 poderá autorizar o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem, bem como, abrir crédito adicional suplementar, nos termos do art. 7º da Lei 4.320/64.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 24. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, Gerentes de Programas, Chefe do Executivo e Órgão Central de Controle Interno, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. A Lei Orçamentária de 2019 poderá conter autorização para Operações de Crédito, para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000 (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 26. A contratação de operações de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e ser autorizada por lei específica.

Art. 27. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com as Resoluções do Senado Federal.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo e o Legislativo Municipal ficam autorizados a criar cargos e funções, alterar suas estruturas de carreiras e corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, além de conceder vantagens, realizar concurso público ou admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrente destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2019.

Art. 29. Ressalvada a hipótese de Revisão Geral Anual, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2019, não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2018 acrescidas de até 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Artigo 71 da LRF).

Parágrafo único. No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal, a qualquer título, de ambos os poderes, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Artigos 19 a 22 da LRF):

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - criação de cargo, emprego ou função;

IV - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

V - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal Direta e Indireta, ou, ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização exclusiva de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Art. 33. O total da despesa da remuneração dos vereadores e servidores do Poder Legislativo não excederá a 70% (setenta por cento) dos seus suprimentos e não poderá ultrapassar o montante de 4% (quatro por cento) da receita da Administração Direta, excluídas:

I - a receita de contribuições de servidores, destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência, mantidos pelo Município;

II - a receita proveniente de operações de crédito;

III - a receita resultante de alienação de bens móveis e imóveis;

IV - os recursos vinculados oriundos de transferências da União ou do Estado, através de convênios ou outros ajustes para a realização de obras ou manutenção de serviços, inclusive os provenientes dos programas de saúde;

V - as indenizações e restituições;

VI - as contribuições de melhoria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, desde que autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 37. O Poder Executivo promoverá estudos visando introduzir as seguintes modificações na legislação tributária do Município:

I - atualizar e aperfeiçoar o Cadastro Imobiliário e Fiscal do Município, dotando-o de informações que assegurem a justiça fiscal nos lançamentos e cobrança dos impostos municipais;

II - rever os critérios de cobrança das taxas, para adequá-las ao custo real dos serviços que constituem os respectivos fatos geradores;

III - rever, a fim de melhor definir, os critérios para concessão de isenções, visando torná-los mais claros e justos;

IV - utilizar a Contribuição de Melhoria como instrumento financiador de obras municipais, especialmente no que se refere à pavimentação de ruas;

V - promover a regulamentação de dispositivos que necessitam ser regulados ou sujeitos a regras complementares não especificadas e/ou detalhadas no Código Tributário Municipal;

VI - rever os conceitos e disposições constantes no Código Tributário Municipal acerca de taxas e preços públicos, buscando deixar clara a distinção entre ambos a fim de permitir as correções necessárias na LC nº 142/98;

VII - aperfeiçoar os instrumentos para lançamento dos tributos, cobrança da dívida ativa e correção de seus créditos;

VIII - implementar os processos de informatização, controle, avaliação, planejamento, atualização, treinamento, informações, integração cadastral, relativas a administração fiscal.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Legislativo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE CUSTOS E CONTROLE INTERNO

Art. 39. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementar o Sistema de Custos, de acordo com o estabelecido no parágrafo 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000, pela reavaliação dos Programas de Governo.

Parágrafo único. A responsabilidade da implantação, manutenção e desenvolvimento, bem como controle e demonstração do resultado bimestral, é de competência do Gerente de cada Programa de Governo, do Chefe do Poder Executivo e do Órgão Central de Controle Interno.

Art. 40. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a implementação do Sistema de Descentralização do Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.

Art. 41. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos nos Poderes Executivo (Administração Direta e Indireta) e Legislativo.

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária e os efetivos resultados dos Programas de Governo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2018, o Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de disponibilidade financeira, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou de interesse deste.

Art. 46. O montante de suprimentos ao Poder Legislativo não será superior a seis por cento (6%) do resultado do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais da Administração Direta do ano anterior.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares, a conta do excesso de arrecadação, será assegurado pela lei orçamentária, até o limite de 30% da despesa fixada, para a Administração Direta, inclusive a Administração Indireta e Fundos.

Parágrafo único. A lei orçamentária poderá estabelecer limites maiores para abertura de créditos suplementares na Administração Indireta e nos Fundos Municipais.

Art. 48. A Taxa de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó será de 2% ao mês para o exercício de 2019.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de outubro de 2018; 148º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

DEMONSTRATIVO A
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2019 (ART. 4º,
PARAGRAFO 3º, DA LRF)

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade e ou emergência. (Intemperes)	311.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	311.000,00
Outros Passivos Contingentes	90.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência do TIMBOPREV e FASS	90.000,00
SUBTOTAL	401.000,00	SUBTOTAL	401.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	401.000,00	TOTAL	401.000,00

ANEXO II
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO B
METAS ANUAIS
2019

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor	Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor	Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	Corrente			Corrente			Corrente		
	(a)			(b)			(c)		
Receita Total	192.550.000,00	184.788.867,56	0,075%	204.103.000,00	188.339.023,72	0,077%	216.349.180,00	191.969.103,82	0,079%
Receitas Primárias (I)	160.647.890,32	154.172.639,46	0,063%	170.286.763,74	157.134.597,90	0,064%	180.503.969,56	160.163.238,30	0,066%
Despesa Total	192.550.000,00	184.788.867,56	0,075%	204.103.000,00	188.339.023,72	0,077%	216.349.180,00	191.969.103,82	0,079%
Despesas Primárias (II)	176.689.110,00	169.567.284,07	0,069%	187.290.456,60	172.825.003,78	0,070%	198.527.884,00	176.156.063,88	0,073%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-16.041.219,68	-15.394.644,61	-0,006%	-17.003.692,86	-15.690.405,89	-0,006%	-18.023.914,43	-15.992.825,58	-0,007%
Resultado Nominal	6.039.000,00	5.795.585,41	0,002%	2.058.000,00	1.899.049,55	0,001%	2.154.000,00	1.911.268,86	0,001%
Dívida Pública Consolidada	36.900.000,00	35.412.667,95	0,014%	40.900.000,00	37.741.072,25	0,015%	44.900.000,00	39.840.283,94	0,016%
Dívida Consolidada Líquida	7.400.671,21	7.102.371,60	0,003%	9.458.671,21	8.728.126,98	0,004%	11.612.671,21	10.304.056,09	0,004%

Nota: A projeção do PIB de Santa Catarina para 2019, 2020 e 2021 é respectivamente R\$ 256.201.850.000,00, R\$ 265.681.320.000,00 e R\$ 272.854.710.000,00.

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
Projeção da Inflação %	4,20	4,00	4,00
Índice p/ valores constantes	1,042	1,0837	1,1270
RCL – Receita Corrente Líquida	139.967.500,00	148.365.550,00	157.267.483,00

Fonte: Índices extraídos da LDO/2019 do Estado de Santa Catarina
Valores Correntes para 2019 e 2020 utilizada projeção de evolução nominal com estimativa média de 6%.

DEMONSTRATIVO C

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	153.000.000,00	0,0552%	121,199%	147.715.058,13	0,0533%	87,266%	-5.284.941,87	-3,45%
Receitas Primárias (I)	133.342.000,00	0,0481%	105,627%	132.187.723,08	0,0477%	97,517%	-1.154.276,92	-0,87%
Despesa Total	153.000.000,00	0,0552%	121,199%	133.326.237,91	0,0481%	96,684%	-19.673.762,09	-12,86%
Despesas Primárias (II)	148.399.500,00	0,0535%	117,555%	126.244.832,27	0,0455%	102,108%	-22.154.667,73	-14,93%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-15.057.500,00	-0,0054%	-11,928%	5.942.890,81	0,0021%	2169,074%	21.000.390,81	-139,47%
Resultado Nominal	2.265.196,00	0,0008%	1,794%	-639.331,38	-0,0002%	-20162,577%	-2.904.527,38	-128,22%
Dívida Pública Consolidada	20.100.000,00	0,0072%	15,922%	23.160.218,78	0,0084%	556,582%	3.060.218,78	15,22%
Dívida Consolidada Líquida	1.884.444,21	0,0007%	1,493%	-5.581.109,70	-0,0020%	-2309,678%	-7.465.553,91	-396,17%

Nota: PIB Estadual para 2017 - R\$ 277.349.475.000,00

Fonte: Índices extraídos da LDO/2019 do Estado de Santa Catarina

RCL prevista 2017 R\$ 126.238.500,00

RCL realizada 2017 R\$ 128.905.679,88

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária / Relatório de Gestão Fiscal - 2017

DEMONSTRATIVO D

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021
Receita Total	142.100.000,00	153.000.000,00	7,67	176.837.900,00	15,58	192.550.000,00	8,89	204.103.000,00	6,00	216.349.180,00
Receitas Primárias (I)	124.453.500,00	133.342.000,00	7,14	159.240.900,00	19,42	160.647.890,32	0,88	170.286.763,74	6,00	180.503.969,56
Despesa Total	142.100.000,00	153.000.000,00	7,67	176.837.900,00	15,58	192.550.000,00	8,89	204.103.000,00	6,00	216.349.180,00
Despesas Primárias (II)	141.100.000,00	148.399.500,00	5,17	174.137.900,00	17,34	176.689.110,00	1,47	187.290.456,60	6,00	198.527.884,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-16.646.500,00	-15.057.500,00	-9,55	-14.897.000,00	-1,07	-16.041.219,68	7,68	-17.003.692,86	6,00	-18.023.914,43
Resultado Nominal	-4.096.000,00	2.265.196,00	-155,30	(522.773,00)	-123,08	6.039.000,00	-1255,19	2.058.000,00	-65,92	2.154.000,00
Dívida Pública Consolidada	13.768.163,89	20.100.000,00	45,99	28.673.000,00	42,65	36.900.000,00	28,69	40.900.000,00	10,84	44.900.000,00
Dívida Consolidada Líquida	(4.731.836,11)	1.884.444,21	-139,82	1.361.671,21	-27,74	7.400.671,21	443,50	9.458.671,21	27,81	11.612.671,21

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021
Receita Total	151.038.090,00	157.513.500,00	4,29	176.837.900,00	12,27	184.788.867,56	4,50	196.252.884,62	6,20	208.028.057,69
Receitas Primárias (I)	132.281.625,15	137.275.589,00	3,78	159.240.900,00	16,00	154.172.639,46	-3,18	163.737.272,83	6,20	173.561.509,20
Despesa Total	151.038.090,00	157.513.500,00	4,29	176.837.900,00	12,27	184.788.867,56	4,50	196.252.884,62	6,20	208.028.057,69
Despesas Primárias (II)	149.975.190,00	152.777.285,25	1,87	174.137.900,00	13,98	169.567.284,07	-2,62	180.086.977,50	6,20	190.892.196,15
Resultado Primário (III) = (I - II)	-17.693.564,85	-15.501.696,25	-12,39	-14.897.000,00	-3,90	-15.394.644,61	3,34	-16.349.704,67	6,20	-17.330.686,95
Resultado Nominal	-4.353.638,40	2.332.019,28	-153,56	-522.773,00	-122,42	5.795.585,41	-1208,62	1.978.846,15	-65,86	2.071.153,85
Dívida Pública Consolidada	14.634.181,40	20.692.950,00	41,40	28.673.000,00	38,56	35.412.667,95	23,51	39.326.923,08	11,05	43.173.076,92
Dívida Consolidada Líquida	-5.029.468,60	1.940.035,31	-138,57	1.361.671,21	-29,81	7.102.371,60	421,59	9.094.876,16	28,05	11.166.030,01

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA %	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	6,29	2,95	3,67	4,20	4,00	4,00
	1,0629	1,0295	1,0367	1,042	1,04	1,04

Fonte: Índices extraídos da LDO 2019 do Estado de Santa Catarina.

DEMONSTRATIVO E EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	171.305.926,95	100,00%	170.679.824,24	100,00%	97.666.642,80	100,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	171.305.926,95	100,00%	170.679.824,24	100,00%	97.666.642,80	100,00%

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio	-2.939.894,16	100,00%	12.943.957,59	100,00%	-60.376.928,93	100,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	-2.939.894,16	100,00%	12.943.957,59	100,00%	-60.376.928,93	100,00%

DEMONSTRATIVO F
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	167.970,88	184.187,08	16.320,01
Alienação de Bens Móveis	160.200,00	170.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.770,88	14.187,08	16.320,01
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2017 (d)	2016 (e)	2015 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	117.508,80	157.205,99	102.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	117.508,80	157.205,99	102.600,00
Investimentos	117.508,80	157.205,99	102.600,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2017 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2016 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2015 (i) = ((Ic - IIf)
VALOR (III)	256.749,70	206.287,62	179.306,53

DEMONSTRATIVO G

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017	
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receta de Contribuições dos Segurados				
Civil	15.794.191,24	21.893.297,32	21.526.879,70	
Ativo	2.661.831,48	2.693.373,07	3.003.147,30	
Inativo	2.661.831,48	2.693.373,07	3.003.147,30	
Pensionista	2.613.008,46	2.651.827,54	2.917.367,49	
Militar	48.823,02	38.504,64	80.644,58	
Ativo	0,00	3.040,89	5.135,23	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Receta de Contribuições Patronais				
Civil	5.517.964,46	5.410.361,48	5.858.354,83	
Ativo	5.517.964,46	5.410.361,48	5.858.354,83	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Militar	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	
Receta Patrimonial	6.512.980,77	12.143.497,09	9.521.910,07	
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	
Recetas de Valores Mobiliários	6.512.980,77	12.143.497,09	9.521.910,07	19

Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	4.462,60	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.101.414,53	1.641.603,08	3.143.467,50	
Demais Receitas Correntes	143.160,04	162.247,36	1.007.982,46	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	958.254,49	1.479.355,72	2.135.485,04	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	15.794.191,24	21.874.048,44	21.526.879,70	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017	
ADMINISTRAÇÃO (IV)				
Despesas Correntes	244.959,27	319.223,28	306.180,07	
Despesas de Capital	244.959,27	312.227,03	305.711,07	
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	6.996,25	469,00	
Benefícios - Civil	7.560.738,25	9.051.214,40	11.334.375,34	
Aposentadorias	7.560.738,25	9.051.214,40	11.334.375,34	
Pensões	760.754,91	7.495.642,01	9.635.717,11	
Outros Benefícios Previdenciários	6.371.519,08	963.926,50	1.167.602,62	
Benefícios - Militar	428.464,26	591.645,89	531.055,61	
Reformas	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	7.805.697,52	9.370.437,68	11.640.555,41	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	7.988.493,72	12.503.610,76	9.886.324,29	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2015	2016	2017	
VALOR	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2015	2016	2017	
VALOR	7.988.493,72	12.503.610,76	9.886.324,29	

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS				2015	2016	2017
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS				0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS				2015	2016	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa				26.773,54	9.662,32	984.357,36
Investimentos e Aplicações				67.488.714,74	80.127.546,56	89.160.479,72
Outro Bens e Direitos				0,00	0,00	0,00
PLANO FINANCEIRO						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (VIII)						
Receita de Contribuições dos Segurados						
Civil				0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00
Militar				0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais				0,00	0,00	0,00
Civil				0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00
Militar				0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial				0,00	0,00	0,00

Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

FONTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV

DEMONSTRATIVO H

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)
2018	10.449.797,99	12.155.787,27	-1.705.989,28
2019	9.707.548,36	10.385.731,56	-678.183,20
2020	9.936.253,73	9.886.106,38	50.147,35
2021	10.110.239,16	9.389.628,63	720.610,53
2022	10.255.545,80	9.229.050,60	1.026.495,20
2023	10.263.145,08	9.484.694,05	778.451,03
2024	10.106.292,72	9.579.289,11	527.003,61
2025	9.667.872,25	9.515.155,88	152.716,37
2026	9.048.005,11	9.514.354,97	-466.349,86
2027	8.433.868,32	9.545.975,16	-1.112.106,84
2028	7.834.095,68	9.513.894,16	-1.679.798,48
2029	7.279.598,11	9.308.123,43	-2.028.525,32
2030	6.807.144,31	9.032.578,16	-2.225.433,85
2031	6.381.818,08	8.733.764,42	-2.351.946,34
2032	5.986.977,66	8.438.335,04	-2.451.357,38
2033	5.613.516,18	8.160.422,13	-2.546.905,95
2034	5.255.183,76	7.774.755,36	-2.519.571,60
2035	4.954.259,50	7.465.940,79	-2.511.681,29
2036	4.647.250,60	7.117.634,39	-2.470.383,79
2037	4.372.759,65	7.025.577,45	-2.652.817,80
2038	4.028.468,88	6.869.709,81	-2.841.240,93
2039	3.722.120,90	6.651.652,23	-2.929.531,33

23

2040	3.452.921,57	6.317.817,57	-2.864.896,00
2041	3.239.601,18	5.971.132,69	-2.731.531,51
2042	3.046.438,98	5.692.104,24	-2.645.665,26
2043	2.845.532,19	5.314.348,39	-2.468.816,20
2044	2.693.222,88	4.967.572,65	-2.274.349,77
2045	2.544.788,93	4.614.224,90	-2.069.435,97
2046	2.412.776,20	4.295.813,73	-1.883.037,53
2047	142.301,86	4.021.278,96	-3.878.977,10
2048	102.144,79	3.699.419,86	-3.597.275,07
2049	86.900,27	3.397.963,48	-3.311.063,21
2050	72.062,04	3.134.958,45	-3.062.896,41
2051	51.532,00	2.895.240,64	-2.843.708,64
2052	30.069,37	2.630.108,05	-2.600.038,68
2053	23.720,20	2.383.699,70	-2.359.979,50
2054	19.121,93	2.169.478,81	-2.150.356,88
2055	9.838,36	1.965.671,63	-1.955.833,27
2056	3.854,60	1.762.098,06	-1.758.243,46
2057	2.796,15	1.578.358,82	-1.575.562,67
2058	1.381,59	1.407.051,90	-1.405.670,31
2059	0,00	1.249.111,37	-1.249.111,37
2060	0,00	1.104.896,75	-1.104.896,75
2061	0,00	971.802,28	-971.802,28
2062	0,00	853.301,36	-853.301,36
2063	0,00	744.620,25	-744.620,25
2064	0,00	649.569,09	-649.569,09
2065	0,00	561.847,55	-561.847,55
2066	0,00	485.024,94	-485.024,94
2067	0,00	415.980,73	-415.980,73
2068	0,00	356.876,29	-356.876,29
2069	0,00	303.993,02	-303.993,02
2070	0,00	257.362,76	-257.362,76
2071	0,00	217.365,02	-217.365,02
2072	0,00	182.084,04	-182.084,04
2073	0,00	151.845,44	-151.845,44
2074	0,00	125.298,36	-125.298,36
2075	0,00	103.633,14	-103.633,14
2076	0,00	85.359,06	-85.359,06
2077	0,00	67.539,84	-67.539,84
2078	0,00	54.997,23	-54.997,23
2079	0,00	43.582,98	-43.582,98
2080	0,00	34.794,47	-34.794,47

2081	27.770,00	0,00	-27.770,00
2082	22.388,51	0,00	-22.388,51
2083	17.945,21	0,00	-17.945,21
2084	14.482,86	0,00	-14.482,86
2085	11.753,23	0,00	-11.753,23
2086	9.532,26	0,00	-9.532,26
2087	7.797,07	0,00	-7.797,07
2088	6.420,04	0,00	-6.420,04
2089	5.322,13	0,00	-5.322,13
2090	4.449,71	0,00	-4.449,71
2091	3.763,03	0,00	-3.763,03
2092	3.224,58	0,00	-3.224,58

FONTE: CÁLCULO ATUARIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA - BASE DEZ/2017

NOME DO ATUÁRIO: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER

MIBA: 2.091

DEMONSTRATIVO I

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2019

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
IPTU	Isenção	Aposentados, Assalariados, Entidades s/ Fins Lucrativos.	77.886,92	82.560,14	87.513,74	
IPTU e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS	Isenção	Entidades s/ Fins Lucrativos	574.712,16	609.194,89	645.746,58	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		0,00	0,00	0,00	
TOTAL			652.599,08	691.755,02	733.260,33	

FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2018

NOTAS EXPLICATIVAS: As renúncias de receitas impactadas para o exercício 2019, 2020 e 2021 foram realizadas consoante o art. 14 da LRF nº 101/2000, para tanto, foram consideradas na estimativa de receita da Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão também consideradas na elaboração da Lei Orçamentária Anual, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso o valor da renúncia de receitas ultrapassar o valor projetado, deverá ser respeitado o art. 9º da LDO como medida de compensação. Desconto de IPTU – as estimativas para os exercícios de 2019 a 2021 foram projetadas sem desconto, conforme decisão da Administração em 2014.

DEMONSTRATIVO J

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
Aumento Permanente da Receita	4.112.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.112.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.112.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	4.112.000,00

OBS.: o impacto das DOCC será acrescido até o limite do artigo 11 desta lei que podem chegar a 20% da Receita Corrente Líquida de 2018.

Aumento Permanente de Receita é para o IPTU a expansão de construções, loteamentos moradias e para o ISS o aumento de cadastro de empresas em 2018.

As receitas com aumento permanente não são base para a formação do retorno de FUNDEB.

ANEXO III

RECEITAS 2019

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	4000000000000000	S	205.679.000,00	106,82
Receitas correntes	4100000000000000	S	155.746.500,00	80,89
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	4110000000000000	S	30.441.500,00	15,81
Impostos	4111000000000000	S	24.350.500,00	12,65
Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	4111300000000000	S	2.550.000,00	1,32
Imposto sobre a renda - retido na fonte	4111303000000000	S	2.550.000,00	1,32
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	4111303100000000	S	2.500.000,00	1,30
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	4111303110000000	A	2.500.000,00	1,30
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	4111303400000000	S	50.000,00	0,03
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	4111303410000000	A	50.000,00	0,03
Impostos específicos de estados/df municípios	4111800000000000	S	21.800.500,00	11,32
Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	4111801000000000	S	12.100.500,00	6,28
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	4111801100000000	S	9.850.000,00	5,12
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	4111801110000000	A	8.500.000,00	4,41
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	4111801120000000	A	50.000,00	0,03
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	4111801130000000	A	800.000,00	0,42
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e	4111801140000000	A	500.000,00	0,26
juros				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801400000000	S	2.250.500,00	1,17
imóveis				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801410000000	A	2.250.000,00	1,17
imóveis - principal				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801420000000	A	100,00	0,00
imóveis - multas e juros				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801430000000	A	300,00	0,00
imóveis - dívida ativa				
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre	4111801440000000	A	100,00	0,00
imóveis - dívida ativa - multas e juros				
Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	4111802000000000	S	9.700.000,00	5,04
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	4111802300000000	S	9.700.000,00	5,04
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	4111802310000000	A	9.000.000,00	4,67
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	4111802320000000	A	50.000,00	0,03
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	4111802330000000	A	500.000,00	0,26
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	4111802340000000	A	150.000,00	0,08
Taxas	4112000000000000	S	5.831.000,00	3,03
Taxas pela prestação de serviços	4112200000000000	S	3.580.000,00	1,86
Taxas pela prestação de serviços	4112201000000000	S	3.580.000,00	1,86
Taxas pela prestação de serviços	4112201100000000	S	3.580.000,00	1,86
Taxas pela prestação de serviços - principal	4112201110000000	S	3.280.000,00	1,70
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL V 010000	4112201110200000	A	600.000,00	0,31
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL V020000	4112201110300000	A	2.680.000,00	1,39
Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	4112201120000000	A	7.000,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	4112201130000000	A	205.000,00	0,11
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	4112201140000000	A	88.000,00	0,05
Taxas - específicas de estados, df e municípios	4112800000000000	S	2.251.000,00	1,17
Taxas de inspeção, controle e fiscalização	4112801000000000	S	2.251.000,00	1,17
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	4112801100000000	S	375.000,00	0,19
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- principal	4112801110000000	A	350.000,00	0,18
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	4112801120000000	A	5.000,00	0,00
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	4112801130000000	A	20.000,00	0,01
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras	4112801900000000	S	1.876.000,00	0,97
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - principal	4112801910000000	S	1.706.000,00	0,89
PRINCIPAL Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - principal	4112801910100000	A	1.706.000,00	0,89
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - multas e juros	4112801920000000	S	10.000,00	0,01
MULTAS E JUROS Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras - multas e	4112801920100000	A	10.000,00	0,01
juros				
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras- dívida ativa	4112801930000000	S	160.000,00	0,08
DAT Taxas de inspeção, controle e fiscalização - outras- dívida ativa	4112801930100000	A	160.000,00	0,08
Contribuição de melhoria	4113000000000000	S	260.000,00	0,14
Contribuição de melhoria	4113000100000000	S	30.000,00	0,02
Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	4113000140000000	A	30.000,00	0,02

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Contribuição de melhoria - específica e/m	4113800000000000	S	230.000,00	0,12
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	4113804000000000	S	230.000,00	0,12
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	4113804100000000	S	230.000,00	0,12
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	4113804110000000	A	150.000,00	0,08
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - multas	4113804150000000	A	10.000,00	0,01
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida	4113804170000000	A	50.000,00	0,03
ativa - multas				
Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - dívida	4113804180000000	A	20.000,00	0,01
ativa - juros de mora				
Contribuições	4120000000000000	S	6.065.000,00	3,15
Contribuições sociais	4121000000000000	S	3.165.000,00	1,64
Contribuição para fundos de assistência médica	4121600000000000	S	675.000,00	0,35
Contribuição para fundos de assistência médica - servidores civis	4121603000000000	S	675.000,00	0,35
Contribuição para fundos de assistência médica - servidores civis	4121603100000000	S	675.000,00	0,35
Contribuição para fundos de assistência médica - servidores civis - principal	4121603110000000	A	675.000,00	0,35
Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	4121800000000000	S	2.490.000,00	1,29
Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS -	4121801000000000	S	2.490.000,00	1,29
Específico de EST/DF/MUN				
CPSSS do Servidor Civil Ativo	4121801100000000	S	2.385.000,00	1,24
Cpsss do servidor civil ativo - Principal	4121801110000000	A	2.385.000,00	1,24
CPSSS do Servidor Civil Inativo	4121801200000000	S	99.000,00	0,05
Contribuição dos servidores civis inativos - principal	4121801210000000	A	99.000,00	0,05
CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas	4121801300000000	S	6.000,00	0,00
Contribuição dos pensionistas civis - principal	4121801310000000	A	6.000,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	4124000000000000	S	2.900.000,00	1,51
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	4124000100000000	S	2.900.000,00	1,51
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	4124000110000000	A	2.900.000,00	1,51
Receita patrimonial	4130000000000000	S	5.742.109,68	2,98
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	4131000000000000	S	135.000,00	0,07
Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmos, tarifas de ocupação	4131001000000000	S	100.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos	4131001100000000	S	100.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos - principal	4131001110000000	A	100.000,00	0,05
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis	4131002000000000	S	35.000,00	0,02
públicos				
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis	4131002100000000	S	35.000,00	0,02
públicos				
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis	4131002110000000	A	35.000,00	0,02
públicos - principal				
Valores mobiliários	4132000000000000	S	5.597.109,68	2,91
Juros e correções monetárias	4132100000000000	S	5.597.109,68	2,91
Remuneração de depósitos bancários	4132100100000000	S	1.834.109,68	0,95
Remuneração de depósitos bancários - principal	4132100110000000	S	1.834.109,68	0,95
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - GERAL	4132100110100000	S	1.551.109,68	0,81
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 010000	4132100110102000	A	899.500,00	0,47
REM. NÃO VINCULADA - 010100 EDUCAÇÃO	4132100110103000	A	10.000,00	0,01
REM. NÃO VINCULADA - 010200 SAÚDE	4132100110104000	A	121.609,68	0,06
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 010300	4132100110105000	A	20.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 011000	4132100110106000	A	10.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 011100	4132100110107000	A	10.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 011200	4132100110108000	A	20.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS NÃO VINCULADA - 020000	4132100110109000	A	460.000,00	0,24
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA GERAL	4132100110200000	S	283.000,00	0,15
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013400 UNIÃO	4132100110201000	A	1.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 016400 ESTADO	4132100110202000	A	1.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013200 EDUCAÇÃO UNIÃO	4132100110204000	A	1.000,00	0,00
REM. VINCULADA FUNDEB	4132100110206000	A	20.000,00	0,01
REM. VINCULADA CIDE	4132100110207000	A	2.000,00	0,00
REM. VINCULADA COSIP	4132100110208000	A	20.000,00	0,01
REM. VINCULADA SALÁRIO EDUCAÇÃO	4132100110209000	A	100.000,00	0,05
REM. VINCULADA PNAE	4132100110210000	A	1.000,00	0,00
REM. VINCULADA PNATE	4132100110211000	A	50,00	0,00
REM. VINCULADA ROYALTIES PETRÓLEO EDUCAÇÃO	4132100110213000	A	950,00	0,00
REM. VINCULADA ALIENAÇÕES - V 018900	4132100110215000	A	500,00	0,00
REM. VINCULADA ROYALTIES SAÚDE - 014100	4132100110216000	A	500,00	0,00
REM. DE DEPÓSITO VINCULADA - 013500	4132100110217000	A	15.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - V 016500	4132100110218000	A	15.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA V 013563	4132100110219000	A	5.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013864	4132100110221000	A	50.000,00	0,03
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013865	4132100110222000	A	15.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013866	4132100110223000	A	15.000,00	0,01
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 013867	4132100110224000	A	5.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 016764	4132100110226000	A	5.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 016767	4132100110227000	A	5.000,00	0,00
REM. DE DEPÓSITOS VINCULADA - 016765	4132100110228000	A	5.000,00	0,00
Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	4132100400000000	S	3.763.000,00	1,95
Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS -	4132100410000000	S	3.763.000,00	1,95
principal				

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Remuneração investimentos RPPS - renda fixa	413210041010000	A	3.200.000,00	1,66
Remuneração investimentos RPPS - renda variável	413210041020000	A	533.000,00	0,28
Remuneração investimentos RPPS - fundos imobiliários	413210041030000	A	30.000,00	0,02
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	413300000000000	S	10.000,00	0,01
Delegação para a prestação dos serviços de transporte	413310000000000	S	10.000,00	0,01
Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário	413310100000000	S	10.000,00	0,01
Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário - principal	413310111000000	A	10.000,00	0,01
Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário - principal	413310111000000	A	10.000,00	0,01
Receita industrial	415000000000000	S	350.000,00	0,18
Receita industrial	415000010000000	S	350.000,00	0,18
Receita industrial - principal	415000011000000	S	350.000,00	0,18
Receita da Usina de Tratamento de Lixo	415000011010000	A	350.000,00	0,18
Receita de serviços	416000000000000	S	8.272.000,00	4,30
Serviços administrativos e comerciais gerais	416100000000000	S	8.255.000,00	4,29
Serviços administrativos e comerciais gerais	416100100000000	S	8.255.000,00	4,29
Serviços administrativos e comerciais gerais	416100110000000	S	8.255.000,00	4,29
Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	416100111000000	S	8.033.000,00	4,17
Serviços administrativos e comerciais gerais - principal geral	416100111010000	S	8.033.000,00	4,17
Tarifa de Água	416100111010100	A	7.900.000,00	4,10
Ligações da Rede de Água	416100111010200	A	100.000,00	0,05
Serviços de Religamento de Água	416100111010300	A	33.000,00	0,02
Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	416100112000000	S	40.000,00	0,02
Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros geral	416100112010000	S	40.000,00	0,02
Tarifa de Água - multas e juros	416100112010100	A	30.000,00	0,02
Ligações da Rede de Água - multas e juros	416100112010200	A	5.000,00	0,00
Serviços de Religamento de Água - multas e juros	416100112010300	A	5.000,00	0,00
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	416100113000000	S	170.000,00	0,09
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa geral	416100113010000	S	170.000,00	0,09
Tarifa de Água - dívida ativa	416100113010100	A	160.000,00	0,08
Ligações da Rede de Água - dívida ativa	416100113010200	A	5.000,00	0,00
Serviços de Religamento de Água - dívida ativa	416100113010300	A	5.000,00	0,00
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	416100114000000	S	12.000,00	0,01
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros geral	416100114010000	S	12.000,00	0,01
Tarifa de Água - dívida ativa - multas e juros	416100114010100	A	10.000,00	0,01
Ligações da Rede de Água - dívida ativa - multas e juros	416100114010200	A	1.000,00	0,00
Serviços de Religamento de Água - dívida ativa - multas e juros	416100114010300	A	1.000,00	0,00
Outros serviços	416900000000000	S	17.000,00	0,01
Outros serviços	416909900000000	S	17.000,00	0,01
Outros serviços	416909910000000	S	17.000,00	0,01
Outros serviços - principal	416909911000000	A	16.500,00	0,01
Outros serviços - dívida ativa	416909913000000	A	500,00	0,00
Transferências correntes	417000000000000	S	99.295.492,40	51,57
Transferências da união e de suas entidades	417100000000000	S	36.900.644,28	19,16
Transferências da união - específica e/m	417180000000000	S	36.900.644,28	19,16
Participação na receita da união	417180100000000	S	26.605.000,00	13,82
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	417180120000000	S	25.000.000,00	12,98
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	417180121000000	A	25.000.000,00	12,98
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	417180130000000	S	700.000,00	0,36
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	417180131000000	A	700.000,00	0,36
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	417180140000000	S	900.000,00	0,47
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	417180141000000	A	900.000,00	0,47
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	417180150000000	S	5.000,00	0,00
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	417180151000000	A	5.000,00	0,00
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	417180200000000	S	207.000,00	0,11
Cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos	417180210000000	S	7.000,00	0,00
Cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos - principal	417180211000000	A	7.000,00	0,00
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	417180260000000	S	200.000,00	0,10
Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	417180261000000	A	200.000,00	0,10
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo	417180300000000	S	6.851.542,20	3,56
Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo	417180310000000	S	4.449.408,00	2,31
Transferência de recursos do SUS - Atenção Básica	417180311000000	S	4.449.408,00	2,31
Piso da Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	417180311010000	A	1.009.080,00	0,52
Piso da Atenção Básica - Saúde da Família	417180311020000	A	914.040,00	0,47
Piso da Atenção Básica - Agentes Comunitários	417180311030000	A	857.088,00	0,45
Piso da Atenção Básica - Saúde Bucal	417180311040000	A	267.600,00	0,14
Piso da Atenção Básica - PMAQ	417180311050000	A	921.600,00	0,48
Piso da Atenção Básica - NASF	417180311060000	A	480.000,00	0,25
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade	417180320000000	S	1.957.500,00	1,02
Ambulatório e Hospitalar				
Média e Alta Complexidade - Teto Mac	417180321000000	A	1.800.000,00	0,93

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Média e Alta Complexidade - SAMU	417180322000000	A	157.500,00	0,08
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	417180330000000	S	198.023,16	0,10
Inc. Finan. as ações da Vig. e prevenção e controle das DST/AIDS e Hep. Virais	417180331000000	A	39.999,96	0,02
Inc. Finan. aos Munic. p/ Vig. em Saúde - Diversas Despesas	417180332000000	A	96.292,20	0,05
Assist. Finan. Complementar para Agentes de Combate as Endemias	417180333000000	A	36.504,00	0,02
Piso Fixo - Vig. Sanitária - ANVISA	417180334000000	A	6.235,68	0,00
Piso Fixo - Vig. Sanitaria - FNS	417180335000000	A	18.991,32	0,01
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	417180340000000	S	234.611,04	0,12
Promoção da Assist. Farmacêutica e Insumos Estratégicos	417180341000000	A	234.611,04	0,12
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	417180350000000	S	12.000,00	0,01
Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	417180351000000	A	12.000,00	0,01
Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação -	417180500000000	S	2.755.000,00	1,43
fnde				
Transferências do salário-educação	417180510000000	S	2.150.000,00	1,12
Transferências do salário-educação - principal	417180511000000	A	2.150.000,00	1,12
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação	417180530000000	S	585.000,00	0,30
escolar - pnae				
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação	417180531000000	A	585.000,00	0,30
escolar - pnae - principal				
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao	417180540000000	S	20.000,00	0,01
transporte do escolar - pnate				
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao	417180541000000	A	20.000,00	0,01
transporte do escolar - pnate - principal				
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	417180600000000	S	140.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	417180610000000	S	140.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96 - principal	417180611000000	A	140.000,00	0,07
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	417181200000000	S	342.102,08	0,18
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	417181210000000	S	342.102,08	0,18
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas -	417181211000000	S	342.102,08	0,18
principal				
Bloco de Proteção Social Básica	417181211010000	S	160.200,00	0,08
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	417181211010100	A	59.400,00	0,03
Piso Básico Fixo - Cras	417181211010200	A	100.800,00	0,05
Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade	417181211020000	S	155.902,08	0,08
Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI	417181211020100	A	78.000,00	0,04
Piso Fixo de Média Complexidade - MSE	417181211020200	A	26.400,00	0,01
Piso de Transição de Média Complexidade	417181211020300	A	51.502,08	0,03
Bloco da Gestão do SUAS	417181211030000	S	8.840,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada do SUAS	417181211030100	A	8.840,00	0,00
Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	417181211040000	S	17.160,00	0,01
Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	417181211040100	A	17.160,00	0,01
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	417200000000000	S	43.352.848,12	22,52
Transferências dos estados - específica e/m	417280000000000	S	43.352.848,12	22,52
Participação na receita dos estados	417280100000000	S	40.600.000,00	21,09
Cota-parte do ICMS	417280110000000	S	34.000.000,00	17,66
Cota-parte do ICMS - principal	417280111000000	A	34.000.000,00	17,66
Cota-parte do IPVA	417280120000000	S	6.000.000,00	3,12
Cota-parte do IPVA - principal	417280121000000	A	6.000.000,00	3,12
Cota-parte do IPI - municípios	417280130000000	S	500.000,00	0,26
Cota-parte do IPI - municípios - principal	417280131000000	A	500.000,00	0,26
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	417280140000000	S	100.000,00	0,05
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	417280141000000	A	100.000,00	0,05
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a	417280300000000	S	795.848,12	0,41
fundo				
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a	417280310000000	S	795.848,12	0,41
fundo				
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a	417280311000000	S	795.848,12	0,41
fundo - principal				
ATENÇÃO BÁSICA ESTADO	417280311010000	S	622.800,00	0,32
ATENÇÃO BÁSICA DO ESTADO GERAL	417280311010100	S	622.800,00	0,32
COFINANCIAMENTO ESTADUAL - 16764	417280311010101	A	526.800,00	0,27
NASF ESTADUAL - 16764	417280311010102	A	72.000,00	0,04
SAUDE BUCAL LAB. PROTESE DENTARIA	417280311010103	A	24.000,00	0,01
FARMÁCIA BÁSICA	417280311020000	A	168.048,12	0,09
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE ESTADO	417280311030000	A	5.000,00	0,00
Transferências de estados destinadas à assistência social	417280700000000	S	90.000,00	0,05
Transferências de estados destinadas à assistência social	417280710000000	S	90.000,00	0,05
Transferências de estados destinadas à assistência social - principal	417280711000000	S	90.000,00	0,05
Serviços de Proteção Social Básica - Cras	417280711010000	A	20.000,00	0,01
Serviços de Proteção Social de Média Complexidade - CREAS	417280711020000	A	70.000,00	0,04
Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	417281000000000	S	1.867.000,00	0,97
Outras transferências de convênio dos estados	417281090000000	S	1.867.000,00	0,97
Outras transferências de convênio dos estados - principal	417281091000000	A	1.867.000,00	0,97
Transferências de instituições privadas	417400000000000	S	36.000,00	0,02
Transferências de instituições privadas	417400010000000	S	36.000,00	0,02
Transferências de instituições privadas - principal	417400011000000	A	36.000,00	0,02
Transferências de outras instituições públicas	417500000000000	S	19.000.000,00	9,87

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	417580000000000	S	19.000.000,00	9,87
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	417580100000000	S	19.000.000,00	9,87
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	417580110000000	S	19.000.000,00	9,87
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	417580111000000	A	19.000.000,00	9,87
Transferências de pessoas físicas	417700000000000	S	6.000,00	0,00
Transferências de pessoas físicas	417700010000000	S	6.000,00	0,00
Transferências de pessoas físicas - principal	417700011000000	A	6.000,00	0,00
Outras receitas correntes	419000000000000	S	5.580.397,92	2,90
Multas administrativas, contratuais e judiciais	419100000000000	S	1.432.000,00	0,74
Multas previstas em legislação específica	419100100000000	S	1.320.000,00	0,69
Multas previstas em legislação específica	419100110000000	S	1.320.000,00	0,69
Multas previstas em legislação específica - principal	419100111000000	S	1.320.000,00	0,69
MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	419100111010000	S	1.320.000,00	0,69
MULTAS DE TRÂNSITO GERAL	419100111010100	A	600.000,00	0,31
MULTAS DE TRÂNSITO OCR	419100111010200	A	700.000,00	0,36
MULTAS DE TRÂNSITO RENAINF	419100111010300	A	20.000,00	0,01
Multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos	419100400000000	S	112.000,00	0,06
Multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos	419100410000000	S	112.000,00	0,06
Multas previstas na legislação sobre defesa dos direitos difusos - principal	419100411000000	A	112.000,00	0,06
Indenizações, restituições e ressarcimentos	419200000000000	S	50.897,92	0,03
Indenizações, restituições e ressarcimentos - específicas para estados/df/municípios	419280000000000	S	50.897,92	0,03
Restituições - específicas para estados/df/municípios	419280200000000	S	50.897,92	0,03
Outras restituições - específicas para estados/df/municípios - não especificadas anteriormente	419280290000000	S	50.897,92	0,03
Outras restituições - específicas para estados/df/municípios - não especificadas anteriormente - principal	419280291000000	A	50.897,92	0,03
Demais receitas correntes	419900000000000	S	4.097.500,00	2,13
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	419900100000000	S	3.035.000,00	1,58
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	419900110000000	S	3.035.000,00	1,58
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	419900111000000	A	3.035.000,00	1,58
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	419900300000000	S	160.000,00	0,08
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	419900310000000	S	160.000,00	0,08
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	419900311000000	A	160.000,00	0,08
Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	419901200000000	S	400.000,00	0,21
Ônus de sucumbência	419901220000000	S	400.000,00	0,21
Ônus de sucumbência - principal	419901221000000	A	400.000,00	0,21
Outras receitas	419909900000000	S	502.500,00	0,26
Outras receitas - primárias	419909910000000	S	502.500,00	0,26
Outras receitas - primárias - principal	419909911000000	S	502.500,00	0,26
OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL V 010000	419909911020000	A	478.500,00	0,25
OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL V 010300	419909911030000	A	10.000,00	0,01
OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL V 010200	419909911040000	A	6.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL V 020000	419909911050000	A	8.000,00	0,00
Receitas de capital	420000000000000	S	43.627.500,00	22,66
Operações de crédito	421000000000000	S	20.000.000,00	10,39
Operações de crédito - mercado interno	421100000000000	S	20.000.000,00	10,39
Operações de crédito - mercado interno - estados/df/municípios	421180000000000	S	3.000.000,00	1,56
Operações de crédito internas de estados/df/municípios	421180100000000	S	3.000.000,00	1,56
Operações de crédito internas para programas de saneamento	421180130000000	S	3.000.000,00	1,56
Operações de crédito internas para programas de saneamento - principal	421180131000000	A	3.000.000,00	1,56
Outras operações de crédito - mercado interno	421190000000000	S	17.000.000,00	8,83
Outras operações de crédito - mercado interno	421190010000000	S	17.000.000,00	8,83
Outras operações de crédito - mercado interno - principal	421190011000000	A	17.000.000,00	8,83
Alienação de bens	422000000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis	422100000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis e semoventes	422130000000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis e semoventes	422130010000000	S	50.000,00	0,03
Alienação de bens móveis e semoventes - principal	422130011000000	A	50.000,00	0,03
Transferências de capital	424000000000000	S	23.577.500,00	12,24
Transferências da união e de suas entidades	424100000000000	S	20.976.000,00	10,89
Transferências da união	424180000000000	S	20.976.000,00	10,89
Transferência de convênios da união e de suas entidades	424181000000000	S	20.976.000,00	10,89
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	424181010000000	S	1.280.000,00	0,66
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	424181011000000	A	1.280.000,00	0,66
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	424181020000000	S	523.000,00	0,27
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	424181021000000	A	523.000,00	0,27
Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento	424181050000000	S	12.000.000,00	6,23
Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento básico	424181051000000	A	12.000.000,00	6,23

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
básico - principal				
Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	424181070000000	S	3.000.000,00	1,56
Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	424181071000000	A	3.000.000,00	1,56
Outras transferências de convênios da união	424181090000000	S	4.173.000,00	2,17
Outras transferências de convênios da união - principal	424181091000000	A	4.173.000,00	2,17
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	424200000000000	S	2.601.500,00	1,35
Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	424280000000000	S	2.601.500,00	1,35
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	424281000000000	S	2.601.500,00	1,35
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	424281010000000	S	339.500,00	0,18
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	424281011000000	A	339.500,00	0,18
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	424281070000000	S	1.000.000,00	0,52
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	424281071000000	A	1.000.000,00	0,52
Outras transferências de convênio dos estados	424281090000000	S	1.262.000,00	0,66
Outras transferências de convênio dos estados - principal	424281091000000	A	1.262.000,00	0,66
Receitas correntes intraorçamentárias	470000000000000	S	6.305.000,00	3,27
Contribuições	472000000000000	S	6.075.000,00	3,16
Contribuições sociais	472100000000000	S	6.075.000,00	3,16
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	472100400000000	S	4.770.000,00	2,48
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	472100410000000	S	4.770.000,00	2,48
Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	472100411000000	A	4.770.000,00	2,48
Outras contribuições sociais	472190000000000	S	1.305.000,00	0,68
Demais contribuições sociais	472199900000000	S	1.305.000,00	0,68
Demais contribuições sociais	472199910000000	S	1.305.000,00	0,68
Demais contribuições sociais - principal	472199911000000	S	1.305.000,00	0,68
Contribuição patronal p/ fundos de assistência médica - servidores civis - principal	472199911010000	A	1.037.000,00	0,54
Contribuição patronal p/ fundos de assistência médica - servidores inativos - principal	472199911020000	A	268.000,00	0,14
Receita de serviços	476000000000000	S	230.000,00	0,12
Serviços administrativos e comerciais gerais	476100000000000	S	230.000,00	0,12
Serviços administrativos e comerciais gerais	476100100000000	S	230.000,00	0,12
Serviços administrativos e comerciais gerais	476100110000000	S	230.000,00	0,12
Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	476100111000000	S	230.000,00	0,12
Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água	476100111010000	A	230.000,00	0,12
Deduções da receita	900000000000000	S	(13.129.000,00)	(6,82)
Receitas correntes	910000000000000	S	(13.129.000,00)	(6,82)
Transferências correntes	917000000000000	S	(13.129.000,00)	(6,82)
Transferências da união e de suas entidades	917100000000000	S	(5.029.000,00)	(2,61)
Transferências da união - específica e/m	917180000000000	S	(5.029.000,00)	(2,61)
Participação na receita da união	917180100000000	S	(5.001.000,00)	(2,60)
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	917180120000000	S	(5.000.000,00)	(2,60)
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	917180121000000	A	(5.000.000,00)	(2,60)
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	917180150000000	S	(1.000,00)	0,00
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	917180151000000	A	(1.000,00)	0,00
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	917180600000000	S	(28.000,00)	(0,01)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	917180610000000	S	(28.000,00)	(0,01)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96 - principal	917180611000000	A	(28.000,00)	(0,01)
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	917200000000000	S	(8.100.000,00)	(4,21)
Transferências dos estados - específica e/m	917280000000000	S	(8.100.000,00)	(4,21)
Participação na receita dos estados	917280100000000	S	(8.100.000,00)	(4,21)
Cota-parte do ICMS	917280110000000	S	(6.800.000,00)	(3,53)
Cota-parte do ICMS - principal	917280111000000	A	(6.800.000,00)	(3,53)
Cota-parte do IPVA	917280120000000	S	(1.200.000,00)	(0,62)
Cota-parte do IPVA - principal	917280121000000	A	(1.200.000,00)	(0,62)
Cota-parte do IPI - municípios	917280130000000	S	(100.000,00)	(0,05)
Cota-parte do IPI - municípios - principal	917280131000000	A	(100.000,00)	(0,05)
Total:			192.550.000,00	100,00

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO L

- **PROGRAMAS DE GOVERNO – OBJETIVOS – FUNÇÃO – SUB-FUNÇÃO - AÇÃO;**
- **DEMONSTRATIVO DE DESPESAS - ÓRGÃO-UNIDADE – FUNÇÃO – SUB-FUNÇÃO – PROGRAMA- AÇÃO - VALORES;**

LDO – PROGRAMAS DE TRABALHO

Programa: 200 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Objetivos:

O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel próprio, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação e um Diretor Geral) e serviços de limpeza terceirizado. Tem como objetivo dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Suas metas são executar e modernizar as atividades de Gestão Administrativa e Legislativa, buscando investir na melhoria das suas ações, bem como praticar a transparência dos seus atos. Realizar atividades do Parlamento Jovem, com intuito de promover a formação política e cidadã do jovem domiciliado em nosso município.

Função: 1 - Legislativa

Subfunção: 31 - Acao Legislativa

Ação: 1500 - INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Total Ação	335.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 2500 - GESTÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Total Ação	1.049.500,00
-------------------	---------------------

Ação: 2502 - GESTÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Total Ação	2.160.000,00
-------------------	---------------------

Ação: 2504 - PARLAMENTO JOVEM

Total Ação	50.000,00
-------------------	------------------

Total Programa	3.594.500,00
-----------------------	---------------------

Programa: 205 - GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Objetivos:

A Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional é o órgão de assessoramento direto ao Prefeito e ao Vice-Prefeito Municipal. A Secretaria promove as seguintes ações: integração das diversas unidades administrativas ou órgãos do Poder Executivo; representação político-social do Prefeito; assiste ao Chefe do Executivo nas suas relações com os munícipes, diretamente ou através da imprensa; agenda os compromissos do Prefeito; representa o Prefeito em solenidades e perante outros órgãos oficiais; prepara o expediente do Gabinete; através da imprensa organiza o cerimonial e pelas relações públicas do Executivo; promove o acompanhamento dos atos expedidos pela Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, bem como estreita o relacionamento institucional com o Poder Legislativo e Judiciário; promove as ações destinadas à obtenção de recursos de natureza intergovernamental; coordena a ouvidoria municipal; assiste ao Prefeito nas relações internacionais promovidas pelo município. A Secretaria de Articulação Política possui o seguinte quadro de pessoal: 01 Secretário Municipal; 01 Assessor Institucional de Comunicação Social; 01 Assessor Institucional de Relações Internas; 01 Supervisor da Divisão de Imprensa e Comunicação; 01 Assessor Executivo de Gabinete; 01 Assessor de Imprensa e Comunicação. Para os próximos 4 anos a Secretaria de Articulação Política pretende estreitar ainda mais ações conjuntas entre as secretarias municipais, promovendo de forma mais eficiente o controle de implantação das políticas públicas. Além disto, buscar-se-á intensificar as relações intergovernamentais, internacionais e com entidades do 3º Setor. Constatam ainda como metas a aquisição de 01 veículo novo ao gabinete; 01 projetor multimídia; 03 aparelhos de ar condicionado; 01 notebook; 30 cadeiras para mesa de reunião; 01 mesa de reunião; 01 mesa formato em "L"

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administracao Geral

Ação: 2510 - ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Total Ação	1.028.000,00
-------------------	---------------------

Total Programa	1.028.000,00
-----------------------	---------------------

Programa: 206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Objetivos:

Parte integrante da Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social do Município de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a Imprensa e para as variadas mídias. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário e de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamos nas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site e mídias sociais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para prestação de contas e divulgação das obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município ou da qual o Município seja parceiro.

Função: 4 - Administração

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Ação: 1513 - MODERNIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Total Ação	5.000,00
-------------------	-----------------

Ação: 2512 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Total Ação	1.965.000,00
-------------------	---------------------

Total Programa	1.970.000,00
-----------------------	---------------------

Programa: 207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR

Objetivos:

A administração pública moderna e as experiências exitosas colhidas ao redor do mundo demonstram de forma inequívoca que quanto mais próxima a população estiver na condução das políticas públicas, mais efetivo será o reflexo das mesmas junto à sociedade. Nas últimas décadas evoluímos muito na relação entre o gestor público e o administrado. Migramos de um modelo baseado na relação fornecedor - cliente, para um paradigma de corresponsabilidade, onde as pessoas são trazidas para partilhar suas ideias na construção de propostas que melhorem a vida de suas famílias. Atualmente a Prefeitura de Timbó, através da administração, suas fundações e fundos municipais mantém celebrada parceria para concessão de

auxílio financeiro às seguintes entidades: 1) Associação Folclórica Blauer Berg, 2) Banda Municipal Professor João Muller, 3) Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, 4) Associação do Grupo Folclórico Os Cinquentões, 5) Banda Acordes Celestes, 6) Associação do Coral Leopoldo Kurtz da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, 7) Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó, 8) Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, 9) Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, 10) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, 11) Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, 12) Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, 13) Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, 14) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, 15) Esporte Clube Água Verde, 16) Clube Caça e Tiro Frederico Donner, 17) Clube Ginástico Guairacás, 18) Associação dos Moradores do Bairro das Nações, 19) Associação Timboense de Tênis de Mesa, 20) Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, 21) Associação Esportiva T-REX Futebol Americano, 22) Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, 23) Associação de Moradores do Bairro dos Estados, 24) Associação Desportiva e Cultural CETISA, 25) APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 25) Rede Feminina de Combate ao Câncer, 26) Clube dos Universitários de Timbó, 27) ACIMVI - Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí, 28) Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais, 29) Associação de Amparo à Terceira Idade. Tais parcerias buscam pactuar em sintonia com o Poder Público ações que objetivem o desenvolvimento de atividades de interesse comunitário onde a administração pública não possa atuar de maneira mais efetiva. Para o próximo quadriênio espera-se manter as parcerias já celebradas e eventualmente firmar novos termos e fomento e/ou colaboração conforme a demanda específica, promovendo ampliação das entidades já beneficiadas.

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Ação: 2516 - NOVAS ENTIDADES QUE APRESENTEM PROPOSTAS DE PARCERIA QUE SEJAM DE INTERESSE DO PODER PÚBLICO

Total Ação 110.000,00

Ação: 2522 - ACIMVI - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Total Ação 24.200,00

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Ação: 2657 - TRANSFERENCIA DE RECURSOS A ENTIDADES ASSISTENCIAIS

Total Ação 133.190,08

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Ação: 2633 - Transferencia de Recursos à Entidades de Saúde,

Total Ação 102.500,00

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Ação: 2698 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À ENTIDADES CULTURAIS

Total Ação 427.498,00

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 813 - Lazer

Ação: 2669 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS À ENTIDADES ESPORTIVAS

Total Ação 196.630,00

Total Programa 994.018,08

Programa: 210 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL

Objetivos:

A Secretaria Municipal da Fazenda e Administração tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos, três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A base de dados de todas as informações gerenciais que alimentam as unidades e servem de suporte para a tomada de decisões, ficam armazenadas junto a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, sendo responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras e gerenciais do município, composta pelo Setor de Contabilidade, Tributação e Fiscalização, Licitação, Suprimentos, Recursos Humanos, Superintendência de Sistemas, Custos e Patrimônio. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos com o objetivo de manter uma gestão cada vez mais transparente e comprometida com nossos Municípios a fim de construirmos uma Timbó cada vez melhor.

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Ação: 1521 - MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS

Total Ação 106.000,00

Ação: 1523 - FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA

Total Ação 30.000,00

Ação: 2520 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL

Total Ação 7.131.015,00

Total Programa 7.267.015,00

Programa: 211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Objetivos:

Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O Município almeja quitar corretamente todos seus encargos nas datas previstas.

Função: 9 - Previdência Social

Subfunção: 271 - Previdência Básica

Ação: 35 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS

Total Ação 1.964.500,00

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Ação: 48 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO SAMAE.

Total Ação 348.700,00

Ação: 49 - GESTÃO DO PASEP DO SAMAE.

Total Ação 120.000,00

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário

Ação: 50 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO TIMBOPREV

Total Ação 10.000,00

Ação: 51 - GESTÃO DO PASEP DO TIMBOPREV	
Total Ação	141.000,00
Ação: 52 - MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
Total Ação	11.700.000,00
Ação: 53 - MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
Total Ação	1.215.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais	
Ação: 11 - GESTÃO DA DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS DA PREFEITURA	
Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna	
Total Ação	2.000.000,00
Função: 28 - Encargos Especiais	
Ação: 12 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA PREFEITURA	
Subfunção: 845 - Outras Transferências	
Total Ação	1.300.000,00
Ação: 20 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS	
Total Ação	5.300,00
Ação: 22 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	5.300,00
Ação: 24 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS	
Total Ação	5.300,00
Ação: 26 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMS	
Total Ação	100.000,00
Ação: 30 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMS	
Total Ação	5.300,00
Ação: 36 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	11.000,00
Ação: 38 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FIA	
Total Ação	1.100,00
Ação: 40 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	2.200,00
Ação: 42 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA FCT	
Total Ação	21.000,00
Ação: 44 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	5.300,00
Ação: 46 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
Total Ação	24.500,00
Ação: 55 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FASS.	
Total Ação	26.500,00
Função: 28 - Encargos Especiais	
Ação: 10 - GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DA PREFEITURA	
Subfunção: 846 - Outros encargos Especiais	
Total Ação	2.290.000,00
Total Programa	21.302.000,00
Programa: 220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE	
Objetivos:	
Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1955 atendimentos, período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 à 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo na UPE Alecrim e UPE Comecinho de Vida o atendimento é integral. São coordenados por 15 gestores, 01 estagiário e 2 motoristas.	
Função: 12 - Educação	
Subfunção: 122 - Administração Geral	
Ação: 1531 - MODERNIZAÇÃO DOS NEIS/ADMINISTRAÇÃO	
Total Ação	12.000,00
Ação: 1536 - MODERNIZAÇÃO DAS UPES/ADMINISTRAÇÃO	
Total Ação	4.000,00
Ação: 2530 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DOS NEIS	
Total Ação	303.000,00
Ação: 2534 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DAS UPES	
Total Ação	83.000,00
Total Programa	402.000,00
Programa: 222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE	
Objetivos:	
A Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1380 matrículas no período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade, sendo que 643 ficam em período integral. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo que destas 81 estão na UPE Alecrim e UPE Comecinho de Vida com atendimento integral. Nas Unidades Pré-escolares estão contempladas 45 turmas, 44 professores de sala de aula, 4 professores de apoio, 6 estagiários e 23 operacionais. Nos Núcleos estão contempladas 52 turmas, 158 Educadoras, 86 auxiliares de recreação infantil, 65 operacionais, 01 professora de apoio e 02 estagiárias.	
Função: 12 - Educação	
Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição	
Ação: 2532 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NEIS	
Total Ação	606.000,00
Ação: 2536 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR UPES	
Total Ação	180.000,00

Função: 12 - Educação		Subfunção: 365 - Educação Infantil	
Ação: 1532 - MODERNIZAÇÃO DOS NEIS		Total Ação	200.000,00
Ação: 1533 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS		Total Ação	130.000,00
Ação: 1537 - MODERNIZAÇÃO DAS UPES		Total Ação	80.000,00
Ação: 1538 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS UPES		Total Ação	130.000,00
Ação: 2531 - MANUTENÇÃO DOS NEIS		Total Ação	13.236.785,00
Ação: 2533 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NEIS		Total Ação	10.000,00
Ação: 2535 - MANUTENÇÃO DAS UPES		Total Ação	4.590.000,00
Ação: 2537 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NEI		Total Ação	10.000,00
Ação: 2538 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSO PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL UPE		Total Ação	10.000,00
Ação: 2539 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR UPES		Total Ação	5.000,00
		Total Programa	19.187.785,00
Programa: 230 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE			
Objetivos:			
Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contraturno, Educação de Jovens e Adultos, Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral. São coordenados por 34 gestores, 1 estagiário, 1 auxiliar operacional e 2 motoristas.			
Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contraturno, Educação de Jovens e Adultos, Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral. São coordenados por 34 gestores, 1 estagiário, 1 auxiliar operacional e 2 motoristas.			
Função: 12 - Educação		Subfunção: 122 - Administração Geral	
Ação: 1541 - MODERNIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL/ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		Total Ação	10.000,00
Ação: 2540 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		Total Ação	403.000,00
		Total Programa	413.000,00
Programa: 232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE			
Objetivos:			
Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contraturno, Educação de Jovens e Adultos (compreende anos iniciais), Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral, 174 professores de sala de aula, 35 professores de apoio, 49 auxiliares operacionais, 08 coordenadores pedagógicos, 06 diretores, 04 auxiliares de direção, 06 secretárias e 03 estagiários.			
Função: 12 - Educação		Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição	
Ação: 2543 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		Total Ação	430.000,00
Função: 12 - Educação		Subfunção: 361 - Ensino Fundamental	
Ação: 1543 - MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS		Total Ação	400.000,00
Ação: 1545 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS		Total Ação	230.000,00
Ação: 1549 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		Total Ação	610.000,00
Ação: 2542 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS		Total Ação	12.719.950,00
Ação: 2544 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL		Total Ação	19.000,00

Ação: 2545 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Total Ação	86.000,00
Ação: 2546 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
Total Ação	290.050,00
Total Programa	14.785.000,00
Programa: 234 - EDUCANDO PELA ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Objetivos:	
Os temas transversais são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e compreendem seis áreas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis), Meio Ambiente (Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Saúde (autocuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho, Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania). Com sua característica vanguardista também no segmento educacional o Município de Timbó vem de longa data estabelecendo relações de ensino-aprendizagem que contemplem a assimilação dos PCN's. Neste aspecto damos destaque especial à abordagem dos temas relacionados à cultura, onde nas escolas são fomentadas nos alunos iniciativas como aula de música e artes.	
Função: 12 - Educação	Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Ação: 1548 - EDUCANDO PELA ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Total Ação	10.000,00
Total Programa	10.000,00
Programa: 250 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	
Objetivos:	
A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços tem por objetivo implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente, corpo de bombeiros, indústria e serviços, etc. Entre as funções da Secretaria destacam-se ainda a de prestação de assessoramento aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos; apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município; organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes. A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente compreende a Assessoria de Meio de Ambiente e os Departamentos de Planejamento e Urbanismo e de Trânsito. Ao Departamento de Planejamento e Urbanismo estão subordinadas as seguintes Divisões: Planejamento; Urbanismo; Expediente; e de Topografia. O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, vinculado à Secretaria de Planejamento é responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores como o do Turismo, por exemplo. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria da Fazenda, tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais"	
Função: 15 - Urbanismo	Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento
Ação: 1551 - MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO	
Total Ação	291.000,00
Ação: 2550 - GESTÃO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO	
Total Ação	3.037.000,00
Total Programa	3.328.000,00
Programa: 251 - CIDADE EM MOVIMENTO	
Objetivos:	
A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços tem por objetivo implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente, corpo de bombeiros, indústria e serviços, entre outros. Entre as funções da Secretaria destacam-se ainda a de prestação de assessoramento aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos; apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município; organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes. A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente compreende a Assessoria de Meio de Ambiente e os Departamentos de Planejamento e Urbanismo e de Trânsito. Ao Departamento de Planejamento e Urbanismo estão subordinadas as seguintes Divisões: Planejamento; Urbanismo; Expediente; e de Topografia. O Departamento de trânsito vem promovendo significativas mudanças de mobilidade em nosso trânsito com a abertura de novas ruas, prolongamentos, implementando o grande projeto do anel viário da cidade. Neste quesito se faz necessário a aquisição de novas áreas e terrenos, muito dos tais são desapropriados em função da utilidade pública com o fim de promover o bem-estar social.	
Função: 15 - Urbanismo	Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento
Ação: 1553 - IMÓVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TIMBÓ	
Total Ação	108.000,00
Total Programa	108.000,00
Programa: 252 - TIMBÓ EMPREENDENDO E PROFISSIONALIZANDO	
Objetivos:	
O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, está vinculado à Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, sendo responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores do terceiro setor - Prestação de Serviços. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria de Obras, para atender serviços de máquinas, macadame e barro entre outros e tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais. Prioriza a qualificação e treinamento da mão de obra local, dando uma atenção especial ao ensino Profissional, Técnico, Universitário, além de promover projetos de qualificação em diversos segmentos em parcerias com entidades e órgãos de classe.	
Função: 22 - Indústria	Subfunção: 661 - Promoção Industrial
Ação: 2552 - PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO	
Total Ação	30.000,00

Ação: 2553 - PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
Total Ação	53.500,00
Total Programa	83.500,00
Programa: 260 - GESTÃO DA AGRICULTURA, OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO	
Objetivos:	
A secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza urbana, roçada, irrigação, patrolamento, macadamização, compactação, reparos em vias públicas com pavimentação, bem como conservação dos cemitérios, passeios públicos, ciclovias, praças, espaços públicos entre outros. Como a incorporação do setor agrícola, a secretaria também atende aos agricultores, jardinagem e paisagismo, limpeza dos parques e praças. Como isso a situação predial da secretaria mostra-se pequena e antiga para atender a rotina de trabalho dos funcionários da secretaria. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. O município de timbó destaca na agricultura pela produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal a bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura, vinculada à Secretaria de Obras, atende aproximadamente 680 famílias de agricultores com patrulha mecanizada e distribuição de esterco, silagem, roçadas, rotativa e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e incentivo ao agricultor também na plantação de mudas e sementes através do Horto Florestal, que necessita de melhoramento e ampliação. Atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção e inseminação e no atendimento por incentivo aos pequenos e grandes do município.	
Função: 15 - Urbanismo	Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Ação: 1563 - EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA OBRAS	
Total Ação	76.000,00
Ação: 1564 - FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	
Total Ação	1.200.000,00
Ação: 2560 - GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA	
Total Ação	9.357.000,00
Total Programa	10.633.000,00
Programa: 261 - CIDADE EM OBRAS	
Objetivos:	
A malha urbana do município é formada por diversas ruas, sendo que destas, várias possuem urgência na pavimentação e a necessidade da implantação completa de infraestrutura, em função de sua localização em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de drenagem pluvial.	
Função: 15 - Urbanismo	Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Ação: 2564 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TIMBÓ	
Total Ação	2.520.000,00
Função: 20 - Agricultura	Subfunção: 606 - Extensão Rural
Ação: 2562 - APOIO A AGRICULTURA	
Total Ação	10.000,00
Função: 26 - Transporte	Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Ação: 1565 - VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
Total Ação	22.441.500,00
Ação: 1566 - PONTES E OBRAS DE ARTES	
Total Ação	250.000,00
Ação: 1567 - ESPAÇOS PÚBLICOS	
Total Ação	200.000,00
Total Programa	25.421.500,00
Programa: 270 - GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA	
Objetivos:	
A Procuradoria Geral do Município, constituída na condição de órgão de assessoramento superior (Lei Complementar nº. 196/00), detém competência privativa para a execução da dívida ativa de natureza tributária (art. 59 da LOM), além das previstas na LC nº. 196/00 e demais normativas atinentes a espécie, atuando inclusive no(a): - defesa extrajudicial e judicial do Município; - cumprimento das disposições e princípios constitucionais e legais; - defesa da regularidade jurídica, inclusive dos atos; - respeito aos interesses públicos; - consultoria e assessoramento; - aprimoramento das atividades, inclusive voltadas a melhoria dos serviços públicos; - prevenção de irregularidades; - combate as omissões; - formalização de convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos ou entidades estaduais e/ou federais (governamentais ou não). A estrutura é composta por 01 Procurador Geral, 01 Assessor Institucional, 02 Assessores Jurídicos, 01 Advogado efetivo, 01 Atendente de Serviços Administrativos efetivo e 02 Auxiliares. Está vinculado a Procuradoria Geral a Casa da Cidadania e Procon.	
Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhos afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independe de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Publicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza; Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independentemente de sua natureza e/ou finalidade .	
Função: 4 - Administração	Subfunção: 92 - Representação Judicial e Extrajudicial
Ação: 1571 - MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA	
Total Ação	90.000,00
Ação: 2570 - GESTÃO PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA	
Total Ação	933.000,00
Ação: 2572 - GESTÃO DO FUNDO DE HONOR. DE SUCUMBÊNCIA	
Total Ação	400.000,00
Total Programa	1.423.000,00
Programa: 275 - HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	

Objetivos:

Está em fase de conclusão o projeto de habitação de interesse social, o PMCMV Empreendimentos Araponguinhas I e II, localizado na Rua Bruno Reinicke, s/n, Bairro Araponguinhas, que beneficiará 128 famílias, financiado pelo governo federal.

Função: 16 - Habitação**Subfunção:** 92 - Representação Judicial e Extrajudicial**Ação:** 2580 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FHT

Total Ação	26.000,00
-------------------	------------------

Total Programa	26.000,00
-----------------------	------------------

Programa: 280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBÓ**Objetivos:**

O Corpo de Bombeiros Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 108 da Constituição Estadual de 1989. É a sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, vinculada ao 3º Batalhão de Bombeiros Militar. Possui em sua circunscrição 09 municípios, sendo eles Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Apiúna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. Possui 06 unidades subordinadas, sendo 03 operacionais, nas cidades de Timbó, Benedito Novo e Rio dos Cedros, e 03 voltadas à atividade técnica, nas cidades de Pomerode, Indaial e Apiúna. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O Conselho Municipal de Defesa Civil tem a Prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência. O município de Timbó, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais e desmoronamentos. A Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.

Função: 6 - Segurança Pública**Subfunção:** 182 - Defesa Civil**Ação:** 1591 - MODERNIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ

Total Ação	140.000,00
-------------------	-------------------

Ação: 1593 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ

Total Ação	50.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2590 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TIMBÓ

Total Ação	237.200,00
-------------------	-------------------

Ação: 2592 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ

Total Ação	32.000,00
-------------------	------------------

Total Programa	459.200,00
-----------------------	-------------------

Programa: 290 - GESTÃO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO**Objetivos:**

O Departamento de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambiental e Estudos de Impacto de Vizinhança; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Protetor Ambiental.

Função: 18 - Gestão Ambiental**Subfunção:** 542 - Controle Ambiental**Ação:** 1601 - EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA

Total Ação	15.000,00
-------------------	------------------

Ação: 1603 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMMA

Total Ação	60.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2600 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Total Ação	354.980,00
-------------------	-------------------

Ação: 2602 - MANUTENÇÃO DO INSTITUTO AMBIENTAL ARACUÁ

Total Ação	160.000,00
-------------------	-------------------

Total Programa	589.980,00
-----------------------	-------------------

Programa: 300 - GESTÃO DO PROCON**Objetivos:**

O Procon de Timbó, órgão vinculado/subordinado a Procuradoria Geral do Município (Lei Complementar nº. 196/00), por intermédio de sua coordenação, equipe e demais órgãos, atua na consecução das competências/finalidades previstas na Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 2.613/12 e demais disposições normativas atinentes a espécie, inclusive na educação, orientação, proteção e defesa do consumidor, zelando pelo interesse público-coletivo e a consecução dos princípios constitucionais e legais. Para a efetivação de suas prerrogativas pode firmar convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos/entidades municipais, estaduais e/ou federais, governamentais ou não.

Ações: Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhos afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independente de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Publicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza; Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independentemente de sua natureza e/ou finalidade .

Função: 4 - Administração**Subfunção:** 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário**Ação:** 1611 - MODERNIZAÇÃO DO PROCON

Total Ação	69.000,00
-------------------	------------------

Ação: 2610 - GESTÃO DO PROCON		
	Total Ação	217.700,00
	Total Programa	286.700,00
Programa: 310 - ATENÇÃO BÁSICA		
Objetivos:		
O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família (USF), uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes da saúde da família que ofertam serviços em atenção básica, a porta de entrada principal do usuário. As demandas que não podem ser resolvidas na Atenção Básica são referenciadas para a média e/ou alta complexidade: Policlínica de Referências, CAPS, Tratamento Fora de Domicílio, Pronto Socorro, Hospital e Maternidade Oase, e Serviço Social. As equipes de saúde da família são compostas por: um médico, um enfermeiro, dois a três técnicos/auxiliares de enfermagem, quatro a oito Agentes Comunitários de Saúde, um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário. Todos cumprem uma carga horária de 40 horas semanais. Complementando as equipes, o município ainda conta com profissionais psicológicos em todas as Unidades de Saúde, dois enfermeiros e dois médicos que dão o suporte necessário às equipes com maior demanda. Os dois núcleos de Apoio à Saúde da Família fortalecem as ações das equipes, contando com profissionais das mais diversas áreas do saber: nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, fonoaudiólogo, farmacêutico, assistente social, educador físico. O controle se dá através dos conselhos locais de saúde presentes em sete USF e o conselho municipal de saúde.		
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 301 - Atenção Básica
Ação: 1621 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE USF		
	Total Ação	646.609,68
Ação: 1622 - MODERNIZAÇÃO DAS USF		
	Total Ação	253.000,00
Ação: 1624 - MODERNIZAÇÃO DA SAUDE BUCAL		
	Total Ação	21.200,00
Ação: 1625 - MODERNIZAÇÃO DO NASF		
	Total Ação	21.200,00
Ação: 1626 - MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS		
	Total Ação	10.600,00
Ação: 2620 - MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
	Total Ação	7.714.235,84
Ação: 2621 - MANUTENÇÃO SAÚDE BUCAL		
	Total Ação	2.869.400,00
Ação: 2622 - MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA		
	Total Ação	561.400,00
Ação: 2623 - MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE		
	Total Ação	1.618.568,00
	Total Programa	13.716.213,52
Programa: 311 - GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
Objetivos:		
A média complexidade ambulatorial e hospitalar é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento. O município conta com estrutura de média complexidade de policlínica, hospital de pequeno porte, UTI Adulta, Pronto Socorro, Agência transfusional de sangue, Tratamento Renal, APAE, Rede feminina de combate ao câncer, SAMU, CAPS. A Policlínica conta com 24 Especialidades médicas, 13 especialidades não médicas, Secretaria de Saúde - Administração, Controle e Avaliação, TFD - Tratamento Fora do Domicílio para agendamento de Consultas, Procedimento e Cirurgias, Grupo de orientação para Casais Grávidos, orientações de Planejamento familiar, NEPSHU - Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização, Atendimento Odontológico, CENTRUS - Central de Relacionamento Com Pacientes, Setor de Frotas, Exames de diagnóstico (Raio x odontológico, Eletrocardiograma, Fisioterapia, ultrassonografia, Raio x, colposcopia), SAMU, CAPS e ainda terceirizamos os serviços de fisioterapia, exames laboratoriais, especialidades médicas, Urgência e Emergência, Sobreaviso Médico, Sobreaviso de exames de diagnóstico.		
Função: 10 - Saúde		Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Ação: 1627 - MODERNIZAÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
	Total Ação	556.500,00
Ação: 1628 - OBRAS E INSTALAÇÕES DO SAMU		
	Total Ação	5.000,00
Ação: 1629 - MODERNIZAÇÃO DO SAMU		
	Total Ação	15.900,00
Ação: 1630 - MODERNIZAÇÃO DO CAPS		
	Total Ação	12.500,00
Ação: 2624 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
	Total Ação	6.391.349,16
Ação: 2625 - MANUTENÇÃO DO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA		
	Total Ação	193.000,00
Ação: 2626 - MANUTENÇÃO DA PARCERIA COM HOSPITAL OASE		
	Total Ação	5.921.200,00
Ação: 2627 - MANUTENÇÃO DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL		
	Total Ação	425.020,00
	Total Programa	13.520.469,16
Programa: 312 - ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		
Objetivos:		
O município de Timbó presta atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde em 11 unidades de atenção básica e 2 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos. A relação de Medicamentos do Município		

(REMUME) conta atualmente com 182 itens incluindo medicamentos da atenção básica, antibióticos e controlados pela portaria 344/98 da ANVISA. O município possui 2 farmacêuticos, sendo um deles lotado no NASF e outro na Farmácia Central, onde são dispensados, além dos medicamentos presentes na REMUME, aqueles oriundos do Estado pelo componente Especializado e via Processo Judicial.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

Ação: 1631 - MODERNIZAÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	Total Ação	12.000,00
Ação: 2628 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA	Total Ação	1.317.459,16
	Total Programa	1.329.459,16

Programa: 313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivos:

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui inserida em seu contexto de trabalho o serviço de Vigilância em Saúde, responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças ou agravos, mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, Combate ao transmissor da dengue, SISAGUA, GAL, etc); executa ações de educação em saúde; executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças ou agravos de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação os usuários e estabelecimentos do município, independentemente dos graus de complexidade. Executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Ação: 1632 - MODERNIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA	Total Ação	55.000,00
Ação: 1633 - OBRAS E INSTALAÇÕES - VIGILANCIA SANITARIA	Total Ação	10.000,00
Ação: 2629 - MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Total Ação	436.500,00

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Ação: 1634 - MODERNIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Total Ação	20.000,00
Ação: 2630 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Total Ação	709.423,16
	Total Programa	1.230.923,16

Programa: 314 - GESTÃO DO SUS

Objetivos:

A gestão da saúde pública dispõe dos serviços assistenciais do SUS que se organizam em ações que envolvem a assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades. Visando à promoção dos direitos sociais da saúde consagrados na Constituição Federal com observância aos princípios/diretrizes da regionalização e da hierarquização da atenção à saúde. A gestão do SUS conta com equipe de apoio a organização das políticas públicas de saúde, assim como o viabiliza o funcionamento administrativo nas diversas áreas (Administração, Compras, Empenhos, Informática, RH, Contabilidade, Tesouraria, Licitações, Contratos, Jurídico, Patrimônio, Almoxarifado, Manutenção geral, Frota de Veículos). O Controle Social é efetivado através do acompanhamento das ações e dos instrumentos de gestão que são apresentados, discutidos e aprovados pelo conselho municipal de saúde.

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administracao Geral

Ação: 1635 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Total Ação	10.000,00
Ação: 1636 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA	Total Ação	150.000,00
Ação: 1637 - MODERNIZAÇÃO DA POLICLÍNICA DE REFERENCIA	Total Ação	31.000,00
Ação: 2631 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	Total Ação	625.000,00
Ação: 2632 - MANUTENÇÃO DA POLICLÍNICA	Total Ação	148.400,00
	Total Programa	964.400,00

Programa: 320 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Objetivos:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Atualmente o município conta com um Centro de Referência de Assistência Social- CRAS com área referenciada de até 3.500 famílias abrangendo os bairros Araponguinhas, Estados e Padre Martinho Stein.

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Ação: 1641 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CRAS	Total Ação	228.000,00
Ação: 1643 - MODERNIZAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	Total Ação	13.000,00
Ação: 2640 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Total Ação	228.790,00
	Total Programa	469.790,00

Programa: 321 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS**Objetivos:**

Conforme art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, os recursos financeiros destinados para custeio dos benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei Municipal 2634, 12 de abril de 2013, compostos por: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio gás, auxílio foto para documentação civil, auxílio fralda infantil, auxílio passagem, auxílio frete, auxílio aluguel social e vale alimentação. Os benefícios eventuais têm por finalidade atender as famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco pessoal por ocorrência de abandono, maus tratos ou pobreza, situações de calamidade pública.

Função: 8 - Assistência Social**Subfunção: 244 - Assistência Comunitária****Ação: 2641 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS****Total Ação** 140.265,60**Total Programa** 140.265,60**Programa: 322 - TERCEIRA IDADE****Objetivos:**

O Município de Timbó possui 10 grupos de Terceira Idade nos diversos bairros do município e 02 grupos de Dança. Alguns grupos têm seus encontros semanais, quinzenais e outros mensais. Nestes grupos são desenvolvidas diversas atividades como: atividade física, Semana do Idoso, bailes, gincanas, intercâmbios entre grupos do município e de outros municípios, jogos de mesa e etc. Além destas atividades os idosos participam dos jogos da Terceira Idade fase Municipal, Regional e Estadual.

O município também conta com um Centro de Convivência do Idoso, espaço este, que tem como finalidade ofertar diversas atividades promovendo a integração e bem-estar do idoso.

Função: 8 - Assistência Social**Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso****Ação: 2642 - MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE****Total Ação** 21.200,00**Total Programa** 21.200,00**Programa: 323 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS****Objetivos:**

Os Conselhos de Direitos existentes no município são: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (em fase de implantação). O Conselho Tutelar no Município de Timbó está vinculado à Secretaria de Assistência Social, pela Lei 2625 de 18 de março de 2013, localizado na Av. Sete de Setembro, 595, anexo as dependências da Assistência Social. Conta com uma estrutura física de 02 salas de atendimento, 01 sala de secretaria, um banheiro. O Conselho possui no seu quadro de recursos humanos 05 conselheiros titulares e 04 conselheiros suplentes, 01 auxiliar administrativo 03 motoristas.

Função: 8 - Assistência Social**Subfunção: 244 - Assistência Comunitária****Ação: 2643 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL****Total Ação** 190.800,00**Total Programa** 190.800,00**Programa: 324 - GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****Objetivos:**

O Município de Timbó em 23 de dezembro de 2016 através da Lei complementar nº 482, de 23 dezembro de 2016, unificou em sua unidade administrativa a Secretária de Saúde e Assistência Social. A Assistência Social contará com a formalização de áreas essenciais a garantir que o órgão gestor tenha instituído na sua estrutura formal: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. O Município tem a meta de adequar as legislações da Política de Assistência Social e do SUAS, do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo.

Função: 8 - Assistência Social**Subfunção: 244 - Assistência Comunitária****Ação: 1645 - MODERNIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****Total Ação** 60.600,00**Ação: 2648 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL****Total Ação** 1.331.659,34**Ação: 2649 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E IGD SUAS****Total Ação** 31.500,00**Total Programa** 1.423.759,34**Programa: 325 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE****Objetivos:**

A realidade vivenciada no Município de Timbó nos mostra a existência de famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem a violação dos direitos humanos, em especial, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Para atendimento destas situações o Município conta com um CREAS que atualmente não possui a equipe de referência completa. Além de atender a alta complexidade.

Função: 8 - Assistência Social**Subfunção: 244 - Assistência Comunitária****Ação: 1649 - MODERNIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE****Total Ação** 15.000,00**Ação: 2644 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE****Total Ação** 255.820,00**Total Programa** 270.820,00**Programa: 326 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE****Objetivos:**

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral provisória - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. O município de Timbó possui convênios com instituições de atendimento a crianças e adolescentes e idosos. Atualmente a equipe que faz o acompanhamento das famílias da alta complexidade é a equipe da Média Complexidade.

Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 244 - Assistência Comunitária	
Ação: 1647 - MODERNIZAÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	45.000,00
Ação: 2646 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE			
		Total Ação	1.048.344,98
		Total Programa	1.093.344,98
Programa: 330 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO			
Objetivos:			
<p>O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da Lei Federal nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de sua gestão em 01/01/2012.</p> <p>O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, Entidade Autárquica Municipal tem por finalidade gerir o Plano de Seguridade Social dos servidores municipais, assegurando o direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, promovendo a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de aposentadoria por idade, invalidez e tempo de contribuição e nos eventos de morte, doença, reclusão e maternidade, nos termos definidos pela Lei Complementar 411/2011 e suas alterações, observados, no que couber a Lei Complementar 01/1993 e demais legislação aplicável.</p> <p>A estrutura administrativa do TIMBOPREV compostas pelos cargos de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão foi organizada pela Lei Complementar nº 411/2011 e alterações, e estão subordinados às mesmas regras aplicáveis aos servidores da Administração Direta.</p> <p>Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Comitê de investimentos. O Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros.</p> <p>O TIMBOPREV tem em seu quadro um total de 274 inativos e 53 pensionistas, com tratamento personalizado a esse público. Dos quais, paga atualmente 15 (quinze) inativos e 07 (sete) pensionistas de servidores que não contribuíram com o Instituto, o que vem acontecendo desde meados de 1998.</p> <p>O TIMBOPREV busca consolidar o modelo gerencial através do Conselho de Administração com a Fiscalização do Conselho Fiscal, oportunizar condições para uma competente Administração dos Ativos Financeiros, implementar controles alternativos para redução de custos, etc. O reconhecimento, pelo Executivo, da dívida dos inativos que não contribuíram para o Instituto e o repasse desses valores ao TIMBOPREV. Gerir e administrar o TIMBOPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, efetivar cálculo atuarial, controle na concessão dos benefícios, realizar a compensação financeira entre os diversos regimes de previdência, etc. Implementar e manter o equilíbrio atuarial do Instituto, possibilitando a manutenção e custeio do plano de benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.</p>			
Função: 9 - Previdência Social		Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário	
Ação: 2650 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TIMBOPREV			
		Total Ação	439.000,00
Ação: 2651 - PAGAMENTO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV			
		Total Ação	50.000,00
Ação: 2652 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV			
		Total Ação	767.000,00
		Total Programa	1.256.000,00
Programa: 340 - MANUTENÇÃO FUNDAÇÃO DE ESPORTES			
Objetivos:			
<p>A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES POSSUI SEU PRÓPRIO PRÉDIO ADMINISTRATIVO, CAMPO DE FUTEBOL, PISTA DE ATLETISMO COM ARQUIBANCADA E GINÁSIO POLIESPORTIVO (COMPLEXO ESPORTIVO). HOJE A FUNDAÇÃO É COMPOSTA POR UM DIRETOR PRESIDENTE, UM ADMINISTRATIVO, TRÊS PROFISSIONAIS NA ÁREA TÉCNICA, UM ESTAGIÁRIO, UMA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS ESPAÇOS ESPORTIVOS E TRÊS OPERACIONAIS. POSSUI DOIS VEÍCULOS SENDO UM AUTOMÓVEL CELTA E UMA VAN MODELO DUCATO.</p>			
Função: 27 - Desporto e Lazer		Subfunção: 813 - Lazer	
Ação: 1261 - MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES			
		Total Ação	110.000,00
Ação: 1263 - OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME			
		Total Ação	820.000,00
Ação: 2660 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES			
		Total Ação	842.200,00
		Total Programa	1.772.200,00
Programa: 341 - O ESPORTE E A CIDADE			
Objetivos:			
<p>"O Município de Timbó está localizado na região catarinense conhecida com Vale do Itajaí, possui cerca de 36.774 habitantes (censo2010 IBGE) com área de 127,405km2 constituindo-se como pólo de uma micro região de outros municípios tais como Rio dos Cedros, Benedito Novo, Dr.Pedrinho e Rodeio.</p> <p>Trata-se de município de colonização italiana e alemã com forte vocação esportiva, uma vez que através de sua Fundação Municipal de Esportes(FME Timbó) participa de vários eventos promovidos pela Fesporte - Federação Catarinense do Desporto - órgão do governo estadual responsável pelo esporte em Santa Catarina. Tais como : Olesc-Jogos da Juventude Catarinense(até 16anos) , Joguinhos Abertos de SC (até 18 anos), Jesc 12-14 anos e 15-17 anos - Jogos Estudantis de SC e Jogos Abertos de SC(adulto).</p> <p>Dentro dessa perspectiva, em Timbó são desenvolvidas inúmeras modalidades esportivas, mais especificamente sob a coordenação da FME Timbó são cerca de 44 modalidades distribuídas em ações de rendimento, educacionais e de inclusão onde são atendidos cerca de 1.500 indivíduos crianças, jovens, adultos e idosos de forma sistemática nas modalidades".</p>			
Função: 27 - Desporto e Lazer		Subfunção: 812 - Desporto Comunitário	
Ação: 2662 - CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA			

Ação: 2664 - CONCESSÃO DE BOLSA TÉCNICO		Total Ação	368.000,00
		Total Ação	449.440,00
Função: 27 - Desporto e Lazer		Subfunção: 813 - Lazer	
Ação: 2666 - MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO		Total Ação	1.742.395,00
Ação: 2668 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS FORA DO MUNICÍPIO E MANUTENÇÃO DE MODALIDADES		Total Ação	196.100,00
		Total Programa	2.755.935,00
Programa: 350 - FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA			
Objetivos: O Município possui o Fundo da Infância e Adolescência - FIA que financia projetos, campanhas de divulgação, formação de pessoal, na área da Criança e do Adolescente, os quais são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente visando a garantia dos direitos.			
Função: 8 - Assistência Social		Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	
Ação: 2670 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FIA		Total Ação	87.900,00
		Total Programa	87.900,00
Programa: 355 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E ATRATIVOS TURÍSTICOS			
Objetivos: O Departamento de Turismo de Timbó organiza diversas ações com objetivo de fomentar a atividade turística do município de Timbó. Dentre as ações efetuadas estão: organização de eventos que gerem fluxo turístico; sinalização turística para orientação dos turistas; criação de novos materiais de divulgação com objetivo de promover a cidade; organização do calendário de eventos; impressão de materiais de divulgação; capacitação do trade turístico; concurso fotográfico com intuito de criar banco de imagens; concurso de jardins para fomentar os costumes dos antepassados; fiscalização das ações da Associação do Artesanato na Casa do Artesão, espaço destinado que é destinado para venda de souvenirs como também posto de informações turísticas.			
Função: 23 - Comércio e Serviços		Subfunção: 695 - Turismo	
Ação: 1681 - MODERNIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS		Total Ação	125.000,00
Ação: 1683 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		Total Ação	2.130.000,00
Ação: 2680 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO		Total Ação	500.800,00
		Total Programa	2.755.800,00
Programa: 360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ			
Objetivos: A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura - numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade. A Fundação Cultural, busca a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade - promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia - garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço. Visa sempre implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis.			
Função: 13 - Cultura		Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	
Ação: 1691 - OBRAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		Total Ação	1.160.000,00
Função: 13 - Cultura		Subfunção: 392 - Difusão Cultural	
Ação: 1693 - MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		Total Ação	145.000,00
Ação: 2690 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		Total Ação	2.351.902,00
		Total Programa	3.656.902,00
Programa: 361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE			
Objetivos: A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Museu Casa do Poeta Lindolf Bell, Museu da Música - Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município, mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Festival de Bandas, Páscoa no Parque, FESCATI - Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal Mais Encantado, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua - Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos. (Banda Municipal "Professor João Müller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Marea, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.			
Função: 13 - Cultura		Subfunção: 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	
Ação: 1695 - RESTAURAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO			

Total Ação		9.100,00
Ação: 2696 - MANUTENÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO		
Total Ação		5.300,00
Função: 13 - Cultura		Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Ação: 2692 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E HISTÓRICOS DE TIMBÓ		
Total Ação		1.219.000,00
Ação: 2694 - MANUTENÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E HISTÓRICA DE TIMBÓ		
Total Ação		21.200,00
Total Programa		1.254.600,00
Programa: 370 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Objetivos:		
A Polícia Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 107 da Constituição Estadual de 1989. A sede da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó é vinculada ao 10º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, sediado na cidade de Blumenau. Possui em sua circunscrição de atuação 09 municípios, sendo eles: Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Apiúna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através da Polícia Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 107 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, roubos, furtos, perturbação do sossego alheio, vias de fato, tráfico de drogas, dentre outros, bem como a presença em inúmeros eventos, tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O município de Timbó, devido à sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes, vendavais e desmoronamentos. A Polícia Militar de Timbó juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interferir no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.		
Função: 6 - Segurança Pública		Subfunção: 181 - Policiamento
Ação: 1701 - MODERNIZAÇÃO DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		20.000,00
Ação: 1703 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		160.000,00
Ação: 2700 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ		
Total Ação		174.700,00
Total Programa		354.700,00
Programa: 380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Objetivos:		
O Departamento Municipal de Trânsito - Demutran de Timbó é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.		
O Departamento tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços fúnebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados.		
Função: 6 - Segurança Pública		Subfunção: 181 - Policiamento
Ação: 1715 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL		
Total Ação		13.780,00
Ação: 2713 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA CIVIL		
Total Ação		92.220,00
Ação: 2715 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DA POLÍCIA MILITAR		
Total Ação		106.000,00
Função: 26 - Transporte		Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário
Ação: 1711 - MODERNIZAÇÃO DO DEMUTRAN		
Total Ação		110.820,00
Ação: 1713 - OBRAS E CONSTRUÇÕES DO DEMUTRAN		
Total Ação		955.000,00
Ação: 2710 - MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN		
Total Ação		1.770.300,00
Ação: 2711 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRANSITO		
Total Ação		1.016.460,00
Total Programa		4.064.580,00
Programa: 381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Objetivos:		
O Departamento Municipal de Trânsito - Demutran de Timbó, assim como a Assessoria de Meio Ambiente são órgãos subordinados à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços. O Departamento de trânsito tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços fúnebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados. Implementa programas de segurança no trânsito, assim como de conscientização, a exemplo do "maio Amarelo". A Assessoria de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambiental e Estudos de Impacto de Vizinhança; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Protetor Ambiental. Ambos os Departamentos, visam trabalhar programas que visem a		

conscientização de crianças e adultos, em relação ao Trânsito e Meio Ambiente.

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Ação: 2604 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Total Ação 12.720,00

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Ação: 2712 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Total Ação 12.720,00

Total Programa 25.440,00

Programa: 390 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE

Objetivos:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó é uma autarquia do Município de Timbó criada pela Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001. Tem por finalidade coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os Serviços Públicos de Saneamento Básico, no que se refere aos sistemas públicos de captação, distribuição e abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Ação: 2720 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE

Total Ação 2.488.800,00

Total Programa 2.488.800,00

Programa: 391 - ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS

Objetivos:

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento das áreas já atendidas e desenvolvendo projetos para priorizar o atendimento de 100% da área urbana do município e a expansão da rede de distribuição e ligações para atendimento aos municípios residentes na zona rural.

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Ação: 1721 - ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE

Total Ação 440.000,00

Ação: 1723 - AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVAÇÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO DA EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO

Total Ação 57.000,00

Ação: 1725 - AMPLIAR E RENOVAR AS INSTALAÇÕES E AS CAPACIDADES DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Total Ação 2.650.000,00

Ação: 1727 - ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E RESERVAÇÃO DE ÁGUA.

Total Ação 100.000,00

Ação: 2722 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.

Total Ação 1.180.000,00

Ação: 2724 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

Total Ação 2.063.000,00

Total Programa 6.490.000,00

Programa: 392 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Objetivos:

Uma das atribuições do SAMAE instituída pela LC 212 é o tratamento do esgoto sanitário no município de Timbó. Este processo gera benefícios como a melhoria das condições sanitárias locais, conservação dos recursos naturais, eliminação de focos de poluição e contaminação, eliminação de problemas estéticos desagradáveis, redução das doenças ocasionadas pela água contaminada por dejetos, redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças, uma vez que grande parte delas está relacionada com a falta de uma solução adequada de esgotamento sanitário, além da diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento que seriam ocasionados pela poluição dos mananciais. Atualmente o SAMAE possui concluído um projeto para implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto, porém sendo revisado e atualizado constantemente devido ao surgimento de novas tecnologias aplicáveis ao setor. A revisão e atualização deste projeto permite a habilitação do SAMAE para a busca de recursos financeiros junto aos órgãos competentes.

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Ação: 1729 - ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE.

Total Ação 20.000,00

Ação: 1731 - AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS PARA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.

Total Ação 20.000,00

Ação: 1733 - IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO NO MUNICÍPIO.

Total Ação 13.500.000,00

Ação: 1735 - ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.

Total Ação 70.000,00

Ação: 2726 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETE.	
Total Ação	20.000,00
Ação: 2728 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA REDE COLETORA DE ESGOTO.	
Total Ação	20.000,00
Total Programa	13.650.000,00
Programa: 393 - PROJETO CIDADE LIMPA	
Objetivos: O SAMAE é responsável pela realização da coleta de resíduos sólidos (orgânicos e seletivos) no município de Timbó. Os resíduos sólidos orgânicos são depositados no aterro sanitário para tratamento e disposição final, mediante convenio firmado com o consorcio intermunicipal do médio vale do Itajaí - CIMVI. Já o material da coleta seletiva é separado e depois vendido através de leilão. A fim de aprimorarmos ainda mais este programa, o SAMAE através do núcleo de educação ambiental, vem investindo em campanhas de conscientização da população no que se refere a separação do lixo reciclável, visando respeito ao meio ambiente, qualidade de vida e maior vida útil do aterro sanitário.	
Função: 17 - Saneamento	Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1737 - ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE.	
Total Ação	130.000,00
Ação: 1739 - AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVAÇÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIACÃO.	
Total Ação	600.000,00
Ação: 1741 - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE COLETA E TRIAGEM.	
Total Ação	270.000,00
Ação: 1743 - ADQUIRIR IMÓVEIS PARA MELHORIAS NO SISTEMA DE COLETA E TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.	
Total Ação	50.000,00
Ação: 2730 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE COLETA, MATERIAIS E INSUMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE RECICLAGEM.	
Total Ação	832.500,00
Ação: 2732 - MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE COLETA, MATERIAIS E INSUMOS.	
Total Ação	1.890.000,00
Total Programa	3.772.500,00
Programa: 394 - DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	
Objetivos: O município de Timbó na sua área urbana está provido de um sistema de drenagem de águas pluviais. Este sistema é resultante de obras realizadas ao longo da urbanização do município, cujos critérios de execução muitas vezes, não foram observados de forma coerente com padrões técnicos para dimensionamento com base em normas e estudos aplicáveis. O resultado desta pratica não diferente do que ocorreu na maioria das cidades brasileiras, confere a falta de informações, cadastro e elementos para avaliação das estruturas existentes. Atualmente estão sendo elaborados estudos e projetos diversos nessa área a fim de melhorar a eficiência desse sistema no nosso município.	
Função: 17 - Saneamento	Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano
Ação: 1745 - REALIZAÇÃO DE OBRAS E MELHORIAS DA INFRA-ESTRUTURA DA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS.	
Total Ação	70.000,00
Ação: 2734 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS.	
Total Ação	10.000,00
Total Programa	80.000,00
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
Objetivos: Compreende a dotação para a reserva de contingência que servirá de suporte para passivos contingenciais conforme anexo de riscos fiscais.	
Função: 97 - Reserva do RPPS	Subfunção: 997 - Reserva do RPPS
Ação: 9799 - GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA DO TIMBOPREV	
Total Ação	81.000,00
Função: 99 - Reserva de Contingência	Subfunção: 999 - Reserva de contingência
Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	
Total Ação	320.000,00
Total Programa	401.000,00
Total Geral	192.550.000,00

LDO DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Dotação			%
Órgão	1 - Camara de Vereadores		
Unidade	1 - Atividades Legislativas		
Função	0001 - Legislativa		
Subfunção	0031 - Acao Legislativa		
Programa	0200 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ		
Ação	1500 - INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		
Total Ação		335.000,00	0,17
Ação	2500 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA.		
Total Ação		1.049.500,00	0,55
Ação	2502 - GESTÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DA CÂMARA.		
Total Ação		2.160.000,00	1,12
Ação	2504 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES AO PARLAMENTO JOVEM		
Total Ação		50.000,00	0,03
Total Programa		3.594.500,00	1,00
Total Subfunção		3.594.500,00	1,87
Total Função		3.594.500,00	1,87
Total Unidade		3.594.500,00	1,87
Total Órgão		3.594.500,00	1,87
Órgão	2 - Secretaria da Articulacao Política e Institucional		
Unidade	1 - Assessoria do Gabinete		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0205 - GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS		
Ação	2510 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Material de expediente Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de combustível para frota da Secretaria Consumo de gêneros alimentícios Consumo de telefone Reformar as dependências do Gabinete do Prefeito Despesas com viagens, capacitações e estadias		
Total Ação		1.028.000,00	0,53
Total Programa		1.028.000,00	0,00
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2516 - Ampliar em pelo menos 10 entidades beneficiadas		
Total Ação		110.000,00	0,06
Total Programa		110.000,00	0,00
Total Subfunção		1.138.000,00	0,59
Total Função		1.138.000,00	0,59
Total Unidade		1.138.000,00	0,59
Unidade	2 - Imprensa, Comunicacao e Relacoes Publicas		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0131 - Comunicação Social		
Programa	0206 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Ação	1513 - Aquisição de aparelho celular Aquisição ou locação de veículo para o setor de comunicação Aquisição de equipamento - Notebook Aquisição de equipamento de Áudio / Vídeo / Foto Aquisição de mobília para sala de comunicação		
Total Ação		5.000,00	0,00
Ação	2512 - Obrigações patronais - Folha de pagamento Auxílio-alimentação em pecúnia Manutenção de ar-condicionado Combustível Seguro veículo Locação impressora Serviço de Telecomunicações Assinatura de periódicos - Jornais / Revistas Manutenção de veículo Curso e treinamento de equipe Treinamento para servidores Investimento em Tecnologia da informação e comunicação. Ex. site Manutenção site Oficial do Município Passagem aérea Serviços Graficos e editoriais (Compra Direta) Serviço de Publicidade e Propaganda (Agência) Compra por licitação - Materiais gráficos Compra por licitação - Veiculação em rádios Compra por licitação - Anúncio em Jornais Aquisição de Software Outros serviços de Terceiros - Contratações Aquisição de peças para manutenção de equipamentos Compra por licitação - sinalização de prédios e espaços públicos, parques, praça, PSF's, Unidades de Ensino, etc. Aquisição de material de expediente		
Total Ação		1.965.000,00	1,02
Total Programa		1.970.000,00	1,00
Total Subfunção		1.970.000,00	1,02
Total Função		1.970.000,00	1,02
Total Unidade		1.970.000,00	1,02
Total Órgão		3.108.000,00	1,61
Órgão	3 - Secretaria da Fazenda e Administracao Municipal		
Unidade	1 - Administração Geral		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2522 - Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município		
Total Ação		24.200,00	0,01
Total Programa		24.200,00	0,00
Programa	0210 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL		
Ação	1521 - Aquisição de mobiliário em geral, equipamentos de tecnologia de informação, telefonia, entre outros		
Total Ação		106.000,00	0,06
Ação	1523 - Aquisição de Veículos		
Total Ação		30.000,00	0,02

Dotação		%
Ação	2520 - Folha de pagamento e encargos Aquisição material de expediente, energia elétrica, telefone, água, material de limpeza, manutenção/locação software, serviços gráficos, vigilância, diárias, capacitações, assessorias, etc. Manutenção e/ou locação de veículos e monitoramento Contratação de empresa de assessoria tecnológica Manutenção AMMVI, CIGA, CNM, CIMVI, FECAM	
Total Ação	7.131.015,00	3,70
Total Programa	7.267.015,00	3,00
Total Subfunção	7.291.215,00	3,79
Total Função	7.291.215,00	3,79
Total Unidade	7.291.215,00	3,79
Unidade	5 - Encargos da Administracao	
Função	0028 - Encargos Especiais	
Subfunção	0843 - Serviço da Dívida Interna	
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Ação	0011 - Dívida fundada e encargos	
Total Ação	2.000.000,00	1,04
Total Programa	2.000.000,00	1,00
Total Subfunção	2.000.000,00	1,04
Subfunção	0845 - Outras Transferências	
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Ação	0012 - Pagamento do PASEP e outros encargos	
Total Ação	1.300.000,00	0,68
Total Programa	1.300.000,00	0,00
Total Subfunção	1.300.000,00	0,68
Subfunção	0846 - Outros encargos Especiais	
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	
Ação	0010 - Sentenças Judiciais	
Total Ação	2.290.000,00	1,19
Total Programa	2.290.000,00	1,00
Total Subfunção	2.290.000,00	1,19
Total Função	5.590.000,00	2,90
Total Unidade	5.590.000,00	2,90
Total Órgão	12.881.215,00	6,69
Órgão	4 - Secretaria de Educacao	
Unidade	1 - Nucleos de Educacao Infantil	
Função	0012 - Educação	
Subfunção	0122 - Administracao Geral	
Programa	0220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE	
Ação	1531 - Implementar e adaptar a sede da SEMED Aquisição de equipamentos	
Total Ação	12.000,00	0,01
Ação	2530 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Material de expediente Material de limpeza Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de energia elétrica Consumo de água Consumo de combustível para frota da SEMED Consumo de gás Consumo de internet Consumo de telefone Material gráfico Despesas com viagens, capacitações e estadias Material de distribuição gratuita	
Total Ação	303.000,00	0,16
Total Programa	315.000,00	0,00
Total Subfunção	315.000,00	0,16
Subfunção	0306 - Alimentação e Nutrição	
Programa	0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE	
Ação	2532 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil	
Total Ação	606.000,00	0,31
Total Programa	606.000,00	0,00
Total Subfunção	606.000,00	0,31
Subfunção	0365 - Educação Infantil	
Programa	0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE	
Ação	1532 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares	
Total Ação	200.000,00	0,10
Ação	1533 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares	
Total Ação	130.000,00	0,07
Ação	1534 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares	
Total Ação	0,00	0,00
Ação	2531 - Formação continuada Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil/NEIs os seguintes equipamentos: 15	

Dotação		%
Computadores , 50 conjuntos escolares com 200 cadeiras, 12 Impressoras, 25 aparelhos de som, 12 caixas de som, 12 microfones sem fio, 12 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 15 Televisores 40", 12 projetores multimídia, 12 telas de projeção, 40 ventiladores de teto, 30 mesas para professores, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 estantes de aço, 35 armários com tranca, 12 arquivos de aço, 12 trocadores sob medida, 12 playgrounds, 12 armários 4 portas para roupas de cama, 30 condicionadores de ar, 6 jogos de cozinha completos sob medida, 3 móveis para compor os lactários, 100 carrinhos, 200 berços, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 12 geladeiras duplex, 12 freezers verticais/horizontal, 12 fogões cooktop, 12 fogões industriais de 4 bocas, 12 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 12 liquidificadores industriais, 12 multiprocessadores industrial de alimentos, 12 batedeiras planetárias, 20 bebedouros duplos, 12 máquinas lava-roupas 15 kilos, 12 secadoras de roupa 17 kilos, 12 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 coifas/exaustor, 6 mesas com 8 cadeiras para professores, 12 lavadora de alta-pressão 1400 libras, 12 purificadores de água e outros conforme necessidades. Aquisição de um terreno para construção NEI Construção de um Núcleo de Educação Infantil Reformas Ampliação do prédio Implantar o programa de repasse da Educação Especial Aquisição de gêneros alimentícios Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar Aquisição de Material escolar, pedagógico e esportivo Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal Aquisição de material escolar Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar Consumo de Energia Elétrica Consumo de serviço de internet Consumo de água Consumo de Gás Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Despesas com transporte escolar Locação de Imóveis, Máquinas e Equipamentos Combustíveis Despesas com manutenção e implantação de software Manutenção de convênios, contratos e outros Aquisição de EPI		
Total Ação	13.236.785,00	6,87
Ação 2533 - Despesas com transporte escolar		
Total Ação	10.000,00	0,01
Ação 2537 - Manutenção de convênios, contratos e outros		
Total Ação	10.000,00	0,01
Total Programa	13.586.785,00	7,00
Total Subfunção	13.586.785,00	7,06
Total Função	14.507.785,00	7,53
Total Unidade	14.507.785,00	7,53
Unidade 2 - Unidades Pre-escolares		
Função 0012 - Educação		
Subfunção 0122 - Administracao Geral		
Programa 0220 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO TIMBOENSE		
Ação 1536 - Implementar e adaptar a sede da SEMED Aquisição de equipamentos		
Total Ação	4.000,00	0,00
Ação 2534 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Material de expediente Material de limpeza Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de energia elétrica Consumo de água Consumo de combustível para frota da SEMED Consumo de gás Consumo de internet Consumo de telefone Material gráfico Despesas com viagens, capacitações e estadias Material de distribuição gratuita		
Total Ação	83.000,00	0,04
Total Programa	87.000,00	0,00
Total Subfunção	87.000,00	0,05
Subfunção 0306 - Alimentação e Nutrição		
Programa 0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação 2536 - Aquisição de gêneros alimentícios Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar		
Total Ação	180.000,00	0,09
Total Programa	180.000,00	0,00
Total Subfunção	180.000,00	0,09
Subfunção 0365 - Educação Infantil		
Programa 0222 - TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE		
Ação 1537 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares		
Total Ação	80.000,00	0,04
Ação 1538 - Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares		
Total Ação	130.000,00	0,07
Ação 2535 - Formação continuada Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil/NEIs os seguintes equipamentos: 15 Computadores , 50 conjuntos escolares com 200 cadeiras, 12 Impressoras, 25 aparelhos de som, 12 caixas de som, 12 microfones sem fio, 12 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 15 Televisores 40", 12 projetores multimídia, 12 telas de projeção, 40 ventiladores de teto, 30 mesas para professores, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 estantes de aço, 35 armários com tranca, 12 arquivos de aço, 12 trocadores sob medida, 12 playgrounds, 12 armários 4 portas para roupas de cama, 30 condicionadores de ar, 6 jogos de cozinha completos sob medida, 3 móveis para compor os lactários, 100 carrinhos. 200 berços, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 12 geladeiras duplex, 12 freezers verticais/horizontal, 12 fogões cooktop, 12 fogões industriais de 4 bocas, 12 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 12 liquidificadores industriais, 12 multiprocessadores industrial de alimentos, 12 batedeiras planetárias, 20 bebedouros duplos, 12 máquinas lava-roupas 15 kilos, 12 secadoras de roupa 17 kilos, 12 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 coifas/exaustor, 6 mesas com 8 cadeiras para professores, 12 lavadora de alta-pressão 1400 libras, 12 purificadores de água e outros conforme necessidades.		
Total Ação	4.590.000,00	2,38

Dotação			%
Ação	2538 - Manutenção de convênios, contratos e outros		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	2539 - Despesas com transporte escolar		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		4.815.000,00	2,00
Total Subfunção		4.815.000,00	2,50
Total Função		5.082.000,00	2,64
Total Unidade		5.082.000,00	2,64
Unidade	3 - Ensino Fundamental		
Função	0012 - Educação		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0230 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	1541 - Implementar e adaptar a sede da SEMED Aquisição de equipamentos		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	2540 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Material de expediente Material de limpeza Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de energia elétrica Consumo de água Consumo de combustível para frota da SEMED Consumo de gás Consumo de internet Consumo de telefone Material gráfico Despesas com viagens, capacitações e estadias Material de distribuição gratuita		
Total Ação		403.000,00	0,21
Total Programa		413.000,00	0,00
Total Subfunção		413.000,00	0,21
Subfunção	0306 - Alimentação e Nutrição		
Programa	0232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	2543 - Aquisição de gêneros alimentícios Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar		
Total Ação		430.000,00	0,22
Total Programa		430.000,00	0,00
Total Subfunção		430.000,00	0,22
Subfunção	0361 - Ensino Fundamental		
Programa	0232 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE		
Ação	1543 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal Continuar o processo de discussão da municipalização,sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1° ao 9° ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas Renovar a frota de veículos		
Total Ação		400.000,00	0,21
Ação	1545 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal Continuar o processo de discussão da municipalização,sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1° ao 9° ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas Renovar a frota de veículos		
Total Ação		230.000,00	0,12
Ação	1547 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal Continuar o processo de discussão da municipalização,sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1° ao 9° ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas Renovar a frota de veículos		
Total Ação		0,00	0,00
Ação	1549 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos Fimar convênios com entidades do governo Estadual e Federal Continuar o processo de discussão da municipalização,sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem		

Dotação		%
o ensino do 1º ao 9º ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas Renovar a frota de veículos		
Total Ação	610.000,00	0,32
Ação	2542 - Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos (compreende anos iniciais), Escolas em período Integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e ofertando uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral, 174 professores de sala de aula, 35 professores de apoio, 49 auxiliares operacionais, 08 coordenadores pedagógicos, 06 diretores, 04 auxiliares de direção, 06 secretárias e 03 estagiários.	
Total Ação	12.719.950,00	6,61
Ação	2544 - Manutenção de convênios, contratos e outros	
Total Ação	19.000,00	0,01
Ação	2545 - Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos Firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal Continuar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas Renovar a frota de veículos	
Total Ação	86.000,00	0,04
Ação	2546 - Despesas com diárias, viagens, acomodações e hospedagens Manutenção de veículos escolares/Transporte Escolar	
Total Ação	290.050,00	0,15
Total Programa	14.355.000,00	7,00
Programa	0234 - EDUCANDO PELA ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Ação	1548 - EDUCANDO PELA ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL, CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA	
Total Ação	10.000,00	0,01
Total Programa	10.000,00	0,00
Total Subfunção	14.365.000,00	7,46
Total Função	15.208.000,00	7,90
Total Unidade	15.208.000,00	7,90
Total Órgão	34.797.785,00	18,07
Órgão	7 - Secr. de Planejamento, Transito e Meio Ambiente	
Unidade	1 - Planejamento Urbano	
Função	0015 - Urbanismo	
Subfunção	0121 - Planejamento e Orçamento	
Programa	0250 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICIPIO	
Ação	1551 - CELULAR APARELHO GEO REFERENCIAL INTERNET 5 CELULARES 10 COMPUTADORES 4 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS AQUISIÇÃO SOFTWARE ENGENHARIA E ARQUITETURA 10 CADEIRAS GIRATORIAS 2 ESTAÇÕES DE TRABALHO 8 GAVETEIROS 20 ARQUIVOS DE AÇO 2 TABLETS 2 CALCULADORAS 05 BAUS MOTOCICLETA 5 CAPACETES MOTOCICLISTAS 1 TRENA LASER 1 VEICULO DE PASSEIO	
Total Ação	291.000,00	0,15
Ação	2550 - FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIARIOS SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS LOCAÇÃO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL MANUTENCAO DE VEICULOS) VALE TRANSPORTE SERVIÇOS COPIAS AUXILIO ALIMENTAÇÃO DIAGNÓSTICO SOCIO AMBIENTAL INTERNET SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO E GERAÇÃO DE ORTOFOTO PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE TECNICA EM SEMINARIOS	
Total Ação	3.037.000,00	1,58
Total Programa	3.328.000,00	1,00
Programa	0251 - CIDADE EM MOVIMENTO	
Ação	1553 - Aquisição de áreas para interesse público para mobilidade no trânsito Gastos com desapropriação em função de de áreas de interesse público para mobilidade no trânsito. Aquisição de áreas para projeto de mobilidade no trânsito para ampliação e abertura de novas ruas, dando continuidade ao Projeto do Anel Viário.	
Total Ação	108.000,00	0,06
Total Programa	108.000,00	0,00
Total Subfunção	3.436.000,00	1,78
Total Função	3.436.000,00	1,78
Função	0022 - Indústria	
Subfunção	0661 - Promoção Industrial	
Programa	0252 - TIMBÓ EMPREENDENDO E PROFISSIONALIZANDO	
Ação	2552 - Implantação de no mínimo 5 (cinco) novos cursos técnicos em parceria com Cedup Timbó Promover parceria com	

Dotação		%
entidades der classe para atender a Indústria, comércio e serviços, principalmente com CDL, ACIMVI, AMPE, SINE, CEDUP, SENAC, SENAI, SEST - SENAT. Firmar parceria com Secretarias, como Assistência Social e Educação, para a criação de um balcão de empregos e cursos emergenciais de qualificação profissional que promovam emprego e renda Incentivo de cursos rápidos e palestras para MEI'S e M.E, cursos de informática básica para comunidade, via Telecentro		
Total Ação	30.000,00	0,02
Ação	2553 - Criação de um Pólo Tecnológico em parceria com Entidades públicas e privadas	
Total Ação	53.500,00	0,03
Total Programa	83.500,00	0,00
Total Subfunção	83.500,00	0,04
Total Função	83.500,00	0,04
Total Unidade	3.519.500,00	1,83
Total Órgão	3.519.500,00	1,83
Órgão	8 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade	1 - Obras e Serviços Urbanos	
Função	0015 - Urbanismo	
Subfunção	0452 - Serviços Urbanos	
Programa	0260 - GESTÃO DA AGRICULTURA, OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO	
Ação	1563 - 07 microcomputadores com impressora Móveis para escritório 6 moto serras 02 compactador manual 02 placa vibratória 01 lava jato industrial 01 cortador piso/asfalto 02 moto bomba 01 marteleiro rotativo 01 vibrador de concreto 02 furadeiras de impacto industrial 01 marteleiro rompedor grande 05 betoneiras 120l 02 geradores de energia 02 maquina - serra mármore 01 serra circular manual 01 parafusadeira 01 instrumento para topografia 02 serra elétrica circular 03 serra elétrica tico-tico 02 plaina elétrica manual 01 lixadeira elétrica 01 perfurador de solo 01 martelo/marteleiro elétrico 16 roçadeira costal profissional 04 soprador com recolhedor 04 máquina corta grama manual com recolhedor 03 trator corta grama com recolhedor 01 roçadeira hidráulica articulada 02 lava jato profissional 02 aparador de cerca viva 01 moto-cultivador tratorito 02 triturador de galhos 03 esmeril pequeno 03 cultivador de solo 03 aparador de cantos 03 implementos lâmina 4 facas 03 implementos moto-poda 03 implementos podador especial 01 esmerilhadeira angular 01 aparelho de solda 01 carregador de bateria 01 lixadeira orbital 04 macaco hidráulico - tipo garrafa - maior 01 compressor de ar 03 furadeira impacto 01 esmeril 01 policorte 01 máquina de corte plasma 01 lavadora de peça 01 aparelho de solda mig 01 furadeira a bateria 02 tupa manual laminadora 06 pedras de afiar 10 facas mundial (ref 5515-6) 08 ganchos de inspeção 04 chairas (pequenas e lisas) 01 sonda esofágica Thygessen em aço cromado (1,75m) 01 sonda nasoesofágica (diâmetro 16mmX2,45m de comprimento) 02 posta agulhas Mathieu (18cm) 01 tesoura cirúrgica curva romba fina de aço inox (17cm) 01 tesoura cirúrgica reta romba fina de aço inox (17cm) 02 pinças Kelly Hemostática curva (18cm) "01 tesoura para corte de cascos de ovinos 10" " 01 estojo cirúrgico aço inox (28X14X06 cm) 02 estetoscópio mode grande 01 martelo e plexímetro 01 Férceps veterinário completo 01 cilindro de oxigênio 03 aplicadores para inseminação artificial 01 ensiladeira 01 plantadeira 01 rotativa 01 subsolador 01 arado 02 chave de impacto 3/4" "01 Lavadora de alta pressão Gasolina 3000psi "	
Total Ação	76.000,00	0,04
Ação	1564 - 1 tip top para transporte de PC (agricultores) - prancha 2 escavadeira Hidráulica 2 retro escavadeira 1 pá carregadeira 2 motoniveladora 2 esteira 20 tn 1 rolo compactador 1 mini rolo compactador 1 mini retro escavadeira 7 caminhão traçado (Caçamba) com basculante 1 caminhão transporte com muck 1 caminhão hidro-jato 1 cavallinho 2 caminhão para irrigação 3 caminhão caçamba simples c/ basculante 1 caminhão irrigação de canteiros com bomba 2 trator pneu agrícola 1 grade aradoura 10 veículos utilitários 3 veículos stander 4 pic-up gabine dupla 2 mini carregadeira 2 implementos de capinadeira 2 implementos de vassouras recolhedoras 1 implemento braço mini retro escavadeira	
Total Ação	1.200.000,00	0,62
Ação	2560 - Manter admissão, contratação de pessoal, remuneração de pessoal. Manter as atividades do departamento com prestação de serviços com aquisição recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Capacitação profissional	
Total Ação	9.357.000,00	4,86
Total Programa	10.633.000,00	5,00
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS	
Ação	2564 - 1 caminhão iluminação pública com muck com cesto	
Total Ação	2.520.000,00	1,31
Total Programa	2.520.000,00	1,00
Total Subfunção	13.153.000,00	6,83
Total Função	13.153.000,00	6,83
Função	0020 - Agricultura	
Subfunção	0606 - Extensão Rural	
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS	
Ação	2562 - Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (EPAGRI) Programa de controle do mosquito borrachudo	
Total Ação	10.000,00	0,01
Total Programa	10.000,00	0,00
Total Subfunção	10.000,00	0,01
Total Função	10.000,00	0,01
Total Unidade	13.163.000,00	6,84
Unidade	2 - Obras Municipais	
Função	0026 - Transporte	
Subfunção	0451 - Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0261 - CIDADE EM OBRAS	
Ação	1565 - Pavimentação de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Realizar todas as intervenções para a melhora da infraestrutura em vias urbanas e rurais. Pavimentações de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Fazer calçadas, ciclovias, passarelas e outros para adequar as vias públicas.	

Dotação			%
Total Ação		22.441.500,00	11,65
Ação	1566 - Terraplanagem do acesso e construção de ponte em concreto armado ligando os bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (ROD. SC-477 e Rod SC-416); revitalização do acesso até o Morro Azul (início no Mulde Baixa até a Mulde Alta); revitalização do acesso ao Morro do Arapongas; revitalização do Jardim Botânico; Melhoramento do acesso a localidade de Rio Fortuna, Tifa Bom Jesus, Tifa Ruthmann, Tifa Krueger, Tifa Heinig, Tifa Colley, Tifa Krieser, Tifa Morgeland, Tifa Schmidt.		
Total Ação		250.000,00	0,13
Ação	1567 - Construir instalações para a secretaria de obras, revitalizar e urbanizar as praças e espaços públicos e outros necessários para o desempenho das atividades. Ampliação, revitalização e reurbanização das praças e parques, cemitérios, passeios públicos, espaços públicos, ciclovia e demais espaços públicos similares.		
Total Ação		200.000,00	0,10
Total Programa		22.891.500,00	11,00
Total Subfunção		22.891.500,00	11,89
Total Função		22.891.500,00	11,89
Total Unidade		22.891.500,00	11,89
Total Órgão		36.054.500,00	18,72
Órgão	9 - Procuradoria Geral do Município		
Unidade	1 - Procuradoria do Município		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0270 - GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA		
Ação	1571 - Compra de equipamentos Compra de veículo		
Total Ação		90.000,00	0,05
Ação	2570 - Folha de pagamento Auxílio alimentação em pecúnia Estagiários Jetons e Conselheiros Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização Material de expediente Material elétrico/eletrônico Material de proteção e segurança Serviços técnicos profissionais Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins Serviços de telecomunicações Serviços de áudio/vídeo/foto Serviços gráficos e editoriais Serviços judiciais Seguros em geral Vale transporte Serviços apoio administrativo/técnico Despesas de teleprocessamento Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica Outros serviços de terceiro - pessoa física Eventos/cursos/capacitação/qualificação Passagens/transportes Estagiários Convênios/termos/acordos/contratos		
Total Ação		933.000,00	0,48
Total Programa		1.023.000,00	0,00
Total Subfunção		1.023.000,00	0,53
Total Função		1.023.000,00	0,53
Total Unidade		1.023.000,00	0,53
Total Órgão		1.023.000,00	0,53
Órgão	10 - Fundo de Habitacao de Timbo - Fht		
Unidade	1 - Fht		
Função	0016 - Habitação		
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0275 - HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT		
Ação	2580 - Contratação de empresa para executar o PTTS Continuação do contrato de execução do PTTS Estudos e diagnósticos para o Plano de Habitação Cartão Reforma Projetos de Casas Populares Transferência de recurso Manutenção do FHT Imóveis e Instalações Contratação de empresa para elaboração e execução do PTTS Contratar empresa para estudos e diagnosticos e elaboração do plano de habitação		
Total Ação		26.000,00	0,01
Total Programa		26.000,00	0,00
Total Subfunção		26.000,00	0,01
Total Função		26.000,00	0,01
Total Unidade		26.000,00	0,01
Total Órgão		26.000,00	0,01
Órgão	12 - Fundo Municipal de Emergencia de Defesa Civil de T		
Unidade	1 - Fundo Municipal de Defesa Civil Fumdec		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBO		
Ação	2592 - Combustíveis e Lubrificantes Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software Material para Manutenção de Veículos Locação de Máquinas e Equipamentos Energia Elétrica Serviços de Telecomunicações Serviços Gráficos e Editoriais Seguros em Geral Outros Serviços de Terceiros		
Total Ação		32.000,00	0,02
Total Programa		32.000,00	0,00
Total Subfunção		32.000,00	0,02
Total Função		32.000,00	0,02
Total Unidade		32.000,00	0,02
Unidade	2 - Manutenção do Convenio Bombeiro Militar		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0182 - Defesa Civil		
Programa	0280 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBO		
Ação	1591 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios; Aquisição de frota (um veículo 4x4, um veículo administrativo e um veículo tipo ambulância ASU);		

Dotação			%
Total Ação		140.000,00	0,07
Ação	1593 - Construção do terceiro bloco do Corpo de Bombeiros Militar/Defesa Civil/SAMU, melhorias na estrutura atual;		
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	2590 - Combustíveis Material de expediente Material de limpeza Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de água Consumo de Telecomunicações Material de Consumo, Copa e Cozinha Seguros em Geral Manutenção de Bens Móveis e Imóveis Material de Proteção e Segurança Material Hospitalar Serviços de Terceiros Demais Despesas Com a Manutenção do Fundo do Bombeiros Militar		
Total Ação		237.200,00	0,12
Total Programa		427.200,00	0,00
Total Subfunção		427.200,00	0,22
Total Função		427.200,00	0,22
Total Unidade		427.200,00	0,22
Unidade	3 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0020 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUMDEC		
Total Ação		5.300,00	0,00
Total Programa		5.300,00	0,00
Total Subfunção		5.300,00	0,00
Total Função		5.300,00	0,00
Total Unidade		5.300,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.500,00	0,00
Total Programa		2.500,00	0,00
Total Subfunção		2.500,00	0,00
Total Função		2.500,00	0,00
Total Unidade		2.500,00	0,00
Total Órgão		467.000,00	0,24
Órgão	13 - Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó		
Unidade	1 - Meio Ambiente		
Função	0018 - Gestão Ambiental		
Subfunção	0542 - Controle Ambiental		
Programa	0290 - GESTÃO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO		
Ação	1601 - EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	1603 - FROTA DE VEICULOS - FMMA		
Total Ação		60.000,00	0,03
Ação	2600 - Manutenção da Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente		
Total Ação		354.980,00	0,18
Ação	2602 - Fortalecer a Parceria com o Instituto Ambiental Aracuaá		
Total Ação		160.000,00	0,08
Total Programa		589.980,00	0,00
Programa	0381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Ação	2604 - Programa Protetor Ambiental Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral.		
Total Ação		12.720,00	0,01
Total Programa		12.720,00	0,00
Total Subfunção		602.700,00	0,31
Total Função		602.700,00	0,31
Total Unidade		602.700,00	0,31
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0022 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.300,00	0,00
Total Programa		5.300,00	0,00
Total Subfunção		5.300,00	0,00
Total Função		5.300,00	0,00
Total Unidade		5.300,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00

Dotação			%
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Total Órgão		610.000,00	0,32
Órgão	14 - Fundo Mun.de Defesa dos Direitos Difusos - Fmddd		
Unidade	1 - Procon		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
Programa	0300 - GESTÃO DO PROCON		
Ação	1611 - Compra de máquinas/equipamentos Compra de veículo		
Total Ação		69.000,00	0,04
Ação	2610 - Folha de pagamento Auxílio alimentação em pecúnia Estagiários Jetons e Conselheiros Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização Material de expediente Material elétrico/eletrônico Material de proteção e segurança Serviços técnicos profissionais Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins Serviços de telecomunicações Serviços de áudio/video/foto/comunicação em geral Serviços gráficos e editoriais Serviços judiciais Seguros em geral Vale transporte Serviços apoio administrativo/técnico Despesas de teleprocessamento/processamento de dados Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica Outros serviços de terceiro - pessoa física Eventos/cursos/capacitação/qualificação Passagens/transportes Manutenção de software Serviços de energia elétrica Serviços bancários Convênios/termos/acordos/contratos		
Total Ação		217.700,00	0,11
Total Programa		286.700,00	0,00
Total Subfunção		286.700,00	0,15
Total Função		286.700,00	0,15
Total Unidade		286.700,00	0,15
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0024 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMDD		
Total Ação		5.300,00	0,00
Total Programa		5.300,00	0,00
Total Subfunção		5.300,00	0,00
Total Função		5.300,00	0,00
Total Unidade		5.300,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Total Órgão		294.000,00	0,15
Órgão	15 - Fundo Municipal de Saude		
Unidade	1 - Servicos em Saude na Atencao Basica		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0301 - Atenção Básica		
Programa	0310 - ATENÇÃO BÁSICA		
Ação	1621 - Reforma UBS, Construção UBS E Ampliação UBS		
Total Ação		646.609,68	0,34
Ação	1622 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC, Aquisição de veículos		
Total Ação		253.000,00	0,13
Ação	1624 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS;		
Total Ação		21.200,00	0,01
Ação	1625 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS;		
Total Ação		21.200,00	0,01
Ação	1626 - AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		10.600,00	0,01
Ação	2620 - Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; Manutenção de ações de Educação Permanente Aquisição de EPI (equipamento de proteção individual), REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS		

Dotação		%
DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. Outras despesas variáveis Proporcionar acessibilidade a todos os usuários nas ESF's. Aquisição de material didático para educação permanente		
Total Ação	7.714.235,84	4,01
Ação	2621 - Promover ações intersetoriais com o fortalecimento de ações de promoção e prevenção em SB, Promover ações de Educação Permanente para as equipes de SB, Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. Outras despesas variáveis, EPI (uniforme, óculos,...)	
Total Ação	2.869.400,00	1,49
Ação	2622 - Realizar autoavaliações nas reuniões do NASF em uma frequência mensal; Promover interação entre NASF e ESF nas reuniões de equipe de NASF e ESF. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Fortalecer ações de matriciamento (pedagógico e gerencial).	
Total Ação	561.400,00	0,29
Ação	2623 - Promover curso de formação de ACS Aquisição de EPI (bolsa, protetor solar, uniforme, sapato,...) Manutenção de equipamentos de informática OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC	
Total Ação	1.618.568,00	0,84
Total Programa	13.716.213,52	7,00
Total Subfunção	13.716.213,52	7,12
Total Função	13.716.213,52	7,12
Total Unidade	13.716.213,52	7,12
Unidade	2 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Função	0010 - Saúde	
Subfunção	0302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR	
Ação	2633 - Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município - Rede Feminina de Combate ao Câncer -Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais.	
Total Ação	102.500,00	0,05
Total Programa	102.500,00	0,00
Programa	0311 - GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
Ação	1627 - AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	
Total Ação	556.500,00	0,29
Ação	1628 - ADEQUAÇÃO DA BASE DO SAMU	
Total Ação	5.000,00	0,00
Ação	1629 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. E AQUISIÇÃO DE FROTA DE VEÍCULOS;	
Total Ação	15.900,00	0,01
Ação	1630 - AQUISIÇÃO FROTA DE VEÍCULOS, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.	
Total Ação	12.500,00	0,01
Ação	2624 - MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO, CONVENIAR INSTITUIÇÕES/ ENTIDADES PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES QUE AUXILIO E/OU COMPLEMENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.	
Total Ação	6.391.349,16	3,32
Ação	2625 - MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE	

Dotação		%
PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, Aquisição de medicamentos, MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS.		
Total Ação	193.000,00	0,10
Ação	2626 - MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, SOBREAVISO MÉDICO E EXAMES DE DIAGNÓSTICO NO HOSPITAL OASE; MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR A DISPONIBILIDADE DE ESPECIALIDADES MÉDICAS MANTER O SERVIÇO DE LAVANDERIA CONSTRUÇÃO DA UTI NEO NATAL.	
Total Ação	5.921.200,00	3,08
Ação	2627 - ATENDIMENTO/ ACOLHIMENTO AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS, DISPONIBILIZAR ACESSO A REDE DE ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOSOCIAIS EM HOSPITAIS DE REFERÊNCIA E CLÍNICAS ESPECIALIZADAS AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERÊNCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. ENCONTRO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL DE TODA A REDE DE ATENDIMENTO Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, Outras Despesas de Manutenção, ATENDER OS AOS USUÁRIOS DE SAÚDE MENTAL COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.	
Total Ação	425.020,00	0,22
Total Programa	13.520.469,16	7,00
Total Subfunção	13.622.969,16	7,08
Total Função	13.622.969,16	7,08
Total Unidade	13.622.969,16	7,08
Unidade	3 - Suporte Profilático e Terapeutico	
Função	0010 - Saúde	
Subfunção	0303 - Suporte Profilático e Terapêutico	
Programa	0312 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
Ação	1631 - Aquisição de equipamentos para as farmácias centrais e das unidades de saúde.	
Total Ação	12.000,00	0,01
Ação	2628 - Realizar campanhas para o uso racional de medicamentos, Realizar juntamente com a equipe do NASF consultas farmacêuticas para avaliação da adesão e realização correta dos tratamentos medicamentosos, Reformulação de espaços adequados para a atenção farmacêutica Reformulação dos espaços para a dispensação e atenção farmacêutica para os componentes estratégico e especializado assim como medicação judicial. Melhorar o acesso ao medicamento de pacientes com dificuldade de locomoção/acamados Estabelecer reuniões periódicas com os farmacêuticos da atenção básica e média complexidade Educação permanente dos profissionais farmacêuticos Fornecer medicamentos não constantes da listagem padronizada da Farmácia Básica do SUS, Secretaria de Saúde, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ou cidadãos em situação de risco social. Manter/renovar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para compra de medicamentos através do CISAMMVI (Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). Implementar sistema de controle de estoque por leitor de código de barras Criação de uma comissão para reavaliação periódica da REMUME Implementação, juntamente com as equipes do NASF de terapias alternativas.	
Total Ação	1.317.459,16	0,68
Total Programa	1.329.459,16	0,00
Total Subfunção	1.329.459,16	0,69
Total Função	1.329.459,16	0,69
Total Unidade	1.329.459,16	0,69
Unidade	4 - Vigilância em Saúde	
Função	0010 - Saúde	
Subfunção	0304 - Vigilância Sanitária	
Programa	0313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Ação	1632 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO VEÍCULOS	
Total Ação	55.000,00	0,03
Ação	1633 - Adequação do Espaço físico da Vigilância junto a Policlínica.	
Total Ação	10.000,00	0,01
Ação	2629 - Manter organizados através das áreas/programas de interesse de saúde, saúde do trabalhador, Farmacovigilância, Vigiagua, Vigidesastres, Vigieq, Pharos, Notivisa. Confeccionar materiais educativos Manter o serviço de sobreaviso 24 horas Promover o fortalecimento das ações que visem à promoção da intersetorialidade Promover a área de saúde do trabalhador, desenvolvendo as atividades que visam à redução do adoecimento e dos acidentes nas diversas frentes de trabalho. Intensificar as ações de formação de recursos humanos, objetivando a formação continuada. Padronizar o atendimento as denúncias e reclamações das diversas situações junto à comunidade em geral. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERÊNCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; Efetuar controle populacional de cães e gatos através de parcerias com ONGs Fomentar ações que visam realizar articulações com diversos setores no sentido de qualificar as ações de vigilância sanitária para a população. Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais Demais despesas com manutenção Manter a soberania do código sanitário.	
Total Ação	436.500,00	0,23

Dotação			%
Total Programa		501.500,00	0,00
Total Subfunção		501.500,00	0,26
Subfunção	0305 - Vigilância Epidemiológica		
Programa	0313 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
Ação	1634 - Aquisição de veículos, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		20.000,00	0,01
Ação	2630 - Realizar a ampliação da estrutura física e do quadro de funcionários efetivos. Proporcionar participação dos funcionários em congressos, seminários e capacitações referentes os agravos de Vigilância Epidemiológica, Manter o serviço de sobreaviso 24 horas. Garantir os equipamentos de proteção individual (EPI) e uniformes. Realizar educação permanente com a rede de saúde para garantir a qualidade dos dados fornecidos aos programas do MS, Manter atualizados os equipamentos de informática para possibilitar a alimentação dos dados dos Sistemas de Informação do MS, Ampliação da estrutura física da Rede de Frio, Informatizar a movimentação dos insumos e imunobiológicos. MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais, Demais despesas com manutenção AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. Estruturar a UDM (Unidade de Dispensação de Medicamentos).		
Total Ação		709.423,16	0,37
Total Programa		729.423,16	0,00
Total Subfunção		729.423,16	0,38
Total Função		1.230.923,16	0,64
Total Unidade		1.230.923,16	0,64
Unidade	5 - Gestão do Sus		
Função	0010 - Saúde		
Subfunção	0122 - Administracao Geral		
Programa	0314 - GESTÃO DO SUS		
Ação	1635 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	1636 - REMODELAR O FUNCIONAMENTO DA SALA ESPERA DE ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS DA POLICLÍNICA; ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.		
Total Ação		150.000,00	0,08
Ação	1637 - AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC.		
Total Ação		31.000,00	0,02
Ação	2631 - CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE 2019,FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, ESCRITÓRIO, ETC, REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS FORA DO MUNICIPIO, Implantar a ouvidoria do SUS no município, PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS, FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INFORMÁTICA BÁSICA, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO DE REDE LÓGICA E TELEFÔNICA E MAQUINAS, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS), Folha de Pagamento, vantagens horas extras, terceirizações e encargos sociais,NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO (NEPSHU), CONSTRUIR PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, INCLUSAO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS NAS DIVERSAS REDES DO SUS, AVALIAR PACTUAR OS INDICADORES DE SAUDE - SISPACTO, REGULAÇÃO DE ACESSO A CONSULTAS, EXAMES, TFD, CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO DE ACESSO A CONSULTAS, EXAMES, TFD, CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, ANALISAR PACTUAR E REPACTUAR A UTILIZAÇÃO DA PPI AMBULATORIAL E HOSPITALAR SISREG e Outras despesas variáveis.		
Total Ação		625.000,00	0,32
Ação	2632 - REMODELAR O FUNCIONAMENTO DA SALA ESPERA DE ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS DA POLICLÍNICA; EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE ATENDIMENTO ESTENDIDO (NOTURNO) TIPO DE AMBULATÓRIO GERAL MANTER DOS ESPECIALISTAS MÉDICOS E NÃO MÉDICOS DISPONIBILIZAR ACESSO AOS MEIOS NECESSÁRIOS PARA CONCLUSÃO DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS (EXAMES, FISIOTERAPIA, PROCEDIMENTOS, TRATAMENTOS, FORMULAS NUTRICIONAIS, ETC) MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. ORIENTAÇÃO PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR DISPONIBILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (FRALDAS, ÓCULOS, SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS, ETC)		
Total Ação		148.400,00	0,08
Total Programa		964.400,00	0,00
Total Subfunção		964.400,00	0,50
Total Função		964.400,00	0,50
Total Unidade		964.400,00	0,50
Unidade	6 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0026 - PAGAMENTO DO PASEP E OUTROS ENCARGOS.		

Dotação			%
Total Ação		100.000,00	0,05
Total Programa		100.000,00	0,00
Total Subfunção		100.000,00	0,05
Total Função		100.000,00	0,05
Total Unidade		100.000,00	0,05
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		30.000,00	0,02
Total Programa		30.000,00	0,00
Total Subfunção		30.000,00	0,02
Total Função		30.000,00	0,02
Total Unidade		30.000,00	0,02
Total Órgão		30.993.965,00	16,10
Órgão	16 - Fundo Municipal de Assistencia Social - Fmas		
Unidade	1 - Gestão da Assistência Social		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0324 - GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ação	1645 - Aquisição veículos (02), Aquisição de equipamentos.		
Total Ação		60.600,00	0,03
Ação	2648 - Locação de veículos e fretamento, Manutenção e reformas da Sede da Secretaria. Gestão do SUAS (Gestão do Trabalho e Vigilância socioassistencial).Manutenção da frota de veículos, Firmar convênios / contratos, Despesa de Consumo de energia elétrica, Despesa de serviços de internet Despesa com serviços de telefone, Consumo de água, Combustível, Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem Diária de motorista, Despesa de pagamento de inscrições para cursos/capacitações Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Outras despesas variáveis Despesa com software e manutenção Aquisição de material didático.		
Total Ação		1.331.659,34	0,69
Ação	2649 - Gestão do IGD SUAS E 3% destinados ao CMAS, Gestão do IGD BOLSA FAMÍLIA (3% destinados ao CMAS) e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.		
Total Ação		31.500,00	0,02
Total Programa		1.423.759,34	0,00
Total Subfunção		1.423.759,34	0,74
Total Função		1.423.759,34	0,74
Total Unidade		1.423.759,34	0,74
Unidade	2 - Serviços de Proteção Básica		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0320 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
Ação	1641 - Ampliação e Construção de CRAS,Reformas dos equipamentos sociais.		
Total Ação		228.000,00	0,12
Ação	1643 - Aquisição de equipamentos diversos para Proteção Social Básica, Aquisição de 04 veículos (sendo 02 veículos c/capacidade de 05 passageiros e 02 veículos c/capacidade 20 passageiros)		
Total Ação		13.000,00	0,01
Ação	2640 - Despesas de manutenção (água, luz, telefone), Despesa com capacitações bem como o pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins, Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. Despesa com software e manutenção, Aquisição de EPI, Aquisição de livros técnicos e literatura, Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos e fretamento, Aquisição de gêneros alimentícios p/manutenção da PSB (Coffee break) e outras despesas variáveis.		
Total Ação		228.790,00	0,12
Total Programa		469.790,00	0,00
Programa	0321 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS		
Ação	2641 - Implantar o auxílio Renda Cidadão (15vagas fixas), Implantar o vale refeição, Firmar convênios com a rede hoteleira (situações emergenciais), Ampliar o valor e quantidade do Vale alimentação, Ampliar o valor e a quantidade de Vale gás, Ampliar a quantidade de Fraldas,Manter o acesso ao Auxílio Funeral, Auxílio natalidade, Manter o acesso ao auxílio Fotos,Ampliar a concessão de auxílio Passagem, Auxílio frete, Aluguel Social (um salário mínimo p/ família, num total de 08 famílias) e Implantar auxílio energia elétrica.		
Total Ação		140.265,60	0,07
Total Programa		140.265,60	0,00
Total Subfunção		610.055,60	0,32
Total Função		610.055,60	0,32
Total Unidade		610.055,60	0,32
Unidade	3 - Serviços de Proteção Social Especial Média e Alta		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2657 - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação de Amparo à Terceira Idade.		

Dotação			%
Total Ação		133.190,08	0,07
Total Programa		133.190,08	0,00
Programa	0325 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE		
Ação	1649 - Reformas dos equipamentos sociais, Aquisição de um veículo, Aquisição de equipamentos.		
Total Ação		15.000,00	0,01
Ação	2644 - Capacitação permanente dos profissionais para qualificar o atendimento aos usuários, firmar convênios com a rede hoteleira, Aquisição de gêneros alimentícios (Coffee break), Despesa de serviços de internet, telefone, energia elétrica, Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem, Despesa de pagamento de inscrições para cursos, Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, aquisição de material didático e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Locação de veículos, Manutenção da frota de veículos, Serviços de terceiros, Aquisição de material de expediente entre outras Despesas variáveis.		
Total Ação		255.820,00	0,13
Total Programa		270.820,00	0,00
Programa	0326 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		
Ação	1647 - Reformas dos equipamentos sociais, Aquisição de equipamentos, Aquisição de um veículo.		
Total Ação		45.000,00	0,02
Ação	2646 - Fimar convênios com a rede hoteleira, Aquisição de gêneros alimentícios (Coffee break), Despesa de serviços de internet, água, luz, telefone e outros, Implantar o serviço de Família Acolhedora, Ampliação e manutenção da Folha de pagamento (horas extras, benefícios, gratificações e encargos sociais), Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, Aquisição de material didático e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos, Fimar convênios /contratos com consórcio para a equipe de referência do abrigo Institucional		
Total Ação		1.048.344,98	0,54
Total Programa		1.093.344,98	0,00
Total Subfunção		1.497.355,06	0,78
Total Função		1.497.355,06	0,78
Total Unidade		1.497.355,06	0,78
Unidade	4 - Programa Terceira Idade		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0241 - Assistência ao Idoso		
Programa	0322 - TERCEIRA IDADE		
Ação	2642 - Aquisição de gêneros alimentícios, Despesa com Consumo de água, telefone, energia elétrica, Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos e fretamento, Contratação de Serviços de terceiros.		
Total Ação		21.200,00	0,01
Total Programa		21.200,00	0,00
Total Subfunção		21.200,00	0,01
Total Função		21.200,00	0,01
Total Unidade		21.200,00	0,01
Unidade	5 - Programa Manutenção dos Conselhos		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0244 - Assistência Comunitária		
Programa	0323 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS		
Ação	2643 - Despesa de serviços de internet, Despesa com serviços de telefone, Combustível, Diária de motorista, Despesa de pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins, Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros, Locação de 01 imóvel, salas, máquinas e equipamentos, Despesa com software e manutenção, Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo, Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal, Manutenção da frota de veículos, Locação de veículos e fretamento, Aquisição de material de expediente, Fimar convênios / contratos.		
Total Ação		190.800,00	0,10
Total Programa		190.800,00	0,00
Total Subfunção		190.800,00	0,10
Total Função		190.800,00	0,10
Total Unidade		190.800,00	0,10
Unidade	6 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0030 - Pagamento do PASEP e outros encargos.		
Total Ação		5.300,00	0,00
Total Programa		5.300,00	0,00
Total Subfunção		5.300,00	0,00
Total Função		5.300,00	0,00
Total Unidade		5.300,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		3.500,00	0,00
Total Programa		3.500,00	0,00

Dotação			%
Total Subfunção		3.500,00	0,00
Total Função		3.500,00	0,00
Total Unidade		3.500,00	0,00
Total Órgão		3.751.970,00	1,95
Órgão	17 - Timboprev		
Unidade	1 - Administracao do Timboprev		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0330 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - REGIME PRÓPRIO		
Ação	2650 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS (MANTER AS ATIVIDADES DO TIMBOPREV, EVENTOS, RECURSOS HUMANOS, CURSOS. PARTICIPAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM CURSOS, SEMINÁRIOS E CONGRESSOS. PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS E OUTROS. GARANTIR AS AÇÕES COM VISTAS AO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ALTERAÇÃO, CRIAÇÃO, ADMISSÃO, REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO, ENTRE OUTROS. FIRMAR CONVÊNIOS, AJUSTES, CONTRATOS OU ACORDOS NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. CONTRATAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM VISTAS AO APERFEIÇOAMENTO DOS TRABALHOS DO INSTITUTO. CONTRATAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA SEDE DO INSTITUTO. DIVULGAR OS TRABALHOS, ATOS OFICIAIS E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM ENTIDADES PRIVADAS E PÚBLICAS, AS QUAIS O ENTE É FILIADO OU VENHA A SE FILIAR. ADQUIRIR RECURSOS MATERIAIS, DE EXPEDIENTE, CONSUMO E OUTROS. MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, PRATICAR O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO, ENVOLVER A SOCIEDADE NAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS; MELHORAR E AMPLIAR AS AÇÕES PLANEJADAS E O CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO. ALUGUEL DE SALA). FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS SOCIAIS DE SERVIDORES ATIVOS E COMISSIONADOS AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PAGAMENTO DE JETONS AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL, E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.		
Total Ação		439.000,00	0,23
Ação	2651 - PAGAMENTO DE EVENTUAIS COMPENSAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - COMPREV RPPS X RGPS		
Total Ação		50.000,00	0,03
Ação	2652 - MANTER OS BENEFÍCIOS DO TIMBOPREV, CONFORME AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 01/93 , Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.		
Total Ação		767.000,00	0,40
Total Programa		1.256.000,00	0,00
Total Subfunção		1.256.000,00	0,65
Total Função		1.256.000,00	0,65
Total Unidade		1.256.000,00	0,65
Unidade	2 - Reserva de Contingência RPPS		
Função	0097 - Reserva do RPPS		
Subfunção	0997 - Reserva do RPPS		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9799 - Resguardar excesso de Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como Resultado do Cálculo Atuarial.		
Total Ação		81.000,00	0,04
Total Programa		81.000,00	0,00
Total Subfunção		81.000,00	0,04
Total Função		81.000,00	0,04
Total Unidade		81.000,00	0,04
Unidade	3 - Inativos Timboprev		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0052 - Manter o Pagamento dos Inativos do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93 , Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 e Alterações Posteriores. Manter o Pagamento de Ação Judicial de Inativos ref. Transferência Financeira do Município para o TIMBOPREV.		
Total Ação		11.700.000,00	6,08
Total Programa		11.700.000,00	6,00
Total Subfunção		11.700.000,00	6,08
Total Função		11.700.000,00	6,08
Total Unidade		11.700.000,00	6,08
Unidade	4 - Pensionistas Timboprev		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0053 - Manter o Pagamento dos Pensionistas do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93, Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 e Alterações Posteriores. Manter o Pagamento de Ação Judicial de Pensionistas ref. Transferência Financeira do Município para o TIMBOPREV .		
Total Ação		1.215.000,00	0,63
Total Programa		1.215.000,00	0,00
Total Subfunção		1.215.000,00	0,63
Total Função		1.215.000,00	0,63
Total Unidade		1.215.000,00	0,63

Dotação			%
Unidade	5 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0272 - Previdência do Regime Estatutário		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0050 - Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Ação	0051 - Pagamento do PASEP.		
Total Ação		141.000,00	0,07
Total Programa		151.000,00	0,00
Total Subfunção		151.000,00	0,08
Total Função		151.000,00	0,08
Total Unidade		151.000,00	0,08
Total Órgão		14.403.000,00	7,48
Órgão	18 - Fas		
Unidade	1 - Gestao da Assistencia a Saude do Servidor		
Função	0009 - Previdência Social		
Subfunção	0271 - Previdência Básica		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0035 - Pagamento do plano de saúde dos servidores segurados.		
Total Ação		1.964.500,00	1,02
Total Programa		1.964.500,00	1,00
Total Subfunção		1.964.500,00	1,02
Total Função		1.964.500,00	1,02
Total Unidade		1.964.500,00	1,02
Unidade	2 - Encargos Gerais do Municipio		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0055 - Pagamento do PASEP e outros encargos.		
Total Ação		26.500,00	0,01
Total Programa		26.500,00	0,00
Total Subfunção		26.500,00	0,01
Total Função		26.500,00	0,01
Total Unidade		26.500,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingência		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		9.000,00	0,00
Total Programa		9.000,00	0,00
Total Subfunção		9.000,00	0,00
Total Função		9.000,00	0,00
Total Unidade		9.000,00	0,00
Total Órgão		2.000.000,00	1,04
Órgão	19 - Fundacao Municipal de Esportes - Fme		
Unidade	1 - Esporte Amador, Comunitário e de Rendimento		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0813 - Lazer		
Programa	0340 - MANUTENÇÃO FUNDAÇÃO DE ESPORTES		
Ação	1261 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS AQUISIÇÃO DE FROTAS		
Total Ação		110.000,00	0,06
Ação	1263 - REFORMA DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E DA SEDE FME; REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO; CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTIUSO;		
Total Ação		820.000,00	0,43
Ação	2660 - FOLHA DE PAGAMENTO MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DE FROTAS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO		
Total Ação		842.200,00	0,44
Total Programa		1.772.200,00	0,00
Programa	0341 - O ESPORTE E A CIDADE		
Ação	2666 - Torneios e Campeonatos Comunitários, Arbitragem, premiação etc. ... Calendário de Esporte Escolar Eventos de Lazer ativo, corridas, recreação, seminários Campeonatos Municipais e Regionais Arbitragem, premiação , etc. ...		
Total Ação		1.742.395,00	0,90
Ação	2668 - Jasc, Olesc, Joguinhos, Parajasc, Jasti; Campeonato Estadual e Nacional; Campeonatos Regionais; Manutenção e Fortalecimento de Modalidades Esportivas.		
Total Ação		196.100,00	0,10
Total Programa		1.938.495,00	1,00
Total Subfunção		3.710.695,00	1,93
Total Função		3.710.695,00	1,93
Total Unidade		3.710.695,00	1,93
Unidade	2 - Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico-Municipal		

Dotação			%
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0812 - Desporto Comunitário		
Programa	0341 - O ESPORTE E A CIDADE		
Ação	2662 - Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a atletas destaque para seu custeio afim de representar o Município em competições regionais, estaduais e nacionais.		
Total Ação		368.000,00	0,19
Ação	2664 - Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a técnicos esportivos para o desenvolvimento de sua modalidade afim de representar o município ou associação esportiva. Projeto Saúde nas Praças Projeto Esporte Escolar		
Total Ação		449.440,00	0,23
Total Programa		817.440,00	0,00
Total Subfunção		817.440,00	0,42
Total Função		817.440,00	0,42
Total Unidade		817.440,00	0,42
Unidade	3 - Transferências à Entidades Esportivas		
Função	0027 - Desporto e Lazer		
Subfunção	0813 - Lazer		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2669 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS À ENTIDADES ESPORTIVAS		
Total Ação		196.630,00	0,10
Total Programa		196.630,00	0,00
Total Subfunção		196.630,00	0,10
Total Função		196.630,00	0,10
Total Unidade		196.630,00	0,10
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0036 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		11.000,00	0,01
Total Programa		11.000,00	0,00
Total Subfunção		11.000,00	0,01
Total Função		11.000,00	0,01
Total Unidade		11.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		4.000,00	0,00
Total Programa		4.000,00	0,00
Total Subfunção		4.000,00	0,00
Total Função		4.000,00	0,00
Total Unidade		4.000,00	0,00
Total Órgão		4.739.765,00	2,46
Órgão	20 - Fundo de Atend. a Crianca e ao Adolescente - Fia		
Unidade	1 - Servico de Atencao Integral a Crianca e Adol.		
Função	0008 - Assistência Social		
Subfunção	0243 - Assistência à Criança e ao Adolescente		
Programa	0350 - FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA		
Ação	2670 - Aquisição de material didático, sócioeducativo e divulgação, Capacitação permanente e Programas e projetos.		
Total Ação		87.900,00	0,05
Total Programa		87.900,00	0,00
Total Subfunção		87.900,00	0,05
Total Função		87.900,00	0,05
Total Unidade		87.900,00	0,05
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0038 - Pagamento do PASEP e outros encargos		
Total Ação		1.100,00	0,00
Total Programa		1.100,00	0,00
Total Subfunção		1.100,00	0,00
Total Função		1.100,00	0,00
Total Unidade		1.100,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		1.000,00	0,00

Dotação			%
Total Programa		1.000,00	0,00
Total Subfunção		1.000,00	0,00
Total Função		1.000,00	0,00
Total Unidade		1.000,00	0,00
Total Órgão		90.000,00	0,05
Órgão	21 - Fundo Municipal de Turismo - Fumtur		
Unidade	1 - Desenvolvimento de Ações Turísticas		
Função	0023 - Comércio e Serviços		
Subfunção	0695 - Turismo		
Programa	0355 - GESTÃO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E ATRATIVOS TURÍSTICOS		
Ação	1681 - Aquisição de Equipamentos, Móveis e Utensílios; Equipamentos para Praças e Espaços Públicos; Aquisição de Veículo para Bondinho;		
Total Ação		125.000,00	0,06
Ação	1683 - Revitalização do Jardim Botânico; Revitalização da Praça dos Poemas; Pavimentação da Estrada Turística - Acesso ao Morro Azul Implantação do Mercado Público; Criação da Rota de Turismo com Bondinho; Sinalização Interpretativa nos Principais Atrativos Turísticos da Cidade; Criação do Quiosque com Objetos de Souvenirs; Implantação do Centro Gastronômico; Restauração Casa Enxaimel do Jardim Botânico; Implantação do Portal Turístico do Município de Timbó;		
Total Ação		2.130.000,00	1,11
Ação	2680 - Despesas com Pessoal e Encargos; Despesas com a Manutenção de Espaços Públicos; Manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul; Demais Despesas do Fundo de Turismo; Participação em Consórcios Públicos		
Total Ação		500.800,00	0,26
Total Programa		2.755.800,00	1,00
Total Subfunção		2.755.800,00	1,43
Total Função		2.755.800,00	1,43
Total Unidade		2.755.800,00	1,43
Unidade	2 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0040 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.200,00	0,00
Total Programa		2.200,00	0,00
Total Subfunção		2.200,00	0,00
Total Função		2.200,00	0,00
Total Unidade		2.200,00	0,00
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		2.000,00	0,00
Total Programa		2.000,00	0,00
Total Subfunção		2.000,00	0,00
Total Função		2.000,00	0,00
Total Unidade		2.000,00	0,00
Total Órgão		2.760.000,00	1,43
Órgão	22 - Fundacao Cultural de Timbo - Fct		
Unidade	1 - Memória, História, Cultura e Arte		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	0361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE		
Ação	1695 - Realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município. Estabelecer uma Política Municipal de Concessão de Incentivos de Preservação aos Proprietários de Bens Históricos e Arquitetônicos.		
Total Ação		9.100,00	0,00
Ação	2696 - Promover e Realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; Estabelecer um regime de cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município.		
Total Ação		5.300,00	0,00
Total Programa		14.400,00	0,00
Total Subfunção		14.400,00	0,01
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0361 - APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE		
Ação	2692 - Realização e apoio aos Eventos Culturais e Populares;		
Total Ação		1.219.000,00	0,63
Ação	2694 - Realização e ampliação dos cursos que envolvam Cultura, Arte e História;		
Total Ação		21.200,00	0,01
Total Programa		1.240.200,00	0,00
Total Subfunção		1.240.200,00	0,64

Dotação			%
Total Função		1.254.600,00	0,65
Total Unidade		1.254.600,00	0,65
Unidade	2 - Gestão da Fundação Cultural de Timbó		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	0360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Ação	1691 - Obra e Construção do Centro Integrado de Cultura e Educação; Aquisição de Imóveis Tombados e similares; Reforma de Imóveis Tombados e similares; Construção de Coreto na Praça Principal; Obras de Construções e Reformas da Fundação Cultural de Timbó e seus segmentos;		
Total Ação		1.160.000,00	0,60
Total Programa		1.160.000,00	0,00
Total Subfunção		1.160.000,00	0,60
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0360 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Ação	1693 - Equipamentos, Móveis e Utensílios para o Centro Integrado de Cultura e Educação; Equipamentos para a Fundação Cultural de Timbó e seus diversos segmentos; Frota de Veículos - Equipar a Fundação Cultural de Timbó com 1 veículo tipo "utilitário", 4 portas, e com ar condicionado.		
Total Ação		145.000,00	0,08
Ação	2690 - Manutenção do Centro Integrado de Cultura e Educação; Folha de Pagamento e encargos sociais; Auxílio Alimentação em Pecúnia Material de expediente Limpeza e Conservação Locação de equipamentos Manutenção dos veículos Consumo de energia elétrica Consumo de água Consumo de combustível Consumo de telefone Material gráfico Despesas com viagens, capacitações e estadias Serviços de Terceiros Despesas de manutenção Serviços de Teleprocessamento Locação de Imóveis Vigilância Ostensiva Monitorada Publicidade e Propaganda Demais Despesas com a Manutenção da FCT		
Total Ação		2.351.902,00	1,22
Total Programa		2.496.902,00	1,00
Total Subfunção		2.496.902,00	1,30
Total Função		3.656.902,00	1,90
Total Unidade		3.656.902,00	1,90
Unidade	3 - Gestão Pública do Terceiro Setor		
Função	0013 - Cultura		
Subfunção	0392 - Difusão Cultural		
Programa	0207 - GESTÃO PÚBLICA E O 3º SETOR		
Ação	2698 - Transferencia de Recursos à Entidades Culturais		
Total Ação		427.498,00	0,22
Total Programa		427.498,00	0,00
Total Subfunção		427.498,00	0,22
Total Função		427.498,00	0,22
Total Unidade		427.498,00	0,22
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0042 - GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA FCT		
Total Ação		21.000,00	0,01
Total Programa		21.000,00	0,00
Total Subfunção		21.000,00	0,01
Total Função		21.000,00	0,01
Total Unidade		21.000,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		4.000,00	0,00
Total Programa		4.000,00	0,00
Total Subfunção		4.000,00	0,00
Total Função		4.000,00	0,00
Total Unidade		4.000,00	0,00
Total Órgão		5.364.000,00	2,79
Órgão	23 - Funrepom		
Unidade	1 - Manutenção da Polícia Militar - Funrepom		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0370 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE TIMBO		
Ação	1701 - Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios		
Total Ação		20.000,00	0,01
Ação	1703 - Reforma do prédio da sede da 2ª companhia PM em Timbó, modernização das estruturas, revitalização do ambiente externo.		
Total Ação		160.000,00	0,08
Ação	2700 - Combustíveis Material de expediente Material de limpeza e conservação Fornecimento de Alimentação Serviços de		

Dotação		%
Telecomunicações Material de Consumo, Copa e Cozinha Seguros em Geral Material e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis Material de Proteção e Segurança Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software Outros Serviços de Terceiros Demais Despesas de Manutenção		
Total Ação	174.700,00	0,09
Total Programa	354.700,00	0,00
Total Subfunção	354.700,00	0,18
Total Função	354.700,00	0,18
Total Unidade	354.700,00	0,18
Unidade 2 - Encargos Gerais do Município		
Função 0028 - Encargos Especiais		
Subfunção 0845 - Outras Transferências		
Programa 0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação 0044 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação	5.300,00	0,00
Total Programa	5.300,00	0,00
Total Subfunção	5.300,00	0,00
Total Função	5.300,00	0,00
Total Unidade	5.300,00	0,00
Unidade 99 - Reserva de Contingencia		
Função 0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção 0999 - Reserva de contingência		
Programa 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação	5.000,00	0,00
Total Programa	5.000,00	0,00
Total Subfunção	5.000,00	0,00
Total Função	5.000,00	0,00
Total Unidade	5.000,00	0,00
Total Órgão	365.000,00	0,19
Órgão 24 - Fundo Municipal de Transito - Fumtran		
Unidade 1 - Demutran		
Função 0026 - Transporte		
Subfunção 0782 - Transporte Rodoviário		
Programa 0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação 1711 - AQUISIÇÃO 10 COMPUTADORES AQUISIÇÃO 2 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS AQUISIÇÃO 10 CADEIRAS GIRATORIAS AQUISIÇÃO 3 ESTAÇÕES DE TRABALHO AQUISIÇÃO 12 GAVETEIROS AQUISIÇÃO 5 ARQUIVOS DE AÇO AQUISIÇÃO 1 AUTOMÓVEL DE PASSEIO AQUISIÇÃO 4 MOTOCICLETAS AQUISIÇÃO 10 BAUS PARA MOTOCICLETA AQUISIÇÃO 5 ARMARIOS DE AÇO AQUISIÇÃO 5 CELULARES		
Total Ação	110.820,00	0,06
Ação 1713 - OBRAS E CONSTRUÇÕES IMOVEIS E INSTALAÇÕES ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ONIBUS, IMPLANTAÇÃO DE TREVOS E CANTEIROS EM VIAS URBANAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL		
Total Ação	955.000,00	0,50
Ação 2710 - FOLHA DE PAGAMENTO AUXILIO EDUCAÇÃO COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES COPA, MATERIAL DE EXPEDIENTE, LIMPEZA MATERIAL MANUTENÇÃO DE VEICULOS MATERIAL DE SINALIZAÇÃO ESTAGIÁRIOS MANUTENÇÃO DE SOFTWARE MANUTENÇÃO DE BENS DE USO COMUM DO POVO MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MANUTENÇÃO ESTRADAS E VIAS ENERGIA ELETRICA, AGUA, CELULAR SEGUROS SERVIÇOS BANCÁRIOS AUXILIO ALIMENTAÇÃO REMOÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS EM DECORRENCIA DE CONTRAVENÇÃO A LEGISLAÇÃO LOCAÇÃO DE RADIOS DE COMUNICAÇÃO AQUISIÇÃO DE 9 FARDAMENTOS COMPLETOS CONGRESSOS, SEMINARIOS E TREINAMENTOS PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS		
Total Ação	1.770.300,00	0,92
Total Programa	2.836.120,00	1,00
Programa 0381 - CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA		
Ação 2712 - Programa Aluno Guia Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral.		
Total Ação	12.720,00	0,01
Total Programa	12.720,00	0,00
Total Subfunção	2.848.840,00	1,48
Total Função	2.848.840,00	1,48
Total Unidade	2.848.840,00	1,48
Unidade 2 - Manutenção do Convênio de Trânsito		
Função 0026 - Transporte		
Subfunção 0782 - Transporte Rodoviário		
Programa 0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação 2711 - LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CORREIO SERVIÇOS BANCARIOS ALIMENTAÇÃO DE AGENTES EM AÇÃO CONJUNTA COM A POLICIA		
Total Ação	1.016.460,00	0,53
Total Programa	1.016.460,00	0,00
Total Subfunção	1.016.460,00	0,53
Total Função	1.016.460,00	0,53
Total Unidade	1.016.460,00	0,53
Unidade 3 - Policia Militar		

Dotação			%
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação	2715 - REPASSE AO ESTADO CONFORME CONVÊNIO TRÂNSITO		
Total Ação		106.000,00	0,06
Total Programa		106.000,00	0,00
Total Subfunção		106.000,00	0,06
Total Função		106.000,00	0,06
Total Unidade		106.000,00	0,06
Unidade	4 - Polícia Civil		
Função	0006 - Segurança Pública		
Subfunção	0181 - Policiamento		
Programa	0380 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ		
Ação	1715 - EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS AQUISIÇÃO 2 CELULARES		
Total Ação		13.780,00	0,01
Ação	2713 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES MATERIAL EXPEDIENTE MANUTENÇÃO DE VEICULOS MANUTENÇÃO DE SOFTWARE CURSOS		
Total Ação		92.220,00	0,05
Total Programa		106.000,00	0,00
Total Subfunção		106.000,00	0,06
Total Função		106.000,00	0,06
Total Unidade		106.000,00	0,06
Unidade	5 - Encargos Gerais do Município		
Função	0028 - Encargos Especiais		
Subfunção	0845 - Outras Transferências		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0046 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Total Ação		24.500,00	0,01
Total Programa		24.500,00	0,00
Total Subfunção		24.500,00	0,01
Total Função		24.500,00	0,01
Total Unidade		24.500,00	0,01
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		5.000,00	0,00
Total Programa		5.000,00	0,00
Total Subfunção		5.000,00	0,00
Total Função		5.000,00	0,00
Total Unidade		5.000,00	0,00
Total Órgão		4.106.800,00	2,13
Órgão	25 - Servico Autonomo Municipal de Agua e Esgoto		
Unidade	1 - Tratamento e Distribuicao de Agua		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0391 - ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS		
Ação	1721 - Aquisição de novos equipamentos de informática e bens móveis para fins de ampliação e substituição conforme depreciação. Aquisição de novos equipamentos de telemetria, softwares, macromedidores, geofones e equipamentos de medição. Aquisição de bombas e equipamentos destinados ao sistema de abastecimento de água. Aquisição de novos equipamentos de análises e controle do tratamento de água. Implantação de um setor de controle de perdas com aquisição de equipamentos e insumos.		
Total Ação		440.000,00	0,23
Ação	1723 - Aquisição de veículos tipo pick-up para substituição da frota das equipes de manutenção. Aquisição para substituição de máquinas e caminhões com equipamentos acoplados. Aquisição de veículos para coleta de água para análise em vários pontos da cidade. Aquisição de veículo para a equipe de controle de perdas. Aquisição para ampliação da frota de maquinas e caminhões com equipamentos acoplados. Aquisição de motocicletas para atendimento do setor de fiscalização. Aquisição de veículo tipo passeio para atendimento das necessidades do setor administrativo.		
Total Ação		57.000,00	0,03
Ação	1725 - Realizar obras de intervenção na captação de água bruta do rio benedito para adequação e regularização do sistema. Construção de novos reservatórios de água tratada para atendimento do crescimento da demanda. Ampliação e reforma da estação de tratamento de água (ETA) devido a depreciação e aumento de consumo. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para captação e tratamento de água. Implantação de novas redes para fornecimento de água nas áreas rurais. Ampliação e substituição de redes de distribuição de água conforme cronograma de pavimentações do município. Ampliação das redes existentes por diâmetros maiores que atendam a necessidade de abastecimento. Reforma e ampliações das instalações e pátios utilizados para os serviços de água.		
Total Ação		2.650.000,00	1,38
Ação	1727 - Aquisição de imóveis para a implantação de reservatórios conforme necessidade apontada em estudos realizados.		
Total Ação		100.000,00	0,05
Ação	2722 - Manutenção das atividades da estação de tratamento. Manutenção da folha de pagamento dos servidores lotados na		

Dotação		%
ETA. Contratação de serviços terceirizados (análise de água, elétrica, telemetria, predial etc), aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de tratamento, capacitação de servidores.		
Total Ação	1.180.000,00	0,61
Ação	2724 - Manutenção das atividades dos serviços de distribuição de água. Manutenção da folha de pagamento dos servidores. Contratação de serviços terceirizados (consertos/recuperação calçadas, vias públicas, horas máquinas, etc), aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de distribuição de água, capacitação de servidores.	
Total Ação	2.063.000,00	1,07
Total Programa	6.490.000,00	3,00
Total Subfunção	6.490.000,00	3,37
Total Função	6.490.000,00	3,37
Total Unidade	6.490.000,00	3,37
Unidade	2 - Captacao e Tratamento de Esgoto	
Função	0017 - Saneamento	
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano	
Programa	0392 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
Ação	1729 - Aquisição de novos equipamentos de informática e bens móveis para fins de implantação. Aquisição de equipamentos de telemetria, softwares, medidores. Aquisição de bombas e equipamentos destinados ao sistema de coleta e tratamento de esgoto. Aquisição de novos equipamentos de análises e controle do tratamento de esgoto.	
Total Ação	20.000,00	0,01
Ação	1731 - Aquisição de veículos tipo pick-up para implantação da frota das equipes de manutenção. Aquisição de máquinas e caminhões com equipamentos acoplados.	
Total Ação	20.000,00	0,01
Ação	1733 - Contratação de empresa especializada para fornecimento e execução dos serviços de implantação. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e tratamento de esgoto.	
Total Ação	13.500.000,00	7,01
Ação	1735 - Adquirir terrenos a serem utilizados para implantação de elevatórias de esgoto. Adquirir imóvel apto para a construção de estação de tratamento de esgoto.	
Total Ação	70.000,00	0,04
Ação	2726 - Manutenção das atividades da estação de tratamento. Manutenção da folha de pagamento dos servidores lotados na ETE. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de tratamento, capacitação de servidores, contratação de serviços terceirizados (análise de água, elétrica, telemetria, predial etc).	
Total Ação	20.000,00	0,01
Ação	2728 - Manutenção das atividades dos serviços da rede coletora de esgoto. Manutenção da folha de pagamento dos servidores, capacitação de servidores. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de coleta de esgoto contratação de serviços terceirizados (consertos/recuperação calçadas, vias públicas, horas máquinas, etc).	
Total Ação	20.000,00	0,01
Total Programa	13.650.000,00	7,00
Total Subfunção	13.650.000,00	7,09
Total Função	13.650.000,00	7,09
Total Unidade	13.650.000,00	7,09
Unidade	3 - Tratamento e Disposicao de Residuos Solidos	
Função	0017 - Saneamento	
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano	
Programa	0393 - PROJETO CIDADE LIMPA	
Ação	1737 - Aquisição de novos equipamentos de informática e bens móveis para fins de ampliação e substituição conforme depreciação. Aquisição de prensa para o material reciclado. Aquisição de esteira para separação dos materiais recicláveis. Aquisição de novos equipamentos de armazenamento interno de materiais recicláveis. Aquisição de condicionadores para implantação de projeto de armazenamento coletivo em pontos distribuídos no município.	
Total Ação	130.000,00	0,07
Ação	1739 - Aquisição para ampliação e renovação da frota de maquinas e caminhões para coleta de resíduos com equipamentos acoplados. Aquisição de veículo tipo passeio para atendimento das necessidades do setor administrativo.	
Total Ação	600.000,00	0,31
Ação	1741 - Construção de local para depósito de materiais de logística reversa e coleta de materiais recicláveis alternativo. Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e destinação de resíduos.	
Total Ação	270.000,00	0,14
Ação	1743 - Aquisição de terrenos para a construção de pontos de triagem e coleta alternativa de resíduos sólidos.	
Total Ação	50.000,00	0,03
Ação	2730 - Manutenção das atividades dos serviços de coleta de resíduos sólidos. Manutenção da folha de pagamento dos servidores que trabalham na separação dos resíduos. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de coleta de resíduos sólidos, capacitação dos servidores da Reciclagem.	
Total Ação	832.500,00	0,43
Ação	2732 - Manutenção das atividades dos serviços de coleta de resíduos sólidos. Manutenção da folha de pagamento dos servidores que realizam a coleta dos resíduos no município (agente de coleta e motorista). Pagamentos a CIMVI, aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de coleta e triagem, capacitação dos servidores, contratação de serviços terceirizados (elétrica, predial etc).	
Total Ação	1.890.000,00	0,98
Total Programa	3.772.500,00	1,00
Total Subfunção	3.772.500,00	1,96
Total Função	3.772.500,00	1,96
Total Unidade	3.772.500,00	1,96

Dotação			%
Unidade	4 - Encargos Gerais do Município		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		
Ação	0048 - Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros.		
Total Ação		348.700,00	0,18
Ação	0049 - Pagamento do PASEP mensal.		
Total Ação		120.000,00	0,06
Total Programa		468.700,00	0,00
Total Subfunção		468.700,00	0,24
Total Função		468.700,00	0,24
Total Unidade		468.700,00	0,24
Unidade	5 - Drenagem de Aguas Pluviais		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0394 - DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		
Ação	1745 - Contratação e elaboração de estudos e projetos para análise e execução de sistemas para coleta e manejo de águas pluviais. Implantação de novas tubulações e substituições das redes que estão comprometidas.		
Total Ação		70.000,00	0,04
Ação	2734 - Manter as atividades de drenagem e manejo de águas pluviais afim de que possam ser encaminhadas de forma correta ao seus corpos receptores. Aquisição de materiais e outros insumos necessários para a manutenção do sistema de drenagem e manejo das águas pluviais.		
Total Ação		10.000,00	0,01
Total Programa		80.000,00	0,00
Total Subfunção		80.000,00	0,04
Total Função		80.000,00	0,04
Total Unidade		80.000,00	0,04
Unidade	6 - Administração Geral do SAMAE		
Função	0017 - Saneamento		
Subfunção	0512 - Saneamento Básico Urbano		
Programa	0390 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE		
Ação	2720 - Manutenção da folha de pagamento dos servidores da administração geral do samae. Aquisição de materiais de expediente e outros insumos necessários para a manutenção do setor, capacitação de servidores, realização de eventos de conscientização relacionados ao uso correto da água, coleta seletiva, meio ambiente, contratação de serviços terceirizados, etc.		
Total Ação		2.488.800,00	1,29
Total Programa		2.488.800,00	1,00
Total Subfunção		2.488.800,00	1,29
Total Função		2.488.800,00	1,29
Total Unidade		2.488.800,00	1,29
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		50.000,00	0,03
Total Programa		50.000,00	0,00
Total Subfunção		50.000,00	0,03
Total Função		50.000,00	0,03
Total Unidade		50.000,00	0,03
Total Órgão		27.000.000,00	14,02
Órgão	26 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DE TIMBÓ		
Unidade	1 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS DE TIMBÓ		
Função	0004 - Administração		
Subfunção	0092 - Representação Judicial e Extrajudicial		
Programa	0270 - GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA		
Ação	2572 - Folha de Pagamento e demais despesas correntes.		
Total Ação		400.000,00	0,21
Total Programa		400.000,00	0,00
Total Subfunção		400.000,00	0,21
Total Função		400.000,00	0,21
Total Unidade		400.000,00	0,21
Total Órgão		400.000,00	0,21
Órgão	99 - Reserva de Contingencia		
Unidade	99 - Reserva de Contingencia		
Função	0099 - Reserva de Contingência		
Subfunção	0999 - Reserva de contingência		
Programa	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
Ação	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO MUNICÍPIO		
Total Ação		200.000,00	0,10
Total Programa		200.000,00	0,00
Total Subfunção		200.000,00	0,10

Dotação		%
Total Função	200.000,00	0,10
Total Unidade	200.000,00	0,10
Total Órgão	200.000,00	0,10
Total Geral	192.550.000,00	100,00

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.753 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1768888

DECRETO Nº. 4.753 DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRAS COM 86.352,99 M² - DE PROPRIEDADE DA EMPRESA RIGESA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA (WESTROCK) – TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica declarada de "utilidade pública" para fins de desapropriação uma área de terras com 86.352,99 m² (oitenta e seis mil e trezentos e cinquenta e dois metros e noventa e nove décimos quadrados), amigável ou judicial, de propriedade da Empresa Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda (WestRock), Bairro João Paulo II - Três Barras – SC, com registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob matrícula nº. 40.983, sendo que a localização da referida área encontra-se em mapa anexo, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º. A declaração de "utilidade pública", através do presente Decreto fundamenta-se no Decreto-Lei nº. 3.365/1941, artigo 5º. Alínea "I", construção de parque ambiental e abertura de ruas.

Art. 3º.- As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta de dotações específicas do orçamento municipal.

Art. 4º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 19 de Setembro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI

Advogado

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2018

Publicação Nº 1768601

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2018

Processo Licitatório nº 67/2017

Modalidade: "Pregão Presencial nº 59/2017"

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: GABRIEL AARON LUIZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.703.351/0001-27, com endereço à Rua Eugênio de Souza, nº 77, Sala 02, Centro de, Canoinhas - SC, Telefone 47- 3622-8820, por seu representante legal, doravante denominado CONTRATADO.

Vigência: 01/10/2018 até 31/12/2018.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E VIGIAS, destinados a manutenção dos serviços públicos para manutenção de Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), Unidades de Saúde e Secretaria de Viação e Obras, conforme itens abaixo:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE					
Lote 1: LOTE 01					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	11,94	30.000	358.200,00
Lote 3: LOTE 03					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL VIGIA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	16,50	12.500	206.250,00

2	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / RECEPCIONISTA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	15,00	9.000	135.000,00
TOTAL GERAL					699.450,00
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS					
Lote 1: LOTE 01					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	11,94	9.000	107.460,00
Lote 3: LOTE 03					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL VIGIA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	16,50	1.800	29.700,00
2	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / RECEPCIONISTA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	15,00	1.000	15.000,00
TOTAL GERAL					152.160,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE					
Lote 1: LOTE 01					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	11,94	9.000	107.460,00
Lote 3: LOTE 03					
Item	Descrição	Unidade	V. Unit.	Quantid.	V. Total
1	REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL VIGIA EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.	HORAS	16,50	1.800	29.700,00
TOTAL GERAL					137.160,00

Valor Total: O preço global dos serviços prestados será de até R\$ 988.770,00 (novecentos e oitenta e oito reais e setecentos e setenta reais) que será pago parceladamente conforme quantidades de horas utilizadas no período, de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, pagas em até 30 (trinta) dias após o fechamento do mês, que serão liberadas para pagamento após a conferência e assinatura pela Comissão de Recebimento de cada respectiva pasta solicitante dos serviços.

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

7.2 – Recursos:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- R\$ 699.450,00 (seiscentos e noventa e nove reais e quatrocentos e cinquenta reais).

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços:

- R\$ 152.160,00 (cento e cinquenta e dois mil e cento e sessenta reais).

Fundo Municipal de Saúde:

- R\$ 137.160,00 (cento e trinta e sete mil e cento e sessenta reais).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 05 de outubro de 2018.

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014.

Publicação Nº 1768605

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014.

Modalidade: "Pregão Presencial nº 06/2014"

Termo Aditivo nº 38/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC.

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.837.218/0001-92, com endereço à Rua Vereador Augustinho Kornatzki, nº 153, Cidade de Três Barras - SC, por seu representante legal o Sr. DIOGO PETERSON DAMS, brasileiro, inscrito no RG sob nº. 3.169.305, inscrito no CPF sob nº. 008.907.719-95, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta, item 4.1 do Termo Aditivo nº 13/2018 ao Contrato Principal nº. 012/2014, acrescentando 10.000 quilômetros esporádicos ao item SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL A 2000 OU SUPERIOR, PARA ATENDIMENTO ESPORADICO EM SUBSTITUIÇÃO AOS ONIBUS DA PREFEITURA E OU EM EVENTOS QUE OCORRERAM NO MUNICIPIO NO ANO LETIVO, TAIS COMO FESTIVAIS DE DANÇA, FESTIVAIS DA CANÇÃO, DESFILE CIVICOS, ENTRE OUTROS.

Valor: O Valor total do presente Termo Aditivo será de até R\$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais), considerando 10.000 mil quilômetros esporádicos ao valor de R\$ 4,91, que serão pagos da seguinte forma: a) No caso do Lote nº. 04 para a quilometragem extra referente aos serviços esporádicos em até 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal devidamente aceita e assinada pela comissão de recebimento da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte juntamente com o relatório dos serviços prestados. (No relatório deverá constar o dia, horário e descrição dos serviços prestados).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 05 de outubro de 2018.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2018.

Publicação Nº 1768935

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 63/2018 - Edital Pregão nº. 55/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 23 de outubro de 2018, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE MASSA ASFALTICA (CBUQ)" sem aplicação, destinados a manutenção de ruas do município.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 23 de outubro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 04 de outubro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2018.

Publicação Nº 1768961

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2018.

EDITAL CONCORRENCIA Nº. 02/2018.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 12 de novembro de 2018, a Documentação e Propostas para Registro de Preços para fornecimento de massa asfáltica - CBUQ – Faixa C, incluso transporte e aplicação, destinada ao recapeamento de pavimentos flexíveis e pavimentação de novas vias públicas no município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 12 de novembro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 04 de outubro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA Nº 143/2018

Publicação Nº 1769310

PORTARIA Nº 143/18 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gisela Verônica Oberbacher	04/06/2017 a 03/06/2018	03/10/2018 a 01/11/2018	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE OUTUBRO DE 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 144/2018

Publicação Nº 1769311

PORTARIA Nº 144/18 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 05 de outubro de 2018, a Sra. ANDRESA GABRIELA FLAMEA, CPF nº 100.629.909-26 e identidade nº 6.025.263, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de TÉCNICA MUNICIPAL DE NÍVEL MÉDIO (T.M.N.M) – ORIENTADORA SOCIAL, conforme portaria de nomeação nº 014/18 de 01 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 05 DE OUTUBRO DE 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4890/2018

Publicação Nº 1769218

PORTARIA Nº. 4.890/2018

Em 08 de Outubro de 2018

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, Capítulo V das Licenças, artigo 62 e 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Fruição de 1/3 de Abono Pecuniário da Licença Prêmio, ao servidor(a), GRACIELA MONICA FISCHER, conforme portaria de nomeação, com o cargo de PSICOLOGA desta municipalidade.

Período de Aquisição: 08.10.2013 à 07.10.2018, 60 (sessenta dias).

Fruição de 1/3 de Abono Pecuniário da Licença Prêmio 20 (dias), sendo que os demais 40 (quarenta) dias, fruídos a posterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Outubro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 227/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 162/2018

Publicação Nº 1769107

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 227/2018

Pregão Presencial nº: 162/2018

Data Emissão: 08/10/2018

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 162/2018, do tipo Menor Preço Unitário por Item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho nº 111 - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 24 de Outubro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a aquisição de BRINQUEDOS E MATERIAIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 14h do dia 24 de Outubro de 2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA N°.: 228/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°: 163/2018 DATA EMISSÃO: 08/10/2018

Publicação N° 1769294

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra N°.: 228/2018
Pregão Presencial n°: 163/2018
Data Emissão: 08/10/2018
Forma de Julgamento: Menor Preço por LOTE

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial n° 163/2018, do tipo Menor Preço Unitário por lote, conforme dispõe a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n° 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n° 01 contendo as propostas de preços e de n° 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30min do dia 23 de Outubro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO (CAMISETA E CALÇÃO) QUE SERÃO DESTINADOS AOS ALUNOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA "EXEMPLO NO ESPORTE, EXEMPLO NA VIDA", CONFORME ITENS, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30min do dia 23 de Outubro de 2018.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 70/2018

Publicação Nº 1768492

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2018

PROCESSO Nº 68/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 68/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MARIA INEZ MARAFON AVIOFF ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE LANCHES PRONTOS, PARA EVENTUAIS EVENTOS, REUNIÕES E CURSOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. Conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	PÃO FRANCES	KG	510,00	KIPANETO	3,40	1.734,00
4	MINI PIZZA - SABORES DIVERSOS UNIDADE COM PESO MIN. DE 70GR	UN	2.350,00	KIPANETO	0,50	1.175,00
6	CUCA RECHEADA - DIVERSOS SABORES	KG	105,00	KIPANETO	4,80	504,00
7	SALGADINHO DE MASSA TIPO PALITO	KG	135,00	KIPANETO	14,50	1.957,50
8	BOLINHO DE MASSA - TIPO AMARRA MARIDO COM COBERTURA DE COCO RALADO	KG	60,00	KIPANETO	7,80	468,00
9	BOLO TIPO ROCAMBOLE RECHEIOS DIVERSOS	KG	60,00	KIPANETO	13,00	780,00
10	BISCOITO CASEIRO, COM COBERTURA DE GLACE DOCE	KG	120,00	KIPANETO	6,90	828,00
11	BISCOITO CASEIRO, COM COBERTURA DE CHOCOLATE	KG	120,00	KIPANETO	8,00	960,00
12	BOLINHO DE MASSA - TIPO AMARRA MARIDO FRITO COM COBERTURA DIVERSAS	KG	140,00	KIPANETO	7,80	1.092,00
13	BOLO COM COBERTURA DIVERSOS SABORES, KG	KG	60,00	KIPANETO	8,90	534,00
14	PASTEL BOLHAS RECHEADO FRITO (FRANGO/CARNE, PRE-SUNTO E QUEIJO) TAMANHO MÉDIO KG	KG	350,00	KIPANETO	7,30	2.555,00
15	RISOLIS FRITO RECHEIO DE CARNE OU FRANGO	KG	160,00	KIPANETO	9,70	1.552,00
16	COXINHA FRITO - RECHEIOS DE CARNE OU FRANGO	KG	180,00	KIPANETO	8,90	1.602,00
17	BOLINHO DE MASSA COZIDA COM RECHEIO DE QUEIJO. (BOLINHA DE QUEIJO) - FRITO	KG	165,00	KIPANETO	7,95	1.311,75
20	BOLO TIPO NEGA MALUCA COM COBERTURA	KG	135,00	KIPANETO	10,40	1.404,00
22	PÃO SOVADO TIPO PARA CACHORRO QUENTE	KG	115,00	KIPANETO	5,50	632,50
24	BOLO SIMPLES SEM LACTOSE	KG	35,00	KIPANETO	9,95	348,25
25	BOLO SIMPLES SEM GLUTEM	KG	25,00	KIPANETO	9,50	237,50
26	BOLO TIPO ROCOMBOLE, RECHEIO DIVERSOS SABORES	KG	100,00	KIPANETO	10,75	1.075,00
28	DOCINHOS CONFEITADOS, TIPO BRIGADEIRO, BEIJINHO OU CAJUJINHO, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	KG	38,00	KIPANETO	9,20	349,60

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Pedro Antônio Trentin, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

2.2 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MARIA INEZ MARAFON AVILOFF ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 05 (cinco) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 155 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 34 e 35– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 52 e 54 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

Cód. Red. 152 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.019 – MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIP. DO IDOSO

Cód. Red. 76 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO BL. PSB FNAS

Cód. Red. 173 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.021 – MANUTENÇÃO BL. GBF FNAS

Cód. Red. 175 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. ATIV. DA SAÚDE
Cód. Red. 11 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os materiais quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 68/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 68/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 68/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

MARIA INEZ MARAFON AVIOFF ME
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 71/2018

Publicação Nº 1768494

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2018

PROCESSO Nº 68/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 68/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MARIZETE JARDINI03212565900, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE LANCHES PRONTOS, PARA EVENTUAIS EVENTOS, REUNIÕES E CURSOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. Conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	BOLO COM COBERTURA DIVERSOS SABORES KG	KG	115,00	BOM GOSTO	7,99	918,85
3	BOLO RECHEADO DIVERSOS SABORES KG	KG	110,00	BOM GOSTO	12,30	1.353,00
5	CUCA SIMPLES	KG	80,00	BOM GOSTO	4,00	320,00
18	SANDUICHE NATURAL (PÃO FRANCÊS COM PESO MÍNIMO DE 60GR, 01 FATIA DE PRESUNTO, 01 FATIA DE QUEIJO, TOMATE E ALFACE) EMBALADOS EM PAPEL FILME	UN	2.450,00	BOM GOSTO	1,60	3.920,00
19	ESFIRA ASSADA, RECHEIO DE CARNE OU FRANGO	KG	160,00	BOM GOSTO	7,40	1.184,00
21	BOLO SALGADO, DIVERSOS RECHEIOS, FRANGO, CARNE, PRESUNTO, MILHO, QUEIJO.	KG	145,00	BOM GOSTO	7,40	1.073,00
23	PÃO DE QUEIJO ASSADO	KG	85,00	BOM GOSTO	14,99	1.274,15
27	MINI CHURUS RECHEADO COM CHOCOLATE OU DOCE DE LEITE	KG	70,00	BOM GOSTO	23,00	1.610,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Pedro Antônio Trentin, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

2.2 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MARIZETE JARDINI03212565900, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 05 (cinco) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 155 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 34 e 35– Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cód. Red. 52 e 54 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

Cód. Red. 152 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.019 – MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIP. DO IDOSO

Cód. Red. 76 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.020 – MANUTENÇÃO BL. PSB FNAS

Cód. Red. 173 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.021 – MANUTENÇÃO BL. GBF FNAS

Cód. Red. 175 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

Órgão – 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade – 2.036 – MANUT. ATIV. DA SAÚDE
Cód. Red. 11 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os materiais quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 68/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 68/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 68/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

MARIZETE JARDINI03212565900
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA REGISTRO DE PREÇOS N. 72/2018

Publicação Nº 1768516

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018

PROCESSO Nº 72/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 72/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa MARCOS ANTONIO FURLANETTO 98145606934, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

0.1 - A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE DOCES DIVERSOS, PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DA CRIANÇA E NATAL 2018, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. Conforme item descrito no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	SORVETE CREMOSO DE DIVERSOS SABORES, DECORADO COM COBERTURA PARA SORVETE E GRANULADOS DIVERSOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM TIPO SUNDAE DE 170 ML E PESO LÍQUIDO DE 115G, ACOMPANHADO DE COLHER PLÁSTICA PARA DEGUSTAÇÃO.	UN	500,00	KI SABOR	2,69	1.345,00
2	BOMBOM SABOR DE MORANGO COM COBERTURA DE CHOCOLATE, CAIXA COM 160 UNIDADES, CADA UNIDADE PESANDO 13 G.	CX	4,00	BEL	52,89	211,56
3	PASTILHAS DE FRUTAS, PACOTE DE 385 GR, COM 100 UNIDADES DE 8 PASTILHAS CADA	PCT.	10,00	DOCILE	11,89	118,90
4	MANDOLATE PEQUENO, EMBALAGEM DE 1,050 KG, COM 70 UNIDADES	PCT.	8,00	KONRAD	24,89	199,12
5	PIRULITO APITO SABOR FRUTAS SORTIDAS, EMBALAGEM DE 450 GR	PCT.	10,00	DORI	6,99	69,90
6	PIRULITO MASTIGÁVEL SABOR FRAMBOESA EMBALAGEM DE 12X50X10.8 GR	CX	10,00	DORI	10,89	108,90
7	DOCE DE GOMA EM TUBO SABOR DE FRUTAS, EMBALAGEM DE 12X30X32 GR	CX	17,00	DORI	12,89	219,13
8	BALA MASTIGÁVEL SORTIDA, EMBALAGEM DE 600 GR.	PCT.	35,00	PIETRO-BOM	6,89	241,15

9	GELADINHO PASTEURIZADO, SABOR DIVERSOS, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES DE 55 ML CADA.	PCT.	13,00	MAX	9,30	120,90
10	SALGADINHO DE TRIGO SABORES: BACON E PIZZA, EMBALAGENS COM 25 PACOTES DE 51 GR CADA.	PCT.	20,00	BILU	21,89	437,80
11	K- CHUVA DE CHOCOLATE AO LEITE, DISPLAY COM 300 GR	UN	10,00	ROMA	10,89	108,90
12	PAPAI NOEL DE CHOCOLATE AO LEITE, POTE DE 520 GR, COM 13 UNIDADES DE 40 GR CADA.	UNI	39,00	ROMA	25,49	994,11
13	PIPOCA DOCE ASSADA, EMBALAGEM COM 25 PACOTES DE 31 GR CADA PACOTE.	PCT.	20,00	BILU	14,89	297,80

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. Pedro Antônio Trentin, Chefe de Gabinete do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

2.2 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa MARCOS ANTONIO FURLANETTO 98145606934, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.1.1. Após o recebimento da autorização de fornecimento a CONTRATADA deverá entregar os materiais em até 10 (dez) dias.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado na tesouraria da Prefeitura Municipal ou através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos materiais e apresentação da nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável da Prefeitura.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 155 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados,

observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. entregar os materiais quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 72/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 68/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso na entrega dos bens ou atraso injustificado na execução do contrato, respeitados os prazos da cláusula 7.1., independentemente de notificação prévia.

8.2.3. Multa de 10% sobre o valor contratado;

8.2.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

8.2.6. Rescisão do instrumento contratual unilateralmente pela administração sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à licitante.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não entregar os materiais no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 72/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e

forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

MARCOS ANTONIO FURLANETTO 98145606934
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Andressa G. Donzelli
CPF 090.534.369-79

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

DISPENSA Nº922/2018

Publicação Nº 1769319

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Dispensa de licitação/Compra Direta nº 922/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Urubici. Contratada: AS Construtora LTDA. CNPJ: 00.434.177/0001-04 Objeto: Aquisição de vinte e duas toneladas de massa asfáltica para duas lombadas na Avenida Antonio Francisco Guizoni. Data: 03/10/2018. Valor: R\$ 9,612,24 (nove mil seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO PP 015/2018

Publicação Nº 1768893

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2018
PREGÃO PRESENCIAL 015/2018

Extrato Termo Aditivo a ata de registro de preços Nº 005/2018 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de combustível para veículos do transporte escolar, frota municipal e fundo da saúde. CONTRATADO: Baldessar Comércio de Combustíveis Ltda. Item 01: Gasolina. Valor: R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 566/2018

Publicação Nº 1769065

PORTARIA Nº 566/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo de Chamada Pública nº 002/2018 - SMS,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Admitir o Senhor Eduardo Albino Pereira, para exercer o Cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, no período de 04/10/2018 à 09/01/2019, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer as funções inerentes nos termos do anexo I, da Lei Complementar nº 1536/2011 e com os vencimentos relativos ao cargo conforme Lei Complementar nº 021/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Outubro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 567/2018

Publicação Nº 1769068

PORTARIA Nº 567/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à Servidora Rosana do Nascimento Zilli, exercendo o cargo de Professora, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 08/10/2018, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 08 de Outubro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 041/2017

Publicação Nº 1768842

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2017

Objeto: Contratação de serviço especializado na área para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços descritos no edital e seus anexos. Contratado: Betha Sistemas Ltda. CNPJ: 00.456.865/0001-67. Valor Acrescido: R\$ 573,49 (quinhentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos), pelo sistema de gestão E-Social. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL RETIFICADO PL 68 2018 PMU PR 56 2018

Publicação Nº 1768523

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE RETIRADA DE NOVO EDITAL PL 68 2018 PMU PR
56 2018

Publicação do aviso no dia 28/09/2018, página 1475, o qual tem por objeto a aquisição PARCELADA de material elétrico, novos e de boa qualidade. Devido a alterações no edital, solicitamos a retirada do novo edital no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, ou no site oficial desta municipalidade, no ícone da página principal "LICITAÇÕES", ano 2018, situação "ABERTA". Outras informações através do e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3465-1188.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/197/2018

Publicação Nº 1769233

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO: 01/197/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 59/2018
PREGÃO PRESENCIAL: 49/2018
DATA DE ASSINATURA: 08/10/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.731.593/0001-36
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEO DIESEL S10.
VALOR GLOBAL DO ADITIVO: R\$ 66.246,00

RESOLUÇÃO 01 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Publicação Nº 1769212

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ☐ CMDCA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ☐ CMDCA, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente ☐ CMDCA.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 08 de outubro de 2018

Thayara Heitich Pedro

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga

RESOLUÇÃO 02 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Publicação Nº 1768479

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ☐ CMDCA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 06 DE SETEMBRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ☐ CMDCA, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.305, de Setembro de 1991, alterada pela Lei nº 1502, de 20 de junho de 1994, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga - CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada no dia 24 de outubro de 2018, das 13h às 17 horas, no Complexo Municipal de Assistência Social, tendo como tema central: "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria de Assistência Social.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga, 06 de setembro de 2018

Thayara Heitich Pedro

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 44, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.**

Publicação Nº 1769259

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c arts. 38, incisos II, V e VIII, e 186, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 44, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

TRANSFORMA EM SOLENE A TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2018, PARA HOMENAGEM À INSTITUIÇÃO PARAÍSO DA CRIANÇA/CASA-LAR DE URUSSANGA, EM RAZÃO DO ANIVERSÁRIO DE 70 ANOS DA SUA FUNDAÇÃO NO MUNICÍPIO.

Art. 1º Fica transformada em Solene a Trigesima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de outubro de 2018, para homenagem à instituição Paraíso da Criança/Casa-Lar de Urussanga, em razão do aniversário de 70 anos da sua fundação no Município.

Art. 2º A solenidade será realizada no Plenário da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 8 de outubro de 2018.

Vereador Odivaldo Bonetti

Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Vice-Presidente

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 8 de outubro de 2018.

Vereador José Carlos José

Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

DECRETO Nº 077/2018

Publicação Nº 1768593

DECRETO Nº 077/2018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, PREFEITO MUNICIPAL de VARGEÃO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001613/2016 de 28/11/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos Mil Reais), no orçamento do exercício de 2018 do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte programação de despesa:

Conta	Código	Descrição
Órgão	11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade	01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2.041	Manut. Dos Programas Sociais - Estado
Modalidade de Aplicação	4490000000	Aplicações Diretas
Fonte de Recurso	11.65	Ordinários
Reduzido	13	Valor 500,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito aberto pelo artigo a anulação de dotação orçamentária na seguinte programação de despesas.

Conta	Código	Descrição
Órgão	11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade	01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2.041	Manut. Dos Programas Sociais - Estado
Modalidade de Aplicação	4490000000	Aplicações Diretas
Fonte de Recurso	11.65	Ordinários
Reduzido	14	Valor 500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 05 de Outubro de 2018.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra

GIOVANI LUIZ WILMSEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO 57-2018 PROCESSO 70-2018

Publicação Nº 1768927

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS EIRELI - EPP

OBJETO: Aquisição de peças para reposição na Carregadeira Michigan 55C

VALOR: R\$ 4.939,94 (Quatro mil novecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, pelo Pregão Presencial nº 57/2018, Processo Licitatório 70/2018 e Contrato nº 213/2018.

Vargeão, SC, 08 de outubro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO N° 058/2018

Publicação N° 1769292

EXTRATO DE DISTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ROBSON E RENAN ELETRICA INDUSTRIAL LTDA ME

OBJETO: Rescisão de comum acordo do Contrato de Prestação de serviços elétricos residenciais/prediais – manutenção e instalação, pela relação de preço homem/hora, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2018.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato n° 058/2018.

Vargeão, SC, 08 de outubro de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 15.668/18

Publicação Nº 1768624

DECRETO Nº 15.668/18, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018.

Demite Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, com base no art. 244, III e IX e 245, XV, da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 28613/2017,

RESOLVE

Art. 1º Demitir, a partir de 1º de outubro de 2018, RODRIGO ANTUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física - Tênis de Mesa, admitido pelo Decreto nº 10.340/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos 1º de outubro de 2018.

Videira, 2 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 2 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.669/18

Publicação Nº 1768626

DECRETO Nº 15.669/18, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 6023/18, tendo por objeto pedido de desmembramento de área, formulado por Ivania Menegolla Scortegagna e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 1 (uma) área, com 1.500,00 m² (hum mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade de Ivania Menegolla Scortegagna e outros, constante da matrícula 36.021, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 80.473,52 m² (oitenta mil, quatrocentos e setenta e três metros e cinquenta e dois décimos quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 6023/18.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Da análise do artigo 19, a área da matrícula do Registro Geral de Imóveis 36.021 é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), portanto haveria necessidade de doação dos 10 % da área a desmembrar destinada à Área Pública ao Município, no entanto como a área a doar é menor que o lote mínimo, esta deverá ser averbada em matrícula a obrigatoriedade de uma doação futura de 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados), a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 6023/18.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.671/18

Publicação Nº 1768627

DECRETO Nº 15.671/18, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.
Torna sem efeito o Decreto nº 15.464/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22121/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.464/18, que nomeou VALDIR AUGUSTO SCHEID, para exercer o cargo de Mecânico de Máquinas e Equipamentos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.672/18

Publicação Nº 1768629

DECRETO Nº 15.672/18, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.
Nomeia Analista de Nível Superior

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.673/18

Publicação Nº 1768632

DECRETO Nº 15.673/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Torna sem efeito o Decreto nº 15.354/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22196/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.354/18, que nomeou CAMILA BERNARDT, para exercer o cargo de Odontólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.674/18

Publicação Nº 1768634

DECRETO Nº 15.674/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Odontólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIANA LACERDA LEITE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Odontólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.675/18

Publicação Nº 1768636

DECRETO Nº 15.675/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Torna sem efeito o Decreto nº 15.395/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22197/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.395/18, que nomeou LUCILENE FATIMA NUNES FORTUNATI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.676/18

Publicação Nº 1768638

DECRETO Nº 15.676/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.677/18

Publicação Nº 1768648

DECRETO Nº 15.677/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Torna sem efeito o Decreto nº 15.418/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22198/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.418/18, que nomeou MARISANGELA GOMES DE GOES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.678/18

Publicação Nº 1768649

DECRETO Nº 15.678/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLERECI APARECIDA BORTOLOZO VIECELI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.679/18

Publicação Nº 1768650

DECRETO Nº 15.679/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Torna sem efeito o Decreto nº 15.328/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22201/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.328/18, que nomeou BARBARA DE FREITAS WEIGERT, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.680/18

Publicação Nº 1768651

DECRETO Nº 15.680/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDREIA RIBEIRO BORGES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.681/18

Publicação Nº 1768653

DECRETO Nº 15.681/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Torna sem efeito o Decreto nº 15.329/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 22207/2018,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 15.329/18, que nomeou BEATRIZ ALVES DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.682/18

Publicação Nº 1768654

DECRETO Nº 15.682/18, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANGELA SCHUVAIZERSKI DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.683/18

Publicação Nº 1768658

DECRETO Nº 15.683/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 21867/2018,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, ANA CLARA MITSUKO WADA, do cargo de provimento efetivo de Bibliotecária, admitida pelo Decreto nº 14234/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.684/18

Publicação Nº 1768659

DECRETO Nº 15.684/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Exonera Assessor de Turismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 12 de outubro de 2018, CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, do cargo comissionado de Assessor de Turismo, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nomeada pelo Decreto nº 15.209/18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de outubro de 2018.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.685/18

Publicação Nº 1768660

DECRETO Nº 15.685/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Engenheiro Sanitarista e Ambiental

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALAN CASSIO BORSUK, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.686/18

Publicação Nº 1768662

DECRETO Nº 15.686/18, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.518/17, de 13 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA		
01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira		
2.070 – Gestão da FMEV		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0378.000000 Aplicações Diretas	5.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	5.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

17 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

01 – Fundação Municipal de Esportes de Videira

2.070 – Gestão da FMEV

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0378.000000 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
5.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO
5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.687/18

Publicação Nº 1768663

DECRETO Nº 15.687/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANA FABRECNEY OZELAMI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.690/18

Publicação Nº 1768665

DECRETO Nº 15.690/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.603/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
2.053 – Turismo e Cultura		
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	220.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	250.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
1.033 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros		
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00	
10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
2.054 – Festividades Culturais do Município		
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	220.000,00	

TOTAL DAS ANULAÇÕES	250.000,00
---------------------	------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.691/18

Publicação Nº 1768668

DECRETO Nº 15.691/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.604/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 199.825,24 (Cento e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social		
01 – Gestão de Saúde		
2.038 – Gestão de Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.01.0023 – Aplicações Diretas	199.825,24	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	199.825,24	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação dos recursos vinculados ao convênio nº 2018TR000409 entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Videira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.692/18

Publicação Nº 1768671

DECRETO Nº 15.692/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.605/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 152.480,00 (Cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 ASSESSORIA DE GABINETE

Proj./Ativ. 2.001 GABINETE DO PREFEITO

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 520,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ. 2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.900,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 GESTÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 2.027 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 31.700,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 GESTÃO DE ENSINO INFANTIL

Proj./Ativ. 2.030 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 0 A 6 ANOS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 43.200,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 05 BIBLIOTECA

Proj./Ativ. 2.036 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade: 02 GESTÃO DE AÇÃO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.040 CONSELHO TUTELAR

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO

Proj./Ativ. 2.041 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 35.000,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO

Proj./Ativ. 2.045 CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO

Proj./Ativ. 2.045 CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO

Proj./Ativ. 2.046 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 35.200,00

Órgão: 10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Unidade: 01 GESTÃO DE TURISMO E CULTURA

Proj./Ativ. 2.053 TURISMO E CULTURA

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.600,00

Órgão: 11 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Proj./Ativ. 2.055 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0300.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.320,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 152.480,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação de recursos próprios e dos recursos vinculados do Funrebom.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.693/18

Publicação Nº 1768672

DECRETO Nº 15.693/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.606/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 12.750,00 (Doze mil, setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.059 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0003.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 3.400,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA Proj./Ativ. 2.060 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE 3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0003.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 9.350,00
--

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 12.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados as saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.694/18

Publicação Nº 1768673

DECRETO Nº 15.694/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.607/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 4.440,00 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.068 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SUAS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0080.000286 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.940,00

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.069 GESTÃO DO FMAS E CMAS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0500.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.500,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.440,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.068 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SUAS
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0080.000286 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.940,00

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.069 GESTÃO DO FMAS E CMAS

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0500.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.500,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 4.440,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 15.695/18

Publicação Nº 1768674

DECRETO Nº 15.695/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.608/18, de 5 de outubro de 2018,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 13.120,00 (Treze mil, cento e vinte reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.070 GESTÃO DA FMEV
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0378.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 13.120,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 13.120,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.070 GESTÃO DA FMEV
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0378.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 13.120,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 13.120,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

EXTRATO TERMO DE ADESÃO

Publicação Nº 1769286

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO AMARP- COLEGIADO EDUCAÇÃO/001-2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE- AMARP E O MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC. OBJETO: ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO CONTRATO AMARP- COLEGIADO EDUCAÇÃO/001-2017, CELEBRADO ENTRE A AMARP E A PRESTADORA DE SERVIÇOS CLAUDIA MARIA DA CRUZ, CUJO OBJETIVO É A CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL DAS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) DOS 14 MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DA AMARP. VIGÊNCIA: 14 MESES INICIANDO EM MARÇO DE 2017 E FINDANDO EM MAIO DE 2018. VALOR: O MUNICÍPIO SE COMPROMETE COM O PAGAMENTO DA COTA DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) CONFORME CRONOGRAMA, MEDIANTE NOTA FISCAL. SIGNATÁRIOS: DORIVAL CARLOS BORG, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA. GEANCARLOS F. FLORES DE MATIAS, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VIDEIRA. ODIVAR CLOVIS BISCARO, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA AMARP. HUMBERTO LUIZ DALPIZZOL, COORDENADOR COLEGIADO DE EDUCAÇÃO AMARP.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018 - FMS

Publicação Nº 1769125

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2018 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MAJ LAB - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - EPP, PARA REALIZAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO EQUIPAMENTO BS 300 E NO EQUIPAMENTO BC5300, AMBOS DA MARCA MINDRAY, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR TOTAL DA DESPESA: 8.750,45 (oito mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO: Artigos 25, inciso I e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 08 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2018 - PMV

Publicação Nº 1769316

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 42/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 205/2018

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "CURSO SOBRE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS", A SER MINISTRADO PELA EMPRESA EGEM (ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL), NOS DIAS 16 E 17 DE OUTUBRO DE 2018, PARA OS SERVIDORES FELIPE PERETTI, MAURO ROBERTO CANAL, DÉBORA DA SILVA.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - EGEM

VALOR de R\$ 900,00 (novecentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 08 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.603/18

Publicação Nº 1768612

LEI Nº 3.603/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
2.053 – Turismo e Cultura		
3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	220.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		250.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
1.033 – Equipamentos, Mobiliários, Veículos e Outros		
4.4.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	30.000,00	
10 – Secretaria de Turismo e Cultura		
01 – Gestão de Turismo e Cultura		
2.054 – Festividades Culturais do Município		
3.3.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	220.000,00	
TOTAL DAS ANULAÇÕES		250.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.604/18

Publicação Nº 1768613

LEI Nº 3.604/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 199.825,24 (Cento e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos) à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

08 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social		
01 – Gestão de Saúde		
2.038 – Gestão de Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.01.0023 – Aplicações Diretas	199.825,24	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		199.825,24

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação dos recursos vinculados ao convênio nº 2018TR000409 entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Videira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.605/18

Publicação Nº 1768618

LEI Nº 3.605/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 152.480,00 (Cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 ASSESSORIA DE GABINETE
Proj./Ativ. 2.001 GABINETE DO PREFEITO
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 520,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 ADMINISTRAÇÃO
Proj./Ativ. 2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.900,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 GESTÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ. 2.027 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 31.700,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 02 GESTÃO DE ENSINO INFANTIL
Proj./Ativ. 2.030 MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 0 A 6 ANOS
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0001.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 43.200,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 05 BIBLIOTECA
Proj./Ativ. 2.036 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade: 02 GESTÃO DE AÇÃO SOCIAL
Proj./Ativ. 2.040 CONSELHO TUTELAR
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO
Proj./Ativ. 2.041 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 35.000,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO
Proj./Ativ. 2.045 CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00

Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO
Proj./Ativ. 2.045 CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 260,00
Órgão: 09 SEC. M. DES. URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 DESENVOLVIMENTO URBANO
Proj./Ativ. 2.046 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 35.200,00

Órgão: 10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
Unidade: 01 GESTÃO DE TURISMO E CULTURA
Proj./Ativ. 2.053 TURISMO E CULTURA
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0000.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.600,00

Órgão: 11 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
Proj./Ativ. 2.055 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0300.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.320,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 152.480,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação de recursos próprios e dos recursos vinculados do Funrebom.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.606/18

Publicação Nº 1768615

LEI Nº 3.606/18, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 12.750,00 (Doze mil, setecentos e cinquenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.059 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0003.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 3.400,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.060 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM SAÚDE
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0003.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 9.350,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 12.750,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados as saúde.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino
Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.607/18

Publicação Nº 1768620

LEI Nº 3.607/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 4.440,00 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.068 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SUAS

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0080.000286 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.940,00

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.069 GESTÃO DO FMAS E CMAS
3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0500.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.500,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 4.440,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.068 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SUAS
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0080.000286 Aplic Diretas Op Intra-orç 2.940,00

Órgão: 16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDEIRA
Proj./Ativ. 2.069 GESTÃO DO FMAS E CMAS
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0500.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 1.500,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 4.440,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.608/18

Publicação Nº 1768621

LEI Nº 3.608/18, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 13.120,00 (Treze mil, cento e vinte reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Proj./Ativ. 2.070 GESTÃO DA FMEV

3.3.91.00.00.00.00.00 00.01.0378.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 13.120,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 13.120,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Unidade: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Proj./Ativ. 2.070 GESTÃO DA FMEV

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0378.000000 Aplic Diretas Op Intra-orç 13.120,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 13.120,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.609/18

Publicação Nº 1768622

LEI Nº 3.609/18, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera disposições contidas na Lei nº 2.369/10, que Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui e renumera parágrafos do art. 3º, da Lei nº 2.369/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º As contratações destinadas a prover as hipóteses dos incisos anteriores serão realizadas mediante processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, estando o edital sujeito à ampla divulgação em órgão oficial e em jornal de circulação local e estadual, bem como publicação no sítio municipal na internet, sendo vedado o aproveitamento do contratado em outra atividade.

§ 1º Os critérios do edital do processo seletivo simplificado previsto no caput deste artigo serão definidos em edital próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

§2º O edital deverá permitir ao candidato aprovado no processo seletivo simplificado renunciar a contratação correspondente à sua classificação, uma única vez, na ocasião do recebimento do ofício de convocação, e optar pelo reposicionamento no último lugar da lista de classificados.

§3º Se a lista de classificados no processo seletivo simplificado for maior do que o número de vagas oferecidas no edital, o aprovado que solicitar o seu reposicionamento passará a figurar na última posição da lista geral de classificados, considerando, inclusive, aqueles aprovados fora do número de vagas disponibilizadas no edital.

§4º Havendo mais de um candidato que opte pelo reposicionamento, este obedecerá a mesma ordem de classificação do processo seletivo simplificado, independentemente da data em que for efetivada a solicitação.

§5º A contratação para atender às necessidades decorrentes de assistência às situações de calamidade pública, emergência ambiental e de emergência em saúde pública, descritas no inciso I do artigo 2º, prescindirá de processo seletivo simplificado, devendo ser justificada expressamente.

§6º Fica permitida a contratação de candidatos, fora do processo seletivo simplificado, quando esgotada a lista classificatória, ou quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo ser realizado novo processo seletivo simplificado no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção.

Art. 2º Altera o II, do art. 10, da Lei 2.369/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10

(...)

II – apresentação da relação de documentos abaixo descrita, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do ofício de convocação:

(...)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1247/18

Publicação Nº 1768594

PORTARIA nº 1247/18
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 64/18DEPLD,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora LUCIANA DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 12 de setembro de 2018 até 10 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 12 de setembro de 2018.

Videira, 20 de setembro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de setembro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1282/18

Publicação Nº 1768595

PORTARIA nº 1282/18

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 22170/2018;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pelo Lions Clube Videira Centro, até o dia 10 de novembro de 2018, para divulgação da Campanha da Visão do Lions Clube (Bingão).

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando o Lions Clube Videira Centro, inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1283/18

Publicação Nº 1768597

PORTARIA nº 1283/18

Autoriza o Uso de bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20650/18,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de 20 (vinte) mesas do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pela Associação Protetora dos Animais de Videira - APANVI, no dia 21 de outubro de 2018, das 13h00min às 19h00min, para realização “X Cãominhada Videira – Pela Guarda Responsável”.

§1º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das mesas, quando da devolução destas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 3 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1284/18

Publicação Nº 1768599

PORTARIA nº 1284/18

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20247/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pela Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira - ASAPIVI, no dia 30 de novembro de 2018, a partir das 19h00min, para a realização de Baile da Associação.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte de bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- l. Realizar o pagamento dos gastos com energia elétrica.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Videira - ASAPIVI, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1285/18

Publicação Nº 1768600

PORTARIA nº 1285/18

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21196/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pelo Centro de Educação Infantil Per Tutti Bambini LTDA, no dia 1º de dezembro de 2018, das 19h00min às 22h30min, para a realização da "Noite Cultural" e formatura da turma de Jardim III.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte de bens públicos não podendo haver qualquer alteração em

suas estruturas físicas;

- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- l. Realizar o pagamento dos gastos com energia elétrica.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o Centro de Educação Infantil Per Tutti Bambini LTDA, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1286/18

Publicação Nº 1768603

PORTARIA nº 1286/18

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21412/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon, pela Unoesc – Videira, no dia 5 de dezembro de 2018, das 08h00min às 22h00min, para a realização da “Noite de Encerramento”, do Colégio Superação.

Art. 2º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- f. Será de responsabilidade exclusiva do requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado,

vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon quando da devolução do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1287/18

Publicação Nº 1768604

PORTARIA nº 1287/18
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Memorando nº 81/18DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora JOSIANE DE SOUZA BORGES, Professor, a partir do dia 4 de setembro de 2018 até 2 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1244/18, retroagindo seus efeitos a 4 de setembro de 2018.

Videira, 4 de outubro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1288/18

Publicação Nº 1768606

PORTARIA nº 1288/18
Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18186/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pela OTIMIZA Cursos, no dia 19 de novembro de 2018, a partir das 19h30min, para a realização de Cerimônia de encerramento do curso de Fotografia Digital e Tratamento de Imagens, bem como a exposição de fotos, no hall de entrada, do dia 19 ao dia 28 de novembro de 2018.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte de bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;

- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- l. Realizar o pagamento dos gastos com energia elétrica.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a OTIMIZA Cursos, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1289/18

Publicação Nº 1768607

PORTARIA nº 1289/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar LARESSA PAZIN, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1290/18

Publicação Nº 1768609

PORTARIA nº 1290/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CARLISE PIERDONA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de outubro de 2018.

Videira, 4 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1291/18

Publicação Nº 1768610

PORTARIA nº 1291/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e no Memorando nº 794/SAU

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2018 a 10 de outubro de 2018, o gozo de férias da servidora ELIZABETH VIECELLI, ocupante do cargo efetivo de Médico Ginecologista Obstetra, referente ao período aquisitivo de 10 de novembro de 2016 até 9 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2018.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1292/18

Publicação Nº 1768611

PORTARIA nº 1292/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e no Memorando nº 795/SAU

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2018 a 10 de outubro de 2018, o gozo de férias da servidora LUIZA SABINA GAZZI, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 11 de agosto de 2016 até 10 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2018.

Videira, 5 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 5 dias do mês de outubro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

RESOLUÇÃO Nº 012/2018-CMAS

Publicação Nº 1769073

RESOLUÇÃO Nº 012/2018-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS"; Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 009/2018-CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 250/2018-CMAS da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018, a inscrição como entidade de Assistência Social, no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC, a qual realiza os seguintes serviços/projetos: 1. Programas e projetos socioassistenciais; 2. Programas e projetos de educação, cultura e esporte; 3. Programas e projetos de saúde.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 013/2018-CMAS

Publicação Nº 1769074

RESOLUÇÃO Nº 013/2018-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição do Centro de Empresa-Escola (CIEE) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 250/2018-CMAS da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018, a inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC, a qual executa os seguintes projetos/programas: 1. Programa CIEE Aprendiz; 2. Programa de Iniciação ao Trabalho (PIT); 3. Oficina Socioeducativa; 4. Programa de Estágio.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 014/2018-CMAS

Publicação Nº 1769076

RESOLUÇÃO Nº 014/2018-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição da Escola de Pais do Brasil (EPB) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e

Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 250/2018-CMAS da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018, a inscrição de projeto social à Escola de Pais do Brasil (EPB) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 015/2018-CMAS

Publicação Nº 1769077

RESOLUÇÃO Nº 015/2018-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição do Lar O Bom Samaritano no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 250/2018-CMAS da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018, a inscrição do Lar O Bom Samaritano no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 016/2018-CMAS

Publicação Nº 1769078

RESOLUÇÃO Nº 016/2018-CMAS

Dispõe sobre o cancelamento de inscrição da Pastoral da Criança no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar

os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

Considerando, o pedido da entidade de cancelamento da inscrição, justificando que a entidade não desenvolve projetos locais, pois o trabalho é executado através das diretrizes definidas pela Pastoral Nacional;

Considerando ainda, que o cancelamento da inscrição não prejudicará o atendimento ofertado aos usuários do serviço.

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, nos termos da Ata 250/2018-CMAS da Reunião Ordinária realizada na data de 14/06/2018, a inscrição da Pastoral da Criança no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 017/2018-CMAS

Publicação Nº 1769080

RESOLUÇÃO Nº 017/2018-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição da Associação Sorria Criança - ASCRI no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

Considerando que a entidade Associação Sorria Criança - ASCRI procedeu as recomendações e apresentou ao CMAS o projeto social e dessa forma, foi aprovado nos termos da Ata 251/2018-CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 251/2018-CMAS da Reunião Extraordinária realizada na data de 28/06/2018, a inscrição entidade Associação Sorria Criança - ASCRI no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC, a qual executa o seguinte projeto:
1. Projeto da Associação "Sorria Criança".

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de junho de 2018.
Jussara Zambom
Presidente do CMAS de Videira-SC

RESOLUÇÃO Nº 018/2018-CMAS

Publicação Nº 1769081

RESOLUÇÃO Nº 018/2018-CMAS

Dispõe sobre a aprovação de inscrição da Rede Videirense de Combate ao Câncer (RVCC) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "compete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 14/06/2018, do Parecer 001/2018 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 009/2018-CMAS;

Considerando que a entidade Rede Videirense de Combate ao Câncer (RVCC) procedeu as recomendações e apresentou ao CMAS o projeto social e dessa forma, foi aprovado nos termos da Ata 251/2018-CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 251/2018-CMAS da Reunião Extraordinária realizada na data de 28/06/2018, a inscrição de projeto social da entidade Rede Videirense de Combate ao Câncer (RVCC) no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de junho de 2018.
Jussara Zambom
Presidente do CMAS de Videira-SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2018-PMV

Publicação Nº 1769329

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U.Q. NA LINHA RIO TIGRE (ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 20.337,21m²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADAS as empresas Consbrita Construtora de Obras Ltda e Terramax Construções e Obras Ltda, por descumprir exigências editalícias e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Construtora Branger Ltda, Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda, MR Concretos, Argamassas e Pavimentações Ltda, Gaia Rodovias Ltda e Kaeng Infraestrutura EIRELI para a segunda fase do prélio. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de outubro de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2018 - PMV

Publicação Nº 1768687

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2018 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna pública a retificação da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 41/2018, aonde se lê:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "ALEXANDRE BRITO" PARA APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS INTITULADAS "NO INICIO ERA O GRUNHIDO - PROSA SOBRE POESIA" A SER APRESENTADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, E A PALESTRA "ONDE A PALAVRA SE DIVERTE - INFANTILEINFANTO JUVENIL" NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2018.

LEIA- SE: OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "ALEXANDRE BRITO" PARA APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS INTITULADAS "NO INICIO ERA O GRUNHIDO - PROSA SOBRE POESIA" A SER APRESENTADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, E A PALESTRA "ONDE A PALAVRA SE DIVERTE - INFANTILEINFANTO JUVENIL" NO DIA 25 DE outubro DE 2018.

CONTRATADO: ALEXANDRE SILVA BRITO 26484340030

VALOR de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso III, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 08 de outubro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 112/2018 - PMV

Publicação Nº 1769265

Termo Aditivo nº 112/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 127/2018

Processo: TP nº 07/2018 - PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 13.034,81 (treze mil e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Valor R\$ 13.034,81 (treze mil e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Data: 08/10/2018

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 224/2018

Publicação Nº 1768690

PORTARIANº. 224/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOICE BATISTA DA SILVA WATRAS

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração e Finanças, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 08/10/2018 a 17/10/2018, referentes ao período aquisitivo de 30/10/2016 a 29/10/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 08 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 225/2018

Publicação Nº 1768712

PORTARIANº. 225/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LEILA CLARISSE HILLESHEIM

Cargo: ODONTÓLOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 09/10/2018 a 18/10/2018, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2016 a 30/11/2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE OUTUBRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 0003/2018

Publicação Nº 1768782

AVISO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Edital de Chamamento nº 0003/2018 - Termo de Fomento nº 0001/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 13.019/2014, e demais legislações aplicáveis, realizará no período de 09 à 19 de outubro de 2018, processo de chamamento público na modalidade Termo de Fomento nº 0001/2018, para a celebração da parceria de interesse público para seleção de projeto que contemple a realização de ornamentação no período pré-natalino e desenvolvimento de festividades do Natal 2018, nas condições fixadas neste edital e seus anexos. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares no Setor de Licitações através do telefone: (49) 3441 8542, email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 08 de outubro de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº EM 174/2018

Publicação Nº 1768507

DECRETO Nº EM 174/2018

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – a chuva intensa que ocorreu no Município de Xanxerê, na área urbana e rural, com início às 19h10min do dia 01 de outubro do corrente ano até o dia 03 às 11 horas, gerando um volume total de chuva de 119,6mm em 72 horas de forte tempestade;

II- que em decorrência do referido desastre natural, foram identificados danos/prejuízos, em virtude de alagamentos e deslizamentos, na indústria, comércio, agricultura e pecuária, além de danificação de bueiros e estradas rurais, vias públicas urbanas e entupimento de bocas de lobo, áreas residenciais e instalações públicas de saúde e educação;

III – que o parecer da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – 1.3.2.1.4.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC

101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Xanxerê/SC, 05 de outubro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0068/2016

Publicação Nº 1768675

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0068/2016

Contratante: Município de Xanxerê

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme Processo Licitatório nº 0132/2016 – Pregão Presencial nº 0079/2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário, por igual período, contados a partir de 23 de Setembro de 2018, vigorando até 22 de Setembro de 2019, conforme Solicitação da empresa e Parecer do Comitê Gestor nº 413/2018, em anexo.

Os valores contratados ficam reajustados em (8,89%) a partir de 23/09/2018 pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período conforme cláusula Terceira do Contrato originário Xanxerê, SC, 21 de setembro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

ATA 072/2018 CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELLI

Publicação Nº 1768952

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 072/2018 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 043/2018 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.873.674/0001-26, com sede no Acesso Plínio Arlindo de Nê, 1081-D, Bairro Belvedere, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Administrador, Sr. ANTONIO ADELAR CERVEIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.561.652 e inscrito no CPF sob o nº 524.910.809-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 043/2018 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível prestação de serviços e o fornecimento de peças/acessórios abaixo descritos, nos termos previstos no Anexo "C" do Edital que a esta deu causa e constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

LOTE 01				
MARCA/MODELO		CCM		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
01	CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL 50X30 MOTOR MWM 12.000KG, ANO DE FABRICAÇÃO 2010, PATRIMÔNIO Nº 2159.	80.000,00	100,00	7%
VALOR TOTAL		80.000,00		

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 043/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 08 de outubro de 2018.

ANTONIO ADELAR CERVEIRA CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI CONTRATADO	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

ATA 073/2018 SS MÁQUINAS LTDA EPP

Publicação Nº 1768956

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 073/2018 PMXV
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 PMXV
 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 043/2018 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SS MÁQUINAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.486.359/0001-46, com sede na Rua Águas de Chapecó, 169-E, Bairro Cristo Rei, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Administrador, Sr. GABRIEL SESSI, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.842.141 e inscrito no CPF sob o nº 079.747.549-40, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 043/2018 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível prestação de serviços e o fornecimento de peças/acessórios abaixo descritos, nos termos previstos no Anexo "C" do Edital que a esta deu causa e constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

LOTE 02				
MARCA/MODELO		CASE		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
02	MOTONIVELADORA CASE, MODELO VHP, ANO DE FABRICAÇÃO 2015, PATRIMÔNIO Nº 1993.	80.000,00	100,00	7,5%
03	MOTONIVELADORA CASE MODELO 845, ANO DE FABRICAÇÃO 2002, PATRIMÔNIO Nº 1988.	80.000,00	100,00	7,5%
VALOR TOTAL		160.000,00		

LOTE 03				
MARCA/MODELO		JCB		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
04	RETROESCAVADEIRA JCB, MODELO 3C PLUS, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, PATRIMÔNIO Nº 1944.	80.000,00	100,00	6,5%
05	ROLO COMPACTADOR JCB, MODELO VM 115, ANO DE FABRICAÇÃO 2014, PATRIMÔNIO Nº 1945.	80.000,00	100,00	6,5%
13	RETROESCAVADEIRA JCB, MODELO 3C, ANO DE FABRICAÇÃO 2011, PATRIMÔNIO Nº 1981.	80.000,00	100,00	6,5%
VALOR TOTAL		240.000,00		

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 043/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 08 de outubro de 2018.

GABRIEL SESSI SS MÁQUINAS LTDA EPP CONTRATADO	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

ATA 074/2018 PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Publicação Nº 1768965

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 074/2018 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 043/2018 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, com sede na Avenida Leopoldo Sander, 400 D, Bairro Eldorado, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Outorgado, Sr. ODAIR JOSÉ MATTÉ, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.997.317 e inscrito no CPF sob o nº 834.480.209-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 043/2018 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível prestação de serviços e o fornecimento de peças/acessórios abaixo descritos, nos termos previstos no Anexo "C" do Edital que a esta deu causa e constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

LOTE 04				
MARCA/MODELO		RANDON		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
06	RETROESCAVADEIRA RANDON, MODELO RK406B, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, PATRIMÔNIO Nº 1973.	80.000,00	100,00	8%
07	RETROESCAVADEIRA RANDON, MODELO RK406B, ANO DE FABRICAÇÃO 2013, PATRIMÔNIO Nº 1950.	80.000,00	100,00	8%
VALOR TOTAL		160.000,00		

LOTE 06				
MARCA/MODELO		CATERPILLAR		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
11	MOTONIVELADORA CATERPILLAR MODELO 12G ANO DE FABRICAÇÃO 1998, PATRIMÔNIO Nº 1989.	80.000,00	100,00	6%
12	TRATOR DE ESTEIRAS CATERPILLAR MODELO D6K2, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, PATRIMÔNIO Nº 2538.	80.000,00	100,00	6%
VALOR TOTAL		160.000,00		

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 043/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 08 de outubro de 2018.

ODAIR JOSÉ MATTÉ PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA CONTRATADO	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
--	---

Testemunhas:

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

ATA 075/2018 MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Publicação Nº 1768967

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/TERMO DE COMPROMISSO Nº 075/2018 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2018 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 043/2018 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, Xavantina, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, com sede na rua Cristovão Colombo, 221-E, Bairro Bela Vista, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Outorgado, Sr. LUIZ ANTONIO DONDONI, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.767.740 e inscrito no CPF sob o nº 009.087.309-26, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial SRP nº 043/2018 PMXV, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível prestação de serviços e o fornecimento de peças/acessórios abaixo descritos, nos termos previstos no Anexo "C" do Edital que a esta deu causa e constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

LOTE 05				
MARCA/MODELO		KOMATSU		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR ESTIMADO DE GASTO COM O EQUIPAMENTO	O DESCONTO SERÁ SOBRE OS VALORES PARA O CUSTO DA MÃO DE OBRA/HORA HOMEM ABAIXO:	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO PARA PEÇAS E SERVIÇOS
08	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU, MODELO PC 160, ANO DE FABRICAÇÃO 2010, PATRIMÔNIO Nº 1991.	80.000,00	100,00	6%
09	TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU MODELO D41, SÉRIE B2162 ANO DE FABRICAÇÃO 2000, PATRIMÔNIO Nº 2521.	80.000,00	100,00	6%
10	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU, MODELO PC160LC-8, ANO DE FABRICAÇÃO 2018, PATRIMÔNIO Nº 2538.	80.000,00	100,00	6%
VALOR TOTAL		240.000,00		

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 043/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Seara - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Xavantina/SC, em 08 de outubro de 2018.

LUIZ ANTONIO DONDONI MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA CONTRATADO	ENOIR FAZOLO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
--	---

Testemunhas:

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

DECRETO 243/2018

Publicação Nº 1768830

DECRETO Nº 243, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma do art. 6º da Lei Municipal nº 1454/2015; e, considerando a necessidade de atualização de membros para comporem Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, a saber:

I - Representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

a) Representante(s) da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Membro Titular: Gicelle Parisotto

Membro Suplente: Keila Renata Olkowski

Membro Titular: Patricia Moraes de Souza

Membro Suplente: Jessica Paula Pinssetta

b) Representante(s) da Secretaria Municipal de Educação:

Membro Titular: Camila Bedin

Membro Suplente: Kerley Brandelero Kipper

c) Representante(s) da Secretaria Municipal de Administração:

Membro Titular: Catia Mara Cosmann Boff

Membro Suplente: Jaqueline Ribeiros

II - Representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) Representante(s) dos usuários ou organizações de usuários da assistência social:

Membro Titular: Ivone Hilha

Membro Suplente: Bibiane Ferreira

Membro Titular: José Biffi

Membro Suplente: Maria dos Santos

Membro Titular: Valdir Perreti

Membro Suplente: Delvina Pegorini

b) Representante(s) de trabalhadores do SUAS:

Membro Titular: Leonora Brandelero Kipper

Membro Suplente: Gersiane Ciotta

Art. 2º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 08 de Outubro de 2018.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

0268. DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Publicação N° 1769299

DECRETO No 268 de 05 de outubro de 2018

Declara situação de emergência nas áreas do Município de XAXIM afetadas por VENDAVAL – COBRADE 1.2.3.1.5, conforme IN/MI 02/2016.

O (A) Senhor (a) Lirio Dagort, Prefeito (a) do Município de Xaxim, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- I – Que no anoitecer da segunda feira, primeiro de outubro de 2018 uma forte chuva acompanhada por rajadas intensas de vento atingiu o município de Xaxim;
- II- Que em decorrência do referido desastre natural foram identificados danos/prejuízos em razão de alagamentos, deslizamentos e enxurradas, na indústria, comércio, serviços, agricultura, pecuária, hortifrutigranjeiros e apicultura, além de estradas rurais, vias públicas urbanas e áreas residenciais;
- III - Que o parecer da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal, que relata a ocorrência deste desastre é favorável á declaração de SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como VENDAVAL – COBRADE 1.2.3.1.5.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC - Coordenadoria Municipal de Proteção de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a da COMPDEC - Coordenadoria Municipal de Proteção de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE,CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 05 dias do mês de outubro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.0042/2018

Publicação N° 1769291

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 0042/2018

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual para fornecimento a funcionários da Prefeitura de Xaxim.

Fornecedor:

ITEM	EMPRESA
------	---------

5,13,18,30	ADEVAL BIKE, PAPELARIA E BAZAR LTDA
3,6,12,15,21,22,23,26,27,31	FACCINA DALTORA-EQUIP. SEGURANÇA LTDA
4,7,11,17,19,29,32	PROTEGGERE INDUSTRIAL E COMERCIO DE EPIS EIRELI
1,2,8,9,14,16,20,24,25,28	RAFAEL KUHN EIRELI

Valor Total estimado da Ata: R\$ 35.964,40 (trinta e cinco mil e novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência do Registro de Preço: 05/10/2018 a 05/10/2019.

Licitação: Processo de Compra 098/2018 - Pregão Presencial para Registro de Preços 055/2018

Xaxim/SC, 05 de Outubro de 2018. LIRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0054/2018

Publicação Nº 1769033

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0054/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CIVIL ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES LTDA-ME

Objeto: Alteração do valor de reprogramação citado na cláusula terceira do 1º Termo Aditivo do Contrato de nº. 0054/2018 na data de 23 de Agosto, conforme tabela de reprogramação de feito por responsável técnico.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de valor, tendo como fundamentação legal fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula segunda do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 23.726,36 (vinte e três mil e setecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos).

Licitação: Processo Licitatório nº 065/2018, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2018

Xaxim-SC, 28 de Setembro de 2018. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Associações

AMFRI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10 DE 2018

Publicação Nº 1768988

EXTRATO DO CONTRATO nº 10 de 2018.

CONTRATADO: Motta Martins Engenharia LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.624.012/0001-36.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços em desenvolvimento de projetos de engenharia, na área de captação, adução e tratamento de água, de acordo com termo de referência parte integrante deste contrato.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: Fica pactuado o prazo de 03 (três) meses, com vigência de 01 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado no caso de necessidade e de acordo com as vontades das partes, mediante Termo Aditivo.

DO VALOR: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), que será pago em 03 (três) parcelas, da seguinte forma:

- R\$ 11.666,66 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) em 31/10/2018;
- R\$ 11.666,66 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) em 30/11/2018;
- R\$ 11.666,67 (onze mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) em 31/12/2018;

Parágrafo Primeiro - Estão incluídas no valor acima apontado todas as despesas da contratada com a execução dos serviços, incluindo-se, eventuais tributos que incidam sobre a consecução do trabalho de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária eletrônica em favor da Motta Martins Engenharia LTDA, em conta corrente a ser indicada pelo CONTRATADO.

Itajaí /SC, 01 de outubro de 2018.

Célio José Bernardino

Secretário-Executivo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI

AMMVI

CONTRATO Nº 24/2018 - TARCISIO RICHARTZ - MEI

Publicação Nº 1769188

CONTRATO - COMPRAS E CONTRATAÇÕES Nº 24/2018

DAS PARTES:

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 07.191.812/0001-00-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADO: TARCISIO RICHARTZ - MEI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 21.734.767/0001-14, estabelecida à Rua Maciel do Nascimento, 203, Bela Vista, CEP: 89.110-000, na cidade de Gaspar - SC, neste ato representado pelo sócio/procurador Sr. TARCISIO RICHARTZ, inscrito no CPF: 216.788.209-20, doravante designado CONTRATADO.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado a CONTRATANTE e de outro o CONTRATADO, convencionam e contratam o adiante discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato consiste na execução pela CONTRATADA dos serviços de sonorização, comunicação audiovisual e iluminação para a cerimônia de aniversário de 20 anos do Cismvi e 49 anos da Ammvi, e, inclusive, fornecimento de materiais e insumos.

I - Os serviços da CONTRATADA serão prestados no auditório Lino Grutzmacher e na Galeria Médio Vale no endereço do edifício sede do CONTRATANTE no dia 02 de agosto de 2018 às 16h;

II - CONTRATADA se compromete a realizar seus serviços de sonorização, comunicação audiovisual e iluminação a partir das 13 horas, ou

seja, 3h (trinta) antes do horário previsto para o início do evento, que será realizado no horário e local indicado acima;

III - As despesas decorrentes da prestação de serviço citadas acima, correrão por conta do CONTRATADO;

IV – Quaisquer custos ou despesas já estão embutidos nos preços dos serviços apresentados, inclusive as despesas de transporte em geral, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários, tributos de qualquer natureza, seja Federal, Estadual e/ou Municipal e, ainda, as despesas que direta ou indiretamente incidirem na prestação total dos serviços, objeto do presente contrato;

Descrição mínima dos serviços, materiais e equipamentos contemplados no objeto:

1. 01 sistemas de som com 2 caixas RCF;
2. 01 mesas de som com 24 canais, 2 microfones sem fio de mão cabos e demais acessórios;
3. 08 Microfones para coral;
4. Montagem do projetor da AMMVI no suporte de teto;
5. 01 notebook;
6. 01 logitech;
7. 01 TV 42" como monitor;
8. 16 CANHÕES PAR 64 X R\$30,00 p/unidade p/luz cênica (azul e verde);
9. 02 caixas de som e uma mesa de som para o músico com teclado;
10. 01 técnico Full Time.

V – À CONTRATANTE, reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for realizado em desacordo com as especificações constantes deste termo contratual;

VI - Os preços permanecerão fixos até a da prestação de serviços, constantes deste contrato e/ou cronograma de entrega, podendo ser acrescido ou suprimido quando forem necessários e serão procedidos na forma prevista do § 1º do artigo 65 da Lei de nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços de que trata a cláusula primeira serão prestados no auditório e na Galeria Médio vale da sede da Associação dos Municípios do Vale do Itajaí - AMMVI, ficando o CONTRATADO, quando deverá ficar à disposição pelo tempo necessário à resolução de eventuais problemas referentes ao objeto contratual.

§ 1º - Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer a CONTRATANTE todos os seus recursos técnico-profissionais

§ 2º - O CONTRATADO se obriga, ainda a:

I – Desempenhar com desenvoltura o objeto do contrato;

II – Assessorar e/ou disponibilizar informações por meio de endereço eletrônico ou por telefone, conforme as necessidades da CONTRATANTE;

III - Apresentar relatórios administrativos, quando solicitado, decorrentes dos serviços prestados; e

§ 3º - Fica delegado atribuição à empregada Michele Prada para acompanhar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle das atividades no atendimento do objeto deste instrumento.

§ 4º - O prazo de vigência do presente contrato será contado da data da assinatura do presente contrato até o término da realização da Solenidade, podendo ser prorrogado de comum acordo, por se tratar de serviços a serem executados de forma continuada;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

As despesas decorrentes deste instrumento têm previsão de custeio no Plano Anual de Aplicação da CONTRATANTE, aprovado por sua Assembleia Geral para o exercício de 2018, com recursos ordinários.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 - O valor global deste instrumento corresponde a R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), com pagamento em até 5 (cinco) dias uteis subsequente, mediante apresentação da Nota Fiscal e liquidação da despesa;

4.2 Sobre o valor a ser pago, incidirá desconto da contribuição previdenciária, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, se for o

caso, que serão retidos no ato do pagamento;

A CONTRATANTE, caso o for, arcará com os encargos incidentes sobre o serviço tomado, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA - DA INEXISTÊNCIA DE VINCULO EMPREGATÍCIO

O presente contrato não gera vínculo empregatício, não tendo o CONTRATADO qualquer dever de subordinação aos agentes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO DEVER DE RESSARCIMENTO

A CONTRATANTE não responde, subsidiária ou solidariamente, tanto na esfera civil, trabalhista, securitária, penal, tributária entre outras, pelos atos e omissões, dolosas e culposas praticadas pelo CONTRATADO, resguardado àquela o direito de regresso em caso de eventual condenação.

O CONTRATADO responderá por eventuais prejuízos causados ao patrimônio e aos bens da CONTRATANTE, inclusive daqueles colocados à disposição para o atendimento dos serviços de que trata este contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Multa Contratual

7.1. A parte que deixar de cumprir o estabelecido neste instrumento, se sujeitará ao pagamento da multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo;

7.2. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

7.3. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

7.4. As multas e penalidades elencadas nos itens 7.1 e 7.2 serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pela AMMVI.

7.5. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

7.6. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativamente ou judicialmente após a notificação.

CLAUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e na Resolução AMMVI nº 12/16, e alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLAUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Blumenau/SC, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios envolvendo este contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fizeram este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes a tudo presente.

Blumenau/SC, 02 de agosto de 2018.

AMMVI
JOSÉ RAFAEL CORREA
CONTRATANTE

TARCISIO RICHARTZ
CONTRATADA

Consórcios

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0031/2018 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

Publicação Nº 1769328

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0031/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0030/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0033/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 05 de novembro de 2018 à 15 de julho de 2019. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 09/10/2018 até às 09:00 horas do dia 22/10/2018. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:00 horas do dia 22/10/2018. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 horas do dia 22/10/2018. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 08 de outubro de 2018.
Elói Rönnau – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 03/2018 - CONTRATO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1768700

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento de contrato administrativo de serviço público temporário, celebrado com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Paulo Roberto Weiss, CONTRATA TEMPORARIAMENTE o (a) Sr.(a.) JONATAN MICHEL KRIESER, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental, nascido em 07/11/1995, inscrito no CPF sob o nº 086.173.529-30 e portador do RG sob o nº 5.299.287- SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Wilhelm Milke, 325, Bairro Araponguinhas, na cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nas seguintes condições:

1. Por força deste contrato, regido inteiramente pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e na Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, em especial na necessidade temporária de excepcional interesse público capitulada no artigo 2º, incisos V e IX desta última Resolução c/c artigo 46-A, §2º, V e IX c/c artigo 46-B, §1º, §2º, §3º, §4º e §5º todos do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, é promovida a CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a).
2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de FISCAL AMBIENTAL.
3. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) obriga-se a prestar os serviços decorrentes das funções do emprego público antes referido e outros, correlatos, que vierem a ser objeto de instruções ou ordens de serviço, dentro da natureza deste contrato.
4. A jornada de trabalho semanal do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) será de 40 (QUARENTA) horas SEMANAIS.
5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.263,59 (três mil e duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.
6. O pagamento da remuneração prevista na cláusula anterior dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, e será efetuado na seguinte conta bancária informada pelo(a) O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), respondendo este pela higidez

dos dados apresentados:

Cooperativa Central de Crédito - AILOS – Código 085

Agência: 0101-5

Conta Corrente: 645591-3

TITULARIDADE DO(A) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a)

7. É da responsabilidade do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) informar quaisquer alterações de seus dados pessoais, inclusive bancários, perante o CIMVI, no endereço que consta do prólogo do presente Contrato Administrativo Individual.

8. O presente contrato temporário é firmado pelo prazo de 12(DOZE) meses, tendo seu início em 10/10/2018 e término em 09/10/2019.

9. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem conhecimento de todas as obrigações legais, bem como aptidão técnica e profissional para o desempenho das funções contratadas, respondendo pelo pagamento de todos os encargos com eventual registro profissional perante órgão de classe, que, caso necessário ao desempenho das atribuições, deverá ser mantido durante toda a vigência da presente contratação.

10. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem pleno conhecimento do teor da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 bem como do Estatuto do Consórcio e demais atos normativos da associação pública, os quais encontram-se publicados no site eletrônico do CIMVI podendo ser consultado em <http://cimvi.sc.gov.br/>.

11. O presente contrato administrativo individual de trabalho temporário considerar-se-á extinto este contrato, desobrigando-se a Contratante do pagamento de qualquer indenização ou verba rescisória, bem como nas hipóteses previstas no artigo 46-F do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

12. Constituem deveres do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a):

I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;

II. Ser leal as instituições a que servir;

III. Observar as normas legais e regulamentares;

IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;

V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:

a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.

VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão das funções exercidas;

VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X. Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI. Tratar com urbanidade as pessoas;

XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;

XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;

XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;

XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13. Ao(à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) é proibido:

I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;

II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III. Recusar fé a documentos públicos;

IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;

V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;

VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de

seu subordinado;

VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;

IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;

X. Valer-se das funções para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;

XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;

XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV. Proceder de forma desidiosa;

XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;

XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

14. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente pactuação nem representa nem caracteriza exercício cumulativo de cargos, empregos e funções públicas proibido pelas normas vigentes.

15. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente contratação não implica em nepotismo, não guardando qualquer relação de parentesco com agentes políticos do CIMVI e municípios associados.

16. Se durante a vigência do presente contrato o servidor temporário der justo motivo para a sua rescisão, será despedido sem direito a indenização, justificadamente, após oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

17. Aplica-se ao (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018.

18. Na vigência deste contrato, o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) fica submetido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes.

19. Não existe nem se constitui qualquer vinculação trabalhista ou funcional estatutária, pela assinatura deste contrato entre o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) e a Contratante. A Contratante, ao encerramento do presente contrato, expedirá Certidão de Tempo de Serviço, contendo o período integral do serviço prestado, em nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), para os fins de direito.

20. Este contrato será pago por dotações orçamentárias próprias da Contratante, consignadas em seu orçamento.

21. Questões omissas na legislação serão resolvidas entre as partes, na forma das fontes subsidiárias de direito.

22. As partes elegem o foro da Comarca de Timbó para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23. Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito administrativo vigente.

E, por estarem em perfeito e mútuo entendimento, firmam este contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Timbó, 05 de Outubro de 2018.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Paulo Roberto Weiss

(Contratante)

Jonatan Michel Krieser

(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli

CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista

CPF: 595.701.059-68

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 03/2018 - JUSTIFICATIVA PRÉVIA

Publicação Nº 1768698

JUSTIFICATIVA PRÉVIA DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPRIR NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONSIDERANDO o âmbito de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI;

CONSIDERANDO que por decisão dos municípios consorciados o CIMVI passou a prestar serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos

municípios consorciados;

CONSIDERANDO que parte significativa dos municípios associados aderiu aos serviços de gestão ambiental prestados pelo CIMVI;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de equipe mínima em conformidade com o que dispõe a Resolução CONSEMA nº 117/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de ativação e manutenção dos serviços de fiscalização ambiental, garantindo-se a plena eficácia dos serviços prestados pelo CIMVI bem com a atuação segura na proteção ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos os municípios associados adaptaram suas legislações e em regulamentação as Políticas Municipais do Meio Ambiente regeram processo administrativo idêntico no que diz respeito aos serviços de fiscalização ambiental, objetivando a ação conjunta do CIMVI, através de seu Departamento Ambiental;

CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Fiscal Ambiental;

CONSIDERANDO os pedidos oriundos dos órgãos ambientais das municipalidades para que seja outorgado assessoria técnica aos serviços de fiscalização ambiental;

CONSIDERANDO a urgência na execução das funções que foram acometidas ao cargo de Fiscal Ambiental, diante do contexto acima apresentado;

CONSIDERANDO a existência de condições financeiras e orçamentárias para contratação, quer em razão das receitas existentes, quer pelo rateio de despesas celebrado com os municípios, quer pelo fluxo dos valores arrecadados pelo Departamento Ambiental;

É expedida a presente justificativa, nos termos do que exige o item 13.3.4.2.6 do Protocolo de Intenções do CIMVI e o artigo 46-B, §6º do Estatuto do CIMVI, autorizando-se a contratação imediata, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, nas Resoluções CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 e nº 240, de 12 de junho de 2018, AUTORIZANDO-SE a contratação de profissional habilitado para exercício de TODAS AS FUNÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE FISCAL AMBIENTAL.

PROMOVA-SE a contratação nos termos desta justificativa, com remuneração equivalente a do emprego público anteriormente citado, para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Após, expeça-se resolução homologando a contratação para os devidos fins.

Desde já autorizo a prorrogação do contrato individual de trabalho caso persistam os motivos expostos nos considerandos acima consignados, até o período máximo autorizado pelo Regime Jurídico Especial previsto no Estatuto e Protocolo de Intenções do CIMVI.

Timbó, 05 de Outubro de 2018.

Paulo Roberto Weiss

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale Do Itajaí

CIMVI

EDITAIS DE PUBLICIDADE 2018

Publicação Nº 1768602

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 026/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 422/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor AA OFICINA MECANICA E AUTO CENTER LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 30.000.903/0001-33, para a atividade de 71.00.00 – Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos, que será exercida no imóvel de seguintes coordenadas 26°43'47.17" S e longitude 49°11'7.13", sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 122/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 679/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que

se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de 04 meses, formulado pelo empreendedor PEGASO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA,, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.747.550/0001-04, para a atividade de 71.11.01- Condomínio residencial multifamiliar, que será exercida no imóvel de rua João da Silva, nº 505, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 25/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 376/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor NTR USINAGEM LTDA ME,, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.710.652/0001-73, para a atividade de 12.80.00- Serviços industrial de usinagem, tornearia e solda, que será exercida no imóvel de rua Hermann Jandre, nº 180, bairro Rega III, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 254/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 630/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor IRENEIA RESENE RAPHAELLI CONFECÇÕES - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.198.336/0001-20, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de rua Vereador Carlos Poffo, nº 93, bairro Vila Izabel, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 13 de setembro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 257/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 649/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor DIAMAR CONFECÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 19.633.352/0001-02, para a atividade de Faccção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de rua Benjamin Constant, nº 3.298, bairro Benjamin Constant, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 13 de setembro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 267/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 642/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor REGI SERVIÇOS DE EMBALAGEM E FACÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.435.241/0001-17, para a atividade de Faccção de peças do vestuário, que será exercida no imóvel de rua Finlândia, nº 492, bairro Das Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º

06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 13 de setembro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 126/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 647/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor SOLAR DA VILA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 17.535.359/0001-66, para a atividade de 71.11.01– Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Fritz Klug, s/nº - lote nº 06, bairro Vila Germer, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 125/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 687/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor SOLAR DA VILA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 17.535.359/0001-66, para a atividade de 71.11.01– Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Fritz Klug, s/nº - lote nº 06, bairro Vila Germer, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 125/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 687/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor BG PLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.733.183/0001-08, para a atividade de 23.21.00– Fabricação de artigos de material plásticos, que será exercida no imóvel de rua Ingo Gutz, nº 154, bairro Fritz Lorenz, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 28/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 470/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PREVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 85.461.804/0001-40, para a atividade de 34.41.13– Estação de transbordo para resíduos sólidos urbanos, que será exercida no imóvel de rua Julio Wolick, nº 880, bairro Ribeirão Claras, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 02 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 14/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 470/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita

no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 85.461.804/0001-40, para a atividade de 34.41.13- Estação de transbordo para resíduos sólidos urbanos, que será exercida no imóvel de rua Julio Wolick, nº 880, bairro Ribeirão Claras, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 02 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 27/2018

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 550/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor VANDERLEI ROQUE 03247609903, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 30.052.960/0001-66, para a atividade de 12.80.00 – Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes, que será exercida no imóvel de seguintes coordenadas 26°43'26.3" S e longitude 49°09'03.9", sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 01 de outubro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

LICITAÇÃO Nº 022/2018 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 1768751

ATA Nº. 1 Do Pregão Nº 22/2018

No dia 05/10/2018, na sala de licitações, o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo(a) Resolução 224/2018, reuniram-se com a finalidade de realizar a sessão de lances deste Pregão Presencial, recebendo propostas e lances, bem como, analisando e julgando as propostas das empresas participantes e a documentação dos licitantes detentores das melhores ofertas.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBÍLIAS, COM A RESPECTIVA INSTALAÇÃO, PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO DO CIMVI, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 22/2018

Aberta a sessão, procederam-se ao exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando à comprovação de existência de poderes para a formulação de propostas e prática para os demais atos pertinentes ao certame. O referido credenciamento foi realizado e se obteve o seguinte resultado:

Empresa	Representante
SUPRIMOVEIS LTDA EPP	DECIO APARECIDO GOMES
EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	JONATHAS LIMA DOS SANTOS
JHONATAN BAGATOLI EPP	ALEX MASSAO KATO
RICHESSÉ MÓVEIS EIRELI	JEDIELSON PETRY TASSO
M MOBILE EIRELI	CARLOS AUGUSTO RAUEN
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	ADONES DORIGON JUNIOR

Em seguida foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois Envelopes contendo as Propostas e os Documentos de Habilitação estabelecidos no Edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e ato contínuo, foram abertos o Envelope de nº 1 (Proposta) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

Itens Desclassificados					
120847 - M MOBILE EIRELI					
Item	Produto	Unidade	Data	Motivo	
	CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA	Unidade	05/10/2018	FORNECEDOR SOLICITOU DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA	A
	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE	Unidade	05/10/2018	FORNECEDOR SOLICITOU DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA	A
	CADEIRAS FIXAS	Unidade	05/10/2018	FORNECEDOR SOLICITOU DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA	A

Obtendo assim, a seguinte classificação provisória:

Item	Produto		Fornecedor com Melhor Proposta	Qtde.	Unidade	Valor	Total
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	1	Unidade	R\$32.852,00	R\$32.852,00
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	1	Unidade	R\$32.013,00	R\$32.013,00
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	1	Unidade	R\$33.674,50	R\$33.674,50
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	1	Unidade	R\$31.990,75	R\$31.990,75
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		120847 - M MOBILE EIRELI	1	Unidade	R\$23.363,00	R\$23.363,00
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP		120863 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	1	Unidade	R\$23.680,00	R\$23.680,00
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS EXECUTIVA	SECRETARIA	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	1	Unidade	R\$10.515,00	R\$10.515,00
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS EXECUTIVA	SECRETARIA	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	1	Unidade	R\$10.485,00	R\$10.485,00
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS EXECUTIVA	SECRETARIA	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	1	Unidade	R\$10.080,00	R\$10.080,00
Item	Produto		Fornecedor com Melhor Proposta	Qtde.	Unidade	Valor	Total
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA		120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	1	Unidade	R\$10.500,00	R\$10.500,00
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA		120847 - M MOBILE EIRELI	1	Unidade	R\$10.500,00	R\$10.500,00
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE		8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	1	Unidade	R\$22.400,00	R\$22.400,00
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE		120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	1	Unidade	R\$22.800,00	R\$22.800,00
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE		120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	1	Unidade	R\$21.880,00	R\$21.880,00
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE		120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	1	Unidade	R\$22.800,00	R\$22.800,00
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE		120847 - M MOBILE EIRELI	1	Unidade	R\$21.000,00	R\$21.000,00
4	CADEIRAS FIXAS		8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	1	Unidade	R\$21.465,00	R\$21.465,00
4	CADEIRAS FIXAS		120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	1	Unidade	R\$21.627,00	R\$21.627,00
4	CADEIRAS FIXAS		120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	1	Unidade	R\$21.060,00	R\$21.060,00
4	CADEIRAS FIXAS		120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	1	Unidade	R\$21.292,47	R\$21.292,47
4	CADEIRAS FIXAS		120847 - M MOBILE EIRELI	1	Unidade	R\$21.870,00	R\$21.870,00

Em sequência, o Pregoeiro convidou os presentes a formular lances de forma sequencial, conforme mapeamento abaixo:

Item: 2 - CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA						
Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado	
0	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$10.515,00	Proposta		
0	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$10.485,00	Proposta		
0	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$10.080,00	Proposta		
0	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$31.990,75	Proposta		
0	120847 - M MOBILE EIRELI	0	R\$23.363,00	Proposta		
0	120863 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	0	R\$23.680,00	Proposta		
1	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$10.075,00	Lance		
1	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$10.074,00	Lance		
1	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$0,00	Declinou		
1	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$23.362,00	Lance		
1	120847 - M MOBILE EIRELI	0	R\$23.360,00	Lance		
1	120863 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	0	R\$23.361,00	Lance		
2	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$0,00	Declinou		

2	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$21.030,00	Lance	
2	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$0,00	Declinou	
2	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$23.355,00	Lance	
2	120847 - M MOBILE EIRELI	0	R\$23.350,00	Lance	
2	120863 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	0	R\$0,00	Declinou	
3	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$0,00	Declinou	
3	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$21.000,00	Lance	
3	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$20.985,00	Lance	
3	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$0,00	Declinou	
4	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.980,00	Lance	
4	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$20.969,00	Lance	
4	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.970,00	Lance	
5	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.960,00	Lance	
5	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$20.949,00	Lance	
5	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.950,00	Lance	
6	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.940,00	Lance	

Item: 2 - CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
6	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$0,00	Declinou	
6	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.930,00	Lance	
7	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.920,00	Lance	
7	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.900,00	Lance	
8	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.800,00	Lance	
8	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.750,00	Lance	
9	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.700,00	Lance	
9	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.670,00	Lance	
10	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.600,00	Lance	
10	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.500,00	Lance	
11	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.450,00	Lance	
11	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.400,00	Lance	
12	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.370,00	Lance	
12	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.300,00	Lance	
13	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.250,00	Lance	
13	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.200,00	Lance	
14	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.150,00	Lance	
14	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.100,00	Lance	
15	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$20.000,00	Lance	
15	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.990,00	Lance	
16	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.950,00	Lance	
16	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.900,00	Lance	
17	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.850,00	Lance	
17	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.800,00	Lance	
18	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.720,00	Lance	
18	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.700,00	Lance	
19	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.650,00	Lance	
19	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.600,00	Lance	
20	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.500,00	Lance	
20	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.450,00	Lance	
21	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.400,00	Lance	
21	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.350,00	Lance	
22	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.300,00	Lance	
22	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.250,00	Lance	
23	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.200,00	Lance	
23	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.150,00	Lance	
24	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.100,00	Lance	
24	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$19.050,00	Lance	
25	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$19.000,00	Lance	
25	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.950,00	Lance	

26	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.900,00	Lance	
26	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.850,00	Lance	
27	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.800,00	Lance	

Item: 2 - CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
27	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.750,00	Lance	
28	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.700,00	Lance	
28	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.650,00	Lance	
29	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.600,00	Lance	
29	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.550,00	Lance	
30	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.500,00	Lance	
30	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$18.450,00	Lance	
31	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$18.000,00	Lance	
31	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$17.800,00	Lance	
32	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$17.500,00	Lance	
32	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$17.300,00	Lance	
33	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$17.000,00	Lance	
33	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$16.800,00	Lance	
34	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$16.500,00	Lance	
34	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$16.300,00	Lance	
35	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$16.000,00	Lance	
35	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$15.800,00	Lance	
36	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$15.500,00	Lance	
36	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$15.300,00	Lance	
37	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$15.100,00	Lance	
37	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$0,00	Declinou	
0	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$22.400,00	Proposta	
0	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$22.800,00	Proposta	
0	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$21.880,00	Proposta	
0	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$10.500,00	Proposta	
1	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$21.850,00	Lance	
1	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$0,00	Declinou	
1	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$21.845,00	Lance	
1	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$0,00	Declinou	
2	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$21.840,00	Lance	
2	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$21.015,00	Lance	
2	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$21.020,00	Lance	
3	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$20.990,00	Lance	
0	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$21.465,00	Proposta	
0	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$21.627,00	Proposta	
0	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$21.060,00	Proposta	
0	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$22.800,00	Proposta	
1	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$21.045,00	Lance	
1	120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP	0	R\$21.050,00	Lance	
1	120804 - JHONATAN BAGATOLI EPP	0	R\$21.035,00	Lance	

Item: 2 - CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
1	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$0,00	Declinou	
2	8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP	0	R\$21.025,00	Lance	
0	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$21.292,47	Proposta	
1	120820 - RICHESSE MÓVEIS EIRELI	0	R\$21.040,00	Lance	

Em razão disso, o Pregoeiro declarou como vencedor do presente Pregão, os licitantes nos itens:

120847 - M MOBILE EIRELI			
Item	Produto	Unidade	Valor
1	MÓVEIS EM MDF OU MDP	Unidade	R\$23.350,00
8923 - SUPRIMOVEIS LTDA EPP			

Item	Produto	Unidade	Valor
3	CADEIRAS GIRATÓRIAS PRESIDENTE	Unidade	R\$21.840,00
120774 - EKOMOB COMERCIO LTDA EPP			
Item	Produto	Unidade	Valor
2	CADEIRAS GIRATÓRIAS SECRETARIA EXECUTIVA	Unidade	R\$10.074,00
4	CADEIRAS FIXAS	Unidade	R\$15.100,00

Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, cuja presente ata vai rubricada e assinada pelo Pregoeiro, pelos Membros da Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas presentes ao final relacionados.

PATRICIA BARBARESCO
Pregoeiro

ANDRE MORO DA SILVA
Membro

JAMES SCHMITT
Membro

JHONATAN BAGATOLI EPP
ALEX MASSAO KATO

EKOMOB COMERCIO LTDA EPP
JONATHAS LIMA DOS SANTOS

M MOBILE EIRELI
CARLOS AUGUSTO RAUEN

RICHESSÉ MÓVEIS EIRELI
JEDIELSON PETRY TASSO

SUPRIMOVEIS LTDA EPP
DECIO APARECIDO GOMES

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI
ADONES DORIGON JUNIOR

RESOLUÇÃO Nº 270 DE 05 DE OUTUBRO DE 2018

Publicação Nº 1768701

RESOLUÇÃO Nº 270, DE 05 DE OUTUBRO DE 2018.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e nas Resoluções CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 e nº 240, de 12 de junho de 2018;

DETERMINA:

Art. 1º - Fica homologada a contratação individual para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público do (a) agente público(a) abaixo identificado:

Nome do (a) CONTRATADO (A): JONATAN MICHEL KRIESER	
Data de Nascimento: 07/11/1995	CPF: 086.173.529-30
CI: 5.299.287 Órgão expedidor: SSP/SC	Registro Profissional: 160577-7
CNH: 06043652421	Categorias da CNH: AB

Art.2º - A Contratação Individual se dá para o exercício de TODAS as funções previstas para o emprego público na forma a seguir descrita:

Emprego Público: FISCAL AMBIENTAL	
Remuneração: R\$3.263,59	Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas

Art.3º - Fica o agente público autorizado a conduzir, no exercício das funções para as quais foi contratado, os veículos da frota oficial, caso possua habilitação para tanto.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 05 de Outubro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

CIS NORDESTE**EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1769262

Extrato do Contrato nº 10/2017

Data: 03/07/2017

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: MDI – Multi Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda - EPP - CNPJ nº. 04.759.639/0001-06

Objeto: Prestação de serviços de saúde em: Exames Radiodiagnóstico sem contraste, Exames de Mamografia; Exames Ultrassonográficos; Exames de Ressonância Magnética;

Exames de Tomografia Computadorizada

Valor Global Estimado/ano: R\$ 841.942,80 (oitocentos e quarenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos)

Vigência: 03/07/2017 a 31/12/2017

Base legal: Inexigibilidade de licitação

Clézio José Fortunato– Presidente do CISNORDESTE/SCAlessandro Borinelli Lenzi e Leandro Paulo Bazzaneze – MDI – Multi Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda - EPP

CIS/AMARP**ATA 03 2018 CISAMARP REUNIÃO SECRETÁRIOS(AS)**

Publicação Nº 1769260

Ata da terceira reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP. Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às treze horas e quarenta minutos, tendo como local o Auditório da AMARP, realizou-se reunião do CISAMARP. Inicialmente o Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, cumprimentou os presentes, e iniciou com a reprodução do áudio da Dra. Caroline Zonta, o qual versa sobre pagamentos quando o município dispõe de dois mecanismos para realizar um determinado exame, desta forma deve ser optado pelo contrato com menor valor, Dra. Caroline ainda expõe que o SUS é um pacote não pode ser fracionado, desde a porta de entrada, seguindo todo o tratamento SUS. Na sequência Marcelo sugeriu que para a renovação dos contratos cada município defina quais os serviços que irá utilizar não tendo obrigatoriedade de oferecer todos os constantes na tabela do consórcio ficando para avaliar com setores jurídicos a possibilidade. Quanto a inclusão de exames na tabela CISAMARP foram aprovados: Albumina, Índice De Saturação Da Transferrina, T3 Livre, Cardiolipina Iga Auto Anticorpos, Anticoagulante Lúpico. Exames Ultrassonográficos: Abdomen Inferior Feminino (Bexiga, Utero, Ovario E Anexos), Abdomen Inferior Masculino (Bexiga, Prostata E Vesículas Seminais), Abdômen Total com Doppler, Abdômen Inferior Com Doppler, Estruturas Superficiais(Cervical Ou Axilas Ou Musculo Ou Tendão), Partes Moles, Us - Translucência Nucal, Parede Abdominal, Glandulas Salivares, Regiao Inguinal Hernias, Doppler Hepático, Doppler Colorido De Aorta E Arterias Renais / Iliacas, Doppler Colorido De Órgão Ou Estrutura Isolada, Doppler Colorido De Vasos Cervicais Venosos Bilateral (Subclávias e Jugulares), Doppler Colorido De Veia Cava Superior ou Inferior, Doppler Colorido Transfontanela, Doppler Colorido Arterial ou Venoso De Membro Inferior, Doppler Colorido Arterial ou Venoso De Membro Superior. Ressonâncias Magnéticas: Quadril, Ouido, Perna / Coxa, Escapula, Esterno, Braço / Antebraço , Toraco Lombar, Colangio (Hidro), Veias Ilíacas, Clavícula, Articulação (Ombro/Mao/Pe/Joelho/Cotovelo/Tornozelo/Punho), Pescoço (Nasofaringe / Orofaringe / Laringe / Traqueia). Em seguida Marcelo informou que tem prestador na cidade de Chapecó interessado em realizar urodinâmica, porém, como nunca conseguimos prestador para o exame, o valor da tabela CISAMARP de R\$ 100,00 não foi reajustado, considerando o comando único do SUS, e que o consórcio CISAMOSC que situa-se em Chapecó e pratica o valor de R\$ 315,00 sugere-se a correção para esse mesmo valor, sendo aprovado. Na sequência passou-se a sugestão de reajuste no valor das consultas em especialidade para o ano de 2019, questionado sobre a solicitação de reajuste por parte dos prestadores, Marcelo disse que frequentemente há solicitações e que desde 2015 o valor da consulta não é reajustado, disse ainda que estamos tendo dificuldades em conseguir prestadores por esse valor, especialmente na região de Joaçaba, ficando o valor a ser acordado em outra oportunidade. Marcelo também informou que Dr. Eduardo Pneumologista, solicitou reajuste para espirometria de R\$ 100,00 para R\$ 180,00, porém no momento esta se verificando a possibilidade de credenciar outros prestadores, neste caso não será concedido aumento. Quanto a Solicitação de aumento do valor do procedimento de ecocardiograma com Doppler de R\$ 150,00 para R\$ 200,00, solicitada pelos Drs. Rodrigo Mozzaquatro e Dra. Camila, foi acordado que será reajustado para R\$ 170,00. Dando sequência foi solicitado dois gestores voluntários para compor o conselho fiscal do Consórcio sendo que Tarcisio Lidani Secretário de Saúde de Arroio Trinta e Edgar Brandini Secretário de Saúde de Lacerdópolis, se dispuseram a participar e foram aceitos pelos demais, Marcelo solicitou também que seja informado com brevidade o orçamento CISAMARP de cada município para 2019. Adentrando na pauta sobre SISREG, a Gerente Administrativa Monalisa Giazsoni, solicitou a colaboração de todos quanto ao preenchimento da chave para baixa de atendimentos, sendo que no momento muitos são preenchidos de forma incorreta. Questionado quanto à duplicidade de fila SISREG e fila CISAMARP, Marcelo orientou que a fila deve ser única. Mariana comentou que os procedimentos 100% regulados não estão tendo cotas respeitadas o que pode ocorrer de não ser respeitada a ordem cronológica da fila tendo pacientes liberados CISAMARP antes do estado agendar SISREG. Ivanice Peccin comentou que já tem reunião agendada com Karen na Secretaria de Estado da Saúde para pautar o assunto. Quanto ao absenteísmo dos pacientes agendados nos prestadores de serviço do CISAMARP os mesmos estão reclamando que muitos horários estão ficando ociosos pelas faltas injustificadas dos pacientes agendados, Marcelo diz que isso gera um problema enorme de relacionamento com os prestadores, também prejuízos financeiros a eles e além disso outro paciente deixa de ser atendido, e que os municípios juntamente com o CISAMARP precisam cobrar dos pacientes explicações sobre a falta, Zildete e Idione comentaram que estão solicitando explicação por escrito quando os pacientes desistem do atendimento. Simone comentou que está sendo estudado por parte do estado ação de conscientização para diminuir o absenteísmo, Ivanice colocou a disposição o programa de rádio da prefeitura para divulgar os dados de absenteísmo. Na sequência iniciou-se pauta quanto a viagens, explanado o levantamento realizado com os municípios quanto à quantidade de deslocamentos e veículos que realizam TFD para Florianópolis, Ivanice comentou que o município de Videira tem calculado o custo do deslocamento e irá repassar para o consórcio. Dr. Ademar comentou que

Caçador tinha transporte terceirizado sendo custo por Km Van R\$ 2,52, microonibus R\$ 3,24 e ônibus R\$ 4,30, disse que fazendo os cálculos é mais viável ao município o transporte com veículo próprio. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para registro, foi por mim, Viviam Fiabane Rissardi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos(as) presentes senhores(as): Ivanice Angela Peccin, Idione Fantinel, Tarcisio Lidani, Petris dos Santos, Ademar Schimitz, Marli Rosa Guerreiro, Mariana Zapeletto, Valmor Reisdorf, Gilmar Massaneiro, Lucinéia Caetano, Lucélia Stuller, Amauri de Souza, Juliana Samistraro, Maria Ivete V. Oliveira, Simone Dresch, Milto Luiz Borga, Evainer Santian, Zildete De Nardi, Adriano Slongo, Alessandro Braga Ramos, José Travisani, Edgar Brandini, Evandro Volpato, Aldacir de Oliveira, Ely Materle, Rosemeri Santos de Oliveira, Juliana Sonda, Nadia Maciel, Elaine Ap. Rosa Fogaça.

CIS/AMAUC

RESOLUÇÃO Nº12_2018

Publicação Nº 1768959

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.

Excluir o código 900012 - Complementação para Cirurgia Eletiva de Campanha do Anexo I do Edital de Chamamento nº 1/2005.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC, Prefeita do Município de Peritiba, Sra. NEUSA KLEIN MARASCHINI, no uso de suas atribuições legais e com base na decisão da reunião da Comissão instituída pela Resolução 6 de 16 de agosto de 2018 e homologada na reunião da Câmara Técnica e de Apoio do CIS Amauc Assembleia Geral Ordinária realizada na mesma data,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir o código 900012 - Complementação para Cirurgia Eletiva de Campanha do Anexo I - Tabela de Serviços e Valores - do Edital de Chamamento nº 01/2005.

Art. 2º Republicar o Anexo I - Tabela de Serviços e Valores - do Edital de Chamamento nº 01/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Concórdia, 8 de outubro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Presidente

Publicada no Mural do CIS Amauc e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Ivanete Terezinha Pereira Grendene

Diretora Administrativa do CIS Amauc

TABELA DE SERVIÇOS E VALORES - EDITAL 01_2005 - OUT 2018

Publicação Nº 1768987



TABELA DE SERVIÇOS E VALORES CREDENCIADOS PELO CIS-AMAUC

Anexo I . Edital 01/2005

PROFISSIONAIS INSTALADOS FORA DA REGIÃO DA AMAUC

8 de outubro de 2018

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense
CNPJ: 07654807/0001-97 - Fone: (49) 3482-3500
Rua: Marechal Deodoro - 772 -12º andar - Edifício Mirage Offices, Centro
89700-905 - Concórdia - SC
saude@amauc.org.br

ANATOMIA PATOLÓGICA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
BIOPSIA DE PRÓSTATA (POR PEÇA)	90093	0,00	33,64	33,64
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO P/ CONGELAMENTO /PARAFINA (EXCETO COLO UTERINO) – PEÇA CIRÚRGICA	02.03.02.003-0	24,00	17,49	41,49
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)	02.03.01.002-7	10,65	30,84	41,49
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MICROFLORA	02.03.01.001-9	6,97	0,87	7,84
IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MAXIMO 6	02.03.02.004-9	92,00	278,06	370,06
IMUNOHISTOQUÍMICA DE MAMAS	90077	0,00	347,63	347,63
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO PATOLOGISTA	90190	0,00	112,14	112,14
EXAME ANATOMO PATOLÓGICO	90204	0,00	72,89	72,89
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CITOPATOLOGIA CÉVICO-VAGINAL ONCOLÓGICA	90212	0,00	39,24	39,24
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PAINEL DE IMUNOISTOQUÍMICA (DUAS A CINCO REAÇÕES) INDEPENDENTE DO ÓRGÃO	90220	0,00	370,06	370,06
PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICO EM MARGENS CIRÚRGICAS	90239	0,00	61,67	61,67
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM LÂMINAS DE PAAF ATÉ 5	90247	0,00	72,89	72,89
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR COLORAÇÃO	90255	0,00	39,24	39,24
ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ANGIOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ALERGIA E IMUNOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ALERGIA E IMUNOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BIOPSIAS				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
BIOPSIA DE PRÓSTATA GUIADA POR ULTRASSONAGRAFIA DE PRÓSTATA RETAL	00.00.00.466-5	0,00	340,00	340,00
BIOPSIA GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	00.00.00.466-6	0,00	340,00	340,00

BIOPSIA DE PARENQUIMA HEPATICO GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	00.00.00.466-4	0,00	340,00	340,00
CARDIOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CARDIOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ELETROCARDIOGRAMA (EEG)	02.11.02.003-6	5,15	11,67	16,82
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA	02.05.01.003-2	39,94	184,34	224,28
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS – 3 CANAIS)	02.11.02.004-4	30,00	122,51	152,51
TESTE ERGOMÉTRICO OU ESFORÇO	02.11.02.006-0	30,00	82,14	112,14
CINTILOGRAFIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO / NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004	0,00	199,76	199,76
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA CAMARAS CARDIACAS/ REPOUSO (MÍN. 3 PR.)	02.08.01.008	0,00	251,70	251,70
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" DA DIREITA PARA ESQUERDA	02.08.01.006	0,00	171,08	171,08
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGÜÍNEO DAS EXTREMIDADES	02.08.01.005	0,00	136,82	136,82
CINTIL. SINCRON. CÂMARAS CARDÍACAS-ESFORÇO (MÍN. 2 PROJEÇÕES)	02.08.01.007	0,00	257,82	257,82
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - ESTRESSE (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.002	0,00	581,84	581,84
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - REPOUSO (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.003	0,00	545,59	545,59
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114,86	48,73	163,59
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (LÍQUIDOS)	02.08.02.005-5	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO GÁSTRICO	02.08.02.007-1	114,22	78,59	192,81
DETERMINAÇÃO DE FLUXO SANGÜÍNEO REGIONAL	02.08.01.009-2	123,93	24,78	148,71
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310,82	131,87	442,69
CINTILOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTÍMULO (MÍN 4 IMAGENS)	02.08.02.003-9	87,89	37,29	125,18
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRÂNSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDOS)	02.08.02.006-3	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BAÇO - MÍNIMO 05 IMAGENS	02.08.02.001-2	133,26	56,54	189,80
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187,93	79,73	267,66
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIAS DIGESTIVAS ATIVAS	02.08.02.009-8	157,23	66,71	223,94
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	02.08.03.002-6	77,28	32,78	110,06
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM TESTE DE SUPRESSÃO/ ESTÍMULO	02.08.03.003-4	107,30	21,46	128,76

TESTE DO PERCLORATO COM RADIOISÓTOPO	02.08.03.005-0	107,40	21,48	128,88
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	02.08.03.004-2	338,70	143,7	482,40
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	02.08.03.001-8	324,54	137,69	462,23
CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133,03	357,37	490,40
CINTILOGRAFIA TESTICULAR E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108,94	21,78	130,72
DETERMINAÇÃO DA FILTRAÇÃO GLOMERULAR COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.008-0	63,22	12,64	75,86
DETERMINAÇÃO DO FLUXO PLASMÁTICO RENAL COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.009-9	63,22	12,64	75,86
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144,5	61,31	205,81
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122,97	52,17	175,14
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	02.08.04.010-2	165,24	33,04	198,28
CINT. ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO COM OU SEM FLUXOSANGUÍNEO	02.08.05.001-9	180,32	36,06	216,38
CINTILOGRAFIA ÓSSEA COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190,99	81,03	272,02
ESTUDO DO FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119,16	23,83	142,99
CISTERNOCINTILOGRAFIA (MÍNIMO 05 IMAGENS)	02.08.06.002-2	205,34	87,12	292,46
CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL COM TALIO	02.08.06.001-4	438,01	185,73	623,74
LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141,33	59,96	201,29
CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GÁLIO 67 - EXCLUSIVO P/ DOENÇA DE HODGKIN	02.08.09.001-0	906,8	181,36	1088,16
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289,43	122,80	412,23
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO PULMONAR DO GÁLIO 67	02.08.07.001-0	457,55	535,93	993,48
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GÁLIO 67	02.08.01.001-7	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GÁLIO 67	02.08.04.002-1	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GÁLIO 67	02.08.05.004-3	457,55	0,00	457,55
CINTILOGRAFIA PULMONAR (INALAÇÃO) COM MÍNIMO DE 02 PROJEÇÕES	02.08.07.003-6	128,12	25,62	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR PARA PESQUISA DE ASPIRAÇÃO	02.08.07.002-8	127,51	26,23	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR (PERFUSÃO) - MÍNIMO DE 04 PROJEÇÕES	02.08.07.004-4	130,5	55,37	185,87
CINTILOGRAFIA SISTEMA RETÍCULO-ENDOTELIAL (MEDULA ÓSSEA)	02.08.08.001-5	122,61	37,77	160,38
DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO COM RADIOISÓTOPOS	02.08.08.002-3	97,37	19,47	116,84
DETERMINAÇÃO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS COM RADIOISÓTOPOS	02.08.08.003-1	54,36	10,87	65,23
CINTILOGRAFIA DA GLÂNDULA LACRIMAL - DACRIOCINTILOGRAFIA	02.08.09.002-9	66,23	28,10	94,33
IMUNO CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAL)	02.08.02.012-8	1.103,26	0,00	1103,26
ESTUDO RENAL DINÂMICO C/OS/DIRÉTICO	9900039	0,00	403,85	403,85

TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMER -ATE 30MCI)	9900047	0,00	631,95	631,95
TÉCNICA TOMOGRÁFICA	9900055	0,00	104,08	104,08
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	9900063	0,00	512,31	512,31
DERMATOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)	02.01.01.052-6	21,56	34,51	56,07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA	02.01.01.035-6	18,33	9,70	28,03
BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS,	02.01.01.037-2	25,83	19,02	44,85
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR	02.01.01.036-4	14,66	13,37	28,03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE	02.01.01.002-0	14,10	25,14	39,24
CONSULTA ESPECIALIZADA EM DERMATOLÓGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA – 05 LESÕES	04.01.01.004-0	11,84	16,19	28,03
EXERSE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA	04.01.01.007-4	12,46	32,39	44,85
FOTOTERAPIA (SESSÃO – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	4,00	18,42	22,42
DENSITOMETRIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	55,10	48,06	103,16
ENDOCRINOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ENDOCRINOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
FISIATRIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM FISIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
FISIOTERAPIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PTES COM DISFUNÇÕES RGINECOLÓGICAS	03.02.01.002-5	4,67	6,54	11,21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	4,67	6,54	11,21

ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROLOGIA	03.02.06.005-7	6,35	7,10	13,45
FISIOTERAPIA GERAL	90107	0,00	7,84	7,84
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO DOMICILIAR	03.01.05.003-1	18,29	11,71	30,00
EQUOTERAPIA	00.00.00.466-3	0,00	25,00	25,00
FONOAUDIOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
TERAPIA INDIVIDUAL	03.01.04.004-4	2,81	19,61	22,42
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA/ ÓSSEA)	02.11.07.004-1	21,00	2,54	23,54
POTENCIAL EVOCADO PARA TRIAGEM AUDITIVA - BERA	02.11.07.027-0	13,51	168,15	181,66
EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA - TESTE ORELHINHA	02.11.07.014-9	13,51	1,64	15,15
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	1,92	14,90	16,82
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00	2,79	25,79
LOGOAUDIOMETRIA (LDV/IRF/LRF)	02.11.07.021-1	26,25	4,02	30,27
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	1,37	15,45	16,82
PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	02.11.07.034-3	9,36	172,30	181,66
GASTROENTEROLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	15,18	33,64
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GASTROENTEROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	223,76	336,42
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE - ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16	142,47	190,63
POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29,84	149,58	179,42
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	122,65	145,78
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.024-6	31,26	114,52	145,78
GERIATRIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GERIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	18,33	9,70	28,03
CONSULTA NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	3,38	30,26	33,64
CRIOAUTERIZAÇÃO / ELETROCOAGULAÇÃO DE COLO DE ÚTERO	03.09.03.004-8	11,26	50,41	61,67
HEMATOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM HEMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
INFECTOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM INFECTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
MASTOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
MEDICINA HIPERBÁRICA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA	90158	0,00	320,00	320,00
NEFROLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEFROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
NEUROLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEUROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ELETOENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO	02.11.05.002-4	11,34	78,37	89,71
ELETOENCEFALOGRAFIA SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO	02.11.05.003-2	25,00	64,71	89,71

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90034	0,00	314,00	314,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES - MI	90042	0,00	385,00	385,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES - MS	90050	0,00	385,00	385,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES – MI/MS	90069	0,00	490,00	490,00
TESTE DE ESTIMULAÇÃO REPETITIVA	00.00.00.466-1		320,00	320,00
NUTRIÇÃO				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
TERAPIA EM NUTRICAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	16,12	22,42
OTORRINOLARINGOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL	02.01.01.039-9	18,33	15,31	33,64
BIÓPSIA DE SEIOS PARANASAIS	02.01.01.044-5	18,33	37,74	56,07
BIÓPSIA DE FARINGE	02.01.01.019-4	19,06	14,58	33,64
DRENAGEM DE ABSCESSO FARÍNGEO	04.04.01.005-9	22,56	11,08	33,64
DRENAGEM DE FURÚNCULO NO CONDUTO AUDITIVO EXTERNO	04.04.01.007-5	14,66	18,98	33,64
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	04.01.01.010-4	11,84	21,80	33,64
DUCHA DE POLITZER (UNI/BILATERAL)	04.04.01.009-1	11,28	22,36	33,64
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR	04.04.01.015-6	11,28	33,57	44,85
TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E POSTERIOR	04.04.01.034-2	17,00	39,07	56,07
ELETROGUSTOMETRIA	02.11.07.013-0	1,37	26,66	28,03
VIDEOLARINGOSCOPIA E LARINGOSCOPIA	02.09.04.002-5	47,14	65,00	112,14
OFTALMOLOGIA				
OBS: A CONSULTA DE OFTALMOLOGIA PADRÃO INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	02.11.06.001-1	24,24	23,98	48,22
BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	02.01.01.009-7	31,10	17,12	48,22
BIÓPSIA DE CÔRNEA (MONOCULAR)	02.01.01.011-9	68,62	37,35	105,97
BIÓPSIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	02.01.01.018-6	68,62	37,35	105,97

BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILIAR, RETINA CORÓIDE, VÍTREO E UMOR (MONOCULAR)	02.01.01.024-0	199,21	103,56	302,77
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (MONOCULAR)	02.11.06.003-8	40,00	81,11	121,11
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	78,75	321,25	400,00
CAUTERIZAÇÃO DA Córnea (MONOCULAR)	04.05.05.003-8	19,14	18,70	37,84
CERATOMETRIA (MONOCULAR)	02.11.06.005-4	3,37	44,85	48,22
CICLOTRIOCOAGULAÇÃO/DIATERMIA (MONOCULAR)	04.05.05.004-6	587,51	-78,85	508,66
CICLODIÁLISE (MONOCULAR)	04.05.05.005-4	453,41	43,14	496,55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁRIO (MONOCULAR)	04.05.05.006-2	19,14	18,70	37,84
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTROPIÓ E ECTRÓPIO (MONOCULAR)	04.05.01.001-0	203,74	38,48	242,22
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)	04.05.01.002-8	278,90	-36,68	242,22
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCULAR)	04.05.05.007-0	259,20	237,35	496,55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LAGOFTALMO (MONOCULAR)	04.05.04.001-6	282,08	0,00	282,08
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO CULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) MONOCULAR)	02.11.06.006-2	10,11	6,54	16,65
ELETRO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.007-0	24,24	22,69	46,93
ELETRORETINOGRAMA (BINOCULAR)	02.11.06.008-9	24,24	22,69	46,93
EPILAÇÃO DE CÍLIOS (MONOCULAR)	04.05.01.006-0	22,93	14,91	37,84
EXERSE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E UPERCÍLIOS (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	78,75	0,00	78,75
EXERSE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.008-9	82,28	76,67	158,95
FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.009-7	531,60	214,74	746,34
FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRAOCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR	04.05.05.010-0	483,60	126,44	610,04
FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RÍGIDA (LENTE INCLUÍDA	04.05.05.011-9	651,60	0,00	651,60
FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL LENTE	04.05.05.037-2	1194,90	0,00	1.194,90
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)	04.05.04.013-0	22,93	14,91	37,84
IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR)	04.05.05.017-8	297,46	312,58	610,04
MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	02.11.06.012-7	24,24	22,69	46,93
MICROSCOPIA ESPECULAR DE Córnea (MONOCULAR)	02.11.06.014-3	24,24	22,69	46,93
OCULÇÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)	04.05.01.010-9	19,14	18,70	37,84
PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	02.05.02.002-0	14,81	9,41	24,22
PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.05.020-8	82,28	75,16	157,44
POTENCIAL VISUAL EVOCADO (MONOCULAR)	02.11.06.016-0	24,24	13,60	37,84
RADIAÇÃO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	372,72	877,28	1.250,00

RETINOGRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR)	02.11.06.018-6	64,00	132,80	196,80
RETINOGRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	02.11.06.017-8	24,68	13,16	37,84
RETIRADA DE GLOBO OCULAR UNI/BILATERAL PARA TRANSPLANTE (BINOCULAR)	05.03.03.005-8	322,38	0,00	322,38
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÂMARA ANTERIOR DO OLHO (MONOCULAR)	04.05.05.024-0	335,72	172,94	508,66
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÔRNEA (MONOCULAR)	04.05.05.025-9	25,00	12,84	37,84
SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)	04.05.01.014-1	203,74	29,39	233,13
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (BINOCULAR)	04.05.01.016-8	22,93	14,91	37,84
SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)	04.05.01.015-0	203,73	29,40	233,13
SUTURA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.029-1	82,28	75,16	157,44
SUTURA DE CÔRNEA (MONOCULAR)	04.05.05.030-5	164,08	85,71	249,79
SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.009-6	161,19	84,06	245,25
SUTURA DE PÁLPEBRAS (MONOCULAR)	04.05.01.017-6	143,99	14,96	158,95
TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)	02.11.06.020-8	6,74	6,88	13,62
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	02.11.06.024-0	12,34	11,88	24,22
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)	02.11.06.023-2	12,34	11,88	24,22
TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA - OCT	4.15.01.14-4	0,00	150,00	150,00
TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA – CERATOSCOPIA (BINOCULAR)	02.11.06.026-7	24,24	12,48	36,72
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (BINOCULAR)	04.05.01.018-4	95,42	137,71	233,13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.010-0	159,37	82,85	242,22
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)	04.05.04.019-9	116,42	116,71	233,13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)	04.05.05.036-4	209,55	261,43	470,98
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)	04.05.01.019-2	278,90	-36,68	242,22
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MIIASE PALPEBRAL (MONOCULAR)	04.05.03.011-8	22,93	14,91	37,84
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.012-6	259,20	240,38	499,58
TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL (INCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) E COLOBOMA DE PÁLPEBRA (MONOCULAR)	04.05.04.020-2	449,44	50,14	499,58
TRABECULECTOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (BINOCULAR)	04.05.05.032-1	898,35	0,00	898,35
TRANSPLANTE DE CÔRNEA (MONOCULAR)	05.05.01.009-7	2070,00	0,00	2.070,00
VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.013-4	381,08	237,76	618,84
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	7,19	31,39
ONCOLOGIA				
PROCEDIMENTO		*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL

CONSULTA ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ORTOPEDIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ORTOPEdia	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	13,00	1,57	14,57
AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	338,03	0,00	338,03
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	200,00	0,00	200,00
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	182,75	22,46	205,21
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	23,99	16,38	40,37
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	183,39	22,94	206,33
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	114,36	14,60	128,96
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	18,33	2,97	21,30
BURSECTOMIA	04.08.06.008-5	213,63	0,00	213,63
FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIOR	04.08.02.010-5	200,51	0,00	200,51
INFILTRAÇÃO DE SUBTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	5,63	3,34	8,97
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	122,01	0,00	122,01
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	205,91	0,00	205,91
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	13,25	2,44	15,69
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL	04.08.06.021-2	91,49	0,00	91,49
RESSECÇÃO DE EXOSTOSE	04.08.06.022-0	28,42	11,95	40,37
RESSECÇÃO MUSCULAR	04.08.06.030-1	203,29	0,00	203,29
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRAÓSSEO	04.08.06.035-2	151,66	0,00	151,66
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR	03.03.09.009-0	22,21	3,58	25,79
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBROS INFERIORES	03.03.09.007-3	25,31	4,96	30,27
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	171,94	0,00	171,94
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO SUPERIOR (EXCETO MÃO)	04.08.02.029-6	207,02	0,00	207,02
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS INFERIORES (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	207,02	0,00	207,02

REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTACÃO DOS DEDOS	04.08.06.042-5	207,02	0,00	207,02
REVISÃO E TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DE COLUNA VERTEBRAL	03.03.09.011-1	27,32	14,17	41,49
TENOSSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	04.08.02.030-0	194,89	0,00	194,89
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR	04.08.01.012-6	44,28	12,91	57,19
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO	04.08.06.065-4	28,42	11,95	40,37
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	04.08.06.068-9	28,42	11,95	40,37
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO	04.08.02.017-2	107,24	0,00	107,24
TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	03.03.09.012-0	36,59	4,90	41,49
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO/FRATURA-LUXAÇÃO DE JOELHO	04.08.05.026-8	108,25	0,00	108,25
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO FISÁRIA DO JOELHO	04.08.05.025-0	112,50	0,00	112,50
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA DO EXTREMO PROXIMAL DE UMEROS	04.08.02.016-4	126,01	0,00	126,01
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA/LUXAÇÃO ESCÁPULO UMERAL	04.08.01.013-4	165,99	0,00	165,99
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO	04.08.05.021-7	141,04	0,00	141,04
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE OSSOS DO TARSO	04.08.05.024-1	114,44	0,00	114,44
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA DOS METATARSIAIS	04.08.05.020-9	114,44	0,00	114,44
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO FÊMUR/PATELAR	04.08.05.027-6	108,25	0,00	108,25
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO/FRATURA LUXAÇÃO DE COTOVELO	04.08.02.022-9	269,80	0,00	269,80
PEDIATRIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA	03.01.01.006-4	10,00	55,00	65,00
PNEUMOLOGIA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	02.09.04.001-7	36,02	132,19	168,21
ESPIROGRAFIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME RESIDUAL	02.11.08.001-2	2,78	64,50	67,28
GASOMETRIA	02.11.08.002-0	2,78	1,70	4,48
ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM	02.11.08.005-5	6,36	60,92	67,28

PSICOLOGIA					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	CIS AMAUC	
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	03.01.08.017-8	2,55	19,87	22,42	
PSIQUIATRIA					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL	03.01.01.007-2	10,00	90,92	100,92	
PROCTOLOGIA					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PROCTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00	
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	223,76	336,42	
RETIRADA DE PÓLIPO DE TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA – POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29,84	149,58	179,42	
RETOSIGMOIDOSCOPI	02.09.01.005-3	23,13	122,65	145,78	
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	15,18	33,64	
EXAMES DE IMAGEM					
RADIODIAGNÓSTICO					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	22,50	13,94	36,44	
MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	02.04.03.018-8	45,00	27,89	72,89	
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)	02.04.01.006-3	6,88	8,81	15,69	
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)	02.04.05.012-0	15,30	9,37	24,67	
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)	02.04.05.013-8	10,73	6,09	16,82	
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	02.04.05.011-1	10,73	13,94	24,67	
RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	02.04.04.001-9	6,42	10,40	16,82	
RADIOGRAFIA ARCADA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLÍQUAS)	02.04.01.004-7	6,96	8,73	15,69	
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	02.04.06.006-0	7,77	12,41	20,18	
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	02.04.04.003-5	7,40	11,66	19,06	
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	11,66	19,06	
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.005-6	14,32	12,59	26,91	
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)	02.04.03.007-2	8,37	10,69	19,06	

RADIOGRAFIA DE COTOVELO	02.04.04.007-8	5,90	10,92	16,82
RADIOGRAFIA DE COXA	02.04.06.011-7	8,94	11,24	20,18
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUA/BRETTON+HIRTZ)	02.04.01.007-1	9,15	12,15	21,30
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	02.04.01.008-0	7,52	8,17	15,69
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO	02.04.03.008-0	19,24	14,40	33,64
ESCANOMETRIA	02.04.06.003-6	7,77	14,65	22,42
DUODENOGRAFIA HIPOTÔNICA	02.04.05.004-9	34,52	24,91	59,43
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	02.04.03.009-9	7,98	11,08	19,06
RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO	02.04.05.014-6	35,22	19,72	54,94
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)	02.04.06.012-5	6,78	10,04	16,82
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	02.04.06.013-3	7,16	9,66	16,82
RADIOGRAFIA DE LARINGE	02.04.01.009-8	5,74	8,83	14,57
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)	02.04.01.013-6	7,98	14,44	22,42
RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	6,30	10,52	16,82
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	6,00	10,82	16,82
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	9,03	12,27	21,30
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUA)	02.04.01.011-0	7,20	8,49	15,69
RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	8,73	10,33	19,06
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	7,98	11,08	19,06
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDO DO PÉ	02.04.06.015-0	6,78	10,04	16,82
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	8,94	11,24	20,18
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.04.012-4	6,91	9,91	16,82
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	5,62	11,20	16,82
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCIGEA	02.04.02.012-3	7,80	12,38	20,18
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.014-4	7,32	8,37	15,69
RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+ BRETTON)	02.04.01.015-2	7,20	8,49	15,69
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	02.04.03.013-7	14,32	12,59	26,91
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.014-5	12,02	10,40	22,42
RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA	02.04.03.012-9	5,56	9,01	14,57
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA)	02.04.03.017-0	6,88	7,69	14,57
RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR	02.04.02.010-7	9,73	13,81	23,54

RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO)	02.04.05.015-4	47,59	14,08	61,67
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL)	02.04.03.015-3	9,50	9,56	19,06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	11,62	19,02
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA	02.04.06.007-9	7,77	12,41	20,18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	02.04.06.008-7	6,50	10,32	16,82
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	02.04.01.005-5	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	02.04.04.002-7	7,40	11,66	19,06
RADIOGRAFIA DE BACIA	02.04.06.009-5	7,77	12,41	20,18
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	02.04.04.005-1	7,77	11,29	19,06
RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	02.04.06.010-9	6,50	10,32	16,82
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	02.04.04.006-0	7,40	9,42	16,82
CLISTER OPACO COM DUPLIO CONTRASTE	02.04.05.001-4	47,76	22,88	70,64
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	02.04.05.003-0	32,61	23,46	56,07
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.04.02.006-9	10,96	12,58	23,54
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO)	02.04.02.004-2	8,19	11,99	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.003-4	8,33	11,85	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	10,29	9,89	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	9,16	11,02	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	15,58	13,57	29,15
UROGRAFIA VENOSA (EXCRETORA)	02.04.05.018-9	57,40	35,67	93,07
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	02.07.01.001-3	268,75	0,00	268,75
ANGIORESSONANCIA DE CRÂNIO/ PESCOÇO - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-7	0,00	420,00	420,00
ANGIORESSONANCIA DE TÓRAX - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-8	0,00	420,00	420,00
ANGIORESSONANCIA DE ABDOMEN/PELVE - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-9	0,00	420,00	420,00
CONTRASTE PARA ANGIORESSONÂNCIA	00.00.00.467-3	0,00	100,00	100,00
RM MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	268,75	0,00	268,75
RM MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	268,75	0,00	268,75
RM COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	268,75	0,00	268,75
RM DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	268,75	0,00	268,75
RM DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	02.07.01.003-0	268,75	0,00	268,75

RM DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268,75	0,00	268,75
RM DE BACIA/PELVE/ABDOMEN INFERIOR	02.07.03.002-2	268,75	0,00	268,75
RM DE SELA TÚRCICA	02.07.01.007-2	268,75	0,00	268,75
RM CRÂNIO	02.07.01.006-4	268,75	0,00	268,75
RM VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	02.07.03.004-9	268,75	0,00	268,75
RM DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	268,75	0,00	268,75
RM DE BOCA	00.00.00.467-0	0,00	268,75	268,75
RM DE ORBITAS	00.00.00.467-1	0,00	268,75	268,75
RM DE FACE	00.00.00.467-2	0,00	268,75	268,75
RM DE OUVIDO	00.00.00.467-3	0,00	268,75	268,75
RM DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268,75	0,00	268,75
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA	90085	0,00	75,00	75,00
SEDAÇÃO PARA RESSONÂNCIA	90182	0,00	150,00	150,00
TOMOGRAFIAS				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
TC DE CRÂNIO (INCLUI REGIÃO MASTEOIDEA)	02.06.01.007-9	97,44	42,56	140,00
TC DE SELA TÚRCICA	02.06.01.006-0	97,44	42,56	140,00
TC DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	86,76	53,24	140,00
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	101,10	38,90	140,00
TC DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	89,76	50,24	140,00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR (ESTERNO LAVICULAR/OMBRO/COTOVELO	02.06.02.001-5	86,75	53,25	140,00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	02.06.03.002-9	86,75	53,25	140,00
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULARES	02.06.01.004-4	86,75	53,25	140,00
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	138,63	1,37	140,00
TC DE ABDÔMEN TOTAL	90018,00	0,00	280,00	280,00
TC DE TÓRAX	02.06.02.003-1	136,41	3,59	140,00
TC DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	86,75	53,25	140,00
TC DE PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	02.06.03.003-7	138,63	1,37	140,00
TC DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	02.06.02.002-3	86,75	53,25	140,00
ANGIOTOMOGRAFIA CRANIO E VERTEBRAIS	00.00.00.467-4	0,00	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA CAROTIDAS/ AORTAABDOMINAL E ELICAS/ ARTERIAS ILICAS	00.00.00.467-5	0,00	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	00.00.00.467-6	0,00	420,00	420,00

UROTOMOGRAFIA	00.00.00.467-7	0,00	280,00	280,00	280,00
CONTRASTE PARA ANGIOTOMOGRAFIA	00.00.00.467-9	0,00	100,00	100,00	100,00
CONTRASTE PARA TC	90379	0,00	70,00	70,00	70,00
ULTRASSONOGRAFIAS					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20	21,77	45,97	
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95	30,45	68,40	
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	24,20	21,77	45,97	
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20	21,77	45,97	
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20	21,77	45,97	
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	7,19	31,39	
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20	15,04	39,24	
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	02.05.02.010-0	24,20	20,65	44,85	
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA VIA TRANSRETAL	02.05.02.011-9	24,20	31,87	56,07	
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	24,20	15,04	39,24	
ULTRASSONOGRAFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	24,20	11,68	35,88	
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDO E PULSADO	02.05.02.015-1	39,60	72,54	112,14	
ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	24,20	13,92	38,12	
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90026	0,00	112,14	112,14	
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	24,20	87,94	112,14	
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20	20,65	44,85	
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	90123	0,00	95,31	95,31	
ECODOPPLER ORGÃOS OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	90302	180,00	0,00	180,00	
UROLOGIA					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
CONSULTA ESPECIALIZADA EM UROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00	
AValiação URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	7,62	306,37	313,99	
CISTOMETRIA SIMPLES (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	8,82	271,53	280,35	
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	92,38	187,97	280,35	
PRÓTESES OCULARES					
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	

PRÓTESES OCULARES	07.01.04.00-68	238,03	511,97	750,00
VASCULAR				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
ECODOPPLER UNILATERAL	90280		180,00	180,00
ECODOPPLER BILATERAL	90298		300,00	300,00
ECODOPPLER DE CARÓTIDAS	90301		350,00	350,00
BOTA DE UNNA COM AVALIAÇÃO MÉDICA	20104340		135,00	135,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS	03.09.07.001-5	300,78	299,22	600,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS	03.09.07.002-3	392,62	807,38	1200,00
ANÁLISES CLÍNICAS				
PROCEDIMENTO	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	3,51	0,00	3,51
DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,01	0,00	2,01
DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS	02.02.01.003-1	15,65	0,00	15,65
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (DUAS DOSAGENS)	02.02.01.004-0	3,63	0,00	3,63
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.005-8	6,55	0,00	6,55
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (QUATRO DOSAGENS)	02.02.01.006-6	3,68	0,00	3,68
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.007-4	10,00	0,00	10,00
DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTÍDASE	02.02.01.009-0	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO ASCÓRBICO	02.02.01.011-2	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	02.02.01.012-0	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELÍCO	02.02.01.013-9	9,00	0,00	9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	02.02.01.016-3	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	3,68	0,00	3,68

DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,25	0,00	2,25
DOSAGEM DE AMONIA	02.02.01.019-8	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	02.02.01.020-1	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	02.02.01.022-8	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	02.02.01.025-2	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	4,12	0,00	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	15,59	0,00	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	15,65	0,00	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	7,86	0,00	7,86
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	3,68	0,00	3,68

DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,25	0,00	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	02.02.01.056-2	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	02.02.01.057-0	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,4	0,00	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	4,12	0,00	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE UREA	02.02.01.069-4	1,85	0,00	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	15,24	0,00	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	02.02.01.071-6	3,68	0,00	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.01.072-4	4,42	0,00	4,42
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	02.02.01.073-2	15,65	0,00	15,65
PROVA DA D-XILOSE	02.02.01.074-0	3,68	0,00	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	02.02.01.075-9	6,55	0,00	6,55
DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	02.02.01.076-7	15,24	0,00	15,24
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL
CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	02.02.02.001-0	6,48	0,00	6,48
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	2,73	0,00	2,73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	2,73	0,00	2,73
DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA)	02.02.02.005-3	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	2,73	0,00	2,73

DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	02.02.02.007-0	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	9,00	0,00	9,00
DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	02.02.02.011-8	5,79	0,00	5,79
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	2,85	0,00	2,85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	02.02.02.013-4	5,77	0,00	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	2,73	0,00	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	2,73	0,00	2,73
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	4,11	0,00	4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	6,48	0,00	6,48
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	5,31	0,00	5,31
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	7,61	0,00	7,61
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	4,73	0,00	4,73
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	8,09	0,00	8,09
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	6,63	0,00	6,63
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	15,00	0,00	15,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	18,91	0,00	18,91
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	6,66	0,00	6,66
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	9,11	0,00	9,11
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	10,51	0,00	10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	6,66	0,00	6,66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	4,60	0,00	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,53	0,00	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	2,73	0,00	2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	2,73	0,00	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	2,73	0,00	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	4,11	0,00	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	5,41	0,00	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	2,73	0,00	2,73
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1,53	0,00	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	4,11	0,00	4,11
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	2,73	0,00	2,73

PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	25,00	0,00	25,00	***TOTAL
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	4,11	0,00	4,11	15,00
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	2,73	0,00	2,73	15,00
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	2,73	0,00	2,73	15,00
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	2,73	0,00	2,73	65,00
PESQUISA DE PLASMÓDIO	02.02.02.045-2	3,91	0,00	3,91	96,00
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	2,73	0,00	2,73	9,25
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	4,11	0,00	4,11	2,83
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	2,73	0,00	2,73	9,25
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	2,73	0,00	2,73	15,06
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	2,73	0,00	2,73	16,42
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	12,00	0,00	12,00	13,55
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	2,73	0,00	2,73	17,16
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	2,73	0,00	2,73	17,16
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS	COD. SIA/SUS	*VALOR SUS	**COMPLEMENTO	***TOTAL	
CONTAGEM DE LINFOCITOS B	02.02.03.001-6	15,00	0,00	15,00	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	15,00	0,00	15,00	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	15,00	0,00	15,00	65,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	65,00	0,00	65,00	96,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	96,00	0,00	96,00	9,25
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	9,25	0,00	9,25	2,83
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	2,83	0,00	2,83	9,25
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	9,25	0,00	9,25	15,06
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	15,06	0,00	15,06	16,42
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	16,42	0,00	16,42	13,55
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	13,55	0,00	13,55	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	02.02.03.012-1	17,16	0,00	17,16	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	02.02.03.013-0	17,16	0,00	17,16	2,83
DOSAGEM DE CRIOGLOBULININA	02.02.03.014-8	2,83	0,00	2,83	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	17,16	0,00	17,16	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	9,25	0,00	9,25	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	17,16	0,00	17,16	

DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	9,25	0,00	9,25
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.020-2	2,83	0,00	2,83
GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	298,48	0,00	298,48
IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	17,16	0,00	17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	02.02.03.023-7	80,00	0,00	80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.025-3	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.026-1	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	8,67	0,00	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (W ESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	85,00	0,00	85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	02.02.03.033-4	5,74	0,00	5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	02.02.03.037-7	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	02.02.03.039-3	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	3,70	0,00	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	5,83	0,00	5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.042-3	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOS	02.02.03.044-0	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	9,70	0,00	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	2,83	0,00	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	4,10	0,00	4,10

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	5,50	0,00	5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	02.02.03.055-5	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLIO	02.02.03.059-8	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	02.02.03.060-1	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPASMODIOS	02.02.03.061-0	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	18,55	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA	02.02.03.063-6	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI- HBE)	02.02.03.064-4	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	7,78	0,00	7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	02.02.03.066-0	9,71	0,00	9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	02.02.03.067-9	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	02.02.03.068-7	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	4,10	0,00	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCIAL RESPIRATORIO	02.02.03.071-7	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	02.02.03.073-3	2,83	0,00	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	11,00	0,00	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	02.02.03.075-0	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	16,97	0,00	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI- HBC- TOTAL)	02.02.03.078-4	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	30,00	0,00	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.080-6	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	02.02.03.082-2	17,16	0,00	17,16

PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.084-9	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	11,61	0,00	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	02.02.03.086-5	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE	02.02.03.090-3	20,00	0,00	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.091-1	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.095-4	17,16	0,00	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	13,35	0,00	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	18,55	0,00	18,55
PESQUISA DE CLAMIDIA POR BIOLOGIA MOLECULAR (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	60	0,00	60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	2,83	0,00	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (W AALER-ROSE)	02.02.03.101-2	4,10	0,00	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	02.02.03.102-0	10,00	0,00	10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	02.02.03.103-9	9,25	0,00	9,25
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	02.02.03.104-7	10,00	0,00	10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	1,77	0,00	1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	1,77	0,00	1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	18,00	0,00	18,00
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	168,48	0,00	168,48
TESTE TREPONEMICO PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	02.02.03.109-8	5,00	0,00	5,00
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	2,83	0,00	2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	2,83	0,00	2,83
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.112-8	10,00	0,00	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	10,00	0,00	10,00
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	1,77	0,00	1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	1,77	0,00	1,77

TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	2,83	0,00	2,83
DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	02.02.03.118-7	18,55	0,00	18,55
DOSAGEM DE FRAÇÃO CQ1 DO COMPLEMENTO	02.02.03.119-5	17,16	0,00	17,16
DOSAGEM DE TROPONINA	02.02.03.120-9	9,00	0,00	9,00
DOSAGEM DE ESTERCIBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	1,65	0,00	1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,04	0,00	3,04
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,04	0,00	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	10,25	0,00	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	1,65	0,00	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	1,65	0,00	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	3,70	0,00	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	3,51	0,00	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	3,51	0,00	3,51
CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	3,51	0,00	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2,04	0,00	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	3,70	0,00	3,70
IDENTIFICACAO DE GLICIDEOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA	02.02.05.007-6	3,70	0,00	3,70
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	8,12	0,00	8,12
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2,04	0,00	2,04
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	02.02.05.012-2	3,04	0,00	3,04

EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	02.02.05.013-0	3,70	0,00	3,70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70	0,00	3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	3,70	0,00	3,70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	02.02.05.017-3	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	2,40	0,00	2,40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	3,70	0,00	3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3,36	0,00	3,36
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	02.02.05.025-4	4,04	0,00	4,04
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDOS NA URINA	02.02.05.028-9	3,70	0,00	3,70
PESQUISA DE PORFEBILINOGENIO NA URINA	02.02.05.029-7	2,04	0,00	2,04
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	4,44	0,00	4,44
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	02.02.05.031-9	2,04	0,00	2,04
PROVA DE DILUICAO (URINA)	02.02.05.032-7	2,04	0,00	2,04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	02.02.06.001-2	12,54	0,00	12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	02.02.06.002-0	12,54	0,00	12,54
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	02.02.06.003-9	14,69	0,00	14,69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	02.02.06.004-7	10,20	0,00	10,20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	02.02.06.005-5	6,72	0,00	6,72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	02.02.06.006-3	6,72	0,00	6,72
DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	02.02.06.007-1	6,72	0,00	6,72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	02.02.06.008-0	14,12	0,00	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	02.02.06.009-8	11,89	0,00	11,89
DOSAGEM DE AMP CICLICO	02.02.06.010-1	12,01	0,00	12,01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	02.02.06.011-0	11,53	0,00	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA	02.02.06.012-8	14,38	0,00	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	02.02.06.013-6	9,86	0,00	9,86

DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	02.02.06.014-4	11,25	0,00	11,25
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOSTERONA (DHT)	02.02.06.015-2	11,71	0,00	11,71
DOSAGEM DE ESTRADIOL	02.02.06.016-0	10,15	0,00	10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	02.02.06.017-9	11,55	0,00	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	02.02.06.018-7	11,12	0,00	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	02.02.06.019-5	14,15	0,00	14,15
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	02.02.06.020-9	15,35	0,00	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	7,85	0,00	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	02.02.06.022-5	10,21	0,00	10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	7,89	0,00	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	8,97	0,00	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	8,96	0,00	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	10,17	0,00	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	02.02.06.027-6	43,13	0,00	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	02.02.06.028-4	15,35	0,00	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	10,22	0,00	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	10,15	0,00	10,15
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	13,19	0,00	13,19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	15,35	0,00	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	13,11	0,00	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	10,43	0,00	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	13,11	0,00	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	15,35	0,00	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	8,76	0,00	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	11,60	0,00	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	8,71	0,00	8,71
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	12,01	0,00	12,01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	12,01	0,00	12,01
TESTE DE COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	02.02.06.042-0	12,01	0,00	12,01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	12,01	0,00	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	12,01	0,00	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	12,01	0,00	12,01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	8,43	0,00	8,43

DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	02.02.07.001-8	2,06	0,00	2,06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	02.02.07.002-6	2,23	0,00	2,23
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2,04	0,00	2,04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	15,65	0,00	15,65
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	27,50	0,00	27,50
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	13,13	0,00	13,13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	13,48	0,00	13,48
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	6,55	0,00	6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	17,53	0,00	17,53
DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	4,11	0,00	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	8,83	0,00	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	58,61	0,00	58,61
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	8,97	0,00	8,97
DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	02.02.07.021-2	15,65	0,00	15,65
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	35,22	0,00	35,22
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,05	0,00	2,05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,25	0,00	2,25
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,04	0,00	2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	4,11	0,00	4,11
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	10,00	0,00	10,00
DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	3,51	0,00	3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	15,65	0,00	15,65

DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	3,68	0,00	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	15,65	0,00	15,65
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	4,98	0,00	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	13,33	0,00	13,33
ANTIBIOGRAMA PARA MICOBACTERIAS	02.02.08.003-0	13,33	0,00	13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	02.02.08.004-8	4,20	0,00	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	02.02.08.005-6	4,20	0,00	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	02.02.08.006-4	4,20	0,00	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	2,80	0,00	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	5,62	0,00	5,62
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5,62	0,00	5,62
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	4,33	0,00	4,33
CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	5,63	0,00	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	10,25	0,00	10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	4,19	0,00	4,19
EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	2,80	0,00	2,80
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	11,49	0,00	11,49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	02.02.08.016-1	5,63	0,00	5,63
PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	4,33	0,00	4,33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	2,80	0,00	2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	4,33	0,00	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	2,80	0,00	2,80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	4,33	0,00	4,33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	2,80	0,00	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	5,04	0,00	5,04
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAl E DERRAMES	02.02.09.001-9	1,89	0,00	1,89
ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	5,79	0,00	5,79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	4,33	0,00	4,33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	02.02.09.004-3	4,33	0,00	4,33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	1,89	0,00	1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	1,89	0,00	1,89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIÓTICO	02.02.09.007-8	6,56	0,00	6,56

DOSAGEM DE CREATININA NO LÍQUIDO AMNÍOTICO	02.02.09.008-6	1,89	0,00	1,89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,01	0,00	2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	1,89	0,00	1,89
DOSAGEM DE PROTEÍNAS NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	1,89	0,00	1,89
ELETROFORESE DE PROTEÍNAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LÍQUOR	02.02.09.015-9	5,23	0,00	5,23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LÍQUIDO AMNÍOTICO	02.02.09.016-7	6,56	0,00	6,56
ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	5,79	0,00	5,79
EXAME DE CARACTERES FÍSICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECÍFICA DE CÉLULAS	02.02.09.018-3	1,89	0,00	1,89
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	5,79	0,00	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATÓZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	9,70	0,00	9,70
DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	02.02.09.022-1	2,01	0,00	2,01
PESQUISA DE CARACTERES FÍSICOS NO LÍQUOR	02.02.09.023-0	1,89	0,00	1,89
PESQUISA DE CÉLULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	1,89	0,00	1,89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	1,89	0,00	1,89
PESQUISA DE ESPERMATÓZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	4,80	0,00	4,80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	1,89	0,00	1,89
PROVA DE PROGRESSÃO ESPERMÁTICA (CADA)	02.02.09.028-0	9,70	0,00	9,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS NEUMONIAE,	02.02.09.029-9	1,89	0,00	1,89
ATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	1,89	0,00	1,89
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	1,89	0,00	1,89
REACAO DE RIVALTA NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	1,89	0,00	1,89
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	1,89	0,00	1,89
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECREÇÃO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	02.02.09.034-5	4,69	0,00	4,69
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GÁSTRICO	02.02.09.035-3	4,69	0,00	4,69
DETERMINAÇÃO DE CARÍOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURAÇÃO (C/ TÉCNICAS DE	02.02.10.001-4	180,00	0,00	180,00
DETERMINAÇÃO DE CARÍOTIPO EM MEDULA ÓSSEA E VILOSIDADES CORIÓNICAS (C/	02.02.10.002-2	160,00	0,00	160,00
TÉCNICAS DE BANDAS)				
DETECÇÃO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNÓSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	8,80	0,00	8,80
DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATÓRIO)	02.02.11.002-8	66,00	0,00	66,00
DETECÇÃO MOLECULAR EM FIBROSE CÍSTICA (CONFIRMATÓRIO)	02.02.11.003-6	66,00	0,00	66,00

DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	5,50	0,00	5,50
DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	12,10	0,00	12,10
DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE	02.02.11.006-0	20,90	0,00	20,90
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	02.02.11.007-9	5,50	0,00	5,50
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	13,20	0,00	13,20
DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE	02.02.11.010-9	5,50	0,00	5,50
DOSAGEM DE 17 HIDROXIPROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE TESTE	02.02.11.009-5	8,00	0,00	8,00
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	10,65	0,00	10,65
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,37	0,00	1,37
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	10,65	0,00	10,65
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	02.02.12.004-0	10,65	0,00	10,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	5,79	0,00	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	5,79	0,00	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	5,79	0,00	5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,37	0,00	1,37
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	2,73	0,00	2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	5,79	0,00	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI GLIADINA (GLUTEN) IGG IGM EIGA (EXCL	02.02.03.049-0	24,55	0,00	24,55

***VALOR SUS** : REFERENTE A TABELA SIGTAP- SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E ORTESES,

****COMPLEMENTO** : VALOR REFERENTE RECURSO MUNICIPAL

*****TOTAL**: VALOR TOTAL PAGO PELO PROCEDIMENTO AO PRESTADOR

CIS/AMMVI**RESOLUÇÃO 243/2018 - SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO CISAMVI**

Publicação Nº 1769008

RESOLUÇÃO Nº 243, DE 08/10/2018.

Suplementa saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando, Resolução nº. 179/2017 que Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMVI para o exercício de 2018.

Considerando, as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 179/2017.

Considerando, os Decretos Municipais de Indaial, nº. 193/2018; nº. 221/2018; e nº. 281/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suplementado, por Provável Excesso de Arrecadação, o valor de duzentos e noventa e dois mil e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos	
Função: 010 - Administração	
Subfunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos	
Projeto: 2019 – Manutenção Atividades Medicamentos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 292.035,48
Vínculo: 1000627	

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 08 de outubro de 2018.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI

CIS/AMURC**SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 13/2016**

Publicação Nº 1768487

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 013/2016, firmado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC e LABCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS S/C - EPP, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO CISAMURC, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº 03.887.256/0001-50 com sede na Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente Adelmo Alberti, e, de outro lado LABCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS S/C - EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 83.799.874/0002-69, situada na Frei Menandro Kamps, 353, Bairro Centro, município de Canoinhas, SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. Antonio Jose da Costa Gomes, brasileira, casado, farmacêutico, portador do RG nº 8240370 SSP e inscrito no CPF sob nº 200.885.589-91, com endereço profissional situado ao endereço da empresa já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01 de junho de 2016, nos termos da legislação em vigor e de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a o item "6", que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 01 de junho de 2019, podendo ser renovado através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, 31 de maio de 2018.

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado – CI-SAMURC	LABCENTER Laboratório de Análises Clínicas S/C - EPP
Adelmo Alberti	Antônio Jose da Costa Gomes
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - 74/2018 ALVES E MENDES LABORATÓRIO

Publicação Nº 1769320

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 74/2018.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: ALVES E MENDES LABORATÓRIO LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 01/2018).

Data da Assinatura: 19/09/2018.

Assinantes: Marcio Borba Blasius pelo Contratante e, Adriana Rodrigues Mendes Moraes pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - 75/2018 IUDI

Publicação Nº 1769321

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 75/2018.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: IUDI CLÍNICA MÉDICA LTDA. - ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia com doppler colorido.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 01/2018).

Data da Assinatura: 03/10/2018.

Assinantes: Marcio Borba Blasius pelo Contratante e, Valter Eduardo Kerber pelo Contratado.

CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO 2018/006

Publicação Nº 1769156

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/006

Ao oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, (08/10/2018), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. Paulo Roberto Weiss, Presidente do CIAPS, compareceu o(a) Sr(a). Angela Maria Oliveira Fredrich - CPF nº 308.449.322-72, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo 2 do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público efetivo de PSICÓLOGO(A) DE SAÚDE MENTAL, salário mensal de R\$ 1.770,69 (hum mil, setecentos e setenta reais e sessenta e nove centavos), para carga horária semanal regular de vinte (20) horas de serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 08 de outubro de 2018.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

Angela Maria Oliveira Fredrich
Empregado(a)